

Organização e Direção Geral:

Louise Behe
Marion Carel
Corentin Denuc
Julio Cesar Machado

CURSO DE SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA



Pedro & João
editores

CURSO DE SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

**Grupo de Investigações Semânticas e Discursivas - GISD/CNPq
Grupo de Estudos do Discurso e História das ideias sobre línguas e estrangeiridade -
imaGine/CNPq**

**Grupo de Estudos da Enunciação - ENUNCIAR/CNPq
Grupo de Pesquisa - Gramática de usos do português - CNPq
Grupo de Pesquisa - Linguagem, Semântica e Educação / CNPq
Grupo de Pesquisa Texto, Escrita e Leitura - PUC SP / CNPq**



CURSO DE SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

ORGANIZAÇÃO E DIREÇÃO GERAL

**LOUISE BEHE
MARION CAREL
CORENTIN DENUÇ
JULIO CESAR MACHADO**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Louise Behe; Marion Carel; Corentin Denuc; Julio Cesar Machado [Orgs.]

Curso de semântica argumentativa. São Carlos : Pedro & João Editores, 2021.
516p. 16 x 23 cm.

ISBN : 978-65-5869-425-0 [Impresso]
978-65-5869-424-3 [Digital]

DOI: 10.51795/9786558694243

1.Semântica argumentativa. 2. Curso. 3. Linguística . I. Título.

CDD – 410

Capa : Petricor Design

Diagramação : Diany Akiko Lee

Editores : Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores :

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/ Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2021

Divisão e organização dos capítulos

Marion Carel
Julio Cesar Machado

Supervisão da revisão técnica

Julio Cesar Machado

Revisão técnica

Louise Behe
Marion Carel
Corentin Denuc
Luiz Francisco Dias
Alfredo Lescano
Julio Cesar Machado
Samuel Ponsoni
Jocenilson Ribeiro

Gravação das Aulas de Oswald Ducrot

Takako Okada

Transcrição das Aulas de Oswald Ducrot:

Diego Brousset

EQUIPE DE TRADUTORES PARA A LÍNGUA PORTUGUESA

Coordenação da equipe de tradução:

Julio Cesar Machado

Equipe de tradutores: francês – português

Tânia Maris de Azevedo

Ana Lúcia Tinoco Cabral

Claudio Primo Delanoy

Luiz Francisco Dias

Lauro Gomes

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Julio Cesar Machado

Samuel Ponsoni

Jocenilson Ribeiro

Cristina Rörig

Daniel Costa da Silva

Neiva M. Tebaldi

Carlos Vogt

Equipe de tradutores: espanhol – português

Tânia Maris de Azevedo

Jocenilson Ribeiro

Equipe de Revisão técnica da tradução

Tânia Maris de Azevedo

Claudio Primo Delanoy

Lauro Gomes

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Julio Cesar Machado

Samuel Ponsoni

Jocenilson Ribeiro

Neiva M. Tebaldi

Tradução das Aulas de Oswald Ducrot

Julio Cesar Machado

Carlos Vogt

Apresentação da edição em língua portuguesa

É com enlevo que apresentamos o **Curso de Semântica Argumentativa** à comunidade lusófona, aos leitores do português europeu e aos leitores do português brasileiro.

No que tange à construção da obra no original francês, o *Cours* é fruto de dois anos e meio de trabalhos em sete países distintos – Brasil, Argentina, Bélgica, França, Japão, Espanha e Itália. De caráter fortemente internacional, a obra é marco raro de magnitude singular, porque ilustra minimamente três relevâncias: uma relevância *político-científica*, ao unir pesquisadores distantes e distintos que trabalham a Semântica Argumentativa, às suas maneiras; uma relevância *didática*, por se significar enquanto instrumento basal para aulas sobre Linguística, Semântica, Pragmática, Enunciação, Semântica Argumentativa, Análise de Discurso e correlatas, ao redor do mundo; e uma relevância *histórica*, pelo valor epistemológico que a obra condensa, ao atualizar uma área de estudos que se iniciou no final dos anos sessenta – a semântica argumentativa – e que, atualmente, é trabalhada na maior parte do mundo. O teor histórico da presente obra se dá na insistência em imbricar momentos anteriores e atuais, sempre pela perspectiva de autores de alta envergadura na matéria, muitos deles de papel determinante no desenvolvimento da Semântica Argumentativa.

Já no que tange à tradução da obra, para a língua portuguesa, o *Curso* é resultado de intenso esmero de uma equipe de tradução com notório preparo técnico e linguístico, versada tanto no conhecimento avançado da teoria em tela, quanto no histórico e evolução do acervo da referida teoria, a Semântica Argumentativa. E por se tratar de uma tradução, algumas palavras sobre esse processo são aqui pertinentes.

Para além de um método de tradução que converte estabilidades convencionais entre si, foi critério indesejável para a tradução desta obra debruçar-se sobre o exercício hercúleo de (tentar) preservar os fenômenos linguísticos/enunciativos em discussão, que outrora descritos e narrados por uma deontologia francesa (e não apenas a língua francesa), agora, tornaram-se descritos e narrados por uma deontologia brasileira (e não apenas a língua portuguesa). Afinal, a

tradução é também uma descrição da enunciação. Portanto, o cuidado-base foi preservar o que é próprio da enunciação, ao traduzir.

Além deste primeiro critério-base, o cuidado com o que é próprio da enunciação, ao traduzir, os tradutores ocuparam-se, detidamente, com o cuidado com o que é próprio da língua francesa, ao traduzir. A equipe, então, dedicou-se em zelar pelo conhecimento próprio da língua francesa, que neste volume de tradução, tornou-se um conhecimento técnico-teórico operado em francês, mas lido em português. Tratou-se de um critério de preservação epistemológico-linguística: empenhamos em preservar tanto o conteúdo (a epistemologia, objeto das aulas) quanto a língua que operava tal conteúdo (o francês, a língua das aulas), apresentando-os, agora, pelo crivo do português brasileiro.

Mesmo diante do desafio que é toda tradução, os resultados finais atenderam às expectativas mais exigentes de nossa equipe. Resta recomendar, como de praxe, tanto para as lentes mais rigorosas como para aquelas que se arvoram nas minúcias profundas dos fenômenos, que as devidas leituras da presente versão portuguesa se realizem em parceria com a leitura do original francês. Sobretudo no que tange aos exemplos, enunciados rebeldes que desafiam todo método de tradução, por jogarem com exclusividades linguísticas da língua de origem, já que toda língua traz, em seu bojo, espessuras nem sempre traduzíveis, como particularidades culturais, semânticas e doxais de certa coletividade linguística, de um grupo, ou um povo. Especificidade essa que, nesta versão portuguesa, torna-se um esforço de tradução de um complexo linguístico-cultural e semântico de sete países distintos, enunciados pelo escrutínio do português brasileiro.

Disponibilizando tal riqueza política, histórica e didática ao estimado leitor, aqui apresentada pela tradução em língua portuguesa, reiteramos votos de profícuos trabalhos e pesquisas, ao redor do mundo.

Inverno de 2021, segundo ano da pandemia do Coronavírus.

*Julio Cesar Machado
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG-Brasil*

CURSO DE SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

PARTE 1: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

	Prefácio: A Semântica Argumentativa - Marion Carel	15
Aula I	<i>Horizontes da significação</i> Luiz Francisco Dias	25
Aula II	<i>Terminologia geral da Semântica Argumentativa</i> Oswald Ducrot	45
Aula III	<i>Sentido, significação e referência</i> Oswald Ducrot	55
Aula IV	<i>Análise da palavra « porta »</i> Oswald Ducrot	61
Aula V	<i>Como classificar os discursos?</i> Oswald Ducrot	69
Aula VI	<i>A delocutividade</i> Oswald Ducrot	77

PARTE 2: A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS (TBS)

Aula VII	<i>Os conceitos de aspecto (normativo e transgressivo), e de argumentação (interna e externa)</i> Lauro Gomes, Cristiane Dall' Cortivo Lebler	89
Aula VIII	<i>As relações entre aspectos argumentativos: os conceitos de conversão, reciprocidade e transposição</i> Claudio Primo Delanoy	105
Aula IX	<i>A estrutura do texto e os elementos de coesão textual</i> Giorgio Christopulos	115

Aula X Os conceitos de empregos constitutivos, empregos caracterizantes, empregos singularisantes, e a noção de decalagem
Giorgio Christopulos 123

Aula XI Os quase-blocos
Marion Carel 129

Aula XII O paradoxo
Kohei Kida 139

PARTE 3: A PRESSUPOSIÇÃO

Aula XIII A pressuposição na ADL
Ana Lúcia Tinoco Cabral 153

Aula XIV A pressuposição na TBS
Marion Carel 169

PARTE 4 : A CONJUNÇÃO MAS

Aula XV A conjunção mas discutida segundo a visão dos contextos de uso
Maria Helena de Moura Neves 183

Aula XVI O “mas” segundo Ducrot versus o “mas” segundo Carel: uma comparação crítico-teórica
Julio Cesar Machado 215

PARTIE 5 : A GRADUALIDADE

Aula XVII O modificador desrealizante, o modificador realizante, o modificador surrealizante e o internalizador
María Marta García Negroni 237

Aula XVIII Gradualidade, uma constante na Semântica Argumentativa
Tânia Maris de Azevedo 251

Aula XIX	<i>Gradualidade e mudança de sentido</i> Louise Behe	263
-----------------	--	-----

PARTE 6 : A ENUNCIÇÃO

Aula XX	<i>Dictum e Modus : debates históricos, novas relações e análises da subjetividade na língua</i> Marta Tordesillas	273
----------------	--	-----

Aula XXI	<i>Polifonia de acordo com Ducrot</i> Patrick Dendale, Danielle Coltier	315
-----------------	---	-----

Aula XXII	<i>O antigo conceito de enunciador</i> María Marta García Negroni	341
------------------	---	-----

Aula XXIII	<i>A enunciação linguística: funções textuais, modos enunciativos e argumentações enunciativas</i> Marion Carel	353
-------------------	---	-----

PARTE 7 : PARA ALÉM DA SEMÂNTICA LINGUÍSTICA

Aula XXIV	<i>A linguagem gestual e a gestualidade da linguagem</i> Carlos Vogt	379
------------------	--	-----

Aula XXV	<i>Leitura (alfabetização e letramento): breves reflexões baseadas em conceitos da Semântica Argumentativa</i> Neiva M. Tebaldi Gomes	393
-----------------	---	-----

Aula XXVI	<i>Semântica Argumentativa e conflitualidade política: o conceito de programa</i> Zoé Camus, Alfredo Lescano	403
------------------	--	-----

Aula XXVII	<i>A ação dizendo e a atribuição</i> Corentin Denuc	417
-------------------	---	-----

**PARTE 8: LIMITES TEÓRICOS: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE OUTROS
AUTORES E A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA**

Aula XXVIII	<i>A presença de Saussure na Teoria da Argumentação na Língua</i> Leci Borges Barbisan	429
Aula XXIX	<i>O problema do énoncé, em Foucault e Ducrot</i> Julio Cesar Machado, Jocenilson Ribeiro	437
Aula XXX	<i>A Semântica Argumentativa e suas relações com a Teoria da Linguagem de Émile Benveniste</i> Carmem Luci da Costa Silva	465
Aula XXXI	<i>A teoria dos atos de linguagem e a Semântica Argumentativa</i> María Marta García Negroni	489
Aula XXXII	<i>Ducrot e Maingueneau : aproximações e distanciamentos</i> Samuel Ponsoni	501

PARTE 1:

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Prefácio

A Semântica Argumentativa¹

Marion Carel
EHESS, Paris, França

Fruto de uma vasta colaboração internacional, a presente obra se propõe a introduzir o leitor aos conceitos fundamentais da Semântica Argumentativa. Fundada por Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot, esse modo de refletir assumiu diversas formas entre esses próprios autores, e deu origem a diversas teorias entre seus ex-alunos. Para apresentar essa corrente, eu me proponho a lembrar apenas três de seus momentos: a descoberta de operadores argumentativos, do texto “Les Echelles Argumentatives”, do livro *La preuve et le dire* (Ducrot, 1973); a definição de ato de argumentar, do texto “Perspectives”, do livro *Argumentation Dans la Langue* (Anscombre; Ducrot, 1983); e a introdução da noção de bloco semântico, de *Vers une formalisation de la théorie de l’Argumentation Dans la Langue*, minha tese de Doutorado na EHESS (Carel, 1992), noção que Ducrot e eu temos aplicado a muitos fenômenos linguísticos por volta dos anos 2000, e cujo desenvolvimento continua sendo o objeto de minhas pesquisas.

1. Os operadores argumentativos

O que Ducrot descobriu, e que ele considera inadmissível, é a divergência que existe entre o raciocínio e o discurso argumentativo. Nossos argumentos almejavam levar, através da razão, nossos interlocutores a admitir tal ou tal conclusão, mesmo que essas conclusões estivessem inscritas na maneira como nossos argumentos apresentam os fatos, e não nos fatos, propriamente. As ferramentas linguísticas dessa reviravolta seriam, acima de tudo, – Ducrot logo ampliou seu ponto de vista, voltarei a este ponto – os “operadores argumentativos”,

¹ Tradução de Julio Cesar Machado.

expressões tais como *pouco*, *um pouco*, *quase*, *difícilmente*, *somente*, que introduzem uma gradualidade em nossos enunciados.

O exemplo mais espetacular é, talvez, aqueles de *quase* e de *difícilmente*, cujo emprego dá lugar a enunciados que argumentam no sentido contrário do raciocínio que permitiria os fatos que eles descrevem. Tomemos a declaração seguinte. Ela é de um Ministro do Interior francês, Christophe Castaner, sobre uma manifestação que ocorreu no sábado, 5 de janeiro de 2019, e seus 50 mil manifestantes:

(1) Isso dificilmente é mais de um manifestante por município. Portanto, é visível que esse movimento não é representativo da França.

Factualmente, o argumento de (1) informa que havia mais de um manifestante por município, cálculo exato, porque a França comporta 36 mil municípios. No entanto, não são números que sustentam o emprego de *portanto*, em (1). Com efeito, notaremos que, se removermos a ocorrência de *difícilmente* do exemplo (1) e reduzirmos seu argumento somente ao cálculo aritmético, o encadeamento torna-se fragilizado:

**(2) Isso é mais de um manifestante por município. Portanto, é visível que esse movimento não é representativo da França.*

É uma avaliação inversa do número de manifestantes que levaria a concluir que o movimento não é representativo:

(3) Isso é menos de um manifestante por município. Portanto, é visível que esse movimento não é representativo da França.

Dito de outro modo, introduzida na frase *p = isso é mais de um manifestante por município*, o advérbio *difícilmente* constrói um enunciado informando o mesmo fato que *p*, mas ao contrário, servindo às conclusões de *não-p*. O operador adiciona ao fato descrito pelo argumento de (1) um revestimento argumentativo inverso, e é esse revestimento que importa. É à embalagem argumentativa que a conjunção *portanto* é sensível, e não aos fatos. Quer supondo cálculos, quer falando de números, a argumentação de Christophe Castaner nada mais é do que uma farsa de raciocínio.

De maneira geral, os operadores argumentativos possuem essa propriedade de contradizer diretamente as conclusões possíveis dos enunciados nos quais eles aparecessem, independentemente dos fatos descritos. Essa obrigação sobre o desenrolar do discurso provém das “escalas argumentativas” que eles constroem. Com efeito, os operadores argumentativos possuem esta propriedade de indicar qual argumento seria mais forte ou menos forte, isto é, qual outra frase teria, finalmente, a mesma conclusão. Assim, está prefigurado na significação de *pouco* que enunciados na mesma situação de *Pedro comeu pouco* e *Pedro não comeu* servem às mesmas conclusões; igualmente, está inscrito na significação de *um pouco* que enunciados na mesma situação de *Pedro comeu um pouco* e *Pedro comeu* servem às mesmas conclusões. Essas exigências têm, por consequência, que as argumentações que comportam *Pedro comeu pouco* e *Pedro comeu um pouco*, a título de argumentos, não refletirão raciocínios, porque esses enunciados, que carregam a mesma informação, servem a conclusões opostas. Como a locução *difícilmente*, *pouco* e *um pouco* adicionam aos fatos descritos uma embalagem que mascara as argumentações nas quais aparecem os enunciados que eles modificam. Um homem perfeitamente honesto deveria banir de seu discurso os operadores argumentativos.

2.O ato de argumentar

Anscombe e Ducrot, no entanto, encontraram uma dificuldade técnica que os levou, gradativamente, a estender o potencial argumentativo da linguagem ao próprio léxico.

Observemos, por exemplo, o operador argumentativo *apenas* (do francês: *ne ... que*). Anscombe e Ducrot pontuaram que, segundo a apreciação que fazemos do tempo necessário para o deslocamento, é possível dizer a alguém que deve ir a uma reunião, tanto (4) quanto (5):

(4) São oito horas, não precisa se apressar.

(5) São oito horas, apresse-se!

Tal escolha não é mais possível se introduzirmos *apenas* no argumento. Somente (6) é possível, o uso de *apenas* impede *(7):

(6) São apenas oito horas, não precisa se apressar.

**(7) São apenas oito horas, apresse-se!*

Um enunciado de *são oito horas* pode muito bem pertencer a uma escala argumentativa “mais tempo temos para fazer algo”, na qual *são cinco para as oito* seria um argumento mais forte (este é o caso em (4)), do que pertencer a uma escala argumentativa “menos tempo temos para fazer algo”, da qual o argumento mais forte seria, ao contrário, *são oito e cinco* (conforme o exemplo (5)):

(8) São oito horas, até mesmo (mais precisamente) são cinco para as oito, não precisa se apressar.

(9) São oito horas, até mesmo (mais precisamente) são oito e cinco, apresse-se!

A introdução da locução de *apenas* força a escolher a escala argumentativa “mais tempo temos para fazer algo”, de (4) e (8), aquela que faz de *são cinco para as oito* um argumento mais forte que *são apenas oito horas*:

(10) São apenas oito horas, até mesmo (mais precisamente) são cinco para as oito.

**(11) São apenas oito horas, até mesmo (mais precisamente) são oito e cinco.*

A escolha da escala “mais tempo temos para fazer algo” imporia, em seguida, concluir *não precisa se apressar*, como em (4) ou em (8).

No entanto, uma dificuldade aparece. Ela não se trata da construção por *apenas*, da escala argumentativa “mais temos tempo para fazer algo”, mas se trata do fato de que esta construção impõe a conclusão *não precisa se apressar*. Imaginemos, propõe Ducrot, que o interlocutor acredita não ter mais tempo suficiente para ir à sua reunião, e desistiu da ideia de ir. É, então, possível dirigir-lhe (7) *são apenas oito horas, apresse-se* para motivá-lo a ir à reunião, mesmo assim. O que a locução *apenas* impõe, portanto, não são as conclusões possíveis: é apenas a escala argumentativa “mais temos tempo para fazer algo”. Essa escala pode, em seguida, autorizar tanto a conclusão *apresse-se*, quanto a conclusão *não precisa se apressar*, dependendo do caminho que seguimos. O erro da primeira descrição dos operadores argumentativos foi limitar as argumentações a um argumento e uma

conclusão, deixando-se pensar assim que, uma vez que o argumento é determinado, a conclusão também o é.

Referindo-se a Aristóteles, Anscombe e Ducrot propõem então dizer que cada argumentação repousa sobre um ato de argumentar que consiste em associar o argumento a um caminho que permite chegar à conclusão. Mais precisamente, esse caminho seria equiparado a um princípio argumentativo, garantia da passagem do argumento à conclusão, e que eles chamam de “topos”. Esses topoï teriam uma forma gradual – “quanto mais trabalhamos, mais alcançamos sucesso”, “quanto mais somos prudentes, menos temos acidentes” – no sentido de que eles ligariam duas escalas argumentativas. Fazer o ato de argumentar e, assim, levar a uma conclusão, seria colocar o fato descrito em uma escala argumentativa e, em seguida, aplicar um topos, tendo essa escala como escala antecedente. Os operadores argumentativos não obrigariam diretamente as conclusões dos enunciados nos quais eles aparecem; eles obrigariam os topoï aos quais o locutor pode recorrer.

Compreendemos então a diferença entre *são oito horas* e *são apenas oito horas*, e a ação do operador argumentativo *apenas*. Não construindo uma escala argumentativa, por falta de um operador argumentativo, o enunciado *são oito horas* pode ser associado tanto ao princípio (T1) como ao princípio (T2):

(T1) “quanto mais tempo temos para fazer algo, menos devemos nos apressar para fazê-lo”

(T2) “quanto menos tempo temos para fazer algo, mais devemos nos apressar para fazê-lo”

e seu locutor pode, ao mobilizá-los, enunciar (4) *São oito horas, não precisa se apressar*, como enunciar (5) *São oito horas, apresse-se!*. Ao contrário, o enunciado *são apenas oito horas* constrói a escala “mais temos tempo para fazer algo”, e seu locutor não pode, portanto, mobilizar o princípio (T2): de onde vem a nossa primeira impressão de que *(7) *São apenas oito horas, apresse-se* é impossível. Pode-se, por outro lado, mobilizar (T1) – donde a possibilidade de (6) *São apenas oito horas, não precisa se apressar* – mas também qualquer outro princípio que, como ainda (T3), tem por escala antecedente “mais temos tempo para fazer algo”:

(T₃) “quanto mais temos tempo para fazer algo, mais devemos tentar fazê-lo”

É se fundamentando sobre o caminho (T₃) que (7) torna-se possível, sobre (T₃), e não sobre (T₂), que lhe é vedado.

De maneira geral, os operadores argumentativos não forçam, portanto, as conclusões possíveis. Eles constroem escalas argumentativas que, para permitir o ato de argumentar, devem se identificar às escalas antecedentes de topo_i disponíveis. Finalmente, a orientação argumentativa imposta pelos operadores argumentativos não diz respeito à continuidade do discurso e a essa qualidade – “ter tempo para fazer algo”, em nosso exemplo – que o operador ordena. A continuação do discurso dependeria, então, dos topo_i disponíveis.

Mas de onde vêm esses topo_i? Inicialmente, Anscombe e Ducrot os conceberam como crenças compartilhadas sobre o mundo. Os topo_i “quanto mais trabalhamos, mais temos sucesso” e “quanto menos trabalhamos, menos temos sucesso” seriam crenças a respeito do Trabalho e do Sucesso, crenças sobre essa atividade do mundo que denotaria o verbo *trabalhar*, e dessa propriedade das atividades no mundo que denotaria a locução *ter sucesso*. Crenças amalgamadas com argumentatividade, porque a orientação das escalas adiciona ao Trabalho e ao Sucesso um revestimento argumentativo. Assim, a argumentatividade de nossos discursos seria devida aos operadores argumentativos que, como vimos, acrescentam uma embalagem argumentativa à informação fornecida, mas também aos topo_i mobilizados: *Pedro trabalhou um pouco* situaria o trabalho de Pedro na escala “quanto mais trabalhamos” e favoreceria a conclusão *ele terá sucesso*, graças ao topo_i argumentativo “quanto mais trabalhamos, mais temos sucesso”; *Pedro trabalhou pouco* situaria o trabalho de Pedro na escala “quanto menos trabalhamos” e favoreceria a conclusão *ele corre o risco de fracassar*, graças ao topo_i argumentativo “quanto menos trabalhamos, menos temos sucesso”.

3. Os blocos semânticos

O que levou às avessas a teoria da Argumentação na Língua foi a hipótese, que sobreveio em um segundo momento, de que os topo_i não religam propriedades ou atividades do mundo. Eles não constituiriam crenças sobre o mundo, mas representariam diretamente ligações entre palavras, e seriam, pelo menos para alguns,

inscritos no significado do léxico. Empregar a palavra *trabalho*, na forma simples *Pedro trabalhou*, sem usar um operador argumentativo, seria já pintar argumentativamente sua atividade, seria já dizer dela, que ela levará Pedro ao sucesso, seria já dizer que *ele deverá ter sucesso*. A argumentatividade não estaria mais somente limitada a operadores argumentativos. Toda a língua seria argumentativa, e nenhum de seus usos saberia impedir o engano. Supostamente informativos ou por raciocínios, todos nossos discursos seriam apenas argumentações. O que os operadores argumentativos fariam seria apenas manter, intensificar ou inverter a argumentatividade já presente no léxico. A gradualidade não tem mais um papel central. O slogan da Teoria dos Topoi é “todo enunciado é argumento”.

A etapa é importante. Porque ela possibilita um novo questionamento, referindo-se agora, não mais à única racionalidade de nossos discursos durante os movimentos conclusivos, mas àquele, muito mais geral, de sua capacidade de descrever o mundo. Essa questão não surgiu na primeira versão da teoria, porque a argumentatividade deveria ter um suporte, os operadores argumentativos deveriam se aplicar a alguma coisa: nossos discursos tinham um conteúdo informativo. Mas agora que a argumentação não se reduz mais a um revestimento gradual, a informatividade do léxico não é mais necessária, e a questão da capacidade de nossos discursos para descrever o mundo se põe.

Continuando a se afastar da abordagem logicista da língua, Anscombe e Ducrot admitem, então, que a significação linguística não contém nada de informativo. Apenas o uso da língua poderia ser, segundo Anscombe, referencial, ainda que, segundo Ducrot, a maior parte de nossos discursos seria enganosa sobre esse ponto.

No entanto, um novo problema aparece, e que será resolvido pela noção de bloco semântico: aquele da independência das escalas dos topoi e, correlativamente, aquele do estatuto dos topoi. Com efeito, como definir os topoi como caminhos, como sustentar que eles garantem a passagem do argumento à conclusão, se a conclusão já está, como a defendem Anscombe e Ducrot, no próprio sentido do argumento? Como distinguir uma escala do trabalho e uma escala do sucesso se o sucesso em questão está inextricavelmente amalgamado à noção de trabalho? A Teoria dos Blocos Semânticos propõe ocupar-se dessa interdependência e fundir as escalas dos topoi em um

“bloco”. Quanto mais escalas, do mesmo modo, mais maneiras de distinguir, em nossas argumentações, um argumento e uma conclusão. A nova unidade é o encadeamento argumentativo, em sua totalidade. Ele é concebido como um todo indecomponível, e o slogan da Teoria dos Blocos Semânticos não é mais que todo enunciado é argumento, mas que todo enunciado é parafraseável por encadeamentos argumentativos. Como Anscombe e Ducrot o previram, alguns desses encadeamentos prolongam o enunciado estudado, como na resposta de B, cujo emprego de *Pedro é prudente* evoca *Pedro é prudente, portanto ele não sofrerá acidente*:

A: *Estou preocupado com o retorno de Pedro, nós não deveríamos ter deixado ele ir embora de carro com toda essa neve.*

B: (12) *Não tenha medo de nada, a rodovia deve ter sido salgada. Além disso, Pedro é prudente*².

Mas alguns enunciados evocam igualmente encadeamentos argumentativos que são totalmente internos a eles, como (13), que é parafraseável por *isso não era útil, portanto Pedro não o comprou*:

(13) *Eu acho que Pedro economizou.*

Essa hipótese de paráfrase pode ser lida nas duas direções. Trata-se de enunciados constituídos por um grupo sujeito e por um grupo verbal, como os encadeamentos argumentativos, constituídos gramaticalmente por duas proposições ligadas por uma conjunção argumentativa. Ela defende que tudo que tenha a forma de um julgamento, na verdade, desenvolve uma argumentação, mas também que tudo que tenha a forma de uma argumentação constitui, de fato, um julgamento único. Dizer *Pedro foi prudente* é associar o nome próprio *Pedro* à caracterização argumentativa de *ter-tomado precauções-devido-ao-perigo*, e assim desenvolver a argumentação *houve um perigo e, portanto, Pedro tomou precauções*. Mas inversamente, dizer *houve um perigo e, portanto, Pedro tomou precauções*, é associar o nome próprio *Pedro* à caracterização

² Aplicar sal em rodovias e estradas para derreter ou evitar a formação de gelo é prática de países e lugares que lidam com a neve em suas rotas, tal como, por exemplo, Europa, Canadá e Estados Unidos (N.T.).

argumentativa ter-tomado-precauções-devido-ao-perigo, é afirmar um julgamento. Não há mais diferença entre julgamento e argumentação.

A língua, dessa forma concebida, ainda é enganosa? É isso que Ducrot continuou a concluir, estudo após estudo, mesmo que ele tenha guardado a esperança, bem fregeana, de que ela pudesse ser limpa e, racionalmente, tornar-se o que ela pretende ser, a saber, informativa. Mas a língua pretende que a fala seja informativa? Nossas argumentações pretendem ser raciocínios? Por que condenar as construções linguísticas? Por que contrariar nosso prazer de ler? Por que renunciar àquilo que podemos chamar, com Starobinski, o ato feliz de falar?

Centrada na Teoria dos Blocos Semânticos e seus conceitos, a presente obra também revisita os primeiros trabalhos de Ducrot, sozinho ou com Anscombe. São abordadas a pressuposição, a conjunção *mas*, a gradualidade, e a enunciação, e isso em diferentes momentos da Semântica Argumentativa. Termina-se por duas seções questionando as relações da Semântica Argumentativa com seu exterior, seu exterior do ponto de vista da língua – nós poderíamos ver aqui os primeiros desenvolvimentos do que se poderia chamar de uma pragmática argumentativa – e seu exterior teórico: trata-se aqui de Saussure, de Benveniste, e de Austin, esses três heróis de Oswald Ducrot.

Tradução: Julio Cesar Machado

Aula I

HORIZONTES DA SIGNIFICAÇÃO

*Luiz Francisco Dias
Universidade Federal de Minas Gerais
UFMG/CNPq, Brasil*

1. Introdução

Este texto se propõe a apresentar um breve panorama dos pontos de vista sobre a significação no âmbito dos estudos da linguagem. Vamos tratar da constituição dos ângulos pelos quais a significação é abordada.

Trata-se de ângulos constituídos teoricamente, uma vez que os fenômenos linguísticos não são dados naturais. Faz parte da constituição desses fenômenos os pontos de vista sob o quais eles são evidenciados.

Não é nosso objetivo desenvolver uma abordagem histórica da constituição desses pontos de vista teóricos, e muito menos apresentar um leque amplo ou exaustivo dos modelos teóricos que tratam da significação. Ao invés disso, as abordagens aqui apresentadas constituem-se como amostras dos olhares sobre a significação historicamente representativas da diversidade do campo de estudos semânticos na linguística.

Para isso, vamos inicialmente apresentar alguns traços preliminares da concepção de significação, buscando elementos históricos que delineiam ideias da significação na filosofia antiga. Logo após, apresentaremos quatro perspectivas de concepção da significação no horizonte dos estudos linguísticos. Por fim, faremos um breve balanço da constituição desse horizonte de estudos na linguística.

2. O campo de estudos da significação: aspectos iniciais

Em latim, ‘significar’ é dar a entender por meio de sinais. Trata-se de uma concepção muito ampla, tanto em situações de uso de língua quanto em situações não envolvendo uma língua.

No cotidiano contemporâneo, o termo ‘sinal’ nos remete a situações diversas, como as que apresentamos a seguir.

Podemos, por exemplo, dar a entender que aconteceu um acidente numa estrada e daí providenciarmos sinalização para que os motoristas que venham no mesmo percurso saibam desse fato. Nesse momento, significamos com sinais um evento pontual que ocorreu antes do estabelecimento da sinalização.

Contudo, há sinais em estradas que não representam um evento pontual. Eles são instalados com base em certa frequência de eventos no passado, como travessia de animais silvestres em determinado trecho da rodovia para alertar os motoristas. Dessa maneira, dão a entender que a travessia reiterada pode coincidir com o momento do tráfego do seu automóvel, alertando para a necessidade de redobrar os cuidados na direção.

Há situações diferentes das duas anteriores. Ainda em cenários não linguísticos, temos sinais cuja emissão não se relaciona com eventos, nem pontuais, nem reiteráveis. Muitos deles nos dão a entender, por exemplo, a proibição de virar à direita no cruzamento de uma determinada rua. São sinais disciplinadores de trânsito em uma cidade. Eles determinam antecipadamente como deve ocorrer o evento.

Esses três exemplos demonstram certa complexidade da significação. Há perguntas fundamentais, frente a essa densidade do conceito de significação: o que damos a entender por meio de um sinal? Com podemos entender a relação entre o sinal e as situações de mundo? Como o produtor e o receptor do sinal participam da sua significação? O que é mesmo ‘dar a entender’?

Quando tratamos da significação nas línguas, o campo dessas indagações se expande e adquire densidade. Uma dessas indagações adquire destaque: o que damos a entender por meio de uma **expressão linguística (palavras e frases em geral)**?

Ao longo de séculos, diferentes formas de elaborar essa pergunta foram levantadas, diferentes respostas foram produzidas, inúmeras perguntas subsidiárias a ela foram formuladas.

Os estudos da significação desenvolvidos na Linguística e na Filosofia da Linguagem remontam aos primórdios do pensamento filosófico. As primeiras ideias sobre a significação foram desenvolvidas pelos filósofos da antiga Grécia. Nesse contexto, os pensamentos de Platão e de Aristóteles ganham destaque.

De forma bastante resumida, dos escritos de Platão, podemos compreender que a linguagem verbal, mais particularmente o nome, expressa a essência de uma entidade do mundo sensível. Assim sendo, as entidades podem ser distinguidas umas das outras. Um nome verdadeiro é aquele que representa uma característica essencial de uma entidade.

A significação não advém da sua identificação com os entes exteriores referidos pelas palavras, mas da ideia dessa entidade. A palavra é uma verdadeira imagem da ideia do objeto, constituída pela sua característica essencial.

Se na significação damos a entender por meio de palavras, para Platão, isso ocorreria porque captamos a ideia daquilo que existe no mundo sensível. Isso permite que tenhamos um substantivo, portador da substância (ideia) de uma entidade, comum para todos os objetos individuais identificados, como 'portas' no mundo, por exemplo. Assim, nomeamos, e, portanto, significamos, 'porta' por meio da sua ideia/substância.

Por sua vez, para Aristóteles, não basta que os nomes signifiquem isoladamente, para que possam alcançar um modo de adequação na expressão de um juízo nas relações entre a linguagem e o que ela diz. Quando se produz a relação entre um nome e um verbo, isto é, quando se produz uma proposição, a relação de significação do nome se altera. Temos então um juízo sobre o mundo. E, com isso, temos as condições para estabelecermos a verdade sobre as entidades do mundo sensível.

Ainda explorando ocorrências voltadas para 'porta', a proposição 'A porta é uma abertura' produz um juízo. Ele nos faz ver o que a entidade 'porta' é; como também o que ela não é, como em 'A porta não é uma abertura' (não verdadeira).

Dessa maneira, os nomes são submetidos à predicação por meio de verbos, os quais atribuem propriedades, estados ou ações aos entes. Na sua concepção, nós predicamos quando declaramos que algo sobre um sujeito é verdadeiro ou não-verdadeiro em referência a um 'estado de coisas' constatável.

Essas ideias delineadas pelos dois filósofos constituem aspectos básicos do problema da representação. A questão está na complexidade da relação entre a linguagem e o mundo. Nesse aspecto, o conceito de sinal nas línguas adquire uma especificidade.

Para compreendermos mais claramente o problema da representação, observemos as palavras ‘comparsa’, ‘sócio’ e ‘companheiro’. Podemos dizer que elas representam, em linhas gerais, uma pessoa que se associa a outra(s) em função de algo em comum. No entanto, essas palavras evocam diferenças entre elas. Quando se trata de uma parceria para praticar um crime, usamos geralmente, ‘comparsa’. Porém, quando essa parceria envolve uma relação comercial, usamos geralmente ‘sócio’. Por sua vez, quando a tônica da parceria reside numa trajetória ou numa convivência, a palavra que se evoca comumente é ‘companheiro’.

Essas palavras dão a entender por esse traço comum, ou pelas diferenças evocadas? O que evocam essas diferenças? Elas são apreendidas pelas distribuições nos contextos da estruturação das frases? Ou são apreendidas pelos contextos X e Y? Tendo em vista essas especificidades, estruturam-se as perspectivas de abordagem da significação, cujas amostras apresentaremos a seguir.

3. Horizontes da significação: recortes relevantes

Não vamos aqui mapear o campo de estudos da significação, mas levantar direções proeminentes nesses estudos, sobre as quais se erigem a Semântica ou a Pragmática como disciplinas linguísticas.

3.1 Perspectivas da referência

Essa perspectiva sobre a significação está ancorada na referência. Em termos gerais, referir é produzir relação entre uma expressão linguística e entidades do mundo sensível. Essa relação é normalmente concebida como representação. Dessa maneira a referência seria uma representação das entidades, promovida pelas expressões linguísticas.

Certamente, os filósofos encontram grandes dificuldades para responder precisamente uma pergunta básica: ‘o que é uma entidade?’. Por exemplo, em ‘porta’, temos uma entidade física; em ‘razão’, temos um conceito abstrato; em ‘estacionamento lotado’,

temos uma situação. Ao invés de falar em ‘entidades’, muitos falam em elementos exteriores à linguagem, isto é, aquilo sobre o qual nos reportamos ao usar uma língua. Dessa maneira, o referente seria representado na linguagem. Sendo assim, é comum encontrarmos na filosofia a concepção segundo a qual a significação de uma expressão linguística seria mesmo o referente.

Dentre os filósofos que abordagem a linguagem, há que se destacar o nome de Frege, para quem as expressões linguísticas não estabelecem relação direta com os referentes. Para ele, elas adquirem conceitos e é por meio deles que fazemos a referência. Por exemplo, ‘capital da França’, ‘sede da UNESCO’ e ‘capital europeia banhada pelo Rio Sena’ são expressões linguísticas que exprimem cada qual um conceito diferente para se referir à cidade de Paris.

Na perspectiva de Frege, os conceitos equivalem a sentidos, e são modos de apresentação das entidades extralinguísticas. Quando articulamos uma expressão linguística do tipo substantivo ou sintagma nominal a um predicado, temos uma sentença, propôs Frege. Vejamos: o nome ‘Paris’, ao se articular com uma asserção predicativa do tipo ‘tem como atração turística a Torre Eiffel’ constitui uma sentença. Se essa articulação for verdadeira, teremos as condições para a referência da expressão. Dessa maneira, além de contrair um conceito (sentido), ‘Paris’ contrai uma referência, em razão da verdade constituída por meio do que se diz sobre ela no predicado.

Ainda segundo Frege, o conceito não é individual, mas compartilhado socialmente, e é por meio dele que chegamos a um mesmo referente para todos os que desse conceito compartilham. Dessa maneira, o conceito de ‘Paris’, compartilhado socialmente, nos permite situar um referente frente a, por exemplo, ‘tem como atração turística a Torre Eiffel’, constituindo as condições para uma verdade sobre o nome ‘Paris’.

Nessa direção, no campo da filosofia da linguagem e da lógica, o estudo da significação recai, em grande escala, nas condições de verdade das sentenças. No campo da linguística, por sua vez, os semanticistas que ancoram as suas pesquisas no conceito da referência procuram desenvolver um compromisso de explicar empiricamente como ocorre a atribuição de significados às expressões linguísticas.

Nesse âmbito, uma das tarefas mais importantes seria a de explorar articulações sistemáticas internas e externas à sentença, no

intuito de demonstrar que a composição estrutural das sentenças produz condições de verdade.

Tomemos a sentença (1) a seguir:

(1) A porta Y está aberta.

A sua significação é devida à relação que ela estabelece com as três sentenças a seguir, por exemplo:

(a) Há um mundo X em que há portas por onde pessoas podem atravessar

(b) Portas do mundo X podem se apresentar abertas ou fechadas

(c) Pelo menos uma das portas do mundo X encontra-se aberta

Essas três construções linguísticas constituem condições de verdade para a significação de ‘a porta está aberta’. Sendo assim, o que dá suporte à significação são relações articuladas por nexos semânticos de ordem lógica. A verdade de (a), (b) e (c) garante a verdade de (1) ‘a porta Y está aberta’.

Vimos que (a), (b) e (c) funcionam como verdadeiros ‘alicerces semânticos’ para a sentença (1). Por sua vez, a construção

(2) Pedro passou pela porta Y

também estabelece uma conexão com a nossa sentença (1). Nesse mundo X, se alguém passa por uma porta é porque ela está aberta. Então, a verdade de (2) acarreta a verdade de (1). Assim, a verdade de (1) é necessária para que (2) também seja verdadeira, isto é, para que (2) possa ser uma expressão que dá a entender algo nas esferas de uso da língua portuguesa.

Observe que a significação nessa perspectiva é concebida pelas possibilidades de nexos que as expressões linguísticas adquirem na referência a entidades de mundos possíveis.

As tarefas daqueles linguistas que se dedicam ao estudo da referência estão centradas, portanto, na relação entre as expressões linguísticas e aquilo a que elas referem, sejam entidades do mundo real, de mundos fictícios, de mundos possíveis, enfim. Para isso, buscam compreender a composicionalidade da sentença do ponto de vista semântico.

Por exemplo, tomando (a), (b) e (c) como base, podemos ter

(3) algumas portas estão abertas

(4) várias portas estão abertas

como sentenças verdadeiras, pois estão alicerçadas pelos nexos semânticos necessários com (a), (b) e (c). Já a sentença

(5) nenhuma porta está aberta

não estabelece nexo semântico de verdade com esse nosso conjunto de sentenças, uma vez que se contradiz com 'Pelo menos uma porta está aberta' (c). Dessa maneira, os estudos que se sustentam no conceito de referência, para constituir seus modelos de análise semântica, podem explicar como os pronomes indefinidos entram na composição dos sintagmas nominais.

Em suma, se um falante é capaz de compreender uma sentença e se fazer compreender é porque ele apreende, mesmo inconscientemente, os nexos de significação que ela estabelece, frente a uma referência, de um lado, e as articulações dos elementos constitutivos da unidade sentencial, de outro. Dessa maneira, tendo em vista a significação, o falante saberia em que condições a sentença seria verdadeira ou falsa, relacionando linguagem e mundo.

Nessa abordagem da significação, ancorada na referência, o compromisso das expressões linguísticas é unicamente o de representar. O foco da análise semântica encontra-se numa racionalidade representativa. As semânticas formais se constituem de modo geral sob esse enfoque.

A perspectiva que vamos apresentar a seguir desenvolve outro foco na constituição do campo de estudos da significação.

3.2 Perspectivas das ações situadas

Um dos nomes que formulam as bases dessa tendência é Strawson. Para ele, em linhas gerais, a referência não seria advinda de uma racionalidade constituída na expressão linguística. Na sua concepção, ela é determinada pelo uso da língua, ou seja, são os falantes que fariam a referência ao exercitar a língua. A significação

que emana das expressões linguísticas é convencional e requer um contexto para se efetivar.

Dessa maneira, no seu entender, incorpora-se à significação o tempo, o lugar, a situação, a identidade do locutor, os assuntos de interesse na interlocução e as histórias pessoais dos interlocutores. Embora o uso incorpore uma contextualização, ela nunca se materializa linguisticamente. Em outras palavras, a contextualização faz parte da significação e do uso, mas não é parte do que se diz, isto é, do que é efetivamente dito, pois atua como implícito.

Essa compreensão da significação reverberou em pelos menos duas arquiteturas de análise.

A primeira delas foi formulada por Searle, com a noção de força ilocucionária. Observemos os enunciados a seguir.

- (6) A porta está aberta (pedido para fechar a porta)
- (7) A porta está aberta (reclamação por ela não estar fechada)
- (8) A porta está aberta (convite para entrar)

Segundo a abordagem de Searle, eles apresentam em comum o mesmo conteúdo em termos de estado de mundo, isto é, a mesma proposição (uma porta que se encontra aberta). Além disso, apresentam a mesma materialidade linguística. No entanto, apresentam forças ilocucionárias diferentes. Isso significa que eles participam, cada um deles, na verdade, de um evento de uso, e em cada evento há uma ação de linguagem diferente: pedir, ordenar e convidar, respectivamente.

Nessa abordagem, a ‘codificação linguística’ seria uma convenção capaz de representar a apreensão de um estado de coisas no mundo (a porta está aberta). No entanto, é o uso que ‘molda’ essa apreensão para a efetividade da significação, na medida em que se produz a enunciação do ato de linguagem.

Dessa maneira, o objeto empírico dos estudos da significação é o enunciado, e não a sentença, uma vez que a condição de ato de fala é que determina o caráter da unidade linguística. Na perspectiva anterior (3.1), como vimos, o conceito de sentença é centrado na forma linguística, tomando como base a sua capacidade de se articular para a apreensão da referência. Por sua vez, no conceito de enunciado, as variáveis contextuais que sustentam o ato de dizer constituem a base da distinção entre um enunciado e outro. Daí o porquê de (6), (7) e (8)

se constituírem em enunciados diferentes, embora compartilhem da mesma materialidade sintática, em termos sentenciais.

Searle buscou em Austin a concepção de que fazemos algo ou agimos quando falamos. A concepção de ato ilocucionário foi concebida por Austin como a ação que produzimos ao dizer x ou y. Quando falamos, estamos, por exemplo, avisando, protestando, prometendo, elogiando, exigindo, informando etc.

Somente ao enunciar, detectamos esses atos, pois eles dependem das variáveis de contextualização apontadas acima. Dessa forma, conforme previu Strawson, as condições para a configuração de um ato de fala atuam no implícito.

A segunda arquitetura foi desenvolvida por Grice. Ele enfatiza o papel do implícito, do não dito, na significação, como também desenvolve o caráter indireto do dizer, destacando o papel da interação entre locutor e interlocutor. Observemos a situação de fala a seguir.

Em meio a um diálogo tenso, derivando para um desentendimento, alguém diz para o seu interlocutor: ‘a porta está aberta’. Na perspectiva de Grice, o que se dá a entender não deriva exatamente das condições de verdade da sentença, mesmo porque não importa se há mesmo no ambiente da discussão uma porta aberta. Trata-se de significar a sentença indiretamente. A significação do enunciado está focalizada na expulsão do interlocutor.

Ou ainda, em outro contexto, num diálogo entre patrão e empregado, frente a uma reclamação de salário baixo, o funcionário recebe como resposta ‘A porta está aberta’. Pode-se deduzir, nesse caso, a sugestão de um pedido de demissão.

De maneira mais indireta ainda, duas pessoas conversam sobre a conveniência de investir em um relacionamento sério sem um conhecimento mais profundo do(a) parceiro(a). No âmbito do diálogo, um dos interlocutores afirma: ‘Em portas fechadas não entra cachorro louco’. Na concepção de Grice, o conselho que o interlocutor do diálogo capta, a partir desse enunciado, tem como suporte uma espécie de ‘contrato’ de cooperação social a que nos submetemos implicitamente. Por esse princípio de cooperação social, compreendemos que o outro busca nos fornecer pista para a compreensão. Nesse caso, o interlocutor entende que, assim como se deve precaver contra a entrada de cachorros loucos numa casa, mantendo portas fechadas, é melhor manter

precaução, não devendo investir em relacionamentos sérios sem conhecer adequadamente o(a) parceiro(a).

O ponto de vista de Grice submete a força ilocucionária do enunciado à interação entre interlocutores, destituindo a importância da materialidade linguística na constituição da significação. A composição da sentença é sobreposta pela articulação entre os atores na interlocução.

3.3 Perspectivas da atividade cognitiva

Nessa perspectiva, a significação é concebida como uma atividade, tanto de ordem linguística quanto de ordem cognitiva. A ênfase no conceito de atividade pode ser compreendida pela importância de três termos recorrentes nos estudos que apresentam suportes cognitivos: **conceptualização**, **categorização**, **referenciação**. Esses três termos designam atividades voltadas para processos mentais. As concepções de *frame* e de metáfora são essenciais, assim como a redefinição da concepção de contexto.

3.3.1 Conceptualização, categorização, referenciação

Nós elaboramos representações mentais e conceituamos o mundo incessantemente. Conceituar é um processo de construção, a partir de experiências de percepção no nosso envolvimento com o mundo. Por isso, os estudos de linha cognitivista falam em **conceptualização** para indicar o processo de conceituar e elaborar representações mentais de tudo aquilo que tomamos contato.

Por exemplo, a percepção da permanência e manutenção, já há muito tempo estabilizada na significação do verbo ‘ficar’, passa a conviver com a percepção da não-permanência, da curta duração. E assim, aos poucos, ocorre uma nova estabilização social de sentidos, com um novo enquadramento, quando associada ao relacionamento, geralmente sexual, entre pessoas. Dois processos conceituais convivem no mesmo significante (‘ficar’).

As experiências de percepção de movimentos, pesos, posições etc, advindas do nosso envolvimento no mundo, leva-nos a abstrair e produzir conceitos, que são representações que fazemos na mente. A **categorização**

é uma atividade de produzir enquadramentos com base nesses conceitos. As categorias se estabilizam com base em consensos sociais.

Podemos tomar como exemplo o nome ‘planeta’. Em 2006, a União Astronômica Internacional (IAU) ‘retirou’ Plutão da categoria de planeta, entendendo que, apesar de ser um astro que orbita em torno do sol, a sua órbita ‘aceita’ o compartilhamento de diversos astros menores, perdendo autonomia. Essa percepção do mundo em que Plutão está constituído produz distinções, classificações e designações. Nesse caso, Plutão passa a ser cognitivamente categorizado como um ‘planeta-anão’.

Nessa perspectiva, em lugar da referência, temos a **referenciação**, isto é, a atividade de produção de referência. Um dos pontos de partida dessa concepção é o de que as unidades linguísticas estão sujeitas a uma indeterminação semântica. Por outro lado, as entidades do mundo extralinguístico não são delimitadas pela sua natureza. Em outros termos, o mundo empírico não é delimitado em si mesmo, não é algo pronto para receber as designações, de acordo com essa perspectiva. A atividade cognitiva é que determina pelo discurso a identidade dessas entidades. Dessa maneira, a referenciação é um processo que determina a existência de entidades no discurso.

A construção discursiva da referência pode ser exemplificada pelas expressões de circulação recorrente no ano de 2020: *atual pandemia, crise sanitária, infestação virótica, doença do corona* (informal). Essas expressões são representativas de diferentes experiências de percepção de um fato de grande relevância. Tendo em vista que a atividade de categorizar, nessa perspectiva, é de natureza cognitiva, algo da construção do conhecimento na mente, a referenciação introduz nos discursos sobre o ano 2020 esse fato, concebido por diversos pontos de vista sociais: da abrangência, da configuração social, do contágio, da atuação do vírus no corpo. Assim, na perspectiva da referenciação, a expressão linguística focaliza um aspecto do fato.

No âmbito desse quadro, dois conceitos se destacam na perspectiva cognitiva da significação: **frame** e **metáfora**.

3.3.2 Frame

De acordo com Fillmore, as experiências do indivíduo nas relações sociais se estruturam em formas de esquemas mentais. Segundo ele,

todas as vezes que realizamos ou presenciamos uma negociação de compra e venda estão envolvidos alguém que compra, alguém que vende, um objeto de venda, um preço. Essas recorrências formam uma cena na qual abstraímos as pessoas e objetos reais das inumeráveis ocorrências. Essa cena se aplica a todos os casos de compra e venda. Temos assim o germe de um *frame*. Ele seria algo como uma moldura mental em que cabe tudo o que seja relacionado com a cena: pessoas vendendo, pessoas comprando, valores de objetos etc.

Da mesma maneira, podemos compreender a palavra ‘porta’ pelo seu *frame*. Ela evoca cenas em que sair, entrar, abrir, fechar são esquematicamente emolduradas em nosso sistema de conhecimento, de natureza cognitiva. Essa ‘moldura’ pressupõe cenários efetivos de pessoas que entram e saem por portas, que abrem e fecham portas. Por isso, Fillmore defende que as experiências são estruturadas em esquemas de conhecimento na mente.

Um *frame* por ser conduzido por protótipos. Um exemplo de Fillmore é ‘café da manhã’. Uma cena de alguém tomando café com pão às 8h da manhã é prototípica, mas o *frame* alcança também a cena de uma pessoa que acaba de acordar às 13h e toma café com pão, como também uma pessoa que come carne às 6h da manhã. Entra nesse esquema uma complexa relação de horário, tipo de alimento e sequência do acordar.

Enfim, na abordagem de Fillmore, o *frame* estrutura a significação na língua. Ao mesmo tempo, as palavras evocam um *frame*, nas atividades de significação.

3.3.3 Metáfora

Essa relação cognitiva de passagem da experiência de cenários reais para cenas abstratas também é fundamental na abordagem de Lakoff.

A sua ideia básica é a de que a metáfora é uma relação entre um domínio conceitual de origem e um domínio conceitual de destino, realizada no sistema cognitivo. Vamos tomar a palavra ‘porta’, nosso principal parâmetro de compreensão contrastiva entre as perspectivas da significação.

Para isso, trataremos novamente a ocorrência (1).

(1) A porta Y está aberta

Podemos ter, como **domínio de origem**, a concepção de uma porta como objeto físico, que se encontra em determinada posição, a ponto de permitir passagem de um ponto a outro em certo estado de mundo.

Por sua vez, podemos ter, no sistema cognitivo, em **domínio de destino**, ocorrências como:

- (9) As portas da esperança se abrirão para você
- (10) Depois que fiz o curso, muitas portas se abriram para mim
- (11) A porta para o futuro está em si próprio

Nessas ocorrências, ‘porta’ está sendo usada em analogia ao uso demonstrado em (1). Com efeito, nas ocorrências de (9) a (11), podemos recuperar a ideia de abertura como passadouro. No entanto, ocorre uma abstração na metáfora. Nos três usos, não se trata de um objeto físico e nem tampouco de uma passagem entre lugares fisicamente detectáveis.

Com efeito, no domínio de origem, o foco de experiências voltado a um passadouro é transferido para conceber a passagem de um estado de vida para outros planos de vivência, seja na esfera pessoal, seja na profissional.

Nessa perspectiva, Lakoff desloca a concepção clássica de metáfora como figura de linguagem para um tipo de estrutura cognitiva. Ela é fundamental, no seu entender, para a compreensão da polissemia, concebida como basilar na linguagem.

3.3.4 Nova abordagem do contexto

Na perspectiva das ações situadas (3.2), em geral, o contexto é concebido como elemento estático, de dimensões espaciais, temporais, culturais, interpessoais. As expressões linguísticas se ancoram nessas dimensões para adquirir as possibilidades de efetivar significações para a referência. O contexto é uma dimensão não linguística.

A perspectiva da atividade cognitiva, ao contrário, não separa linguagem de contexto. Nos estudos dessa perspectiva, em geral, o contexto é estruturado, e não uma dimensão exterior à atividade linguística. Isso significa que as categorias já se estruturam sob atividade de contextualização. A categorização é uma atividade de arregimentação do linguístico nas dimensões contextuais. Dessa maneira, compreender as atividades de categorização,

conceptualização e referenciação é compreender, sob o viés cognitivo, o contexto da/na atividade de linguagem.

Sob esse viés, a constituição do frame é ‘contextual’ por si mesma, isto é, as dimensões espaciais, temporais, culturais, interpessoais são constitutivas das experiências que estruturam a ‘moldura’ cognitiva de sustentação da expressão linguística. Da mesma maneira, a transição de domínios conceituais, a qual sustenta a polissemia ampla do linguístico, na abordagem da metáfora, é tracionada por essas dimensões.

Vimos, assim, que a questão básica das abordagens cognitivas reside nas estruturas e processos conceituais envolvidos na construção do significado. O foco não está nas condições de verdade na constituição da referência e nem nos atos de fala em situações de interação, como vimos. Por sua vez, a unidade de análise dos estudos cognitivos não é a frase, concebida na sua estruturação orgânica, como na primeira perspectiva aqui apresentada, e nem o enunciado, concebido como ato de fala, mas as expressões lexicais.

3.4 Perspectivas da dinâmica enunciativa

As abordagens da significação nesta perspectiva apresentam um olhar sobre o enunciado distinto das perspectivas que apresentados anteriormente como ‘ações situadas’. Um dos fundamentos dessa distinção está na concepção de dinâmica enunciativa.

Aqui, ao invés de focalizar as formas de estruturação sentencial, detém-se na formação das expressões linguísticas; ao invés de observar os enunciados em contexto, focaliza-se nos enunciados em realização; ao invés de privilegiar a atividade cognitiva do dizer, focaliza-se nos domínios de mobilização do sentido. Enfim, trata-se de uma perspectiva que procura compreender as diferentes nuances das dinâmicas do dizer.

O campo de estudos da enunciação nos séculos XX e XXI é recortado por diversas tendências no tratamento das dinâmicas enunciativas. Diversos estudiosos, em diferentes países, se dedicaram a desenvolver modelos nessa direção. Vamos apresentar a seguir apenas três amostras de abordagem das dinâmicas enunciativas, desenvolvidas por C. Bally, E. Benveniste e O. Ducrot/M. Carel.

3.4.1 Um *modus* no *dictum*

Segundo Bally, o sujeito falante participa ativamente da constituição da sua frase, não só na formulação de um *dictum*, mas também imprimindo nela um modo de dizer (*modus*). Esse modo de dizer pode advir de julgamentos, avaliações, desejos, do sujeito, relativos àquilo que ele próprio está dizendo na frase. Dessa maneira, argumenta Bally, ao enunciar, ao mesmo tempo em que apresentamos um ‘conteúdo’, nós manifestamos uma reação às representações desse conteúdo.

Nessa direção, na visão de Bally, quando falamos sobre ‘porta’, nós queremos que ela esteja aberta, ou então fechada, duvidamos que alguém entre por ela, alegamos por alguém ter saído por ela, esperamos que alguém a feche, e assim por diante. Essa reação à representação de porta constitui-se, portanto, numa dinâmica enunciativa, isto é, numa modalidade de participação do falante na sua fala. Haveria, assim, uma mobilização constitutiva da subjetividade na realização da língua.

Bally nos leva a observar que nós apreendemos o que seja uma entidade qualquer quando somos capazes de enunciar uma visão sobre essa entidade, isto é, quando adquirimos um modo de nos situar em relação à representação dessa entidade. Como sabemos o que é pássaro? Pergunta Bally. A sua resposta é: nós apreendemos um pássaro pelo seu canto, pelo lugar em que vive, pela beleza que nos encanta, pelas características que marcam a sua ‘história biológica’, pela definição morfológica que o classifica na espécie, no reino, etc. Essas são algumas das perspectivas que nós temos para captar e ao mesmo tempo enunciar o que seja um pássaro. Enfim, a dinâmica enunciativa seria a base para a significação de pássaro.

3.4.2 Do modo semiótico ao modo semântico

A língua atualiza-se em discurso, defendia Benveniste. A enunciação seria a dinâmica da passagem da língua ao discurso, e é nessa passagem que a língua se manifesta. Nessa dinâmica, a língua guarda, agregada a sua base significante, a significância do signo, concebida na distinção entre um signo e outro. Esse seria o modo semiótico da significação, constituído no plano das formas linguísticas.

Na enunciação, isto é, na passagem da língua ao discurso, entra o modo semântico da significação. Na instância do discurso, os signos passam a produzir referências específicas agregadas ao tempo, ao espaço e aos referenciais de pessoa.

Nessa direção, o signo 'porta', no modo semiótico, seria concebido como distinto de 'janela', por exemplo. Apesar de ambos serem aberturas em determinado recinto, a porta é concebida para passagem de pessoas, diferentemente de janela (mesmo que eventualmente alguém possa sair de uma sala pela janela). Na medida em que locutores específicos expressam

(12) A porta da minha casa ficou aberta

(13) Quem abriu esta porta?

(14) O restaurante da esquina fechou as portas

passa-se para o modo semântico de significação, justamente porque 'porta' adquire especificidades no enunciado, relativas à pessoa que enunciou, e ao tempo e ao espaço da enunciação. As coordenadas de pessoa, tempo e espaço da enunciação determinam o modo semântico da significação, propiciando as condições da referência.

Portanto, nesse viés teórico, aquilo que se enuncia significa, em parte, pela estabilidade de significado do signo, reconhecido pelo conjunto dos membros de uma mesma comunidade linguística (modo semiótico), e, em parte, por um balizamento de referência construída a partir da relação de cada locutor com a língua (modo semântico). A análise de um enunciado, na condição de instância da língua, envolveria simultaneamente o reconhecimento da estruturação linguística em signos e o funcionamento da língua em discurso. Nesse funcionamento, aciona-se o aparelho formal de enunciação pelo locutor, propiciando a referência. Essa é a dinâmica enunciativa da significação, no âmbito do pensamento de Benveniste.

3.3.3 Argumentação

No viés de abordagem de Ducrot e Carel, a concepção de dinâmica enunciativa é desenvolvida pela argumentação linguística. Ducrot propõe que uma entidade linguística evoca discursos ou modifica discursos associados a outras entidades. Quando falamos, argumenta Carel, discursivizamos, isto é, entrelaçamos palavras numa

determinada ordem. Na discursivização, as expressões linguísticas adquirem relação com esquemas argumentativos.

Observemos o nosso recorrente cenário de exemplificação, relativo a ‘porta’, no intuito de compreender esse entrelaçamento do termo em esquemas argumentativos. Em um esquema argumentativo, uma expressão linguística é argumento para levar a outras que podem ser associadas numa determinada direção. A análise explicita os aspectos do direcionamento, por meio dos conectivos ‘portanto’ e ‘no entanto’:

x PORTANTO y x NO ENTANTO z

Vamos a um exercício de projeção desse esquema argumentativo em ocorrências corriqueiras da língua.

A significação de **porta aberta** é sustentada argumentativamente por:

- (15) passagem livre PORTANTO possibilidade de circular vento
- (16) passagem livre PORTANTO entrada possível (não cerrada)
- (17) passagem interrompida NO ENTANTO entrada possível para pessoas (cerrada)
- (18) porta aberta PORTANTO livre para pessoas e cães entrarem (não cerrada)
- (19) porta aberta NO ENTANTO cães não podem entrar (cerrada)

Por sua vez, a significação de **porta fechada** pode se sustentar argumentativamente em:

- (20) passagem interrompida PORTANTO impedida a entrada (trancada)
- (21) passagem interrompida NO ENTANTO entrada possível para pessoas (não trancada)
- (22) porta fechada PORTANTO pessoas precisam de chave para abrir (trancada)
- (23) porta fechada NO ENTANTO pessoas podem girar a maçaneta e entrar (não trancada)

Esses encadeamentos nos indicam que a significação das duas expressões linguísticas se configura no entrelaçamento argumentativo. Com efeito, ‘porta fechada’ pode ser sinônimo de ‘porta aberta’, do ponto de vista da enunciação. O que distingue a

significação das entidades linguísticas, em última análise, são as orientações do dizer. Portanto, a relação entre a expressão linguística e a dimensão factual não distingue significativamente ‘porta fechada’ e ‘porta aberta’. Essas expressões não são capazes de nos informar sobre a realidade da abertura ou fechamento das portas.

Esse direcionamento argumentativo é revelador da dinâmica enunciativa que caracteriza a presente perspectiva da significação. No entender de Carel, argumentar constitui uma função primária dos nossos enunciados, e está no fundamento das suas significações.

Em Bally, vimos que a dinâmica geradora da produção do enunciado encontra-se na reação de um sujeito às representações que ele apresenta no seu dizer. Já em Benveniste, essa dinâmica encontra-se em uma transformação da língua em discurso, em que o modo semiótico da significação alcança um modo semântico de significar. Por sua vez, em Ducrot e em Carel, a dinâmica geradora da produção do enunciado é situada na argumentatividade do próprio enunciar. Dizer é mover-se pelas orientações daquilo que se diz, uma vez que os sentidos das próprias expressões linguísticas se constituem tendo em vista a articulação de esquemas argumentativos nos quais elas contraem pertencimento.

Nessa perspectiva, então, olha-se o enunciado para ver a enunciação, configurada nessas dinâmicas enunciativas.

4. Considerações finais

Vimos, por meio dessa amostra de abordagens da significação, o quanto é fértil os campos da semântica e da pragmática. Nesses horizontes, ‘dar a entender’ pelas línguas é um desafio em várias dimensões.

Relevam-se nesse horizonte as línguas, em sua materialidade constitutiva: suas unidades e sua capacidade de urdidura sintática e textual. Qual o papel dessa materialidade na constituição da significação?

Também se relevam nesse horizonte os personagens da trama linguística: falantes, escritores, ouvintes, leitores. São sujeitos de conhecimento, atuantes de posições sociais, desdobrados em locutores e enunciadoreis. Quanto da significação é devida à atuação desses personagens?

Nesse horizonte, a língua é exercida na relação com os mais diversos suportes, em recortes de tempo e espaço definidos: qual o

lugar desses fatores na significação? Eles já estão inscritos no dizer? Ou atuam como ambientação dos enunciados?

Enfim, não faltam pontos de ancoragem para o exercício do nosso olhar. O presente texto procurou flagrar alguns exercícios, com seus efeitos de certeza e os seus desafios na construção de uma consistência interna. Enfim, que essa amostra de exercícios nos incite a participar desse desafio de dar a entender o campo da semântica.

Bibliografias

- ANGIONI, L. *Introdução à teoria da predicação em Aristóteles*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.
- BALLY, C. [1947] *Linguistique général et linguistique française*. 4. ed. Berne: Éditions A. Francke, 1965.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale 2*. Paris: Gallimard, 1974.
- CAREL, M. Introduction. in: Marion Carel (dir.) *Argumentation et polyphonie - De saint Augustin à Robbe-Grillet*. Paris: L'Harmattan, 2012, p. 7-52.
- CAREL, M.; DUCROT, O. *La semántica argumentativa*. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2005.
- CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Ed. da Unicamp/Eduel, 2003.
- FILLMORE, C. J. Frame semantics. In: The Linguistic Society of Korea, eds. *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin. 1982, p.111-137.
- FREGE, G. [1892] Sobre o sentido e a referência. in: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/ed. da USP, 1978, p. 59-86.
- GRICE, H. P. [1967] Logic and conversation. in: COLE, P. & MORGAN, J. *Syntax and semantics*. V. 3. New York: Academic Press, 1975, p. 41-58.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- PLATÃO. *Diálogos. Teeteto. Crátilo*. 3 ed. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 2001.
- SEARLE, J. R. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- STRAWSON, P. On Referring. *Mind*, v. 59, n. 235, p. 320-344, 1950.

Aula II

Terminologia geral da Semântica Argumentativa¹

Oswald Ducrot,
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França

Vou falar-lhes de um certo número de expressões que me parecem fortemente ambíguas e que são frequentemente empregadas para falar de linguística, para tratar da fala. Muitas vezes quando fazemos uma apresentação e, particularmente, nesta, Marion Carel e eu, caímos na armadilha desta ambiguidade e usamos as expressões de que vou falar. Trata-se de:

1. expressão
2. contexto
3. semantismo ; valor semântico
4. sentido literal
5. a oposição entre sentido e significação

1. Expressão

Começo pela palavra <expressão>, que encontramos quando digo, por exemplo: <a expressão “gato”>. Quando se diz <a expressão “gato”>, isso pode significar duas coisas completamente diferentes e é muito ruim confundi-las. Para distinguir essas significações diferentes da palavra <expressão>, passarei a chama-las <expressão tipo> e <expressão ocorrência>.

<A expressão tipo> é um elemento da língua. É, pois, algo que não é observável porque as palavras da língua não são coisas observáveis; nenhum de nós jamais ouviu, nem viu, nem percebeu, de um modo geral, a expressão tipo <gato>; a palavra <gato> é uma invenção, não é em si mesma observável; o que observamos são utilizações que fulano ou sicrano fazem da palavra <gato>. Chamo <expressão tipo> o

¹ Aula de Oswald Ducrot, realizada em 15 de novembro de 2013, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais - EHESS, em Paris. Transcrição de Diego Brousset. Tradução de Carlos Vogt.

elemento da língua que é absolutamente inobservável. Se Pedro me fala de um gato, ou se Maria me fala de um gato, devo supor que Pedro e Maria utilizam a mesma palavra da língua portuguesa para compreender o que eles dizem da mesma maneira.

À < expressão tipo >, oponho a < expressão ocorrência > que é o elemento de um discurso, isto é, que é algo observável. Quando Inês diz < o gato morreu > (admitindo que Inês exista), ela produz uma ocorrência da palavra < gato >, ainda que a palavra <gato > não seja ela mesma observável.

A frase seguinte parece-me totalmente absurda porque não respeita esta distinção: < A observação mostra que a palavra “gato” designa um animal. > É um absurdo porque ninguém jamais observou a palavra “gato”; é simplesmente uma decisão cômoda dizer que a palavra “gato” designa um animal. Eu poderia perfeitamente pensar que a palavra “gato” não designa absolutamente um animal, mas uma qualidade do comportamento. Com efeito, se se dissesse: < Esta mulher é um verdadeiro gato >, designar-se-ia um modo de se comportar. Por que não dizer, então, que é isso que é designado pela palavra “gato”? Não há observação que seja particularmente decisiva. O problema é que, se decido que a palavra “gato”, em si mesma, designa um comportamento, não conseguirei compreender porque isso designa uma espécie particular de animais, já que há milhares de espécies animais que têm esse comportamento. Por outro lado, se decidir que a palavra “gato” designa um animal, poderei compreender porque ela designa também, algumas vezes, um tipo de comportamento particularmente afetuoso, gentil ou/e agradável, já que se supõe geralmente que o gato tem comportamentos desse tipo.

Quando se fala de uma < expressão >, é realmente necessário precisar se se fala de uma < expressão > em si mesma, de uma < expressão tipo >, ou se se fala dos aparecimentos da expressão no discurso, isto é, neste segundo caso, dos acontecimentos constituídos pela utilização dessa expressão por alguém.

Admite-se, comumente, uma certa relação entre < expressão tipo > e < expressão ocorrência >, ou seja, uma relação de realização. Admite-se, em geral, que as <expressões tipos > são realizadas, ou concretizadas pelas <expressões ocorrências> no discurso. Isto é, se disser que “meu gato está doente”, meu interlocutor admitirá

imediatamente que a ocorrência da palavra “gato”, que acabo de produzir, é uma realização da expressão portuguesa tipo “gato”.

Entre as < expressões tipos >, os linguistas dão uma importância particular às “frases” que são combinações regulares de unidades menores. Regulares no sentido de que são estabelecidas segundo as leis da língua. As “frases”, como todas as < expressões tipos >, são inobserváveis. Não posso observar a significação da frase: < O gato morreu >, isso não se observa; o que posso observar, rigorosamente, é o sentido da expressão ocorrência: < O gato morreu >, realização da frase < O gato morreu >. É o que se chama habitualmente um enunciado.

De maneira geral, os linguistas se interessam particularmente, no que diz respeito às < expressões tipos >, pelas frases, e, relativamente às < expressões ocorrências >, pelos enunciados, que são realizações discursivas das frases e constituem dados observáveis. O que se pode observar são sempre os enunciados. Não se observa jamais uma frase, a frase portuguesa < O gato está doente. > não se observa. Tudo que acabo de dizer constitui uma sequência de enunciados, fabricados a partir de frases, mas essas frases não são observáveis: só os meus enunciados o são.

Antes de passar para o meu segundo ponto, que é a noção de contexto, gostaria de insistir nesta ideia de que o que digo é válido para qualquer teoria linguística. As noções de que trato não são específicas da Teoria da Argumentação na língua, mas valem para toda teoria que pretende ser um pouco coerente e busca não jogar com essas ambiguidades. Penso que todo linguista seja capaz de distinguir < frase > e < enunciado >; alguém que não fizesse esta distinção, não faria linguística, ou faria uma linguística verdadeiramente condenável e confusa. Minha comunicação não está, pois, no quadro da apresentação das teorias que construí com Jean-Claude Anscombre, a Argumentação na língua, e que são desenvolvidas na Teoria dos Blocos Semânticos, de Marion Carel. O que digo aqui é válido para qualquer teoria linguística que tenta ser minimamente coerente.

2. Contexto

Passo agora à segunda noção de que gostaria de tentar detectar a ambiguidade, a saber, a noção de contexto, e especialmente de contexto de uma < expressão ocorrência >. Pode-se entender duas

coisas bem diferentes quando se fala de contexto de uma <expressão ocorrência>. É de bom tom atualmente dizer < isso depende do contexto >, mas omite-se, geralmente, esclarecer o que se entende por <contexto>. Ora, pode-se entender por contexto coisas bem diferentes.

Num primeiro sentido, que chamarei o sentido (a), o contexto de uma < expressão ocorrência > é o conjunto de palavras que acompanham, num discurso, esta < expressão ocorrência >. Tomo o exemplo da palavra < trincheiras >, utilizada na maioria dos discursos relativos à Guerra de 1914, uma vez que, durante esta guerra, os soldados franceses, ingleses, ou alemães enterravam-se em trincheiras cavadas no solo. A expressão ocorrência < trincheira > pode ter, no seu contexto, no sentido (a), a expressão ocorrência < canhão >, ou a expressão ocorrência < tiros de fuzil >.

Num segundo sentido, que chamarei sentido (b), o contexto de uma <expressão ocorrência > não é mais constituído de palavras, mas de acontecimentos. O contexto no sentido (b) da expressão ocorrência < trincheiras > é, então, o conjunto de todos os acontecimentos de que fala a narrativa, de tiros de canhão, de tiros de fuzis.

Mas, num terceiro sentido (c), a palavra < contexto > significa as circunstâncias nas quais a palavra <trincheira > foi enunciada, o que chamo circunstâncias da enunciação, por exemplo a situação de um escritor que conta a Guerra. É totalmente diferente do sentido (b), porque, nas circunstâncias da enunciação da palavra < trincheiras > por um escritor, não há, geralmente, o ruído do canhão ou da fuzilaria, pois este escritor encontra-se sentado numa poltrona confortável, num quarto bem aquecido: o contexto no sentido (c) de sua enunciação, seria esse quarto e o seu conforto. Isso vale também para mim, quando falo aqui de trincheiras, o contexto da enunciação é esta sala da École des Hautes Études, que é uma sala que tem muito pouca relação com canhão, com fuzilaria que envolvem os soldados enterrados nas trincheiras.

É preciso, portanto, prestar bastante atenção quando se fala de < contexto >, esclarecendo o que é que se entende: o contexto da enunciação da palavra, ou os fatos que acompanham na narrativa os fatos indicados pela palavra, ou enfim as próprias palavras do texto. Parece-me prudente reservar a palavra < contexto > para o sentido (c), isto é, as circunstâncias da enunciação, e falar de < co-texto > para o sentido (a), isto é, as palavras que circundam a expressão ocorrência estudada. Quanto ao contexto no sentido (b), isto é, os

acontecimentos de que trata a narrativa, ele não concerne diretamente o linguista mas somente a pessoa que narra.

3. Semantismo

A terceira noção de que pretendo falar é a noção de < semantismo >, ou de < valor semântico >. Quando se fala do valor semântico de uma expressão, pode-se entender duas coisas muito diferentes. Primeiramente, trata-se de uma < expressão tipo >, seu < semantismo > é a significação desta expressão linguística e ele tem apenas uma realidade linguística. O < valor semântico > da expressão tipo < gato >, por exemplo, é tão pouco observável quanto a própria expressão tipo, é puramente explicativo. Quando digo que o valor semântico da expressão tipo < homem > é a ideia de uma animalidade combinada com a racionalidade – é a definição habitual, segundo a qual o homem é um animal racional -, estas caracterizações semânticas não têm senão um valor explicativo, elas não são observáveis. Chamamos < significação > este valor semântico da expressão tipo, tentando reduzir os usos que fazemos da palavra < significação > a este semantismo das expressões tipos.

Agora, quando se trata de uma < expressão ocorrência >, isto é, do emprego particular de uma palavra, por exemplo, não falaremos de significação, mas unicamente de sentido. Direi, então, que o emprego que faço da palavra < gato > tem um sentido – enquanto a própria palavra < gato > não tem um sentido, mas uma significação. Evidentemente, esta escolha entre os dois termos, < sentido > e < significação >, é arbitrária; escolhemos < sentido > para o valor semântico da expressão ocorrência e significação para o valor semântico da expressão tipo, mas poderia ter sido o inverso. O importante é fazer uma escolha, porque, para repetir, escolher é não confundir as duas ideias. É preciso levar em conta esta escolha, se quisermos falar aqui de maneira transparente e coerente.

Esta distinção do sentido e da significação se aplica a todas as expressões e, por exemplo, a estas expressões tipos que são as frases. Diremos que uma frase tem uma significação. Aplica-se também ao valor semântico de um enunciado, ou seja, à ocorrência de uma frase, e, assim, diremos que um enunciado tem um sentido. Numa definição de dicionário, encontram-se associadas, ao mesmo tempo, a uma

palavra a indicação de sua significação e a indicação do sentido de tal ou tal emprego, de tal ocorrência desta palavra, sem que o dicionário faça uma separação clara entre estas duas espécies de valor. Parece-me ser uma grande falha dos dicionários.

4. Sentido literal

O quarto ponto sobre o qual quero insistir é a noção de < sentido literal >. Quando se fala de < sentido literal >, é sempre do sentido literal de uma expressão ocorrência; pergunta-se qual o sentido literal da palavra que se acaba de ouvir, desta ocorrência que acaba de aparecer no discurso de que se é espectador. E quando se fala do sentido literal de uma expressão ocorrência, parece-me que se pode querer dizer duas coisas. (No impresso distribuído, digo que < sentido literal > tem duas acepções; não quis dizer que tem dois sentidos, porque teria me criado problemas terminológicos terríveis, por isso utilizei uma palavra bastante cômoda: < acepção > que pode valer, ao mesmo tempo, para o sentido e para a significação.)

Quando me pergunto qual o sentido literal de uma expressão ocorrência, posso me interrogar sobre a significação da expressão tipo que ela realiza. Tomemos, por exemplo, o enunciado < o tempo está ruim aqui >. Interrogar-se sobre seu sentido literal é perguntar-se qual é a significação da expressão tipo que ele realiza, da frase que corresponde à ocorrência < o tempo está ruim aqui >. É preciso ver que o sentido literal assim compreendido (eu ia dizer nesse sentido, mas entraria de novo em problemas terminológicos terríveis ...), isto é, enquanto significação da expressão tipo realizada, este sentido literal é muito pobre e extremamente pouco interessante. Particularmente, pouco interessante para os linguistas que se interessam pela verdade das expressões ocorrências. Com efeito, a significação da frase < o tempo está ruim aqui > não pode ser dita nem verdadeira, nem falsa, pois tudo depende do momento designado pelo presente de < o tempo está ruim aqui >, ou ainda do lugar designado por < aqui >. Ora, a maioria de nossas frases comporta tais elementos – em linguística, são chamados dêiticos – isto é, expressões que têm a ver com designações totalmente diferentes, conforme a ocorrência na qual elas aparecem. Assim, < aqui > pode designar qualquer lugar, ou < eu > pode designar qualquer pessoa. Quando Pedro diz <eu estou contente> e quando eu digo < eu estou

contente >, o < eu > não designa a mesma pessoa. Esta presença dos dêiticos na maior parte das frases faz com que o sentido literal de um enunciado de uma frase seja realmente muito pobre no que diz respeito a seu aspecto veritativo.

Ao mesmo tempo em que eu escrevia o impresso, eu me disse que para nós que não nos ocupamos das condições de verdade da fala, esta crítica do sentido literal nesta acepção, esta observação sobre o seu pouco de interesse, tendo em conta os dêiticos é descabida. < O tempo está ruim aqui >, quer seja dito por mim hoje, ou por alguém, ontem, em Marselha, isso não tem, é claro, as mesmas condições de verdade, mas nós não nos interessamos pelas condições de verdade, de modo que não posso repreender, se quiser permanecer fiel à Teoria da Argumentação na língua, ou à Teoria dos Blocos semânticos, este uso da expressão < sentido literal > de ser sem interesse para a questão das condições de verdade, pois não nos ocupamos dessas condições de verdade.

Em sua segunda acepção, o < sentido literal > é o sentido da expressão ocorrência, levando em conta, ao mesmo tempo, a expressão tipo e elementos do contexto, cuja consideração é solicitada pela expressão tipo. Seja a expressão tipo < o tempo está ruim aqui >. Há o presente do verbo < estar >, que pede que se leve em consideração o momento da enunciação; há o advérbio < aqui >, que pede que se leve em consideração o lugar da enunciação; se se levar em consideração estes elementos sublinhados pela própria expressão tipo, neste momento, as condições de verdade tornam-se mais fáceis de determinar, e se tem um sentido literal que é utilizável mesmo para os que se interessam pelas condições de verdade.

Teremos notado que eu insisti fortemente na definição desta acepção em que o sentido literal, assim definido, leva em consideração no contexto o que a expressão tipo pede para ser levado em consideração. Ora, há elementos circundantes cuja consideração não é pedida pela expressão tipo e ambiguidades que não são desfeitas pela simples observação da expressão tipo e do que ela pede para ser considerado. Dou como exemplo o enunciado < os livros de Benveniste são fáceis >: qual seria seu sentido literal? É muito ambíguo, mesmo se não nos dermos conta disso imediatamente. O que significa a expressão tipo < os livros de Benveniste >? Alguns de seus empregos têm por sentido < os livros escritos por Benveniste >, mas outros terão por sentido < os livros comprados por Benveniste > - se, por exemplo,

eu estiver com Benveniste em uma livraria e estiver olhando os livros que ele compra e que eu acho difíceis. Outros ainda terão por sentido <os livros que me deu Benveniste > , ou ainda < os livros de que fala geralmente Benveniste > ... A expressão tipo < os livros de Benveniste > é inteiramente ambígua, de forma que não se pode atribuir um sentido literal preciso aos seus empregos, considerando somente a expressão tipo e as instruções ligadas ao uso desta expressão tipo. Não há nada na expressão tipo < os livros de Benveniste > que obriga a compreender < os livros escritos por Benveniste >, a expressão portuguesa < livros de Benveniste > não significa necessariamente <os livros escritos por Benveniste> , ela não obriga a escolher isso como sentido, ela é também compatível com < os livros dados por Benveniste > ... Se se tem tendência para compreender < os livros escritos por Benveniste > é porque, cada vez que se fala de Benveniste, pensa-se no autor de um certo número de livros e, quando se fala dos livros de Benveniste, temos em mente os livros que ele escreveu. Se se tratasse dos livros de Jean Blonblon, não se saberia, absolutamente, se isso significaria <os livros escritos por Jean Blonblon>, ou < os livros comprados por Jean Blonblon >.

Assim, mesmo na segunda acepção de < sentido literal >, o sentido literal de < os livros de Benveniste são difíceis > permanece incompleto, não avaliável em termos de verdadeiro e de falso – salvo, é claro, se se admitir que a preposição < de >, na sua própria significação, fornece a instrução para precisar, contextualmente, a relação que Benveniste mantém com os livros em questão.

Apresentarei na próxima vez duas concepções totalmente opostas do sentido dos enunciados e da significação das frases.

5. Sentido e significação

Não temos registro do final da aula de Oswald Ducrot; assim, recopiamos apenas o resumo que ele distribuiu.

- a) O sentido de um enunciado = suas condições de verdade.
Na linha desta concepção diremos que o sentido de uma expressão menor que um enunciado (por exemplo, uma palavra) é o conjunto das condições às quais um objeto deve

satisfazer para que possa ser qualificado por esta expressão: é a concepção habitual, mas não a nossa.

b) Para nós, um enunciado, enquanto tal, não tem sentido e uma frase, enquanto tal, não tem significação – só têm sentido os encadeamentos de enunciados ou de frases ligadas por um equivalente de pois ou de entretanto.

Descrevemos, assim, o discurso pelo discurso. É o que se chamou nosso < imanentismo >. Ele pertence à própria definição da Teoria da Argumentação na língua.

Tradução: Carlos Vogt

Bibliografias

DUCROT, O. (1972) < Parte 4. A pressuposição na descrição semântica > in *Dire et ne pas dire*, Paris Hermann, 1972

DUCROT, O. (1984) <Capítulo VIII. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação > in *Le dire et le dit*, Paris, Minuit

DUCROT, O. (1980) Introdução de *Les Mots du discours*, Paris, Minuit.

Aula III

Sentido, Significação e Referência¹

Oswald Ducrot,
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França

Começemos, de início, lembrando alguns elementos terminológicos.

Nós entendemos, por « discurso », a execução da língua por alguém em uma situação de fala particular. Evidentemente, essa definição supõe que saibamos o que é a língua, o que é inquietante, já que essa definição não define, portanto, os pontos essenciais – as definições sempre fixam somente elementos acessórios.

De outra parte, nós chamaremos “significação” o valor de uma entidade de língua. É uma noção que nos é própria, e que nós podemos igualmente chamar “valor semiótico”, valendo-se de uma expressão de Benveniste. Eu distingo essa “significação” do “sentido”, que por sua vez podemos chamar de “valor semântico”, tomando aqui, ainda, uma palavra de Benveniste que opõe semiótica à semântica. O sentido é o valor de uma unidade de discurso. A palavra “casa”, quando é empregada em um discurso, possui um sentido, um valor semântico, e quando a encontramos no dicionário, ela possui uma significação, um valor semiótico.

Eu introduzirei, agora, além desses termos clássicos, uma palavra horrível, fabricada para esta aula, que jamais a empregarei de novo: é a palavra “significacional”, a qual abrevio, algumas vezes, por SAL, no meu roteiro de aula. É uma palavra que permite designar, por sua vez, o que é comum, tanto à significação quanto ao sentido. De um modo bem hipócrita, eu chamei “o valor” da palavra – eu não poderia dizer o “valor semântico” porque entraria, então, em contradições. Era-me

¹ Aula de Oswald Ducrot, realizada em 7 de março de 2014, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais - EHESS, em Paris, França.

Transcrição de Diego Brousset. Tradução de Julio Cesar Machado.

necessária uma palavra para “significacional”, que designaria seja o sentido, seja a significação. Eu não pretendo dar um valor definitivo a esta palavra, a qual eu não estou certo de utilizá-la após esta aula.

A tabela a seguir resume as principais concepções que podemos fazer das relações entre sentido e significação, valendo-se da noção de referência:

Teoria	Significação (língua)	Sentido (discurso)	
Concepção Ordinária	referencial	referencial	O sentido de uma entidade de discurso deriva da significação da entidade de língua que ela realiza.
Benveniste	Não-referencial	referencial	A semântica (estudo do sentido) não é fundamentada sobre a semiótica (estudo da significação).
TBS	Não-referencial	Não-referencial	A semântica se fundamenta, entre outras coisas, sobre a semiótica.

Autor: Oswald Ducrot

Temos uma coluna “significação”, uma coluna “sentido”, e, na sequência, três linhas. A primeira linha, “CO”, é a concepção ordinária, a concepção clássica, aquela do senso comum, digamos. O que quer dizer “clássico”, “senso comum”, e “ordinário”? Digamos que se trata de uma concepção que não é a nossa, que nós refutamos. Nessa concepção ordinária, tanto a significação como o sentido são referenciais, e, naquilo que concerne às relações entre eles, o sentido de uma entidade de discurso é derivado da significação da entidade de língua que lhe corresponde. O que não significa um problema na medida onde, nessa concepção ordinária, o sentido e a significação são homogêneos entre si, uma vez que se trata, nos dois casos, de uma relação ao referente, uma relação com o mundo, uma relação que é muito vaga.

A segunda linha diz respeito à posição de Benveniste, tal qual encontramos em seus *Problemas de Linguística Geral*. Para Benveniste,

não há mais homogeneidade, no que diz respeito às questões da referência, entre o sentido e a significação. A significação das palavras não é referencial, ele insiste fortemente nesse ponto, para ele, a língua não é referencial. Mas o sentido e o discurso, em geral, são referenciais. Há, então, uma heterogeneidade, do ponto de vista da referência entre a significação e o sentido, o que nos leva a dizer que a “semântica” (palavra que ele emprega para o estudo do sentido) não é fundamentada sobre a “semiótica” (palavra que ele emprega para o estudo da significação). De um lado, existe a referência, e de outro, não. É uma posição bem estranha, difícil. Como dizer que o discurso realiza a língua, como, de maneira mais geral, definir o discurso, se a semântica não pode ser fundamentada sobre a semiótica, se a semântica, estudo do sentido de discursos, diz respeito à referência de discursos, enquanto a semiótica, que considera a significação das expressões da língua, é indiferente à questão da referência? Se Benveniste estivesse vivo, ele teria tentado responder a esta pergunta; mas para sua sorte, ele não viveu, de modo que nós podemos lhe fazer crédito de uma resposta possível, mesmo que não vejamos como encontrá-la.

A terceira posição possível é aquela da Semântica Argumentativa, aquela da Teoria da Argumentação na Língua, que Anscombe e eu lançamos. É de maneira ainda mais evidente a posição de Marion Carel na sua Teoria dos Blocos Semânticos. Para a TBS, reencontramos a homogeneidade, do ponto de vista referencial entre a significação e o sentido, homogeneidade que havia sido perdida por Benveniste. Entretanto, essa homogeneidade deve-se, desta vez, ao caráter não referencial de um como do outro: a significação das palavras não é referencial e o sentido dos discursos também não o é. O que faz com que a semântica possa se fundamentar, entre outras coisas, sobre a semiótica, sem que haja contradição. O que Marion Carel faz é ver como podemos não deduzir, mas, digamos, derivar a semântica da semiótica, como podemos descobrir o sentido dos discursos a partir da significação das palavras.

Eu vou agora desenvolver essas três posições de maneira um pouco mais detalhada, sobretudo a concepção clássica. Não se deve caricaturar essa concepção em uma fórmula deveras banal demais e evidente demais, a saber, que para compreender um discurso realizado em uma língua L, deve-se conhecer a significação dos termos de L. Para compreender uma peça de Shakespeare deve-se conhecer o

inglês, aquele que não conhece o inglês não entenderá jamais Shakespeare. Não é isso, evidentemente, o que diz a concepção ordinária. O que ela diz é que uma combinação correta de termos de uma língua tem uma significação que é a indicação de um tipo de referente à base do sentido das ocorrências da combinação em questão, isto é, do referente das ocorrências dessa combinação. Uma combinação de termos possui uma significação que consiste na indicação de um tipo de referente, e este tipo de referente permite descobrir o sentido das ocorrências da combinação, trata-se do referente das ocorrências da combinação.

Tomemos, por exemplo, a frase “o gato saiu”. O que diríamos sobre ela? Ou, de outro modo, o que diríamos de suas ocorrências? Em língua, a expressão “o gato” indica uma propriedade de objeto. Esta propriedade é indicada, de uma parte, pela palavra “gato”, que significa, em língua, um conjunto de características físicas, aquelas da felinidade, e de outra parte, pelo artigo definido “a”, que significa, em língua, que o objeto designado possui uma certa relação com o locutor – que pode concernir a todo tipo de relação, pode-se tratar do gato do locutor, daquele do seu primo, de um gato que ele encontrou na rua. O “a” diz que este gato possui uma relação particular com o locutor sem precisar, no nível da língua, da significação, qual é esta relação. Agora, tomemos um discurso que é uma ocorrência da frase. Se alguém me diz “o gato saiu”, neste momento, “o gato” refere-se a um objeto particular, nosso gato. A palavra “saiu” indica uma certa propriedade, e o conjunto “o gato saiu” indica um acontecimento que é a saída de nosso gato do apartamento. Este acontecimento constituirá o sentido, isto é, a referência da ocorrência da frase “o gato saiu”. Eis o que podemos chamar de concepção ordinária.

Passemos agora à concepção de Benveniste. Sua abordagem se distingue da concepção ordinária em dois níveis. De um lado, as combinações de termos da língua não têm significação para Benveniste, ele se recusa, totalmente, a falar sobre a significação das frases. O sintagma “o gato” teria uma significação? Ele não fala sobre isso. Em todo caso, as frases estão fora do domínio da significação. Não se busca a significação das frases, isso é uma pesquisa desprovida de futuro tanto quanto desprovida de interesse, segundo ele. E se é desse modo, os enunciados não podem, é bem evidente, serem

compreendidos a partir da significação das frases que eles realizam, porque elas não possuem tais significações.

De outro lado, também não é possível derivar o sentido de um enunciado a partir da significação dos termos da língua que ele mobiliza, porque o valor semiótico destes termos não é referencial (ele é constituído das relações que os signos mantêm entre si, dentro do sistema da língua), enquanto o sentido do enunciado é referencial. Não podemos calcular a referência de um enunciado a partir da significação dos seus termos.

Deste modo, se nós queremos compreender um enunciado, seja uma combinação de ocorrências de termos, por um lado, não há necessidade de tentar compreender os termos semioticamente, um após o outro, e a compor o valor do enunciado a partir do valor de seus termos, e de outro lado, e isto é uma evidência, não se pode compreender o valor desse enunciado a partir do valor de sua frase, porque as frases não possuem valor semântico.

Passemos a algumas indicações rápidas sobre a TBS, indicações destinadas a localizar o que fez Marion Carel este ano.

Marion Carel admite, absolutamente, que existem frases, e que frases são entidades importantes do ponto de vista significacional. Elas possuem um valor semiótico que não é referencial, de forma alguma, mas constituído por um conjunto de aspectos, e em complemento de encadeamentos argumentativos. Os termos possuem, por valor semiótico, os aspectos e as frases, significando conjuntos de aspectos e de encadeamentos. Marion Carel desenvolveu essas diferentes noções no percurso de seus seminários, nos seus artigos e nos seus livros. Quando se trata das entidades do discurso, como os enunciados, eles possuem um valor semântico que é, como para as frases, um conjunto de aspectos associados a encadeamentos argumentativos. As aulas de Marion Carel são destinadas a oferecer uma possibilidade de transformação da semiótica da língua, de seus termos e de suas frases, em semântica do discurso. Por outro lado, eu acrescento que, para Marion Carel, um texto é um conjunto de enunciados compreensíveis a partir de seus enunciados particulares, os quais são compreensíveis a partir das frases. Isso não significa que as frases oferecem todo o valor semântico do enunciado, mas isso significa que o valor semântico do enunciado se encontra, se deriva de um modo ao menos parcial, a partir do valor semiótico das frases.

Haveria uma outra possibilidade, que seria renunciar completamente à noção de enunciado e calcular diretamente o valor semântico das combinações de enunciados, isto é, dos discursos. Eu não conheço ninguém que tenha feito isso. Não é isso que Marion Carel faz, ela encontra o valor semântico do discurso a partir do valor dos enunciados, e os enunciados, em si, são caracterizados a partir das frases. O valor semântico das entidades do discurso, quer sejam enunciados, conjuntos ou sequências de enunciados, são sempre conjunto de aspectos e de encadeamentos organizados de uma certa maneira.

Eis, então, tudo o que eu queria dizer. Eu espero que isso permita situar o trabalho de Marion Carel na relação com a concepção ordinária. Marion Carel concorda com a concepção ordinária sobre possuir uma homogeneidade entre significação e o sentido, mas ela mantém sua postura de natureza absolutamente diferente. Na concepção ordinária, esta homogeneidade consiste em aspecto referencial dos elementos de língua, da significação, e de outra parte, consiste em aspecto referencial desses elementos de língua no discurso. Ou Marion Carel parece negar que haja um aspecto referencial no discurso, ela não se interessa a este aspecto referencial do discurso. É um problema que ela certamente terá que lidar um dia. Ela deverá admitir que o discurso possui um lado referencial? É certo que ela não estuda este lado referencial, mas ela precisa negá-lo?

Tradução: Julio Cesar Machado

Bibliografias

CAREL, M. (2017). « Signification et argumentation », publié en français et en traduction portugaise dans *Signo*, UNISC, vol. 42, n°73, 2-20
BENVENISTE, E. (1974). « Sémiologie de la langue » in *Problèmes de linguistique générale*, tome II, Paris, Gallimard

Aula IV

Análise da palavra “porta”¹

Oswald Ducrot,
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França

Nós iremos investigar os aspectos que pertencem à significação de uma palavra concreta, a palavra “porta”. Nós falamos de palavra concreta no sentido do qual a maior parte dos usos desta palavra participa de uma ação relativa a um objeto material. Se não verificamos esta afirmação de um ponto de vista quantitativo, temos a impressão que é o caso em muitos de seus usos.

Esta é uma característica recente da TBS (Teoria dos Blocos Semânticos) de Marion Carel, de tomar como exemplo palavras concretas, como a palavra escolhida aqui, a palavra “porta”, dado que nos seus inícios, nós tomávamos por exemplos palavras que remetiam às atitudes psicológicas ou intelectuais, tais como “esperança”, “justiça”, “desejo”, ou ainda “sentimentalismo”. Neste caso, parece relativamente razoável parafrasear essas palavras ditas abstratas por aspectos argumentativos, em PORTANTO e em NO ENTANTO, porque elas parecem ter por função religar ideias, constituir encadeamentos entre ideias. Na maior parte dessas palavras nós podemos prefigurar uma argumentação do tipo “Eu creio x, portanto eu penso y”, ou “Eu creio x, no entanto eu penso y”. É muito mais paradoxal colocar essas relações em PORTANTO e NO ENTANTO, relações essas que aparentam ser intelectuais em signos como “porta”, geralmente utilizado para tratar de objetos do mundo.

Antes de começar nossa descrição, devemos pontuar o quanto é difícil caracterizar materialmente a natureza dos objetos materiais, aos

¹ Aula de Oswald Ducrot, realizada em 6 de dezembro de 2013, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais - EHESS, em Paris, França.

Transcrição de Diego Brousset. Tradução de Julio Cesar Machado.

quais o emprego dessa palavra faz alusão. Uma descrição puramente material de “porta” é extremamente difícil.

Tomaremos por exemplo o Larousse de 1997 no qual, para descrever materialmente a palavra “porta”, recorreremos a características que não são somente materiais:

“É uma abertura que permite acessar um local fechado ou recinto”
(LAROUSSE, 1997).

Há, de início, erros nessa descrição de objetos materiais, dos quais poderíamos pensar: a palavra “abertura” é falha, uma porta não é uma abertura, ela obstrui uma abertura, é muito diferente. De outra parte, a palavra “acessar” é insuficiente, no sentido de que não se trata apenas da questão de um acesso, mas também de uma saída, para o caso das portas. Nós saímos tanto quanto acessamos, usando uma porta. Esses já são pequenos erros, mas eles não tocam o próprio princípio da descrição que nos interessa. O que se deve marcar, e que é importante para essa aula, é o caráter abstrato, o caráter não material da noção de “permitir”, utilizada pelo Larousse na sua definição. O que significa “permitir” não se mostra nas coisas. Não é uma noção material. Pela TBS é fácil descrever “permitir”. “X permite Y” significa duas coisas: de um lado, se nós não temos x, então y é impossível (NEG X DC Y IMPOSSÍVEL), e de outro lado, quando temos x, então y torna-se possível (X DC Y POSSÍVEL). Eu creio que esses dois aspectos definem mais frequentemente a significação do verbo “permitir”. Mas “permitir” não remete a nenhuma noção material. A descrição que o Larousse propõe não é, portanto, puramente material, ela parece ser uma descrição de objeto material, mas já vemos que ela não é isso, pelo fato de que “permitir” não é uma noção de ordem material.

Os desenhos, parecem, conseguiriam descrever melhor a palavra “porta” no seu caráter material. Basta colocar dois espaços separados por esta coisa que podemos chamar “porta”, e colocar uma flecha em nosso desenho. Mas aqui, ainda, as flechas que nos permitiriam valorar o fato de que, graças à porta, podemos ir e vir de um espaço a outro, reintroduzem uma noção próxima do “permitir” de Larousse. De novo nós sairíamos de uma descrição material. É bem perceptível a hipocrisia dessas flechas, elas não representam nada de concreto, elas disfarçam a noção de “permitir”. Utilizá-las é parecer dizer coisas concretas, enquanto não é, de modo algum, isso que dizemos.

Nós podemos também tentar uma definição referencial, corrigindo os erros da definição do Larousse. Esta não será uma definição que teremos, realmente, porque não é nesse sentido que queremos descrever as palavras do português, mas parece importante observar o que poderia ser uma definição da palavra “porta” que gostaríamos que fosse satisfatória do ponto de vista referencial, e isso se revela de novo muito complicado. É necessária uma definição como a seguinte.

Há, em um espaço E, um outro espaço que podemos chamar espaço F, que está ao redor de um fechamento C, e isso sobre toda a altura de F. A noção de altura será muito importante para distinguir as portas das janelas. Por outro lado, o objeto “porta” é a associação de duas coisas. Primeiramente, há uma interrupção no fechamento C sobre toda a altura de F. Digamos que essa interrupção toca o chão. É isso que distingue a descrição da porta da descrição da janela. Essa última não pode estar sobre toda a altura, ela não pode tocar o chão, ela pode tocar apenas o teto, pela sua parte superior. Em segundo lugar, há, na palavra “porta”, a ideia de um painel móvel que está fixado no fechamento C, e que permite e interdita a passagem entre E e F.

Eis uma tentativa de uma descrição referencial da palavra “porta”. Mas novamente, a palavra “permitir” invade nossa descrição. E agora para descrever um aspecto funcional da porta. Uma porta é um objeto que deve permitir alguma coisa, essa função deve ser levada em consideração na definição de “porta”. Nós vemos que, mesmo dessa maneira, ao corrigir algumas imprecisões da definição do Larousse, estamos enfrentando grandes dificuldades, e essa descrição não é sempre bem satisfatória. Todo o problema reside no fato de que não podemos eliminar, da definição de porta, que ela tem uma função, que ela é destinada a permitir alguma coisa.

No caso da TBS, para descrever a palavra “porta”, nós propomos um casal de aspectos, de um lado: SEPARAÇÃO PT COMUNICAÇÃO, é uma comunicação apesar da separação, e de outro lado: COMUNICAÇÃO PT SEPARAÇÃO. Eu teria preferido reter-me no primeiro aspecto, que é o mais frequente, mas nós pontuamos que, em muitos casos, a palavra “porta” pode significar o inverso, isto é, o segundo esquema. Como no caso de um funcionário que tem um escritório sem porta, e que dá diretamente no escritório do chefe, ou diretamente no corredor, e esse funcionário deseja uma porta porque deseja que haja uma separação, apesar da comunicação, uma separação que respeita,

contudo, a necessidade de comunicação. Vemos que o segundo aspecto é bem diferente do primeiro aspecto apresentado. O que é antecedente no aspecto número um, a saber, “separação”, é consequente no aspecto número dois, e inversamente, o que é consequente no aspecto número um, a saber, “comunicação”, é antecedente no aspecto número dois.

Deve-se notar que esta definição visa colocar em primeiro plano os empregos ditos figurados da palavra “porta”. Frequentemente qualificados como empregos secundários, eles são, aqui, considerados como empregos essenciais. Tomemos vários exemplos de empregos aparentemente figurados, pelos quais nossa definição convém perfeitamente para dizer o que queremos dizer, enquanto falamos de “porta”.

Eu tomo, de início, uma fórmula de Leibniz: “A mônada não tem porta nem janela”. Inicialmente, deve-se explicar o que é a “mônada”, para Leibniz. Ela é constitutiva de todos os seres, tanto uma folha de papel quanto um gato, ou um cachorro, quanto cada um de nós, e quanto esta casa. Todos os seres são de realidades um pouco espirituais, que representam o mundo, que são imagens intelectuais representativas do mundo, e é isso que faz a realidade própria de um ser. Meu gato, por exemplo, é uma representação do mundo, segundo Leibniz. A ideia de Leibniz é, então, que essas representações do mundo, que constituem a própria essência dos seres, não estão relacionadas umas com as outras, como eu e você, por exemplo, que somos representações do mundo, desenvolvemos nossas virtualidades próprias sem ter nenhuma relação um com o outro. Por exemplo, se eu faço uma pergunta para a qual você me responde “sim”, isso não é porque minha pergunta teria alcançado você, e você sai de si mesmo para encontrar a resposta “sim”, é porque eu fui conduzido pelo mecanismo interno da mônada que me constitui a fazer essa pergunta, e você é conduzido pelo mecanismo interno da mônada que te constitui a dizer um “sim”.

Isso ocorre em virtude do que Leibniz chama de a harmonia pré-estabelecida, porque, claro, tudo isso deve caminhar em conjunto para que você não diga “sim” quando eu não te fizer nenhuma pergunta, ou quando eu fizer várias outras coisas, que não seja te fazer uma pergunta. Existe, então, uma harmonia pré-existente entre o desenvolvimento de cada uma das mônadas, e é isso que explica que

temos a impressão de que as mônadas se comunicam umas com as outras, quando, na verdade, elas não se comunicam de forma alguma. Para explicar que elas se contentam apenas em desenvolver seu sistema interno, Leibniz utiliza essa fórmula: “a mônada não tem nem porta, nem janela”. Isso quer dizer que a mônada não pode se dirigir a outra mônada, e também não pode ser alcançada por uma outra mônada. Nós poderíamos parafrasear o enunciado de Leibniz pelo encadeamento argumentativo:

As mônadas são separadas e, portanto, não se comunicam.

O enunciado de Leibniz utiliza a palavra “porta” no sentido SEPARAÇÃO PT COMUNICAÇÃO. A negação o transforma, como é habitual, no seu converso SEPARAÇÃO DC NEG COMUNICAÇÃO, e é justamente esse aspecto que concretiza nossa paráfrase.

Passemos agora a um exemplo religioso. No gênero católico que chamamos “ladainhas”, Maria, a mãe de Cristo, recebe uma série de qualificativos, dentre os quais temos “a Virgem Maria é a porta do céu”. Isso significa que é graças a ela que nós podemos ter acesso ao céu. É isso que é representado nas imagens do julgamento final, onde vemos a Virgem Maria, toda sorridente, que permite entrar no céu as pessoas que foram bem julgadas. Ela intercede junto ao seu filho, Jesus, para que nós também possamos entrar no Céu. É nisso que ela é a porta do Céu. Nós não veremos, de forma alguma, a Virgem Maria considerada como uma espécie de soldado que interdita a entrada do Céu. O enunciado “A Virgem é a porta do Céu” parafraseia-se por:

Mesmo que estejamos separados do Céu, a Virgem Maria nos permite comunicar-nos com ele.

encadeamento do qual reconhecemos o aspecto SEPARAÇÃO PT COMUNICAÇÃO. Dos dois aspectos que eu tomei do interior da significação da palavra “porta”, o aspecto SEPARAÇÃO PT COMUNICAÇÃO parece-me, então, essencial. A Virgem permite a entrada no Céu. Ela não o impede. Não é exprimido COMUNICAÇÃO PT SEPARAÇÃO. Nessas representações do juízo final, frequentemente há anjos malvados, armados que impedem os maus de acessar o céu, mas esse não é, de forma alguma, o papel da Virgem Maria, ela possui somente um papel, o de facilitar o acesso ao Céu.

Eu tomo um terceiro exemplo, é o exemplo da palavra “porto”, do qual podemos considerar que ela partilha a mesma raiz de “porta”. No francês dos Pirineus, e no espanhol dos Pirineus, a palavra “porto” designa uma passagem entre duas montanhas, uma passagem que permite ir de um lado de uma montanha para o outro. Nós deixamos claro que se trata do espanhol dos Pirineus, do norte da Espanha. Encontramos ainda SEPARAÇÃO PT COMUNICAÇÃO: os dois lados são separados e, no entanto, graças à passagem, eles se comunicam.

Uma consequência dessa descrição que nós damos para a palavra “porta” é que o “porto” marítimo deve ser visto também como algo que dá acesso, o “porto” marítimo dá acesso, de um lado, para o mar, e de outro, para a terra. Ainda há um efeito de sentido da palavra “porto” do qual não podemos dar conta pela nossa definição, é o sentido “lugar de repouso”, como no exemplo “eu quero chegar ao porto, estou muito cansado”.

Devemos indicar agora apenas os problemas remanescentes. Primeiramente, deve-se manter os dois aspectos que definimos mais cedo, seja o aspecto número um: SEPARAÇÃO PT COMUNICAÇÃO, a porta abre o acesso, e o aspecto número dois: COMUNICAÇÃO PT SEPARAÇÃO, a porta mantém a separação entre as coisas entre as quais há comunicação? É certo que o primeiro aspecto é o mais difundido, mas é certo também que o segundo não pode ser negado.

Por outro lado, nós cometemos um erro que é comum, nós não distinguimos verdadeiramente a palavra “porta” da palavra “janela”. Com efeito, a janela oferece comunicação apesar da separação, igualmente. Nós não distinguimos o acesso real, gestual, que é permitido pela “porta”, do acesso visual, que é permitido pela janela. Vocês percebem que as próprias definições referenciais têm dificuldades em distinguir essas duas palavras.

Isso é tudo que eu queria dizer sobre a palavra “porta”. Vemos que o sistema de aspectos permite não só descrever palavras ditas “abstratas”, como “sentimentalismo”, mas permite também descrever as palavras ditas “do cotidiano”. Agora, vocês vão me dizer que tornei a tarefa mais fácil para mim ao tomar uma palavra funcional como “porta”, já que as palavras que não comportam em si mesmas a ideia de uma função, seriam muito difíceis de descrever. Eu ainda não tive coragem de me debruçar sobre isso. As palavras como “mar” seriam, efetivamente, mais difíceis de descrever, porque não podemos

atribuir ao mar uma função, no sentido que atribuímos uma à porta. A démarche, no entanto, permaneceria parcialmente semelhante: encontrar exemplos onde o termo é argumentativamente importante e parafraseá-los. Poderíamos primeiro pensar em empregos com reputações metafóricas, como nessa tradução de uma réplica de Brecht sobre a invasão da Áustria pela Alemanha: “é como um mar, eles vão de vitória em vitória, e nós somos os vencidos”. Seria preciso dar conta dessa força que faz com que o mar avance irresistivelmente. Curiosamente, ela parece afastada da palavra “oceano”.

Tradução: Julio Cesar Machado

Bibliografias

CAREL, M. (2009) « Analyse argumentative du mot *peur* » in *La peur et ses miroirs*, Imago, 241-261, M. Viegnes (ed)

DUCROT, O. (2000) « La elección de las descripciones en semántica argumentativa léxica » in *Revista iberoamericana de Discurso y Sociedad*, vol. 2, nº4, 2000, p. 23-45. Paru en français sous le nom « Critères argumentatifs et analyse lexicale » in *Langages*, nº 142, 2001, p. 22-40.

METZGER Xavier (2018) *Le terme pardon : emplois et signification*. Thèse de Sciences du Langage, EHESS, Paris.

Aula V

Como classificar os discursos ?¹

Oswald Ducrot
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França

Hoje, eu vou falar da classificação dos discursos, e sobretudo da classificação dos discursos segundo Benveniste.

Assinalamos, de início, que outras classificações existem, podemos fazê-lo de outra maneira, por exemplo, nós podemos distinguir conversas de um lado, e textos de outro. Podemos dizer que há dois tipos de discurso, as conversações, e em seguida os textos. Marion Carel, na medida em que hoje escolheu tomar como exemplo essencialmente um texto de Flaubert, escolheu um discurso de tipo textual. Isso não impede que, comumente, os textos contenham conversações em si mesmo. Há conversas nos textos de Flaubert, claro, um texto teatral é feito principalmente por conversas. Será que nós podemos encontrar uma definição de conversação por oposição ao texto? Isso não é tão evidente, mas uma definição nos parece muito interessante, aquela de um linguista suíço, Jacques Moeschler, que expõe as características da conversação e do texto. Segundo ele, durante uma conversa, o início do enunciado não contém uma alusão ao seu fim. Nós começamos um enunciado porque temos algo a responder, mas não pensamos no que será o fim do enunciado, ele se constrói conforme as coisas avançam. O que não será o caso para um texto. Moeschler possui a fórmula seguinte, que é bem bonita, mesmo que ela seja um pouco obscura ao primeiro contato: em um texto qualquer “o problema do fim se põe desde o começo”. Desde o início, nós começamos a organizar o texto de modo a poder finalizá-lo. O texto é destinado a ter um fim, e cada elemento do texto, mesmo o

¹Aula de Oswald Ducrot, realizada em 14 de maio de 2014, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais - EHESS, em Paris, França.

Transcrição de Diego Brousset. Tradução de Julio Cesar Machado.

começo, deve ser considerado como uma contribuição a esta tarefa de facilitar o final do texto. Essa é uma definição satisfatória e, sobretudo, não é referencial, de modo que poderíamos introduzi-la na Teoria dos Blocos Semânticos, sem contradizer os princípios gerais dessa teoria.

Voltemos agora à distinção dos tipos de discurso segundo Benveniste. Ele faz uma distinção extremamente célebre entre dois tipos de discurso, que ele chama “a história” e “o discurso”. Essa terminologia põe, claro, um grande problema. O que Benveniste chama “o discurso” é somente uma das duas categorias do conceito geral que eu apresento aqui como sendo o discurso. Então, quando eu invocar “o discurso” segundo Benveniste, eu falarei de discurso benvenistiano. Esse é, para nós, um tipo particular de discurso.

Como Benveniste define seu “discurso”? Inicialmente, há o “discurso benvenistiano”: quando o locutor se dirige a um destinatário com a intenção de ter uma ação sobre ele. Há, no discurso benvenistiano, uma intenção de influenciar o destinatário. Enquanto que a “história” não tem essa intenção, ou ao menos ela não a tem confessadamente. É bem possível que os autores que inscrevem seus discursos no registo da “história” procuram transformar as opiniões de seus destinatários, mas eles o escondem, enquanto que, no discurso benvenistiano, a procura por uma tal influência é absolutamente normal.

Eu gostaria de insistir um pouco mais sobre a inadequação desta expressão: “influenciar o destinatário”. Benveniste toma um exemplo que, aparentemente, seria o mais fácil para ele, é o exemplo da ordem quando ela está no imperativo. Quando eu te dou uma ordem, segundo Benveniste, pela própria definição de ordem, eu procuro fazer você fazer algo. A ordem seria, portanto, um caso de discurso benvenistiano. Eu não questiono isso. Eu acredito, no entanto, que Benveniste erra ao caracterizar a ordem como uma forma de ação sobre o outro. A ordem não me parece ser, essencialmente, um meio de fazer fazer alguma coisa a alguém. Eu acho que nós podemos dar ordens muito bem, mesmo se isso não for tão frequente, sem ter a intenção de ser obedecido, e, talvez, mesmo com a intenção de ser desobedecido pela pessoa a qual nos dirigimos. Ao invés disso, eu diria que a ordem é destinada a transformar o caráter de uma certa ação em obediência. Por exemplo, se eu digo à minha filha: “Arrume a mesa”, a ação de arrumar a mesa, que era até aqui uma ação livre – ela poderia

arrumar a mesa se ela quisesse – torna-se uma obediência. Por causa disso, ela vai pôr a mesa contrariada, porque é uma forma de confessar que ela tem que me obedecer, o que ela também não gosta de admitir. Do mesmo modo, não arrumar a mesa, que até então não tinha relações com a desobediência – era uma ação totalmente livre –, toma um caráter particular. A partir do momento do qual eu digo “arrume a mesa”, não arrumar a mesa torna-se desobedecer. Eu definirei a ordem, portanto, como respondendo à intenção de transformar certas ações em obediência, e outras certas ações em desobediência, e nela, verei uma transformação de ações possíveis, muito mais que um esforço para fazer alguém agir. Claro que podemos utilizar a ordem para fazer as pessoas agirem, o que pode não ser, aliás, a melhor maneira de fazê-las agir, mas eu não acho que esta seja a própria essência da ordem. Ao mesmo tempo, dever-se-ia modificar a definição do discurso benvenistiano, se quisermos que as ordens nele se enquadrem. O discurso benevenistiano não poderia mais ser definido como uma investigação de influência. (Nós recordamos, rapidamente, que quando falamos de ordem, não falamos de todos os imperativos, alguns imperativos são destinados apenas a realizar hipóteses, por exemplo. Não são ordens todos os imperativos, e todas as ordens não se realizam no imperativo, e não há coincidência entre imperativo e ordem. Nós escolhemos esse exemplo porque ele é frequente e comum).

Eu termino aqui minhas pontuações sobre a ordem, e retomo a exposição geral sobre Benveniste. Há, para ele, dois tipos de discurso no sentido de uma realização da fala. Há, de um lado, o discurso benvenistiano, que se traduz pela intenção de influenciar um destinatário, em seguida, de outro lado, o que Benveniste chama “a história”, e que ele recusa chamar “discurso”.

Qual é, então, a marca privilegiada do discurso benvenistiano? É a alusão à enunciação. Um discurso benvenistiano comporta alusões à enunciação, levando em conta a fala, enquanto que “a história” não as comporta, de modo que encontramos pronomes pessoais no discurso benvenistiano. Com efeito, o pronome “eu”, aqui, designa a pessoa que está falando, e portanto faz alusão à enunciação. “Tu” faz igualmente alusão à enunciação, porque ele designa a pessoa com a qual nós estamos falando. Da mesma forma, há, no discurso benvenistiano, marcas temporais que fazem igualmente alusão ao

momento da fala. Quando eu digo “agora faz bom tempo”, “agora” é o momento durante o qual eu estou falando. As alusões à enunciação estão um pouco presentes em toda parte, no discurso benvenistiano.

Ao contrário, na “história”, não haveria alusões à enunciação. O único tempo gramatical utilizado, normalmente, é o passado simples. E de outro lado, não há pronomes pessoais como “eu” e “tu”, o único pronome pessoal é o pronome que Benveniste chama “impessoal”, o “ele”, e também não há “amanhã” – há apenas “o dia seguinte” –, nem “ontem”, que fariam referência à enunciação. Um outro exemplo que eu observei em Benveniste, que eu não o tinha percebido antes, e é um exemplo muito bom, já que há poucos destes em linguística, é o exemplo de “próximo” e de “último”, que comportam alusões à enunciação. “O próximo verão” é o verão que segue ao momento no qual eu estou falando, e de outra parte, “o último inverno” é o inverno que precede diretamente o momento no qual eu estou falando, de modo que “próximo” e “último” comportam alusões à enunciação, elas são palavras do discurso benvenistiano que, portanto, não poderiam encontrar-se na “história”, sempre segundo Benveniste.

Assim apresentada, esta hipótese sobre as marcas de diferentes discursos se depara imediatamente com contraexemplos que seu autor não conseguiu realmente superar. Eu vou tentar salvar Benveniste, apesar desses contraexemplos possíveis. Existe frequência de “eu” em um certo número de discursos, no sentido geral, no sentido de Marion Carel, que não são discursos benvenistianos, mas que pertencem àquele que Benveniste chama “história”. Por exemplo, se eu faço uma autobiografia, se eu faço uma narrativa da minha vida, considerada como devendo ser um testemunho exato, eu serei obrigado a dizer “eu”. No entanto, isso revelaria a “história”, e não o “discurso”, segundo Benveniste. De outra parte, Marion Carel mencionou mais cedo um fato que é bem incômodo para Benveniste, a saber, que frequentemente há a possibilidade de empregar o passado simples com um “eu”, o que, para Benveniste, é totalmente inadmissível, porque para Benveniste o passado simples é o tempo típico da “história”, e que o “eu”, comportando uma alusão evidente à enunciação, deveria se encontrar somente no interior do discurso benvenistiano. Ou podemos certamente sempre dizer, em uma autobiografia, “naquele momento, eu acreditei nisso ou naquilo...”, e nós temos, portanto, um passado simples com um “eu”. Benveniste fica numa situação embaraçosa com

esse tipo de contraexemplo. Eu devo, apesar disso, concordar com ele que encontramos muito menos “eu” do que “ele”, no passado simples.

Como salvar Benveniste da contradição? Como admitir que podemos encontrar pronomes pessoais do tipo “eu” e “tu”, com verbos no passado simples, isto é, com tempos que, segundo Benveniste, são reservados àquilo que ele chama “a história”? Eu vou tentar rascunhar uma solução distinguindo dois tipos diferentes de alusões à enunciação, particularmente quando se é empregado o pronome pessoal “eu”. É incontestável que “eu” comporta uma alusão à enunciação. Se eu digo “eu estou cansado” é claro que este “eu” sou eu que estou falando com você, é claro que “eu” sempre designa a pessoa que enuncia, ou ao menos alguém que se relaciona com a pessoa que enuncia (a distinção dessas duas pessoas que me conduziu a opor locutor e sujeito falante, o que sem dúvida não é suficiente, permanece um tema crucial). Mas isso pode significar duas coisas muito diferentes. Primeiramente, “eu” pode designar um objeto que é o autor da enunciação, mas que possui outras propriedades que podemos apresentar sem levar em conta o fato de que ele fala. Por exemplo, no diálogo seguinte:

“ – Com licença, você conhece Berlim?
– Sim, eu conheço Berlim. ”

O “eu” que conhece Berlim, claro, é a pessoa que fala, mas no enunciado “eu conheço Berlim”, o “eu” não faz uma alusão particular a essa pessoa. Não é no quadro da minha fala que eu conheço Berlim. Aqui está o primeiro tipo de “eu”, um “eu” que designa a pessoa que fala (e nisso há alusão à enunciação), mas que não dá um papel particular para o fato de que ele fala.

Há, então, um segundo sentido onde o “eu” faz alusão à enunciação. Dessa vez, é quando ele designa aquele que fala na sua atividade de fala, quando “eu” verdadeiramente significa “eu que te falo”. Por exemplo, em “eu não sei exatamente o que te dizer”, sou “eu”, na minha fala atual, que não sabe o que te dizer sobre o tema que te interessa.

Feita tal distinção, podemos agora tentar salvar Benveniste reduzindo suas afirmações ao nosso segundo caso de “eu”, e excluindo o primeiro caso. Tratar-se-ia de dizer que Benveniste caracteriza o discurso benvenistiano pelo segundo “eu”, aquele que

designa o locutor enquanto tal, na sua atividade de locutor, mas ele admitiria perfeitamente que a “história” pode conter o primeiro “eu”. O próprio do discurso benvenistiano não seria o emprego de “eu”, em geral, mas o emprego de nosso segundo “eu”. O discurso benvenistiano poderia admitir o primeiro e segundo “eu”, e o que caracterizaria a “história” não seria o fato de que ela não contém “eu” de forma alguma, mas que ela não contém o segundo “eu”, que nós apresentamos.

Benveniste não faz essa distinção diretamente entre nosso primeiro “eu” e o segundo, mas ela aparece, talvez, na definição que ele dá a “eu”, e que é diferente daquela dos gramáticos. A formulação habitual dos gramáticos é: “‘eu’, em um enunciado, designa o autor do enunciado”. Ou Benveniste possui uma outra forma a qual ele parece aderir. Segundo ele, “‘eu’ designa aquele que diz ‘eu’, na medida em que ele diz ‘eu’”. Poderíamos dizer que esta alusão à enunciação que Benveniste declara ser a única característica de “eu”, trata de nosso segundo “eu”, aquele que é visto na sua atividade de fala.

Eu acrescento a esse pequeno discurso sobre os pronomes pessoais, um pequeno discurso, evidentemente similar, sobre o tempo, as marcas temporais, gramaticais, que fazem alusão à enunciação. Tomemos por exemplo “amanhã”. É incontestável que “amanhã” faz alusão à enunciação, “amanhã” é o dia seguinte do dia durante o qual eu estou falando. O enunciado “João irá a Berlim amanhã” significa que João irá a Berlim no dia seguinte ao dia no qual eu falo. Essa noção do dia da fala – como aquela de locutor que mencionei anteriormente – me parece, por sua vez, ambígua. “Amanhã” pode ter dois sentidos. “Amanhã” pode designar um dia, primeiramente pelo fato que ele sucede o dia de minha fala, minha fala sendo considerada como um acontecimento entre outros; ou “amanhã” pode designar o dia seguinte da minha fala, pelo fato que ele é precisamente o dia seguinte de minha fala. Não que seja, entre outras coisas, o dia seguinte de minha fala, que ele comporta essa característica, dentre outras, mas que ele é realmente o dia seguinte da minha fala. Vejamos um exemplo que, assumimos, não é inteiramente satisfatório. Suponhamos que eu lhe dê uma ordem de urgência, a ordem de ir a Berlim amanhã, sábado, 15 de março. Parece que, numa ordem de urgência, é mais indicado empregar um dêitico como “amanhã” antes que uma indicação de data. Eu não diria “Você

deve ir a Berlim em 15 de março” se eu quiser insistir sobre o fato de que seu dever de ir a Berlim está ligado à minha fala atual. Da mesma forma, quando Benveniste diz que os pronomes pessoais são excluídos da história, deve-se compreender que os pronomes são excluídos desde que sejam o segundo tipo de alusão à enunciação, e é o mesmo para as marcas temporais, elas seriam excluídas da história na medida em que dizem respeito à fala enquanto tal.

A distinção de Benveniste entre “história” e o discurso efetivo, este que eu chamei o discurso benvenistiano, parece-me, portanto, que deve ser mantida, mesmo se ela encontra dificuldades, das quais eu acabo de indicar aquilo que me parece o centro: a noção de “alusão à enunciação”, que não é uma noção simples.

Tradução: Julio Cesar Machado

Bibliografias

BENVENISTE, E., (1966) « Les relations de temps dans le verbe français » *Problèmes de linguistique générale*, I, Paris : Gallimard, 277-289.

Aula VI

A delocutividade¹

Oswald Ducrot
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França

O que é a delocutividade? Nós falamos também de “derivação delocutiva”, eu a abreviei por DD no roteiro de aula. É um tipo de derivação lexical destacada por Benveniste, no capítulo “os verbos delocutivos”, do primeiro tomo dos seus *Problemas de Linguística Geral*. Benveniste apresentou essa derivação delocutiva como a origem de certos verbos que ele chamava “verbos delocutivos”. Em seguida, Anscombre e eu generalizamos a noção de derivação delocutiva a muitas outras coisas para além dos verbos delocutivos que interessaram a Benveniste.

Nós podemos dizer que há derivação lexical se há uma expressão E2 que tem por origem uma expressão E1, ou certamente um conjunto de expressões E'1, que são origens de E2. O que significa “origem”? Não é algo tão claro, eu tentarei precisá-la um pouquinho.

Eu dou dois exemplos de derivação lexical: um no qual a origem é simplesmente uma palavra, o verbo “casser” (quebrar), que parece ter gerado “casseur” (quebrador); e de outro lado, um caso no qual são duas palavras que parecem ser a origem da derivação: o verbo “casser” (quebrar, destruir) e o substantivo “pipe” (cabeça), que teriam gerado a palavra “casse-pipe”² (literalmente “quebra-cabeça”, fratura do crânio – N.T.). O que é um *casse-pipe*? É uma circunstância na qual há demasiados perigos e, notadamente, perigos mortais. Podemos dizer que a guerra de

¹Aula de Oswald Ducrot, realizada em 28 de março de 2014, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais - EHESS, em Paris, França. Transcrição de Diego Brousset. Tradução de Julio Cesar Machado.

²A tradução exata do termo *casse-pipe* não existe em língua portuguesa. É vocabulário militar próprio da língua francesa, que pode significar, dentre outras possibilidades: guerra, linha de frente, missão perigosa, situação que põe a vida em risco etc (N.T.).

1914 foi um terrível *casse-pipe*. A cabeça é qualificada de *pipe*, e a morte de *casage de tête*, para produzir “*casse-pipe*”.

Mas como sabemos, por exemplo, que “quebrador” vem de “quebrar” (*casseur* vem de *casser*), e que não é o inverso, “quebrar” que vem de “quebrador”? Eu não acho que haja resposta admissível e resposta clara sobre essa questão. Uma resposta simples seria dizer que “quebrador” é mais longo que “quebrar” (*casseur* é mais longo que *casser*), e *casse-pipe* (quebra da cabeça) mais longo que *casser* (quebrar) e que *pipe* (cabeça). Mas esta não é uma resposta satisfatória. Uma outra resposta é dizer que E2, “quebrador”, compreende-se a partir de E1, “quebrar”. Um quebrador é alguém que quebra, e não o inverso. Dificilmente, nós diríamos que quebrar é fazer o que faz um quebrador, não é assim que apresentaríamos as coisas. Da mesma forma, diremos que “lavrador” vem de “lavar”, porque um lavrador faz a ação de lavar. Seria um pouco estranho dizer que o verbo “lavar” vem do substantivo “lavrador”, que lavar é fazer o que faz um lavrador. Uma terceira explicação seria afirmar que a relação entre E1 e E2 é histórica. Nós poderíamos dizer que devemos escolher como origem a palavra que, na história, apareceu primeiro. Mas nossa reflexão não é, de modo algum, histórica. Eu absolutamente não sei se o verbo “quebrar” (*casser*) apareceu antes do substantivo “quebrador” (*casseur*), na história da língua francesa, eu não sei absolutamente nada sobre isso. Parece claro que “*casser*” e “*pipe*” apareceram antes da expressão “*casse-pipe*”, que é relativamente recente, mas de todo modo, a derivação da qual falamos não é uma noção essencialmente histórica, portanto, esse tipo de consideração não é absolutamente o seu lugar. Eu não posso, então, responder à questão do sentido da derivação, questão que se põe, mas que permanece aberta. É sempre um problema terrível saber em qual sentido deve-se admitir uma derivação. Eu mantere aqui a segunda explicação: “lavrador” se define a partir de “lavar”, e não o inverso.

Deve-se ficar claro que E1 é um signo, e como todo signo ele possui duas faces, uma face formal, um significante, que eu nomeio F1, e uma face semântica, um significado, que eu chamo S1. E1 é a associação do significante F1 com o significado S1, enquanto que E2 é a associação de F2 com S2. Dizer que E1 gerou E2 é dizer que o casal (F1, S1) gerou o casal (F2, S2). F2 é, assim, o produto de uma transformação de F1, transformação que, às vezes, é identitária, o que

significa que às vezes F1 não se moveu na passagem do signo E1 para o signo E2. F1 e F2 podem ser idênticos um ao outro, e S2, o sentido, a significação do segundo signo, é vista como uma transformação de E1, e geralmente como uma transformação não identitária de S1, o significado do primeiro signo. Nós notaremos que S2 deriva de E1, e não de S1. Eu voltarei a esse ponto essencial para compreender a derivação delocutiva.

Nós vimos a relação entre “quebrar” E1 e “quebrador” E2, eu ofereço a vocês, agora, dois outros exemplos mais interessantes, porque a relação ali, entre F1 e F2, é identitária, o que significa que a forma não modifica no curso da derivação. Vou tomar a palavra “véu” em E1 enquanto um tecido destinado a esconder, especialmente o rosto, que produziu uma palavra “véu” E2, sem modificação de forma. A palavra “véu”, em E2, é aquilo que, de modo geral, serve para esconder, e não apenas por um tecido; por exemplo, nós podemos dizer “A ironia é o véu do constrangimento” para dizer que as pessoas que riem de você o fazem porque não sabem o que te dizer. “Véu”, nesse momento aqui, parece ter derivado de “véu” no sentido concreto de E1. Mais precisamente, S2 deriva de S1.

Eu tomo um segundo exemplo, a palavra “pé”, em E1, designa a parte inferior do corpo, e “pé”, em E2, designa a parte de um objeto que serve para sustenta-lo, como quando nós falamos do “pé da mesa”, por exemplo, ou ainda de muitos outros objetos.

Nesses dois últimos casos, para “véu” e para “pé”, há uma figura de retórica que faria passar de E1 para E2, mais precisamente, de S1 para S2. E nos dois casos trata-se da metáfora. Quando eu digo que “a ironia é o véu do constrangimento”, eu tomo a palavra véu em um sentido metafórico, eu retiro dele seu aspecto concreto e retenho unicamente o fato de que o véu serve para esconder. Igualmente, quando eu falo do “pé da mesa”, podemos dizer que eu faço uma metáfora a partir do pé dos animais; o pé da mesa sustenta a mesa como o pé de um animal sustenta o animal. Podemos admitir que há uma figura de retórica, a metáfora, que autoriza a passagem entre S1 e S2, mais geralmente entre E1 e E2.

Eis o que tenho a dizer sobre a derivação lexical, em geral. Notaremos que ela não permite responder à questão que pusemos quanto à direção da derivação. O que eu disse aqui sobre a passagem de E1 a E2 poderia certamente se dizer também com algumas pequenas

modificações, para uma passagem de E2 a E1; em qual sentido a metáfora se constrói eu não tenho nenhum critério para dizê-lo.

Passemos agora à derivação delocutiva que eu apresento como um tipo de derivação lexical, e que eu abrevio por E1 > E2. Quando há uma derivação delocutiva? Há uma derivação delocutiva quando F2, o signifiante, a forma do segundo signo, é uma transformação, que pode ser identitária de F1, e quando S2, o sentido do segundo signo, é uma ação ligada a certos empregos linguísticos de E1, pelo fato de utilizar a palavra E1, sem que essa ação seja idêntica a S1. S2 é derivado de E1, e não de S1. Veremos se nossos exemplos conformam-se bem a essa definição. Frequentemente, damos belíssimas definições seguidas de exemplos que possuem apenas uma relação aproximativa com as mesmas.

Começemos por aquilo que é a origem da noção de delocutividade, isto é, os exemplos dos verbos delocutivos de Benveniste. Veremos, em breve, exemplos que não possuem mais nada a ver com tais verbos delocutivos.

Inicialmente, o verbo *bisser* (“bisar”, pedir bis), que tem a função de E2, e que delocutivamente é derivado de “bis”, que desempenha aqui o papel de E1. Eu tomo *bisser* no sentido de pedir a alguém para repetir uma performance; Se um ator foi extremamente brilhante em seja lá qual for a fatia da enorme extensão de bravura do teatro, por exemplo, no monólogo de Rodrigue, os espectadores podem gritar “Bis! Bis! Bis!”: eles “bisaram / pediram bis” – e o indivíduo alegra-se em recomeçar suas Stances de Rodrigue, a não ser que ele tenha algo planejado após o teatro, caso em que fica menos contente, porque ele se encontra obrigado a refazê-lo. O “bis”, em E1, é um advérbio que significa simplesmente “duas vezes”; *bisser* (“bisar”) é uma ação que podemos realizar empregando a palavra “bis”, significando “duas vezes”. “Bisser” não significa “realizar duas vezes”. S2 não deriva de S1. *Bisser* significa “pedir que uma performance seja repetida em razão da sua qualidade”: S2 deriva de certos empregos de E1. Entretanto, deve-se notar que *bisser* pode muito bem se realizar sem empregar “bis”; Nós podemos realizá-lo de várias outras maneiras, como aplaudindo com energia, gritando “de novo! De novo!”. Utilizar “bis” é somente uma maneira de realizar a ação de *bisser*, e, portanto, não podemos definir *bisser* como a ação de empregar “bis”.

Esse exemplo não é de Benveniste. De fato, pouquíssimos exemplos provêm de Benveniste, porque ele possui o hábito não muito bom de tomar seus exemplos em línguas que nós não conhecemos, e que ele conhece perfeitamente, a saber, línguas indo-europeias antigas. Nós retomaremos, no entanto, um de seus exemplos pertencentes ao latim. Trata-se de *salutare*, que em latim significa “saudar”, e que desempenha o papel de E2, é o ponto de chegada da derivação delocutiva, segundo Benveniste. Ele viria de *salus*, que é uma outra palavra latina que desempenha o papel de E1, *salus* significa “boa conservação”. Nós encontramos esse sentido no emprego de *salut* (aqui, “saúde”), em “As restrições monetárias são necessárias para a saúde da França”, trata-se da boa conservação. *Salus* pode ser, igualmente, a boa conservação da saúde. Retornemos à derivação de *salutare*. Ela não é uma derivação lexical habitual, como aquela que produziu “quebrador” a partir de “quebrar”. O quebrador é aquele que faz a ação de quebrar. Há uma relação simples entre S2 e S1. Esse não é o caso para *salutare* e *salus*: não há relação entre S2 = saudar e S1 = boa conservação. A explicação de Benveniste é que se trata de uma derivação delocutiva. Ele acha que podemos saudar, que podemos *salutare* dizendo *salus* para alguém. *Salus* significando, adequadamente, nesta ação de saudar: “boa conservação da saúde”. Nós podemos saudar de outras formas, acenando com a cabeça, fazendo um gesto com a mão, de outras maneiras que não passam pelo emprego da palavra *salus*. *Salutare* não é dizer *salus*. O emprego da palavra *salus* só é possível uma vez que, segundo Benveniste, ele estaria na origem do verbo *salutare*, o equivalente a “saudar”, em latim. *Salutare* é realizar uma ação que fazemos quando dizemos *salus*.

Vamos a um terceiro exemplo que é meu, e que não tem nada a ver com Benveniste. É o exemplo do verbo “agradecer” (*remercier*), que eu tomo enquanto ponto de chegada E2, com o sentido de “dispensar”, tal como na construção “meu patrão agradeceu-me grosseiramente”. “Agradecer”, no sentido de “dispensar”, parece-me ser derivado de “agradecer” no sentido de “dizer seu reconhecimento”, e que eu escolherei como E1. Qual seria a relação entre E1 e E2? Isso não é evidente, eu vejo apenas uma relação, aquela que, com muita frequência, para agradecer no sentido de dispensar alguém, no sentido S2, nós começamos pela polidez de agradecer, no sentido S1, à pessoa a qual queremos fechar-lhe a porta:

“Meu senhor, o senhor nos prestou serviços imensos, eu não saberia dizer-te o quanto nós lhe agradecemos por isso. Infelizmente, descobrimos que não temos mais a possibilidade de contratá-lo e somos obrigados a pedir-lhe que saia de nossa empresa”.

Agradecer, no sentido de “dispensar”, pode-se fazer empregando “agradecer” no sentido de “dizer seu reconhecimento”. Obviamente, isso pode ser feito de outros modos, podemos dispensar alguém simplesmente dando-lhe um pontapé na retaguarda, o que pareceria uma maneira um pouco mais violenta de dispensar. Portanto, de E1 a E2, ainda uma derivação delocutiva.

Eis, como exemplos de verbos delocutivos, exemplos que adentram a classe de Benveniste; agora, passemos aos derivados que não são verbos, e que Benveniste não admitiria, uma vez que ele não fala de verbos delocutivos.

Meu primeiro exemplo diz respeito à palavra francesa *salut*, e eu a explico de um modo bastante comparável, ou para todos os efeitos, inspirada na explicação de Benveniste sobre a palavra latina *salutare*. *Salut*, em E2, é o gesto que permite dirigir-se a alguém sem necessariamente engajar-se na conversa com ele, o que é bastante útil porque tal gesto permite que se tenha uma atitude gentil em relação a alguém, sem necessariamente entediá-lo conversando. Este signo E2 viria de E1, *salut*, significando “conservação da saúde”, “boa conservação geral”. Com efeito, em francês, nós podemos “dar um *salut*”, no sentido de E2, dizendo a alguém *salut*, no sentido de E1 – e podemos saudar alguém, no sentido de E2, de várias outras formas para além de dizer “boa conservação”. Novamente, haveria uma derivação delocutiva no interior do francês (notaremos que não é essa derivação delocutiva que utilizamos, conscientemente, quando dizemos *salut* para saudar).

Eu tomo um segundo exemplo, particularmente eficaz. Trata-se de uma expressão brasileira que me intrigou bastante: “Estou puto(a) (da vida) com ele(a)”. Se seguirmos o sentido dado pela sintaxe, ela significa (em francês) *je suis putain de la vie avec lui*. Para compreender essa expressão deve-se partir do fato de que “da vida” é um intensificador. No francês, “da vida” significa, palavra a palavra, *de la vie*. Esse é o mesmo intensificador que encontramos, em francês, quando dizemos: *jamais de la vie* (nunca na vida) para insistir sobre o *jamais*. Consequentemente, “da vida” é facultativo na expressão que

estudamos, nós podemos dizer apenas “estou putado(a) com ele(a)”, em francês, *je suis putain avec lui/ele*. Essa expressão brasileira significa, enfim, “eu estou zangado com ele/ela”, ou/e “estou mal com ele”. Como o explicar?

Eu adotarei por E1 a expressão tomada em seu sentido sintático (expressão que não quer dizer nada, aliás). De outro lado, E2 seria a expressão no seu sentido admitido de forma geral, “eu estou zangado com ele”. Então, como explicar a passagem de E1 para E2? Isso se passa na palavra “putado(a)”, entendida em E2 como uma injúria, uma injúria que não é tão forte na língua brasileira. O sentido injurioso de “putado(a)” parece pertencer a um antigo português brasileiro, sabendo que, no português brasileiro atual, este que conheço, as pessoas dizem “putado” entre si sem ficarem zangadas. Essa expressão é um pouco análoga àquela que temos em francês *je suis en mauvais termes avec lui* (“eu estou mau com ele”), simplesmente, em francês, nós descrevemos as palavras das quais nós nos servimos em nossas relações (aqui, são os *mauvais termes*), enquanto que o português do Brasil é muito mais direto, ele não descreve as palavras, ele as coloca no discurso, ele enuncia tais termos que nós utilizamos para nos dirigir um ao outro. “Putado(a)”, em francês, parte do sentido de *putain*, no sentido de “as relações que levam a empregar a palavra “putado(a) para se dirigir a alguém, isto é, alguém com o qual se está zangado”. Eis meu segundo exemplo que me parece bem satisfatório.

Eu tomo um último exemplo antes de retornar aos problemas gerais levantados, segundo eu, por essa noção de delocutividade. É o exemplo de *diablement*, um exemplo que não vem de mim, mas de Benoît de Cornulier, que o encontrou sem, no entanto, relacioná-lo claramente à noção de delocutividade. No sentido de E2, *diablement* significa “em um grau importante”, e pode acompanhar um qualificativo favorável. Eu posso dizer sobre alguém que ele é *diablement intelligent* (“terrivelmente inteligente, extremamente inteligente, inteligente dos diabos”), ou mesmo que ele é *diablement gentil* (“terrivelmente educado, extremamente gentil, gentil dos diabos”). A palavra que segue a *diablement* não é necessariamente má. Quando dizemos que alguém é *diablement gentil* (“um gentil dos diabos”), não dizemos que ele é gentil como o diabo, nós não atribuímos nenhuma gentileza ao diabo. Dizemos apenas que ele é gentil em um alto grau. Mas por que, então, utilizamos o diabo nessa

expressão? Nós podemos pensar em duas derivações, todas as duas delocutivas. Uma primeira explicação seria que E2 provém, por derivação delocutiva, do substantivo “diabo”, no sentido religioso, no sentido de Satan. O derivado intensificador significaria algo como “a um grau que conduz a *falar* de uma intervenção do diabo”. Dizer de alguém que ele é *diablement gentil* (um gentil dos diabos) seria dizer que sua gentileza tem o caráter excepcional que ela possui quando a explicamos, dizendo “o diabo teve que intervir”. Isso, eu o admito, permanece muito misterioso, essa pista é possível, mas não certa. Uma segunda explicação seria investigar ao lado da interjeição “diabo!”. E2 derivaria, delocutivamente, de “diabo!”, no sentido de que *il est diablement gentil* (“ele é um gentil dos diabos”) proviria de “Diabo! Como ele é gentil.” Nós passaríamos, então, para a interjeição, e não diretamente para o nome “diabo”. *Diablement* significaria “a esse grau elevado no qual exclamamos ‘diabo!’”. Dever-se-ia, então, investigar ao lado de interjeições e de advérbios que poderiam lhes corresponder. Assim, nós poderíamos aproximar *diablement* de *sacrément* (sacramento), sendo a dificuldade, nesse último caso, que nós temos muitas interjeições compostas, em parte, por *sacré* (sagrado), como por exemplo, *Sacré nom de Dieu!* (“Sagrado nome de Deus!”), mas que não está nunca sozinha.

Nós iremos resumir essa aula em dois pontos, primeiro pela perspectiva de Benveniste, em seguida, por aquela da TBS.

O que faz a delocutividade, em geral? Ela permite construir propriedades mundanas, isto é, propriedades que existem no mundo, propriedades referenciais, se quisermos. A partir do emprego de palavras, a partir do emprego da palavra E1, fabricamos uma propriedade, uma ação no mundo, e isso sem se servir de um sentido referencial de palavras na língua. Parece-me que é por isso que Benveniste foi bem atento a essa noção de delocutividade.

Relembremos algo de grande importância aqui, relativamente às relações entre língua e discurso, do ponto de vista da referência. Na concepção comum, a língua é referencial, as palavras designam coisas, e é por isso que o discurso é igualmente referencial. Na concepção de Benveniste, a língua não é referencial, mas estranhamente, o discurso é referencial. A posição de Benveniste é extremamente paradoxal: como, com palavras que não são referenciais, fazemos discursos referenciais?

A delocutividade pode lhe permitir responder um pouquinho dessa questão, porque ela mostra que o emprego das palavras, referenciais ou não, permitem, entre outras coisas, constituir noções que são, elas, noções referenciais. Nós compreendemos, portanto, porque Benveniste é bastante interessado pela delocutividade, a qual lhe permite aproximar de uma solução para esse grande paradoxo.

Também foi por isso que a delocutividade suscitou interesse de Jean-Claude Anscombre e eu.

Por outro lado, acabamos de ver, a derivação delocutiva possui como efeito adicionar valores referenciais à língua, ela explica a aparição de signos como E₂, que possuem um significado em parte referencial, ela permite observar como o discurso pode criar noções e valores que são em parte referenciais. Isso não nos interessa diretamente, porque defendemos aqui uma concepção não-referencial da língua. Mas isso nos permite ao menos compreender porque, às vezes, nós temos a ilusão de que as palavras são referenciais: nós as confundimos, então, com seu emprego.

Retornemos agora à TBS. Segunda ela, a língua é não-referencial. *Bisser* (“bisar”) possui uma significação puramente argumentativa: ele significa o aspecto argumentativo JULGAR P COMO UMA PERFORMANCE DE QUALIDADE DC PEDIR PARA REVER P, e não uma propriedade qualquer do mundo. O próprio discurso possui, igualmente, um sentido não-referencial, construído a partir da significação argumentativa das palavras e de seu entrelaçamento. A delocutividade não intervém em nada no sentido tal como a TBS lhe concebe, ela não tem nenhum papel nesse nível.

Mas a palavra não para de sempre comunicar valores argumentativos. O discurso pode servir para se agir no mundo. É possível utilizá-lo, com seu sentido argumentativo, para agir. É possível dizer “tenha um bom dia”, isto é, comunicar o encadeamento argumentativo “eu gostaria que seu dia fosse bom, portanto eu te digo ‘tenha um bom dia’”, e fazendo isso saudando.

A TBS, por ela mesma, não pode explicar isso. Ela se funda sobre uma noção de enunciação que é diferente do ato histórico do acontecimento de falar. Ou seja, a ação no mundo com as palavras tem por origem o ato histórico de falar. É precisamente aqui que a delocutividade poderia ser um recurso. Porque a enunciação que está em jogo durante uma derivação delocutiva, é justamente a enunciação

tal como um acontecimento histórico. A delocutividade não tem nenhum lugar, eu o repito, no interior da TBS e da visão de sentido que ela defende. Mas ela poderia permitir, associada à TBS, explicar porque é possível agir socialmente com as palavras.

Tradução: Julio Cesar Machado

Bibliografias

- Anscombre, J.-Cl. (1979) « Délocutivité benvenistienne, délocutivité généralisée et performativité », *Langue française* n° 42, 69-84.
- Benveniste, E. (1966) « Les verbes délocutifs » *Problèmes de linguistique générale*, I, Paris : Gallimard, 277-289.
- Carel, M. et D. Ribard (2019) « L'acte de témoigner » dans *Antares: Letras e Humanidades*, v. 11, n°23, 3-23.
- Cornulier, B. de (1976) « La notion de dérivation délocutive » *Revue de linguistique romane* 40, 116-144.
- Ducrot, O. (1981) « Langage, métalangage et performatifs » *Cahiers de linguistique française*, 5-34. Republié dans *Le dire et le dit*, Paris : Editions de Minuit, 117-148.
- Recanatì, F. (2002) « La conjecture de Ducrot. 20 ans après » Carel, M. (ed) *Les Facettes du Dire*, Paris : Kimé, 269-282.

PARTE 2:

A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS (TBS)

Aula VII

Os conceitos de *aspecto* (normativo e transgressivo) e de *argumentação* (interna e externa)

Lauro Gomes
Universidade de Passo Fundo
Instituto Federal do Rio Grande do Sul
UPF/IFRS, Brasil

Cristiane Dall' Cortivo Lebler
Universidade Federal de Santa Catarina
UFSC, Brasil

Fundada por Marion Carel em 1992, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) é considerada uma teoria que radicaliza e aprofunda as hipóteses da Argumentação na Língua (ANL). Assim, ao avaliá-la como uma radicalização de suas próprias concepções semânticas, Ducrot (2005) explica que a TBS leva até as últimas consequências o princípio saussuriano segundo o qual o *significado* de uma expressão (E) reside nas relações dessa expressão (E) com as outras expressões da língua. Entretanto – sobretudo quando se é iniciante no estudo dessas semânticas que desenvolvem o programa saussuriano – é mais exatamente ao princípio da *argumentação* que se deve estar atento. Com efeito, as relações semânticas consideradas pela ANL e pela TBS são as *argumentativas*.

Esta aula – cujo objetivo primeiro é o de apresentar tanto os conceitos teóricos de *aspecto argumentativo* (normativo e transgressivo) e de *argumentação interna* e *externa*, quanto sua aplicação – tem como propósito subjacente colocar em evidência a tese fundadora da ANL (Anscombe; Ducrot, 1983), segundo a qual *argumentação* é um fenômeno presente na própria natureza da língua. Ao longo desta exposição, vai-se observar, portanto, que a TBS mantém a referida tese da ANL e a radicaliza, na medida em que

descarta a necessidade de introdução de elementos extralinguísticos na descrição semântica.

Considerando que os conceitos aqui desenvolvidos estão igualmente relacionados à noção de *encadeamento argumentativo* (normativo e transgressivo), convém, de antemão, distinguir, por um lado, esses conceitos que visam a descrever a significação das palavras da língua e, por outro lado, as ferramentas criadas para descrever o sentido dos enunciados.

1. O que são e como se constroem os encadeamentos e os aspectos argumentativos

1.1 Os encadeamentos argumentativos

Inicialmente, é importante partir do fato de que, ao desconsiderar as hipóteses referencialistas e cognitivistas de linguagem, a TBS defende que o *sentido* de uma entidade linguística não é constituído por meio de *coisas, fatos, propriedades, crenças psicológicas* nem *ideias*. De acordo com essa teoria, o *sentido* de um *enunciado* (E) é descrito, isto é, representado, parafraseado por *encadeamentos argumentativos* – também chamados de "átomos semânticos" – que essa própria entidade (E) evoca.

Os encadeamentos argumentativos ligam duas proposições gramaticais por meio de um conector do tipo de *portanto* (ditos normativos) ou do tipo de *no entanto* (ditos transgressivos). Aqui, usa-se a expressão "do tipo de" para assinalar que existem, na língua, outras palavras indicativas dessa mesma relação. Desse modo, a partir de um enunciado como *Diante do perigo, Pedro foi prudente*, podem ser evocados *encadeamentos normativos* como (1), (2) ou (3):

- (1) O fogo se espalhava na parede, **portanto** Pedro chamou os bombeiros
- (2) A estrada estava molhada. **Por isso**, Pedro reduziu a velocidade
- (3) Pedro tomou precaução, **porque** havia perigo

Por outro lado, as sequências (4), (5) e (6), que parafraseiam o sentido de tal ou tal emprego de *Pedro mostrou inteligência*, são exemplos de encadeamentos transgressivos:

- (4) A noção era muito abstrata, **no entanto** Pedro a compreendeu rapidamente
- (5) A pergunta era difícil. **Apesar disso**, Pedro a respondeu rapidamente
- (6) **Embora** o texto fosse difícil, Pedro o compreendeu rapidamente

1.2 O aspecto argumentativo

A noção de *encadeamento* é, portanto, uma ferramenta por meio da qual o *sentido* do enunciado é representado. A partir dessa noção, é possível apresentar, agora, um segundo conceito fundamental da TBS, o qual está diretamente relacionado com o precedente: o de *aspecto argumentativo*, por meio do qual, desta vez, é a *significação das palavras*, e não mais o *sentido dos enunciados*, que é descrita. Para tanto, partirse-á de sua fórmula geral X CONECTOR Y e X CONECTOR' Y, em que X e Y representam o que se observa, regularmente, em diversos encadeamentos: CONECTOR representa um conector de tipo normativo e CONECTOR' representa um conector de tipo transgressivo. Segundo essa estrutura, o aspecto é definido como um esqueleto, isto é, uma abstração concretizada por meio das próprias palavras.

O esqueleto comum aos encadeamentos (1), (2) e (3) é representado pelo aspecto PERIGO DC PRECAUÇÃO¹ e o esqueleto comum aos encadeamentos (4), (5) e (6) é representado pelo aspecto DIFÍCIL PT COMPREENDE². Entretanto, para completar esta exposição da noção de aspecto, outros exemplos deverão ser apresentados para observar os efeitos de sentido produzidos pela mudança do conector entre X e Y assim como pelo acréscimo ou pela supressão da negação de um dos segmentos. Esse fenômeno – convém salientar – é central em todas as fases da TBS, porque distingue o *sentido dos enunciados* e a *significação das palavras*.

Conforme os princípios explicitados anteriormente, pode-se verificar – em relação ao enunciado *Reduzindo a velocidade, Pedro garantiu a segurança de todos* – que são normativos tanto os encadeamentos (7), (8) e (9), quanto o aspecto (10) que eles

¹ Deve-se observar, aqui, que o DC é a abreviatura da palavra francesa *donc* (*portanto*, em português), a escolhida para marcar todas as relações argumentativas normativas.

² Deve-se observar, aqui, que o PT é a abreviatura da palavra francesa *pourtant* (*no entanto*, em português), a escolhida para marcar todas as relações argumentativas transgressivas.

concretizam. Por outro lado, são notadamente transgressivos os encadeamentos argumentativos (11), (12) e (13) e o aspecto (14) que eles concretizam. Estes últimos, por sua vez, são referentes ao enunciado *Chovia muito e, enquanto Pedro conduzia atentamente, ele se acidentou*:

Reduzindo a velocidade, Pedro garantiu a segurança de todos.

- (7) Pedro foi prudente, **portanto** não teve nenhum acidente
- (8) **Se** Pedro é prudente, **então** não há nenhum acidente
- (9) Não houve nenhum acidente, **porque** Pedro foi prudente
- (10) PRUDENTE DC NEG ACIDENTE

Chovia muito e, enquanto Pedro conduzia atentamente, ele se acidentou.

- (11) Pedro foi prudente, **no entanto** teve um acidente
- (12) **Ainda que** Pedro tenha sido prudente, teve um acidente
- (13) **Mesmo** Pedro sendo prudente, teve um acidente
- (14) PRUDENTE PT ACIDENTE

Todos esses exemplos permitem notar, aliás, que, tanto num encadeamento do tipo de A *portanto* B, quanto num encadeamento do tipo de A *no entanto* B, os segmentos A são compreendidos em relação aos segmentos "*portanto* B" e "*no entanto* B". Esse fenômeno – denominado *interdependência semântica* – está presente em todas as relações argumentativas e descarta a hipótese de que os encadeamentos normativos se realizam por meio de um raciocínio lógico que ligaria duas informações independentes. Segundo a TBS, em nenhum dos dois tipos de encadeamento existe relação de inferência, de dedução, nem de raciocínio entre A e B.

A possibilidade de construir essas relações argumentativas – a partir de dois segmentos semanticamente interdependentes – constitui uma característica das línguas naturais que as distingue das línguas construídas para descrever veritativamente o mundo. Segundo explica Ducrot (2005), esse conhecimento linguístico fundamental tem como consequência a possibilidade de distinguir as *ciências sociais* das *ciências duras*. Ao mesmo tempo que estas criam termos próprios e se servem de certos raciocínios para testar hipóteses e relacionar segmentos de discurso de modo independente – como no encadeamento vetado pela língua **Trata-se de um quadrado perfeito, portanto três de seus quatro lados são iguais* –; aquelas, entre as quais

está a Linguística, são ciências que se servem da língua natural para testar suas hipóteses. Enfim, as *ciências sociais* usam palavras como *portanto* e *no entanto* para relacionar segmentos de discurso de modo interdependente.

Como esta exposição constitui, antes de tudo, uma introdução à TBS, as definições apresentadas nesta aula não consideram as modificações eventualmente feitas com relação à primeira versão, dita "standard", dessa teoria. A própria situação enunciativa deste texto sugere que se evitem as subclassificações e as complexidades inerentes aos conceitos-chave aqui abordados. Apenas algumas observações precisam ser efetuadas quanto às subclassificações dos encadeamentos: (a) a de que há encadeamentos mais ligados e previstos pela língua (ditos *estruturais*); (b) a de que há encadeamentos construídos de modo mais distante da previsibilidade da língua, isto é, mais próximos da singularidade do discurso (ditos *contextuais*); (c) a de que há encadeamentos *doxais*, caso dos exemplos mostrados de (1) a (14); e (d) a de que há encadeamentos *paradoxais*, caso por exemplo de (15) *O trabalho fazia sofrer, portanto Pedro estava contente*, associado à palavra *masoquista*. O detalhamento dessas subclassificações é desenvolvido em outras aulas que compõem este livro e também nas leituras indicadas ao final desta lição.

1.3 Encadeamento e aspecto argumentativos: particularidades

Um comentário adicional deve ser feito acerca das idiossincrasias relativas aos encadeamentos e aos aspectos bem como sobre o seu papel na descrição da argumentação. Os *aspectos argumentativos* são aquilo que Carel (2011, *passim*) frequentemente chama *predicados argumentativos*. Esta última nomenclatura não está contemplada no vocabulário técnico da teoria, que retém apenas o termo "aspecto argumentativo". As principais propriedades dos aspectos argumentativos são, em resumo:

a. um aspecto argumentativo é o que há de mais fundamental na língua. Ao constituir a significação das palavras, determina o sentido dos enunciados: é possível falar de aspectos argumentativos, mas não é possível fazer sua demonstração, a não ser de modo teórico, como uma abstração. Argumentar, portanto, é exprimir, por meio de um

enunciado e de seus encadeamentos evocados, o aspecto do qual eles são derivados;

b. todo aspecto argumentativo é a apreensão de um bloco semântico, que pode igualmente ser apreendido por outros três aspectos, que compartilham a mesma interdependência semântica e, por isso, são associados ao mesmo bloco semântico;

c. um aspecto argumentativo pode ser realizado por vários encadeamentos argumentativos, pois ele não comporta variação da conjunção, do tempo verbal ou dos nomes próprios;

d. sua representação se dá pelos esquemas X CONECTOR Y e X CONECTOR' Y, acrescida ou não da negação (NEG).

O sentido de um enunciado será expresso pelos encadeamentos argumentativos que evoca e a significação das palavras será, por sua vez, dada pelos aspectos argumentativos que lhes podem ser associados. Os encadeamentos evocados são os modos de singularizar um aspecto e de parafrasear o sentido do enunciado.

Mas qual a necessidade dessa distinção? Deve-se recordar que a teoria dos topoi, de Anscombre e Ducrot, descrevia pelos topoi tanto os enunciados quanto as palavras. Por que não descrever os enunciados somente por aspectos? Isso decorre da generalidade dos aspectos, que precisamente não permite dar conta da singularidade de certos enunciados. No caso de um enunciado como (15), o aspecto expresso é (15a), e o encadeamento que parafraseia seu sentido é (15b):

(15) *João é otimista.*

(15a) SITUAÇÃO DESFAVORÁVEL PT ESPERANÇA

(15b) Mesmo quando a situação é desfavorável, João tem esperança

Ora, como diferenciar (15) de (16), visto que compartilham o mesmo aspecto e apresentam sujeitos gramaticais distintos? Por meio do encadeamento evocado. Enquanto (15) exprime o aspecto (15a) e evoca o encadeamento (15b), (16) evoca o encadeamento (16b).

(16) *Pedro é otimista.*

(15a/16a) SITUAÇÃO DESFAVORÁVEL PT ESPERANÇA

(16b) Mesmo quando a situação é desfavorável, Pedro tem esperança

O encadeamento evocado também pode diferenciar um enunciado de um evento pontual de um enunciado que afirmaria uma

característica específica, por exemplo um comportamento inerente a João na sua infância. A interpretação do evento pontual é apresentada por (15c); já a interpretação descritiva do comportamento de João na infância é dada por (15d) – notar-se-á a diferença de conjunção transgressiva:

(15c) A situação era desfavorável, no entanto João teve esperança

(15d) Mesmo se a situação é desfavorável, João tem esperança

Como o aspecto SITUAÇÃO DESFAVORÁVEL PT ESPERANÇA apenas apresenta o conteúdo de modo geral, sem que haja flexão verbal ou atribuição do papel de sujeito, faz-se muito *necessário* precisar o sentido. A identificação do sujeito gramatical não tem por função ancorar determinado sentido ao mundo, mas evitar que haja uma incoerência. Observem-se os exemplos a seguir:

(17) Mesmo quando a situação é desfavorável, Pedro tem esperança, mas tal não é o caso de João.

(17a)* Mesmo quando a situação é desfavorável, Pedro tem esperança, mas tal não é o caso de Pedro.

(17) é completamente aceitável, mas (17a) é vetado pela própria língua. Assim, o conceito de encadeamento evocado é importante, pois, conforme Carel (2011, p. 219), é preciso, na descrição semântica dos enunciados, dar conta dessa singularidade que lhes é própria. Um enunciado não se contenta em repetir a significação de suas palavras; um enunciado a concretiza, a transforma em encadeamento. Um enunciado não é semanticamente equivalente a uma palavra da língua; um enunciado apreende a língua.

Note bem. Em um segundo momento, Carel (2011) introduziu a noção de *conteúdo argumentativo*. Um *conteúdo argumentativo* é um encadeamento argumentativo associado a um aspecto que ele concretiza. Foi efetivamente sublinhado que os encadeamentos eram ambíguos e que seria necessário, para mais bem compreendê-los, precisar o aspecto que concretizariam. São, finalmente, por conteúdos argumentativos, e não mais por simples encadeamentos argumentativos, que são descritos os enunciados.

2. O que são argumentações internas e externas? Como diferenciá-las?

A versão dita "standard" da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) defende que os aspectos podem estar relacionados de uma maneira interna ou externa às palavras que eles significam e que os encadeamentos ou argumentações podem conectar-se de forma "externa" ou "interna"³ aos enunciados que parafraseiam.

2.1 A argumentação externa

Segundo a versão dita standard da TBS (CAREL, 2011), diz-se que um aspecto *argumentativo* A pertence à **argumentação externa** de uma expressão E quando se cumprem as seguintes regras: **(1)** quando a expressão E exprime o aspecto A e **(2)** quando a expressão E intervém, material e semanticamente, em determinados encadeamentos que concretizam o aspecto A, quer nos primeiros, quer nos segundos segmentos. Por exemplo, um aspecto argumentativo como PRUDENTE DC SEGURANÇA pertence à *argumentação externa* de *prudente*, porque:

(1') *prudente* exprime PRUDENTE DC SEGURANÇA (ser-de-uma-prudência-tal-que-assegura-a-segurança é um dos sentidos de *prudente*) e

(2') *prudente* intervém materialmente no primeiro segmento de um encadeamento como *Pedro é prudente, portanto não sofrerá acidente*. Nesse encadeamento, a intervenção de *prudente* é de natureza semântica, visto que o referido termo não só intervém materialmente no enunciado *Pedro foi prudente, portanto não sofrerá acidente* mas também participa da determinação do aspecto argumentativo expresso pelo enunciado.

No interior da *argumentação externa* de uma entidade linguística, distinguem-se sua argumentação externa à **direita** e sua argumentação externa à **esquerda**. Por exemplo, os aspectos PRUDENTE DC SEGURANÇA e PRUDENTE PT NEG-SEGURANÇA pertencem à argumentação externa à *direita* de *prudente*, pois os

³A versão atual da TBS desenvolve a noção de *quase-bloco* – conforme se pode conferir na aula XI deste Curso – a qual descarta a necessidade de se distinguir *argumentação externa* de *argumentação interna*.

encadeamentos argumentativos *Pedro será prudente, portanto não sofrerá acidente* e *Ainda que seja prudente, Pedro sofrerá acidente* desenvolvem-se à direita de *prudente*.

Inversamente, os aspectos RESPONSÁVEL DC PRUDENTE e NEG-RESPONSÁVEL PT PRUDENTE pertencem à argumentação externa à esquerda de *prudente*, pois encadeamentos como *Pedro terá o senso de responsabilidade, portanto será prudente* e *Embora tenha tido pouco senso de responsabilidade, Pedro foi prudente* desenvolvem-se à esquerda de *prudente*. A noção de argumentação externa vale, pois, para todas as expressões providas de um sentido pleno, qual seja sua categoria gramatical (a determinação "providas de um sentido pleno" destina-se a excluir entidades como *preposições*, que servem apenas para construir sintagmas providos de um sentido).

De maneira paralela, será dito que um encadeamento pertence à argumentação externa de um enunciado se (1) o enunciado evoca esse encadeamento e (2) o enunciado constitui um dos segmentos do encadeamento. Assim, o encadeamento *Pedro é prudente, portanto não sofrerá acidente* pertence à argumentação externa do enunciado *Pedro é prudente* que aparece no discurso *isso é perigoso, mas Pedro é prudente* (imaginar-se-á que ele se dirigiu a alguém preocupado com Pedro de maneira a tranquilizá-lo).

2.2 A argumentação interna

A **argumentação interna** (AI) de uma entidade linguística E – seja um verbo, um substantivo, um adjetivo – é constituída por um aspecto ao qual pertencem os encadeamentos que parafraseiam o emprego da entidade E. Sendo os aspectos argumentativos o meio pelo qual as significações dos termos são definidas, dir-se-á que um aspecto argumentativo A pertence à **argumentação interna** de uma expressão E se forem atendidas as duas condições: (1) E exprime o aspecto argumentativo A; (2) E não intervém em nenhum dos segmentos de nenhum dos encadeamentos evocados derivados de A. Os encadeamentos argumentativos evocados serão ditos derivados da AI de E.

A argumentação interna da palavra *prudente* contém, assim, o aspecto argumentativo PERIGO DC PRECAUÇÃO já que *Pedro foi prudente* se parafraseia pelo encadeamento *Pedro viu um perigo*,

portanto tomou precauções, encadeamento no qual a palavra *prudente* não aparece.

Pode-se, de maneira paralela, definir a argumentação interna de um enunciado: trata-se de encadeamentos, que parafraseiam o enunciado, e nos quais o enunciado não intervém **a título de segmento**. Assim, *Pedro viu um perigo, portanto tomou precauções* pertence à argumentação interna do enunciado *Pedro foi prudente*. Colocou-se em negrito a expressão "a título de segmento" em razão de um caso como o enunciado *Diante de um perigo, Pedro foi prudente*. O encadeamento *se está diante de um perigo, Pedro será prudente* é uma paráfrase desse enunciado e pertence, mais precisamente, à sua argumentação interna: é evidente que se encontram pedaços do enunciado analisado no encadeamento que o parafraseia, mas o enunciado analisado (*diante de um perigo, Pedro será prudente*) não constitui um segmento do encadeamento que o parafraseia (os segmentos são *está diante de um perigo* e *Pedro será prudente*).

A argumentação interna de uma palavra comporta um aspecto, cujo sentido advém da interdependência semântica entre os segmentos constitutivos. Caso se substitua o conector do tipo normativo por um conector do tipo transgressivo, acrescentando-se a negação, construir-se-á um novo aspecto, a saber: PERIGO PT NEG PRECAUÇÃO. Este, por sua vez, passará a expressar a argumentação interna de outro termo: a palavra *imprudente* presente no enunciado (18). Trata-se, pois, da negação do enunciado (7); e a significação de (18) será composta pelo encadeamento evocado (18b):

(18) Pedro é imprudente, portanto correu risco de sofrer um acidente

(18a) PERIGO PT NEG PRECAUÇÃO

(18b) Havia perigo, no entanto Pedro não tomou precauções.

2.3 Argumentação interna: particularidades

Afirmou-se, anteriormente, que as expressões linguísticas às quais se pode atribuir uma argumentação interna são de naturezas diversas: *palavras, enunciados, conjuntos de enunciados*. Tomem-se os enunciados que seguem, a fim de ilustrar essas diferentes possibilidades. Para exemplificar a argumentação interna ao enunciado, observe-se o provérbio apresentado em (20), que pode ser

parafraaseado pelo encadeamento argumentativo (20a) que concretiza o aspecto (20b):

(20) *Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.*

(20a) Quando se é persistente, alcança-se, portanto, o sucesso

(20b) PERSISTÊNCIA DC SUCESSO

Note-se que o aspecto (20b) pertence à argumentação interna ao enunciado (20), também pode expressar a argumentação interna à palavra *obstinado*, como em (21):

(21) Pedro é obstinado, portanto recebeu uma promoção

Isso se deve ao fato de a argumentação interna inscrever-se na significação, isto é, naquilo que é possível reter da expressão linguística. Desse modo, uma argumentação interna também pode ser evocada de um conjunto de enunciados, como do fragmento discursivo apresentado a seguir, extraído da obra *O deserto dos tártaros*, do escritor italiano Dino Buzzatti. Trata-se de um excerto do capítulo VI, que narra os primeiros dias do oficial Giovanni Drogo no forte Bastiani, localizado frente a um deserto de fronteira com o território tártaro, a saber:

Até então ele passara pela despreocupada idade da primeira juventude, uma estrada que na meninice parece infinita, onde os anos escoam lentos e com passo leve, tanto que ninguém nota a sua passagem. Caminha-se placidamente, olhando com curiosidade ao redor, não há necessidade de se apressar, ninguém empurra por trás e ninguém espera, também os companheiros procedem sem preocupações, de-tendo-se frequentemente para brincar. Das casas, a porta, a gente grande cumprimenta-se benigna e aponta para o horizonte com sorrisos de cumplicidade; assim o coração começa a bater por heroicos e suaves desejos, saboreia-se a véspera das coisas maravilhosas que aguardam mais adiante; ainda não se veem, não, mas é certo, absolutamente certo, que um dia chegaremos a elas. (BUZZATI, 1984, p. 29)

Em que uma passagem como essa exprime uma mesma argumentação interna? Pode-se interpretar a sequência de enunciados como expressando o estado de espírito e o modo como, na juventude, costuma-se perceber a passagem do tempo. Trata-se, segundo a

interpretação que se propõe aqui, de uma “tela” pintada com palavras, em que se constrói uma imagem representativa de um movimento: o suave e calmo movimento da juventude. Assim, o aspecto expresso por esse trecho é JUVENTUDE DC NEG PREOCUPAÇÃO e o encadeamento argumentativo que o parafraseia é *Ser jovem, portanto não se preocupar com a passagem do tempo.*

Como se verá a seguir, apresenta-se, ao final desta aula, uma análise semântico-argumentativa, com base nos conceitos-chave aqui discutidos, dos enunciados do poema *O bicho* do poeta brasileiro Manuel Bandeira.

3. Para finalizar: um novo exemplo de aplicação conceitual

Manuel Bandeira foi um importante poeta, crítico literário, professor de literatura e tradutor brasileiro. Nascido em Pernambuco, em 1886, é considerado parte da geração de 1922 e como um dos artistas mais importantes do Modernismo Brasileiro. Seu poema *Os sapos* foi consagrado como um dos pontos altos da Semana de Arte Moderna de 1922, a qual rompeu, à época, os paradigmas da produção artística nacional. A poesia de Bandeira trata de temas cotidianos e universais – e o poema em epígrafe, datado de 1947, denuncia a animalização do homem:

O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

Antes de explicitar como o sentido dos enunciados desse poema é parafraseado por encadeamentos argumentativos, convém fazer uma pequena observação acerca da apresentação dos versos, que trazem um episódio presenciado – o que é evidenciado pelos verbos em primeira pessoa – e narrado pelo locutor. Na sua constituição, o último verso ganha relevância, uma vez que impõe um outro modo de ler a significação de palavras plenas consideradas principais na construção do sentido, a saber: *bicho* e *homem*, aqui objeto de aplicação dos conceitos de argumentação externa e de argumentação interna.

Assim, pode-se começar buscando as argumentações, isto é, os encadeamentos argumentativos que provêm de cada entidade linguística ou que participam da construção das referidas entidades nesse discurso poético. Ao serem evocadas as argumentações externas à direita da palavra plena *bicho*, por exemplo, encontram-se, nesse discurso, os segmentos normativos (1) portanto estar na imundície do pátio, (2) portanto catar comida entre detritos e (3) portanto engolir com voracidade. Essas mesmas argumentações normativas, que partem da palavra plena *bicho*, também funcionam como argumentações externas à esquerda das palavras plenas *cão*, *gato* e *rato*. Evocam-se, em vista disso, os seguintes encadeamentos:

- (1) Ser bicho, portanto estar na imundície do pátio
- (2) Ser bicho, portanto catar comida entre os detritos
- (3) Ser bicho, portanto engolir com voracidade
- (4) Estar na imundície do pátio, portanto ser cão, gato ou rato
- (5) Catar comida entre os detritos, portanto ser cão, gato ou rato
- (6) Engolir com voracidade, portanto ser cão, gato ou rato

Ocorre, porém, que o entrelaçamento semântico é transgressivo no discurso. Assim, os segmentos (1) estar na imundície do pátio, (2) catar comida entre detritos e (3) engolir com voracidade conectam-se por meio de *no entanto* ao segmento *não ser cão, gato ou rato*:

- (7) Estar na imundície do pátio, no entanto não ser cão, gato ou rato
- (8) Catar comida entre os detritos, no entanto não ser cão, gato ou rato
- (9) Engolir com voracidade, no entanto não ser cão, gato ou rato

Até aí, nada de surpreendente além da criação de uma realidade intralinguística e discursiva que poderia aparecer até mesmo num

discurso voltado para um público leitor infantil, uma vez que a própria significação da palavra *bicho* orienta em direção de tais construções argumentativas. A quebra de expectativas ocorre ao serem encadeadas essas argumentações com a palavra plena *homem*, visto que a própria língua – mais especificamente o que Carel (2017) chama de estrutura argumentativa do léxico – obriga o leitor a efetuar um encadeamento transgressivo do tipo de (10):

(10) Estar na imundície do pátio, catar comida entre detritos e engolir com voracidade, no entanto ser homem

Buscando, então, a significação presente nesse encadeamento, pode-se encontrar o aspecto VIVER COMO UM ANIMAL PT SER HUMANO. Trata-se, neste caso, além da expressão da argumentação interna do próprio poema, de uma argumentação externa à esquerda da palavra *homem* – e esse poderia ser visto como o sentido mais essencial do poema – a transgressão semântica da condição humana, transfigurada, agora, em condição animal. Assim, esse discurso, relativamente às palavras plenas *bicho* e *homem*, cria uma imagem única de homem, oposta àquela que seria convencional ou estrutural. Nos termos da TBS

AI estrutural de homem: SER HUMANO DC TER DIGNIDADE

AI contextual de homem: SER HUMANO PT NEG TER DIGNIDADE

A aplicação dos conceitos-chave desta aula, no poema de Bandeira, põe em evidência o princípio saussuriano a que se fez referência no início deste texto: o princípio segundo o qual o significado de uma expressão reside na relação dessa expressão com outras – particularmente, quando se opera com os conceitos de argumentação interna e externa, de encadeamento e aspecto argumentativos.

Bibliografias

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles : Mardaga, 1983.

BUZZATI, Dino. *O deserto dos Tártaros*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CAREL, Marion. *L'Entrelacement argumentatif*. Lexique, discours et blocs sémantiques. Paris : Éditions Honoré Champion, 2011.

CAREL, Marion. Significação e argumentação. Tradução: Cristiane Dall Cortivo Lebler. Revisão da tradução: Leci Borges Barbisan. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 42, n. 73, jan. 2017.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. Trad. e org. María Marta García Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Ed. Colihue, 2005.

DUCROT, Oswald. Présentation de la Théorie des Blocs Sémantiques. *Verbum*, Publié par les Presses Universitaires de Nancy, XXXVIII, n° 1-2, 53-65, 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Écrits de linguistique générale*. Texte établi et édité par Simon Bouquet et Rudolf Engler. Éditions Gallimard. Paris, 2002.

Aula VIII

As relações entre aspectos argumentativos: os conceitos de conversão, reciprocidade e transposição

Cláudio Primo Delanoy
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCRS, Brasil

Nesta aula, estudaremos as relações entre os aspectos argumentativos segundo a Teoria dos Blocos Semânticos. São de três tipos: conversão, reciprocidade e transposição, além de relações entre aspectos de blocos semânticos distintos. Primeiramente, recuperaremos conceitos importantes para o entendimento de tais noções, como a concepção de sentido segundo a Teoria dos Blocos Semânticos, as definições de encadeamentos argumentativos, aspectos argumentativos, a interdependência semântica e os blocos semânticos. Posteriormente, caracterizaremos os aspectos conversos, recíprocos e transpostos. A seguir, apresentaremos o quadrado argumentativo, como a formalização de um bloco semântico, e pelo qual visualizam-se as relações entre os aspectos. Para fim de exemplificação, traremos, no final desta aula, análises argumentativas de duas fábulas de Esopo, *O lobo e o cordeiro* e *O gato e o galo*. Analisaremos os sentidos construídos pelos diálogos entre os animais das fábulas por meio da aplicação das relações entre os aspectos argumentativos.

Conforme as aulas anteriores, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) apresenta uma concepção de sentido na língua segundo as bases saussurianas, quer dizer, o sentido é construído pelas relações entre os signos linguísticos no interior do próprio sistema, no qual um signo assume um valor perante os outros signos que o circundam. Essa noção de relação entre signos como fundante do sentido é mantida na TBS, porém sob a forma de encadeamentos argumentativos. O sentido de uma expressão é dado por discursos argumentativos encadeados a partir dessa expressão (DUCROT; CAREL, 2005, p.13). Tais discursos são

parafrazeados por encadeamentos argumentativos formados por dois segmentos articulados por um conector, pela forma A CON B. Como já foi visto, o primeiro segmento é chamado de suporte e o segundo de aporte. Já o conector pode ser de dois tipos: *portanto*, simbolizado por DC (do francês *donc*) e *no entanto*, PT (*pourtant*). Os encadeamentos em DC são denominados *normativos*, e os em PT, *transgressivos*. Tais conectores foram selecionados porque geram uma interdependência entre os segmentos, em que cada um assume sentido em razão da presença do outro. É o princípio da interdependência semântica, que vai originar o conceito de bloco semântico.

Um bloco semântico é o sentido construído a partir da relação interdependente entre um suporte e um aporte de um encadeamento argumentativo. Assim, o encadeamento (i) *o restaurante está cheio, portanto deve ser bom* constrói o bloco semântico *restaurantes cheios são bons*. De outra forma, o encadeamento (ii) *o restaurante está cheio, portanto deve ser barato* gera outro bloco semântico, *restaurantes cheios são baratos*. Vemos, então, a construção de sentidos distintos para *restaurantes cheios* a partir de tais encadeamentos. Em (i) *restaurantes cheios* significa ser de qualidade, ao passo que em (ii) significa ter preços baixos. Esses sentidos advêm da relação entre os segmentos, e não das expressões tomadas isoladamente. Os encadeamentos podem ser formalizados por aspectos argumentativos, que são representações de conjuntos de encadeamentos. Assim, (i) pode ser representado pelo aspecto *estar cheio DC ser bom*, enquanto (ii) terá o aspecto *estar cheio DC ser barato*.

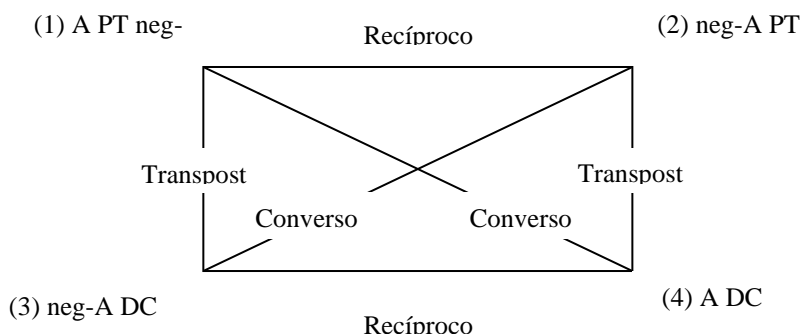
Revistos os conceitos importantes da TBS para esta aula, partimos para as possibilidades de construção de aspectos argumentativos por meio da troca de conectores entre os segmentos e a inclusão da negação. Retomando o aspecto de (i), temos como possibilidades os quatro seguintes aspectos:

Estar cheio DC ser bom
Neg-estar cheio DC neg-ser bom
Estar cheio PT neg-ser bom
Neg-estar cheio PT ser bom

Podemos perceber que a troca de conectores e a adição da negação constroem quatro possibilidades de aspectos argumentativos. Esses quatro aspectos podem ser formalizados e

colocados nos quatro vértices de um quadrado argumentativo, pelos quais relacionam-se entre si, assim:

Figura 1: Bloco Semântico BS1



Fonte: figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005)

Conforme o quadrado acima, vemos que são conversos entre si os aspectos (1) e (4), (2) e (3); são recíprocos (1) e (2), (3) e (4); e são transpostos (1) e (3), (2) e (4). Os aspectos conversos apresentam a alternância de conectores DC e PT e a presença da negação no segundo segmento. Os recíprocos mantêm os conectores, mas há negação em ambos os segmentos. Já os transpostos apresentam a troca de conectores e a negação no primeiro segmento. Temos, de fato, um jogo entre as possibilidades de tipos de conectores e a presença/ ausência de negação nos segmentos suporte e aporte.

Mas o que isso quer dizer? O que significam essas relações entre os aspectos? Em primeiro lugar, são relações de ordem discursiva. Não podemos confundir com outras formalizações por quadrados, como o quadrado aristotélico, cujas relações entre as proposições são de ordem das condições de verdade, ou seja, as relações serão de verdade ou de falsidade entre as proposições. Quando falamos de relações discursivas, estamos no âmbito das possibilidades de uso do sistema linguístico, que independem de relações de verdade entre enunciados.

Os aspectos argumentativos tomados em relações entre si são representativos de miradas sobre determinado tema de discurso. São diferentes pontos de vista sobre um tema. Por isso, recorrer às relações entre os aspectos é bastante útil na descrição e na explicação de argumentações em debates, nos quais os interlocutores assumem juízos distintos sobre uma questão. Faz-se importante destacarmos

que um aspecto argumentativo não é converso, recíproco ou transversal isoladamente, mas o é sempre relacionado a outro. É a partir do estabelecimento dessas relações que podemos analisar debates entre interlocutores por meio da construção de aspectos argumentativos vinculados a um ou a outro locutor.

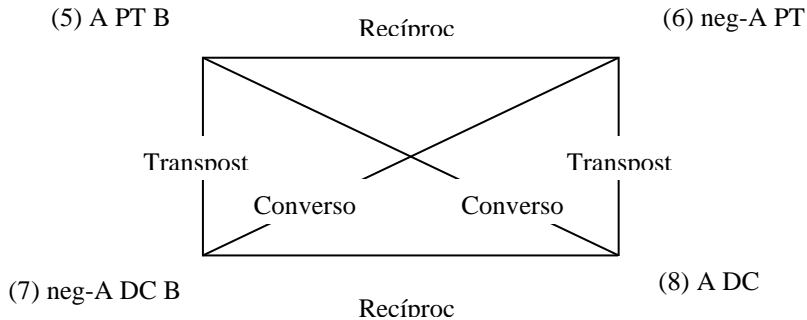
A relação de conversão, por exemplo, está associada à negação. Se um locutor afirma *Este casaco está barato, então vou comprá-lo*, assume, logo, o aspecto *estar barato DC comprar*. Outro locutor pode discordar do primeiro e dizer *Não concordo! Embora esteja barato, não debes comprá-lo*, argumentação representada por *estar barato PT neg-comprar*. Vemos então a conversão entre aspectos argumentativos por meio de duas visões distintas sobre a compra da roupa.

A relação de reciprocidade, por sua vez, também envolve discordância, mas de outra ordem. Tomamos o mesmo encadeamento *Este casaco está barato, então vou comprá-lo*, ao qual outro locutor pode contestar com *Não penso assim! O casaco não está barato, logo não debes comprá-lo!* Tais argumentações podem ser expressas pelos aspectos recíprocos *estar barato DC comprar* e *neg-estar barato DC neg-comprar*.

A relação de transposição é ainda outra possibilidade de argumentação. À mesma intenção de compra do casaco, alguém poderia dizer *Não acho que esteja barato, no entanto debes comprá-lo mesmo assim*, argumentação descrita pelo aspecto *neg-estar barato PT comprar*.

Com esses breves exemplos, apresentamos uma visualização da aplicabilidade dos aspectos argumentativos em argumentações no discurso. Reforçamos a ideia inicial de sentido pela TBS resultante de discursos evocados a partir de uma expressão, independentemente de valores informativos. Assim, o sentido do predicado *estar barato* independe do preço atribuído a um objeto, mas depende da continuação discursiva a partir dele, como *portanto vou comprar*, como explicamos nos exemplos acima, ou *logo não vou comprar*, caso em que objetos baratos podem representar baixa qualidade. Os aspectos *estar barato DC comprar* e *estar barato DC neg-comprar* são representativos de dois blocos semânticos opostos: compra oportuna e compra não recomendada, respectivamente. Explicitamos a oposição entre os blocos por meio da figura abaixo, pela qual vemos a oposição entre BS1 e BS2. Para facilitar a compreensão da distinção entre os blocos, verificamos a oposição entre (4) A DC B, de BS1, e (8) A DC neg-B, de BS2:

Figura 2: Bloco Semântico BS2



Fonte: figura elaborada com base em Carel e Ducrot (2005).

Na continuação desta aula, passamos agora à análise argumentativa de duas fábulas de Esopo (2004): *O lobo e o cordeiro* e *O gato e o galo*. Descreveremos as argumentações dos interlocutores por meio de aspectos argumentativos e, ao evidenciarmos suas relações discursivas, explicaremos o debate entre pontos de vista distintos sobre justificativas de ser devorado ou não. Iniciamos com *O lobo e o cordeiro*.

O lobo e o cordeiro (ESOPO, 2004)

Um lobo vira um cordeiro bebendo na margem de um rio, e quis usar de um pretexto para devorá-lo. Para tanto, colocou-se a montante do lugar, e começou a acusá-lo de sujar a água, impedindo-o assim de beber. O cordeiro respondeu que só bebia com as pontas dos beiços e, estando a jusante, seria impossível sujar a água que vinha de cima. O lobo, ao perceber que aquele pretexto tinha falhado, disse então: “Mas, no ano passado, tu insultaste meu pai”. E o cordeiro replicou que na época nem sequer havia nascido. E o lobo lhe disse: “Talvez não te falem argumentos de defesa, mas nem por isso deixarei de comer-te”. Moral: A fábula mostra que, ante a decisão dos que são maus, nem uma justa defesa tem força.

Vejamos como os animais expressam suas argumentações (DELANOY, 2012). O debate centraliza-se nas acusações do lobo e nas defesas da vítima. Tais discursos podem ser expressos por meio de dois blocos semânticos, conforme abaixo:

Bloco semântico ser devorado por sujar a água do rio:

sujar a água do rio DC ser devorado - assumido pelo lobo;
neg-sujar a água do rio DC neg-ser devorado - assumido pelo cordeiro.

Bloco semântico *ser devorado por insultar familiar do lobo*:
insultar familiar do lobo DC ser devorado - assumido pelo lobo;
neg-insultar familiar do lobo DC neg-ser devorado - assumido pelo cordeiro.

Como podemos perceber, o cordeiro argumenta com os mesmos segmentos suportes e aportes apresentados pelo lobo (*sujar a água, insultar familiar e ser devorado*), mas os nega, com manutenção do conector DC. O cordeiro expõe dois aspectos argumentativos que articulam o modo de beber a água do rio e sua posição em relação ao lobo com a impossibilidade de sujar a água:

beber com as pontas dos beiços DC neg-sujar a água;
estar a jusante do lobo DC neg-sujar a água.

Dessa maneira, assume o aspecto *neg-sujar a água DC neg-ser devorado*. Da mesma forma, o cordeiro procede com a segunda acusação. Ele defende o aspecto *neg-insultar familiar do lobo DC neg-ser devorado* por meio do aspecto *neg-ser nascido DC ser impossível ter proferido insultos*.

Verificamos que as contestações são feitas por aspectos recíprocos às acusações. O cordeiro nega os segmentos suportes da argumentação do lobo e assim orienta para a negação dos aportes. Ressaltamos a estratégia argumentativa do cordeiro: a contestação do segmento suporte e sua continuação negativa no aporte protege não só a vítima, mas obriga o acusador à concordância. Se a argumentação em DC é assumida, seu aspecto recíproco não pode ser desconsiderado, quer dizer, se o lobo apresenta razões para devorar o cordeiro, a partir do momento em que as razões são negadas, o acusador deve concordar com a argumentação do cordeiro.

O lobo, ao dizer “Talvez não te falem argumentos de defesa, mas nem por isso deixarei de comer-te”, assume que seus argumentos de acusação foram vencidos pela defesa do cordeiro, sendo obrigado, então a construir uma nova argumentação, mas de natureza transgressiva. Ao enunciar sua fala, o lobo relaciona dois aspectos, mas agora conversos:

aceitar bons argumentos de defesa DC neg-devorar – rejeitado pelo lobo;
aceitar bons argumentos de defesa PT devorar – assumido pelo lobo.

A argumentação transgressiva assumida pelo lobo relaciona-se com seu par normativo por meio da conversão. O lobo nega a possibilidade de liberar o cordeiro pelas argumentações bem colocadas e o devora.

A partir da análise, vimos que os aspectos recíprocos normativos de um bloco semântico têm a particularidade de estarem simultaneamente tanto no discurso da acusação quanto no discurso da defesa. Ao assumirmos um aspecto normativo, concordamos com seu recíproco, que já está implícito. Os aspectos conversos estabelecem relação de outra ordem, por envolverem um debate entre uma norma e uma transgressão a partir de um mesmo segmento suporte.

Passamos agora à análise da fábula seguinte. Notaremos algumas semelhanças com a anterior, principalmente quanto ao conteúdo, mas mostraremos que os modos de argumentar são distintos.

O gato e o galo (ESOPO, 2004)

Um gato que tinha apanhado um galo buscava um pretexto para comê-lo. Acusou-o, então, de importunar os homens, pois suas cantorias durante a noite não os deixavam dormir. O galo respondeu que assim fazia para lhes ser útil, porque os acordava para os trabalhos habituais. O gato acusou-o, então, de ultrajar a natureza, acasalando-se com a mãe e as irmãs. O galo respondeu que só fazia isso no interesse dos donos, porque assim elas botavam ovos em quantidade. E o gato disse então: “Ora, talvez tu apresentes muitos e bons argumentos, mas eu não deixarei de comer-te”. E o devorou.

Moral: A fábula mostra que uma natureza má, resolvida a praticar o mal, mesmo que não encontre um bom pretexto, o faz abertamente.

Assim como na fábula anterior, o debate entre o gato e o galo centra-se em acusações e defesas. No entanto, há diferença quanto ao modo de o galo contestar as investidas do gato. Inicialmente, temos os seguintes aspectos argumentativos:

Cantar de madrugada DC importunar os homens – assumido pelo gato;

Cantar de madrugada DC beneficiar os homens – assumido pelo galo;

Acasalar com consanguíneos DC ultrajar a natureza – assumido pelo gato;

Acasalar com consanguíneos DC aumentar produtividade – assumido pelo galo.

De modo implícito, também são compreendidas as negações do discurso do gato, mas por meio de aspectos conversos, assim:

Cantar de madrugada DC importunar os homens – assumido pelo gato;

Cantar de madrugada PT neg-importunar os homens – assumido pelo galo;

Acasalar com consanguíneos DC ultrajar a natureza – assumido pelo gato;

Acasalar com consanguíneos PT neg-ultrajar a natureza – assumido pelo galo.

Como podemos notar nesta fábula, a vítima não nega as acusações suporte do acusador (cantorias de madrugada e acasalamento consanguíneo), mas as dá um novo sentido ao encadeá-las com outras continuações, o que resulta na construção de novos blocos, via interdependência semântica.

Percebemos que *cantar de madrugada* é visto como importuno aos homens pela perspectiva do gato, mas é considerado um benefício aos donos pelo galo, já que os acorda para trabalharem. Semelhantemente, o *acasalamento consanguíneo* é rechaçado pelo gato por ser ultrajante à natureza, porém é valorizado pelo galo por proporcionar aumento de produtividade de ovos.

Logo, com a proposição de novos blocos semânticos, a vítima contra-argumenta, pois estabelece um enfrentamento de sentidos entre cantorias causadoras de aborrecimentos e cantorias causadoras de benefícios, resultando na argumentação final, idêntica à da fábula anterior: o gato, seguindo a natureza do lobo, também assume uma posição transgressiva frente à argumentação do galo, movimento expresso por aspectos conversos, assim:

aceitar bons argumentos de defesa DC neg-devorar – rejeitado pelo gato;
aceitar bons argumentos de defesa PT devorar – assumido pelo gato.

Com esta análise, mostramos como as relações entre aspectos argumentativos pertencentes a blocos semânticos distintos descrevem um debate entre posições divergentes frente a um tema. Tanto o gato quanto o galo construíram sentidos particulares de canto de madrugada e de acasalamento endogâmico ao continuarem seus discursos em uma e outra direção. A TBS possibilitou a descrição do sentido dessas expressões por meio da aplicação do conceito de interdependência semântica entre segmentos de aspectos argumentativos.

Ao finalizarmos nossa aula, retomamos nosso propósito com este trabalho: explicar as relações entre aspectos argumentativos segundo os moldes da TBS. Mostramos sua aplicabilidade ao descrevermos as argumentações provenientes de debates a respeito de um tópico e exemplificamos com as análises de duas fábulas muito semelhantes quanto ao conteúdo e sua moral, mas distintas quanto às relações entre acusações e defesas: em *O lobo e o cordeiro* predominam as relações entre aspectos recíprocos, ao passo que em *O gato e o galo* as relações dão-se entre aspectos de blocos semânticos distintos. Como tentamos evidenciar, a TBS, pela construção da argumentação por aspectos argumentativos e pelo estabelecimento de relações entre eles, apresenta ferramentas conceituais aplicáveis a discursos permitindo a descrição e a explicação semântica de expressões linguísticas.

Bibliografias

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La Semántica Argumentativa**. Una Introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.
DELANOY, Cláudio Primo. **Atitudes do locutor no discurso na perspectiva da teoria da argumentação na língua**. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
ESOPO. **Fábulas**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

Aula IX

A estrutura do texto e os elementos da coesão textual¹

Giorgio Christopoulos
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França

1. Algumas abordagens tradicionais das quais a TBS se serve

O esforço de descrição da estrutura dos textos e de seus elementos coesivos, por sua vez, foi capaz de se beneficiar de numerosos trabalhos linguísticos. Embora derivem de teorias epistemologicamente muito diferentes, lembremos, entre esses trabalhos, aqueles que descreveram fenômenos como: a) as ligações gramaticais; b) os fatores estilísticos; c) os elementos métricos; d) os subentendidos, comunicados pelos enunciados além do que expressam; e) as alusões intertextuais. A ordem desta enumeração é arbitrária. A lista não é obviamente exaustiva. Temos aqui somente um pequeno repertório das principais abordagens.

2. A TBS e o léxico: sua organização e seu papel

A Teoria dos Blocos Semânticos propõe-se, dentre outras coisas, a descrever o léxico e seu papel estruturante – e, portanto, coesivo. Um primeiro elemento no qual a TBS se concentra é a significação das palavras: essa é capaz de dar aos textos sua estrutura.

Entretanto o entrelaçamento sintático e textual das palavras pode igualmente participar de tal estruturação. Ele também é capaz de criar relações entre as palavras e expressar com as palavras os esquemas argumentativos. O entrelaçamento é verdadeiramente criativo porque as relações que estabelece entre as palavras ou os esquemas que ele permite expressar são frequentemente apenas

¹ Tradução: Cláudio Primo Delanoy e Cristina Rörig Goulart.

implementáveis e expressáveis por seu intermédio. Os textos enriquecem o sentido já construído pelas palavras.

No entanto, um dos fundamentos da Teoria dos Blocos Semânticos é que todo enunciado é parafraseável por encadeamentos argumentativos, sejam eles envolvendo uma conjunção do tipo de *portanto* (que os qualificam como "normativos") ou de encadeamentos envolvendo uma conjunção do tipo de *no entanto* (que os qualificam como "transgressivos").

Essa consideração poderia parecer como um elemento técnico que não afeta a descrição da estrutura dos textos pelo que propõe a TBS, mas esse não é o caso. Todo enunciado é de fato parafraseado por encadeamentos argumentativos; mas esses encadeamentos estão ligados aos esquemas que concretizam. Reconstituir o sentido de um enunciado consiste, portanto, em não apenas ser capaz de o parafrasear por uma sequência argumentativa (normativa ou transgressiva), mas também de ligar esse encadeamento ao esquema que ele concretiza.

No entanto, ligar encadeamentos argumentativos e esquemas é apenas uma etapa do processo de compreensão da estrutura do texto; porque os muitos encadeamentos também são organizados de acordo com uma lógica de agrupamento.

3. A TBS e a subdivisão do texto

3.1 Períodos e complexos argumentativos

Tradicionalmente, além da palavra, a unidade básica das gramáticas é a frase - que seria formada por todos os elementos que estão contidos entre dois pontos. Na descrição dos textos, a TBS identifica vários processos estruturantes e, portanto, coesivos, que vão além dos limites da noção tradicional de "frase gramatical".

A TBS então prefere falar em "período argumentativo". Os períodos argumentativos podem coincidir com as frases da gramática clássica, mas também as ultrapassam, dando assim unidade ao texto: a coesão.

Os "períodos argumentativos" têm o papel de coordenar, agrupando-as, todas as frases que desenvolvem a significação de um mesmo termo. Assim, por exemplo, o parágrafo a seguir, contendo

três frases gramaticais, constitui apenas um período argumentativo, organizado pelo termo *sentimentalismo*:

[1] Você deve desconfiar de seus julgamentos. Eu acho que você às vezes é um exemplo de sentimentalismo. Mesmo este romance estereotipado faz você chorar.

As três frases gramaticais do exemplo se sucedem uma após a outra, o que simplifica as coisas. Mas um período argumentativo pode chegar a agrupar as frases dispersas ao longo de um texto de várias centenas de páginas - ou mais. Temos então uma noção capaz de reunir partes de texto. Portanto, compreender um texto consiste, entre outras coisas, em colocar os diferentes encadeamentos argumentativos no interior de complexos argumentativos.

Além dos períodos argumentativos, o texto é organizado articulando ou coordenando os complexos argumentativos - também definidos como "discursivos" - expressos por esses períodos.

Cada período expressa um complexo argumentativo.

Ainda tomando o exemplo [1], pode-se ver que a terceira frase, *até mesmo este romance estereotipado faz você chorar*, pode ser parafraseada pelo seguinte encadeamento:

[2] Este romance é estereotipado, no entanto faz você chorar.

Este encadeamento será anexado ao esquema NEG COMOVENTE PT COMOVIDO, representado pela palavra *sentimentalismo*.

O enunciado *você deve desconfiar de seus julgamentos* será parafraseado pelo encadeamento:

[3] Às vezes você é um exemplo de sentimentalismo, portanto deveria desconfiar de seus julgamentos.

Este encadeamento será anexado ao esquema SUJEITO A SENTIMENTALISMO DC JULGA MAL, também representado pela mesma palavra: *sentimentalismo*.

Enfim, os dois encadeamentos [2] e [3] serão agrupados no interior de um mesmo complexo argumentativo.

Aqui temos o que a Teoria dos Blocos Semânticos chama de "decodificação argumentativa". Assim, os encadeamentos [2] e [3]

pertencem ao mesmo período organizado pelo termo *sentimentalismo*. Esse termo determinará, por "decodificação argumentativa", os esquemas concretizados por todas as frases gramaticais do período (como vimos, existem três) e agrupará os encadeamentos evocados em um mesmo "complexo argumentativo".

Como a noção anterior de "período argumentativo", o "complexo argumentativo" permite, também, que muitos encadeamentos evocados ao longo do texto constituam um todo unitário.

4. Diferença entre a TBS e a teoria da isotopia

Um esclarecimento importante agora é necessário. No âmbito da TBS, a noção de "repetição" não é, por si só, um elemento coesivo, o que a diferencia da teoria da isotopia inaugurada por Algirdas Greimas e continuada por François Rastier.

Vejamos esta passagem de *Andrômaca*, de Racine:

Pirro: Seu ódio por Heitor ainda não se extinguiu.

Eles temem o filho dele.

Andrômaca: Objeto digno de seu medo!

Uma criança infeliz que ainda não sabe

que Pirro é seu mestre e que ele é filho de Heitor.

A réplica de Andrômaca - *objeto digno de seu medo! / Uma criança infeliz que ainda não sabe / que Pirro é seu mestre e que ele é filho de Heitor* – é constituída de duas frases gramaticais: uma exclamação (*objeto digno de seu medo!*), e, depois, de uma frase constituída apenas de um grupo nominal (*uma criança infeliz ...*).

A exclamação determina o aspecto AMEAÇADOR DC TEMOR.

No entanto, a réplica de Andrômaca continua, na medida em que especifica o aspecto AMEAÇADOR DC TEMOR, concretizando-o graças à frase nominal. O que nas palavras de Pirro era *o filho de Heitor* se torna, nos lábios de Andrômaca, *uma criança infeliz*. O discurso de Andrômaca evoca o encadeamento:

[4] Astyanax é uma criança infeliz, portanto os gregos o temem.

Esse encadeamento é entendido como concretizando o aspecto AMEAÇADOR DC TEMOR, que vimos já sendo determinado pela exclamação (*objeto digno de seu medo!*).

Sendo dado que a mesmo traço /ameaçador/ se repete, haveria coesão por isotopia? A resposta é negativa. Não existe aqui uma simples repetição traço /ameaçador/ - repetição desempenhada, é claro, enquanto Andrômaca é irônica - mas uma relação de concretização.

"Concretização" e "repetição" são diferentes nisso em que a concretização não se limita a repetir um mesmo traço semântico: ela especifica o aspecto AMEAÇADOR DC TEMOR. No que diz respeito à coesão textual, essa especificação nos permite compreender que, diferentemente da teoria da isotopia, a TBS não considera a simples repetição de um traço semântico como suficiente para produzir coesão: é o fato de ter conectado, por concretização, a exclamação *Objeto digno de seu medo!* e a frase *Uma criança infeliz que ainda não sabe que Pirro é seu mestre e que ele é filho de Heitor que fez da passagem um todo.*

Semelhante ao caso, indicado acima, da "decodificação argumentativa". O simples fato de encontrar várias vezes e em vários lugares textuais diferentes o(s) mesmo(s) encadeamento(s) não produz coesão textual. É o fato de que esse(s) encadeamento(s) desenvolve(m) juntos um mesmo complexo argumentativo que permite a coesão.

Enfim, citemos um terceiro caso possível. Em vista da coesão, poder-se-ia não repetir o mesmo traço de uma mesma palavra - como gostariam os teóricos da isotopia e sua ideia de repetição - mas os diferentes traços de uma mesma palavra - ela mesma possivelmente ausente do texto.

5. Retorno e esclarecimento do conceito de "significação linguística" no contexto da TBS

Uma das primeiras coisas que afirmamos no início do capítulo foi que a significação das palavras é, para a Teoria dos Blocos Semânticos, um elemento *capaz de dar aos textos sua estrutura.*

O caso com que acabamos de terminar o parágrafo anterior também nos ensinou que a significação de uma palavra poderia ser desenvolvida

ao longo de uma extensa passagem, criando assim coesão. Essa coesão viria do fato de que não seria repetir-se o mesmo traço de uma palavra, mas os diferentes traços da mesma palavra; o que pressupõe que a significação de uma palavra contém vários traços semânticos.

A TBS - nós sabemos - qualifica como "aspectos" ou "esquemas" os diferentes traços que formam a significação de uma palavra (dito de outra forma, seu conteúdo semântico). Agora, a pergunta é a seguinte: levantar a hipótese de que a significação de uma palavra contém vários esquemas não romperia a unidade de sua significação?

Deparamo-nos com uma pergunta antiga - uma pergunta à qual a linguística sempre respondeu que a significação de uma palavra é unitária. A TBS não é iconoclasta a esse respeito: a pluralidade dos esquemas argumentativos associados a uma palavra não quebra a unidade de sua significação; porque todos esses esquemas constituem, juntos, as facetas de um todo unitário.

6. Retorno e precisão sobre o conceito de "coesão textual" em relação ao fenômeno de "decalagem" no contexto do TBS

Essa mesma preocupação com o agrupamento informa a interpretação que a TBS dá do fenômeno da "decalagem". A decalagem é - vamos lembrar - uma relação instaurada pelo entrelaçamento de palavras. Agora, sendo dado que o entrelaçamento textual das palavras também participa da estruturação do texto - como afirmado no princípio deste capítulo - o fenômeno da "decalagem" também é um fenômeno produtor da coesão.

Mais detalhadamente, a "decalagem" se baseia em um desdobramento do conteúdo argumentativo entre, por um lado, um aspecto e, por outro, um encadeamento. Ao relacionar o encadeamento ao aspecto, a "decalagem" é, assim, um fator de coesão textual.

Essa coesão pode, como no exemplo considerado de *Andrômaca* de Racine, ser estabelecida entre duas frases, a que expressa o aspecto (a exclamação *digno objeto de seu medo!*), e a outra, o encadeamento (*Uma criança infeliz que ainda não sabe que Pirro é seu mestre e que ele é filho de Heitor*).

Mas ela também pode vincular várias frases, em particular, quando o aspecto é determinado sem um termo constitutivo, graças à

única indicação de que tais e tais encadeamentos argumentativos formulam o mesmo julgamento e devem ser interpretadas pelo mesmo aspecto.

Tradução: Cláudio Primo Delanoy e Cristina Rörig Goulart

Bibliografias

CAREL M. Interprétation et décodage argumentatifs. In : *Signo*, UNISC, vol. 44, n° 80 (2019), pp. 3-15.

CAREL, M. *L'entrelacement argumentatif. Lexique, discours et blocs sémantiques*, Honoré Champion, Paris 2011.

CHRISTOPULOS G. Au delà de l'isotopie. *SHS Web of Conferences*, vol. 46, article n°06004, 6ème Congrès Mondial de Linguistique Française. Disponible en < <https://doi.org/10.1051/shsconf/20184606004> >, 2018.

Os conceitos de empregos constitutivos, empregos caracterizantes, empregos singularisantes, e a noção de decalagem

Giorgio Christopulos
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França

1. Os empregos constitutivos

No contexto de um emprego "constitutivo", o termo usado expressa fundamentalmente sua significação e o impõe como uma estrutura de paráfrase.

Sendo essa a definição básica, vamos esclarecer, a seguir, o caso. Vejamos o enunciado:

[5] O espetáculo a que fomos assistir foi ruim.

Este enunciado é parafraseável pelo seguinte encadeamento:

[6] Vimos ações se desenrolarem e, no entanto, não ficamos comovidos.

Aqui, é a palavra *espetáculo* que é constitutiva.

Esta palavra normalmente significa o esquema OLHAR AÇÕES DC FICAR COMOVIDO. Mas no enunciado [5] esse esquema é transformado em OLHAR AÇÕES PT NEG FICAR COMOVIDO. É o adjetivo atributivo *ruim* que opera essa modificação: um *espetáculo ruim* não é exatamente um *espetáculo* - certas características deste *espetáculo* foram transformadas: um *espetáculo ruim* não é comovente.

Neste caso, não é o esquema OLHAR AÇÕES DC FICAR COMOVIDO contido na palavra *espetáculo*, mas o esquema

¹ Tradução: Cláudio Primo Delanoy e Cristina Rörig Goulart

transformado OLHAR AÇÕES PT NEG FICAR COMOVIDO que constitui a estrutura do encadeamento evocado [6].

Isso nos permite especificar que, no contexto de um emprego "constitutivo", o termo utilizado impõe, sim, sua significação; mas essa significação pode muito bem fornecer um aspecto que, antes de ser concretizado, passará por uma transformação por parte de um operador (como o adjetivo *ruim* no caso da locução *espetáculo ruim*).

Um termo constitutivo, portanto, não fornece necessariamente a estrutura da paráfrase. Ele significa um primeiro esquema que pode ser transformado em seguida por um "operador". É então somente o esquema transformado, e não mais o esquema inicial, que fornece a estrutura da paráfrase argumentativa.

Uma observação. A função constitutiva de um termo não deriva de sua função gramatical. Um advérbio pode muito bem ser constitutivo, contrariamente ao que seu status gramatical de complemento "circunstancial" poderia sugerir. Tomemos os seguintes enunciados:

[7] Pedro corajosamente tomou a palavra na frente de todo mundo.

[8] Pedro audaciosamente tomou a palavra na frente de todo mundo.

[9] Todo mundo estava reunido, no entanto Pedro tomou a palavra.

Do ponto de vista semântico, [7] e [8] não são de forma alguma equivalentes. O advérbio *corajosamente* significa NEG VONTADE PT FEZ e *na frente de todo mundo* descrito em [7] uma situação em que, segundo o locutor, Pedro não teria vontade de falar. Por outro lado, *audaciosamente* significa ARRISCADO PT FEZ e *na frente de todo mundo* descrito em [8] uma situação em que, segundo o locutor, é arriscado falar. Para dar conta dessa diferença entre [7] e [8], deve-se notar que [7] evoca [9] entendido como concretizando NEG VONTADE PT FEZ, enquanto [8] evoca [9] entendido como concretizando ARRISCADO PT FEZ.

2. Termos fundadores e termos não fundadores de um encadeamento: os empregos singularizantes e caracterizantes

Resumamos (a) e façamos uma consideração introdutória (b).

(a) Acabamos de ver que um termo constitutivo não fornece necessariamente a estrutura da paráfrase. Ele pode muito bem

significar um primeiro esquema que, somente após a transformação por um "operador", fornecerá a estrutura da paráfrase argumentativa. Nesse caso, é unicamente o esquema transformado, e não mais o esquema inicial, que fornecerá a estrutura da paráfrase argumentativa.

(b) Os caracterizantes participam da determinação dos termos fundadores do encadeamento. Os singularizantes participam, por outro lado, da determinação dos termos não fundadores do encadeamento.

2.1 Os empregos singularizantes

Vejamos estes dois enunciados:

[10] A menina foi prudente.

[10'] Havia um perigo e, portanto, a menina mudou seu comportamento.

A significação da palavra *prudente* prefigura o sentido de [10]. Mas a significação de *prudente* não prefigura igualmente o uso de *a menina* como sujeito gramatical de [10']. O esqueleto do encadeamento é imposto pela significação de *prudente*; ao mesmo tempo, o próprio encadeamento também decorre do emprego de *a menina*.

No encadeamento, é, então, a significação de *prudente* que está em ação, mas não o de *a menina*. Como então descrever, não a significação, mas o emprego de *a menina*? Certos usos das palavras, é o caso de *a menina* em [10], apenas servem para concretizar o aspecto no discurso. O emprego de *a menina* em [10] é "singularizante", enquanto o uso de *prudente* é "constitutivo". O entrelaçamento de *a menina* e de *prudente* não ressoa o conjunto das significações dessas duas palavras; o entrelaçamento é puramente material.

Continuemos observando o enunciado:

[11] O gato viu o rato aproximar-se.

Este enunciado é parafraseado pelo encadeamento:

[12] O gato olhou para o rato e, portanto, soube que se aproximava.

Em [11], os empregos de *o gato* e de *o rato aproximar-se* dão cerne à estrutura da paráfrase argumentativa, determinando os termos não fundadores da paráfrase argumentativa. Eis o que a Teoria dos Blocos Semânticos qualifica como empregos singularizantes.

Observe que não é a própria palavra que, por natureza, é singularizante; é um certo emprego dessa palavra que a TBS qualifica como "singularizante". *O gato* e *o rato aproximar-se* não são singularizantes eles mesmos: o são aqui porque são usados neste contexto. Da mesma forma, para o verbo *ver*, aqui usado como "constitutivo" - é constitutivo apenas porque o entrelaçamento de palavras o usa dessa maneira.

2.2 Os empregos caracterizantes

Os empregos caracterizantes, por fim, produzem um efeito de decalagem entre o aspecto que estrutura a paráfrase e os termos fundadores deste último.

Compararemos as afirmações:

[12] Pedro mostrou sensibilidade

e

[13] Por sensibilidade, Pedro chorou durante a cerimônia.

Nos dois casos, a palavra *sensibilidade* impõe sua significação. Ela comunica o aspecto normativo X É COMOVENTE DC Y ESTÁ COMOVIDO POR X e Pedro é dito, tanto em [13] como em [12], ter sido comovido por causa de um evento comovente. O uso de *sensibilidade* em [13] e [12] é "constitutivo". Expressa a natureza geral do evento acontecido. Não há diferença entre [13] e [12] neste nível. Em um caso como no outro, Pedro é considerado sensível.

A diferença entre [13] e [12] está nos detalhes apresentados. [12] não nos diz nada sobre o que era comovente nem sobre o modo pelo qual Pedro ficou comovido, de sorte que [12] evoca o encadeamento [12'] cujos termos *comovente* e *comovido* são aqueles que já estão na estrutura X É COMOVENTE DC Y ESTÁ COMOVIDO POR X:

[12'] A situação era comovente e então Pedro ficou comovido.

O enunciado *Pedro mostrou sensibilidade* não traz precisão alguma quanto à maneira pela qual Pedro demonstrou sensibilidade. [12] evoca um encadeamento cuja possibilidade já está inscrita na própria significação da palavra *sensibilidade*.

O caso do enunciado [13] é diferente. De fato, ele especifica que a emoção de Pedro foi manifestada pelo choro. Para enfatizar essa diferença, observe que [13] evoca [13']:

[13'] A cerimônia foi comovente e então Pedro chorou.

Como em [12'], encontra-se em [13'] a palavra *comovente* da estrutura X É COMOVENTE DC Y ESTÁ COMOVIDO POR X. Por outro lado, não se encontra mais *ser comovido*, que é substituído aqui pelo *chorar*. Há uma decalagem entre o encadeamento [13'] e o esquema X É COMOVENTE DC Y ESTÁ COMOVIDO POR X, devido ao verbo *chorar* que ilustra a emoção de Pedro. Diz-se que o uso do verbo *chorar* em [13] é "caracterizante". O enunciado [12] não comporta um termo caracterizante, de modo que [12'] era apenas um reflexo discursivo de X É COMOVENTE DC Y ESTÁ COMOVIDO POR X. O enunciado [13], ao contrário, comporta o termo caracterizante *chorar*, de modo que [13'] não é um mero reflexo da significação de *sensibilidade*. Há uma decalagem entre os termos fundadores da paráfrase [13'] e o aspecto concretizado.

Podemos concluir que o emprego de *chorar* em [13], por sua vez, constrói [13'] e compara *chorar* e *comovido*.

Tradução: Cláudio Primo Delanoy e Cristina Rörig Goulart

Bibliografias

CAREL M. Interprétation et décodage argumentatifs. In : *Signo*, UNISC, vol. 44, n° 80 (2019), pp. 3-15.

CAREL, M. *L'entrelacement argumentatif. Lexique, discours et blocs sémantiques*, Honoré Champion, Paris 2011.

CHRISTOPULOS G. Au delà de l'isotopie. SHS Web of Conferences, vol. 46, article n°06004, 6ème Congrès Mondial de Linguistique Française. Disponible en < <https://doi.org/10.1051/shsconf/20184606004> >, 2018.

Aula XI

Os quase-blocos

Marion Carel
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França

1. Observações preliminares¹

A noção de quase-bloco serve para descrever a significação dos termos. Alguns esclarecimentos sobre isso são necessários.

Retomaremos as distinções de Ducrot entre significação e sentido: a "significação" de um termo é seu valor semântico fora de emprego; o "sentido" é o valor semântico de um emprego. Diremos também que um termo "significa" tal valor e que o emprego do termo "expressa" tal valor.

Utilizaremos igualmente o verbo "prefigurar". De um emprego a outro, o sentido pode, de fato, variar. Isso está previsto em parte pela significação, mas apenas em parte. Nós diremos que o sentido está "prefigurado" na significação da palavra.

2. Exemplo

O bloco semântico do trabalho e do sucesso reúne quatro aspectos: TRABALHAR DC TER SUCESSO, TRABALHAR PT NEG TER SUCESSO, NEG TRABALHAR DC NEG TER SUCESSO e NEG TRABALHAR PT TER SUCESSO. Esses quatro aspectos são construídos a partir de um mesmo bloco semântico, que lhes serve como uma espécie de argila comum.

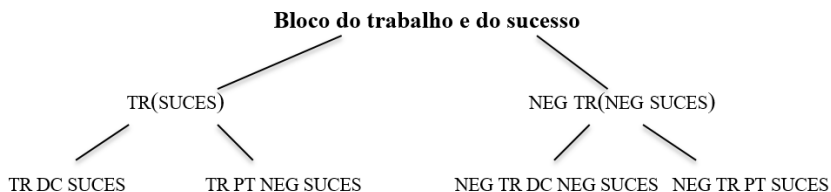
Destes quatro aspectos, os dois primeiros, TRABALHAR DC TER SUCESSO e TRABALHAR PT NEG TER SUCESSO, têm um parentesco mais forte. Ambos são prefigurados na significação do verbo *trabalhar*. Eles são os dois lados de uma mesma ideia de trabalho, que leva normalmente ao sucesso (TRABALHAR DC TER SUCESSO) ou que não impede o fracasso

¹ Tradução: Cristiane Dall Cortivo Lebler. Revisão da tradução: Lauro Gomes.

(TRABALHAR PT NEG TER SUCESSO). Diz-se que TRABALHAR DC TER SUCESSO e TRABALHAR PT NEG TER SUCESSO compartilham o mesmo quase-bloco. Anota-se TRABALHAR(TER SUCESSO). O segundo termo, "ter sucesso", foi colocado entre parênteses, porque aparece em sua forma positiva em TRABALHAR DC TER SUCESSO, mas aparece em sua forma negativa em TRABALHAR PT NEG TER SUCESSO. Nós havíamos comparado o bloco semântico à argila; continuando com a mesma metáfora, vamos comparar o quase-bloco a uma argila de determinada cor.

Os outros dois aspectos do bloco semântico, os aspectos NEG TRABALHAR DC NEG TER SUCESSO e NEG TRABALHAR PT TER SUCESSO, também têm um forte parentesco. Eles são derivados de outro quase-bloco NEG TRABALHAR(NEG TER SUCESSO). Eles são feitos da mesma argila, mas coloridos de outra forma. Eles estão prefigurados na significação de *não trabalhar*.

Esses agrupamentos podem ser representados por uma árvore. "TR" substitui "TRABALHO" e "SUCES" substitui "ter sucesso":



Encontram-se, no nível inferior, os quatro aspectos do bloco semântico do trabalho e do sucesso. No nível superior, o próprio bloco semântico. No meio, encontram-se os quase-blocos, que são noções de um grau de abstração intermediária. Assim como a noção de Ser é uma noção mais abstrata do que a de Ser Animado, que é ela mesma mais abstrata do que a de Homem, o bloco semântico é uma noção mais abstrata do que aquela de quase-bloco, que é em si mais abstrata do que a de aspecto. O prefixo "quase" marca esta posição intermediária: um quase-bloco é quase um bloco.

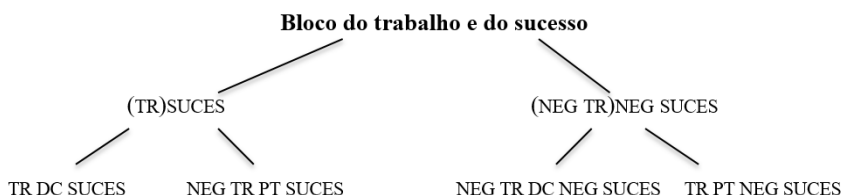
Note-se que os aspectos que pertencem a um mesmo quase-bloco são conversos.

Em vez de considerar o bloco do trabalho e do sucesso sob o ângulo do trabalho, pode-se igualmente considerá-lo sob a perspectiva do sucesso.

Há duas maneiras de ter sucesso, ter sucesso por causa do trabalho (TRABALHAR DC TER SUCESSO) e ter sucesso apesar da ausência de trabalho (NEG TRABALHAR PT TER SUCESSO). Estes dois lados do sucesso compartilham o quase-bloco (TRABALHAR)TER SUCESSO. Aqui é o primeiro termo, "trabalhar", que está entre parênteses, porque é ele que aparece positivamente em TRABALHAR DC TER SUCESSO, mas negativamente em NEG TRABALHAR PT TER SUCESSO.

O não sucesso também dá origem a um quase-bloco (NEG TRABALHAR)NEG TER SUCESSO.

Pode-se, novamente, representar esses agrupamentos por uma árvore. Ela é diferente da anterior:



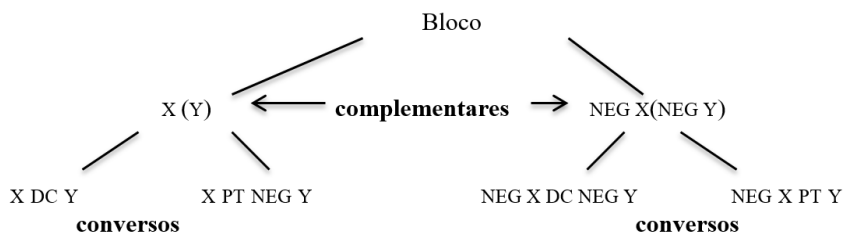
Sem dúvida, como o quase-bloco TRABALHAR(TER SUCESSO), o quase-bloco (TRABALHAR)TER SUCESSO dá lugar ao aspecto normativo TRABALHAR DC TER SUCESSO. Mas os dois quase-blocos se distinguem pelo aspecto transgressivo ao qual eles dão lugar. TRABALHAR(TER SUCESSO) prefigura dois aspectos conversos. (TRABALHAR)TER SUCESSO prefigura dois aspectos transpostos.

Generalizaremos este exemplo e, em seguida, passaremos para a aplicação da noção de quase-bloco aos problemas colocados pela descrição do léxico.

3. Definição de quase-blocos

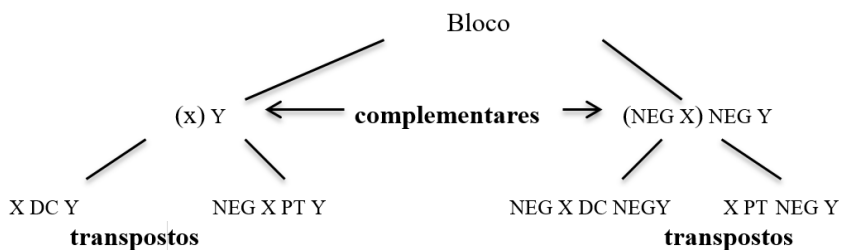
Os quatro aspectos do mesmo bloco semântico podem ser agrupados por pares, cada um comportando um aspecto normativo e um aspecto transgressivo.

Os "quase-blocos dos conversos" constituem aqueles que compartilham dois aspectos conversos; cada um dos dois aspectos é dito "especificar" o quase-bloco: constitui dele uma "especificação". Um mesmo bloco semântico dá lugar a dois quase-blocos de conversos, que são chamados de "complementares".



TRABALHAR (TER SUCESSO) e NEG TRABALHAR(NEG TER SUCESSO) são dois quase-blocos de conversos complementares.

Os "quase-blocos de transpostos" constituem aquilo que compartilham dois aspectos transpostos; cada aspecto é dito "especificar" o quase-bloco: é dele uma especificação. Um mesmo bloco semântico dá lugar a dois quase-blocos de transpostos, que são chamados de "complementares".



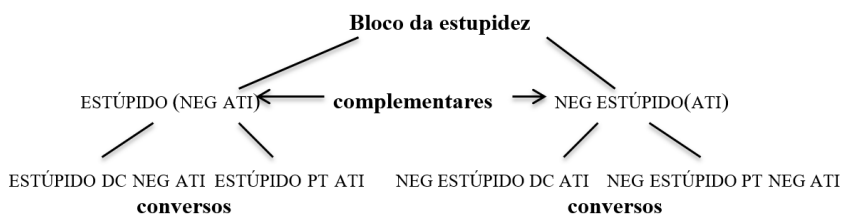
(TRABALHAR)TER SUCESSO e (NEG TRABALHAR)NEG TER SUCESSO são quase-blocos de transpostos complementares.

Dois quase-blocos complementares aparecem na mesma árvore.

Nota 1.

Alguns blocos não comportam aspectos do tipo X DC Y, sem negação em nenhum dos dois termos. Pode-se, é claro, generalizar as definições anteriores para tais casos.

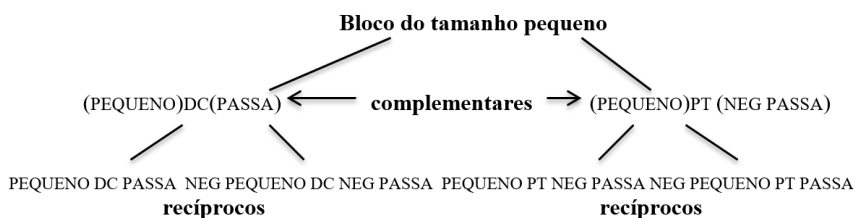
Por exemplo, a estupidez tem dois lados: leva a não atingir seu objetivo (ESTÚPIDO DC NEG ATINGIR) ou pode ser superada e não impedir de atingir seu objetivo (ESTÚPIDO PT ATINGIR). Esses dois aspectos provêm de um mesmo quase-bloco de conversos ESTÚPIDO(NEG ATINGIR), cujo complementar é NEG ESTÚPIDO(ATINGIR). Anotando "ATI" para "ATINGIR" pode-se representar esses agrupamentos por uma árvore:



Constrói-se, da mesma maneira, a árvore dos quase-blocos de transpostos.

Nota 2.

Também é formalmente possível construir quase-blocos de recíprocos. Anotar-se-á, assim, (PEQUENO)DC(PASSA) o quase-bloco que especificam os dois aspectos normativos PEQUENO DC PASSA e NEG PEQUENO DC NEG PASSA. Em paralelo, anotar-se-á (PEQUENO)PT(NEG PASSA) o quase bloco de recíprocos que especificam os dois aspectos transgressivos PEQUENO PT NEG PASSA e NEG PEQUENO PT PASSA.



Veremos, no entanto (conforme nota 3 abaixo), que os quase-blocos de recíprocos não parecem ter sistematicamente uma realidade lexical: eles são menos úteis para a descrição linguística.

Nota 3.

O paradoxo linguístico (cf. nesta obra capítulo escrito por Kohei Kida) leva a introduzir um novo tipo de complementaridade, entre quase-blocos paradoxais e quase-blocos doxais.

4. Aplicação da noção de quase-bloco para a descrição do léxico

A significação de uma palavra é constituída de aspectos argumentativos e de quase-blocos.

Um aspecto pertence à significação de uma palavra se ele for expresso por todos os empregos dessa palavra.

Por exemplo, PERIGO DC PRECAUÇÃO é expresso por todos os empregos de *prudente*. Ele pertence, portanto, à significação de *prudente* e qualquer enunciado de *Pedro foi prudente* evocará o encadeamento argumentativo *a situação era perigosa portanto Pedro tomou precauções*.

Por vezes, no entanto, um aspecto é expresso por apenas certos empregos de uma palavra, e é o seu converso, ou o seu transposto, que é expresso pelos outros empregos. Nesses casos de instabilidade, é o quase-bloco, não o aspecto, que está inscrito na significação da palavra.

Um quase-bloco pertence à significação de uma palavra se alguns empregos da palavra expressam uma de suas especificações, enquanto que os outros empregos expressam a outra especificação.

Assim, o quase-bloco PRUDENTE(SEGURANÇA), cujas especificações são PRUDENTE DC SEGURANÇA e PRUDENTE PT NEG SEGURANÇA, pertence à significação de *prudente*. Na verdade, o termo *prudente*, a depender dos seus empregos, expressa PRUDENTE DC SEGURANÇA **ou** PRUDENTE PT NEG SEGURANÇA. No diálogo 1, o interlocutor B procura tranquilizar A, e o emprego de *prudente* expressa PRUDENTE DC SEGURANÇA:

Diálogo 1

A: *Estou preocupado. Está chovendo muito forte e Pedro ainda está na estrada.*

B: *Ele será **prudente**.*

Por outro lado, no diálogo 2, o emprego de *prudente* expressa PRUDENTE PT NEG SEGURANÇA:

Diálogo 2

A: *Pedro teve o azar de sofrer este acidente. O outro carro vinha de sua esquerda, o motorista não olhou para nada e o atropelou.*

B: *Sim, isso não é sorte, de fato. Além disso, ele era muito **prudente**.*

A significação de *prudente* contém apenas o que esses dois aspectos compartilham, a saber, o quase-bloco de conversos PRUDENTE(SEGURANÇA).

Da mesma forma, o quase-bloco (SER AMEAÇADO)LUTAR, cujas especificações são SER AMEAÇADO DC LUTAR e NEG SER AMEAÇADO PT LUTAR, pertence à significação de *lutar*. Assim, no diálogo 3, B responde às preocupações de A, expressando SER AMEAÇADO DC LUTAR:

Diálogo 3

A: *Não é fácil, a situação de Pedro. Uma grande empresa acaba de se instalar na região e oferece preços muito mais atraentes do que os seus.*

B: *Ele **vai lutar**, ele sempre fez isso.*

Por outro lado, no diálogo 4, o emprego de *lutar* expressa NEG SER AMEAÇADO PT LUTAR:

Diálogo 4

A: *Eu não entendo Pedro. Está tudo bem agora, o trabalho dele está seguro, ele não corre mais risco de nada. Mas ele é, mesmo assim, muito agressivo.*

B: *Sim, ele está o tempo todo **lutando**.*

O verbo *lutar* não significa nenhum desses aspectos; ele significa apenas o seu quase-bloco (SER AMEAÇADO)LUTAR.

Propriedade: esquema argumentativo e negação

Quando um termo significa um aspecto, a negação desse termo significa o aspecto converso. Por exemplo, *econômico* significa o aspecto NEG ÚTIL DC NEG COMPRA (ser econômico é não comprar se não for útil) e sua negação, *gastador*, significa o aspecto NEG ÚTIL PT COMPRA (ser gastador é comprar mesmo o que não é útil).

Quando um termo significa um quase-bloco, a negação desse termo significa o quase-bloco complementar. Por exemplo, *emocionante* significa que o quase-bloco X É EMOCIONANTE(Y ESTÁ

EMOCIONADO) e *não ser emocionante* significa o quase-bloco NEG X EMOCIONANTE (NEG ESTÁ EMOCIONADO). Da mesma forma, *ter sucesso* significa o quase-bloco (TRABALHAR)TER SUCESSO e *não ter sucesso* significa o quase-bloco (NEG TRABALHAR) NEG TER SUCESSO.

Propriedade: relação gênero-espécie

Uma relação gênero-espécie aparece no léxico entre uma palavra que significa um quase-bloco (gênero) e uma palavra que significa um aspecto (espécie), especificando esse quase-bloco.

Assim, *fazer guerra* significa LUTAR(NEG CONCRETIZAÇÃO DA AMEAÇA) e *ser vitorioso*, que indica uma forma de guerra, significa LUTAR DC NEG CONCRETIZAÇÃO DA AMEAÇA. Da mesma forma, *tomar precauções* significa (PERIGO)PRECAUÇÃO e *ser medroso*, que é uma maneira de tomar precauções, significa NEG PERIGO PT PRECAUÇÃO.

Nota 4

Uma peneira é um objeto que serve para separar o pequeno do grande: os usos da palavra *peneira* exprimem PEQUENO DC PASSA e NEG PEQUENO DC NEG PASSA. Não se concluirá que a significação da palavra *peneira* contém o quase-bloco de recíprocos (PEQUENO)DC(PASSA), porque isso significaria que, de acordo com seus empregos, a palavra *peneira* expressa PEQUENO DC PASSA **ou** NEG PEQUENO DC NEG PASSA. Ora, este não é o caso. A palavra *peneira*, em todos os seus usos, expressa **tanto** PEQUENO DC PASSA **quanto** NEG PEQUENO DC NEG PASSA. A significação de *peneira* contém os dois aspectos PEQUENO DC PASSA e NEG PEQUENO DC NEG PASSA, e não apenas o seu quase-bloco.

Nota 5

É possível que o uso de uma palavra expresse um quase-bloco, e não uma das duas especificações do quase-bloco. Isso acontece particularmente na narrativa. Suponhamos, por exemplo, que seja narrado que o herói comprou uma arma e que, somente mais adiante, no texto, o leitor saiba se o herói usou a arma (POSSUIR UMA ARMA DC FERIR) ou não (POSSUIR UMA ARMA PT NEG FERIR). Nesse caso de suspense, é apenas o quase-bloco POSSUIR UMA ARMA(FERIR) que será expresso.

5. Histórico da noção de quase-bloco

A significação de um termo é constituída por dois tipos de esquemas argumentativos, os aspectos e os quase-blocos. Essa oposição de natureza entre esses dois tipos de esquemas substitui a oposição que fazíamos, no contexto do que se pode chamar de TBS-standard, entre argumentação interna e argumentação externa.

Mais precisamente, a noção de quase-bloco põe em causa a noção de argumentação externa, que provinha da Teoria dos Topoi de Anscombe e Ducrot. De fato, de acordo com Anscombe e Ducrot, a significação do verbo *trabalhar* contém o topos *quanto mais se trabalha, mais se obtém sucesso*, e prepara a conclusão *ter sucesso*. Eles explicavam, desta forma, que a resposta de B no diálogo 5 seja parafraseada por *Pedro trabalhou, portanto ele terá sucesso*.

Diálogo 5

A: *Estou preocupado com o resultado dos exames de Pedro.*

B: *Ele trabalhou.*

A TBS-standard assumiu tal qual essa ideia e inscreveu TRABALHAR DC TER SUCESSO na significação de *trabalhar*. Em seguida, observando a possibilidade do diálogo 6, a TBS-standard **acrescentou**, na significação de *trabalhar*, o aspecto TRABALHAR PT NEG TER SUCESSO.

Diálogo 6

A: *Os exames de Pedro deram errado. O assunto era muito difícil e ele errou. Isso o preocupa, ele deverá recomeçar seu ano.*

B: *Sim, ele deve estar infeliz. Além disso, ele tinha trabalhado.*

- a resposta de B no diálogo 6 tem, de fato, o sentido de *Pedro trabalhou, no entanto não teve sucesso*. Os dois aspectos conversos apareciam, assim, na significação de *trabalhar*, no interior do que a TBS-standard chamava de argumentação externa de *trabalhar*.

Esse é um erro, porque nenhum emprego de *trabalhar* pode expressar tanto TRABALHAR DC TER SUCESSO e TRABALHAR PT NEG TER SUCESSO. Não é um e outro dos dois aspectos que são expressos, mas apenas um **ou** outro. Os dois aspectos são não significados por *trabalhar*, mas apenas prefigurados por *trabalhar*. A significação de *trabalhar* contém apenas o que compartilham TRABALHAR DC TER

SUCESSO e TRABALHAR PT NEG TER SUCESSO: a saber, o quase-bloco TRABALHAR(SUCESSO).

De modo geral, os aspectos que apareciam com seus conversos na argumentação externa à direita são agora substituídos por quase-blocos de conversos; e os aspectos que apareciam com seus transpostos na argumentação externa à esquerda são agora substituídos por quase-blocos de transpostos.

Na TBS-standard, a significação compreendia apenas aspectos e, para explicar a negação, era necessário distinguir duas partes na significação, a argumentação interna (cujos aspectos são transformados pela negação em seus conversos) e a argumentação externa (cujos aspectos são transformados pela negação em seus recíprocos). Agora, a significação compreende aspectos e quase-blocos e, para explicar a negação, basta levar em conta a diferença de natureza desses esquemas: os aspectos são transformados pela negação em seus conversos, e os quase-blocos são transformados pela negação em seus complementares.

Tradução: Cristiane Dall Cortivo Lebler.

Revisão da tradução: Lauro Gomes

Bibliografias

CAREL, M. « Argumentation interne et argumentation externe au lexique : des propriétés différentes », *Langages*, nº142, 2001, 10-21.

CAREL, M. « Signification et argumentation », publié en français et en traduction portugaise dans *Signo*, UNISC, vol 42, nº 73, 2017, 2-20.

Aula XII

O paradoxo¹

Kohei Kida
Université Keio, Japão

O paradoxo é etimologicamente (para "contra" e doxa "opinião") e, em um sentido intuitivo, é uma expressão que denota uma opinião contrária à opinião comum. Todavia, podemos explicá-lo *linguisticamente*, isto é, sem colocar em jogo o que é externo à linguagem, como, por exemplo, a crença como um objeto sociológico ou psicológico? Pois bem, este é o desafio da Semântica Argumentativa em geral e da Teoria dos Blocos Semânticos (doravante, TBS), em particular. Neste sentido, as linhas a seguir pretendem apresentar os desafios dos estudos dedicados ao paradoxo no âmbito da TBS, com ênfase no fato de que a questão do paradoxo levou a uma reanálise da concepção de Bloco Semântico. Contaremos com exemplos inspirados livremente na obra de Marion Carel, sem lhes dar a referência precisa. Assumiremos, pois, que o leitor está familiarizado com as noções de base da TBS.

1. Doxal, paradoxal, contextual

Consideremos os quatro discursos a seguir:

- (1) a. Isso é sofrido, portanto Pedro não vai fazer;
- b. Isso é sofrido, portanto Pedro vai fazer;
- c. Isso é sofrido, no entanto Pedro vai fazer;
- d. Isso é sofrido, no entanto Pedro não vai fazer.

¹ Tradução: Samuel Ponsoni.

N.T.: Car@ leitor, ao longo deste texto você passará por diversas siglas. Para melhor compreendê-las, segue uma pequena legenda: DC (Donc - Portanto); PT (Pourtant - No entanto); NEG (Negative - Negativa); CONECT (CONN - Conectivo)

O discurso (1a) é, por um lado, é completamente banal e não exige comentários; vamos chamá-lo de “doxal”. O discurso (1b) é, por outro lado, é bastante inesperado e exige uma explicação; vamos chamá-lo de “paradoxal”.

E sobre (1c) e (1d)? Para o discurso (1c), podemos dizer sobre Pedro, em português brasileiro: *É paradoxal: Isso é sofrido, no entanto Pedro vai fazer* (imaginem, por exemplo, que Pedro, como dentista, realiza uma operação dolorosa). Mas, do ponto de vista técnico, próprio da TBS, o discurso (1c) é doxal, na medida em que compartilha com o discurso (1a) o mesmo tipo de interdependência semântica entre *fazer sofrer* e *não fazer*. Quanto a (1d), esse discurso é paradoxal da mesma forma que (1b), pois ambos se fundamentam no mesmo tipo de relação semântica entre *fazer sofrer* e *fazer mesmo assim*. Temos, portanto, dois discursos doxais, (1a) e (1c), e dois paradoxais, (1b) e (1d).

Como distinguir *linguisticamente* entre os dois tipos de discurso, o doxal e o paradoxal? Aqui está uma primeira definição de "doxal": uma sequência argumentativa é dita "doxal" quando o aspecto argumentativo que ela concretiza pertence ao significado de um de seus segmentos. O discurso (1a) é doxal de acordo com esta definição. Com efeito, ele concretiza um aspecto como FEZ SOFRER DC NEG X FEZ A, que pertence ao sentido do segmento *fazer sofrer*.

O discurso (1c) também é doxal segundo a mesma definição, pois concretiza um aspecto como FAZER SOFRER PT X FEZ A que pertence, como o anterior, ao sentido do segmento *fazer sofrer*. Essa definição também permite dizer que os discursos (1b) e (1d) não são doxais. Com efeito, concretizam respectivamente aspectos como FEZ SOFRER DC X FEZ A e FEZ SOFRER PT NEG X FEZ A, que nem um nem outro pertencem ao sentido do segmento *fazer sofrer*. A mesma definição, entretanto, não é suficiente para qualificar os discursos (1b) e (1d) como paradoxais, pois os discursos não-doxais não são necessariamente paradoxais.

Considerem o seguinte discurso:

(2) Pedro comeu *sushis*, portanto ele está contente.

Esse discurso não é doxal, segundo a definição que trouxemos, na medida em que concretiza um aspecto como COMER SUSHIS DC ESTAR CONTENTE, que é construído pelo locutor e não pertence ao

sentido do segmento *comer sushis*². O mesmo discurso também não é paradoxal, pois não apresenta nada de inesperado, ao contrário de (1b) e (1d). Chamemos discursos “contextuais” casos como (2).

As cadeias argumentativas são, portanto, divididas em três grupos: as que são doxais, as que são paradoxais e as que são contextuais. Entre as sequências não doxais, ainda é necessário termos de ser capazes de separar o paradoxal e o contextual.

É relativamente fácil definir sintaticamente o paradoxal, e isso se faz de duas maneiras. Aqui está uma primeira definição sintática do paradoxal: uma sequência argumentativa é considerada “paradoxal” se a inversão de seu conector der origem a uma sequência argumentativa doxal³. De acordo com esta definição, os discursos (1b) e (1d) são paradoxais porque, se substituirmos seus conectores *Portanto* e *No entanto* por *No entanto* e *Portanto*, obteremos precisamente os discursos doxal (1c) e (1a), respectivamente.

Neste sentido, aqui está outra definição sintática do paradoxal: uma sequência argumentativa é considerada “paradoxal” quando está em oposição a uma cadeia argumentativa doxal. (As sequências argumentativas do tipo *x portanto y*; *x portanto não y*, ou do tipo *x no entanto y*; *x no entanto não y*. Elas são opostas). Deste ponto de vista, os discursos (1b) e (1d) são paradoxais, pois eles se opõem, respectivamente, aos discursos doxais (1a) e (1c).

Em todos os casos, podemos definir o contextual da seguinte maneira: uma sequência argumentativa é dita “contextual”, se não for doxal nem paradoxal. Como já vimos, o discurso (2) não é doxal. Também não é paradoxal, porque, por um lado, *Pedro comeu sushis, no entanto está contente* (discurso formado a partir de (2) pela inversão de seu conector) é não doxal, o que não o torna paradoxal, de acordo com a primeira definição sintática de paradoxal, e, por outro lado, *Pedro comeu sushis, portanto ele não está contente* (discurso ao qual ele se opõe) também não é doxal, o que não o torna paradoxal, de acordo com a segunda definição sintática de paradoxal. Portanto, é contextual.

² *Sushi* é, hoje, um belo prato popular em todo o mundo; a língua francesa não inclui tal aspecto no sentido do segmento em questão

³ Por “inversão de um conector”, entendemos a substituição de um conector do tipo de *Portanto* por um conector do tipo de *No entanto* e vice-versa.).

Com os três tipos de cadeias argumentativas (doxal, paradoxal, contextual) definidos, podemos definir três tipos de aspectos argumentativos: o aspecto argumentativo concretizado por uma cadeia argumentativa doxal (respectivamente paradoxal e contextual) é denominado "doxal" (respectivamente "paradoxal" e "contextual").

Assim, os aspectos FEZ SOFRER DC NEG X FEZ A e FEZ SOFRER PT X FEZ A, concretizados em, respectivamente, (1a) e (1c), são doxais; os aspectos FEZ SOFRER DC X FEZ A e FEZ SOFRER PT NEG X FEZ A, concretizados em, respectivamente, (1b) e (1d), são paradoxais; o aspecto COMER SUSHIS DC ESTAR CONTENTE, concretizado em (2), é contextual. Isso nos permite estabelecer duas relações formais entre certos aspectos doxais e certos aspectos paradoxais.

Primeira relação: a da inversão. Vamos chamar dois aspectos do tipo X CONECT Y e X CONECT ' Y de "inversos" (CONNECT representa um conector de um tipo e CONECT ' um conector do outro tipo, de modo que se CONECT for DC, então CONECT ' será PT e se CONECT for PT, CONECT ' será DC). Um aspecto é paradoxal se o inverso for doxal. Assim, o aspecto FEZ SOFRER DC X FEZ A é paradoxal, porque o aspecto inverso FEZ SOFRER PT X FEZ A é doxal.

Segunda relação: a da oposição. Vamos chamar dois aspectos do tipo X CONECT Y e X CONECT NEG Y de "opostos" ("CONNECT " representa um conector, seja DC, seja PT).

Um aspecto é paradoxal se o aspecto oposto for doxal. Assim, o aspecto FEZ SOFRER DC X FEZ A é paradoxal, haja visto que o aspecto oposto FEZ SOFRER DC NEG X FEZ A é doxal.

A questão que se coloca agora é como integrar todos esses aspectos argumentativos em uma teoria coerente. Com efeito, será, mais especificamente, uma questão de organizar adequadamente os aspectos doxais e os aspectos paradoxais, determinando as relações que eles mantêm entre si.

2. A concepção clássica da Teoria do Bloco Semântico

Segundo a concepção clássica da Teoria de Bloco Semântico, da qual se imbuíram os primeiros estudos realizados no âmbito da TBS, um bloco semântico agrupa quatro aspectos, com três relações fundamentais (conversão, reciprocidade e transposição). Ainda de

acordo com essa mesma concepção, os quatro aspectos doxais e os quatro aspectos paradoxais são distribuídos em dois planos totalmente opostos, como em um espelho, de modo que cada bloco é doxal ou paradoxal, mas nunca misturados, tampouco nenhum caso contém os dois elementos, de dois tipos de aspectos. Assim, se os quatro aspectos observados em (3) são doxais, os quatro aspectos observados em (4) são paradoxais e vice-versa:

(3) X DC Y / X PT NEG Y / NEG X DC NEG Y / NEG X PT Y

(4) X DC NEG Y / X PT Y / NEG X DC Y / NEG X PT NEG Y

Os aspectos argumentativos concretizados pelos discursos (1a) a (1d) parecem corresponder perfeitamente a este esquema, na medida em que os aspectos doxais concretizados por (1a) e (1c) são, respectivamente, do tipo X DC NEG Y e X PT Y, e os aspectos paradoxais incorporados por (1b) e (1d) são, respectivamente, do tipo X DC Y e X PT NEG Y.

Essa concepção do bloco semântico é, no entanto, posta em xeque pela observação de certos fatos. Na verdade, há casos em que certos aspectos doxais e certos aspectos paradoxais não são opostos, mas ligados por relações graduais. Admitamos, por um lado, que os seguintes aspectos argumentativos são doxais e que estão lexicalizados, respectivamente, nas palavras que os seguem:

(5) a. FEZ SOFRER PT X FEZ A : *Dolorido*

b. PERIGOSO PT FEZ : *Corajoso*

Admitamos, por outro lado, que os seguintes aspectos argumentativos são paradoxais e que estão lexicalizados, respectivamente, nas palavras que os seguem:

(6) a. FEZ SOFRER DC X FEZ A : *Sádico*

b. PERIGOSO DC FEZ : *Imprudente*

Percebemos então que os aspectos paradoxais (6a) e (6b) são gradativamente mais fortes do que os aspectos doxais (5a) e (5b), como mostram as possibilidades dos seguintes discursos:

(7) a. Pedro está dolorido, eu diria até mesmo que é sádico.

b. Pedro é corajoso, eu diria até mesmo que é imprudente.

Podemos generalizar esses fatos dizendo que um aspecto paradoxal é gradativamente mais forte do que o aspecto doxal invertido (lembrando que dois aspectos são inversos, se forem do tipo P DC Q e P PT Q). Assim, os aspectos doxais (5a) e (5b) e os aspectos paradoxais (6a) e (6b) são, respectivamente, inversos (são do tipo X PT Y e X DC Y).

A relação gradativa que se estabelece entre esses aspectos não deve, porém, ser confundida com aquela que se observa entre dois transpostos, a saber, quando o aspecto NEG X PT Y é gradativamente mais forte do que o aspecto X DC Y (que é confirmado pelo fato de podermos dizer que Pedro não é burro, eu diria até mesmo que é inteligente, com os aspectos FÁCIL DC COMPREENDE e NEG FÁCIL PT COMPREENDE lexicalizados, respectivamente, em *não é burro* e *inteligente*).

Todas essas considerações levaram, portanto, a um repensar do desenho do bloco semântico, considerando, com isso, as ligações graduais entre dois aspectos inversos, um doxal e um paradoxal.

3. A concepção renovada da Teoria do Bloco Semântico

A concepção renovada da Teoria do Bloco Semântico é amplamente baseada na noção de quase-bloco. Portanto, é necessário apresentá-lo rapidamente. Um quase-bloco é aquilo que compartilha dois aspectos argumentativos (ou transpostos, ver mais adiante as lições sobre quase-blocos) do tipo X DC Y e X PT NEG Y. É esse seu núcleo comum, denotado em X (Y). Dizemos, pois, que os dois aspectos X DC Y e X PT NEG Y “especificam” o quase-bloco X (Y). A noção de quase-bloco é útil, por exemplo, para descrever o significado de palavras inteiras. Assim, o verbo *Trabalhar* contém em seu significado o quase-bloco TRABALHAR (TER SUCESSO) que é especificado como TRABALHAR DC TER SUCESSO e TRABALHAR PT NEG TER SUCESSO.

Essa descrição tem a vantagem de dar conta da imprecisão com qual o locutor do enunciado pode jogar, em, por exemplo, *Pedro trabalhou*, o que deixa a escolha entre duas possibilidades: Pedro vai, portanto, ter sucesso ou Pedro vai, mesmo assim, falhar.

A noção de quase-bloco permite simplificar as definições já propostas. Primeiro, aqui está a redefinição de doxal. Um quase-bloco

é doxal, se pertencer ao significado de uma palavra. Assim, os seguintes quase-blocos são doxais de acordo com esta definição e na medida em que são lexicalizados, respectivamente, nas palavras que os seguem:

- (8) a. FEZ SOFRER (NEG X FEZ A) : *fazer sofrer*
- b. PERIGOSO(NEG FAZER) : *perigoso*

Os quase-blocos a seguir não são doxais pela mesma definição, porque não há palavra que os lexicalize:

- (9) a. FEZ SOFRER (X FEZ A)
- b. PERIGOSO(FAZER)
- c. COMER SUSHIS (ESTAR CONTENTE)

Pode-se pensar que os dois quase-blocos (9a) e (9b) são lexicalizados, respectivamente, em *sádico* e *imprudente*. Mas não é nada disso. É certo que o aspecto FEZ SOFRER DC X FEZ A, um dos dois aspectos que especificam o quase-bloco (9a), é de fato lexicalizado em *sádico*, mas o outro aspecto FEZ SOFRER PT NEG X FEZ A não o é. O mesmo é válido para (9b) e *imprudente*.

Sendo assim, definido o quase-bloco doxal, aqui daremos duas definições adicionais: um aspecto argumentativo é doxal, se especifica um quase-bloco doxal; uma sequência argumentativa é doxal, se concretiza um aspecto doxal.

Agora, passemos ao paradoxal. Para redefini-lo, introduzamos uma última relação: a complementaridade dos quase-blocos. Dois quase-blocos são complementares, se forem do tipo P (Q) e P (NEG Q)⁴.

Com essa noção, podemos definir o quase-bloco paradoxal: um quase-bloco é paradoxal se seu complemento for doxal. Assim, o quase-bloco FEZ SOFRER (X FEZ A) é paradoxal, na medida em que seu complementar FEZ SOFRER(NEG X FEZ A), lexicalizado em *fazer sofrimento*, é doxal. Da mesma forma, o quase-bloco PERIGO (FAZER)

⁴ Deve-se notar que esta noção de complementaridade só tem significado dentro de um quadrado de *inversão*, os quase-blocos complementares em um quadrado de *transposição* não têm a mesma relação de forma alguma. A definição da complementaridade, entre quase-blocos na lição em questão, da qual a noção apresentada aqui é de certa forma uma extensão.

é paradoxal, uma vez que seu complementar PERIGO (NEG FAZER), lexicalizado em *perigo*, é doxal.

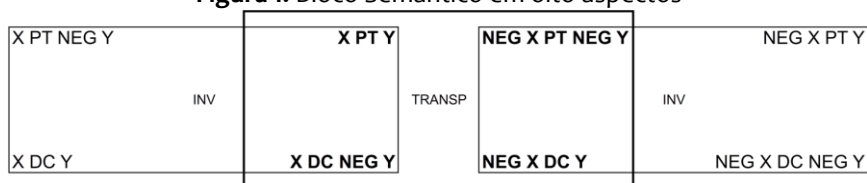
Compreender-se-á que esta definição permite unificar as duas definições sintáticas já dadas do aspecto argumentativo paradoxal, na medida em que a complementaridade de dois quase-blocos implica tanto a inversão dos aspectos que os especificam, como a oposição dos mesmos aspectos.

Acrescentemos mais duas definições: um aspecto argumentativo é paradoxal, se especifica um quase-bloco paradoxal; uma sequência argumentativa é paradoxal, se concretiza um aspecto argumentativo paradoxal.

Quanto ao contextual, para defini-lo, basta retomar o que já foi proposto: é contextual o que não é doxal nem paradoxal. O quase-bloco (9c) COMER SUSHIS (ESTAR CONTENTE) não é doxal, pois não é lexicalizado. Tampouco é paradoxal, pois seu complemento COMER SUSHIS (NEG ESTAR CONTENTE) não é doxal. Portanto, é contextual.

Dito isso, podemos introduzir o novo bloco semântico. Ao contrário do bloco semântico clássico, que agrupa quatro aspectos organizados em um único quadrado, o novo bloco semântico agrupa oito aspectos, organizados em três quadrados, um quadrado de transposição central e dois quadrados de inversão lateral, representados pelo diagrama a seguir⁵:

Figura 1: Bloco Semântico em oito aspectos



Os quatro aspectos em destaque *bold* participam cada um de dois quadrados, o quadrado de transposição central e um quadrado de inversão. Os outros quatro aspectos participam cada um em apenas um quadrado de inversão.

⁵ N.T.: Por ser facilmente dedutível que INV é Inversão e TRANSP é transposição, optamos por manter, sem tradução alguma, a figura do texto original, portanto utilizamos o quadro *ipsis litteris*.

O quadrado de transposição central tem os mesmos aspectos de um quadrado comum, exceto por colocá-los em diagonais transpostas (daí o seu nome), enquanto o quadrado comum os coloca em diálogo de forma diagonal. Cada quadrado de inversão agrupa aspectos "inversos" diagonalmente, no sentido de que dois aspectos do tipo P DC Q e P PT Q (daí seu nome) são inversos. Na coluna, seja no quadrado de transposição central, seja em um quadrado de inversão, os dois aspectos se dialogam e especificam um quase-bloco: os dois aspectos X DC Y e X PT NEG Y especificam o quase-bloco X (Y); os dois aspectos X DC NEG Y e X PT Y especificam o quase-bloco X (NEG Y); e assim por diante.

Onde então colocar os aspectos doxais e os aspectos paradoxais neste novo bloco semântico? Assumiremos que os quatro aspectos no espaço central de transposição são doxais e os outros, paradoxais. Essa hipótese permite dar conta dos dois tipos de relações, uma relação de oposição e uma relação de gradualidade, que surgem entre certos aspectos doxais e certos aspectos paradoxais.

Primeiro, a relação de oposição. Lembrando que dois aspectos se opõem, se forem do tipo P DC Q e P DC NEG Q ou do tipo P PT Q e P PT NEG Q. Notamos então que esse tipo de oposição se estabelece, dentro de um quadrado de inversão, entre dois aspectos lado a lado. Assim, no quadrado de inversão esquerdo, o aspecto paradoxal X DC Y e o aspecto doxal X DC NEG Y são opostos; o aspecto paradoxal X PT NEG Y e o aspecto doxal X PT Y também. O mesmo é verdadeiro para o quadrado de inversão correto.

Em segundo, a relação de gradualidade. Lembrando que dois aspectos são inversos, se forem do tipo P DC Q e P PT Q e é essa relação de inversão que é a fonte da gradualidade, de modo que um aspecto paradoxal é gradativamente mais forte que o aspecto doxal inverso. Percebemos, então, que essa relação gradual se estabelece, dentro de um quadrado de inversão, entre dois aspectos diagonais.

Assim, no quadrado da figura, temos que, na inversão à esquerda, o aspecto paradoxal X DC Y é gradualmente mais forte do que o inverso doxal X PT Y. O mesmo é verdadeiro para o quadrado da inversão à direita.

Recapitulemos para insistir no fato de que o bloco semântico com oito aspectos tem a vantagem de dar conta da estrutura complexa em que os quatro aspectos doxais e os quatro aspectos paradoxais estão variadamente relacionados.

Os oito aspectos não são dois quadrados separados, mas três quadrados parcialmente sobrepostos, um em cima do outro.

- Quando os quatro aspectos doxal são agrupados no quadrado de transposição central, os quatro aspectos paradoxais aparecem na periferia do doxal. O paradoxal é, por assim dizer, uma extensão do doxal. Quanto ao contextual, é completamente estranho ao doxal.
- Na coluna, seja dentro de um quadrado de transposição, seja de um quadrado de inversão, os dois aspectos se conversam e especificam um quase-bloco.
- Em linha, os dois aspectos se opõem. Dentro de um quadrado de transposição, os dois aspectos doxais em linha são recíprocos. Dentro de um quadrado de inversão, os dois aspectos (um doxal e um paradoxal) em linha são opostos, no sentido de que dois aspectos do tipo P DC Q e P DC NEG Q ou do tipo P PT são opostos Q e P PT NEG Q.
- Na diagonal, os dois aspectos estão em relação à gradualidade. Dentro de um quadrado de transposição, os dois aspectos diagonais doxais são transpostos. Dentro de um quadrado de inversão, os dois aspectos diagonais (um doxal e um paradoxal) são invertidos. Isso é o que torna o bloco semântico de oito aspectos mais surpreendentemente original quando o comparamos ao bloco semântico de quatro aspectos.

Tradução: Samuel Ponsoni

Bibliografias

- Carel, M. et Ducrot, O. (1999) « Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative », *Langue française*, n° 123, p. 6-26. (Texte fondateur sur le sujet, indispensable pour qui s'y intéresse. Attention à la terminologie, qui diffère légèrement de celle de la version récente de la TBS.)
- Ducrot, O. et Carel, M. (1999) « Les propriétés linguistiques du paradoxe : paradoxe et négation », *Langue française*, n°123, p. 27-40. (Étude de première importance sur la négation des paradoxaux.)
- Carel, M. (2015) « Tu seras un homme, mon fils. Un prolongement de la doxa : le paradoxe », in A.-M. Cozma, A. Bellachhab et M. Pescheux (dir.), *Du sens à*

la signification. De la signification aux sens. Mélanges offerts à Olga Galatanu, Bruxelles : Peter Lang, p. 389-405.

(Remise en cause de la conception classique du bloc sémantique par la relation de gradualité que certains aspects argumentatifs doxaux et certains aspects argumentatifs paradoxaux entretiennent entre eux.)

Carel, M. (2017) « Signification et argumentation », *Signo*, v. 42, n. 73, p. 2-20. (Esquisse d'une nouvelle conception du bloc sémantique, avec notamment des considérations sur le paradoxe.)

PARTE 3:

A PRESSUPOSIÇÃO

Aula XIII

A noção de pressuposição na Teoria da Argumentação na Língua

*Ana Lúcia Tinoco Cabral
Universidade de São Paulo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Instituto de Pesquisa
USP, PUCSP, IP, Brasil*

A maneira como concebemos a língua tem a ver com a forma como a utilizamos e também como a encaramos em nossos estudos e pesquisas. Até o fim do século XIX, a clássica ideia dos linguistas era de que a língua teria como função primordial a expressão do pensamento; essa ideia se desfez no início do século XX e, em substituição, no período de Saussure, foi “comum encontrar-se a declaração de que a função fundamental da língua é a comunicação. Assumir a comunicação como função linguística fundamental é aceitar também que “comunicar é sempre comunicar a alguém”, é “admitir que a fala, por vocação natural, é fala para outrem, e que a própria língua não se realiza senão quando fornece um lugar de encontro para os indivíduos” (Ducrot, 1977, p.9). De fato, a língua e o discurso são lugares de interlocução, de relações intersubjetivas, de interação. Essa é a ideia que vigora no século XXI.

A noção de língua ligada à comunicação, que vigorou até a década de 70 do século, é problemática; como bem ensina Ducrot (1977), essa noção é limitada, pois confere prioridade à informação, isto é, ela estabelece como ato linguístico fundamental o ato de informar. As relações intersubjetivas, no entanto, não se reduzem à comunicação e à transmissão de informação. Na realidade, a língua compreende múltiplas relações intersubjetivas, incluindo os papéis que os locutores desempenham, aqueles que eles escolhem para si e aqueles que eles impõem a seus interlocutores, o que vai bem além da simples troca de informações.

A esse respeito, Ducrot nos explica que é o diálogo que define a linguagem, pois é por meio da língua que as pessoas interagem; há “uma

grande variedade de relações inter-humanas para as quais “a língua oferece não apenas a ocasião e o meio, mas também o quadro institucional, a regra” (DUCROT, 1977, p.12). Isso quer dizer que a língua nos oferece ferramentas e meios para agir na sociedade e nos impõe também limites. A esse respeito, Ducrot (DUCROT, 1977, p. 13) afirma que “há, no interior a língua, todo um dispositivo de convenções e de leis que deve ser compreendido como um quadro institucional a regular o debate dos indivíduos”. Essa visão contém a noção de leis do discurso postulada por Ducrot (1977), segundo a qual há dispositivos discursivos que se impõem ao ato de comunicação, na interação. O conceito de leis do discurso dialoga com os filósofos da linguagem da escola de Oxford, especialmente Paul Grice (1991 [1989]).

O fato é que a ideia de que a língua serve para a transmissão de informações, segundo Ducrot, implica pensar que todos os conteúdos são ditos de forma explícita. A noção de implícitos na língua, ao contrário, diz respeito ao fato de que não podemos dizer tudo, e por múltiplas razões: seja porque somos constrangidos a não dizer certas coisas em determinadas situações devido a tabus, como nos lembra Ducrot (1977), seja porque ficaria muito extenso dizer tudo. Imagine se você for assistir a um filme em que tudo deve ser mostrado, tudo mesmo; esse filme teria uma duração tão longa que os espectadores se cansariam e abandonariam a sessão de cinema antes do fim.

Há situações em que desejamos dizer alguma coisa, mas sem, na realidade, dizer; de fato, “muitas vezes temos a necessidade de, ao mesmo tempo, dizer certas coisas e poder fazer como se não as tivéssemos dito; de dizê-las de tal forma que possamos recusar a responsabilidade de tê-las dito” (DUCROT, 1977, p. 13). Em situações semelhantes a essas mencionadas na citação de Ducrot, os implícitos são úteis.

É também importante pensar que tudo o que dizemos pode ser tema de uma discussão, de uma refutação por parte de nosso interlocutor (Ducrot, 1977). Os implícitos nos permitem resguardar nossas intenções na medida em que eles nos protegem de protestos e de recusas.

No quadro dos conteúdos implícitos, de acordo com os postulados de Ducrot, é preciso assinalar uma distinção importante entre três espécies de conteúdos: o posto, o subentendido e o pressuposto. Conforme define Ducrot (1987, p.20), o posto é “o que afirmo, enquanto locutor”; o subentendido é “o que deixo meu ouvinte concluir” e o pressuposto é “o que apresento como

pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo”. Ducrot (1987) estabelece uma analogia interessante entre esses três tipos de conteúdos e o sistema de pronomes. Essa analogia nos permite compreender melhor a diferença entre eles:

Conforme apresentei no parágrafo anterior, há, de acordo com Ducrot, duas formulações possíveis para os conteúdos implícitos: os subentendidos e os pressupostos. Vamos ver como cada uma delas funciona. Começemos pelo subentendido.

Os conteúdos subentendidos, conforme ensina Ducrot (1987), são acrescentados ao sentido literal do enunciado, o que permite sempre que o locutor impute a seu interlocutor a responsabilidade da interpretação de um conteúdo subentendido, pois, ele “permite acrescentar alguma coisa ‘sem dizê-la, ao mesmo tempo em que ela é dita” (DUCROT, 1987, p.19) . É por isso que Ducrot afirma que “o subentendido só toma seu valor particular ao opor-se ao sentido literal do qual ele mesmo se exclui” (DUCROT, 1987, p.21). O subentendido exige, por parte do interlocutor, um raciocínio que permita tirar determinadas conclusões do enunciado, as quais o locutor pode rejeitar. Relativamente aos subentendidos, Ducrot ensina que eles são introduzidos no discurso, quer dizer, eles são discursivos.

Os implícitos têm a ver com nossa habilidade para utilizar a língua e se fundam às vezes no enunciado, às vezes na própria enunciação. O conteúdo implícito que se funda na enunciação é o subentendido; ele não deve ser procurado no nível do enunciado, ao contrário, deve ser considerado como uma condição para o ato de enunciação propriamente dito, é o contexto que permite que um conteúdo subentendido seja reconstruído.

Os conteúdos subentendidos, como eu já disse anteriormente, estão ligados às leis do discurso e dizem respeito a elas. Assim, por exemplo, falar de determinado assunto a alguém pode, em algumas condições, significar dizer a essa pessoa que o assunto em questão tem a ver com ela, ou que ela é ou deve ser interessada nesse assunto. Muitas vezes, damos ordens a alguém apenas para afirmar de forma implícita que temos o poder de lhes impor ordens. Da mesma forma, um elogio a um terceiro pode servir de exemplo a um interlocutor simplesmente para lhe dizer implicitamente, ou seja, deixar subentendido que ele deveria fazer igual à pessoa elogiada.

Mas, vale lembrar: relativamente aos implícitos discursivos, a responsabilidade sobre os conteúdos fica para o interlocutor. É ele que deve construir um raciocínio, baseado no que foi efetivamente dito, e, considerando o contexto, tirar de suas reflexões as conclusões e consequências, por sua conta e risco. É por isso que dizemos que o subentendido não é encontrado, mas construído.

Tomemos um exemplo simples e semelhante ao dado por Ducrot: Pedro encontra seu grande amigo Tiago, que está com sobrepeso e tem problemas com a saúde, diabetes e hipertensão, devido especialmente à falta de exercícios. Preocupado com o amigo e decidido a convencê-lo a fazer uma atividade física regularmente, Pedro fala a Tiago a respeito de Fred, um amigo em comum que sempre teve os mesmo problemas de saúde que Tiago, e até piores do que os dele:

Tiago, é incrível! eu encontrei o Fred ontem! Ele está em plena forma! conseguiu controlar a diabetes e a pressão alta. Ele está fazendo ginástica, cara. Ele não emagreceu muito, mas ficou em forma com os exercícios físicos. Baixou um App de atividade física! Sabe que eu também estou pensando baixar esse App e começar a me exercitar todos os dias... é fantástico o resultado!

Pedro, em nenhum momento, disse a Tiago que ele deveria também se engajar numa atividade física regular. Seu discurso deixa subentendido esse conteúdo e Tiago poderá compreendê-lo por meio de um raciocínio inferencial.

O discurso de Pedro tem por objetivo levar Tiago a refletir e a inferir que, se os exercícios físicos fizeram bem a amigo deles que tinha problemas de saúde ainda mais graves que os seus, ele também pode ter benefícios semelhantes. Esse raciocínio pode convencê-lo a comprometer-se com uma atividade física regular, mas é um raciocínio da responsabilidade de Tiago. E, se ele tiver uma reação negativa, Pedro pode negar esse conteúdo, pois ele não disse nada sobre Tiago propriamente, mas sobre o amigo deles Fred.

O pressuposto, diferentemente do subentendido, pertence ao enunciado, ele é “concebido, no ato de discurso, como inerente ao próprio enunciado” (DUCROT, 1987, p.20). Isso quer dizer que o fenômeno da pressuposição está ligado ao significado da expressão linguística, e é a ela que devemos recorrer para compreender o

conteúdo pressuposto. A linguista Kerbrat-Orecchioni (1998 [1986], p. 25) define o pressuposto com sendo “todas as informações que, sem serem abertamente postas (isto é, sem constituir em princípio o verdadeiro objeto da mensagem a transmitir, são, no entanto, automaticamente trazidas pela formulação do enunciado, no qual elas se encontram intrinsecamente inscritas, seja qual for a especificação do quadro enunciativo”¹.

A definição proposta por Kerbrat-Orecchioni reforça o postulado de Ducrot (1987) de que o pressuposto está no componente linguístico. Ducrot diz de que o conteúdo pressuposto está ligado à expressão linguística, fazendo parte do significado desta, razão pela qual o interlocutor não pode fazer de outro jeito que não seja aceitar esse conteúdo. Isso ocorre, segundo Ducrot (1977, 1987), porque o reconhecimento do conteúdo pressuposto não depende de uma reflexão individual do sujeito, uma vez que ele é ligado ao próprio enunciado, inscrito na língua.

A diferença está então que o conteúdo subentendido é reconstruído e o conteúdo pressuposto é reconhecido. Por isso é que Kerbrat-Orecchioni (1998 [1986], p.41), ao definir os pressupostos, afirma que eles “são em princípio decodificados com a ajuda da competência linguística apenas, enquanto os subentendidos fazem intervir, além desta, a competência enciclopédica dos sujeitos”². Maingueneau (1996, p. 93) lembrando que “qualquer locutor que sabe o português pode, em princípio, identificar os pressupostos”, retoma essa ideia de que o conteúdo pressuposto está ligado ao conteúdo linguístico, e que sua apreensão depende do conhecimento linguístico do falante. Vejamos como tudo isso funciona em um exemplo.

No conto “Letra Vencida” de Machado de Assis, Eduardo, o amado da jovem Beatriz, parte em estudos para a Europa e deixa a jovem muito triste e desanimada. Passado algum tempo, o narrador relata que “Beatriz voltou aos hábitos anteriores, aos passeios, saraus e teatros do costume” (Machado de Assis, 2010, p. 28). O conteúdo da

¹ toutes les informations qui, sans être ouvertement posées (i.e. sans constituer en principe le véritable objet du message à transmettre), sont cependant automatiquement entraînées par la formulation de l'énoncé, dans lequel elles se trouvent intrinsèquement inscrites, quelle que soit la spécificité du cadre énonciatif .

² les présupposés sont en principe décodés à l'aide de la seule compétence linguistique, alors que les sous-entendus font en outre intervenir la compétence encyclopédique des sujets parlants. (tradução nossa)

expressão linguística “voltou aos hábitos anteriores” afirma que Beatriz, no momento narrado, fez passeios e frequentou saraus e teatros; a expressão também tem como conteúdo pressuposto que a jovem teve, em um tempo passado relativamente ao momento narrado, o hábito de fazer passeios, e de frequentar saraus e teatros, ficou um tempo sem fazer essas atividades sociais e as retomou. O conhecimento que temos da língua portuguesa nos permite compreender que a expressão “voltar a” pressupõe a interrupção e a retomada de uma ação realizada no momento da enunciação.

As expressões que contêm conteúdos pressupostos têm um conteúdo posto e um conteúdo pressuposto. Ducrot (1977) diz que essas expressões “põem” determinado conteúdo e “pressupõem” outro.

Assim, por exemplo, no enunciado extraído do conto de Machado de Assis que acabei de expor, temos

➤ um conteúdo posto – *Beatriz vai a passeios, saraus e teatros no momento especificado na narração.*

➤ e dois conteúdos pressupostos

▪ conteúdo pressuposto 1 - *Beatriz não foi a passeios, saraus e teatros em um tempo anterior ao tempo especificado na narração.*

▪ conteúdo pressuposto 2 – *Beatriz ia a passeios, saraus e teatros anteriormente ao momento a que se refere o pressuposto 1.*

Ducrot (1977 e 1987) ensina que o fenômeno da pressuposição, estando ligado ao conteúdo linguístico, tem relação com as construções sintáticas. Anteriormente nesta aula, já afirmei que a língua nos oferece meios para interagirmos e impõe restrições. Ducrot (1977 e 1987) propõe três restrições que, segundo ele, nos permitem determinar os conteúdos pressupostos.

(1) os pressupostos de um enunciado se mantêm afirmativos na negação;

(2) os pressupostos de um enunciado se mantêm afirmativos na interrogação;

(3) a ligação de subordinação não atinge o pressuposto, somente o posto.

Vejamos como funcionam essas restrições em mais um exemplo extraído do conto de Machado de Assis. O pai de Beatriz tenta fazê-la casar-se com outros pretendentes, mas ela recusa todos. O narrador relata que “Eduardo (...) soube da resistência da moça” (Machado de Assis, 2010, p. 40)

O enunciado extraído do conto tem, conforme os ensinamentos de Ducrot (1972), um conteúdo posto e um conteúdo pressuposto:

- conteúdo posto – Eduardo obteve uma informação sobre a existência de resistência em Beatriz
- conteúdo pressuposto - Beatriz foi efetivamente resistente.

Ao aplicarmos prova da negação ao enunciado do conto de Machado de Assis, teremos *Eduardo não soube da resistência da moça*. O enunciado tem como conteúdo posto que Eduardo não obteve uma informação sobre a existência de resistência em Beatriz e, como conteúdo pressuposto, que Beatriz foi efetivamente resistente. Isso quer dizer que o pressuposto se manteve na negação.

Com o teste de interrogação, teremos *Eduardo soube da resistência da moça?* Esse enunciado tem como conteúdo posto que não se sabe se Eduardo obteve uma informação sobre a existência de resistência em Beatriz e, como conteúdo pressuposto, que Beatriz foi efetivamente resistente. Isso quer dizer que o pressuposto se manteve na interrogação.

Ao aplicarmos a prova de subordinação, podemos ter uma construção como *Eu tenho dúvida se Eduardo soube da resistência da moça*. Nessa construção, a dúvida expressa na oração principal recai apenas sobre o conteúdo posto: Eduardo obteve uma informação sobre a existência de resistência em Beatriz. O conteúdo pressuposto permanece o mesmo: Beatriz foi efetivamente resistente. Isso quer dizer que o pressuposto se manteve na subordinação.

Com base no exemplo do enunciado extraído do conto de Machado de Assis, ao qual aplicamos as os testes sintáticos de negação, interrogação e subordinação, podemos constatar que o conteúdo pressuposto permaneceu o mesmo em todas as aplicações de restrição, fato que confirma o postulado de Ducrot a respeito das restrições sintáticas. Essa comprovação reforça a ideia de que o fenômeno da pressuposição deve ser tratado como parte do componente linguístico.

Kerbrat-Orecchioni (1986) reafirmando o postulado de Ducrot que os conteúdos pressupostos são inscritos na língua, observa que o contexto, no entanto, pode intervir, em casos nos quais surge uma eventual polissemia que precisa ser desfeita. Além disso, de acordo com essa linguista, o conteúdo pressuposto parece emprestado de um discurso anterior, motivo pelo qual Ducrot (1977) ensina que ao propor um conteúdo pressuposto a nosso interlocutor, estamos estabelecendo o diálogo situando-o no lugar do conhecido, ou seja, estabelecendo que o interlocutor já sabe aquele conteúdo, o que obriga o interlocutor a aceitar esse conteúdo, ele não pode fazer diferente. Com base nessa particularidade do pressuposto, Ducrot (1987, p. 92) afirma que “A informação pressuposta é apresentada como não devendo ser o tema do discurso ulterior, mas apenas o quadro no qual se desenvolverá.” Trata-se da lei de encadeamento pela qual, segundo Ducrot, se define a pressuposição.

Sendo parte do componente linguístico, o conteúdo pressuposto está na língua, tem a ver com significado das palavras que compõem a expressão na qual o pressuposto ocorre. Tomemos o exemplo que acabamos de observar: “Beatriz voltou a fazer passeios”. Se procurarmos no dicionário o significado do verbo “voltar”, encontraremos “ocupar-se novamente de (um assunto, uma atividade, um hábito ou vício) (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2880).

Vamos então observar alguns apoios linguísticos da pressuposição. Vamos começar pelos verbos iterativos, que correspondem ao exemplo que acabamos de ver.

Os verbos iterativos trazem como conteúdo pressuposto a repetição de uma ação que já havia ocorrido anteriormente. No poema “Morte no avião”, de Carlos Drummond de Andrade, o poeta declara:

*vão repousar os engenheiros, os funcionários, o pedreiros.
Mas continuam vigilantes os motoristas, os garçons,
mil outras profissões noturnas. (ANDRADE, 2005, p.14)*

O verbo “continuar” é um verbo iterativo, pois põe a realização de uma ação e pressupõe que esta mesma ação já ocorria antes; o poema põe que os motoristas, os garçons estão vigilantes e pressupõe que eles já estavam vigilantes anteriormente.

Outra marca de pressuposição são os *verbos de mudança de estado*. Os verbos de mudança de estado são verbos que pressupõem

a interrupção de uma ação que vinha sendo praticada, ou, ao contrário, o início de uma ação que não era praticada anteriormente. Eles são também conhecidos como *auxiliares aspectuais*. O exemplo clássico proposto por Ducrot ao tratar do conceito de pressuposição constitui um verbo de mudança de estado: *Pedro parou de fumar*.

Conforme Ducrot (1987) explica, a expressão “parar de” põe que Pedro atualmente não fuma e pressupõe que Pedro fumava anteriormente. Vamos ver como esse tipo de verbo acontece em um exemplo extraído de um texto. Tomemos novamente um excerto de conto de Machado. No conto “A cartomante”, os dois personagens Vilela e Camilo, amigos de infância, retomam a amizade quando Vilela retorna do interior, casado com Rita, uma mulher encantadora que acolhe bem o amigo do marido: “Como daí chegaram ao amor, não o soube ele nunca” (Machado de Assis, 1998, p.92).

O verbo “chegar a” seguido de um complemento substantivo que indica um sentimento, põe que os dois jovens se amam no presente da narrativa e pressupõe que esse amor se desenvolveu a partir da simpatia de Rita, eles não se amavam anteriormente. Foi um processo que os conduziu a uma mudança no estado de sentimentos deles.

São também exemplos de verbos de mudança de estado *começar a, passar a, acabar de, tornar-se, ficar*.

Além dos verbos, algumas expressões temporais indicam igualmente que ocorreu mudança ou que a ação expressa pelo verbo já havia acontecido anteriormente. Essas expressões são conhecidas como marcadores aspectuais ou iterativos. No enunciado *Eu não frequento mais bailes de carnaval*, a expressão *não...mais* põe que “eu não frequento bailes de carnaval atualmente” e pressupõe que “eu frequentava bailes de carnaval anteriormente”. O emprego da expressão temporal indica que ocorreu uma mudança no meu comportamento. Carlos Drummond de Andrade, no poema “Morte no Avião”, afirma: *Volto a casa. De novo me limpo*. A expressão “de novo” põe que o locutor do poema limpa-se em casa, e pressupõe que ele já havia se limpado anteriormente.

Algumas expressões adverbiais trazem conteúdo pressupostos. Observe, por exemplo o seguinte excerto na introdução do conto “Cantiga de Esponsais” de Machado de Assis:

Não lhe chamo a atenção para os padres e sacristães, nem para o sermão, nem para os olhos das moças cariocas, que já eram bonitos nesse tempo (...) (MACHADO DE ASSIS, 2010, p.84)

O advérbio “já” pressupõe que uma fato ou uma ação que ocorre em determinado tempo acontecia também em um tempo passado. O enunciado do conto de Machado traz como conteúdo posto que os olhos das moças cariocas, no momento da enunciação, são bonitos e, como conteúdo pressuposto, que anteriormente à enunciação, especificamente no tempo narrado, eram bonitos.

Outro tipo de verbo que contém pressupostos são os verbos factivos. São factivos os verbos que que pressupõem a verdade (factivos) do conteúdo exposto no complemento verbal. Os verbos factivos colocam o conteúdo como sendo um conhecimento partilhado entre os interlocutores, ou, usando a terminologia de Ducrot (1987, p.20) um conhecimento que pertence “ao domínio comum das duas personagens do diálogo”, e, por isso, o sujeito é constrangido a aceitar esse conteúdo como verdadeiro.

O verbo “saber” que apresentei anteriormente, sobre Eduardo e Beatriz (*Eduardo (...) soube da resistência da moça.*), é um verbo factivo, porque ele pressupõe a verdade do conteúdo expresso pelo complemento do verbo, ou seja, *a resistência da moça*; Beatriz era de fato resistente. Vejamos mais um exemplo de verbo factivo.

Em outro conto de Machado de Assis, intitulado “O Machete”, o personagem Inácio é músico e, quando sua esposa fica grávida, ele, entusiasmado, afirma que comporá uma música quando o filho nascer, assim como fez quando faleceu sua mãe. Será sua segunda composição. A mulher então lhe pergunta se a terceira será quando ela morrer. O narrador então relata:

Inácio Ramos compreendeu a censura da mulher (...)(MACHADO DE ASSIS, 2010, p.60)

Esse enunciado tem como conteúdo posto que *Inácio tem a compreensão a respeito do dizer da mulher, de que constitui um censura* e tem como conteúdo pressuposto que *é verdadeiro que a mulher de Inácio o censurou com o seu dizer.*

O verbo “compreender” é um verbo factivo, pois ele pressupõe que o conteúdo do seu complemento é verdadeiro. É importante lembrar que o julgamento quanto à verdade fica no conteúdo

pressuposto. São também exemplos de verbos factivos: verificar, confirmar, comprovar, provar, lamentar, só para citar alguns.

Já os verbos que pressupõem a falsidade do conteúdo exposto no complemento verbal são chamados contrafactivos. No início do conto “O Machete”, Inácio morava com sua mãe e era muito apegado a ela. Quando a mãe de Inácio falece, o narrador relata:

Quando o caixão, levado por meia dúzia de artistas seus colegas, saiu da casa, Inácio viu ir dentro todo o passado, o presente, e não sabia se também o futuro. Acreditou que o fosse. (MACHADO DE ASSIS, 2010, p.52)

O verbo acreditar põe que Inácio tinha uma opinião positiva relativamente à incerteza de seu futuro sem a mãe e pressupõe que essa opinião não é verdadeira. O emprego do verbo no pretérito do subjuntivo reforça o valor do conteúdo pressuposto. São também exemplos de verbos contrafactivos, em determinados enunciados: imaginar, pensar, supor. É importante lembrar que as palavras da língua podem ter vários significados e nem todos eles contemplam conteúdos pressupostos, o dicionário mesmo não mostra isso, razão pela qual é o emprego que vai indicar qual significado devemos buscar, mas o significado é previsto pela língua, por isso e que podemos dizer que ele está na língua.

Outra categoria de verbo que contem conteúdos pressupostos são os verbos implicativos. Vejamos o que acontece, por exemplo no conto “Cantiga de Esponsais”, no qual o personagem mestre Romão é um compositor frustrado:

Tinha a vocação íntima da música; trazia dentro de si muitas óperas e missas, um mundo de harmonias novas e originais, que não alcançava exprimir e pôr no papel. (MACHADO DE ASSIS, 2010, p.88)

O verbo “alcançar”, neste exemplo:

1. põe que mestre Romão não exprimia nem punha no papel as harmonias novas e originais
2. pressupõe que mestre Romão empenhou esforços para exprimir e pôr no papel as harmonias novas e originais de que se fala (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 141)

Vejam os outros apoios linguísticos da pressuposição, a nominalização. A nominalização é um processo de transformação de uma oração em um sintagma nominal. Sobretudo quando a nominalização se origina na derivação de um adjetivo ou de um verbo avaliativo, o substantivo que deles derivou-se contém pressuposto o valor avaliativo do verbo ou adjetivo que lhe deu origem.

Vejam como isso ocorre no conto “Letra Vencida” de Machado de Assis. O pai de Beatriz quer casá-la com outro rapaz e, aproveitando-se da ausência de Eduardo que foi realizar seus estudos na Europa, apresenta-lhe o pretendente de seu agrado. O diálogo entre pai e filha ocorre em torno desse tema:

- Beatriz, disse-lhe o pai, tenho um marido para ti, e estou certo de que vais aceita-lo...

- (...)

- Aceitas então?

- Não, senhor.

(...) Mas o que o espantou foi a prontidão da resposta.

(MACHADO DE ASSIS, 2010, p.30)

A expressão “a prontidão da resposta” é fruto de um processo de transformação da oração “a resposta de Beatriz foi pronta” em um sintagma nominal que se origina na derivação do adjetivo “pronta”. O enunciado do narrador do conto traz como conteúdo pressuposto que a resposta foi pronta, imediata. O substantivo “prontidão”, que derivou-se de “pronta” contém pressuposto o valor avaliativo do adjetivo que lhe deu origem.

Vejam outro exemplo de nominalização, desta vez originada de um verbo. No conto “O Machete”, quando nasce o filho de Inácio, o narrador relata:

A prometida composição ao nascimento do filho foi realizada e executada, já não entre ele e a mulher, mas em presença de algumas pessoas. (MACHADO DE ASSIS, 2010, p.62)

A expressão nominal “a prometida composição” deriva-se de “Inácio prometeu uma composição”. O enunciado A prometida composição ao nascimento do filho foi realizada e executada traz como conteúdo pressuposto que Inácio realizou uma composição quando o filho

nasceu e como conteúdo pressuposto que a composição é fruto de uma promessa correspondente ao verbo “prometer”.

Os grupos nominais definidos são outro caso de apoio linguístico à pressuposição. Trata-se de grupos de palavras que apresentam uma definição ou uma especificação. São também conhecidos por descrições definidas (Maingueneau,1996). Nos grupos nominais, o conteúdo pressuposto especifica algo em torno do substantivo que funciona como núcleo.

No conto “Letra Vencida”, o narrador afirma que *Beatriz retornou a seus hábitos anteriores*. (Machado de Assis, 2010, p.28)

O grupo nominal “seus hábitos anteriores” diz respeito a Beatriz e pressupõe que Beatriz tinha hábitos próprios dela (seus) e que Beatriz tinha esses hábitos antes partida de Eduardo que a entristeceu muito (anteriores). É o que especificam os determinantes “seus” e “anteriores” do sintagma nominal cujo núcleo é “hábitos”.

Algumas construções mais extensas que as expressões também são apoios de pressuposição. Vejamos, por exemplo, as *comparações* e *contrastes*, nas quais se estabelecem relações de semelhança ou de disparidade entre os elementos que compõem essas construções. As comparações e os contrastes pressupõem a existência do elemento que se encontra em comparação. Assim, retomando o exemplo que apresentei no início, no enunciado Tiago está mais gordo do que Fred, o próprio estabelecimento da comparação traz como conteúdo pressuposto que tanto Tiago e Fred estão ambos gordos.

No conto “Letra Vencida”, O narrador, ao expor o estado de tristeza de Beatriz diante da partida de Eduardo, afirma:

A manhã viu-a tão triste como a noite. O sol, na forma usual, mandou um dos seus raios mais jacundos e vivos ao rosto de Beatriz que desta vez o recebeu sem ternura nem gratidão. De costume, ela dava a esse raio amado todas as expansões de uma alma nova. O sol, pasmado da indiferença, não interrompeu todavia o seu curso; tinha outras Beatrizes que saudar, umas risonhas, outras lacrimosas, outras apáticas, mas todas Beatrizes... (...) Não menos pasmada ficou a mãe ao almoço. (MACHADO DE ASSIS, 2010, p.22)

A comparação que o narrador estabelece entre a reação do sol e a reação da mãe de Beatriz – pasmado o sol, pasmada a mãe de Beatriz - a respeito do estado em que se encontra a moça pressupõem a

existência do estado de “pasmado” que se encontra em comparação. A comparação extrapola a expressão simplesmente, ela se dá no conjunto do texto, mas é o conteúdo linguístico que nos permite identificar o conteúdo pressuposto contido nela.

Outro tipo construção que contém conteúdos pressupostos constitui a interrogativa parcial. As interrogativas parciais manifestam-se por meio de partículas do tipo *quem, quando, por que, qual, quanto, onde* que incidem sobre um elemento desconhecido sobre o qual se deseja preencher uma lacuna de conhecimento. Essas partículas interrogativas pressupõem a ocorrência da ação expressa pelo verbo, como acontece, por exemplo na pergunta de Inácio a Amaral, no conto “O Machete”, Machado de Assis, quando este revela a Inácio que o amigo Barbosa também é músico: *Que instrumento toca?* (Machado de Assis, 2010, p. 66) expressão interrogativa “que” pressupõe que Barbosa efetivamente toca algum instrumento.

Vimos alguns apoios linguísticos da pressuposição; evidentemente, não esgotamos as possibilidades. Os casos que verificamos servem para exemplificar o fenômeno. Os exemplos que vimos nos auxiliaram a ver como o conteúdo pressuposto está contido no enunciado, e faz parte dele, assim como o posto. De acordo com Ducrot (1987), o interlocutor não pode negar o conteúdo pressuposto nem questioná-lo, embora ele não o tenha escolhido. O fato é que ele é imposto ao outro, que fica preso a ele, razão pela qual, conforme ensina Maingueneau (1996), o pressuposto pode ser usado com fins manipuladores.

Resumindo, podemos dizer que o conteúdo posto é o que é afirmado, ele é do locutor; o conteúdo subentendido compete ao interlocutor concluir; o conteúdo pressuposto é apresentado como comum a ambos, locutor e interlocutor, estabelecendo entre eles uma cumplicidade fundamental que os liga. Tanto o pressuposto como o subentendido abrem, no entanto, a mesma possibilidade ao locutor: ele pode eximir-se da responsabilidade do que disse, seja deixando-a para o interlocutor, como no caso do subentendido (“o subentendido é repassado ao “tu”” - DUCROT, 1987, p.20), seja impondo-lhe dividi-la, como no caso do pressuposto (“o pressuposto é apresentado como pertencendo ao “nós”” - DUCROT, 1987, p.20). Finalmente, podemos dizer que os ensinamos de Ducrot a respeito dos implícitos, especialmente o pressuposto, nos

permitem compreender diversas situações de emprego das possibilidades pragmáticas que a língua nos oferece.

Bibliografias

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Mort dan l'avion & autres poèmes. édition bilingue*. Paris, Chandeigne, 2005.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas : Pontes, 1987.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'implicite*. Paris: Armand Colin, 1986.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim. *Trois contes, traduits du portugais (Brésil) para Jean Briant – édition bilingue*. Paris: Chandeigne, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Sugestões de leitura:

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Ducrot. IN: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.) *Estudos do Discurso perspectivas teóricas*. São Paulo, Parábola, 2013, p. 183 – 208.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. *Significação e contexto uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 1999.

Aula XIV

A pressuposição na TBS¹

Marion Carel
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França

1. O fenômeno linguístico

1.1. Definições preliminares

Certos enunciados não comunicam uma única “coisa”, mas várias. Uma aparece claramente, como principal: assim, o enunciado *Os gatos de Henriette estão na rua Rousselet* comunicam principalmente que Gnocchi e Chouffe estão na rua Rousselet. As outras “coisas” são comunicadas de passagem, como aqui, o fato de Henriette possuir gatos. Toda a discussão sobre a pressuposição apoia-se no estatuto dessas múltiplas “coisas”.

Chamaremos *conteúdo* de um enunciado uma unidade de sentido completa. No quadro da Teoria dos Blocos Semânticos, um “conteúdo” é um encadeamento argumentativo associado a um aspecto argumentativo; para as semânticas veritativas, um “conteúdo” é uma fórmula avaliável em termos de verdadeiro e de falso.

Entre as “coisas” comunicadas por um enunciado, certas são conteúdos, e outras são pedaços de conteúdo. Quando for necessário, pela generalidade da exposição, não especificar o estatuto dessa “coisa”, vamos simplesmente falar de *proposição*. Certas *proposições* acabarão por ser conteúdos, independentes, integralmente; outras *proposições* acabarão por ser pedaços de conteúdos.

Retomando a terminologia de Ducrot, chamaremos *significação* (ou *significação linguística*) os valores semânticos de uma expressão fora de emprego, e chamaremos *sentido* os valores semânticos de emprego de uma expressão.

¹ Tradução de Julio Cesar Machado.

1.2. Um único enunciado pode comunicar linguisticamente várias proposições

Às vezes, nossos enunciados comunicam, linguisticamente, não só uma *proposição*, mas várias. A unidade que a noção de enunciado supõe não exige a unicidade das *proposições* explicitamente comunicadas.

Exemplo. O enunciado (1) *Pedro, que trabalhou, está dormindo* comunica as duas *proposições* [Pedro está dormindo] e [Pedro trabalhou]. Essas duas *proposições* são comunicadas graças à significação linguística do enunciado tomado como exemplo. O locutor não pode negar tê-los comunicado, e o interlocutor não pode por em questão a sua aceitação pelo locutor, exceto para parecer não ter escutado:

(1) *Pedro, que trabalhou, está dormindo.*
- **Ele trabalhou?*

As duas *proposições* [Pedro está dormindo] e [Pedro trabalhou] são significadas por grupos de palavras diferentes do enunciado (1). Da mesma forma, acontece que um enunciado comunica várias *proposições* devido à significação de um só de seus termos. É o caso do enunciado (2):

(2) *Pedro foi prudente.*

Que comunica as duas *proposições* [Pedro tomou precauções] et [Pedro encontrou um perigo], devido à significação somente da palavra *prudente* – alguém que não encontrou nenhum perigo não pode ter sido prudente.

1.3. Pressuposto e posto

As diversas *proposições* comunicadas linguisticamente por um enunciado não possuem todas o mesmo estatuto no interior do sentido do enunciado. Uma delas possui esta propriedade de ser modificável pela negação, pela forma interrogativa ou ainda pelo *mas*. Dizemos que esta *proposição* é “posta” pelo enunciado.

Exemplo. O enunciado *Pedro trabalhou* comunica que Pedro exerceu uma certa atividade. O enunciado *Pedro não trabalhou* refuta esta atividade a Pedro, o enunciado *Pedro trabalhou?* O interroga, e enfim o discurso (3):

(3) *Pedro trabalhou, mas ele não foi pago.*

concede que Pedro exerceu esta atividade: ele trabalhou sem receber salário. Objeto da negação, da interrogação e da concessão, a *proposição* [*Pedro trabalhou*] é posta pelo enunciado *Pedro trabalhou*.

Do lado das *proposições* postas, nossos enunciados às vezes exprimem outras *proposições*, que são dificilmente negadas, interrogáveis, ou ainda atingíveis pelo *mas*. Elas são ditas “*pressupostas*”.

Exemplos. Assim, o enunciado (1) *Pedro, que trabalhou, está dormindo* põe a *proposição* [*Pedro está dormindo*] e pressupõe a *proposição* [*Pedro trabalhou*]. Do mesmo modo, *Pedro foi prudente* põe a *proposição* [*Pedro tomou precauções*] e pressupõe [*Pedro encontrou-se diante de um perigo*]. Com efeito, não há nenhum sentido em dizer:

*(4) *Pedro, que trabalhou, está dormindo, mas ele não foi pago.*

Embora fosse possível no interior do discurso (3), a partícula *mas* não consegue, no interior do discurso (4), opor a *proposição* [*Pedro não foi pago*] à *proposição* [*Pierre trabalhou*]. A *proposição* [*Pierre trabalhou*] não é posta pelo enunciado (1): nós dizemos que ela é pressuposta. Igualmente, a *proposição* [*Pedro encontrou-se diante de um perigo*], dificilmente atingível no interior do sentido de *Pedro foi prudente*, não é posta: ela é pressuposta.

A pressuposição é um fenômeno semântico que consiste em introduzir uma *proposição* sem no entanto, colocá-la em discussão. Como o propôs Ducrot, pressupor é “dizer e não dizer”. A pressuposição pode ter (ao menos) duas fontes: o estatuto gramatical do grupo de palavras comunicando a *proposição* pressuposta (grupo nominal, subordinada gramatical...), e a própria significação dessas palavras. Falamos, respectivamente, de pressuposto gramatical e de pressuposto lexical. [*Pedro trabalhou*] é um pressuposto gramatical

de *Pedro, que trabalhou, está dormindo*; e [Pedro encontrou um perigo] é um pressuposto lexical do enunciado *Pedro foi prudente*.

1.4. Descrições anteriores da pressuposição

1.4.1. A pressuposição como proposição “fantasma”

O estudo da pressuposição conduziu a distinguir duas propriedades das *proposições*: aquela de serem linguisticamente significadas pelas palavras e conjunto gramatical subjacente a um enunciado, e aquela de serem comunicadas pelo enunciado.

Os casos banais são, naturalmente, aqueles em que uma *proposição* significada linguisticamente é, ao mesmo tempo, comunicada pelo enunciado; e aqueles em que uma *proposição* não-significada linguisticamente não é, ao mesmo tempo, comunicada pelo enunciado. Assim, a *proposição* [Pedro trabalhou] é banalmente comunicada pelo enunciado *Pedro trabalhou* e, igualmente banal, a *proposição* [Gnocchi apanhou um rato], que não é comunicada pelo enunciado *Pedro trabalhou*.

Os casos interessantes são aqueles em que uma *proposição* significada não é comunicada pelo enunciado, e aquele no qual uma *proposição* não-significada é mesmo assim comunicada pelo enunciado. Nós diremos, forçando o sentido das palavras, que tais proposições são proposições “fantasmas”.

Primeiro tipo de proposição “fantasma”: a *proposição* é significada sem ser comunicada. É o caso, segundo Frege e os linguistas que lhe seguem, das *proposições* pressupostas. As palavras empregadas por *Os gatos de Henriette estão na rua Rousselet* significam, entre outras coisas, a *proposição* [Henriette possui gatos], mas essa *proposição*, segundo os fregeanos, não seria comunicada pelo locutor. A sua verdade seria somente um pré-requisito para que o grupo nominal *os gatos de Henriette* tenham um referente, e para que o enunciado *Os gatos de Henriette estão na rua Rousselet* tenha, então, um valor de verdade.

Segundo tipo de proposição “fantasma”: a *proposição* não é significada linguisticamente, mas ela é mesmo assim comunicada. É o caso das implicaturas conversacionais estudadas por Grice e os griceanos. Assim, o slogan publicitário *Alguns ainda acham que as*

Grandes Escolas devem ser reservadas para uma elite (Hong, 2020) subentende [a ideia que as Grandes Escolas devem ser reservadas para uma elite deve ser abandonada].

1.4.2. A pressuposição na Semântica Argumentativa

Segundo Ducrot, a antes dele, segundo a Semântica Argumentativa, as *proposições* pressupostas não são “fantasmas”, porque elas são, por sua vez, linguisticamente significadas e comunicadas. O que a pressuposição supõe é que uma proposição pode ser comunidade de várias maneiras.

Mais precisamente, Ducrot (1972) descreveu a pressuposição como um ato ilocucionário que obriga o interlocutor a não contestar a *proposição* introduzida. A pressuposição seria, assim, um exemplo da violência verbal.

No entanto, se tal é, talvez, o caso dos pressupostos controversos, ou mesmo de forma mais ampla, aquele dos pressupostos orais, essa descrição da pressuposição parece menos apropriada no caso da escrita, e em particular, no caso das formas não engajadas da escrita, como por exemplo, as narrativas. A retirada de *proposições* pressupostas não pode ser interpretada como uma forma de impor um ponto de vista ao outro. Então, elas servem para quê? Por que tê-las comunicado? Por que dizer se finalmente não é para utilizar o que dizemos no seu discurso? A resposta de Carel (2010, 2011, 2018) é que as *proposições* pressupostas completam semanticamente as *proposições* postas. Podemos distinguir dois casos: aquele dos pressupostos argumentativos e aquele dos pressupostos co-significados.

2. Os pressupostos argumentativos

Definição. Um pressuposto é argumentativo quando ele ligado ao posto no interior de um encadeamento argumentativo, constituindo com ele, assim, um único conteúdo.

2.1. Exemplo do pressuposto gramatical argumentativo

[Pedro roubou apenas um pão] é um pressuposto gramatical argumentativo de *Pedro, que roubou apenas um pão, foi aprisionado por um ano*.

Com o posto [Pedro foi aprisionado por um ano], ele constitui o encadeamento *Pedro roubou apenas um pão, no entanto, ele foi aprisionado por um ano*, que podemos interpretar pelo aspecto NEG COMETER FALTA PT SER PUNIDO. O enunciado *Pedro roubou apenas um pão, no entanto, ele foi aprisionado por um ano* põe em primeiro plano (met en avant) o conteúdo:

Pedro roubou apenas um pão, no entanto, ele foi aprisionado por um ano.
Associado a NEG COMETER FALTA PT SER PUNIDO

Esse pressuposto precisa o sentido do posto. O grupo verbal *ser aprisionado por um ano* contém, na sua significação, o quase-bloco (COMETER FALTA) SER PUNIDO: podemos ser punidos porque cometemos uma falta, mas também quando cometemos pouca, ou talvez nenhuma falta. A pressuposição precisa: é o aspecto NEG COMETER FALTA PT SER PUNIDO que é mobilizado.

2.2. Exemplo do pressuposto lexical argumentativo

[Pedro encontrou um perigo] é um pressuposto lexical argumentativo de *Pedro foi prudente*.

O adjetivo *prudente* significa PERIGO DC PRECAUÇÃO, e o nome próprio *Pedro*, assim como o passado composto, concretizam esse aspecto em *Pedro encontrou um perigo, portanto ele tomou precauções*. O enunciado *Pedro foi prudente* põe em primeiro plano (met en avant) o conteúdo:

Pedro encontrou um perigo, portanto ele tomou precauções.
Associado a PERIGO DC PRECAUÇÕES

O enunciado *Pedro foi prudente* evoca um encadeamento que religa argumentativamente o pressuposto [Pedro encontrou um perigo] e o posto [Pedro tomou precauções]. Novamente, o pressuposto precisa

o sentido do posto. O grupo verbal *tomar precauções* contém, na sua significação, o quase-bloco (PERIGO)TOMAR PRECAUÇÕES: podemos tomar precauções devido ao perigo ou apesar da falta de perigo. Adicionando o pressuposto de um perigo, isto é, aqui, empregando *prudente e não tomar precauções*, o locutor precisa: é devido ao perigo que Pedro tomou precauções.

2.3. Propriedades dos pressupostos argumentativos

(a) Os pressupostos argumentativos e os postos argumentativos não se constituem por conteúdos, mas de partes de conteúdos. Um pressuposto argumentativo é enunciado da mesma maneira que o posto argumentativo, com o qual ele constitui um conteúdo.

(b) Todo termo T do léxico do qual a significação comporta um aspecto $X \text{ É } P \text{ CONN } Y \text{ É } Q$ dá lugar a um pressuposto argumentativo que concretiza $X \text{ É } P$. Assim, *econômico* significa $NEG X \text{ É } ÚTIL A Y \text{ DC } NEG Y \text{ COMPRA } X$, e *Pedro foi econômico ao não comprar este livro* comunica o pressuposto argumentativo [este livro não era útil a Pedro].

3. Os pressupostos co-significados

3.1. Definição

Os períodos argumentativos

Segundo a TBS, um texto articula simplesmente grupos de “períodos argumentativos”. Esses períodos podem se reduzir a uma frase gramatical, ou ao contrário, englobar várias frases, como no caso de (5), que constitui um só período:

(5) *Você julga mal os romances que lê. O menor dos efeitos e aqui está você, estremecendo. Você demonstra que é sentimental.*

Todas as frases gramaticais de (5) participam, com efeito, do desenvolvimento de uma só e mesma propriedade, a propriedade *sentimental* do interlocutor, termo cuja significação é desenvolvida em vários encadeamentos argumentativos:

(6) *você demonstra que é sentimental portanto você julga mal os romances que lê*

(7) *mesmo se o efeito é pequeno, você estremece.*

Os mesmos encadeamentos argumentativos são igualmente evocados pela frase complexa (8), que desta vez constitui, por si só, um período argumentativo:

(8) *Ser sentimental te conduz a julgar mal os romances que você lê.*

Os complexos discursivos

O sentido de um período argumentativo é chamado “complexo discursivo”. Ele agrupa um ou vários conteúdos argumentativos dos quais alguns são postos em primeiro plano (*mis en avant*), outros são postos em segundo plano (*mis en arrière*), e outros ainda, excluídos. Assim, (8) põe em primeiro plano (6) e põe em segundo plano (7).

Nota bene. A noção de período argumentativo não diferencia coordenação e subordinação. Tanto a coordenação (5) como a subordinação (8) constituem um período argumentativo. O que distingue (5) e (8) é o conhecimento do complexo argumentativo exprimido: sua estrutura é gramaticalmente determinada por (8), enquanto que ela permanece ambígua em (5), que não indica qual dos sentidos é posto em primeiro plano.

Definição

Um pressuposto é co-significado quando ele pertence ao mesmo complexo argumentativo que o posto. O posto é, então, colocado em primeiro plano, e o pressuposto é colocado em segundo plano.

3.2. Exemplo de pressuposto gramatical co-significado

Retomemos o exemplo (1) :

(1) *Pedro, que trabalhou, está dormindo.*

O pressuposto gramatical [Pedro trabalhou] não é um pressuposto argumentativo. Não é diretamente porque ele trabalhou que Pedro está dormindo. É porque o trabalho lhe cansou. O pressuposto gramatical de (1) é parafraseável por (10):

(10) *Pedro trabalhou, portanto ele está cansado.*

E o posto [Pedro está dormindo] é parafraseável por (11):

(11) *Pedro está cansado, portanto ele está dormindo.*

Assim, o pressuposto e o posto constituem, cada um ao seu lado, um conteúdo argumentativo, e esses dois conteúdos são gramaticalmente reagrupados, no interior de um só complexo argumentativo, no qual o pressuposto (10) é colocado em segundo plano, e o posto (11) é colocado em primeiro plano. Desta maneira, (10) e (11) constituem duas facetas de uma mesma propriedade, aquela de Pedro, que podemos nomear *cansaço*. O pressuposto precisa o sentido do posto naquilo que ele faz aparecer o sono de Pedro como uma faceta de um cansaço devido ao trabalho. (10) constitui um pressuposto co-significado.

Às vezes, a propriedade constituída pela associação do pressuposto e do posto, no interior de um mesmo complexo argumentativo, não tem um nome, isto é, não corresponde a nenhuma língua do francês e português. É o caso de (12):

(12) *Pedro, sentado na beirada da pequena ponte, observou o rio fluir sob seus pés*

(12) pressupõe o conteúdo [Pedro estava sentado na beirada da pequena ponte], isto é, (13):

(13) *Pedro estava sobre a ponte, no entanto suas pernas estavam suspensas no ar.*

E põe o conteúdo [Pedro observava o rio fluir sob seus pés], isto é, (14):

(14) *Pedro observava o rio e, portanto, sabia como a água corria sob seus pés.*

Novamente, o pressuposto e o posto constituem, cada um ao seu lado, um conteúdo argumentativo, e esses dois conteúdos são gramaticalmente reagrupados no interior de um só complexo, do qual o pressuposto (13) é colocado em segundo plano, e o posto (14) é colocado em primeiro plano. (13) e (14) constituem duas facetas de uma mesma propriedade, aquela de Pedro, uma propriedade que, entretanto, aqui não possui um nome. O pressuposto precisa o sentido do posto naquilo que ele lhe faz aparecer como uma faceta dessa propriedade sem nome.

3.3. Exemplos de pressuposto lexical co-significado

Tomemos o exemplo (15):

(15) *Um comboio se formava na estação.*

A significação da palavra *comboio* contém a ideia de reunir coisas variadas (MÚLTIPLOS PT REUNIDOS), tal como aquela de reunir coisas para lhes dar um mesmo destino (COMBOIO(DESTINO)). O verbo *formar* seleciona a primeira dessas ideias, e a expressão *na estação* precisa que as coisas reunidas são vagões. (15) coloca em primeiro plano (16), que constitui, assim, seu posto:

(16) *os vagões eram múltiplos, no entanto eles estavam reunidos.*

Mas o restante da significação de *comboio* é exprimido, e (15) coloca em segundo plano (17) (ou (18)), que assim constitui um pressuposto lexical co-significado de (15):

(17) *os vagões estavam no mesmo comboio, portanto eles tinham o mesmo destino.*

(18) *os vagões estavam no mesmo comboio, no entanto eles não tinham a mesma destinação.*

Assinalamos que uma mesma sequência de palavras pode fornecer, por sua vez, um pressuposto argumentativo e um pressuposto co-significado. Esse é o caso do grupo sujeito, ou o sujeito gramatical de (8):

(8) *Ser sentimental te conduz a julgar mal os romances que você lê*

que comunica um pressuposto argumentativo que dá lugar ao encadeamento (6):

(6) *vous démontre que vous êtes sentimental, donc vous jugez mal les romans que vous lisez*

e um pressuposto co-significado (7) :

(7) *même si l'effet est petit, vous êtes étonné.*

3.4. Propriedades dos pressupostos co-significados

(a) Os pressupostos co-significados e os postos co-significados constituem conteúdos, integralmente. É enunciativamente que se distingue os pressupostos co-significados e os postos-co-significados: os pressupostos co-significados são colocados em segundo plano, enquanto que os postos co-significados são colocados em primeiro plano. Os pressupostos e os postos co-significados não são independentes: eles pertencem ao mesmo complexo discursivo, eles são facetas de uma mesma propriedade.

(b) Todo termo do qual a significação comporta vários esquemas argumentativos (por exemplo, um aspecto e um quase-bloco) está na origem de pressupostos e do postos co-significados.

Tradução: Julio Cesar Machado

Bibliografias

Carel, M. (2010) « Note sur la présupposition », M. Colas-Blaise, M. Kara, L. Perrin et A. Petitjean *La question polyphonique ou dialogique en sciences du langage*, Recherches Linguistiques numéro 31, Presses Universitaires de Metz, p. 157-175.

Carel, M. (2011) « La polyphonie linguistique », *Transposition. Musique et sciences sociales*, n°1, revue en ligne CRAL-EHESS.

Carel, M. (2018) « Présupposition et organisation du sens », M. Bonhomme et A. Biglari (éds) *La Présupposition entre théorisation et mise en discours*, Classiques Garnier, 263-289

Ducrot, O. (1972) *Dire et ne pas dire*, Paris, Hermann

Hong, M. (2020) « L'argumentation du langage publicitaire », 8^{ème} Séminaire National et 2^{ème} Séminaire International sur la Langue et la Littérature : Conversations à distance. PPG-Letras da Universidade de Passo Fundo – Brésil, 6-9 octobre 2020 (8^o Seminário Nacional e 2^o Seminário Internacional

de Língua e Literatura Conversas Remotas. PPG-Letras da Universidade de
Passo Fundo - Brasil, 6-9 outubro 2020)

PARTE 4:

A CONJUNÇÃO MAS

Aula XV

A conjunção *mas* discutida na visão dos contextos de uso

Maria Helena de Moura Neves
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Universidade Estadual Paulista
UPM, UNESP, CNPq, Brasil

Introdução

A visita investigativa que faço à conjunção **mas** neste estudo dirige-se particularmente ao trabalho de Ducrot com essa peça gramatical por ele examinada com frequência e com destacada condução teórica, produzindo lições de tal modo intrigantes que qualquer exploração que delas se faça será apenas parcial: de um lado, não falará de todas as questões que as lições provocam, e, de outro, não chegará à profundidade que a exploração das tensões criadas exige. Quanto a essa referência a “contextos de uso” que meu título carrega, isso já marca que meu viés de análise contempla e destaca a orientação contínua (e lúcida) de Ducrot para questões funcionais da gramática (hoje especificamente trabalhadas em teorias ditas “funcionalistas”), o que pode ser lembrado, por exemplo, pelo registro frequente, em seus textos, de expressões como “textos reais” e “diversidade de empregos”.

Uma observação a ser feita neste meu estudo refere-se ao fato de que Ducrot não é o autor único do capítulo que escolho como particularmente significativo no ponto de partida de minhas reflexões sobre o funcionamento dessa conjunção que, nos estudos gramaticais correntes, é nomeada como “adversativa”. Trata-se do capítulo *Mais occupe-toi d’Amélie* (BRUXELLES et alii, 1980), que está no livro *Les mots du discours* (DUCROT et alii, 1980, p. 93-130) e que tem autoria partilhada de S. Bruxelles, O. Ducrot, E. Fouquier, J. Gouazé, G. dos Reis Nunes e A. Remis de. Entretanto, dentro desta relativização inicial, fica assentado que, para a discussão e a apreciação que desenvolvo, busco resgatar o pensamento de Ducrot no conjunto de sua obra,

escudando-me, em particular, em outros dois textos: (i) o primeiro capítulo (com autoria individual) do mesmo livro (Ducrot, 1980a), quanto à condução teórica da questão; (ii) o artigo *Analyses pragmatiques* (DUCROT, 1980c)¹, quanto ao olhar pragmático de nosso autor para o fato gramatical em análise (e para a linguagem em geral), questão relevante neste estudo.

Cabe registrar, ainda – como filtro oferecido aos leitores – que esses três textos particularmente em exame guardam uma relação especial com meu aparato de análise, dada a atenção do autor sempre dirigida para o “enunciado” (recuperando sempre a “enunciação”) (BRUXELLES et alii, 1980; DUCROT, 1980c), e dada a declarada inserção do autor na pesquisa da “língua em uso” (DUCROT, 1980a), exatamente o viés de investigação que é minha bandeira de trabalho. Por essa razão, ousou remeter preocupações heurísticas que nesses textos são observadas (e que serão aqui discutidas) a amostras de buscas que têm marcado o aparato “funcionalista” de análise que vem sendo desenvolvido (e que é aquele com o qual opero), episodicamente remetendo a alguns textos meus sobre o tema.

1. As questões em questão no estudo do mas

1.1 A centralidade da semântica e a opção pelo estudo de “textos reais”

O tema central deste estudo é, pois, a conjunção **mas**², tradicionalmente classificada como “coordenativa adversativa”, que discuto na visão dos contextos de uso. É assim que já escolho partir do capítulo *Mais occupe-toi d’Amélie* (BRUXELLES et alii, 1980), que, na busca de “definir o valor da conjunção *mais*” (francesa), declara uma motivação nascida de “preocupações estritamente linguísticas, no sentido mais tradicional do termo”, mas registra, ao mesmo tempo, a necessidade de tomar em consideração fatores habitualmente ditos

¹ Aqui, há um registro interessante a fazer. Veja-se que *Análisis pragmáticos* é o título de um dos capítulos da obra *El decir y lo dicho* (DUCROT, 1984b, versão espanhola de *Le dire et le dit*), entretanto o original francês por mim examinado (DUCROT, 1984a) não abriga esse texto, que também não consta da versão em português (DUCROT, 1987).

² Refiro-me a essa conjunção, no desenrolar deste texto, pela sua forma portuguesa: **mas**. Ducrot cita, como correspondentes em outras línguas do francês *mais*, de que trata, o inglês *but*, o espanhol *pero* e o alemão *aber*.

“extralinguísticos” (p. 93)³. Muito evidentemente, por aí se vai ao abrigo do estudo no nicho teórico de valorização da enunciação. Esse é exatamente o campo dentro do qual se desenvolve, no todo, a proposta teórica de Ducrot, e com felicidade essa inserção é recuperável no capítulo *Analyse de textes et linguistique de l'énonciation* que abre a mesma obra — e que me servirá de baliza —, esse de autoria individual (DUCROT, 1980a), como já anunciou o final da minha Introdução.

Dada a centralidade da semântica nas reflexões de Ducrot, fica posto como tarefa imperiosa o estabelecimento de um valor determinado – um “valor único” – para o elemento gramatical francês *mais*, na descrição das peças do enunciado, sempre dentro dessa proposta de permanente valorização da enunciação. Para que isso seja possível, vem expressamente afirmada a necessidade de “fazer intervir não apenas o contexto explícito mas também as intenções dos falantes, seus julgamentos implícitos sobre a situação e as atitudes que eles se atribuem, uns aos outros, em relação àquela situação” (BRUXELLES et alii, 1980, p. 93)⁴.

1.2 A noção de um “valor único de oposição” para *mas*

A segunda indicação importante refere-se justamente ao “valor” que o capítulo de que parte este estudo assenta para o francês *mais*, proposto como “um valor único de oposição que se mantém na diversidade de seus empregos” (BRUXELLES et alii, 1980, p. 93)⁵.

Lembre-se que tudo isso é dito no contexto de uma análise que vai a ocorrências reais, extraídas de um *cópus* constituído pelas duas cenas iniciais da peça *Occupe-toi d'Amélie*, de George Feydeau (*cópus* que os autores declaram como “arbitrariamente” escolhido). É muito

³ Interpretação minha. Original francês: *Cette étude est issue de préoccupations strictement linguistiques, au sens le plus traditionnel du terme. Il s'agit de définir la valeur de la conjonction mais, en analysant ses emplois dans deux scènes de Mais occupe-toi d'Amélie.* (BRUXELLES et alii, 1980, p. 93).

⁴ Tradução minha. Original francês: *il faut faire intervenir, non seulement le contexte explicite, mais les intentions des locuteurs, ses jugements implicites sur la situation et les attitudes qu'ils attribuent les uns aux autres par rapport à cette situation.* (BRUXELLES et alii, 1980, p. 93).

⁵ Tradução minha. Original francês: *une valeur unique d'opposition, qui se maintient à travers la diversité de ses emplois.* (BRUXELLES et alii, 1980, p. 93).

interessante que, sem nenhum apelo a uma visão declaradamente “funcionalista” da gramática, mas simplesmente dirigido pela motivação interlocutiva da visão de uma semântica argumentativa, o estudo se instala explicitamente na análise da língua em função, tomando ainda o cuidado de esclarecer que, apesar de o *cópus* estabelecido ser do gênero literário, ele é apanhado como diálogo real, como uma interlocução viva, e não filtrada por um escritor que se dirige a um público. Também há o cuidado de (funcionalmente) justificar a escolha de tal processamento, explicando-se por qual razão se supõe que isso dá certo: diz o texto que o tipo de comédia a que pertencem as ocorrências em análise tem a ambição de apagar-se como gênero literário, o que leva à utilização de uma língua tão próxima quanto possível daquela que seria realmente usada por aqueles interlocutores.

1.3 A busca de uma classificação do *mais* como método heurístico no estudo de “textos reais”

Nesse contexto programático insere-se a terceira indicação que ponho em destaque para o artigo em exame (BRUXELLES et alii, 1980), e que diz respeito à tarefa inicial que os autores se propõem: trata-se de buscar uma classificação das diversas ocorrências de *mais*, no *cópus* francês, com um objetivo específico, que insisto em considerar como de uma orientação teórica passível de tocar qualquer das teorias funcionalistas: trata-se do objetivo de utilizar a classificação como método heurístico para fazer aparecer problemas linguísticos mais específicos no estudo de “textos reais”⁶ (p. 94). A indicação que vem a seguir também é funcionalmente adequada e extremamente relevante: o capítulo espera mostrar que, em larga medida, a diversidade dos *mais* que se analisam é apenas aparente, e deve-se à diversidade das condições de uso. A noção centralmente defendida é, pois, que não se pode falar em diferentes *mais*, deve-se falar em “diferentes possibilidades de uso de um morfema cujo valor semântico permanece idêntico”⁷ nessa multiplicidade. E, com vista

⁶ Destaco que Ducrot recorrentemente faz referência explícita a essa expressão: “textos reais”.

⁷ Cite-se: *différentes possibilités d'emploi d'un morphème dont la valeur sémantique reste identique* (Bruxelles et alii, 1980, p. 94; grifo meu)

a discussões subsequentes, já aponto que aqui existe uma questão delicada a avaliar.

Assim é que, destacada a funcionalidade e a importância desses direcionamentos, observo, entretanto, que, mesmo mantendo semelhante viés de visão dos fatos, a subsequência de minha análise vai trazer questionamentos. De toda essa proposta até aqui indicada (BRUXELLES et alii, 1980), quero problematizar as três questões que seguem, remetendo-as diretamente a preocupações que tenho tido, nos meus estudos da língua em uso / em função, em relação a esses mesmos fatos (assim como ao geral dos fatos linguísticos).

2. A complexidade da questão: a natureza da avaliação gramatical dos textos

2.1 O linguístico e o extralinguístico em questão

Em primeiro lugar, como já indiquei, os autores já inserem a proposta em uma visão dos fatos de língua que é ‘linguística’, mas que, exatamente por isso, automaticamente, incorpora o ‘extralinguístico’. Ou seja, fica proposto que a **semântica**, que é o centro no todo das análises de Ducrot (e que também coloco cognitiva e funcionalmente como centro irradiador da produção de significados e de efeitos em linguagem), só se define no “enunciado enunciado”⁸.

Exatamente a partir daí fica implicado que a visão há de ser buscada (funcionalmente) na textualização (lembre-se: são “textos reais”), que proponho como funcionalmente resolvida em três componentes, no sentido de que:

- o texto se constitui **semanticamente** (transcendendo a semântica lexical e transcendendo as relações intrapredicacionais);
- ele se instancia em contexto (tanto o situacional quanto o sociocultural), definindo-se (**pragmaticamente**) na sociointeração;
- mas, por outro lado, ela tem seu todo significativo (e informativo) construído na sintagmatização do enunciado linguístico, e esse produto final, que é o texto (tecido) tem partida na (e não prescinde da) **sintaxe**.

⁸ Uso aqui (e tenho usado) essa expressão pretendendo que nela estejam reunidos o substantivo “enunciado” (como peça concreta de linguagem enunciada), seguido do participio passado do verbo “enunciar”.

Toco, já, aqui, pois, uma questão relevante no meu texto, que é a atenção para a componencialidade (tripla) da gramática. Devo adiantar que, exatamente em um ponto em que cuida de mostrar que, na análise linguística, parte-se dos “enunciados” e não das “enunciações”, Ducrot (1972) ressalva que isso não significa que “as ‘significações’ que constituem o seu ponto de chegada “sejam puramente representativas, e não mencionem o tipo de ato de fala cumprido no momento da enunciação” (p. 127)⁹. E ainda indico que, pouco adiante, ao tratar da diferença entre “línguas naturais e línguas lógicas” (p. 130), ele invoca, para as primeiras, ao lado de um “componente retórico”, tudo aquilo que é fornecido pelo contexto de enunciação. São pontos que desenvolvo na seção 4.

2.2 O estabelecimento de um “valor único” para as peças gramaticais em contexto

Em decorrência dessa componencialidade que se acaba de registrar, qualquer peça da construção linguística tem, necessariamente, dentro do sistema da língua, uma categoria estabelecida cientificamente em uma invariância (um substrato comum) que lhe permite figurar (e funcionar) nessa classe, uma invariância que, em princípio, só pode ser sintática (distribucional). Entretanto, não é bem a isso que o texto aqui em estudo (BRUXELLES et alii, 1980) remete quando, na análise da “conjunção coordenativa” francesa *mais* (português **mas**), busca unicidade pela indicação existência de um “valor único de oposição que se mantém na diversidade de seus empregos” (p. 93; grifo meu; citação já feita na seção 1.2), um tipo de indicação que, por óbvio, só pode ser interpretada como “semântica”.

Com certeza, a invariância de uma “classe” tem, sim, de ser cientificamente estabelecida, entretanto os autores analisam apenas o **mas**, peça que já representa um subtipo semântico da classe gramatical “conjunção coordenativa”, definindo-se, pois, por uma especificação nocional dentro do conjunto de exemplares da classe (especificação geralmente assentada como de “oposição”, na relação direta com o seu

⁹ Tradução minha. Original francês: *les “significations” qui constituent son point d’arrivée soient purement représentatives, et ne mentionnent pas le type d’acte accompli lors de l’énonciation* (DUCROT, 1972, p. 127)

rótulo de “adversativa”). Assim, não se busca estabelecer uma invariância que seria de toda a “classe” a que pertencem essas peças gramaticais da língua, e que só poderia ser sintática: a “classe” das “conjunções coordenativas”, ou “coordenadores”. Ressalve-se que, evidentemente, isso não está sendo cobrado, aqui, dos autores, entretanto a indicação é pertinente para a subsequências das discussões.

2.3 A necessidade de um “método heurístico” de classificação para mas: a busca de um “valor”

Volto a 1.3 para insistir na lucidez da afirmação dos autores de que é importante usar a classificação como método heurístico para fazer aparecer problemas linguísticos mais específicos no estudo de “textos reais”¹⁰. Entretanto, dois são os pontos a discutir, a partir dessa noção, o que, de certo modo, leva a questões já levantadas nesta exposição. De fato, observada a realidade da linguagem (da língua em função), a diversidade dos **mas** deve-se à diversidade das condições de uso: por óbvia, é exata a indicação dos autores de que não há diferentes **mas**, o que existe são diferentes possibilidades de uso desse morfema. Entretanto, quanto à afirmação categórica de que um determinado “valor semântico” de uma determinada unidade linguística possa permanecer “idêntico” em diferentes condições de uso, com certeza é necessária alguma relativização, entrando, pois, em xeque a proposta de um “valor único” (tão restrito e tão categórico) como o de “oposição”, para **mas**. Aliás, o próprio Ducrot rejeita esse valor em muitas de suas análises desse coordenador *mais* (questão a que voltarei no decorrer deste estudo), o que, na verdade, obriga a reconhecer o quanto é complexa essa proposta nos meandros das análises que o próprio Ducrot oferece em suas múltiplas incursões no tema.

Também o capítulo de Bruxelles et alii (1980) que aqui está sendo comentado mostra-se sensível a esse impasse quando faz a advertência (até óbvia) de que, para poder-se atribuir ao francês *mais* esse valor único (de oposição) que se mantém em todos os usos, é necessário “fazer intervir não apenas o contexto explícito mas também as intenções dos falantes, seus julgamentos implícitos sobre a situação e as atitudes que eles se atribuem, uns aos outros, em relação àquela situação” (p. 93; trecho já citado no final da nossa seção

¹⁰ Insisto na Nota 6.

1.1). Entretanto, mesmo considerando-se essa ressalva (ou até em decorrência dela), temos de pôr a conferir a possibilidade de que o valor de “oposição” possa ser sugerido, em algum momento, sem que se proponha, ou pelo menos se tente, entender não rigidamente esse “valor”, já que, por ser semântico (nocional), ele não pode ser parâmetro de estabelecimento de uma “classe” do sistema da língua.

Na verdade, o que entra em pauta é a questão teórica de que, por si, o **mas** não representa, uma categoria gramatical da língua, Entende-se com facilidade (e já foi indicado aqui) que a “conjunção coordenativa” constitui uma “classe” da gramática da língua (sintaticamente determinada, ou seja, estabelecida por oposições distintas), enquanto a chamada “conjunção coordenativa adversativa” (**mas**) é um (sub)tipo semântico dentro dessa classe. Assim, o que pode distinguir, nos seus vários “empregos”, esse subtipo de conjunção coordenativa (o “adversativo”) de outro subtipo (por exemplo, o “aditivo”) são os valores semânticos (ligados a propriedades nocionais) diversos que se resolvem e se manifestam diferentemente nos contextos de uso¹¹.

Entremos, pois, na análise daquilo que, em Bruxelles et alii (1980), vem literalmente assentado como “valor único” do francês *mais* (e, portanto, do português **mas**). Ponho, então, a conferir a possibilidade de que o valor de “oposição” possa ser entendido categoricamente, em termos de um absoluto sim / não, ou seja, em termos da proposição de uma “invariância” que estabeleça definicionalmente uma “classe” do sistema da língua.

De fato – e retomando –, o **mas** (visto como representante das “conjunções coordenativas adversativas”), não é definível como uma categoria gramatical, somente é caracterizável por um “valor”, ou seja, por um conjunto de propriedades semânticas (obviamente, já submetido

¹¹ Anoto que essas indicações que aqui faço têm sido desenvolvidas em várias de minhas obras, das quais dou a seguir algumas poucas referências, e com ponto de partida em minha tese de livre-docência (NEVES, 1984). Cito apenas Neves (2011, p. 739-740; 2016c. p. 246-257; 2018a, p. 806-811). Tenho proposto que essa invariância sintática das conjunções coordenativas seja entendida como de “bloqueio de oposição” e que a caracterização semântica do (sub)tipo de **mas** se defina – com atenção ao étimo da palavra – pela noção de “diferença” amplamente vista. Já adiantando, trata-se de algo análogo ao que Ducrot (1980c, p. 17) chama de “dissimetria entre p e q”, invocando a obra de Ducrot e Vogt (1979, p. 317-340), quanto ao recurso à etimologia da forma francesa do conector *mais* (assim como das formas correspondentes portuguesa, espanhola e italiana). Também meus textos recorrem a essa etimologia.

a uma categoria gramatical), e, assim, é resolvido (sempre fluidamente) na dependência da “interpretação”, em contexto de uso. Dada a “não categoricidade” de qualquer entidade que se distinga de outra apenas por traços semânticos, o que se configura, no caso, é um nicho de nuances nocionais cujas peças se resolvem (pragmaticamente) no uso. Por outro lado, o **mas**, tomado como representante da classe das “conjunções coordenativas” (o que, implicadamente, ele é), define-se (independentemente de suas propriedades semânticas) por uma “invariância” (sintática), partilhada por um determinado conjunto de peças que constituem uma determinada categoria do sistema da língua, ou seja, uma “classe de palavras”.

Em resumo, no campo em que aqui nos movemos, há a “conjunção coordenativa”, que constitui uma “classe” da gramática da língua (sintaticamente determinada, ou seja, determinada por oposições distintas), e há a “conjunção coordenativa adversativa”, que representa apenas um (sub)tipo semântico dentro dessa classe gramatical dos coordenadores. Assim, o que se pode indicar para distingui-la, são “valores” diversos dentro de um nicho semântico mais abrangente; e, no uso, dentro dessa “matriz” semântica hiperordenada, o “valor semântico” da peça se resolve em contexto.

3. A discussão da proposta em análise

No desenvolvimento da proposta de “definir o valor” (*définir la valeur*) da conjunção francesa *mais*, o capítulo de Bruxelles et alii (1980, p. 97) registra que utiliza a interpretação que Ducrot (1972, p. 128) dá para a sequência *P mais Q* com esta explicitação: “A expressão *P mas Q* pressupõe que a proposição *P* pode servir de argumento para uma certa conclusão *r* e que a proposição *Q* é um argumento que anula essa conclusão”¹². Para início, a “paráfrase” que os autores oferecem como possível para *P mas Q* vai neste sentido: Sim, *P* é verdadeira; você teria

¹² Tradução minha. Original: *L'expression P mais Q présuppose que la proposition P peut servir d'argument pour une certaine conclusion r et que la proposition Q est un argument qui annule cette conclusion.* (BRUXELLES et alii, 1980, p. 97).

tendência de daí concluir *r*; mas não deve, porque *Q* vem apresentada como um argumento mais forte para *não-r* do que *P* é para *r*¹³.

Em outro dos muitos pontos em que analisa esse tipo de sequência linguística – e sempre com a defesa de uma “caracterização argumentativa” –, Ducrot (1981, p. 179) começa indicando que “não se poderia compreender o papel da conjunção *mais*, se se diz somente que ela assinala a oposição de duas proposições que une”. E propõe descrever *A mas B* como “você tende a tirar de *A* uma certa conclusão *r*; você não deve fazê-lo, pois *B*, tão verdadeiro quanto *A*, sugere uma conclusão *não-r*”. Conclui: “Assim, o enunciado *A mas B* supõe que, no espírito dos interlocutores, existe ao menos uma proposição *r*, para a qual *A* é um argumento e *B* um contra-argumento.” (em todos os casos, essas formulações em português são as oferecidas na obra consultada, que é uma versão).

Como já indicado neste estudo, trata-se de uma proposta que com perfeição leva à aceitação de uma “matriz de significado” para o conector francês *mais* (e o português **mas**), e, conforme se depreende do próprio texto, de modo algum se pode entender que esteja sendo prevista uma “identidade” de “valor” a manter-se nessa peça gramatical, em diferentes emissões, a ponto de chegar-se a admitir substituição de uma peça por outra, em um texto, com relação de equivalência semântica (embora certas indicações encontradas nos textos, vistas esparsamente, possam sugerir esse entendimento). Aliás, é oportuno registrar que é no contexto desse tipo de indicações que Ducrot rejeita (com contraexemplos) a proposta lakoffiana da noção de “incompatibilidade” para tais construções (DUCROT, 1972, p. 129).

Assim, a questão que especialmente suscita discussão, dentro do que expõem os autores (e que torna de certo modo inconclusivas algumas análises das ocorrências do *cópus* oferecidas), refere-se não exatamente (ou apenas) à tentativa de indicar-se uma invariante semântica para o francês *mais*, mas, ainda, à tentativa de definir-se determinadamente como de “oposição” esse que seria o “valor único” que tal peça gramatical teria. E, aliás, as análises oferecidas estão longe de conseguir provar como efetivamente distintiva essa noção, ficando em evidência, sim e sempre, o contraste (“argumentativo”) que a

¹³ Há importante nota de rodapé dos autores informando que seu modelo não concerne ao **mais** que se traduz por *sondern* alemão e por *sino* espanhol (“Não a minha falta, mas a sua”), já que esse **mais** não está em questão no seu trabalho.

construção cria para os diferentes pesos dos argumentos que, comunicativamente, vêm interpostos. E, em diversos pontos, os próprios textos que aqui examino a descartam; por exemplo, já a exposição de Ducrot (1972) sobre a sequência *P mais Q* que acaba de abrir esta seção 3. pode ser invocada para ilustrar tal descarte.

Passemos, pois, a ver a frase analisada para demonstrar essa interpretação de **mas** (pela sequência *P mais q*) em Bruxelles et alii (1980, p. 97-98). A frase foi extraída do *Le Monde* (junho 1975), em um contexto de interações do presidente Ford com o primeiro-ministro belga Kissinger, dentro das quais este dissera que “tinha sido muito franco, **mas** que a atmosfera tinha sido amigável”¹⁴. Para a interpretação dessa frase, os autores propõem admitir-se que, naquela situação, a franqueza e a amizade corriam o risco de levar a consequências contrárias: entre os dois países haveria tais motivos de desacordo que a franqueza poderia causar uma ruptura; entretanto, a ruptura não aconteceu, afinal, em razão da atmosfera amigável da interlocução. Concluem que aquele emprego de *mais* não implica uma contradição entre o conceito de amizade e o de franqueza, aliás conceitos que até são frequentemente associados. E, nesse ponto, então, o que quero apontar é que essa sustentadíssima análise oferecida para a frase, ao contrário do que (aparentemente) se pretendia, demonstra a inconveniência (ou a impossibilidade) de entender-se que o conector francês *mais* ocorre com o “valor único” de “oposição”.

Em muitos dos outros numerosos exemplos subsequentes de uso da conjunção francesa *mais*, a própria conclusão a que a análise leva contraria a proposta (que discuto) de que haja, categoricamente, uma oposição, nesse tipo de relação coordenada estudado, como, em certos pontos, o texto da lição parece indicar. Assim, o que entendo é que a exposição oferecida precisa ser atentamente examinada, quanto às duas questões conflituosas que se veem criadas: (i) a (frequente) afirmação de uma “identidade” / “unicidade” do “valor” (semântico-argumentativo) de **mas** em todos os seus contextos; (ii) o (frequente, embora não absoluto) conferimento da noção de “oposição” ao **mas** nas diversas ocorrências.

Acredito que se pode voltar a alguns (dentre os muitos) exercícios esparsos de Ducrot na definição do “valor” do francês *mais*, para ver

¹⁴ Tradução minha. Original francês: *qu'il avait été très franc mais que l'atmosphère avait été amicale*. (BRUXELLES et alii, 1980, p. 97).

que (obviamente) não há nenhuma “ingenuidade” no que se colhe das lições do autor, e o importante a destacar é que esse conjunto de suas indicações tem de ser enquadrado naquele determinado pano de fundo conceptual, daquele determinado estoque de desenvolvimento teórico, disponível e prevalente naquela determinada época histórica das condutas heurísticas do pensamento sobre linguagem.

4. O aparato teórico de Ducrot a recuperar

O capítulo que abre o livro *Les mots du discours* (DUCROT et alii, 1980), peça teórica central de meu estudo, tem o título significativo de “Análise de textos e linguística da enunciação” (DUCROT, 1980a), ou seja, fica indicado que o autor busca estabelecer uma relação entre ciência e análise prática, e seu objetivo é responder duas perguntas de grande relevância: se a linguística pode ser útil para a análise de textos e se a análise de textos pode ser útil para a linguística. Facilmente se pode supor que é aqui que devo buscar a explicitação da diretriz teórica de Ducrot, para as questões que estão em causa neste meu capítulo.

O autor parte de uma segura análise teórica da entidade *phrase*, que ele estabelece, abstratamente (e devidamente), pela sintaxe, como “uma entidade linguística abstrata, puramente teórica, na ocorrência um conjunto de palavras combinadas segundo as regras da sintaxe, conjunto tomado fora de qualquer situação de discurso”¹⁵. Em seguida, e relacionadamente, ele vai à entidade “enunciado”, definida como nada mais do que “um enunciado particular de uma frase”, e assim especificada: “aquilo que o locutor produz, aquilo que o ouvinte

¹⁵ Tradução minha. Original francês: *J’entendrai par phrase, dans ce chapitre, une entité linguistique abstraite, purement théorique, en l’occurrence un ensemble de mots combinés selon les règles de la syntaxe, ensemble pris hors de toute situation de discours.* (DUCROT, 1980a, p. 7). Observo que, na sequência de minha análise do texto desse capítulo de Ducrot, vou conservar essa noção para o termo português **frase**, mas que, na nossa tradição (e nos meus textos), tal definição é dada, em geral, ao termo português **oração**, enquanto o termo **frase** tem designado, mais frequentemente, a entidade comunicativa.

ouve”¹⁶. E seu estudo prossegue em incursões teóricas (eu ousaria dizer “funcionalistas”) firmemente assentadas na noção de que

a única maneira de justificar a descrição semântica de uma frase é [...] mostrar que essa descrição permite bem calcular, dada uma situação de discurso particular, o sentido atribuível (ou os sentidos atribuíveis) ao enunciado de tal frase em tal situação (DUCROT, 1980a, p. 8)¹⁷.

Claramente movido por esse interesse nas relações que existem entre a semântica instanciada, que é a que está no “enunciado” e a semântica da “frase” não enunciada, Ducrot (1980a) recusa, seguidamente, que a “significação” das frases produzidas seja identificada com aquilo que habitualmente se tem chamado de “sentido literal” (p. 11). Reiteradamente ele liga o sucesso da enunciação – da interação linguística – com a recuperação do propósito do falante, e isso é o que quero ilustrar, a seguir, com três indicações absolutamente precisas que vêm apresentadas.

Centrando-se, pois, na significação (não no mero “sentido literal”), o autor afirma que interpretar o “enunciado” de uma “frase” exige não apenas que se busque na “situação de discurso” tal ou tal tipo de “informação”, mas que se busque utilizá-la de maneira a “reconstruir o sentido visado pelo falante” (DUCROT, 1980a, p. 12; com grifos meus neste caso e nos dois que seguem). Por aí, propõe ele que o interesse nas relações entre a semântica do “enunciado” e a da “frase” faz descobrir que a “compreensão” do “enunciado” implica “a descoberta da conclusão precisa visada pelo falante” (p. 12; grifo do original francês, no termo *precise*). E novamente insiste: o que a descrição da “frase”, em si, faz é dar, a quem interpreta o enunciado, a instrução de buscar, considerada a situação de discurso, “a conclusão visada pelo falante” (DUCROT, 1980a, p. 13)¹⁸.

¹⁶ O trecho de texto, no original, é o seguinte: *ce que produit un locuteur, ce qu’entend un auditeur, ce n’est donc pas une phrase, mais un énoncé particulier d’une phrase* (DUCROT, 1980a, p. 7).

¹⁷ Tradução minha. Original francês: *La seule façon de justifier la description sémantique d’une phrase, c’est donc de montrer que cette description permet bien de calculer, étant donné une situation de discours particulière, le (ou les) sens attribuable(s) à l’énoncé de cette phrase dans cette situation.* (DUCROT, 1980a, p. 8).

¹⁸ Leia-se, no original francês (DUCROT, 1980a), essa série de trechos marcados pela noção da necessidade de “reconstruir”, “descobrir”, “buscar” o “sentido” ou a “conclusão” a que o produtor do enunciado **visa** (grifo meu, em todos os casos):

Neste ponto, não posso deixar de aproximar essa proposta – que já no seu título se coloca em uma “linguística da enunciação” – do clássico modelo de interação verbal da Gramática Funcional de Dik (1997 p. 8), que assim se formula: a “interpretação” que um destinatário faz do enunciado que ele recebe de um emissor constitui uma “reconstrução” da “intenção” desse emissor na interação; e, na contraparte, o enunciado do emissor se constrói sobre uma determinada “intenção” comunicativa, na qual ele “antecipa” uma “interpretação” do destinatário que seja a “reconstrução” dessa “intenção”. E, no mesmo sentido em que está invocado aqui esse modelo teórico, recupero a interpretação que dele fiz, em Neves (2018b), nestes termos: “as expressões linguísticas não são vistas como entidades de valor intrínseco, independente, mas constituem o expediente que medeia a relação entre os interlocutores” (p. 29). Ainda em citação de Neves (2018b), este é o resumo do esquema:

Nesse modelo, a expressão linguística é função: (i) da intenção do falante; (ii) da informação pragmática do falante; (iii) da antecipação que ele faz da interpretação do destinatário. E a interpretação do destinatário é função: (i) da expressão linguística; (ii) da informação pragmática do destinatário; (iii) da sua conjectura sobre a intenção comunicativa que o falante tenha tido. (NEVES, 2018b, p. 40)

Dado o fato de o nicho teórico de Ducrot abrigar-se já nominadamente na semântica, que está sempre no centro de sua conduta analítica – conduta sempre visível no texto que aqui se examina – o ponto central é a rejeição do entendimento de que o “sentido literal” da frase seja o que importa, na linguagem. Sem esse reconhecimento, diz ele, haveria, entre “significação” e “sentido”, uma diferença apenas de quantidade, não de natureza, e a linguística contribuiria muito pouco para a análise de textos: esta existiria, sim, mas não seria enriquecida por aquela. (DUCROT, 1980a, p. 11).

Merece destaque na explicitação, pelo grande peso teórico que tem, a entidade teórica *sémantique linguistique* (“semântica linguística”), fortemente privilegiada por Ducrot, especialmente quando colocada em relação com a Análise do discurso (já não apenas invocada a Linguística do

l'utiliser de telle ou telle manière pour reconstruire le sens visé par le locuteur (p. 12); *implique la découverte de la conclusion précise visée par le locuteur* (p. 12, com grifo do autor); *chercher [...] la conclusion visée par le locuteur* (p. 13).

texto), e exatamente nos pontos em que a tônica vai para a recusa de uma atenção ao “sentido literal” das expressões:

Recusamos identificar a significação das frases com aquilo que tem sido chamado “sentido literal”, entendendo por aí um elemento semântico mínimo que seria contido no sentido de todos enunciados de uma mesma frase [....]” (DUCROT, 1980a, p. 11)

Como propõe o autor, para a “semântica linguística”, os “fatos” “são os sentidos dos enunciados encontrados nos discursos reais ou imaginários: seu modelo teórico é um sistema de atribuição de significações às frases.”¹⁹ (DUCROT, 1980a, p. 32). E, adiante, registrando sua noção de “enunciação” como “o evento, o fato que constitui o aparecimento de um enunciado”²⁰, ele define esse aparecimento como a realização de uma frase, conforme descrito pela “semântica linguística” (p. 33).

Assim, com aparato cuidadosamente preparado, teoricamente ele se abriga na pura semântica para falar do “conceito de enunciação”:

O conceito de enunciação de que me vou servir não tem nada de psicológico, nem mesmo implica a hipótese de que o enunciado é produzido por um sujeito falante. Dou, com efeito, a esse conceito uma função puramente semântica. Para que ele possa desempenhá-la, peço simplesmente que se reconheça que enunciados são produzidos; dito de outro modo, que há momentos em que eles ainda não existem e momentos em que eles já não existem mais: o que é preciso é que se considere entre os fatos históricos o surgimento de enunciados em diferentes pontos do tempo e do espaço. A enunciação é esse surgimento. (DUCROT, 1980a, p. 34)²¹.

¹⁹ Tradução minha. Original francês: *les faits, pour la sémantique linguistique, ce sont les sens des énoncés rencontrés dans des discours réels ou imaginaires : son modèle théorique c'est un système d'attribution des significations aux phrases.* (DUCROT, 1980a, p. 32)

²⁰ Tradução minha. Original francês: *l'événement, le fait qui constitue l'apparition d'un énoncé* (DUCROT, 1980a, p. 33)

²¹ Tradução minha. Original francês: *Le concept d' énonciation dont je vais me servir n'a rien de psychologique, il n'implique même pas l'hypothèse que l'énoncé est produit par un sujet parlant. Je donne en effect à ce concept une fonction purement sémantique. Pour qu'il puisse la jouer, je demande seulement qu'on m'accorde que des énoncés se produisent , autrement dit qu'il y a des moments où ils n'existent pas encore et des moments où ils n'existent plus : ce dont j'ai besoin , c'est que l'on compte parmi les faits*

Trata-se, sabemos, de uma semântica declaradamente “argumentativa” (DUCROT, 1980a, p. 30), com lições que evocam entidades explicitamente remetidas a esse nicho, tais como: “valor argumentativo” (p. 13), “variáveis argumentativas” (p. 12; p. 26); “morfemas argumentativos” (p. 14), “entidades argumentativas” (p. 15), “utilizações argumentativas (p. 26), etc. Entretanto, são entidades que, exatamente, estão no “enunciado”, entendido como implicado na “enunciação” (p. 40, p. 41, p.43 e p.47, por exemplo): ou seja, o significado tem sua referência nos “alocutários” (p. 35, p, 43 e p. 47, por exemplo), mas condicionando-se pelo “ato ilocucionário”, ou “ilocutório” (p. 36, p. 37 e p. 52, por exemplo). E, na convergência maior – aquela em que tudo isso está enredado e que é a verdadeira bandeira da proposta da “semântica argumentativa” – está o “ato de argumentação” que o autor também invoca (DUCROT, 1980b, p. 233; grifo meu).

Registre-se sua trabalhada proposta de “escalas argumentativas”, que, especialmente em Ducrot (1973, capítulo XIII) ele liga (com inspiração inicial em Benveniste e na atenção que este tem para a subjetividade em linguagem) aos fenômenos concernentes à enunciação: o valor argumentativo de uma frase não vem simplesmente de seu “conteúdo informativo”²², mas o “enunciado” (“aquilo que se enuncia”) tem uma orientação argumentativa que conduz o destinatário em uma determinada direção.

Essa convergência de semântica e pragmática na avaliação do “ato da enunciação” – como acentuo – obriga ao registro do interessante fato de que o livro de Ducrot et alii (1980), aqui em análise, nem abriga o termo *pragmatique* no seu *Index de notions* (p. 239), e que também na obra *Dire et ne pas dire* (DUCROT, 1972) não tem grande peso a ocorrência desse termo: ela o registra apenas uma vez, no seu *Index* (e em coordenação com *sémantique: pragmatique et sémantique*). Entretanto, e para evitar interpretações desavisadas, devo observar que, no geral de minhas considerações, ponho como extremamente relevante o olhar de Ducrot para a pragmática. Verifique-se que, para ele, a pragmática entra exatamente na

historiques le surgissement d'énoncés en différents points du temps e de l'espace, L'énonciation c'es ce surgissement. (DUCROT, 1980a, p. 34)

²² Quanto a essa expressão, ainda chamo a atenção para o fato de que Ducrot inclui no “conteúdo” (que é semântico) a “informação” (que, na verdade, é pragmática, embora de uma pragmática ‘interna’, ligada à comunicação).

comparação (distintiva) entre línguas naturais” e “línguas lógicas”, com a indicação de que, para estas, existe “todo um estudo possível, ao mesmo tempo sintático e semântico, que não leva em conta seu emprego eventual (= sua pragmática)” (DUCROT, 1972. p. 130; grifo meu)²³. Destaca ele, entretanto, que não se pode imaginar para as línguas naturais nenhum nível de descrição semântica em que se aja como se as línguas não fossem destinadas a ser faladas. E ainda se pode lembrar a referência que ele faz, nesse ponto (citando Austin, 1972), ao que ele chama de “noção austiniana” de entidades como “valor ilocutório” e “ato de pressuposição”, para insistir na necessária inserção da enunciação no enunciado.

Com certeza se pode indicar que toda a condução da proposta de nosso autor tem presente o componente pragmático, sem o qual nem haveria a sua fixação da bandeira da semântica “argumentativa” na qual ele se arvora, nem haveria centração exata no *énoncé* (no enunciado), não na *phrase* (na frase), como ele explicita reiteradamente em Ducrot (1980a) (questão que está desenvolvida no início desta seção 4.). Aliás, a rigor, e decididamente, a “pragmática” não está ausente de suas lições, só não há esse carimbo explícito marcando todos os textos dele que entraram neste exame.

Para tentar explicar a não condução por uma bandeira mais amplamente desfraldada de uma grande determinação “pragmática” da gramática que rege os enunciados – noção que, entretanto, Ducrot incorpora nas suas lições –, eu voltaria ao final de minha seção 3. para invocar o fato de que, até os anos de 1980, o desenvolvimento da ciência linguística tinha a pragmática como uma “perspectiva”, um “modo de ver” o funcionamento da linguagem, não como um “componente” da gramática, pareado com a sintaxe e a semântica, conforme se instituiu nas teorias de uma “gramática funcional”, ou seja, de uma teoria “funcionalista” da linguagem, dentro daquele esquema que apresento na seção 2.1. E talvez se possa trazer de Ducrot, nessa mesma linha, sua significativa afirmação de que “as indicações sobre o valor ilocutório não são [...] os únicos elementos, nas “significações”, que contêm uma alusão ao enunciado” (DUCROT,

²³ Tradução minha. Original francês: *Il y a, pour un langage logique, toute un étude possible, syntaxique et sémantique à la fois, qui ne tient pas compte de son emploi éventuel (= de sa pragmatique).* (DUCROT, 1972. p. 130).

1972, p. 128; destaque, por aspas, do autor)²⁴. Ao que ele faz seguir a indicação, mais contundente ainda, de que há muitas expressões que, “sem serem elas mesmas ilocutórias, só podem ser descritas pela orientação pragmática do discurso, pelo afrontamento dos interlocutores, pela sua maneira de um agir sobre o outro por meio da palavra” (grifo meu)²⁵,

É importante destacar que, na verdade, em várias de suas obras, Ducrot reservou espaços significativos para considerações rotuladas como “pragmáticas”, e isso será tema de análise na seção 6 deste estudo. Entretanto o modo mais geral de suas explicitações não vem, realmente, nessa visão funcional de uma “gramática” que abriga a pragmática em componência pareada com a sintaxe e a semântica.

Muito notavelmente, o que ocorre, no todo, é que a “semântica” (que, Ducrot com muito significado carimba como “linguística”, como já indiquei) vem claramente instituída como vista no “*énoncé*” (no que chamo de “enunciado enunciado”, expressão já comentada): vem, então, abrigada na sua bandeira da “argumentação”, que, sem dúvida, é bastante “pragmática”. No meu entender, ocorre, pois, que, nessa face registradamente “argumentativa” que Ducrot explicita (e que, com o aparato da “semântica linguística” ele defende) está muito mais do que “noção”, ou “conteúdo”, que é o que, no geral, se entende como subsumido pela base lexical da palavra “semântica”. Aliás, nessa face ele registra, por exemplo, a entidade “informação”, vale dizer, nela está justamente aquilo que vem da elocução das expressões linguísticas usadas na comunicação, tudo aquilo que, nas lições de Ducrot, corresponde à “interpessoalidade” de que fala Dik (1989; 1997). E indique-se ainda que *illocutionnaire* (registrado em correlação com *acte*: *acte illocutionnaire*) é o termo de maior frequência no *Index de notions* do livro que mais examino neste estudo (DUCROT et alii, 1980, p. 239).

²⁴ Tradução minha. Original francês: *Les indications sur la valeur illocutoire ne sont pas d'ailleurs les seuls éléments dans les “significations” à contenir une allusion à l'énonciation.* (DUCROT, 1972, p. 128).

²⁵ Tradução minha. Original francês: *sans être eux-mêmes illocutoires, ne peuvent se décrire que par rapport à l'orientation pragmatique du discours, à l'affrontement des interlocuteurs, à leur façon d'agir l'un sur l'autre par la parole.* (DUCROT, 1972, p. 128).

5. A visão geral da “categorização” gramatical do conector francês *mais* em Ducrot

Já no primeiro capítulo dessa obra, Ducrot (1980a) vai à “categoria geral dos conectores”, registrando que esse tema estará presente frequentemente no livro” e ilustrando a questão com as peças gramaticais francesas *mais*, *d’ailleurs* e *et*, para dizer que o papel habitual dessas peças é estabelecer uma ligação entre duas entidades semânticas. E já nesse capítulo inicial e monoautorial entra particularmente em análise o “conector” francês *mais*, que é o tema central deste meu texto²⁶.

Para sua análise inicial das peças gramaticais citadas, o autor afirma que, em geral, elas não podem ser descritas isoladamente, devendo-se, por exemplo, na descrição da estrutura *P mais Q*, determinar esses *P* e esses *Q* com os quais tais morfemas ocorrem. Isso não seria difícil, diz o autor, “se trabalhássemos sobre uma linguagem lógica”, aquela que é “construída de tal modo que se pode, pela simples inspeção de uma fórmula, saber, sem contestação possível, aquilo que está encadeado pelos conectores utilizados na fórmula”: em parte porque “um conector liga dois segmentos da fórmula”, e em parte porque “regras explícitas permitem determinar quais (grifo do autor) são esses segmentos”²⁷.

Entretanto – diz ele –, já em princípio essa exigência não é satisfeita pelas línguas naturais, porque os conectores de uma língua não ligam os segmentos materiais do texto, mas ligam “entidades semânticas, que podem não ter senão uma relação muito indireta com tais segmentos” (DUCROT, 1980a, p. 15, grifo do autor)²⁸. Já entrando na análise do conector francês *mais*, o autor ilustra a questão com estas duas frases:

²⁶ Já está referido na seção 3., o que se encontra apresentado em Bruxelles et alii (1980) sobre a “classificação” dessa conjunção.

²⁷ Interpretação minha. Original francês do trecho: *Problème qui ne serait pas difficile si nou travaillions sur un langage logique: un langage logique est en effect construit de façon telle que l'on peut, par simple inspection d'une formule, savoir, sans constestation possible ce qui est rélié par les connecteurs utilisés dans cette formule.* (DUCROT, 1980a, p. 15). Veja-se que este é mais um ponto em que o autor se dedica a problematizar a diferença entre as “línguas naturais” e as “línguas lógicas” (ver seções 2.1 e 4.)

²⁸ Tradução minha. Original francês: *des entités sémantiques peuvent n'avoir qu'un rapport très indirect avec tels segments* (DUCROT, 1980a, p. 15)

1. *Pierre est là, mais Jean ne le verra pas.*
2. *Pierre est là, mais ça ne regarde pas a Jean.*

Como ele explica, só no primeiro exemplo há claramente dois fatos expressos na proposição gramatical: no segundo caso, o segundo segmento não é um fato indicado pelo segmento *Pierre est là*, porque não é a presença de Pierre que leva a crer que Jean de algum modo se relaciona com essa presença; é o ato de fala cumprido (falando-se da presença de Pierre) que pode levar a pensar que Jean é de algum modo ligado a essa presença (fato – enunciado – que é recusado / negado).

É neste ponto que, quanto ao suporte teórico que pode conduzir a análise da questão de que aqui se trata, quero fazer um revelador paralelo da conduta heurística da semântica argumentativa (de Ducrot) com a conduta teórica funcionalista de Dik (1989; 1997) bem como com a conduta teórica cognitivista de Sweetser (1990), nas quais podem ser colhidas – creio que oportunamente – estas duas propostas que a seguir se explicitam.

Tratando dos níveis funcionais de estruturação do enunciado (em uma gramática funcionalista organizada em “camadas” hierarquizadas), Dik propõe uma organização em que se encontram três níveis: (i) no nível mais baixo está a ‘predicação’, que é a relação entre os estados de coisa, ou eventos, como representação de conteúdos (significados ou experiências), alheada da situação de comunicação; (ii) acima, revestida de força ilocucionária, a predicação passa a “proposição”, entidade referente já aos fatos possíveis; (iii) no nível superior, emoldurada na força ilocucionária (da interlocução), a proposição constitui o “enunciado”, que corresponde ao ato de fala. Facilmente se encontra, nessa proposta, a integração dos três componentes da gramática de uma língua natural: pragmática, semântica e sintaxe – postas nessa ordem se se privilegiar uma visão *top-down* da hierarquização, que é a que fica especialmente marcada na continuação, que a Gramática Funcional (DIK, 1997) teve na Holanda, com o desenvolvimento da Gramática Discursivo-funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Na contraparte cognitivista, Sweetser (1990), operando no âmbito dos espaços mentais, distingue três domínios conceptuais, que de certo modo captam a organização tripla que funcionalmente se liga

à enunciação (como desenvolvo em Neves, 2002, p. 472-475; p. 498-503; p. 552-561, tratando da zona de expressão de causalidades e de condicionalidades na linguagem): (i) o domínio de conteúdo, em que são feitas representações sobre o conteúdo de que se fala na interação; (ii) o domínio epistêmico, em que são feitas representações do arrazoamento e das crenças do falante sobre fatos possíveis; (iii) o domínio dos atos de fala, em que são feitas representações sobre a construção da cena enunciativa. Esses três domínios só não correspondem exatamente às camadas que Dik propõe em seu modelo de interação verbal (em inúmeros trabalhos, particularmente em Dik, 1989 e 1997) porque não está em questão, na proposta, nem estruturação nem hierarquização: o que se faz aí, nesse campo, é aquela ordenação dos espaços mentais que constitui a rede comunicativa acessível em qualquer situação de interlocução (DANCYGIER; SWEETSER, 2005).

Ora, a discussão da proposta de Ducrot para análise do conector português **mas** (fr. *mais*, estudado em diversas de suas obras), que é o que se objetiva fazer, centralmente, neste capítulo, tem uma visão teoricamente submetida a essa valiosa vinculação da busca de “sentido”, no texto, por via de “enunciados enunciados”, operando-se, pois, pela observação de textos colhidos no uso, e dentro daquilo que Ducrot denomina como “linguística da enunciação” (o que aqui ousou pôr em paralelo com propostas funcionalistas de análise cognitivamente sustentadas / orientadas).

6. Uma avaliação geral do tratamento da “conjunção coordenativa adversativa” francesa *mais* (português **mas) nas lições de Ducrot**

Já por duas vezes (nas seções 3. e 5.) este estudo foi à relação entre *P* e *Q* intermediada pelo conector francês *mais*, a partir de lições de Ducrot: por via de um texto de autoria compartilhada (BRUXELLES et alii, 1980) e por via de um texto monoautorial (DUCROT, 1980a).

Neste ponto, para prosseguir no tema tomo o artigo de Ducrot que, de modo muito significativo para a direção em que estamos, denomina-se “Análises pragmáticas” (DUCROT, 1980c)²⁹. Ele se abre indicando que tem o objetivo de “provar de fato, que existe a possibilidade de realizar análises pragmáticas que descem às

²⁹ Ver Nota 1.

particularidades” (p. 11, grifo do autor)³⁰. São três as questões tratadas no capítulo, e a primeira, que tem por objeto a conjunção francesa *mais*, fixa-se, mais uma vez, na noção de “argumentação”, noção que, na indicação do autor, exatamente: “descreve o ato linguístico fundamental” (p. 11)³¹.

A chancela do estudo é, assim, nominadamente pragmática – por isso a destaque aqui –, entretanto o autor inicia o texto declarando que vai considerar válida a descrição geral de *mais* que reiteradas vezes³² propôs (portanto, não necessariamente aí abrigada).

Vou, pois, pela terceira vez a essa relação entre *p* e *q* intermediada pelo conector coordenativo adversativo, segundo o que propõe Ducrot (sempre pela “argumentação” explicitamente invocada). E, fazendo uma recolha, resgato aquela especificação inicial de que, quando coordenamos duas proposições *p* e *q* por meio do coordenador **mas**, agregamos a *p* e a *q* as duas ideias seguintes:

1ª) Uma determinada conclusão *r*, que é a que se tem presente mentalmente e que o destinatário pode encontrar, seria sugerida por *p* e invalidada por *q*; dito de outro modo: *p* e *q* têm, em relação a *r*, orientações argumentativas opostas.

2ª) A proposição *q* tem mais força contra *r* do que a que *p* tem a favor de *r*, de tal modo que o conjunto *p mas q* vai dirigido no sentido de não-*r*. Se eu imagino, por exemplo, que alguém me pergunta se pode chegar facilmente a um lugar que indico e lhe respondo “É longe, mas existe ônibus.”, esse “É longe” (*p*) sugere a conclusão “é difícil ir” (*r*), mas o “Existe ônibus” (*q*) sugere, pelo contrário, que “não é difícil ir até lá” (não-*r*): então, no total, a balança se inclina para a conclusão não-*r*, autorizada por *q*.

Como se pode observar – considerados os estudos de Ducrot que acabo de retomar, e considerada especificamente a referência que fiz,

³⁰ Tradução minha. Original francês: *Les pages qui suivent sont destinées à prouver, de facto, la possibilité d'analyses pragmatiques de détail.* (DUCROT, 1980c, p. 11)

³¹ Tradução minha. Original francês: *la notion d'argumentation [...] décrit, pour moi, l'acte linguistique fondamental* (DUCROT, 1980c, p. 11).

³² Vêm citados os estudos: Ducrot (1972, p. 128ss); Ducrot (1973, cap. 13, p. 226); Bruxelles et alii (1980); Anscombe; Ducrot (1977). Vem registrado que esse capítulo de Ducrot (1973) contém também uma apresentação de conjunto da teoria da argumentação que está sendo comentada, e que essa teoria foi retomada em Ducrot (1976).

na seção 5., a Ducrot (1980a, p. 15) – o que nas lições se indica como papel da conjunção em estudo não é uma simples ligação de “segmentos materiais” do texto. Veja-se, então, como em Ducrot (1980c) se desenvolve a problematização dessa situação interlocutiva:

1º) Se **eu** designa aquele que fala, a **r** imposta por **mas** designa a conclusão em relação à qual esse locutor situa a sua fala; e essa conclusão só pode ser especificada tendo-se em conta a situação do discurso.

2ª) Ademais – observe-se que, aí, a remissão à pragmática é explícita –, **mas** é exemplo de “um morfema que só se pode descrever em termos pragmáticos, já que se refere a certos efeitos que vêm apresentados como aqueles para os quais a fala aponta”. (DUCROT, 1980c, p. 12)³³. E comenta o autor: se aceitamos que uma semântica que ignore essa palavra não é válida, temos de, no mínimo, ser céticos quanto à separação tradicional que se estabelece entre semântica e pragmática, uma afirmação que revela a indeterminação que nosso pensador vê como existente entre elas (questão a ser discutida adiante).

3ª) Por último – o autor insiste – a definição que ele tem proposto para o francês *mais* (port. **mas**, esp. *pero*, al. *sondern*) baseia-se, de maneira evidente, na noção de argumentação: “dizer que uma frase tem valor argumentativo é o mesmo que dizer que ela é apresentada de modo que o destinatário se incline para tal ou qual tipo de conclusão; portanto, falar de seu valor argumentativo equivale a falar da continuação que se pretende para ela.”³⁴

E neste ponto quero destacar (em parêntese) um acréscimo muito relevante que o autor faz, e que, teoricamente, considero de importância particular no estudo do tema em questão: diz ele que, se em uma palavra tão fundamental como **mas** encontramos um convite para prolongar a fala para mais além dela mesma, “somos levados a

³³ Tradução minha. Original francês: *un morphème qui ne saurait se décrire que par termes pragmatiques, puisqu'il se réfère a certains effets présentés comme ceux que vise la parole* (DUCROT, 1980c, p. 12).

³⁴ Tradução minha. Original francês: *Dire q'une phrase a valeur argumentative c'est dire qu'elle est présentée comme devant incliner le destinataire vers tel ou tel type de conclusion : parler de sa valeur argumentative, c'est donc parler de la continuation envisagée par elle* (p. 12) (DUCROT, 1980c, p. 12).

pensar que não se trata de um uso secundário, mas de uma função primitiva da língua” (DUCROT, 1980c, p. 12)³⁵.

Na sequência de sua exposição, o primeiro exemplo que o autor oferece destina-se a ilustrar a descrição que ele apresentou nas três indicações com as quais problematizou a situação interlocutiva, conforme registrei. Trata-se de um texto de La Bruyère, que para Ducrot, é uma espécie de enigma organizado em torno do *mais* francês, o qual traz seis “orações”, dentre as quais as cinco primeiras constituem o que seria “o enunciado do problema”, e a quinta constitui “a solução”:

Vejo um homem rodeado e seguido; mas exerce funções importantes. Vejo outro de quem todos se aproximam; mas tem prestígio. Este é beijado e acariciado, inclusive pelos grandes; mas é rico. Aquele é observado por todos com curiosidade; mas é sábio e eloquente. Descubro outro que ninguém esquece de cumprimentar; mas é malvado. (DUCROT, 1980c, p. 12)³⁶.

Como diz o autor, a leitura do trecho logo faz ver que todas as frases “têm uma estrutura sintática e semântica comum: em todos os casos o primeiro membro (p) apresenta uma personagem à qual se atribui uma determinada propriedade (P), enquanto o segundo membro (q) representa uma segunda propriedade (Q) dessa mesma personagem. E nos cinco casos a coexistência da propriedade Q com a propriedade P provoca um **mas**. Só teremos compreendido o texto se pudermos dizer por que razão um **mas** liga o segundo membro ao primeiro em todos os casos. Além disso, a analogia que existe entre as

³⁵ Tradução minha. Original francês *on est amené à penser qu’il ne s’agit pas là d’une usage second, mais d’une fonction primitive de la langue*. Quero remeter essa indicação ao estatuto sintático que tenho proposto para as conjunções coordenativas. Retomo a nota 11 para voltar à proposta de que a definição dessa classe seja entendida como de “bloqueio de aposição”: a conjunção coordenativa define exterioridade (sintática) entre os dois segmentos coordenados, e, a partir daí, acresce o segundo segmento ao primeiro (NEVES, 2011, p. 739), ou seja, ela impede que um segmento subsequente (da mesma natureza sintática) funcione em aposição ao anterior.

³⁶ Tradução minha. Original francês: *Je vois un homme entouré et suivi: mais il est en place. J’en vois un autre que tout le monde aborde; mais il est en faveur. Celui-ci est embrassé et caressé, même des grands; mais il est riche. Celui-là est regardé de tous avec curiosité; mais il est savant et eloquent. J’en découvre un que personne n’oublie de saluer; mais il est méchant*. (DUCROT, 1980c, p. 12).

cinco frases convida a que atribuamos um “efeito de sentido” idêntico a todos os **mas** (acrescentando o autor que isso equivaleria a supor que em todos os casos há o mesmo tipo de oposição). Um destaque importante, aqui, é que mais claramente ainda se vê, neste caso, que essa relação (semântica) escapa de qualquer interpretação extraída do conteúdo nocional das expressões em si, resolvendo-se na pura força argumentativa. A esquematização está neste quadro do autor (DUCROT, 1980c, p. 13):

P	Q
rodeado e seguido	que goza de autoridade
de quem todos se aproximam	tem prestígio
beijado e acariciado, inclusive pelos grandes	rico
observado por todos com curiosidade	sábio e eloquente
saudado por todos	malvado

Segue uma observação feita com especial destaque, que transcrevo marcando-a com grifos meus, porque nela os autores chamam a atenção para o que considero uma verdadeira chave da teoria que Ducrot expõe, chave que fica evidenciada na construção alternativa *pragmatique* ou *argumentative* que ele monta para fazer a sua “descrição de **mas**: “Incorreríamos em um contrassenso total se quiséssemos aplicar ao texto de La Bruyère uma descrição de **mas** que não fosse de ordem *pragmática* ou *argumentativa*.” (DUCROT, 1980c, p. 13; grifos meus)³⁷.

Mais uma vez se vê que, para o autor, não faz sentido que se queira aplicar aos **mas** desse texto uma descrição que não seja “de ordem pragmática ou argumentativa”, vale dizer, uma descrição que considere que “a relação de oposição expressa por **mas**” afetaria as proposições *p* e *q* em si mesmas, independentemente da *influência* que o *enunciador* pretende exercer sobre o *destinatário* por meio dessas proposições (p. 13; grifos meus)³⁸. Para ele, tal interpretação

³⁷ Tradução minha. Original francês: *on ferait un contresens complet sur le texte de La Bruyère si on voulait appliquer ici une description de **mais** qui ne serait pas d'ordre pragmatique ou argumentatif* (DUCROT, 1980c, p. 13; grifos meus).

³⁸ Tradução minha. Original francês: *la relation d'opposition exprimée par **mais** concernerait les propositions *p* et *q* elles-mêmes, indépendamment de l'influence que l'enonciateur prétend exercer sur le destinataire au moyen de ces propositions* (p. 13) (DUCROT, 1980c, p. 13; grifos meus).

significaria admitir que La Bruyère punha em seus textos “coisas inesperadas”: por exemplo, no primeiro caso do trecho oferecido, ele teria dito que quem é “rodeado e seguido” “não tem situação social importante”, ou que quem é “beijado e acariciado” não é “rico”. E, em todos os casos, estaria expressa “uma espécie de antinomia entre o êxito mundano e o êxito social efetivo, tese assombrosa, difícil de conceber no século XVII, e que, além disso, não aparece em nenhum outro lugar da obra de La Bruyère” (p. 13)³⁹.

Generalizando, Ducrot defende, aí, expressamente – chamo a atenção para o fato – não apenas que é impossível imaginar que uma mesma relação possa ser apontada como existente em todos os cinco casos mas também que, entre as “propriedades” p e q , em si, não existe uma relação de “oposição”. De fato, em todos os casos as “propriedades” catalogadas como P têm a mesma direção, pois vão ao que se descreve como “êxito mundano”: referem-se a êxito no nível da opinião pública (as personagens são bem vistas e bem acolhidas); entretanto, o conjunto das propriedades Q é heterogêneo: há êxito na hierarquia social, em 1; há fortuna pessoal, em 2; há qualidades intelectuais, em 3; e há, mesmo, defeito moral, em 5. Então, diz ele – e novamente faço destaque –, fica difícil imaginar que em todos os casos haja uma mesma relação entre cada uma das diversificadas propriedades que estão em Q e êxito mundano (que é a que está em P).

Na sequência dessa análise, Ducrot propõe, mais uma vez, que o “enigma” exige que, para além das proposições (em si) conectadas por **mas**, seja considerada a conclusão a que essas proposições podem levar: se se pode dizer que as propriedades P e Q “se opõem” é porque a primeira sugere uma conclusão r e a segunda sugere uma conclusão não- r (o que a segunda faz é “desmentir” a primeira). E Ducrot mostra que a frase final do texto em análise diz isso: “Quero um homem que seja bom, mas que seja nada mais do que isso, e que seja requestado” (DUCROT, 1980c, p. 14)⁴⁰. Ou seja, La Bruyère busca um homem cuja existência prove, de fato, que a bondade basta, por si mesma. Fica fácil, então, determinar a conclusão r que precisamos ter para aplicar

³⁹ Tradução minha. Original francês: *une sorte d'antinomie entre le succès mondain et la réussite sociale réelle, thèse étonnante, peu concevable au XVII^e siècle et qui n'apparaît nulle par ailleurs dans l'oeuvre de La Bruyère* (DUCROT, 1980c, p. 13)

⁴⁰ Original francês: *Je veux un homme qui soit bon, mais qui ne soit rien davantage, et qui soit recherché* (DUCROT, 1980c, p. 14)

à descrição geral de **mas**: vai-se à existência de um homem que, sendo bom, e somente bom, gozaria ao mesmo tempo de êxito mundano. Todas as proposições *p* do conjunto são argumentos em favor dessa existência, já que apontam indivíduos que satisfazem uma das três exigências. As outras proposições se opõem à sua *p* apenas na medida em que não satisfazem pelo menos uma das duas outras exigências.

Afinal, pelo que entendo – em um apanhado geral coerente – o que se pode dizer é que, em *P mas Q*, existe uma diferença (lembre-se a “dissimetria” de Ducrot (1980c, p. 17), estabelecendo-se naturalmente um contraste, que pode, sim, chegar (grifo) a uma oposição, na linha argumentativa, que é semântica e pragmática.

7. Considerações finais

Nesse ponto pode-se bem ver o modo como Ducrot (1980c) põe em discussão a noção de “argumentação”, que é fundamental dentro de sua teoria e que é extremamente relevante dentro deste meu estudo, pelo que ela representa, quando diferentemente angulada, quanto à “gramática” da língua; ou seja: (i) se com um viés da semântica, mas que recorre continuamente à pragmática, que é exatamente o que faz Ducrot (e nunca prescindindo da sintaxe); (ii) se com uma visão que integra (mas, necessariamente, distingue) sintaxe, semântica e pragmática, como componentes (funcionais) diretos da gramática.

É no viés semântico-argumentativo de análise que Ducrot (1980c, p. 15) inicia sua lúcida discussão pela necessidade de que se distinga “argumentação” de “dedução”, mostrando que, nos seus exemplos, as diferentes proposições *p* não constituem “provas” da “conclusão”⁴¹ r, e que nem sequer se trata de “provas incompletas ou debilitadas”. Propõe ele, por exemplo, que o fato de existirem pessoas com determinada propriedade não justifica a crença de que elas teriam outras propriedades além dessa, admitindo-se, por outro lado, que a passagem de *p* a *r* poderia expressar-se em termos probabilísticos: a existência de pessoas que possuem determinada propriedade pode

⁴¹. É interessante observar que o próprio Ducrot (1980c) se vê na necessidade de relativizar esse termo “prova”, quando faz tal indicação: diz ele que emprega o termo “conclusão” por falta de outro melhor, e pede que o termo seja entendido “de um modo amplamente metafórico”. Original francês: *le mot “conclusion, que j’emploie faute de mieux, doit d’ailleurs être compris d’une façon largement métaphorique* (p. 15).

justificar a crença na probabilidade de que algumas tenham, ao mesmo tempo, outras propriedades. O que ele escolhe, entretanto, é incorporar o que chama de “movimento psicológico”⁴², e nessa linha ele traz uma explicitação de enunciados que, pensando-se em uma cena e seus participantes, envolve, por exemplo, um conjunto de fatos (lembro o *frame fillmoriano*) como a atenção que vai sendo prestada a determinados pontos, com os alertas que atravessam o andamento dos fatos, com a atenção que desperta em determinados momentos, etc.

Resumindo, entendo que aí estão incorporadas: a noção de contexto de situação (interpretada no componente “pragmático” da gramática)⁴³; a noção de espaços mentais (domínios conceptuais que contêm representações de entidades e relações, percebidas, imaginadas ou lembradas em um cenário), com boas soluções para a análise semântica e a análise pragmática⁴⁴; e, muito especificamente, a noção de *frame* (cognitivo e interacional), referente a estruturas de conhecimento, ativadas pela exposição à forma linguística em contexto, e sistemicamente armazenadas na memória (FILLMORE, 1976)

O que nosso autor conclui – segundo o que entendo – é que temos de descrever o texto de La Bruyère nessa linha, para analisar os **mas** que lá estão: no texto, eles marcam “uma recaída da atenção que havia sido despertada anteriormente” (Ducrot, 1984a, p. 16)⁴⁵. Então, por aí, *r* não é, estritamente falando, uma proposição que se extrairia da proposição *p* e que depois se rechaçaria, ao comprovar-se *q* (e exatamente por isso o texto não traz o *r* em itálico como ocorre em *p* e em *q*); *r* representa apenas o “interesse” que a primeira proposição (argumentativamente) suscita e que a segunda anula.

Ao explicitar a questão com fórmulas como *P mas Q*, Ducrot, longe de avaliar a organização lógico-semântica de um conteúdo proposicional, monta todo um arrazoado, declarado como

⁴² Cabe indicar, neste ponto, que, referindo-se especialmente ao estudo do conector **mas**, o autor remete especificamente (na nota 1 da p. 15) a seu capítulo *Occupe tu d'Amélie*, que do mesmo modo vai a esse conceito de “movimento psicológico” (o que também foi objeto de atenção neste meu texto, especialmente nas seções de 1. a 3.).

⁴³ Lembre-se a menção ao modelo de interação verbal de Dik (1997), nas seções 4. e 5. deste texto.

⁴⁴ Lembre-se a menção aos domínios conceptuais em ligação com a enunciação, por via de Sweetser (1990), na seção 5. deste texto.

⁴⁵ Tradução minha. Original francês: *Les mais marquent une retombée de l'attention précédemment suscitée.* (Ducrot, 1984a, p. 16).

imprescindível para que se vá a uma conclusão: trata-se, exatamente, de uma incorporação da face “pragmática” de avaliação do “enunciado” em questão. Cito:

Quando, ao descrever **mas** de uma maneira geral, afirmo que *p* e *q* se apresentam como valores argumentativos inversos, isso não quer dizer que eles sejam considerados sempre como produtores de crenças; o que é constante é que eles são apresentados sempre como orientados para aquele que as aceita em duas direções opostas (trate-se de suas opiniões, de suas emoções, de seus desejos, de suas decisões, etc.). (DUCROT, 1980c, p. 16; grifos meus)⁴⁶

Para concluir, extraio, do parágrafo que vem em seguida a esse, mais uma frase extremamente reveladora daquilo que quero indicar, como conduta “argumentativa” de nosso autor, e sem deixar de observar que ele não perde nunca sua apreciação pragmática das questões tratadas por essa via, abrigada na proposta teórica da sua visão de “semântica linguística”. Resgatando a parte inicial da sexta frase do trecho de La Bruyère em análise (“Quero um homem que seja bom, mas que seja nada mais do que isso [...]”), diz ele: “A conclusão *r*, que poderia tomar apoio no primeiro membro da frase deve-se mais a uma **atitude** do que a uma **crença** [...].”⁴⁷ (DUCROT, 1980c, p. 16; grifos meus).

Também volto à seção 4., marcando que, novamente, a noção central que nosso pensador registra é a de que, para levar a bom termo a descrição, parece-lhe “necessário estabelecer e manter (mesmo se isso custar um pouco) uma distinção rigorosa entre o ‘enunciado’ e a ‘frase’” (DUCROT, 1984a, p. 174)⁴⁸.

⁴⁶ Tradução minha. Original francês: *Quand je pose, dans la description générale de **mais**, que *p* et *q* sont présentés avec des valeurs argumentatives inverses, je ne veux pas dire qu’elles sont toujours vues comme productrices de croyances : ce qui est constant, c’est qu’on les donne comme **orientant celui qui les admet** dans des directions opposées – qu’il s’agisse de ses opinions, de ses émotions, de ses désirs, de ses décisions, etc.* (DUCROT, 1980c, p. 16; grifos meus)

⁴⁷ Tradução minha. Original francês: *La conclusion *r* qui pourrait prendre appui sur le premier membre de phrase tient plus, là encore de l’attitude que de la croyance.* (DUCROT, 1980c, p. 16); grifos meus)

⁴⁸ Tradução minha. Original francês: *il me semble nécessaire d’établir et de maintenir (même se cela coûte un peu) une distinction rigoureuse entre “l’*énoncé*” et “la phrase”.* (DUCROT, 1984a, p. 174).

É isso. E é nesse enquadre que, fechando minhas considerações sobre a proposta ducrotiana do tratamento do *mas* (e, implicadamente, do tratamento da linguagem como produtora de sentidos e de efeitos), insiro este revelador trecho em que Ducrot (1984a)⁴⁹ declara que suas “descrições de sentido” são “pragmáticas”, dando esta justificativa:

Vê-se, por isso, por que chamo “pragmáticas” minhas descrições do sentido, dizendo que o sentido é algo que se comunica ao interlocutor: estas descrições são pragmáticas na medida em que levam em conta o fato de que o sujeito falante realiza atos, mas ele realiza esses atos transmitindo ao interlocutor um saber – que é um saber sobre sua própria enunciação. (DUCROT et alii, 1984a, p.184)⁵⁰

Considero, ao fim, que nada representa melhor o que Ducrot propõe do que aquilo que ele próprio nomeia como “pragmática semântica”, ou “pragmática linguística”, disciplina no interior da qual – declara ele – se situam as suas pesquisas. Acrescenta que, com o termo “pragmática da linguagem”, nomeia o conjunto de “investigações que dizem respeito à ação humana realizada pela linguagem (DUCROT, 1984a, p. 173). Afinal, pode-se dizer que, teoricamente – embora se diga “cético” quanto à separação entre ‘semântica’ e ‘pragmática’ (DUCROT, 1980c, p. 12)⁵¹ –, Ducrot acaba propondo nada menos do que uma “soma” desses dois componentes, na sua “semântica argumentativa”.

⁴⁹ Registro que na obra original francesa de *Le dire et le dit* (DUCROT, 1984a) e na versão da obra para o português (DUCROT, 1987) consta esse capítulo denominado “Esquisse d’une théorie poliphonique de l’énonciation” (“Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”), que não consta na versão espanhola da mesma obra de que disponho (DUCROT, 1984b).

⁵⁰ Tradução minha. Original francês: *On voit par là pourquoi j’appelle “pragmatiques” mes descriptions du sens tout en disant que le sens est quelque chose que l’on comunique à l’interlocuteur : ces descriptions sont pragmatiques dans la mesure où elles prennent en compte le fait que le sujet parlant accomplit des actes, mais il accomplit ces actes en transmettant à l’interlocuteur un savoir – que est un savoir sur sa propre énonciation.* (DUCROT, 1984a, p. 184)

⁵¹ Ver seção 6.

Bibliografias

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. Deux mais em français. *Lingua* 43, p. 23-40, 1977.
- BRUXELLES, Sylvie et alii. Mais occupe-toi d'Amélie. In: DUCROT, Oswald. et alii. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980, p. 93-130.
- DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve. *Mental spaces in grammar*. Conditional constructions. Cambridge: Cambridge University Press, 2005
- DIK, Simon. *The theory of Functional Grammar*. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1989.
- _____. *The theory of Functional Grammar*. 2 ed. Edited by Kees Hengeveld. Parte 1 - The structure of the clause ; Parte 2 - Complex and derived constructions. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- DUCROT, Oswald. *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann, 1972
- _____. *La preuve et le dire*. Paris: Maison Mame, 1973.
- _____. L'argumentación dans la langue. *Langage* 42, p. 5-27, junho 1976.
- _____. Analyse de textes et linguistique de l'énontiation. In: DUCROT, O. et alii. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980 [1980a], p. 7-56.
- _____. Notes sur la poliphonie et la construction des interlocuteurs. In: DUCROT, O. et alii. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980 [1980b], p. 233-236.
- _____. Analyses pragmatiques. *Communications*, 32, Les actes de discours, 1980 [1980c], p. 11-60
- _____. *Provar e dizer*. Linguagem e lógica. Tradução portuguesa de Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira e Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1981.
- _____. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984 [1984a]
- _____. *El decir y lo dicho*. Tradução espanhola de Sara Vassalo. Buenos Aires: Hachette, 1984b.
- _____. O dizer e o dito. Tradução portuguesa revista por Eduardo Guimarães. São Paulo: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. et alii. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.
- DUCROT, Oswald.; VOGT, Carlos. De *magis a mais*: una hipótesis semântica. *Révue de Linguistique Romane*, p. 317-340, julio - diciembre 1979.
- FILLMORE, Charles J. Frame semantics and the nature of language. *Annals New York Academy of Sciences*, p. 20-32, 1976.
- HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lahlán *Functional Discourse Grammar*: a typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A coordenação interfrasal em português*. Tese de livre-docência em Linguística e Língua Portuguesa apresentada à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, Brasil, 1984.

- _____. As construções causais. In: NEVES, M. *Gramática do português falado* Vol. VII - Novos estudos. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2002
- _____. *Gramática de usos do português*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- _____. *A gramática de usos do português revelada em textos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2018 (2018a).
- _____. *Gramática funcional*. Interação, discurso e texto. São Paulo: Ed. Contexto, 2018 (2018b).
- _____. *Texto e gramática*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2018 (2018c).
- SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics*. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Aula XVI

O “mas” segundo Ducrot versus o “mas” segundo Carel: uma comparação crítico-teórica

Julio Cesar Machado
Universidade do Estado de Minas Gerais
UEMG, Brasil

Introdução: Que não seja imortal, posto que é chama mas que seja infinito enquanto dure

Os estudos sobre o *mas*¹ tiveram e têm um papel central nas teorias da Semântica Argumentativa (SA). Os estudiosos dessa teoria hão de concordar que esses estudos permitiram compreender o escopo da SA e suas transformações. Com efeito, os estudos ducrotianos sofreram considerável aprofundamento, principalmente à luz da *Théorie des Blocs Sémantiques* (TBS). É sobre este aprofundamento que versa este capítulo. O que faremos sem perder de vista os estudos sobre o *mas* segundo Ducrot, sobretudo nos anos 70 e 80.

Assim, o presente capítulo visa apresentar o fenômeno semântico instaurado pela conjunção *mas* no interior da Semântica Argumentativa, particularmente pelo quadro da TBS. Nossa exposição colocará em oposição duas perspectivas de estudos sobre a conjunção *mas*: a perspectiva de Oswald Ducrot, e a perspectiva de Marion Carel².

Começemos por uma introdução mais geral, própria do gênero aula, sem um compromisso teórico profundo. Para que serve a conjunção *mas*? Um exemplo inicial pode provocar um arranjo de

¹Je souhaite adresser *mes remerciements les plus sincères à Madame Marion Carel pour ses nombreuses contributions au traitement théorique et analytique de ce chapitre. Et également je remercie au Monsieur Alfredo Lescano, Monsieur Corentin Denuc et Mademoiselle Louise Behe pour ses précieuses contributions.*

² Evitaremos uma explanação dos trabalhos de Ducrot sobre o *mas*, haja vista que o capítulo de Neves, neste volume, dedicou-se a esse propósito.

resposta. Visitemos uma das mais belas poesias brasileiras: soneto da fidelidade, de Vinícius de Moraes (1946)³:

(o)

De tudo, ao meu amor serei atento
Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto
Que mesmo em face do maior encanto
Dele se encante mais meu pensamento.

Quero vivê-lo em cada vão momento
E em louvor hei de espalhar meu canto
E rir meu riso e derramar meu pranto
Ao seu pesar ou seu contentamento.

E assim, quando mais tarde me procure
Quem sabe a morte, angústia de quem vive
Quem sabe a solidão, fim de quem ama

Eu possa me dizer do amor (que tive):
Que não seja imortal, posto que é chama
***Mas* que seja infinito enquanto dure.**

Reflitamos o último trecho: “Que não seja imortal, posto que é chama / **mas** que seja infinito enquanto dure”. Em que medida o emprego de *mas* permite ao locutor afirmar que o amor que ele teve é (A) um amor que tem fim, mortal, e (B) um amor que não tem fim, infinito? Como ele permite ao locutor evitar a contradição? Não se trata de uma resposta fácil, e estamos diante de um desafio aos semanticistas que professam as mais diversas teorias. Mas uma coisa é certa: é o emprego de *mas* que permite essa singularidade, o *mas* desloca sentidos exatos. O emprego do *mas* age sobre o sentido dos segmentos A ou B, em formatos “A *mas* B”.

Deixando de lado toda a riqueza das pesquisas históricas sobre o *mas*, e também os estudos de Frege, vamos nos limitar a dizer, neste capítulo, que a resposta da SA à pergunta “para que serve o *mas*?” não toma a forma de uma regra acadêmica que limita seus empregos. A SA

³ Moraes (1946, s.p.). Disponível em <<http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/soneto-de-fidelidade>>.

afasta-se de uma leitura, que chamaremos de leitura por raciocínio, na qual o *mas* serviria para estabelecer um raciocínio entre dois segmentos adversos (a razão de ser do enunciado acima não é opor “amor finito” versus “amor infinito”, mas somá-los: trata-se de “uma soma estranha entre um amor infinito e sua finitude”). A conjunção *mas*, para esta teoria, não se limita a criar modelos adversativos do tipo “A *mas* B”.

Bem antes disso, a SA inscreve os sentidos produzidos por empregos do *mas* em um campo de significação lexical tão rico e amplo que não se pode limitá-lo à ideia de que uma palavra tenha apenas uma só propriedade, (no modelo “A *mas* B” acima, o amor mortal, do segmento A, é de alguma forma afetado pela imortalidade, do segmento B). Assim, B não exclui A inteiramente, mas lhe nega parcialmente.

Este olhar profundo (que chamaremos leitura pelo discurso), próprio da SA, postula que a conjunção *mas* possui uma função argumentativa, onde o uso do *mas* ilustra conjunto de sentidos (argumentações), explícitos ou implícitos, nas e pelas palavras intercolocadas entre “A *mas* B”. Argumentações estas que nem sempre estão “presentes” na própria frase ou enunciado. É isto que exploraremos adiante. É assim que o amor, conforme o enunciado acima, transita no limite entre o finito e o infinito, e as palavras “mortal” e “infinito” não conseguem, separadamente, dar conta da potência deste valor semântico, característica do amor. Eles não refletem esse valor semântico separadamente, e um simples gesto analítico de separação entre A e B não podem dar conta do sentido que eles constroem juntos. O que veremos adiante, é a teorização de exemplos como esse.

2. A leitura pelo raciocínio versus a leitura pelo discurso

Antes da explanação da nossa posição teórica, e antes de nossas análises, é importante considerar que existem muitos modos de se ler enunciados que empregam o *mas*. E no caso da SA, uma leitura é basal para se ler empregos do *mas*: a leitura discursiva (aquela que flagra o amor no conjunto “finito + infinito”). Essa leitura se afasta da leitura por raciocínio (aquela que permanece na superfície literal entre dois sentidos isolados: de “mortal” e de “infinito”). Diremos que o amor, acima, não é a simples disposição entre duas palavras, o amor é

significado no imbricamento de duas palavras, condensados pelo *mas* (e não separado pelo *mas*).

Através do prisma da SA, a leitura por raciocínio não é contrária à leitura discursiva: a leitura por raciocínio é incompleta e impossível na SA. A SA procura mostrar que a ideia de raciocínio e seu fundamento é uma ilusão, um engano. A linguagem não permite raciocinar, mas reunir palavras de várias maneiras. É por isso que Ducrot se declara platonista, antes que aristotélico. Nós não vemos a não ser sombras, temos acesso apenas à linguagem. Vejamos uma e outra leitura.

O *leitor por raciocínio* é como alguém que realiza certa caminhada seguindo placas, sem a necessidade de estabelecer relações entre elementos fora do caminho, visto que o caminho já está traçado. Não é necessário, portanto, estabelecer relações, porque o sentido isolado, o caminho, já está dado. Não devemos pensar, porque o caminho já foi pensado. Essa leitura leva em conta os elementos isolados.

Ao contrário, o *leitor pelo discurso* (é assim que a SA concebe o leitor) é como o caminhante que elabora seu próprio caminho a partir de trilhas já existentes, mas, igualmente, levando em conta especificidades de um contexto original: o caminho ontem não era o mesmo que é hoje, e o discurso, atualiza sempre, de forma original, os caminhos previstos pela língua. Essa leitura leva em conta os elementos isolados, mas não se limita a eles. O caminhante não segue a trilha mais direta ou a mais rápida: ele escolhe seu caminho levando em consideração o que realmente é a cena linguística, no momento em que a atravessa, (e não apenas as trilhas já traçadas). A leitura discursiva mobiliza uma verdadeira cena enunciativa: o que é dito – e o que não é dito –, quem disse, como foi dito, quando se disse, por qual meio se disse, e para quais locutores possíveis dissemos, entre outros.

A leitura discursiva não é universal, cristalizada (ela não é uma leitura normativa). A leitura não se limita a elementos isolados (um trilho, uma placa, ou palavras isoladas). Para lhes percorrer, deve-se tomar em conta as relações entre os outros elementos: dêiticos, contextuais, visíveis ou não. Porque a floresta não são somente árvores, tal como o discurso não são apenas palavras: a mesma floresta pode significar perigo à noite e segurança durante o dia, tal como as palavras podem ter sentidos diferentes, em discursos diferentes.

Da mesma maneira que o caminhante percorre a trilha em função de particularidades da floresta (temperatura, perigo, relevo e etc), cada

sentido produzido por cada leitura é possível à luz de particularidades discursivas (situação e projeto daquele que fala, destinatário, estratégias enunciativas e outras particularidades que se impõem ao leitor). Os sentidos de um texto são produzidos pelo contraste entre as particularidades discursivas do locutor e as particularidades discursivas do leitor. De onde vem o ditado: “eu sou responsável apenas pelo que eu digo, e não pelo que você compreende”.

O leitor se ocupa apenas da parte evidente e explícita das palavras (a leitura por raciocínio, que corresponde ao leitor que lê apenas as palavras, que se mantém na superfície do que está dito ou escrito. Aquele que “fica” no limite do observável); ou o leitor pode se dedicar a uma compreensão mais compromissada com o complexo enunciativo (o discurso, nível superior ao enunciado) para traçar sua rota e explorar outros caminhos na densidade textual, trançando relações de interdependência, menos visíveis, seguindo apenas pistas, e mesmo caminhos proibidos por outros (é a leitura pelo discurso, que corresponde ao leitor que lê os aspectos argumentativos indicados nas pistas estruturais, aquele que pode encontrar (ler) certas argumentações não-evidentes nos enunciados através de marcas que ele segue como pistas). Este segundo leitor é aquele que “transcende” o observável. A leitura discursiva requer a malícia do leitor para compreender “toda a floresta enunciativa”, integralmente, sobretudo aquilo que não vemos. O que faremos aqui, então, é uma leitura discursiva de [A mas B].

Carel (2014) retoma as conclusões de Ducrot (1977) sobre esses dois tipos fundamentais de leitura: a leitura por raciocínio e a leitura pelo discurso. Vamos elucidar estas decisões:

(1a) A garrafa está metade vazia: então vá pegar uma outra.

(1b) A garrafa está metade cheia: não vale a pena ir pegar uma outra.

Como compreender que duas conclusões opostas sejam possíveis a partir do enunciado de um mesmo fato no mundo (uma garrafa pela metade)? A leitura por raciocínio, fundada sobre o número de centilitros de líquido deveria levar, nos dois casos, à mesma conclusão. Por isso, somente a leitura pelo raciocínio da quantidade de líquido é insuficiente para compreender o sentido destes enunciados. É necessário, como em nossas observações sobre o enunciado, perscrutar a floresta discursiva que rodeia tal enunciado. Como os

trabalhos de Semântica Argumentativa sustentam, é “a distinção entre discurso argumentativo e o raciocínio que constitui a força de análise de Ducrot” (CAREL, 2014, p. 4).

Se o fato no mundo é “uma garrafa com líquido pela metade”, é a maneira de descrever este fato que conduz a uma argumentação: “metade vazia” (portanto pegar uma outra), ou “metade cheia” (portanto não pegar uma outra). Como afirma Carel (2014, p. 5): “eu creio ser fundamental levar em conta a maneira linguística pela qual os fatos são descritos, eu mantereí a hipótese de que o locutor de ‘A mas B’ evoca discursos argumentativos”. Em consonância com Ducrot (1990, p. 51), que afirma que “o valor argumentativo de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso”.

Carel (2014, p. 3) põe em relevo que a leitura por raciocínio está mais intimamente ligada aos fatos (a garrafa está pela metade), e a leitura pelo discurso está mais ligada aos modos como o fato é descrito (“metade vazia” vai na direção de argumentações sobre buscar outra garrafa: o vazio chama, normativamente, o preenchimento; portanto encher; e “metade cheia” vai na direção de argumentações sobre não buscar outra garrafa: o cheio não chama, normativamente, o preenchimento). Da mesma forma, é pela leitura discursiva que se pode dar conta argumentativamente de *mas*: “as argumentações evocadas pelo locutor de um ‘A mas B’ não são raciocínios, mas são discursos” (CAREL, 2014, p. 3).

Para este capítulo, é importante considerar, então, os dois modos fundamentais de leituras: a leitura por raciocínio versus a leitura discursiva (ou argumentativa), para refletir a conjunção *mas*, lembrando que tanto nossas pontuações anteriores, quanto a SA que apresentamos, conduzem-nos a adotar, permanentemente, uma leitura discursiva (ou argumentativa), e jamais aquela pelo raciocínio.

Evitando entrar numa vasta exposição sobre a riqueza das pesquisas que versam sobre “leitura”, durante os séculos, vamos findar a seção apenas considerando o cuidado com que se deve ter com a leitura por raciocínio, já que uma leitura não pode fadar-se a apenas um exercício de classificação morfológico-sintático (classificar adjetivos, substantivos, advérbios, sujeitos, predicados...). Ler não é classificar (normativamente) nem corrigir (ortograficamente), ler é, antes de tudo, reconhecer argumentações. Contudo, a leitura por classificação/correção é um método que infelizmente ainda se faz

presente em muitas escolas, como critica Ducrot (1973, p. 60): “[...] se se trata de uma questão de língua, do sistema linguístico, as ‘sutilezas’ que devemos trabalhar nos alunos se reduzem, em grande parte, às nuances da correção ortográfica e gramatical”.

Não é difícil compreender que é bem mais produtivo, para todos objetivos escolares, ensinar a “leitura” pela via da *leitura discursiva*. É crucial, em Semântica Argumentativa, compreender a leitura enquanto um procedimento de explicitação de argumentações ao explorar discursos, pois a leitura discursiva, ao contrário da leitura por raciocínio, permite um reconhecimento argumentativo (o que significa os adjetivos, substantivos, advérbios, sujeitos, predicados etc, nos enunciados em que são produzidos).

3. A leitura conjunta de [A mas B] proposta por Carel e a leitura disjunta de [A] mas [B] proposta por Ducrot

Consideremos o enunciado abaixo, clássico nos estudos sobre o *mas*:

(2) *O tempo está bom, mas eu estou cansado.*

A riqueza do emprego de *mas* nesse enunciado faz vislumbrar imediatamente a dificuldade de análise adversativa desta conjunção em dois segmentos opostos, uma vez que “tempo bom” e “cansado” não são semanticamente opostos. A contradição, a adversidade, seria: “tempo bom x tempo ruim”, e “cansado x descansado”, e seus sinônimos. Mas jamais: “tempo bom X cansado”. Como compreender então o que comunica o enunciado acima?

3.1 A hipótese de Ducrot

A perspectiva geral da SA, por uma leitura discursiva, faz ver que as expressões “o tempo está bom” e “eu estou cansado”, acima, constituem argumentos. Por exemplo: “tempo bom” (portanto sair de casa) e “cansado” (portanto não sair de casa). Ducrot propõe chamar de *r* e não-*r* as conclusões visadas pelos segmentos A e B religados pela conjunção *mas*: em nosso exemplo, *r* = sair de casa; e não-*r* = não sair de casa. Assim, a leitura ducrotiana pretende, à luz de “A *mas* B”, investigar as argumentações “A portanto *r*” e “B portanto não-*r*”, que

são opostos naquilo que suas conclusões são opostas. Eis um arrazoado da concepção de Ducrot.

O que é importante reter inicialmente é que, para Ducrot, o *mas* tem a função de articular **dois** segmentos, [A portanto r] *mas* [B portanto não-r], de modo a “preferir” o segundo. Por exemplo, em [sair de casa porque o tempo está bom] *mas* [não sair de casa porque eu estou cansado], o segundo segmento possui uma preponderância semântica sobre o primeiro, nesse sentido de que ele será o único finalmente retido: o primeiro segmento, certamente concedido, é finalmente abandonado. Em nosso exemplo, o locutor recusa o passeio.

Mais tecnicamente, os trabalhos de Ducrot (1977) asseveram que a argumentação evocada pelo primeiro segmento articulado por *mas*, o A, é somente acordado. E a argumentação evocada pelo segundo segmento articulado por *mas*, o B, é assumida pelo locutor. Assim, o locutor engaja-se apenas com o segmento B, o segmento assumido.

3.2 A hipótese de Carel

Carel, por sua vez, evita usar os termos “r” e “não-r”, já que a função de [... *mas*] não é, segundo ela, a de opor conclusões e, além disso, opor movimentos argumentativos. A linguista usa tão somente “A *mas* B” e, nesta fórmula, pesquisa os aspectos argumentativos que ali são globalmente evocados.

Nos trabalhos de Carel, veremos que o *mas* instaura a leitura de um único segmento, [A + *mas* + B], cujo resultado, o sentido final, será uma **negação parcial de “A”**, a partir das indicações que existem em “B”. Por exemplo, o elemento B, “cansaço”, é elemento que justifica a anulação parcial do elemento contido em A, “sair de casa”, de modo que se evidencia que A é “parcialmente” negado. Assim, não se lê mais separadamente “sair” e “não sair”, preferindo “sair”, como o postulou Ducrot. Mas leremos [poder sair e não sair de casa, apesar da aprovação devido ao cansaço].

Carel (2011, p. 388) inicia sua hipótese com a seguinte questão: na medida em que “[...] se *Pedro vem, Maria virá* constitui uma única proposição, nós devemos nos perguntar por que *Pedro vem, mas Maria não virá* constituiria duas”. Segundo ela, a resposta não pode ser puramente normativo-gramatical, já que as partes “*Pedro vem mas*”, ou “*mas Maria não virá*” não são dizíveis isoladamente. Essas são

razões semânticas que deve nos conduzir a ver, em “A *mas* B”, uma ou duas proposições. A linguista desenvolverá a hipótese de que *mas* religa A e B, de maneira a exprimir um único complexo argumentativo (sobre esta noção, consultar o capítulo de Christopulos). Assim, A não se opõe a B, e A não é apenas um conteúdo abandonado que permite “apoiar” B, mas A soma-se a B⁴.

A título de exemplo, para esta refutação do funcionamento de oposição do *mas*, Carel (2011, p. 394) dirá que face aos clássicos “O tempo está bom, portanto vou passear”; e “Estou cansado, portanto não irei passear”, as argumentações [A *portanto* r] e [B *portanto* não-r], não dizem respeito ao mesmo bloco (à mesma ideia semântica). Trata-se de “passeios” distintos nos dois casos: “o passeio não é tomado da mesma maneira nos dois casos; não se trata, na nossa perspectiva semântica, de um só e mesmo objeto, o ‘passeio’, definido como uma mudança de lugar para andar”.

Como visto, a negação parcial não é uma operação matemática pura, de “subtração de uma unidade mensurável”, mas um fenômeno argumentativo que instaura a estranheza semântica de uma negação no interior de uma significação, perceptível, mas dificilmente mensurável.

Pensemos mais teoricamente: nos enunciados de tipo [A *mas* B], em Carel, para que serve o B? Ele determina qual parte se exclui de A e qual parte se mantém em A, sem saber mensurar isto com precisão (por exemplo, a dúvida de sair de casa, a incerteza sobre sair de casa, a indecisão entre sair e ficar, a hesitação, enfim o sair-não-sair instaurado por “*mas* B”). E perguntamo-nos igualmente para que serve o A? Ele serve para carregar uma negação parcial oriunda de *mas* B. Como a própria autora o afirma: “eu reterei, dos estudos de Ducrot, que existe toda uma família de empregos de A *mas* B dos quais o locutor limita a riqueza argumentativa de A” (CAREL, 2019, p. 6).

Eis um resumo da negação parcial: para Carel, os enunciados do tipo “A *mas* B” são equivalentes a uma negação parcial de A, graças às indicações contidas em B, de modo que não se lê separadamente [A] e [B], mas lemos [A + B].

⁴ Em Carel, a leitura de segmentos separados, aos poucos, vai sendo substituída/atualizada em conceitos e procedimentos que apreendem leituras subordinando um segmento a outro, e enunciados globais. O *mas* é apenas mais um indício desta preferência metodológica.

Para os leitores mais exigentes da Semântica Argumentativa é bom mencionar aqui que essas duas perspectivas, ducrotiana e careleana, no interior de uma organização teórica maior, a Semântica Argumentativa, foram atualizadas à luz da virada teórica da Teoria dos Blocos Semânticos, por estudos recentes de Marion Carel, que formalizou certa profundidade de procedimentos de análise até então não trabalhados nas décadas de 70 a 90. É o que veremos agora.

4. O *mas* na Teoria dos Blocos Semânticos: as funções textuais

O projeto desta sessão é pormenorizar os semantismos instaurados pela conjunção *mas* na atualidade teórica, pensados pelo raciocínio epistemológico da SA no quadro específico de sua fase atual: a *Teoria dos Blocos Semânticos*, doravante TBS

Marion Carel publicou vários trabalhos sobre a conjunção *mas*, dos quais gostaríamos de destacar a relevância de quatro deles: os dois primeiros, de caráter mais preliminares, são: seu artigo “*la particule mais est-elle une conjonction?*” (CAREL, 2010, p. 13-29) e o livro “*L’entrelacement Argumentatif*” (CAREL, 2011, p. 383 – 453); o terceiro, de abordagem menos teórica e mais concretamente constituído por a análise de exemplos, é o artigo “*Mais: une marque de négation partielle*” (CAREL, 2014); e o quarto, o mais recente “*Interpretação e decodificação argumentativas*” (CAREL, 2019, 2-15).

Para se analisar o *mas* à luz dos procedimentos da TBS, deixamos de lado as antigas noções de enunciador e de identificação ou distanciação, que não existem mais. A TBS propõe três maneiras com as quais o locutor pode apresentar um conteúdo qualquer: são as funções textuais de primeiro plano (*mise en avant*), segundo plano (*mise en arrière*) e exclusão (sobre estas noções, consultar o capítulo de Carel sobre “*enunciação linguística*”). Por exemplo, no enunciado

(3) O aluno não quer estudar, seu professor é incompetente.

O locutor *exclui* o conteúdo [O aluno quer estudar, seu professor é competente], o locutor *põe em segundo plano* [o aluno possui um professor], e o locutor *põe em primeiro plano* [se o aluno não estuda é porque o professor é incompetente]. Os conteúdos *postos em segundo plano* (caso das pressuposições), são vislumbrados implicitamente, e dependem do conteúdo *posto em primeiro plano* para serem identificados.

As três funções textuais assinalam a presença de um sujeito que, antes de ser uma pessoa física, é alguém constituído por seu dizer: de modo global, trata-se de um locutor que *põe em primeiro plano* que o problema de “não estudar” é causado pelo professor, e não pelo estudante. São os locutores que responsabilizam as escolas por certos fracassos de alunos, por exemplo. Enunciados deste tipo também mostram que o locutor *exclui*, mas de modo mais discursivo, menos explícito, conteúdos como: [o aluno quer estudar, sua família o acompanha], porque o enunciado associa o conteúdo “não querer estudar” somente à figura do professor (o que significa *exclusão* de outras fontes de “querer estudar”).

Transformando as antigas nomenclaturas de Carel (2014, p. 2)⁵, podemos explicar os três modos de dizer desta forma: entre as três maneiras de apresentar um conteúdo, apenas o *primeiro plano* é enunciativamente independente e pode por isso constituir uma unidade completa. O *segundo plano* e o *excluir* são, ao contrário, dependentes, e acompanham sempre um *primeiro plano*: eles são “enunciativamente subordinados”.

Na sequência, consideremos outro enunciado:

(4) O aluno não quer estudar, *mas* sua família intervém.

Pela hipótese careleana, o fato “o aluno não quer estudar” é descrito discursivamente, no formato A *mas* B, onde A (não querer estudar) é parcialmente negado (torna-se estudar um pouco) devido a B (a intervenção familiar). A leitura conjunta será: [o aluno terá um certo sucesso, estudará parcialmente, já que estará exposto a um elemento de sucesso, a intervenção familiar]. Percebamos que as palavras A “não estudar” e B “intervenção familiar” não possuem relações diretas entre si, como proporia uma leitura mais superficial, a leitura por raciocínio. É na leitura discursiva que esta relação A *mas* B produzirá argumentações como: (A) “não estudar (portanto não ter sucesso)” e (B) “intervenção familiar (portanto ter sucesso)”. Lembrando que se trata de sucessos

⁵ Atualização do seguinte trecho original, com as antigas nomenclaturas de “acordar” (hoje, *segundo plano*), “por” (hoje, *primeiro plano*) e “rejeitar” (hoje, *excluir*): Entre as três maneiras de apresentar um conteúdo, apenas o *por* é enunciativamente independente e pode por isso constituir uma unidade completa. O *concordar* e o *rejeitar* são, de outra forma, dependentes e acompanham sempre um *por*. Eu direi que eles são ‘enunciativamente subordinados’.

diferentes, como marca Carel (2011, p 394), que passarão a ser lidos conjuntamente: [(A) ter algum sucesso na dimensão do não-estudo devido a (B) um elemento de sucesso da dimensão da intervenção familiar]. Os conteúdos argumentativos são organizados pelas funções textuais que lhe são dadas:

(i) O locutor *põe em segundo plano*:

[se o aluno estuda, ele não está contente]

A significação de *não querer* contém a ideia de *não gostar*, e o elemento do sentido do primeiro segmento A não está ligado a “mas sua família intervém”: o locutor mantém que o estudo não propicia prazer ao aluno em questão.

(ii) O locutor *exclui* :

[o aluno não quer estudar, portanto ele falhará]

Também presente no sentido de A (a argumentação externa de *querer fazer p* contém aquela de *fazer p*), é sobre esse elemento que “mas sua família intervém” incide.

(iii) O locutor *põe em primeiro plano*:

[mesmo se ele não quer estudar o estudante terá sucesso]

Se as famílias intervêm nos estudos de seus consanguíneos, então esses últimos terão sucesso em seus estudos: é a significação de *intervir*, e não uma lei psicológica.

Assim, ler argumentativamente enunciados que contenham *mas* significa ler três coisas:

(i) Um sentido pré-acordado ao dizer, um pré-posto revelado pelo posto, dito *posto em segundo plano*. Exemplo: o enunciado “Pedro trabalhou em vão” põe em primeiro plano o fracasso de Pedro e ao mesmo tempo põe em segundo plano o cansaço oriundo do trabalho;

(ii) Um sentido do qual o locutor se afasta ao negá-lo, e representado pela exclusão. Podemos dizer “Ele não é mau professor. Ao contrário, ele é muito bom” pela negação “Ele não é mau”, que exclui a forma positiva “ele é mau”: é ela que liga “Ao contrário” a “ele é muito bom”. Por outro lado, não podemos dizer “* Ele é bom. Ao contrário, ele é genial” pela afirmação “ele é bom”, pois não há relação existente, aqui, com a forma “ele é mau”. Afirmar e negar não são duas atitudes simétricas. Aqui, somente a negação contém uma exclusão.

(iii) Um sentido mais evidente, mais visível, que se detecta no próprio ato do dizer, na espessura explícita do dizer (a função de *por em*

primeiro plano). Por exemplo: no enunciado “Pedro parou de fumar” o locutor *põe em primeiro plano* o conteúdo [X deixou de fazer Y].

Ainda um ponto produtivo: a noção de *por em segundo plano* (*mise en arrière*) é bem mais refinada do que mostramos neste capítulo. Toda riqueza significativa prevê desdobramentos do que é *posto em segundo plano*: ao enunciar “John é neto de um aposentado” *põe-se em segundo plano* que “John tem um avô”, *põe-se em segundo plano* que “o avô trabalhava antes”, e *põe-se em segundo plano* que “o avô de John não pode ser tão novo”, dentre outros. Deste modo, os estudos argumentativos produzem uma leitura sofisticada que amplia o alcance semântico dos enunciados, já que ela nos obriga a identificar implícitos via exclusões e segundos planos pressupostos, significados com os explícitos postos. Seja como for, nenhum desses pontos será objeto deste capítulo.

5. Os três tipos de *mas*: o articulador, o triangular e o internalizador

Evidentemente, existe uma série de estudos sobre a conjunção *mas* que vão propor outros tipos de funcionamentos para esta partícula que não apenas os aqui apresentados. Como não é objeto deste capítulo sumarizar tipos de funcionamentos distintos do *mas*, vamos nos ater aos tipos do *mas* que são estudados no quadro da Semântica Argumentativa, sobretudo em Carel.⁶

O que provoca uma tripla tipologia de [A *mas* B] na *Théorie des Blocs Sémantiques* é, como vimos, a hipótese de Carel segundo a qual, contrariamente ao que supõe Ducrot (1977), o “A” de “A *mas* B” não é totalmente posto em segundo plano, mas esse “A” é parcialmente negado. Tanto a difícil mensura do que é rejeitado em A (qual o conteúdo de “A” é excluído?), quanto a dificuldade de encontrar qual elemento provoca essa rejeição em A, que instaura os três tipos de *mas* na TBS. Vejamos esta tipologia. Carel (2014) apresenta três empregos do *mas*: o triangular, o internalizador e o articulador.

⁶ Sugerimos algumas indicações clássicas: *Dire et ne pas dire* (DUCROT 1972); *Deux mais en français?* (ANSCOMBRE, DUCROT, 1977), *Les internalizateurs* (DUCROT, 2002) e *De magis a mais : une hypothèse sémantique* (VOGT, DUCROT, 1979), dentre outras.

5.1 O *mas* triangular

Como explica Carel (201, p. 4), “os empregos ditos ‘triangulares’ têm por característica continuar a comunicar as mesmas argumentações se inserimos um ‘no entanto’”. Por exemplo, retomemos o clássico:

(5) O senhor A é republicano, *mas* honesto.

(i) Aqui, Carel explica que o locutor *exclui*:

[republicano PORTANTO NEG- honesto]

O senhor A é republicano, e por consequência, ele não é honesto.

(ii) E o mesmo locutor *põe em primeiro plano*:

[republicano NO ENTANTO honesto]

O senhor A é republicano, no entanto ele é honesto.

Neste caso, nenhum conteúdo é posto em segundo plano. O “A” é “parcialmente negado” naquilo que uma de suas argumentações externas é excluída, enquanto uma outra é assegurada.

5.2 O *mas* internalizador

O nome *mas internalizador* é oriundo dos estudos sobre os internalizadores de Ducrot (2002) – consultar o capítulo sobre os internalizadores, neste volume –, onde a expressão *em vão* é apresentada como um internalizador. Um bom exemplo para compreender esse *mas* é:

(6) Pedro trabalhou, *mas* em vão.

Como vimos no capítulo sobre o internalizador, um internalizador nunca pode ser lido como um elemento isolado, independente. Em Semântica Argumentativa, não se lê nunca um internalizador sozinho: lê-se a expressão afetada por um internalizador (ele mentia *sem razão*, ele estudava *arduamente* etc). Com efeito, os internalizadores (como *em vão*) não têm propósito se tomados isoladamente, pois eles só adquirem sentido agindo sobre a palavra com a qual eles estão gramaticalmente ligados (trabalhou *em vão*).

Carel explica que a diferença entre o *mas* internalizador e o *mas* triangular é justamente essa: o *mas* triangular de “Pedro estudou, *mas* ele *fracassou no seu exame* ” constrói diretamente dois encadeamentos, *Pedro estudou portanto ele não fracassou no seu exame* e *Pedro estudou, no entanto ele fracassou no seu exame*: aqui, exclui-se o primeiro e põe-se em primeiro plano o segundo. Já no emprego do *mas* internalizador essa possibilidade não existe, porque a lógica é outra, sua lógica é operar sobre um único segmento, e mesmo sobre uma única palavra, em nosso exemplo, o verbo *trabalhar*, de modo que não se sabe exatamente o que Pedro perdeu, segundo (6). A adição *mas em vão* assinala somente que está excluído um encadeamento do tipo TRABALHAR DC TER ÊXITO e que é posto em primeiro plano um encadeamento do tipo TRABALHAR PT NEG TER ÊXITO.

Assim, segundo Carel (2014, p.5), no *mas* internalizador de (6):

(i) O locutor *põe em primeiro plano*:

[trabalhar PT NEG-ter êxito]

Ele trabalhou, no entanto ele fracassou / vai fracassar.

(ii) O locutor *exclui*:

[trabalhar DC ter êxito]

Ele trabalhou, por consequência ele teve êxito / vai ter êxito.

De qualquer forma, deve-se ter em mente que o *mas* triangular e o *mas* internalizador possuem uma natureza discursiva argumentativa (o que os afasta de empregos próprios da leitura por raciocínio).

5.3 O *mas* articulador

Como vimos, a nomenclatura “articulador”, proposta por Ducrot, vem do entendimento de que o *mas* articula, põe em relação dois segmentos, A e B, comunicando, cada um, um conteúdo. No entender de Ducrot, como vimos, A é independente de B, mas ambos se articulam. Vimos exemplos como os enunciados (2) e (4) já trabalhados: “tempo bom” *mas* “cansaço” e “não estudar” *mas* “intervenção da família”. Passemos a um exemplo de Carel (2014, p. 7-8):

Imaginemos dois assaltantes que se questionam se Pedro, um terceiro assaltante, pôde entrar em um banco:

Primeiro assaltante, X: A passagem está clara, certamente ele desistiu.

Segundo assaltante, Y: É verdade que é perigoso, mas Pedro é corajoso.

Analisemos este enunciado:

(7) É verdade que é perigoso, **mas** Pedro é corajoso.

É interessante notar que a significação da palavra “clara” não faz parte da significação de “perigoso”. Esta relação argumentativa se constrói por uma leitura discursiva:

A renúncia de Pedro é possível não por causa da iluminação, enquanto iluminação (É muito provável que Pedro atravessasse salas iluminadas), mas por causa do perigo que representa, nessa ocasião, a iluminação dessa passagem (CAREL, 2014, p. 8).

Assim, Carel dirá que, em (7), Y retoma e resume o pensamento de X pela palavra “perigoso”, que reagrupa duas argumentações independentes, que se articulam:

(i) O locutor Y *põe em segundo plano*:

[existe PORTANTO visível]

Se tomamos a passagem, ficamos visíveis (e isso é perigoso).

(ii) O locutor Y *exclui*:

[perigo PORTANTO NEG-fazer]

Passar é perigoso, portanto Pedro não o fez.

(iii) O locutor Y *põe em primeiro plano*:

[perigo NO ENTANTO fazer]

Mesmo se é perigoso, Pedro o faz.

De modo conclusivo, a questão que se põe aqui é como condensar o emprego do *mas*, em Semântica Argumentativa? Nos casos aqui observados, o A é sempre parcialmente negado. Cabe ao analista descrever como o locutor nega parcialmente A por comparação a B. E a análise de [A *mas* B] operacionaliza-se por três funções textuais (*primeiro plano*, *segundo plano* e *exclusão*) em três empregos do *mas* (*triangular*, *internalizador* e *articulador*). E para melhor compreender

esses três empregos do *mas*, é relevante considerar a diferenciação entre eles, apresentada por Carel (2014, p. 14):

Somente o emprego articulador de *mas* constitui, estritamente falando, uma conjunção, ligando dois segmentos e comunicando, cada um, um conteúdo; por outro lado, a expressão B que se segue a um *mas* de internalização ou a um *mas* triangular não comunica nenhum conteúdo, e se associa ao *mas* para constituir um operador unário, negando parcialmente A.

Notemos que Carel faz, nesses três usos de [A *mas* B], uma apresentação da noção de negação parcial e uma exposição das maneiras variadas de realizá-la, em se tratando de negar parcialmente A.

Ainda há, de acordo com Carel, certos usos de A *mas* B que negam parcialmente B. Este é particularmente o caso de exemplos como “*eu não tenho nada contra o trabalho das mulheres, mas ...*”. Em exemplos como esse, compreendemo-lo de imediato, o locutor vai dizer (ou faz como se fosse dizer) algo que poderia deixar pensar que ele é contra o trabalho das mulheres, tal como: “*não tenho nada contra o trabalho das mulheres, mas o lugar delas é em casa*”. O primeiro segmento do *mas* está aí para impedir, de imediato, essa leitura do segundo segmento desde o início: a negação parcial porta-se sobre B.

6. Muito há ainda por se dizer sobre a negação parcial, mas temos que concluir

A tradição de ensino de linguagem tem construído teorias e procedimentos que lidam com ideias, palavras e significações totalmente plenas (“A”, “mas”, “B”...). E o universo da Semântica vai ensinar, mesmo que tardiamente, que estamos apenas diante da ponta do iceberg dos quase-negados ou parcialmente negados (“A + mas + B”), e suas quase-ideias, quase-significações, articuladas pelo *mas*, dimensão ainda por se explorar. Evidentemente que estes estudos precisam progredir na TBS, haja vista a carência de publicações sobre o *mas*, dado que, mesmo no centro das preocupações da SA desde os anos 70, o estudo sobre o *mas* apresenta sua última atualização em 2014.

Este capítulo tratou de leitura de discursos organizados pelo *mas*, particularmente pelo arcabouço da TBS, cujo escopo se articula da

seguinte maneira à descrição proposta por Ducrot no quadro da SA, anteriormente à TBS:

➤ o *mas* argumentativo em Ducrot – [r] *mas* [~r]:

dois segmentos **independentes** um do outro, articulados por *mas*, onde o primeiro será apenas acordado, e o segundo será sempre centralmente tomado;

➤ o *mas* argumentativo em Carel – [A *mas* B]:

dois segmentos **interdependentes** um do outro, uma única proposição organizada por *mas*, onde o efeito interdependente [A + B] anula parcialmente A, através das funções textuais, uma negativa (quando se trata da exclusão) e uma positiva (quando se trata de pôr em primeiro plano ou pôr em segundo plano, conforme os exemplos).

Vimos que na fórmula “A *mas* B”, para a Semântica Argumentativa de Ducrot, o A tem função coadjuvante para o protagonismo do segmento principal B, concedendo uma argumentação de conclusão contrária; e para a TBS de Carel, na mesma fórmula “A *mas* B”, o segmento B tem por função limitar a riqueza semântica de A. B, desestabilizando a significação plena de A, desestabiliza o sentido pleno de A, de modo que o sentido de enunciados organizados pelo *mas* é a estranheza A + B. Como explica Carel (2011, p. 402): “[...] o caráter ambíguo, à sua vez positivo e negativo, decorreria de sua natureza intermediária entre a tomada de posição e a rejeição”. Assim, para a TBS, “[...] uma negação parcial é a associação de duas unidades de discurso, uma cujo conteúdo é suprimido, outra cujo conteúdo é afirmado” (CAREL, 2011, p. 437).

Nós diríamos que o *mas* tornou-se, nessa nova concepção da TBS, um lugar teórico privilegiado para observar sentidos desestabilizados, ou flagrar “quase-algo”, próprios da complexidade dos usos de *mas*. A fórmula [A *mas* B] é, na TBS, o estudo incômodo da quase significância de um afirmar-negar.

O início destes estudos do *mas* pela perspectiva de negação parcial representa uma boa proposta metodológica para dar largada às pesquisas de sentidos paradoxais e limítrofes, em Semântica e em Semântica Argumentativa.

A contribuição dos estudos do *mas* realizada pela Semântica Argumentativa para as pesquisas sobre “leitura”, consiste na compreensão do fato de que ler estruturas dispostas em segmentos informacionais articulados pelo *mais* significa co-ler aspectos argumentativos, explícitos e implícitos: o que é *posto em segundo plano* (ou quem está em acordo com certas significações co-significadas); o que é *excluído* (ou quem exclui certas significações co-significadas); o que é *posto em primeiro plano* (ou quem toma tais significações); e o que é *posto em primeiro plano* (e permite estruturar seu discurso e influenciar o discurso de outrem).

Essa leitura afasta-se de uma verificação sintática e morfológica da palavra ou frase (visada da leitura por raciocínio), em detrimento de uma significação inerente à argumentação dessas sintaxes e formas, nem sempre explícitas na frase ou enunciado (visada da leitura discursiva).

O leitor atento perceberá que é mérito de Ducrot iniciar a leitura discursiva do *mas*, e é mérito de Carel aprofundar e formalizar esses estudos discursivos sobre o *mas*. A argumentatividade do *mas*, contudo, ainda é um terreno por se explorar...

Bibliografias

CAREL, L'Etude d'une conjonction. In : *L'entrelacement Argumentatif*, 2011, p. 385 – 453.

CAREL, Marion. « *Mais*, une marque de négation partielle » in W. Weindenbusch (éd.) *Diskursmarker, Konnektoren, Modalwörter*, Narr Verlag, 143-158, 2014. Disponível em <<https://semanticar.hypotheses.org/files/2018/10/carel-mais-n%C3%A9gation-2014.pdf>>.

ANSCOMBRE, J. DUCROT, O. *Deux mais em français*. Disponível em <<https://semanticar.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/4552/files/2019/02/ducrot-deuxmais-1977.pdf>>.

MACHADO, Julio Cesar. A significação paradoxal: oposição ou prolongamento da significação doxal? a hipótese do cubo argumentativo. In: *Língua e instrumentos linguísticos*, v. 2, p. 89-138, 2017. Disponível em <<http://www.revistalinguas.com/edicao40/artigo4.pdf>>.

MORAES, Vinicius. *Soneto da fidelidade*, São Paulo, 1946. Disponível em <<http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/soneto-de-fidelidade>>.

PARTE 5:

A GRADUALIDADE

Aula XVII

O modificador desrealizante, o modificador realizante, o modificador sobreerrealizante e o internalizador¹

María Marta García Negroni
Universidad de San Andrés
Universidad de Buenos Aires
CONICET, UBA, Argentina

1. Introdução

Uma das hipóteses centrais da Teoria da Argumentação na Língua (Anscombe; Ducrot, 1983) e, em particular, da teoria dos *topoi* (Anscombe, 1995; Ducrot, 1995) é que as palavras léxicas (por exemplo, os verbos e os nomes) têm uma gradualidade intrínseca, inerente. Com efeito, na medida em que as palavras são definidas como “grupos de *topoi*” e que estes podem ser aplicados com maior ou menor força argumentativa, “as palavras têm, de acordo com sua semântica própria, graus de aplicabilidade diferentes” (Ducrot, 1995, p.1). Isso não queria dizer apenas que podemos associar às palavras determinações suscetíveis a graus que, a partir daí, lhes agregam um aspecto gradual vindo de fora, mas também, sobretudo, que a sua própria significação comporta um certo tipo de gradualidade. Para justificar esta ideia, desde um ponto de vista linguístico, Ducrot (1995) estudou o comportamento de certos modificadores (adjetivos ou advérbios) que podem ser aplicados aos predicados da língua (verbos ou substantivo) e cuja presença aumenta ou diminui a força com a qual são aplicados, a propósito de um objeto ou de uma situação, os *topoi* constituem a significação das unidades lexicais. Ducrot denomina *desrealizantes* os modificadores que diminuem ou destroem essa força, e *realizantes* aqueles que a aumentam ou a alargam. Mais tarde, com o abandono do conceito de *topos*, entendido como esquema de duas escalas, a Teoria dos Blocos Semânticos (Carel, 2002, 2011; Carel e

¹ Tradução: Jocenilson Ribeiro e Julio Cesar Machado.

Ducrot, 2005) reinterpretará a noção de modificador e introduzirá o conceito de *internalizador*. A seguir, detalharemos cada um desses diferentes conceitos.

2. A teoria dos modificadores desrealizantes e realizantes

No quadro da teoria dos *topoi*, Ducrot (1995) distingue dois tipos de modificadores que, aplicados às unidades lexicais, permitem dar conta de sua gradualidade intrínseca. Estes modificadores são aqueles que Ducrot denomina “modificadores desrealizantes” (doravante MD) e “modificadores realizantes” (doravante MR). A seguir, apresentaremos as definições que propõe o autor:

Uma palavra léxica Y é denominada MD em relação com um certo predicado X se e somente se o sintagma XY:

- a. não for percebido como contraditório;
- b. tem uma orientação argumentativa inversa ou uma força argumentativa inferior àquelas de X.

Se XY tiver uma força argumentativa superior à de X, e de mesma orientação, Y é um MR (Ducrot, 1995, p. 2).

A partir das definições que precedem, segue-se que duas formas de desrealização são possíveis: os MD em relação a um certo predicado (por exemplo, *lento* na relação com *melhora*, em (1) e (2), abaixo) podem ser inversores ou atenuadores. Os critérios sintáticos permitem prever o papel do MD: o adjetivo será inversor (i.e., ele tornará inversa a orientação argumentativa do predicado) se ele funciona como atributo (cf. (1)); ele será atenuador (i.e., ele atenuará a força argumentativa do predicado sobre o qual ele é aplicado) se do ponto de vista sintático ele funciona como epíteto (cf. (2)):

1. *A melhora da situação é lenta.*
2. *Houve uma lenta melhora da situação.*

Se o MD *lento* é atributo, a conclusão que podemos tirar do enunciado que o contém é inversa àquela que tiraríamos da existência de uma melhoria, isso se admitirmos, como o fazíamos na época da teoria dos *topoi*, o *topos* segundo o qual a melhora de algo é um fator favorável e nos deixa mais tranquilos. Uma conclusão do tipo *eu me sinto*

tranquilo seria impossível após o argumento *a melhora da situação é lenta*, mas poderia ser introduzida por um *mas* que, precisamente, tem por função juntar dois segmentos anti-orientados:

3. *A melhora da situação é lenta. Estou preocupado.*

4. *A melhora da situação é lenta, mas eu me sinto tranquilo.*

Por outro lado, enquanto o MD *lento* é epíteto, ele não inverte a orientação de *melhora*, mas enfraquece sua força argumentativa. Uma conclusão como *isso me tranquiliza* é compreendida sem dificuldades, e com o mesmo *topos*.

5. *Houve uma lenta melhora da situação. Isso me tranquiliza.*

Essa caracterização dos MD permitiu proporcionar uma descrição positiva daquilo que os morfemas *pouco* e *um pouco* (fr. *peu*, *un peu*) têm em comum. Até esse momento, esses dois morfemas haviam sido descritos como operadores que exploravam duas formas típicas conversas. Mas essa descrição, ao insistir sobre o que os colocava em oposição, não permitia dar conta daquilo que eles tinham em comum. A teoria dos MD veio claramente preencher essa lacuna ao descrever um e outro, desta vez, de maneira positiva, como modificadores desrealizantes. Em tais casos, *pouco* e *um pouco* diminuem a aplicabilidade do predicado que modificam. E como essa diminuição ou desrealização pode ser traduzida em uma atenuação da força ou em uma inversão da orientação argumentativa, a teoria dos MD permite explicar o que os opõe: enquanto que *pouco* é um MD inversor (i.e., ele inverte a orientação do sintagma XY no qual ele é introduzido), *um pouco* é um MD atenuador (i.e., ainda que o atenua, ele permite conservar a mesma orientação). Em outras palavras, se os sintagmas *Ele trabalhou* e *Ele trabalhou um pouco* autorizam, com maior ou menor força, o mesmo tipo de conclusões (cf. (6) e (7)), o sintagma *Ele trabalhou pouco* orienta para conclusões contrárias, e isso na medida em que *pouco* inverte a orientação argumentativa intrínseca do verbo *trabalhar* (cf. (8)):

6. *Hoje, João trabalhou. Ele está cansado.*

7. *Hoje, João trabalhou um pouco. Ele está um pouco cansado.*

8. *Hoje, João trabalhou pouco. Ele não está cansado.*

Mas se há dois tipos de desrealização, há apenas um tipo, no que concerne à realização. Os MR sempre aumentam a aplicação do predicado que eles modificam, qualquer que seja a sua função sintática.

9. *A melhora da situação foi rápida.*

10. *Houve uma rápida melhora da situação.*

No tocante ao MR, na relação com a *melhora*, *rápido* não é sensível à oposição atributo/epíteto, quanto à orientação. Ele funciona sempre como um reforçador, de modo que uma conclusão do tipo *isso me tranquiliza* pode ser também derivada tanto de (9) quanto de (10).

11. *A melhora da situação foi rápida. Isso me tranquiliza.*

12. *Houve uma rápida melhora da situação. Isso me tranquiliza.*

2.1. Critérios para MD e MR

Ducrot (1995) propõe diversos critérios para descobrir os MD e os MR, ou antes disso os pares XY, onde Y é um MD ou um MR em relação a X. O primeiro deles permite verificar os MD e se refere à possibilidade de enunciar X, *mas XY* “ sem que haja uma razão argumentativa precisa para opor X a XY”.

13. *Houve uma melhora, mas ela foi lenta.*

14. *Pedro é um parente, mas (um parente) distante.*

Se, ao contrário, é necessário imaginar um movimento discursivo complexo para poder interpretar o encadeamento argumentativo com *mas*, Y será dito MR em relação a X. Esse primeiro critério permite confirmar o valor desrealizante de *lento* em face a *melhora*, e nos leva a considerar, por exemplo, que em relação ao predicado *parente*, é *distante* e não *próximo* que é um MD.

15. # *Houve uma melhora, mas ela foi rápida.*

16. # *Pedro é um parente, mas (um parente) próximo.*

Assinalamos aqui que o símbolo #, que precede (15) e (16), não indica agramaticalidade. Ele assinala simplesmente que a interpretação do enunciado ao qual ele é atribuído, exige imaginar uma argumentação

em favor de uma terceira proposição. Como se pode constatar, para poder interpretar um encadeamento como (17), não basta conhecer a significação da palavra *parente*:

17. *Não, Pedro é um parente, mas um parente próximo. Ele não nos dará essa informação.*

Dito de outro modo, a enunciação de (17) implica algo diferente de saber que Pedro é um parente próximo. Segundo Ducrot (1995, p. 3):

É necessário, por exemplo, que, a fim de informar-se sobre alguém, que se queira encontrar um parente distante dessa pessoa, e nós o mostramos, [...], que Pedro não é a pessoa adequada: se ele satisfaz totalmente a condição de ser um parente dessa pessoa, é muito próximo para dar, sem desconfiança, as informações que nós gostaríamos de extorquir dele.

O segundo critério permite descobrir os MR com relação a um predicado, e se refere à possibilidade de enunciar, sem uma intenção argumentativa particular, uma frase *X*, e até *XY*. Fundamentando-se sobre esse segundo critério, atribuiremos a *rápido* e a *próximo* um caráter realizante com relação a *melhora* e a *parente*, respectivamente.

18. *Houve uma melhora. E até (uma melhora) rápida.*

19. *Pedro é um parente. E até (um parente) próximo.*

20.# *Houve uma melhora. E até (uma melhora) lenta.*

21.# *Pedro é um parente. E até (um parente) distante.*

Assim, diferentemente da estrutura *X*, mas *Y*, onde *Y* é um MD

22. *O boxeador B perdeu, mas por pouco.*

que pode ser enunciado não importa em qual contexto – porque a oposição do predicado *X* e do MD *Y* é independente de toda conclusão precisa – aquela do tipo *X mas Y*, onde *Y* é um MR e exige necessariamente “uma situação argumentativa complexa que não se reduz a indicações contidas nas palavras” (Ducrot, 1995, p. 12). É, dentre outros, o caso do encadeamento que segue:

23. #O boxeador B perdeu, mas claramente.

Com efeito, para compreender esse tipo de encadeamento em que *mas* opõe dois acontecimentos sem ligação linguística intrínseca entre eles (Anscombe, 1990), é necessário imaginar uma argumentação em favor de uma terceira proposição face a X (aqui, *perder*) e ao MR (aqui, *claramente*) que podem se transformar em argumentos antagonistas. Seria o caso, por exemplo, no âmbito de um combate arranjado em que fosse necessário que o boxeador perdesse, mas não claramente, para que não haja suspeita de trapaça e que a luta não seja cancelada. Ou ainda, se a enunciação de (23) é utilizada para dissuadir o interlocutor que, gabando-se de suas qualidades como treinador de boxeadores, afirma que ele poderia fazer de B um boxeador muito bom. Satisfazendo a condição de ser um boxeador medíocre (*ele perdeu*), B não pode concordar, porque ele é muito ruim (*ele perdeu claramente*) para um dia poder tornar-se um bom boxeador, mesmo com os melhores treinadores.

Porém, se um contexto desse tipo não for acessível, o segmento *ele perdeu, mas claramente* é difícil de interpretar, a orientação do MR *claramente* não se opõe, de forma alguma, à argumentatividade inerente ao verbo *perder*. Bem ao contrário, enquanto tal, esse MR aumenta o grau de aplicação do predicado, a força com a qual aplicamos os *topoi* constituem sua significação. O mesmo poderia ser dito de outros tantos modificadores do tipo realizante, tal como de modo *esmagador* em relação ao predicado *perder*, de *terrível* em relação a *drama*, de muito, muito *calma* em relação a *águas calmas*, ou de *próximo*, *próximo*, em relação a *parente*. No entanto, diferentemente de (23), os fragmentos de discurso que seguem e que contêm precisamente esses modificadores precedidos de um *mas*, são imediatamente interpretáveis sem que seja necessário o recurso a uma situação contextual particular e complexa, do ponto de vista argumentativo.

24. *Eles perderam, mas de maneira esmagadora.*

25. *É um drama, mas terrível, hein?*

26. *O lago: dois hectares de águas calmas, mas, por isso, de fato muito calmas!*

27. *Pedro é um parente, mas próximo, próximo!*

Segundo a descrição argumentativa habitual de *mas*, ela própria marca sempre a anti-orientação de dois segmentos que ela une. Ou, nesses exemplos, não somente os dois exemplos são co-orientados, mas o segundo reforça a orientação argumentativa do primeiro. Para explicar a possibilidade de enunciados do tipo de (24) a (27), eu introduzi uma terceira classe de modificadores, que chamei “modificadores sobre-realizantes” (García Negroni, 1995, 2003).

2.2. Uma terceira classe de modificadores: os modificadores sobre-realizantes

Tal como os MR, os MS reforçam a aplicação do predicado X sobre o qual eles são aplicados, (cf. a possibilidade de enunciar uma frase X e até X MS, como o evidenciam (28) - (31),

- 28. *Eles perderam, e até, inclusive, de maneira esmagadora.*
- 29. *Isso é um drama, e até, inclusive, (um drama) terrível.*
- 30. *Dois hectares de águas calmas, e até, inclusive, muito calmas.*
- 31. *Pedro é um parente, e até, inclusive, (um parente) próximo, próximo!*

mas eles se distinguem delas pelo fato de que é possível enunciar uma frase X, *mas MS*, sem ter que investigar uma intenção argumentativa distante para poder interpretá-la (cf. a possibilidade de (24)-(27), acima).

Essas duas propriedades que distinguem tanto os MS, quanto os MR e os MD, devem religar-se a uma terceira: a enunciação de adjetivos ou advérbios sobre-realizantes é sempre vista acompanhada de uma acentuação de intensidade ou de proeminência. Esse aspecto prosódico específico não deixa de ter importância, pois ele constitui a marca da subjetividade do locutor que se exclama a propósito do grau extremo que alcança na situação em questão. Esse grau extremo pode ser designado também intrinsecamente (i.e., no próprio semantismo do modificador, como é o caso do advérbio *maneira esmagadora*, do adjetivo *terrível*, da forma superlativa *verdadeiramente muito calmas*, ou da reiteração *próximo, próximo*), que extrinsecamente, pela presença de certos traços prosódicos (acento de intensidade, pausas, etc.) ou gestuais (movimentos das mãos ou do rosto) que, de modo característico, acompanham a enunciação do MS. Assim, constatamos que o enunciado (23) se torna totalmente aceitável (i. e., interpretável,

sem que seja necessário imaginar um movimento discursivo complexo, do ponto de vista argumentativo) se

- a) o modificador é precedido de uma pequena pausa;
- b) o modificador é ressaltado por um acento de intensidade.

Com efeito, acompanhado desses traços prosódicos que fazem de *claramente* um MS (cuja notação está em maiúsculas), a ocorrência de *mas* entre o predicado *perder* e o modificador *claramente*, em (32), não põe mais problemas de interpretação:

32. O boxeador B perdeu, mas CLARAMENTE, hein?

3. Os internalizadores

No quadro da Teoria dos Blocos Semânticos (doravante TBS), a noção de modificador é retomada com retificações e reinterpretações. De fato, se aplicados a uma palavra lexical X, os MD e os MR permitem modificar (*i. e.*, reforçar ou contradizer) as argumentações normativas (*i. e.*, em *portanto*) que têm como ponto de partida o predicado X, os modificadores são caracterizados, no quadro da TBS, como um tipo de operador que se limita a reorganizar os aspectos que constituem a argumentação interna (AI) de X, combinando-os de um novo modo, com os conectores e a negação. Eis a definição proposta por Ducrot (2002, p. 4-5):

Uma palavra-ferramenta Y é dita “modificador” em relação a uma palavra X, se a AI do sintagma XY for feito apenas com os termos plenos contidos na AI da palavra X: portanto, Y não introduz nenhum novo termo pleno nos aspectos que constituem a IA de X: ele se contenta em reorganizá-los combinando-os de uma nova maneira nova, com os conectores e a negação.

Consideremos, a título de exemplo, o caso do adjetivo *fácil* que era analisado como MD em face da palavra *problema*. Para a TBS, o adjetivo *fácil* constitui um modificador na medida em que ele atribui a XY (*problema fácil*) uma AI conversa daquela de X (*problema*). Com efeito, se *problema* pode ser parafraseado por “questão que pode não ser compreendida, ainda que alguém se esforce sobre ela”, ou seja, se em sua AI colocarmos o seguinte aspecto:

ESFORÇO PT NEG-COMPREENSÃO

o sintagma *problema fácil* terá por AI o seguinte aspecto, converso do anterior (se nós nos esforçamos, nós compreendemos):

ESFORÇO DC COMPREENSÃO

Mas a TBS prevê um segundo tipo de operador que Carel e Ducrot isolam sob o termo “internalizador”. Esse segundo tipo de palavra ferramenta permite introduzir a argumentação externa (doravante AE) de X no interior da AI de XY. Em outros termos, os internalizadores

Garantiriam, assim, um tipo de passagem entre a AE e a AI, o que permitiria observar uma certa relação entre os dois modos de argumentação, sempre respeitando sua dualidade (Ducrot, 2005, 2002, p. 5).

Em relação à caracterização das AE, lembraremos que, se um aspecto em *portanto* (abreviado por DC) pertence à AE de uma expressão X, o aspecto converso em *no entanto* (abreviado por PT) também lhe pertence. Mas como esses dois aspectos não podem se encontrar simultaneamente na AI de uma mesma entidade, a internalização da AE de X na AI de XY deve operar uma seleção. Dito de outro modo, o internalizador tomará seja o aspecto em DC, seja o aspecto em PT, da AE de X. E é por isso que a TBS reconhece dois tipos de internalizadores: os internalizadores transgressivos, que conservam somente o aspecto em PT, e os internalizadores normativos, que conservam somente o aspecto em DC.

3.1. Os internalizadores transgressivos

Um internalizador Y é dito transgressivo se ele coloca a AE em PT de X, no interior do sintagma XY. A título de exemplo, consideremos o caso do operador *em vão*, no sintagma *procurar em vão*. Segundo a TBS, a AE de *procurar* contém os dois aspectos seguintes:

AE de *procurar*:

PROCURAR DC ENCONTRAR
PROCURAR PT NEG-ENCONTRAR

Esses dois aspectos permitem, na verdade, dar conta da relação que existe entre *procurar* e *encontrar*, porque mesmo se há casos de procura em que nada se encontra (cf. (33)), é sempre uma questão de encontrar cada vez que falamos em procurar.

33. Eu procurei em vão.

Mas há mais: a expressão adverbial *em vão* constitui um internalizador transgressivo na medida em que a AI do sintagma XY (*procurar em vão*) é constituída pela AE transgressiva de X (*procurar*).

AI de *procurar em vão*:

PROCURAR PT NEG-ENCONTRAR

A análise das relações entre *procurar* e *em vão*, bem como da expressão *em vão*, como internalizador transgressivo, pode ser entendida pela categoria dos verbos de ação (por exemplo, *olhar*, *estudar*, *bater na porta*, *telefonar* etc.). De fato, na medida em que os verbos de ação (A) indicam uma atividade orientada através da obtenção de um resultado (R), sem implicar que esse resultado seja obtido, a TBS acomoda, na sua AE, os dois aspectos:

AE de A (*verbo de ação*)

A DC R

A PT NEG R

No que concerne aos operadores do tipo *inutilmente*, *em vão*, ou *sem sucesso*, sua combinação com esse tipo de verbos em um sintagma AY, sempre implica a internalização da AE em PT de A.

AI de A (*verbo de ação*) + *inutilmente* / *em vão* / *sem sucesso*:

A PT NEG R

Assim, por exemplo, no caso de *bater à porta em vão*, a presença do internalizador *em vão* tomará o aspecto transgressivo da AE de *bater à porta*.

AE de *bater à porta*:

BATER À PORTA DC SER INTRODUCIDO
BATER À PORTA PT NEG SER INTRODUCIDO

AI do sintagma *bater à porta em vão*:

BATER À PORTA PT NEG SER INTRODUCIDO

No exemplo que precede, sempre houve a questão de uma internalização transgressiva à direita, no sentido em que os aspectos da AE sobre os quais opera a internalização são aqueles nos quais o primeiro segmento é a palavra estudada, o segundo sendo a continuação à direita. Mas há também os internalizadores transgressivos à esquerda: entre dois aspectos transpostos, um transgressivo e outro normativo, contidos na AE de uma palavra, na qual essa palavra é o segundo segmento, eles conservam apenas o aspecto transgressivo. Este é o caso, por exemplo, da expressão *sem motivo*, aplicada ao verbo *se apressar*. Com efeito, se os dois aspectos transpostos seguintes constituem a AE à esquerda de *se apressar*

AE de *se apressar*:

ESTAR APRESSADO DC SE APRESSAR
NEG ESTAR APRESSADO PT SE APRESSAR

a AI do sintagma *se apressar sem motivo*, em que *sem motivo* funciona como um internalizador transgressivo à esquerda de *se apressar*, contém somente o aspecto transgressivo da AE à esquerda do verbo.

AI de *se apressar sem motivo*:

NEG ESTAR APRESSADO PT SE APRESSAR

Essa AI permite dar conta do fato de que a expressão *se apressar sem motivo* pode ser parafraseada por “se apressar quando nada é urgente”.

De modo análogo, a palavra *amarelo* constitui um internalizador transgressivo do substantivo *sorriso*, pois a AI de *sorriso amarelo* (*rire jaune*) está constituída pelo aspecto transgressivo à esquerda da AE de *sorriso*.

AE à esquerda de *sorriso*:

ESTAR CONTENTE DC DAR UM SORRISO
NEG ESTAR CONTENTE PT DAR UM SORRISO

AI de sorriso *amarelo*:

NEG ESTAR CONTENTE PT DAR UM SORRISO

3.2. Os internalizadores normativos

Do mesmo modo que os internalizadores transgressivos, os normativos retêm apenas um aspecto da AE do termo ao qual se juntam, mas diferentemente dos transgressivos, é o aspecto em DC que é conservado pelos internalizadores normativos. Por essa razão nós os chamamos de “matadores de *no entanto*”.

Como primeiro exemplo de internalizador normativo, Ducrot (2002) propõe aquele do adjetivo *verdadeira* quando o aplicamos ao substantivo *princesa*. Na verdade, tal como destaca o autor, uma *verdadeira princesa* é aquela que tem todos os atributos que caracterizam o fato de ser princesa, e nenhum daqueles que se poderiam ter apesar do fato de ser princesa.

AE de *princesa*

PRINCESA DC XXXX
PRINCESA PT NEG XXXX

AI de *verdadeira princesa*

PRINCESA DC XXXX

De modo semelhante, os modificadores sobrerrealizantes poderiam ser analisados como internalizadores normativos, no sentido que, aplicados a substantivos ou a verbos, eles conservam apenas o aspecto normativo de sua AE, destruindo o aspecto em PT. Por exemplo, podemos considerar o caso de *maneira esmagadora* diante do verbo *perder*.

AE de *perder*:

PERDER DC GRAVE / EMBARAÇOSO
PERDER PT NEG GRAVE / NEG EMBARAÇOSO

AI de *perder de maneira esmagadora*:

PERDER DC GRAVE / EMBARAÇOSO

Ducrot (2002) destaca, finalmente, a existência de internalizadores normativos lexicais. O autor propõe o caso dos verbos “resultativos” aos quais ele define da seguinte maneira:

como na combinação de um verbo de ação, no sentido definido anteriormente, com um internalizador normativo, que permanece implícito em francês, mas que está explícito em algumas línguas, como o alemão, por exemplo, em seu prefixo –er, o como no russo, em sua conjugação perfectiva (Ducrot, 2002, p. 11-12).

Assim, por exemplo, a significação do verbo resultativo *refutar* pode ser descrita como o resultado da operação de um internalizador normativo implícito sobre o verbo de ação *criticar*. Com efeito, se na AE de *criticar* incluímos os dois aspectos conversos seguintes:

AE de *criticar*:

CRITICAR DC DESTRUIR
CRITICAR PT NEG DESTRUIR

Ducrot propõe que a junção de um internalizador normativo implícito dará como resultado um novo morfema, *refutar*, cuja AI contém apenas o aspecto normativo da AE de *criticar*.

AI de *refutar*

CRITICAR DC DESTRUIR

Tradução: Jocenilson Ribeiro e Julio Cesar Machado

Bibliografias

ANSCOMBRE, J.-C. Topique or not topique. Formes topiques intrinsèques et formes topiques extrinsèques. *Journal of Pragmatics*, 24 (1/2), 1990, p.115-141.

- ANSCOMBRE, J.-C. *Théorie des Topoi*, Paris, Kimé, 1995.
- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Liège: Mardaga, 1983.
- CAREL, M. *Argumentation interne et argumentation externe au lexique : des propriétés différentes*. *Langages*, 142, 2001, p.10-21.
- CAREL, M. « *Argumentation interne aux énoncés* », *Revue de sémantique et pragmatique*, 11, 2002, p.101-119.
- CAREL, M. *L'entrelacement argumentatif*. *Lexique, discours, blocs sémantiques*. Paris: Champion, 2011.
- CAREL, M.; DUCROT, O. *La semántica argumentativa. Una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- DUCROT, O. *Les modificateurs déréalisants* », *Journal of pragmatics* 24 (1/2), 1995, p.145-165. Disponible dans <https://f.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/4552/files/2018/10/Ducrot-deire1alisants95.pdf>
- DUCROT, O. *Les internalisateurs* », dans Andersen et Nolke (éds) *Macrosyntaxe et macro-sémantique*. Berne: Peter Lang, 2002, 301-323. Disponible dans <https://semantica.hypotheses.org/files/2018/09/Ducrot-2002-LesInternalisateurs.pdf>
- GARCÍA NEGRONI, M. M. *Scalarité et réinterprétation : les modificateurs surréalisants*. In: ANSCOMBRE, J.C. (éd.). **Théorie des Topoi**. Paris: Kimé, 1995, p.101-144.
- GARCÍA NEGRONI, M. M. *Gradualité et réinterprétation*, Paris, L'Harmattan, 2003.

Aula XVIII

Gradualidade, uma constante na Semântica Argumentativa¹

Tânia Maris de Azevedo
Universidade de Caxias do Sul
UCS, Brasil

1. Algumas considerações

Nesse capítulo tenho por intenção analisar como o conceito de *gradualidade* é abordado por Ducrot e colaboradores em três momentos da Teoria da Argumentação na Língua² (TAL): (a) no capítulo *As escalas argumentativas*, publicado no livro *Provar e Dizer: leis lógicas e leis argumentativas*, em 1981; (b) na segunda versão da TAL, a *Teoria dos Topoi*³, em parceria com Jean-Claude Anscombe; e (c) na última versão da TAL, a *Teoria dos Blocos Semânticos*, de Marion Carel e Oswald Ducrot.

Qual a razão de ter escolhido esses três estágios como representativos da evolução da Semântica Argumentativa? Tentarei explicar. No texto *As escalas argumentativas* Ducrot propõe pela primeira vez o conceito de *gradualidade*; quando formulam a *Teoria dos Topoi*, Ducrot e Anscombe, estabelecem o caráter gradual como uma das propriedades dos *topos*, fazendo com que o conceito de *gradualidade* assumira um papel fundamental no escopo dessa versão da TAL; e, na *Teoria dos Blocos Semânticos*, novamente a gradualidade aparece aplicada à significação das palavras. Pois bem, vamos à proposta.

¹ Derivado de AZEVEDO, Tânia Maris de. Gradualidade, uma constante na Semântica Argumentativa. In *Estudos da Língua(gem)*, v. 13, n. 1, junho de 2015, p. 81-96.

² Caro leitor, de modo a evitar demasiadas repetições, utilizarei as denominações *Teoria*, *Semântica Argumentativa* e *Semântica Linguística*, bem como a sigla TAL para referir a totalidade de versões que a *Teoria da Argumentação na Língua* congrega.

³ Mais adiante apresentarei mais detalhadamente essa versão da TAL; por ora basta dizer que *topoi* é o plural grego de *topos*, trazido de Aristóteles por Ducrot e definido como *lugar comum argumentativo*.

2. Escalas argumentativas e gradualidade

No capítulo XIII de *Provar e dizer* (1981), Ducrot, sem diferenciar explicitamente *frase* de *enunciado*, começa por apresentar a noção de *valor argumentativo*, afirmando que este não é o resultado do conteúdo informativo de uma frase (como queriam as investigações lógicas sobre a linguagem, desde as perspectivas referencialista e representacional⁴ dos estudos de semântica), mas diz respeito à orientação argumentativa dada por certos morfemas, termos ou expressões ao enunciado, refere-se à orientação que guia argumentativamente o destinatário num ou noutra caminho para compreender e interagir com o enunciado a ele dirigido. Assim, quando digo

(1) Estou com fome, vou almoçar

não posso continuar o enunciado (exceto em contextos muito específicos) *Estou com fome* com algo como *vou mandar lavar meu carro*, pois *Estou com fome* orienta argumentativamente uma continuação relacionada à saciedade dessa fome.

Nessa época a tese da Teoria era assim formulada: “a utilização argumentativa da língua, longe de lhe ser sobreposta, está nela inscrita, é prevista em sua organização interna.” (DUCROT, 1981, 180). Ora, aqui já se pode ver claramente a filiação saussuriana da TAL, como já referido, e, aliando essa tese à noção de *valor argumentativo*, percebe-se que a relação entre as entidades que constituem a língua, “sua organização interna”, vai conferir sentido às realizações (enunciados e discursos) dessa língua.

Nesse período, Ducrot acredita que a significação de uma entidade linguística está na orientação conferida pelos argumentos a uma conclusão. Pelo exemplo, o argumento *estou com fome* orienta para a conclusão *vou almoçar*.

⁴ Grosso modo, a concepção *referencialista* em semântica põe na origem da significação linguística as condições de verdade de um enunciado, ou seja, se o conteúdo do enunciado é verdadeiro ou falso em relação à situação extralinguística em que é dito esse enunciado: *sobre o que se fala? A que se refere o que se fala por meio do enunciado X?*. Já a concepção *representacional*, como o próprio nome diz, trata de tentar demonstrar que a significação de uma palavra está na representação que essa palavra faz daquilo que nomeia, ou seja, do que é externo à língua, dos objetos e seres do mundo.

Pode parecer no mínimo estranho ao leitor esse enfileiramento de definições, entretanto é imprescindível para que se compreenda o que Ducrot entende por *escala argumentativa* e, dedução minha, por *gradualidade* nesse texto de 1980⁵. Vamos, então, à inter-relação desses conceitos.

Ducrot (1981) explica que, em uma *classe argumentativa*, o locutor ordena as frases p^6 e p' , considerando p' um argumento mais forte do que p em relação à conclusão r . Vejamos um exemplo.

(2) *A cerveja está gelada, no ponto para beber.*

(3) *A cerveja está estupidamente gelada, no ponto para beber.*

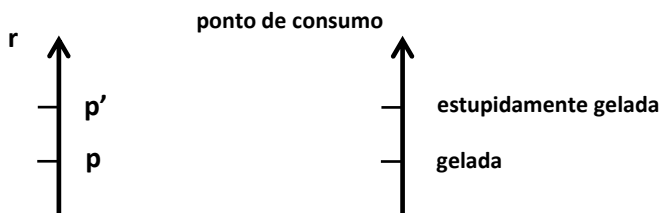
O locutor L cria uma ordem entre o estado da cerveja e o ponto ideal para ser consumida, ou seja:

ENUNCIADO	ARGUMENTO	CONCLUSÃO r
(2)	p : <i>estar gelada</i>	<i>estar no ponto para beber</i>
(3)	p' : <i>estar estupidamente gelada</i>	

No quadro acima é possível ver que p e p' orientam para a mesma conclusão, só que p' é um argumento mais forte do que p para o consumo da bebida. Sobre esse fenômeno de ordem argumentativa, e não lógica, Ducrot (1981, p. 181 – grifos do autor) declara: “Enunciar uma frase do tipo p ou (e) mesmo p' , é sempre pressupor que existe um certo r , que determina uma escala argumentativa em que p' é superior a p .” Ducrot representa a escala pelo esquema que reproduzo abaixo à esquerda, e que aplico ao meu exemplo abaixo à direita:

⁵ Volto a insistir na complacência que espero do leitor para entender que não me é possível retomar neste artigo todos os raciocínios ducrotianos que entrelaçam e tornam mais inteligíveis os conceitos apresentados aqui. Mesmo correndo o risco de cometer algum equívoco em relação à Teoria, preciso expor muito breve e resumidamente os construtos que alicerçam a *relação de gradualidade*.

⁶ A notação p diz respeito a *phrase*, que em Português equivale a *frase, sentença*. Por se tratar de um constructo teórico, assim como em outras passagens deste texto, manterei a notação original em Francês.



Ducrot (1981) afirma que uma conclusão sustentada em um enunciado inferior de uma escala é ainda melhor autorizada pelo enunciado superior da mesma escala.

Ora, quando o autor fala em “ordenação”, em “mais forte” ou em “melhor autorizada” está falando, mesmo que sem usar o termo, em *gradualidade* (embora, nesse mesmo texto, já fale em *gradação*, para distinguir o que ocorre no mundo físico do que ocorre na língua, no interior de uma escala argumentativa).

Na apresentação dessa obra de 1981, Ducrot expõe a finalidade do estudo das escalas argumentativas: “caracterizar certos enunciados da língua por sua orientação e sua força argumentativas, isto é, pelo tipo de conclusões a que se *considera* que eles possam conduzir e pelo peso que *pretendem* das as suas conclusões.” (DUCROT, 1981, p. 08, grifos do autor).

Ao escrever isso e, mais especificamente, ao usar “força argumentativa” e “peso”, o semanticista me autoriza a pensar que aqui já se tenha as primeiras menções ao que, na versão da TAL chamada *Teoria dos Topoi*, ele vai denominar *gradualidade*, ou seja, à relação estabelecida entre dois enunciados de uma mesma escala argumentativa que faz com que o superior autorize melhor e mais fortemente uma conclusão do que o inferior.

Minha fascinação por esse conceito vem do fato de percebermos na linguagem cotidiana os usos que se faz da gradualidade quando se quer que nossos argumentos sejam mais eficientes na orientação à dada conclusão, haja vista os usos que a mídia faz disso para dar maior credibilidade ou conferir maior impacto a uma notícia. Exemplo disso são as manchetes do tipo *Mais de cem pessoas morreram no trânsito no último final de semana*. Com certeza, o impacto seria significativamente menor se a manchete mencionasse que foram 102 as vítimas fatais. Ora, poder explicar esse fenômeno por uma teoria que vê inscrita no próprio sistema linguístico uma argumentação cuja gradualidade

determina as alterações nos sentidos produzidos pelo uso desse sistema é simplesmente fantástico.

Vamos agora à *gradualidade* vista pela *Teoria dos Topoi*, desenvolvida por Ducrot e Anscombe no final dos anos 80 e início dos 90 do séc. XX.

3. Os topoi e a gradualidade

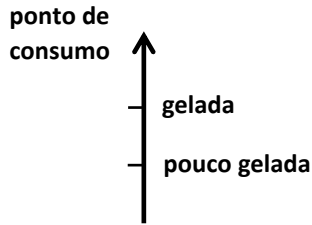
Ducrot (1989), no texto intitulado *Argumentação e “topoi” argumentativos*, objetiva dar a conhecer a *Teoria dos Topoi*, segunda versão da TAL. Como já disse, *topoi* é o plural grego de *topos*, noção aristotélica que Ducrot e Anscombe adaptam à TAL como “lugar comum argumentativo” (DUCROT, 1989, p. 13).

Ducrot (1989, p. 18) apresenta a “hipótese central” da Teoria com a seguinte formulação: “a significação de certas frases⁷ contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode, e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados.”. Partindo dessa hipótese, Ducrot integra à Teoria a noção de *operador argumentativo* (OA), um tipo de morfema x que aplicado a uma frase p resulte numa frase px e que faça com que os enunciados de p e de px tenham valores argumentativos claramente distintos.

Consideremos o enunciado (4) *A cerveja está pouco gelada, ainda não está no ponto para beber*. Se o compararmos ao nosso exemplo anterior, o enunciado (2) *A cerveja está gelada, no ponto para beber*, veremos que as conclusões de (4) e de (2) são argumentativamente diferentes, pois em (4) o termo *pouco*, um operador argumentativo, conduz à conclusão *não-r*, isto é, ao não consumo da bebida, já em (2) a conclusão é *r*, ou seja, o consumo da cerveja.

Pela noção de *operador argumentativo* novamente se pode perceber o caráter gradual de determinados morfemas e expressões da língua. Representando em uma escala o que ocorre em (2) e (4) teríamos:

⁷ Preciso dizer que nas primeiras páginas desse texto Ducrot define e explica a terminologia que vem empregando e, então, distingue *frase* – entidade linguística abstrata de nível simples, do âmbito da *língua* em Saussure – de *enunciado* – entidade linguística concreta de nível simples, realização da *frase*, pertencente ao âmbito da *fala*, na concepção saussuriana.

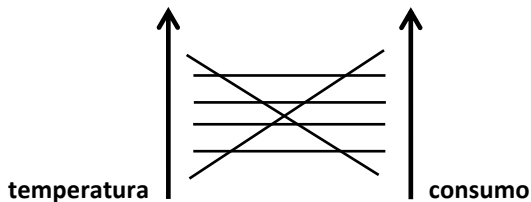


A partir daí, e do conceito de *força argumentativa*, Ducrot explica a introdução dos *topoi* na TAL. Para o autor, “o *topos* é um princípio argumentativo e não um conjunto qualquer de argumentos. O *topos* é, para mim, uma garantia que assegura a passagem do argumento à conclusão.” (DUCROT, 1990, p. 102 – tradução minha). Assim definido, segundo o autor, um *topos* tem três características: (a) é *comum*, no sentido de ser compartilhado, no mínimo, pelos interlocutores numa dada situação de discurso; (b) é *geral*, uma vez que precisa ser considerado válido para um grande número de situações discursivas semelhantes; e (c) é *gradual*, já que põe em relação duas escalas argumentativas, duas gradações, entre as quais estabelece uma “correspondência ‘uniforme’ [...], quando se percorre uma das escalas, percorre-se também a outra, e [...] o sentido no qual se percorre uma implica um certo sentido para o percurso na outra. Por exemplo, quanto mais se sobe na primeira, mais se desce na segunda... etc.” (DUCROT, 1989, p. 26).

De volta ao nosso exemplo.

(2) *A cerveja está gelada, no ponto para beber*

Em (2) tem-se o argumento *a*, que fala da temperatura da cerveja, e a conclusão *c*, que diz do ponto de consumo dessa bebida. A passagem de *a* a *c*, pela *Teoria dos Topoi*, é garantida por um *topos* como *cerveja gelada é ideal para o consumo*, que coloca em correspondência duas escalas, uma da temperatura e outra do consumo:



Ducrot (1990, p. 108 – tradução minha) confere à gradualidade duas características: “a) o antecedente e o conseqüente do *topos* são graduais, b) a relação entre o antecedente e o conseqüente é também gradual.” E acrescenta que “a cada grau do antecedente corresponde um grau do conseqüente.”

Vejam essas duas características no exemplo dado. Pela primeira propriedade da gradualidade, temos que tanto a temperatura quanto o consumo são graduais, o que se aplica perfeitamente. Quanto à segunda particularidade, a relação entre temperatura e consumo também deve ser gradual, o que novamente se aplica, basta rever os enunciados (2), (3) e (4): na medida em que a temperatura da cerveja sobe, o consumo fica menos favorecido.

Penso ser pertinente, para mais uma vez atestar o caráter fundamental do construto *gradualidade* na TAL, o que Ducrot (1990, p. 109-110 – tradução minha) responde quando ele mesmo se pergunta “O que faz um enunciador quanto argumenta?”. Para esse semanticista, o enunciador faz dois “movimentos” hierarquicamente sucessivos: (a) escolhe um *topos*, e (b) “situa o estado de coisas de que fala em um certo grau da escala antecedente do *topos*. Este segundo ponto significa que o enunciador dá um certo grau de argumentatividade, fraco ou forte, a seu argumento.”. Então, o caráter gradual do *topos* evocado por um enunciado é decisivo no que tange ao sentido desse enunciado.

Ora, o *topos*, segundo Ducrot é o lugar comum argumentativo que garante a passagem do argumento à conclusão, constituindo o sentido de um enunciado, para que o interpretante do enunciado possa compreender o que “o argumentador quer fazer admitir.” (DUCROT, 1990, p. 113 – tradução minha). Uma conjectura minha: a propriedade gradual do *topos* vai permitir, por um lado, que o locutor escolha um *topos* cujo grau confira maior ou menor força argumentativa aos argumentos que usar e, por outro lado, que o interlocutor perceba e compreenda a força argumentativa impressa pelo locutor em um enunciado, ou seja, a gradualidade do antecedente e do conseqüente do *topos*, bem como da relação entre eles, possibilitar-lhe-á entender e aceitar ou não o que diz o locutor em seu enunciado.

Com a finalidade de apoiar a tese da gradualidade dos *topoi*, Ducrot desenvolve a noção de *forma tópica*. Segundo ele (1990, p. 128-129 – tradução minha), do fato de um *topos* estabelecer entre duas

escalas uma relação gradual resultam as duas formas, “rigorosamente equivalentes do ponto de vista lógico”, que cada *topos* pode ter. Conforme Ducrot (id. ib – grifos do autor), “o *topos* T: ‘P é um fator favorável a Q’, tem duas formas tópicas, a saber: FT₁ ‘quanto mais P, mais Q’; e FT₂ ‘quanto menos P, menos Q’. A essas duas formas chamo *formas tópicas recíprocas*, linguisticamente diferentes, mas logicamente equivalentes.”. Aplicada enunciado (2) *A cerveja está gelada, no ponto para beber*, cujo *topos* seria algo como *A temperatura da cerveja é um fator a considerar para o consumo da bebida*, essa definição de forma tópica equivaleria a: FT₁ *quanto menor a temperatura da cerveja, mais proveitoso será seu consumo*; e FT₂ *quanto maior a temperatura da cerveja, menos proveitoso será seu consumo*.

A fim de dar conta da relação gradual entre duas escalas, Ducrot (1990, p. 129 – tradução minha) propõe: “se tenho duas escalas graduais P e Q, com essas escalas posso construir dois *topoi* que chamarei contrários, cada um desses dois *topos* tem duas formas equivalentes entre si a que chamo as formas tópicas do mesmo *topos*.”.

Acredito ter demonstrado, mesmo que brevemente, a importância da noção de *gradualidade* na *Teoria dos Topoi* e que configuração ela recebe nessa versão da *Teoria da Argumentação na Língua*. No próximo item pretendo tratar desse construto teórico na versão mais atual da Teoria, a *Teoria dos Blocos Semânticos* (TBS).

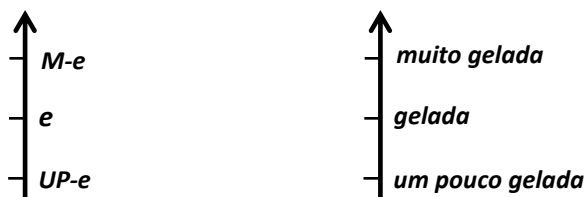
4. A gradualidade na TBS

Ao final dos anos 90, do século passado, Ducrot, agora com a colaboração de Marion Carel, elabora, em substituição à *Teoria dos Topoi*, a *Teoria dos Blocos Semânticos*. Por que “em substituição”? Pelo fato de querer se manter fiel aos pressupostos saussurianos e, por isso, ter chegado à conclusão de que um *topos* não é *intra*, mas *extralinguístico*, além de ter percebido que não é o argumento que determina o sentido da conclusão, ou, o contrário, não é a conclusão que determina o sentido do argumento; na verdade, há entre os dois segmentos de um encadeamento argumentativo uma relação de interdependência semântica, uma vez que atualiza um *bloco*, unitário e indivisível de significação. Eis aqui a tese da TBS⁸.

⁸ Para maior aprofundamento na TBS, o que me é impossível aqui, ver, entre outros, Carel e Ducrot (2005) e Azevedo (2006, 2012 e 2019).

Dado que a *gradualidade* foi proposta como uma das propriedades de um *topos*, assim como das relações entre *topoi*, e com a “revolução” causada pela TBS na TAL, pode o leitor pensar que a *gradualidade*, como “ferramenta” teórico-metodológica, tenha sido banida da Teoria. No entanto, Ducrot (2005) – no livro que reúne as conferências ministradas por ele e Carel, em Buenos Aires, em 2002 – dedica uma sessão da quarta conferência – *Los efectos semânticos de las operaciones sintácticas – à gradualidade*.

Nesse texto, o semanticista começa por apresentar uma definição geral do fenômeno, ao dizer que, considerando as expressões empregadas para qualificar um objeto⁹, diversas línguas possuem morfemas do tipo de *muito M*, e que aplicar *M* a uma expressão *e*, logo *M-e*, confere o mesmo tipo de qualificação ao objeto, só que mais forte. Por outro lado, continua ele, há expressões do tipo de *um pouco UP*, de tal modo que *UP-e* atribui ao objeto uma qualificação menos forte que *e*. Segundo Ducrot (2005, p. 103 – tradução minha, grifos do autor), “existe uma relação de gradualidade entre *UP-e* e *M-e*.” Essa relação pode ser representada pelo esquema abaixo à esquerda e, aplicada ao meu exemplo, pelo esquema abaixo à direita.



Não obstante, Ducrot (2005, p. 103, tradução minha, grifos do autor) afirma que essa descrição de *gradualidade* é proibida pela TAL, visto que recorre a propriedades extralinguísticas para descrever palavras da língua, “temos que descrever o sentido de *M-e* e de *UP-e* como um conjunto de discursos argumentativos definidos a partir de *Xy* de *Y*, da *AI* [Argumentação Interna¹⁰] de *e*.”

⁹ Objeto aqui como *algo a ser qualificado*, não como um objeto do mundo físico.

¹⁰ *Argumentação interna* é definida em Flores et al. (2009, p. 51) como “encadeamento argumentativo que parafraseia uma entidade lexical”.

Então, a descrição semântica da *gradualidade* de *M-e* e *UP-e*, pela TBS, é, de acordo com Ducrot (2005, p. 104, tradução minha, grifos do autor):

“se e tem como AI um aspecto $X \text{ CON } Y$, a AI de *M-e* tem como aspecto $X' \text{ CON } Y'$, no qual X' é construído a partir de X e Y' a partir de Y .”

Vou tentar aplicar essa descrição ao exemplo com que venho trabalhando neste texto. Consideremos *e* o termo *gelado*, cuja AI é um encadeamento como *frio* t_0 DC¹¹ *glacial* t_1 ; uma vez que se trata de uma mudança temperatura, a variável tempo t é indispensável na argumentação interna de *e*. Assim, o termo *gelado* tem como encadeamento argumentativo que corresponde a sua argumentação interna algo como *frio* em um tempo anterior a *gelado*, portanto *glacial* em um tempo posterior a *gelado*.

M-e é, então, *muito gelado e*, pela descrição dada por Ducrot, teria como AI *um pouco frio* t_0 PT *glacial* t_1 , ou seja, “reforço e [...] diminuindo o termo X de sua AI” (2005, p. 104, tradução minha, grifos do autor).

Ducrot (2005, p. 104) alerta para o fato de que a *gradualidade* se expressa de forma totalmente diferente nas palavras do tipo de *muito M* sobre *e* conforme a AI de *e* seja normativa ou transgressiva, isto é, em DC ou em PT, respectivamente.

Como já foi descrito e exemplificado o caso da palavra normativa, aquela cuja AI é do tipo $X \text{ DC } Y$, vejamos agora como se comportam as palavras transgressivas – cuja AI é do tipo $X \text{ PT } Y$ – quanto à *gradualidade* pela TBS.

Voltando a Ducrot (2005, p. 106, tradução minha, grifos do autor), temos:

“Se a AI de *e* é do tipo $X \text{ PT } Y$, diremos que a AI de *M-e* pode ser do tipo $M-X \text{ PT } Y$.”

A título de exemplo, Ducrot (2005, p. 106) utiliza *inteligente* como uma palavra transgressiva. A AI de *inteligente* é *difícil* PT *compreende*. Para

¹¹ Utilizo aqui os conectores e suas abreviaturas em francês, como Ducrot os usa, por se tratar de tipos de conector, como mais um construto teórico da TAL. Assim, DC é a abreviatura de DONC (equivalente a *portanto*, em Português) e PT, de POURTANT (correspondente a *no entanto*, em Português).

qualificar alguém como *muito inteligente*, segundo a descrição da TBS, basta dizer que, mesmo diante de um problema muito difícil, a pessoa *muito inteligente* o compreende, logo ter-se-á a AI de *muito inteligente* como *M-difícil PT compreende*.

Ducrot (id. ib) diz ainda que, para descrever os efeitos de uma expressão do tipo de *um pouco* UP sobre *e*, basta utilizar os procedimentos acima, só que de forma inversa.

Por ora, é assim que a TBS trata a *gradualidade*, uma das noções que permeia a *Teoria da Argumentação na Língua* desde suas primeiras formulações.

5. Mais algumas considerações

Finalizando este estudo, um percurso sobre a *gradualidade* no escopo da *Teoria da Argumentação na Língua*, gostaria de enfatizar o caráter fundamental desse conceito na descrição da significação das entidades de um sistema linguístico.

Pelo que conheço (e é muito pouco, com certeza), a TAL é uma das poucas teorias semânticas (gostaria de poder afirmar que é a única) a explicar o sentido gradual do uso de morfemas e expressões linguísticas e os efeitos dessa relação no dizer e no dito.

Como bem diz o mestre parisiense:

os fatos nas ciências humanas são cebolas infinitas, pois assim como a cebola tem várias capas sobrepostas os fatos nas ciências humanas têm múltiplos níveis que se sobrepõem. A ideia fundamental é que nas ciências humanas o número de revestimentos é infinito. Nunca se termina. O problema principal para o cientista é demonstrar que o revestimento retirado em sua segunda análise é mais profundo que o suprimido na primeira, ou seja, que seria possível explicar o que ocorre na primeira casca a partir da segunda, mas não o contrário, pois existe uma ordem nas cascas. (DUCROT, 1990, p. 127 – tradução minha).

O que fiz aqui foi reunir as “cascas” retiradas da *gradualidade* por Ducrot e seus colaboradores e mostrar que, mesmo a TBS tendo conseguido explicar melhor essa relação do que a primeira e a segunda versões da TAL e de forma mais próxima dos pressupostos saussurianos, como é sempre o objetivo maior de Ducrot, é possível que haja outras “cascas” a serem retiradas, visto que não se pode pôr em discussão a complexidade da linguagem, mais particularmente, da significação da língua.

Uma das “casca” que ainda vejo, e por enquanto não me sinto em condições de remover, é a que diz respeito à relação gradual entre os enunciados na constituição do sentido dos discursos de uma língua. Essa é uma empreitada para outro momento.

Bibliografias

AZEVEDO, Tânia Maris de. **Em busca do sentido do discurso**: a semântica argumentativa como uma possibilidade para a descrição do sentido do discurso. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

AZEVEDO, Tânia Maris de. A semântica argumentativa: a teoria e seu potencial para a pesquisa e o ensino. In: Maria da Glória Corrêa di Fantí; Leci Borges Barbisan. (Org.). **Texto, enunciação e discurso**. 1ed., São Paulo: Editora Contexto, 2012, v. , p. 166-187.

AZEVEDO, Tânia Maris de. Aprendizagem da compreensão leitora: uma proposta de transposição didática da Teoria da Polifonia e da Teoria dos Blocos Semânticos. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 44, n. 80, p. 94-103, maio/ago. 2019.

CAREL, Marion e DUCROT, Oswald. **La semántica argumentativa**: una introduction a la teoría de los bloques semánticos. Edição literária e tradução de María Marta G. Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer**: linguagem e lógica. São Paulo: Global, 1981.

DUCROT, Oswald. Enunciação. In **Enciclopédia EINAUDI**: Linguagem-Enunciação. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. V. 2, Linguagem – Enunciação, p. 368-393.

DUCROT, Oswald. **Argumentação e “topoi” argumentativos**. In GUIMARÃES, Eduardo (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

DUCROT, Oswald. **Polifonia y argumentación** – conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali, Universidad del Valle, 1990.

DUCROT, Oswald. Los efectos semânticos de las operaciones sintácticas. In

CAREL, Marion e DUCROT, Oswald. **La semántica argumentativa**: una introduction a la teoría de los bloques semánticos. Edição literária e tradução de María Marta G. Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

FLORES, Valdir do Nascimento et al (orgs). **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

Aula XIX

Gradualidade e mudança de sentido

Louise Behe¹
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França

1 Um fenômeno central da Teoria da Argumentação na Língua

A gradualidade é um fenômeno fundamental na Teoria da Argumentação na Língua de Anscombe e Ducrot². De fato, se "o tema central da teoria argumentativa é que o sentido de um enunciado contém uma alusão à sua possível continuação [e que] é essencial para ele evocar este ou aquele tipo de sequência, para orientar o discurso subsequente para tal ou qual tal direção"³, é porque se admite que um argumento pode ser apresentado como tendo uma força mais ou menos importante para uma dada conclusão, e que para uma mesma conclusão certos argumentos são mais fortes do que outros. Diz-se então que esses enunciados pertencem à mesma *classe argumentativa*⁴ e podem ser classificados em escalas argumentativas, apontando para a conclusão pretendida, de acordo com sua força. Assim, a argumentação é gradual, em seus princípios e em suas aplicações – qualquer argumento comunica sempre implicitamente que um outro argumento poderia ser mais forte do que ele – e a gradualidade se inscreve não somente no sentido dos enunciados mas também na própria significação das frases⁵.

¹ Tradução de Tânia Maris de Azevedo.

² Ver lição XVIII, de Tânia Maris de Azevedo, "A gradualidade, uma constante na Semântica Argumentativa".

³ DUCROT, O., *Les échelles argumentative*, Paris, Minuit, 1980, p. 11.

⁴ "Um locutor coloca dois enunciados p e p' na classe argumentativa determinada por um enunciado r se ele considera p e p' como argumentos a favor de r". Ibid, p. 17.

⁵ Como mostra Ducrot, no texto *Las échelles argumentatives*, por meio do exemplo do uso de *presque* [quase].

Na segunda versão da Teoria da Argumentação na Língua, a Teoria dos Topoi, a gradualidade torna-se ainda mais importante, sendo os próprios *topoi* duplamente graduais, já que, como afirma Ducrot: "Os *topoi* podem ser aplicados com mais ou menos força: pode-se declarar mais ou menos legítimo ao apresentar um fato como uma consequência ou uma exceção; dito de outra forma, certos encadeamentos discursivos podem ser dados como mais ou menos necessários que outros". Além disso, eles põem em relação escalas argumentativas graduais que são percorridas de forma igualmente gradual. A noção de *forma tópica*, que permite ilustrar esse percurso das escalas, é expressa, então, naturalmente com os marcadores de gradualidade. Tomando-se por exemplo um dos dois *topoi* colocados na relação *trabalho* e *cansaço*, pode-se expressar suas duas formas tópicas como "Quanto menos trabalho, menos cansaço" e "Quanto mais trabalho, mais cansaço". É possível ver claramente que a forma tópica exprime a gradualidade dos *topoi*, e que, portanto, "a significação das palavras, sendo constituída por *topoi*, comporta nela mesma um tipo de gradualidade"⁶

Essas formas tópicas não fazem lembrar dos aspectos argumentativos teorizados e utilizados pela Teoria dos Blocos Semânticos. Entretanto, quando da elaboração dessa Teoria, Carel abandonou os marcadores de gradualidade, pondo de lado essa noção, que, a partir daí, não é mais considerada como central à argumentatividade. O abandono dos marcadores de gradualidade deve-se, notadamente, ao fato de que "A possibilidade dessa correspondência gradual pressupõe que as propriedades conjuntas já sejam graduais, que haja graus de trabalho e [cansaço], e isso antes de seu uso para uma argumentação, e mesmo antes de sua relação em um *topos*". E que, de fato, a Teoria dos Topoi coloca "uma gradualidade não argumentativa, e mais geralmente não discursiva na base do discurso argumentativo"⁷. De fato, a argumentação agora é descrita, com a Teoria dos Blocos Semânticos, sem ferramentas graduais.

⁶ DUCROT, O. Les modificateurs déréalisans. *Journal of Pragmatics*, vol. n°24, n°1-2, 1995, pp. 145-165.

⁷ DUCROT, O. Lexique et gradualité. In E. Alonso, M. Bruna, M. Muños (eds), *La linguística francesa: gramática, historia, epistemología*, Universidad de Sevilla, Grupo Andaluz de Pragmática, 1996, p. 191-206.

O que chamaremos a partir daqui *gradualidade* designará unicamente, portanto, o fenômeno gradual e não a análise feita nas primeiras versões da Teoria da Argumentação na Língua.

2. O que a Teoria dos Blocos Semânticos analisa como uma mudança de sentido

O que se pode constatar com os avanços da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) é, então, antes de mais nada, que não se acredita mais que a gradualidade seja uma fonte de argumentatividade. Com efeito, não se considera que existam graus mais ou menos fortes de argumentatividade para uma dada conclusão, e a argumentação é descrita agora sem a análise da gradualidade, que não constitui nada além de um fenômeno linguístico observável. Pois, é verdade que, embora não a tenha mais como central para a argumentação, a TBS permite observar expressões de gradualidade e analisá-las.

Percebemos, então, que o fortalecimento ou enfraquecimento gradual é expresso mais por uma mudança de sentido do que por uma posição subjetiva tomada pelo locutor ao declarar argumentos mais fortes do que outros. Assim, em vez de alterar o grau de um mesmo conceito, o operador altera diretamente o sentido. Isso pode ser percebido antes de mais nada pelo funcionamento dos internalizadores⁸, que – lembremo-nos – forçam a escolha de um aspecto em um quase-bloco prefigurado pelo predicado a que se aplicam. Especificando mais do que realmente mudando o sentido, os internalizadores não imputam ao predicado ao qual se aplicam um grau diferente. Por exemplo, no caso da expressão *comer até se saciar* temos o quase-bloco COMER (FICAR SACIADO), prefigurado em *comer*, que é concretizado normativamente por *até se saciar* [COMER DC FICAR SACIADO], a relação gradual entre *comer* e *comer até se fartar*, estando aqui perfeitamente identificável, mas sem entrar em nenhuma escalaridade.

Pode-se igualmente, observar um segundo fenômeno, que põe em relevo a mudança de sentido. De fato, quando Ducrot afirma em 1980: "Enunciar uma frase do tipo p ou (e) mesmo p' é sempre pressupor que existe um certo r determinando uma escala

⁸ Ver a lição XVII, de María Marta Garcia Negroni, *Os conceitos de modificador desrealizante, modificador realizante, modificador surrealizante e de internalizador*.

argumentativa em que p' é superior a p ⁹, percebe-se, pela a Teoria dos Blocos Semânticos, que x mesmo y não apresenta y como um argumento mais forte a favor de uma dada conclusão, mas que há uma alteração de sentido entre x e y . Tomemos para ilustrar esse fenômeno a afirmação "Ele é lúcido, até desconfiado"; enquanto a relação gradual entre os dois predicados é inegável, a da superioridade de um sobre o outro está ausente. Na verdade, o que notamos é, antes, que o primeiro expressa um aspecto [NEG VERDADE DC NEG ACEITE] enquanto o segundo expressa [VERDADE PT NEG ACEITE], e que, portanto, se *desconfiado* tem uma relação gradual com o *lúcido* não é porque orienta, para um grau mais forte do que *lúcido*, para uma determinada conclusão, mas porque não tem o mesmo sentido, não expressa o mesmo aspecto – sendo ambos os adjetivos aqui axiologicamente contrários. Esse fenômeno é denominado *relação de transposição* e não põe em relação diferentes graus de um mesmo conceito, mas dois conceitos de sentidos diferentes – embora pertencendo ao mesmo bloco semântico. A relação de transposição, muitas vezes identificável pela presença de *até mesmo*, passa sempre de um aspecto normativo para um aspecto transgressivo; esses aspectos que se encontram à direita de *até mesmo* serão classificados como *intensos*.

Por fim, nota-se que uma mesma dinâmica encontra-se no que Carel chama *blocos estruturais*¹⁰, ou seja, blocos que reúnem quatro aspectos paradoxais e quatro aspectos doxais. No caso do bloco estrutural de *alto custo* e *pagamento*, por exemplo, podemos observar relações graduais entre doxais e paradoxais, como a expressa pela afirmação "Ele é um gastador, até mesmo um grande apostador". Dois predicados, concretizam respectivamente o aspecto doxal [CARO PT PAGAMENTO] e o paradoxal [CARO DC PAGAMENTO]. Esta forma de gradualidade, que, portanto, "baseia-se na justaposição de um aspecto doxal e de um aspecto paradoxal", também se expressa por uma mudança de aspecto. Como no caso da transposição, pode-se aqui hipotetizar que, se tomarmos dois aspectos do bloco estrutural e os conectarmos com *até mesmo*, então o paradoxal será sempre *intenso*,

⁹ DUCROT, O., *Les échelles argumentative*, Paris, Minuit, 1980, p.18.

¹⁰ CAREL, M., « *Tu seras un homme mon fils*. Un prolongement de la doxa: le paradoxe », dans A-M. Cozma, A. Belhachhab, M. Pescheux (ed.), *Du sens à la signification. De la signification au sens*, Peter Lang, 2014.

ou seja, encontrar-se-á à direita de *até mesmo*. Essa aparente semelhança entre a relação de transposição e o aspecto paradoxal ainda precisa ser explorada e analisada.

3. Mesmo uma "centralização"

Por fim, parece que a análise da gradualidade como mudança de sentido se impõe não apenas nos casos em que os termos comparados significam aspectos diferentes mas também quando a gradação é acompanhada por um fenômeno de "centralização". Essa é a hipótese de Lescano em seu artigo "Quando *muito* não reforça", no qual mostrou que a aplicação de *muito* a grupos de nomes-epítetos como *faca afiada* altera o que é expresso. Na verdade, enquanto em *faca afiada* o discurso era "centrado no" nome – e expressava um aspecto [FACA DC CORTAR] –, após a aplicação de *muito*, em *faca muito afiada*, era "centrado no" epíteto – e expressava o quase-bloco AFIADO(PERIGOSO). Isso implica então que *muito* não teria um papel de modificação gradual, como poderia ser expresso por graus de aguçamento, mas incidiria na construção do sentido.

Podemos formular a hipótese de que *muito* tem uma incidência sobre a determinação do termo constitutivo¹¹ do enunciado. É efetivamente o que se poderia deduzir dos exemplos de Lescano, e do seguinte enunciado extraído de um poema de Marc de Larréguy: "Enterrados em buracos como gado dócil". De fato, o termo constitutivo desse enunciado é *gado*, que exprime um aspecto como [NEG HUMANIDADE DC NEG LIBERDADE]. Ora, se se aplicasse *muito* a esse enunciado, teríamos "Enterrados em buracos como gado muito dócil", e efetivamente ter-se-ia um quase-bloco como DÓCIL(SOFRIMENTO) – aqui internalizado normativamente por "Enterrados em buracos" – em que *dócil* seria notadamente o constitutivo. Note-se que a aplicação de *muito* em nosso enunciado não cria diferença de grau entre *dócil* e *muito dócil*, nem mesmo uma diferença de aspecto como o que ocorre em um grupo substantivo-adjetivo, mas uma diferença de emprego da palavra *dócil* na construção do sentido do enunciado, em que se torna, então,

¹¹ Marion Carel falava à época de "predicação centrada sobre X" para evocar o termo constitutivo do enunciado. Para maiores detalhes, ver CAREL, M., « La construction du sens des énoncés », *Revue Romane*, n°40-1, p. 79-97.

constitutiva. Uma mesma dinâmica pode ser observada com vários outros advérbios aos quais se atribui um simples papel gradual como *verdadeiramente*, *cuidadosamente*, *particularmente* etc.

Esse fenômeno de centralização, que observamos até agora em grupos de nomes-epítetos, também é observado em grupos de nomes-atributos do sujeito. Considere, por exemplo, o enunciado "O lenhador estava cansado", que comunica um aspecto como [LENHADOR PT FRACO]. Se aplicarmos *particularmente* a *cansaço*, teremos o enunciado "O lenhador estava muito cansado", que comunica, então o quase-bloco FADIGA (NEG TRABALHO).

Assim, a Teoria dos Blocos Semânticos nos permite conceber a gradualidade como algo diferente de uma simples relação escalar. Notamos, em primeiro lugar, ao analisar a relação de transposição, que a relação gradual não se expressa em termos de grau, mas em termos de mudança de sentido. Além disso, a gradualidade não é, na realidade, necessariamente dependente de qualquer relação entre diferentes predicados, como vimos com o fenômeno da centralização. Estamos, portanto, muito longe da concepção primeira de Anscombe e Ducrot do fenômeno da gradualidade. No entanto, este é um fenômeno que ainda temos que explorar, não apenas para identificar todos os fenômenos graduais observáveis mas também para levarmos a termo uma análise pertinente.

Tradução: Tânia Maris de Azevedo

Bibliografias

- CAREL, M., « *Tu seras un homme mon fils. Un prolongement de la doxa : le paradoxe* », 2014, A-M. Cozma, A. Belhachhab, M. Pescheux (éd.) *Du sens à la signification. De la signification aux sens*, Peter Lang, p. 389-407.
- CAREL, M., « *La théorie des Blocs sémantiques* », 2017, à paraître.
- DUCROT, O., *Les échelles argumentatives*, Paris, Minuit, 1980.
- DUCROT, O., « *Les topoï dans la théorie de l'Argumentation dans la langue* », C. Plantin (éd.), *Lieux communs, topoï, stéréotypes*, Paris, Kimé, 1994, p. 233-248.
- DUCROT, O., « *Lexique et gradualité* », E. Alonso, M. Bruna, M. Muñoz (eds), *La linguística francesa : gramática, historia, epistemología*, Universidad de Sevilla. Grupo Andaluz de Pragmática, 1996, p. 191-206.

DE AZEVEDO, T-M., « La gradualité, une constante dans la sémantique argumentative », (à paraître).

GARCIA NEGRONI, M-M., « Les concepts de modificateur déréalisant, de modificateur réalisant, de modificateur surréalisant et d'internalisateur », (à paraître).

LESCANO, A., « Lorsque très ne renforce pas », *Revue Romane*, n°40, vol.1, 2005, p. 101-114.

PARTE 6:

A ENUNCIÇÃO

Dictum et Modus: Debates históricos, novas abordagens e análises da subjetividade na língua

Marta Tordesillas¹
Universidad Autónoma de Madrid
Laboratoire TilC&Com
UAM, Espanha

1. Introdução²

No âmbito da história do pensamento sobre a língua e a linguagem, numa perspectiva contemporânea da linguística geral e, particularmente, no âmbito da enunciação, os conceitos de *dictum* e de *modus* tornam-se especialmente interessantes. Uma reflexão sobre o que eles significam em sua concepção científica, sobre suas consequências no que concerne a descrição da língua e a análise do discurso são passíveis de salientar seu peso em uma pesquisa sobre o sentido. Nas páginas que seguem, analisaremos alguns aspectos específicos que os definem; assim, em primeiro lugar, refletiremos sobre os fundamentos do sujeito; em seguida, abordaremos a problemática e o desenvolvimento que ele comporta; e, por último, observaremos várias propostas no âmbito da linguística.

Cumpra assinalar que, desde há mais de vinte séculos, a pesquisa, a conceptualização e a definição dos fundamentos linguísticos da língua são perseguidos incansavelmente. Os grandes pensadores, filósofos ou lógicos e, mais recentemente, semioticistas e linguistas, com o objetivo de apreender sua substância, sua matéria, sua configuração e seu funcionamento tomaram a *língua* como seu objeto de estudo. Para a sua observação e análise, eles formularam teorias

¹ Esta Aula se inscreve na pesquisa desenvolvida pelo grupo LAEC-UAM, dirigido por Marta Tordesillas, na Espanha.

² Tradução: Ana Lúcia Tinoco Cabral.

que determinaram o pensamento filosófico, que marcaram sua representação ao longo dos séculos, que a definiram e a constrangeram a ponto de levar a determinada herança e de conduzir à elaboração da maioria das teorias do século XX, fundamentadas e desenvolvidas sobre axiomas históricos.

É nesse sentido que a tomada de consciência sobre o que se estabelece como língua, a função se lhe atribui e o componente que lhe designamos como primário tornam-se essenciais para conhecer a dimensão e o papel dos conceitos de *modus* e de *dictum*, o que a sua formulação implica, o impacto que eles desencadeiam nas teorias contemporâneas e a possível redefinição da questão em toda sua extensão.

2. Fundamentos

Nesse quadro, devemos recorrer necessariamente à história do pensamento sobre a linguagem e a língua, para a qual uma questão fundamental que ainda é atual gira em torno do debate objetividade/subjetividade, questão que está em relação direta com o sujeito que nos ocupa, pelo fato de que o *dictum* foi, habitualmente, associado à objetividade e o *modus* foi, em geral, associado à subjetividade. Situamo-nos, pois, no centro de uma problemática científica de ordem maior.

Na história do pensamento e durante séculos, foi usual considerar que a língua representava a realidade, e, com isso, considerar que o sentido era objetivo, informativo, descritivo e normativo, o formal presidindo aliás sua essência e estabelecendo também uma relação direta entre a língua e o pensamento e o princípio de um sujeito falante único.

Essa caracterização da língua estabeleceu coerções aos estudos linguísticos, suas formalizações e determinou a análise da língua, de seu ensino e de sua função sociocultural e tecnológica marcada pela prevalência de seu componente informativo sobre qualquer outro componente ou possibilidade conceptual. Na realidade, durante séculos, qualquer outro debate parecia estéril e até, ao longo de certos períodos socioculturais e ideológicos, conflituoso, e até mesmo, às vezes, mortal³.

³Entre outros períodos, podemos recorrer, por exemplo, ao período da Inquisição. Galileu, assim como Descartes, mais tarde, e pela mesma razão, (...) foi obrigado a suprimir a percepção dos sentidos como a fonte do conhecimento e a declarar que o conhecimento

Paralelamente a essa concepção informativa e formal, que leva Saussure, no início do século XX, a conceber a língua como um código, um sistema de signos codificados, que constitui uma estrutura e que instaura um funcionamento mediante regras, tendo como objetivo representar a realidade, independentemente de qualquer subjetividade, de qualquer enunciação e de qualquer contexto. Foi somente a partir da observação de alguns vazios científicos para a explicação, a análise e a categorização de certos elementos da língua⁴ ligados aliás ao componente semântico e pragmático em toda expressão verbal languageira et linguística, que surgiu um interesse crescente em direção a uma faceta da língua, habitualmente deixada de lado, mas historicamente, em certa medida, presente. Trata-se da subjetividade, da enunciação, do sentido, situados no centro do desenvolvimento da linguística contemporânea e suscetível de explicar o laço entre linguagem/língua e língua/discurso, de ligar a língua a outros domínios do funcionamento languageiro e do comportamento humano⁵ e de refletir sobre a imagem que a atividade linguística pode fornecer ela mesma enquanto atividade discursiva e/ou social.

Nesse contexto, cumpre assinalar que, ao longo do século XX, diferentes disciplinas, tais como a filosofia, a lógica, a sociologia, a etnologia e a linguística, entre outras, desenvolveram importantes estudos sobre a significação e sobre o sentido, o que desencadeou, de uma parte, uma maior complexidade do domínio e, ao mesmo tempo, um enriquecimento científico importante da linguística. Apesar de complexa no início, tendo em vista os numerosos temas e as diferentes problemáticas que surgiram dela, essa reflexão contribuiu para a abertura, para não dizer para uma explosão, alguns anos mais tarde, de novas vias de pensamento e de pesquisa que transformaram o panorama dos estudos sobre a linguagem e a língua. Essa situação favoreceu um trabalho inovador e profundo nas ciências da linguagem e na linguística e uma pesquisa vertical e transversal em domínios multidisciplinares e interdisciplinares, que conduziram a uma redefinição e até novos olhares da comunicação e da tecnologia, novas

intelectual, mesmo a priori, é nosso único meio de apreender a essência do real (Domet de Vorges, C^{te} 1896, « L'objectivité de la Connaissance intellectuelle d'après Saint Thomas D'Aquin », *Revue Philosophique de Louvain*, 9, 3^{ème} année, pp. 24-44).

⁴Podemos indicar : os embreantes, os dêiticos e as marcas da enunciação,.

⁵Podemos apelar para as emoções, por exemplo.

orientações nas indústrias da língua e em engenharia da informática, novas perspectivas na robótica ou abordagens diferentes em inteligência artificial. Uma redefinição dos conceitos fundamentais (linguagem, língua, discurso, signo, sentido, modalidade, etc), uma reelaboração dos fundamentos linguageiros e linguísticos e uma revisão dos axiomas mostraram-se então necessários.

Nesse quadro, é preciso observar que a linguística sofreu uma importante reorientação. De fato, desde há meio século, se dá prioridade às teorias semânticas e pragmáticas, cujo interesse principal consiste em situar a significação e o sentido no centro da língua, a dar destaque à enunciação, aos lugares comuns, à atividade e à dinamicidade na/da língua, a analisar e conceituar a configuração, vertical e horizontal, implícita e explícita, do sentido no discurso. Se Bally, Bakhtin, Benveniste ou Austin, entre outros pesquisadores, tinham já destacado o interesse dessas características, é sobretudo Authier-Revuz, Gentte, Pêcheux, Culioli, Danon-Boileau, Fuchs, Recanati, Kerbrat-Orecchioni, Plantin, Maingueneau, Nølke, Rabatel, Fontanille ou Hammad⁶, que recorreram ao domínio da enunciação enquanto pilar da linguagem, apesar de que foram Anscombre e Ducrot, com a proposta da teoria da *argumentação na Língua*; Ducrot, com a formulação teórica da polifonia enunciativa, et Charaudeau, com os fundamentos que ele propõe para uma análise do discurso e uma descrição do sentido e da expressão gramatical da língua, que, em nossa opinião, vão tornar-se pioneiros e chaves para o desenvolvimento de uma nova linguística e semiótica gerais, ancoradas no sentido argumentativo, polifônico e emocional... sobre o caráter subjetivo. Aliás, essas teorias vão não apenas integrar o subjetivo na pragmática, a ponto de dizer que não há sentido que não seja pintado de elementos pragmáticos⁷, mas também na semântica e sobretudo na língua. Elas representam e continuam sendo um ponto de referência nítido para as diferentes vias de pesquisa que concernem a apreensão da língua e sua gestão.

Mas essa histórica da pesquisa sobre o sentido comporta toda uma história pregressa sobre a relação objetividade/ subjetividade que a explica e sobre a qual convém refletir para dar-se conta da sua especificidade, que não responde apenas a esse debate histórico, mas

⁶Não citamos todos os autores, estando cientes de que a lista é longa.

⁷Ducrot, um segundo tipo de encontro.

também à tomada de posição teórica que os autores e as teorias adotam diante dos conceitos e dos aspectos e relações que derivam dela e que, atualmente, está ainda presente. Assim é o caso dos conceitos de *dictum* e de *modos*, que nos interessam e que vamos analisar nas páginas que seguem.

2.1 A objetividade na língua, sentido e verdade

Apesar de que as reflexões iniciais mostravam uma hesitação sobre os fundamentos da linguagem, tal como acabamos de expor, uma determinada tendência vai definitivamente afirmar-se e impor-se. Uma longa tradição de pensamento se estende até o século XX, ela se reflete nos escritos teóricos, filosóficos e lógicos, e sustenta também as gramáticas, ditas atualmente tradicionais. Ela vai estabelecer que a função principal da língua é informar, descrever o Mundo, representar a realidade e, em consequência, que o sentido das frases tem, em si, um valor de verdade e deve exprimir-se em termos de Verdadeiro/Falso, sob parâmetros lógicos. Nessa perspectiva, uma declaração serve principalmente para atribuir uma ou várias propriedades a um objeto e, aliás, é a justificativa do sentido. Essa ideia, que pode ser sintetizada afirmando que as palavras são passíveis de fornecer uma representação ou uma imagem da realidade, o que parece estar na origem da maioria dos usos da palavra significar, é geralmente definida como o que fornece informações ou que descreve a realidade.

Essa formulação informativa que, para numerosos pesquisadores, contribuiu, durante séculos, ao estudo dos fenômenos sobre a linguagem e sobre o discurso, desenvolveu-se, todavia, em detrimento de um outro componente distante da realidade e do mundo. Aliás, a concepção informativa mais radical afirma que um enunciado tem um sentido se ele é verdadeiro e que o valor de verdade de um enunciado depende de sua correspondência com a realidade e isso independentemente de qualquer circunstância, de qualquer situação, de qualquer enunciação possível, de qualquer projeção discursiva e de qualquer contexto. A produção explícita caracteriza essencialmente esse olhar. É o caráter puramente objetivo, verificativo e/ou lógico da linguagem que prevalece sobre qualquer outra consideração possível.

Essa abordagem, chamada de concepção representacionista do sentido, forjada ao longo da história, permitiu, em dados momentos, ser coerente com um estado da ciência, atribuir uma função informativa para a língua e resolver, ao menos aparentemente, o problema da referência. Essa proposta constituiu, na realidade, o fundamento da língua ao longo dos séculos e ela agiu vertical e horizontalmente no conjunto da descrição da língua, elaborado a partir das relações pensamento/linguagem/sujeito falante e palavra/objeto/propriedade/referência, assim como funções predicado/argumento/ e da segmentação em grupo nominal/grupo verbal. Paralelamente a essa abordagem, outros autores insistiam, sem grande sucesso, que era necessário considerar e incluir na língua outros aspectos, mais subjetivos.

Para outros autores, o sentido deve ser delimitado e situado no emprego e no uso da língua, no próprio discurso⁸.

Isso posto, em relação à formulação objetiva/subjetiva, cumpre assinalar que, na metade do século XX, alguns filósofos e pesquisadores consideraram a pertinência de levar em conta, na descrição da língua e para a descrição do sentido dos enunciados, alguns traços de subjetividade, em primeiro lugar chamados dêiticos; em seguida, um caráter subjetivo, e isso pelo menos no mesmo nível que o componente veridicional. Esse princípio, que, no entanto, foi uma novidade mesmo por volta dos anos 1975, foi durante muito tempo, excluído do reconhecimento científico, e é definitivamente a identificação da delocutividade na língua, de seu caráter argumentativo, a formulação do sentido em termos explícitos e implícitos, a presença de voz ou de dinâmicas discursivas no sentido vão desencadear uma verdadeira mudança conceitual e científica, capaz não apenas de integrar a subjetividade na língua, mas de torna-la prioritária.

⁸"*Falamos para dizer*", escreve Tordesillas (Tordesillas, Marta, 1998, "*De la Gramática al Discurso. De la coordinación y la subordinación al concepto de dinámica discursiva*" in *Discurso* nº21/22, *Le México*, p.167-183).

2.2 A objetividade e a subjetividade, um debate secular

Para dar conta e sobretudo para explicar o debate, a evolução e o estado atual da questão, é bom apelar para as suas origens. Assim, podemos notar em Platão (427-347), que foi o primeiro a levantar a uma reflexão profunda entre a ideia de um aspecto ilusório e a ideia de uma realidade atravessada ou não pelo ilusório, tal como ele mostra no mito da caverna, no qual ele concebe que o filósofo deve elevar-se ao mundo das ideias, sem, todavia, escapar definitivamente do mundo sensível. Aristóteles, de seu lado, vai também apelar para esse questionamento filosófico que teve aliás um eco importante ao longo de todo o pensamento sobre a linguagem. Aristóteles, em *Da interpretação*, escreve:

Nem todo discurso é uma proposição, mas apenas o discurso no qual reside o verdadeiro e o falso, o que não acontece em todos os casos; assim a prece é um discurso, mas ela não é nem verdadeira, nem falsa [...] Deixemos de lado os outros gêneros de discurso: seu exame é sobretudo a obra da Retórica ou da Poética. É a proposição que temos que considerar neste momento (Aristóteles, 17a),

Mais recentemente na história, ligada à linguística ocidental moderna, é preciso notar que no século XVII, Descartes (1596 – 1650) estabeleceu uma diferença entre o que ele considerava como duas faculdades do pensamento humano, que ele chamava de *entendimento* e *vontade*:

Todas as maneiras de pensar que notamos e que nos podem ser reportadas em duas gerais, das quais uma consiste em perceber pelo entendimento, e outra em determinar pela vontade (traduzido de Descartes, excerto dos Princípios da Filosofia, 32, reimpressão, 1889: parágrafo 32)

Em Descartes, o entendimento concebe as ideias das coisas e oferece uma representação da realidade, trata-se da representação do sujeito e do predicado, enquanto a vontade nos permite tomar partido e adotar atitudes em relação às ideias fornecidas pelo entendimento, que dizer, a asserção, ligada à faculdade de julgar.

Outros filósofos, lógicos e gramáticos, principalmente membros da Escola de Port-Royal⁹, adotaram uma abordagem semelhante aplicada à análise da língua. Eles concluíram que a maior distinção se situa em nossa mente onde se pode distinguir o objeto de nosso pensamento e a forma ou modo de nosso pensamento! Eles expõem que, numa frase, que, segundo eles, manifesta um pensamento, há elementos que exprimem a atitude da vontade e outros que refletem a representação do entendimento, elementos que serão chamados *modus* e *dictum*, respectivamente. Port Royal situa a asserção na mesma categoria de outras modalidades, tais como “os desejos, o pedido, a interrogação”, que mostrariam também a maneira como o predicado está atribuído ao sujeito. Para Port-Royal a asserção liga o predicado e o sujeito no interior de uma proposição, afirmando ao mesmo tempo essa proposição. Assim, nessa concepção, cada frase torna-se uma imagem de um pensamento na medida em que ela é uma imagem do mundo.

Embora o caráter informativo da língua tenha sido sempre prioritário em relação ao caráter subjetivo e ele tenha marcado a descrição da língua e a análise linguística durante séculos, observamos que um debate objetividade/subjetividade também foi de certa forma presente, aliás, com o desenvolvimento da linguística saussuriana no início do século XX, novas reflexões e perspectivas ocupam um lugar específico na teorização de certos linguistas. Esse é o caso de Charles Bally (1865 – 1947), cujas obras expressam uma concepção dualista do sentido, descrevendo o aspecto objetivo como uma *representação* e o aspecto subjetivo como uma *reação*. Bally introduz igualmente a ideia de comunicação e confere um lugar importante à possibilidade de conceber a língua como um instrumento que permite a comunicação, a enunciação das ideias pelas palavras e a possibilidade de compreender a frase como a maneira mais simples possível de comunicar um pensamento. Cumpre assinalar que Bally concebe o “entendimento” e a “vontade” enquanto operações ligadas à “participação ativa de um sujeito pensante” e ele assinala três faculdades distintas: *entendimento*, *vontade*, *sentimento*. Essa diferença mantém, mesmo assim, uma semelhança de fundo com a história do pensamento, na medida em que as duas perspectivas

⁹Port Royal : Arnauld Antoine, Lancelot Claude, 1660 [réed.1969], *Grammaire générale et raisonnée*, Paris, chap. 13.

caracterizam-se por uma mesma oposição, a saber, o lado ativo e o lado passivo do pensamento, entre aquilo de que o pensamento é fonte e aquilo a que ele se submete. Bally, em todo caso, avança em relação a Descartes quando ele explica:

A frase explícita compreende, pois, duas partes: uma é o correlativo do processo que constitui a representação (p. ex. a chuva, a cura); chamamos, a exemplo dos lógicos, o *dictum*. A outra contém a peça mestre da frase, aquela sem a qual não há frase, a saber, a expressão da modalidade, correlativa à operação do sujeito pensante. A modalidade tem por expressão lógica e analítica um verbo modal (ex. crer, alegrar-se, desejar), e seu sujeito, o sujeito modal; ambos constituem o *modus*, complementar do *dictum*. (BALLY, 1944, p. 36), (BALLY, 1965, capítulo 1).

Dessa afirmação se pode tirar a seguinte conclusão: a frase explícita é composta do *dictum* e do *modus*; nela, o *modus* consiste em uma expressão da modalidade correlativa à operação do sujeito pensante [verbo modal]+sujeito modal [sujeito]).

Podemos observar que Bally coincide, de alguma forma, com a representação ou *dictum*, mas, no que diz respeito ao *modus*, acabamos de notar, ele especifica nitidamente os conteúdos: “a expressão lógica e analítica da modalidade” que ele chama de *modus*, que contém um verbo modal, o qual marcaria a atitude do sujeito pensante, e um sujeito modal, que recorre a esse sujeito pensante. Dessa forma, do lado do que é expresso, encontra-se [a modalidade+o processo] e do lado da expressão, tem-se, enquanto *modus*, o [[sujeito modal+verbo modal]+ *dictum*] em que as noções de *modus* e de *dictum* são indissociáveis, com uma imbricação complexa de objetivo e do subjetivo. A complementariedade operatória do *modus* e do *dictum* é, pois, encarada do ponto de vista dinâmico da atualização, donde:

A língua, nessa configuração, pode apenas representar um momento do processo: o estabelecimento de conformidade do “a dizer” ao “dito”¹⁰.

Nessa estrutura, é preciso assinalar que, de acordo com as análises de Bally, o sujeito pensante, fonte da modalidade e designado pelo sujeito modal da frase, não corresponde necessariamente à pessoa que

¹⁰Eliman, Abdou, 2013, " Charles Bally précurseur d'une linguistique cognitive de l'énonciation ", in *Synergies Espagne* n°6, p.85-91 (pp. 90).

pronunciou a frase. Essa propriedade da teoria de Bally constitui uma marca distintiva, e uma novidade, em relação às teorias anteriores, a partir do momento em que ela é passível de indicar que existem pontos de vista que podem ser diferentes do locutor. De algum modo, ele se torna assim precursor da enunciação, de uma certa forma de polifonia na linguagem¹¹. Podemos dizer que essa formulação se situa na base de vários desenvolvimentos posteriores e até de uma semântica contemporânea.

Mais recentemente, as pesquisas conduzidas pela maioria dos filósofos de Oxford, e em particular por um de seus maiores representantes, John Austin (1911-1960) e pelo seu discípulo, John Searle (1932), inscrevem-se igualmente no quadro dual da descrição do sentido. A abordagem deles formula que devemos distinguir dois componentes no sentido de um enunciado, uma chamada *força ilocucionária* e outra *conteúdo proposicional*, suscetíveis de corresponder respectivamente a um componente subjetivo e um outro objetivo. Searle vai mais longe no caráter representativo da língua e define o conteúdo proposicional como a aplicação de um predicado a um referente, aplicação que é condição necessária e suficiente para que um julgamento veritativo seja possível, em termos de verdadeiro e de falso. Com Searle, se faz, de alguma forma, um passo atrás em relação à inclusão do subjetivo, do modus, e da força ilocucionária na língua, mas, logo, novas abordagens teóricas se desenvolvem.

2.3 A subjetividade na língua, sentido e argumento

Ao longo das linhas precedentes, observamos a presença de um debate filosófico e científico entre a objetividade e a subjetividade, mais ou menos visível, assim como o triunfo da objetividade sobre a subjetividade que se instala durante séculos no que diz respeito ao pensamento sobre a linguagem e a língua. Um olhar retrospectivo destaca a complexidade da situação e a coerção que intervém na definição da língua, que mesmo atualmente, continua sendo buscada.

¹¹A ideia de *dictum*, aliás, pode ser remetida a um relato de percepção ou de julgamento do locutor que é suscetível, talvez, de uma marcação dêitica de sua posição, o que nos faz pensar na proposta de Rabatel, 2003a. A função de apagamento enunciativo deve também ser relacionada com esse processo.

Diante dos limites desencadeados por esse fundamento, pesquisas renovadas surgem em semiolinguística, semântica e pragmática, especialmente da perspectiva das teorias da enunciação e, em particular, a reflexões e as propostas teóricas de Ducrot¹². De fato, as reflexões filosóficas ducrotianas buscam na definição da língua, colocam a subjetividade no centro da concepção e da descrição da significação e do sentido e formulam o princípio de polifonia enunciativa. Isso vai permitir não apenas afastar-se do sujeito falante, do mundo e do verdadeiro, mas igualmente propor novos conceitos teóricos e metodológicos, tais como as figuras enunciativas de locutores, de enunciadores e de pontos de vista, inscritas no discurso e na língua e suscetíveis de criar mundos discursivos e linguísticos¹³.

As teorias ducrotianas nos permitem ir mais longe na reflexão sobre os conceitos de *modus* e de *dictum*, quando, nas bases científicas que elas estabelecem, de um lado, o componente informativo (próximo ao *dictum*) não constitui uma parte essencial, e sobretudo não principal, do sentido, enquanto o componente subjetivo é concebido como constitutivo dele, e, de outro lado, a noção de sujeito falante não tem lugar, daí o questionamento do *modus*, que permanece fora da concepção linguística em si própria. Para dar conta dessa breve exposição e com vistas a estabelecer o que as teorias evocadas podem trazer para o domínio da objetividade e da subjetividade, do *dictum* e do *modus*, vejamos anteriormente, algumas observações.

Primeira observação

No século XX, observamos que um aspecto subjetivo, seja enquanto reação seja enquanto força ilocucionária conforme as teorias, é introduzido de maneira mais ou menos profunda e direta, na descrição do sentido. Há, no entanto, uma diferença entre a reação e a força ilocucionária no que diz respeito à sua relação com a enunciação e seu estatuto nesta. Trata-se da identidade do *sujeito* ao qual essa enunciação é atribuída e, por consequência, ao papel que ela desempenha na atividade linguística, na sua dupla faceta explícita e implícita. Na concepção sustentada por Bally, nada impõe nem obriga

¹²Ducrot, um segundo tipo de encontro

¹³ A ideia de construir mundos discursivos e linguísticos é atribuível ao à autora deste capítulo.

a estabelecer uma identidade entre o sujeito e a reação comunicada e o sujeito falante, sendo dado que a distinção entre o objetivo, ou o objeto, e o subjetivo, ou a maneira/modalidade, decorre de uma análise do pensamento e, mais precisamente, de um pensamento elementar. De acordo com as propostas de Searle, as coisas são diferentes; para ele o sujeito do ato ilocutório só pode ser o sujeito falante, o autor da enunciação, uma vez que a diferença que ele estabelece entre os dois aspectos origina-se em uma análise da atividade de comunicação, do que ele designa como ato elementar de comunicação. Convém notar então uma distinção importante entre os dois conceitos: a possibilidade oferecida por Bally de dissociar os dois sujeitos o que favorece uma maior subjetividade et heterogeneidade no sentido, em comparação à identificação dos dois sujeitos concebida na abordagem de Searle.

Segunda observação

A essa primeira diferença, verdadeiramente significativa, é preciso acrescentar uma segunda: para Bally, o aspecto subjetivo é de ordem psicológica, quer dizer, constitui uma indicação do pensamento, enquanto, na teoria dos atos de fala, esse aspecto corresponde à atividade que se desenvolve no momento em que se fala, e pertence, pois, ao domínio da ação, quer dizer, ele constitui uma indicação do que faz o sujeito quando ele diz alguma coisa. Nesse último caso, a força ilocucionária ligada a uma frase caracteriza a enunciação dessa frase. Sobre a base desses dois pontos, duas tendências puderam estabelecer-se e, embora elas tenham um denominador comum – a saber, a distinção entre um componente subjetivo e um componente objetivo -, elas mantêm, mesmo assim, divergências concretas e transcendentas nas abordagens linguísticas. De um lado, há a possibilidade de admitir que o sentido pode manifestar, mostrar, outros sujeitos diferentes do sujeito falante (teoria de Bally, em particular), e de outro, que o sentido diz respeito à enunciação do próprio enunciado que ela comunica (teorias dos atos de fala). Esses dois aspectos vamos encontrar mais tarde, quando tratarmos da teoria polifônica da enunciação de Ducrot, que formula a hipótese de que o sentido de um enunciado é polifônico, quer dizer, ele apresenta certo número de pontos de vista, e consiste em uma

descrição da enunciação em si mesma. Além da subjetividade à qual fizemos referência e à qual, sem dúvida, os autores citados anteriormente concederam uma atenção particular, é preciso dizer que as abordagens anteriores a Ducrot continuam a manter no sentido um componente objetivo, seja o entendimento, o dictum, a representação, ou o conteúdo proposicional, que desempenha um papel principal constituindo a base do sentido dos enunciados. O objetivo inicial de Ducrot é, aliás, descrever um estado de sentido em que o objetivo e o subjetivo seria um todo, um estado de unidade no qual os dois tipos de elementos são inseparáveis e no qual, na dinamicidade discursiva vertical, ele mostraria que o vetor diretor do sentido é subjetivo¹⁴. Resta então definir os conceitos que permitem descrever esse primeiro nível semântico, fundamental, antes da separação, tal como vamos ver nas próximas linhas. Com Ducrot, desejamos sublinhar a possibilidade de ir além daquilo que parece coerções informativas sobre o sentido para conceber a análise da língua a partir de novas hipóteses que nos permitem considerar a significação e o sentido de outra forma, de formulá-los em termos subjetivos e situar essa subjetividade na significação da língua e no sentido dos enunciados e, com isso, ir mais longe na formulação científica sobre a língua.

Argumentação e polifonia

Duas teorias vão ser capazes de dar conta desses fundamentos e dos objetivos buscados, e, pois, de ir além do axioma objetivo e informativo preconcebido sobre a língua, trata-se da teoria da argumentação na língua de Jean-Claude Anscombe e de Oswald Ducrot e da teoria polifônica da enunciação de Ducrot, que acabamos de mencionar. Suas propostas não apenas se afastam radicalmente das teorias representacionais como também não partilham nem mesmo as concepções que estabelecem a oposição subjetivo/objetivo, uma vez que os autores consideram que as ditas abordagens não permitem livrar-se das coerções do informativo, não descrevem suficientemente o sentido e não são suficientemente radicais na sua inclusão da subjetividade suscetível de descrever o sentido. A hipótese

¹⁴Ducrot, Oswald, 1987, " Sémantique et Vérité : un deuxième type de rencontre " in *Recherches Linguistiques*, 16.

principal posta por Anscombe e Ducrot é que o aspecto objetivo é uma ilusão e que o aspecto que eles vão chamar de “argumentativo” é prioritário. Eles formulam, numa primeira etapa, que o sentido é argumentativo no sentido em que um argumento se orienta em direção a uma conclusão, em seguida, em uma segunda etapa, que o sentido convoca topoï ou lugares comuns partilhados em uma infinidade de situações, para chegar a uma terceira etapa, na qual Anscombe vai sobretudo orientar-se na direção de uma concepção da língua cuja base seriam estereótipos e Ducrot, na direção de uma intensificação dos topoï, lexicais mesmo, delimitado em topoï intrínsecos e extrínsecos e depois em blocos semânticos, numa última proposta concebida com Marion Carel¹⁵. Por sua vez, é preciso dizer que a argumentação está diretamente estabelecida na sua combinação estreita e direta com a enunciação, uma enunciação de caráter polifônico inscrita também na língua. Nessa formulação, a língua, tal como indica Ducrot, é discurso. De nosso lado, desde nossas primeiras pesquisas¹⁶, adotamos não apenas a argumentação na língua, mas também a subjetividade em termos absolutos, não tendo necessidade de utilizar o conceito de modus ou de modalidade.

As ditas teorias estabelecem que o sentido dos enunciados permite uma reconstrução semântica do sentido, que é calculado/obtido a partir da configuração do sentido enquanto reflexo da significação das frases, significação argumentativa e polifônica. Podemos dizer que o sentido de um enunciado dá conta então da significação e sua configuração comporta e mostra as instruções, através das palavras, dos grupos de palavras, das expressões, das dinâmicas discursivas, da articulação, etc, que o definem e que revelam sua concepção, a execução e a realização que o produzem. Essas instruções dizem respeito também à inserção do enunciado na dinâmica do discurso e são de ordem subjetivo-argumentação-enunciação, mesmo que a realidade ou a descrição possam estar apresentadas no discurso, porque, nesse caso, são fontes discursivas, postas à disposição do locutor pela língua, que o permite, sendo então

¹⁵Carel, Marion, 1992, *Vers une formalisation de la théorie de "l'argumentation dans la langue"*, sous la direction de Bernard Jaulin.

¹⁶Tordesillas, Marta, 1992, *L'argumentation; 'pourtant' dans la dynamique argumentative des Essais de Montaigne*, com a coordenação de Oswald Ducrot e de Javier del Prado.

o objetivo discursivo de informação, mas dirigido sempre pelo vetor argumentativo.

Para conseguir uma descrição linguística elaborada de acordo com esses princípios e para mostrar sua importância em relação ao *modus* e ao *dictum*, vamos concentrar nossa atenção na teoria polifônica da enunciação formulada por Ducrot. Nesse contexto, de fato, indicar apenas o conceito de polifonia conforme o sentido e a significação quer dizer que o sentido dos enunciados é constituído por uma espécie de diálogo. O autor propõe, aliás, que o sentido é concebido como uma cena teatral na qual diferentes personagens fictícios são suscetíveis de intervir e de dialogar entre eles. Em outras palavras, no próprio sentido das declarações, haveria uma apresentação de diferentes figuras, diferentes vozes, diferentes pontos de vista que o locutor, por meio da responsabilidade que lhe outorga a enunciação, convoca e reflete sua aparição. O sentido do enunciado é apresentado como cristalização, no discurso, de diferentes vozes abstratas ou pontos de vista. A primeira consequência decorrente dessa teoria é que o sentido é polifônico, o que questiona o axioma da unicidade do sujeito falante. Para Ducrot, várias figuras que têm estatutos linguísticos diferentes estão presentes num mesmo enunciado, de onde a ideia de que o sujeito falante remete a várias funções muito diferentes: sujeito empírico ou produtor do enunciado, locutor e fazedor de enunciados. A segunda consequência que resulta diretamente da primeira é que o autor de uma declaração nunca se exprime diretamente, mesmo que, aparentemente, este pareça ser o caso. A terceira consequência que se segue favoriza uma análise semântica vertical do enunciado e confere, pois, a cada um de seus componentes uma autonomia enunciativa, que poder ser objeto de um discurso possível, em oposição à descrição horizontal dos enunciados que é sobretudo aplicada nos estudos conduzidos pelos filósofos e lógicos. A quarta consequência é a de apresentar o sentido de um enunciado como a descrição que o enunciado fornece de sua própria enunciação: em outras palavras, a língua é compreendida como auto-referencial. Pelo simples fato de referir-se a ela mesma, a concepção veritativa fica passível de ser posta em questão. A abordagem de Anscombe e de Ducrot nega a ideia de que língua tenha principalmente uma função referencial que remete à materialidade externa e, portanto, que o

sentido do enunciado seja julgado em termos de verdade ou falsidade. O aspecto informativo, se ele está presente no sentido, tem um caráter derivado de um componente argumentativo anterior. Os fundamentos teóricos propostos por Anscombe e Ducrot desde 1983, mostram uma progressão que se traduz pela introdução de novos conceitos e sua aplicação cada vez mais centrada na significação do léxico e sua evolução cada vez mais orientada em direção a abordagens cada vez mais distantes das concepções veritativas da língua/da linguagem e mais próximas e identificáveis a um caráter subjetivo.

Por esse motivo, o conceito de *dictum* deveria ser associado à subjetividade ou diretamente não ter um sentido teórico e, nos dois casos, o conceito de *modus* seria totalmente relativo ou deveria, da mesma forma, não ter sentido. Em chegar, no entanto, a essa conclusão tão drástica, que, aliás, não é mais habitual em linguística, observamos que existe não apenas uma problemática, mas novas abordagens da linguagem que é preciso necessariamente considerar e que têm a ver com uma concepção da subjetividade da língua e que obriga a precisar o valor do *dictum*, e especialmente, do *modus*. A seguir, vamos refletir sobre o vasto domínio ocupado pelo *modus*, suscetível de representar, em todos os casos, uma subjetividade, quer seja interior e/ou exterior à língua, e suscetível de estar ligada a outros processos, tais como a modalidade ou a modalização.

3. Modus e Modalidade

Ao longo das páginas precedentes, observamos que a história do pensamento sobre a linguagem e sobre a língua mostra um debate entre a objetividade e a subjetividade com uma priorização quase unânime, durante séculos, da objetividade. Essa situação encontra, no entanto, reações, destacamos, no pensamento de certos linguistas, tais como Bally, Bakhtin, Austin, Culioli, Charaudeau ou Ducrot entre outros, a ponto de chegar, com Ducrot, a priorizar o subjetivo, que deixou de lado, nesse caso, a distinção do *modus* e do *dictum*.

O *modus* e o *dictum*, habitualmente ligados a um debate derivado da distinção entre subjetividade e objetividade, não representam, todavia, unicamente esse questionamento, pois a problemática é maior e demanda uma análise mais detalhada. Uma leitura dos parágrafos acima evidencia a complexidade do tema, especialmente

pelo fato de que o quadro do *modus* e do *dictum* deve ser situado em um contexto mais amplo que é o do sentido, da sua configuração, da sua descrição e, portanto, da sua conceituação.

Uma análise em profundidade das diferentes abordagens sobre o sentido mostra a dificuldade de delimitar e ressalta que as teorizações sobre o sentido vão além de uma simples dualidade objetividade e subjetividade, do mundo e do sujeito falante, e procuram dar conta do sentido a partir dos aspectos puramente lógicos, semióticos e linguísticos. Surge então um questionamento significativo mais amplo, que provem especificamente do âmbito da heterogeneidade enunciativa, de seu desenvolvimento e das maneiras pelas quais as palavras, as expressões e as formas de dizer são apreendidas, identificadas e expressas.

3.1 As Modalidades: abordagens e perspectivas

De acordo com Meunier¹⁷, é necessário precisar que, quando se fala de modalidade,

[esse] termo é saturado de interpretações que ressaltam, explicitam ou não, conforme os linguistas que o utilizam, algo sobre a lógica, a semântica, a psicologia, a sintaxe, a pragmática ou a teoria da enunciação

O conceito de modalidade pode remeter então a diferentes definições e valores conforme ele seja formulado por uma disciplina ou outra e conforme a perspectiva.

De fato, Aristóteles já recorria ao conceito de modalidade, que podemos encontrar na origem da descrição lógica das modalidades¹⁸. A lógica constitui a primeira abordagem suficientemente precisa que se ocupa dessa categoria. O filósofo grego vai propor quatro modalidades, designadas em primeiro lugar, por um termo bastante contestado, o de modalidades *aléticas*, em seguida, como modalidades *ônticas*, que são, por sua vez, ligadas ao caráter necessário, possível, impossível e contingente¹⁹.

¹⁷Meunier André, 1974, "Modalités et communication" in *Langue française*, 21, p.8.

¹⁸L'*Hermeneia* et les *Premiers Analytiques* são considerados por unanimidade como a gênese dessa reflexão.

¹⁹Essas distinções vão levar ao quadrado lógico.

Mais tarde, certos autores medievais, especialmente Abélard e Tomás de Aquino, desenvolvem as modalidades Aristotélicas e, com a contribuição dos filósofos da época, eles concebem a *modalidade de re*, que eles definem como integrada ao predicado e inscrita nas propriedades das coisas (ex. “A terra é necessariamente redonda”) e a *modalidade de dicto*, que incide sobre um conteúdo de pensamento completo, exterior a esse conteúdo proposicional, que concerne o que é dito (ex. “É necessário que a terra seja redonda”).

Essa formulação das modalidades vai levar a certo tipo de lógica que se encontra na origem da lógica modal. Podemos observar, no entanto, que, diante de uma visão da lógica modal, na qual as modalidades incidem sobre a relação existencial da proposição com a realidade apreendida, na qual a modalidade é compreendida enquanto uma propriedade de proposições independentes de seu contexto²⁰, existem outras abordagens teóricas que surgem por ocasião do desenvolvimento do conceito de enunciação e que são sobretudo ligadas à relação língua/discurso e à interação discursiva que o locutor mantém com o enunciado. Nesse quadro, observa-se que a semiótica e a linguística mostram um distanciamento conceitual em relação à lógica. Na realidade, essas duas disciplinas não baseiam necessariamente o conceito de modalidade sobre o de “verdade” ou de “realidade”, dito de outra forma, sobre “referentes factuais”²¹, embora a semiótica partilhe com a lógica certa elaboração dos conceitos a partir do que Pottier²² chama de “compreensão intuitiva do discurso”, assim como pela sua ligação direta a cada língua natural. Vejamos em seguida as particularidades visadas e os tipos de modalidades propostas nesse domínio pelas diferentes disciplinas.

²⁰Ideia presente ao longo dos séculos na lógica.

²¹Coquet Jean-Claude, 1976, " Les modalités du discours ", in Darrault Ivan, Modalités : logique, linguistique, sémiotique, *Langages*, 10 année, n° 43, pp. 64-70.

²²Pottier Bernard, 1976, " Sur la formulation des modalités en linguistique ", in Darrault Ivan, Modalités : logique, linguistique, sémiotique, *Langages*, 10 année, n° 43, pp-39-46.

3.1.1 Modalidades e lógica

No âmbito da lógica, pode-se conceber a modalidade num sentido estreito ou num sentido amplo. No primeiro caso, o conteúdo da proposição, no lugar de constituir uma simples asserção, se vê modificado (quer seja reforçado, ou atenuado) por uma ideia de necessidade, impossibilidade, possibilidade ou contingência. Com essa formulação, recuperam-se as propostas aristotélicas que, aliás foram as que mais influenciaram a lógica contemporânea. No segundo caso, coloca-se como modal toda proposição cuja asserção é modificada pela adjunção de um advérbio qualquer ou pela formulação de uma proposição completiva.

Na lógica moderna, as modalidades mais habituais são especificadas conforme as seguintes classes:

Aléticas: em que se distingue o necessário, o possível, o impossível, o contingente;

Epistêmicas: relativas às crenças do locutor, ligadas à ideia “um tal diz que” (ex. “Max parte para uma viagem talvez”);

Temporais: em que se produz por meio do emprego do futuro, do passado, de advérbios de tempo, etc (ex. “Aconteceu que Max partiu para uma viagem”);

Axiológicas: em que a formulação indicaria uma apreciação (ex. “Seria bom que Max partisse para uma viagem”);

Deônticas: marcadas por processos de exigência (ex. “Maria exige que Max parta para uma viagem”);

Erotéticas: que dizem respeito a questionamentos (ex. “Será que Max vai partir para uma viagem?”).

3.1.2 Modalidades e semiótica

A semiótica tentou estabelecer uma classificação estável das modalidades por meio de um aparelho formal e lógico. Assim, desejou fixar uma taxonomia e regras de sintaxe culminando em diferentes definições de modalidades do *poder*, do *saber*, do *dever*, do *querer* ou *aléticas* (necessidade/contingência/impossibilidade/possibilidade), *epistêmicas* (certeza/incerteza/improbabilidade/probabilidade), *deônticas* (prescrição/facultatividade/interdição/missividade), e *veriditórias* (ser/não-ser/ parecer/não-parecer).

Quanto à sintaxe, para a hierarquização ou a ordem de implicação lógica entre essas categorias, trata-se de saber se uma tal ordem é ligada ao querer>saber>poder>fazer ou ao poder>querer>saber>fazer ou se o *necessário* precede o *possível*, o *certo*, o *necessário*, a *obrigação*, o *certo* ou o inverso.

Essa descrição das modalidades semióticas, apesar de complexa, parece gerível para uma classificação, embora, para uma observação da complexidade do domínio das modalidades, seja bom observar as análises de Greimas sobre as modalidades, e, especialmente, o artigo do pai da Escola de semiótica de Paris, que visa a uma teoria das modalidades²³.

3.1.3 Modalidades e linguística

Observamos que a ideia de modalidade está presente na reflexão gramatical desde há séculos, mas, embora a gramática descreva e classifique a língua, devemos distinguir a gramática da linguística. Talvez, o fato de que a linguística tenha nascido, cientificamente, no início do século XX explique que seja sobretudo a partir do seu desenvolvimento que a reflexão sobre modalidade se torne um dos aspectos de reflexão profunda suscetível de contribuir para especificar a configuração e gestão da língua e do discurso e vice-versa.

Ao longo das páginas precedentes, lembramos as propostas formuladas por alguns autores. Assim, a proposta de Bally (1932), que distingue *modus* e *dictum*; de Austin e Searle (1963 e 1983), que estabelecem uma diferença entre *força ilocutória* e *conteúdo proposicional* nos laços com os atos de fala; de Benveniste (1965), que apresenta a modalidade, enquanto categoria enunciativa, como uma asserção complementar sobre uma relação *Vmodal* + *que* + *predicação*. Existem também abordagens linguísticas que marcam a distinção de um sujeito modal diante de um sujeito falante. Na sequência, distinguimos outras perspectivas que propõem, tal como Ducrot (1979), um novo quadro e uma nova definição para a língua e coloca a enunciação e a polifonia no centro da língua, propondo ou reformulando novos conceitos, tais como, *vimos*, o *de locutor*, o *de enunciador* ou *de pontos de vista*, sem relação com possíveis

²³Greimas Algirdas-Julien, 1976, " Pour une théorie des modalités ", in Darrault Ivan, *Modalités : logique, linguistique, sémiotique, Langages*, 10 année, n° 43, pp. 90-107.

modalidades. Antoine Culioli (1976), de sua parte, precursor também da enunciação²⁴ com Ducrot, apresenta uma tipologia das modalidades sob a forma complexa de quatro faces, assim: modalidade 1, asserção, interrogação, injunção; modalidade 2, provável, verossímil, possível, eventual; modalidade 3, apreciativo; modalidade 4, intersubjetivo, i.e. volitivo, deôntico, permissivo.

Esse progresso no interesse pela modalidade no século XX vai continuar, e inclusive aprofundar-se, até atualmente, sob as novas perspectivas da semântica e da pragmática e, sobretudo, uma reflexão mais precisa vai se desenvolver baseada no desenvolvimento e no reconhecimento do domínio teórico da enunciação, experimentado especialmente ao longo dos últimos 30 anos.

3.2 As modalidades em linguística contemporânea

No que diz respeito a três dos autores citados anteriormente, como Bally, Benveniste e Ducrot, observamos na leitura de seus trabalhos, que eles propõem perspectivas diferentes sobre vários pontos, apesar de partilharem como origem os escritos de Bally e, especialmente, um ponto comum que os caracteriza. Trata-se da integração na língua de um vetor de subjetividade e de intersubjetividade suscetível de ressaltar por meio de fontes comuns, tais como a ideia de um sujeito modal, da instância de validação, de locução, e interação, de atitude e/ou de ponto de vista, que seriam suscetíveis de inscrever-se nas frases e de serem geridos sob as modalidades:

- declarativa
- interrogativa
- exclamativa
- imperativa ou
- os tipos facultativos

Uma das tendências então é considerar que a modalidade pode estar ligada às atitudes do locutor em relação com o modo de obtenção do conhecimento daquilo que ele afirma. O conceito de atitude vai tornar-se um dos conceitos chave para abordar as modalidades ao longo do século XX.

²⁴Larendeau, Paul, "Modalité, opération de modalisation et mode médiatif", in Delamotte-Legrand, R., 2004, *Les médiations langagières. Des faits de langue aux discours*, vol. I, Rouen: DYALANG, CNRS, p. 87.

Para entrar em determinados detalhes que desejamos destacar, lembramos que Bally, de seu lado, distingue três classes de relações modais: intelectuais, afetivas, volitivas. A essas classes ele acrescenta a relação modal interrogativa. Além disso, a estrutura na qual aparece o sujeito e o verbo modal pode ser mais explícita/implícita (verbos, adjetivos, palavras, frases adverbiais) ou menos explícita/implícita (não visível na superfície, apenas levada a termo através da morfologia ou dos traços prosódicos).

Benveniste, no capítulo “O aparelho formal da enunciação”, define a enunciação como “pôr em funcionamento a língua por um ato individual de utilização²⁵” (Benveniste, 1974). Ele acrescenta que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição como tal através dos índices específicos” e dos “procedimentos acessórios”. Assim, independentemente dessas possibilidades, Benveniste assinala que, quando um enunciador utiliza a língua para influenciar o comportamento do alocutário, ele tem à sua disposição diferentes funções: a interrogação, a intimação, a asserção. Esses procedimentos são ditos modalidades de enunciação. Nessa categoria estão também incluídos certos advérbios, como por exemplo: “francamente” ou “sinceramente”. Benveniste acrescenta que o locutor tem ainda modalidades formais, nomeadas modalidades do enunciado, tais como os modos verbais e certos advérbios modais, como: “provavelmente”, “sem dúvida” ou “talvez”.

Ducrot observa que o dictum iria mais longe do que uma simples representação da realidade e que ele seria sobretudo uma construção subjetiva relevante da tomada de posição do locutor em relação à realidade. Levando em conta, além disso, que o sujeito falante não tem lugar significativo na linguística ducrotiana. No âmbito de uma concepção polifônica da enunciação, que visa à língua nela e por ela mesma, os conceitos de *dictum* e de modalidade estão ultrapassados, o que podemos ler no que que segue:

“[...] é que eu considero as palavras da língua incapazes, por sua natureza até, de descrever uma realidade. Certamente os enunciados se referem sempre a situações, mas o que eles dizem a respeito dessas situações não é da ordem da descrição. Trata-se de mostrar tomadas de posição possíveis diante delas. O que se chama de *ideia*,

²⁵Benveniste, É., 1974, *Problèmes de linguistique générale*, tome 2.

dictum, conteúdo proposicional não é constituído de nada além de, segundo eu penso, uma ou várias tomadas de posição [...] Essas atitudes, eu não queria chamá-las de modalidades, pois, fazendo isso, se daria a entender que elas se aplicam a representações. Para mim, ao contrário, elas constituem por si só a visão do mundo veiculada por nossos enunciados. (DUCROT, 1993, p.128)²⁶.

3.3 As modalidades e sua classificação

Um dos desafios dos cientistas, somos conscientes, é a classificação. Os diferentes tipos de modalidades, apesar de difíceis de classificar, não escapam a essa ação. Vejamos em que medida isso é possível, de acordo com as principais perspectivas teóricas e no quadro complexo que acabamos de expor ao longo do capítulo.

Observamos que Meunier (1974)²⁷ evidencia o difuso e a opacidade, para não dizer o caráter complexo e heterogêneo, das formas de modalidade. Ele divide as modalidades em várias classes: em primeiro lugar, há a *modalidade de enunciação*, que se reporta ao sujeito falante, como forma de comunicação que se estabelece entre o sujeito falante e o auditório, tal como a modalidade de frase interrogativa, assertiva e imperativa. A referida modalidade está ligada, segundo o autor, aos marcadores sintáticos, tipográficos e prosódicos que são necessários à sua produção. Pode tratar-se também de advérbios que recaem sobre a enunciação, tal como, por exemplo, “francamente”. Por outro lado, ele propõe como classe a *modalidade de enunciado*, que diz respeito ao sujeito do enunciado, eventualmente confundido com o sujeito da enunciação, que diz respeito exclusivamente sobre o enunciado e não sobre a enunciação, situando a proposição de base em relação à verdade, à necessidade até, o que faz pensar nas *modalidades lógicas* (possível, necessário, certo, inverossímil, obrigatório), *apreciativas* e *avaliativas* (triste, lamentável, desejável, etc). Em seguida, ele distingue a *modalidade de mensagem*, definida como um outro jogo de opções de que dispõe o locutor para organizar a informação de sua mensagem. Ela diz respeito à organização semântica do enunciado, pondo em destaque o tema

+Ducrot, 1993, "À quoi sert le concept de modalité" in *Modality in Language Acquisition*, Norbert Dittmar, Astrid Reich : 128.

²⁷Meunier, A., 1974, "Modalités et communication", in *Langue française*, n°21, *Communication et analyse syntaxique*, pp.8-25.

(aquilo de que se fala) e o propósito (o que é dito). Ela é identificável através dos índices morfológicos e sintáticos e está ligada a construções enfáticas passivas, impessoais. Elas apresentam a possibilidade de se combinarem entre elas.

Num maior aprofundamento sobre modalidades, Le Querler (1996) distingue uma concepção restrita e uma concepção ampla. No primeiro caso, a gramática de Damourette e Pichon, inspirada na teoria aristotélica, considera que a modalização constitui apenas uma das dimensões da enunciação. Para Charaudeau,

“a modalização” permite explicitar o que são as posições do sujeito falante em relação ao seu interlocutor, a si próprio e ao seu propósito, distinguindo as modalidades: alocutivas [locutor>interlocutor; interpelação, questão, injunção, etc], elocutivas [locutor>locutor; opinião, apreciação, obrigação, promessa, etc.] e delocutivas [locutor>proposição; formas impessoais] (CHARAUDEAU, 1992, p. 572).

A concepção ampla, de seu lado, inspira-se em Brunot ou Bally, em que o estudo das modalidades engloba diversas categorias gramaticais, deferentes atitudes do locutor em relação a seu enunciado e a impressão que se extrai, de que todo é modalizado. Essa concepção diferencia as modalidades *subjetivas*, enquanto a expressão apenas da relação entre o sujeito enunciador e o conteúdo proposicional. Ela está ligada às modalidades epistêmicas – grau de certeza sobre o que ele afirma – e apreciativas. Além disso, ela determina as modalidades *intersubjetivas*, relação estabelecida entre o sujeito enunciador e um outro sujeito, a respeito do conteúdo proposicional. Ela concerne a atos, tais como aconselhar, pedir, etc. Destacamos que a classificação não parece suficientemente delimitada, embora ela se torne possível, se restringimos sua ação a uma abordagem teórica apenas.

Observamos, por outro lado, que essas duas concepções, restrita e ampla, situam-se no âmbito da abordagem geral da enunciação que tem a ver, essencialmente, à localização das marcas do sujeito nas suas produções. Essa ambivalência constante encontra, no entanto, uma posição mais central em Riegel, Pellat, e Rioul²⁸ pelo fato de que eles

²⁸Riegel Martin, Pellat Jean-Christophe, Rioul René, 1994, *Grammaire méthodique du français*, Paris, PUF.

distinguem entre modo e modalidade, em que os marcadores modais são objeto de uma classificação sistemática entre: os nomes, os adjetivos, os verbos, os advérbios, as interjeições, os tempos verbais, as entonações, as estruturas sintáticas, as glosas, os afastamentos, os signos, etc.

Le Querler²⁹, de fato, inscrita na linguística da enunciação, propõe ela própria uma definição da modalidade enquanto expressão da atitude do locutor em relação ao conteúdo proposicional de seu enunciado, o que, segundo a autora,

exclui a asserção simples, evita postular que todo enunciado, do momento em que ele pressupõe um enunciador, é por isso modalizado e orienta em direção à busca por marcas linguísticas efetivas, tão numerosas quanto gramaticalmente diversas (LE QUERLER, 1988, p. 61)

Ela identifica três grandes classes de modalidade:

- a modalidade que exprime a relação que o sujeito enunciador tem com o conteúdo proposicional e seu grau de certeza sobre o que o locutor afirma, ou de aprovação, censura ou indignação: trata-se da modalidade *subjativa*, que se desenvolve na modalidade *epistêmica* (ex. “Eu creio que Pedro vai vir”) e da modalidade *apreciativa* (ex. “É maravilhoso que Pedro venha”), respectivamente;
- a modalidade que exprime a relação que o sujeito enunciador tem com um outro sujeito a respeito do conteúdo proposicional; assim o locutor ordena, aconselha, sugere, etc. é a modalidade *intersubjetiva* (ex. “Você deve vir”);
- a modalidade que exprime a relação que o sujeito enunciador estabelece com o conteúdo proposicional de seu enunciado e a realidade objetiva; assim o locutor afirma que *p implica q*: são as modalidades *implicativas* (ex. “Para viver, é preciso comer”), que marcam uma implicação no sentido amplo.

²⁹Le Querler Nicole, 1998, “Typologie des modalités”, *L'Information grammaticale*, n°78, 61-62 et 2004, “Les modalités en français”, *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 82, fasc. 3, pp. 643-565.

Nessa descrição, ela acrescenta uma consideração interessante: trata-se do alcance do marcador modal no enunciado, que representa sua zona de influência nesse enunciado. Assim, um advérbio pode incidir sobre:

- um verbo (ex. “Max vai viajar tranquilamente”)
- um adjetivo (ex. “Esse doce é verdadeiramente bom”)
- um outro advérbio (ex. “Maria come muito rápido”)
- um sintagma nominal (ex. “Uma jovem, sem dúvida minha amiga, tinha chegado na festa”) ou então
- o conjunto do enunciado (ex. “Sinceramente, esse doce é bom”).

Le Querler estabelece assim uma distinção entre dois tipos de incidências, ou a modalidade influencia o nível do constituinte de uma frase, ou a frase toda. Essas duas incidências serão distinguidas pela designação de incidência *intra-predicativa* (daí a combinação: sujeito-MODALIDADE-verbo) e de incidência *extra-predicativa* (daí a configuração: MODALIDADE → [sujeito-verbo]). A autora propõe também fazer uma diferença entre o que ela chama de *incidência sintática* e a *incidência semântica*.

Por outro lado, no interior da categoria dos marcadores modais, ela vai estabelecer várias categorias:

- os marcadores entonacionais, (do tipo “Você vai embora”, que pode marcar uma ordem, um pedido, uma permissão...), suscetíveis de serem ligados à modalidade apreciativa;
- os marcadores morfológicos (modos e tempos verbais), incluídos no apreciativo;
- os marcadores lexicais (ex. verbos modais, saber, querer, poder...);
- os advérbios modais (“talvez”, “sem dúvida”...) ou
- os adjetivos (tais como “genial”, “agradável”), que podem marcar várias modalidades;
- marcadores sintáticos (do gênero da exclamação, ex. “Saia!”);
- circunstâncias modais (“na minha opinião”, “sob sua ordem”...);
- a subordinação (“se..., a gente vai...”)

Os estudos sobre a modalidade de Le Querler são precisos e destacam a presença de certos conceitos clássicos, aos quais se acrescentam outros novos que surgem no âmbito da linguística da enunciação os quais permitem delinear mais de perto uma configuração semântica e pragmática mais rica e profunda. Le Querler, de fato, estabelece justamente uma relação entre modalidades e conceitos tais como: subjetividade, intersubjetividade, sujeito enunciador, locutor, enunciado, predicação, asserção, modalização, relação, incidência, atitude, conteúdo proposicional, verdade, marcadores, etc. A autora insiste no fato de que a modalidade é analisável e interpretável a partir de índices linguísticos identificáveis (p.254).

4. Modalidade e modalização

Com o desenvolvimento das modalidades e de sua análise e classificação, desencadeou-se uma nova atenção voltada para o conceito de *modalização*, processo que vai se tornar central na maioria das teorias da enunciação. De fato, observamos que numerosos autores, essenciais para as ciências da linguagem e para a linguística, interessaram-se por essa questão, entre outros, Charaudeau e Vion, com quem tentaremos dar conta do tema. Podemos adiantar que, de um lado, a modalização mantém uma relação estreita com a análise das atividades linguageiras e, de outro, ela remete ao processo de inscrição do ponto de vista do locutor no enunciado, enquanto o de modalidade é utilizado para designar as marcas desse processo no enunciado.

4.1 Modalização e enunciação

As pesquisas de Charaudeau relacionam diretamente a modalização e a enunciação, ele insiste aliás, sobre o caráter determinante da modalização na enunciação:

A modalização constitui, pois, apenas uma parte do fenômeno da enunciação, mas ela consiste o seu pivô, na medida em que é ela que permite explicitar o que são as posições do sujeito falante em relação a seu interlocutor/.../, a ele próprio/.../ e ao seu propósito /.../ (CHARAUDEAU, 1992, p. 572).

Deve-se observar que, nesse processo, o sujeito que se encarrega da comunicação deixa nos enunciados, consciente ou inconscientemente, marcas suscetíveis de realçar a/sua subjetividade. Essas marcas podem levar o interlocutor a identificá-las e, com isso, elas vão lhe permitir o acesso ao sentido, à subjetividade do sujeito falante e às intenções visadas. A troca linguageira está submetida a determinada concepção do mundo, a certas crenças ou saberes partilhados, de alguma forma, impostos pelos conteúdos comunicativos³⁰ que gerem a vida em sociedade. O sujeito será sempre visto como alguém que realiza encenações³¹ (produzidas no e pelos atos comunicativos de um dado indivíduo, por ocasião de uma dada situação) enquanto ator, num mundo instaurado por diferentes discursos. Essa visibilidade não é, todavia, uma condição *sine qua non* da modalização. Conforme Charaudeau, o “não-dito” ou o “dizer implícito” constituem eles também marcas reveladoras de uma atitude do sujeito que se lança num ato de comunicação e que “modaliza” seus enunciados em função do contexto e da situação de comunicação em que ele se encontra³².

Nesse sentido, Charaudeau³³ explica que as pistas da enunciação são suscetíveis de ser identificadas através de três procedimentos: a) pelo emprego de certos pronomes pessoais, demonstrativos, tempos e modos verbais, etc, quer dizer, num quadro ligado aos sistemas formais; b) pelo emprego de certos advérbios, adjetivos, substantivos; c) na organização do discurso em categorias, ao modos de organização do discurso: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo, sem esquecer que, às vezes, as marcas podem receber vários sentidos (ex. o verbo querer).

Por outro lado, lembrando a inscrição desse autor na semiolinguística, uma intenção de modalização pode também ser expressa por marcas linguísticas que pertencem a sistemas formais diferentes, discursivos e multimodais. Charaudeau indica que a modalização pode ser canalizada por meio de uma expressão semiótica, e até, de uma maneira implícita. Ele concebe a modalização

³⁰Ver Charaudeau, Patrick, 1983, 1992, 2008. A noção de contrato é um dos fundamentos da semiótica.

³¹Charaudeau, 1983, 1992, 2008.

³²Charaudeau, 1992 : 573.

³³Charaudeau, 1992 : 569-578.

como uma categoria conceitual que reúne vários meios de expressão, ela é suscetível de ser composta por atos de fala de base (alocutivos, elocutivos, delocutivos), que corresponderão a uma tomada de posição particular do locutor diante de seu ato de locução, que permite ao sujeito-comunicante mostrar/explicitar suas posições e suas intenções comunicativas³⁴.

No que diz respeito às modalidades, Charaudeau falará especialmente de “configurações de modalidades”, em que o conceito de atitude reaparece, a partir do momento em que o sujeito enunciador pode exprimir de duas formas principais sua atitude em relação ao conteúdo de seu enunciado, seja de maneira explícita (ex. verbos tais como: “Eu penso que...”); seja de maneira implícita através de linguagem que exprime o pensamento no momento em que se toma a palavra oral ou escrita (ex. hesitações, repetições localizadas na enunciação) ou ainda por meio de advérbios e de locuções adverbiais (ex. “sem dúvida”, “talvez”). Podemos também situá-las por meio dos adjetivos colocados nas construções linguísticas pessoais e subjetivas, e das entonações e das pontuações que têm um tom imperativo, interrogativo ou outro ligado a um ato de fala.

Em relação aos estudos de Vion, autor que se ocupou especialmente da questão³⁵, constatamos que ele busca distinguir, claramente, o âmbito das modalidades e o das modalizações, concedendo um sentido preciso ao conceito de modalização e remetendo a duas operações enunciativas diferentes para cada categoria de fenômenos. Vion associa assim a modalidade à organização subjetiva do enunciado e a seu semantismo, e a “modalização, ao processo que visa descrever a atitude que o sujeito mantém em relação ao enunciado³⁶. É dentro do caso dessa última definição que um conjunto importante de fenômenos, associados à modalização, surgem levando em conta a relação com o enunciado e diferentes níveis de posicionamento dos atores/interlocutores no seio da relação que os une. Dito isso, é preciso contextualizar essa distinção na problemática maior que serve de base para o domínio das modalidades e da modalização e que evidenciamos desde o início desta pesquisa, trata-se da subjetividade e da enunciação. Vion retorna e insiste no conceito de

³⁴Charaudeau, Patrick, 1992 : 574-577.

³⁵Vion, Robert, 2001, 2003a, b, c, 2004, 2005, 2006.

³⁶Arrivé, Michel & Gadet, Françoise & Galmiche, Michel, 1986 e, em seguida, Charaudeau, Patrick et Maingueneau, Dominique, 2002.

atitude, e se, no início, o conceito de modalização é especialmente concebido como distância do locutor em relação ao seu discurso, ele vai logo ser posto em relação com a atitude do sujeito, tal como podemos ler em Arrivé, Gadet, Galmiche, quando eles definem a modalização como: “a modalização é o processo pelo qual o sujeito da enunciação manifesta sua atitude com respeito a seu enunciado” (ARRIVÉ, GADET & GALMICHE, 1896) ou em Charaudeau, vimos, quando ele observa que a modalização “designa a atitude do sujeito falante em relação a seu próprio enunciado” (Charaudeau & Maingueneau, 2002). Em nossa opinião, seria interessante refletir mais sobre o conceito de “atitude”, assim como sobre as novas precisões apresentadas por Vion, e coloca-las em relação com os conceitos e os processos suscetíveis de remeter às diferentes figuras interlocutivas (sujeito falante, locutor, enunciador, ponto de vista) para analisar a importância e/ou a pertinência do conceito da modalidade e da modalização em si mesma, na medida certa. Em todo caso, é importante assinalar que Vion, sensível às teorias ducrotianas, vai analisar esse amplo domínio no âmbito de uma pluralidade enunciativa³⁷, o que nos parece pertinente sintetizar nas páginas seguintes.

4.2. Modalidades, modalização e polifonia

Cumpramos lembrar que a distinção entre modalidade e modalização nos remete ao *modus e*, com isso, a nos situar já na subjetividade; todavia, mesmo que esse princípio seja interessante, devemos nos perguntar sobre o papel desempenhado na língua por esse tipo de concepção de *modus e* até pelo conceito de subjetividade³⁸. Em seguida, de outro lado, com Ducrot, devemos considerar se esses conceitos são necessários para uma descrição da língua e se seria possível, de uma maneira cientificamente natural, colocá-los à parte e conseguir, assim, superar um desequilíbrio tradicional (a objetividade sobre a subjetividade) que se forçou a determinada concepção da língua, demonstrada insuficiente há anos.

³⁷Outras noções metafóricas, como as de ideia olhadora de Guillaume ou de olhar em Nølke não parecem estar em melhor posição para teorizar sobre esses fenômenos..

³⁸Não nos esqueçamos de que a questão não apenas que se considera a subjetividade enquanto componente descritivo, mas que essa subjetividade não seja secundária em relação à objetividade e, também, que ela não seja exterior à língua!

A complexidade do fenômeno do qual nos ocupamos não é recente, já Bally chamava nossa atenção para essa questão e para a necessidade de uma tomada de posição teórica, quando ele escrevia:

[a modalidade] é a forma linguística de um julgamento intelectual, de um julgamento afetivo ou de uma vontade que um sujeito pensante enuncia a respeito de uma percepção ou de uma representação de sua mente (BALLY, 1942, p. 3).

A ideia de “julgamento”, “vontade”, “sujeito pensante”, “representação da mente” mostra que o domínio que desenvolvemos é transcendente. A isso devemos acrescentar o conceito de dialogismo de Bakhtin (1977), no qual todo locutor seria habitado por uma multiplicidade de locutores, mais ou menos mostrados, ideia de pluralidade e de mostração retomada e desenvolvida, por outro lado, por Authiez-Revuz, quando ela fala da enunciação em termos de heterogeneidade mostrada e de heterogeneidade constitutiva em função do fato de que as vozes que o locutor põe em cena convocam mais ou menos marcas. Podemos destacar que, quanto mais a pesquisa desenvolve conhecimentos sobre a enunciação, mais a enunciação se torna um tecido linguístico prioritário, essencial, rico e complexo para a definição e para a análise da língua, difícil de identificar e, ao mesmo tempo, necessário para o esclarecimento da configuração e funcionamento da linguagem, da língua e do discurso e, por extensão, do modus, da modalidade e/ou da modalização.

Nesse sentido, convém assinalar que é Ducrot quem expõe a verdadeira problemática concernente ao sujeito que nos ocupa e que reconhece o desafio científico contemporâneo no qual se encontra a pesquisa em ciências da linguagem, um estado da linguística geral e uma concepção de determinada língua:

Eu indicaria esquematicamente por que eu gostaria, sem ser verdadeiramente capaz disso por enquanto, de ignorar a noção geral de modalidade: é que eu acredito que as palavras da língua são incapazes, por sua própria natureza, de descrever uma realidade. Certamente, os enunciados referem-se sempre a situações, mas o que eles dizem a respeito dessas situações não é da ordem da descrição. Trata-se apenas de mostrar tomadas de posição possíveis diante delas. O que se chama de ideia, dictum, conteúdo

proposicional não é constituído por nada além de, segundo penso, uma ou mais tomadas de posição (DUCROT, 1993, p.128).

Notemos que o que acabamos de descrever, nas linhas precedentes, em Bally, Bakhtin, Ahtier-Revuz ou Ducrot é, de alguma forma, retomado por Vion, e na definição de modalização que ele propõe e na inserção do *dictum* que ele indica:

O *dictum* seria antes do seu produtor, de uma construção de sua mente, de uma reação do locutor, base da reação modal que é suscetível de estruturar o *dictum*, de modo a que este possa se apresentar como uma construção subjetiva do locutor, ele é posto a distância e apresentado como uma representação que lhe é estrangeira (VION, 2007, p.198).

Modus et *dictum* seriam então concebidos com o mesmo objetivo e participariam no semantismo do enunciado. É interessante assinalar que Vion fala então de “orientação subjetiva do *dictum*” e de “universo de inscrição do *dictum*” para as modalidades e de “comentários reflexivos³⁹” para o que diz respeito à modalização, integrada à gramática das línguas. A modalidade diria respeito aos universos de crença nos quais o locutor inscreve seu *dictum* e não poderia haver *dictum* sem reação modal. Essa concepção comporta certa novidade, sendo o modus já subjetivo, Vion inscreve também, de certa maneira, o *dictum* no subjetivo, em termos orientação subjetiva ou de universo de inscrição. As observações de Ducrot colocaram nos trilhos o trabalho de Vion, que, de sua parte, apesar de associado a universos de crenças que nos fazem pensar na lógica verirrelacional, chega a situar, de forma definitiva, alguns anos mais tarde, o *dictum* no subjetivo, na enunciação. É, aliás, nessa formulação polifônica da enunciação ducrotiana que Vion vai desenvolver a análise da modalização e das modalidades.

Para Vion, a modalização consiste em

um fenômeno de dupla enunciação, de duplicação da posição enunciativa do locutor, na qual uma das enunciações se apresenta como um comentário relativo à outra, estando as duas enunciações a cargo de um mesmo locutor. (VION, 2001, p.222)

³⁹Vion Robert, p. 198.

O segmento comentado pode ser, segundo o autor, “um enunciado completo tanto quanto um simples lexema”; ele estabelece a modalização como o conjunto formado de comentários sobre o dito e comentários sobre o dizer. Comentários que ele divide em “glosas meta-enunciativas”, que recaem sobre as palavras utilizadas (a maneira de se exprimir analisada por Authier-Revuz⁴⁰), e em “glosas meta-discursivas”, que recaem sobre o valor ilocucionário dos temas levantados. Vejamos alguns exemplos⁴¹:

Ex. “Max virá certamente quinta-feira”, em que
E1: produz o enunciado ‘Max virá quinta-feira’
E2: que, com ‘certamente’, produz um comentário reflexivo que recai sobre o enunciado, sobre a enunciação de E1.

É importante notar que esse conceito de modalização formulado por Vion responde à preocupação de reduzir o campo coberto pelo conceito de modalidade, substituindo-se por definições muito extensivas da modalidade entendida como atitude ou olhar do locutor, tal como ele próprio escreve:

[...] definir a modalização como uma dupla enunciação com produção de um comentário reflexivo de uma sobre a outra [...] permite especialmente eliminar do campo da modalização diversos tipos de frases (asserção, interrogação, injunção ou discurso hipotético), na medida em que esses caracteres não poderiam ser apreendidos como comentários em relação a uma outra enunciação (VION, 2001, p.225)

Por outro lado, ele postula que, levando em conta a grande diversidade e a multifuncionalidade das formas, a única maneira de abordar as modalidades consiste em definir, em primeiro lugar, a modalização:

o conceito de modalização deveria permitir unificar as modalidades, que, sejam quais forem as formas, conseguem pôr em prática as operações de modalização e remeter à organização do dictum, o conjunto das outras modalidades que não corresponderiam ao conceito também definido (VION, 2003c, p. 218)

⁴⁰Authier-Revuz, Jacqueline, 1994, "L'énonciateur glossateur de ses mots : exploitation et interprétation", *Langue française*, n° 103, pp. 91-102.

⁴¹Um exemplo semelhante encontramos em Vion, 2007, p. 202, vol8, n° 15, 2° sem.

A modalização é, pois, segundo Vion,:

um fenômeno particular, distinto da modalidade, que só aparece ocasionalmente no enunciado. [Ela] se manifesta por uma reduplicação enunciativa complexa, baseada na coexistência de dois enunciadores que correspondem ao mesmo locutor (VION, 2006).

A ideia subjacente nessa definição da modalização (emprestada de Nølke, 1993) é que a atitude modal é um ‘olhar do locutor’ sobre sua produção, e mais exatamente sobre seu “dito” e sobre seu ‘dizer’ - quer se trate, nesse último caso, do ato de enunciação, quer se trate do ato ilocutório. O olhar do locutor sobre o ‘dito’ assemelha-se ao universo tradicional da modalidade por muito tempo definida como a expressão da atitude do locutor concernente ao conteúdo proposicional.

De acordo com Vion, convém então distinguir as ‘modalidades’ propriamente ditas (definidas como o que caracteriza o conteúdo proposicional e que não diz respeito à modalização) dos modalizadores (definidos como o que exprime a atitude enunciativa do sujeito falante). Na medida em que o modalizador preenche uma função de conexão entre dois fragmentos discursivos, mais ou menos explicitados, ele participa da operacionalização dos fenômenos de retomada e de reformulação. Vion⁴² postula que toda retomada diria respeito a uma problemática polifônica uma vez que ela funcionaria como uma palavra a duas vozes simultâneas: a voz do locutor, que integra essa outra palavra à sua. A presença do locutor, que pode ir até uma posição de sobre-enunciador, estava já sublinhada por Bakhtin. Por outro lado, o locutor está sempre enunciativamente presente, inclusive nos casos de apagamento enunciativo, estratégico em termos enunciativos, como afirmaram Vion⁴³ e Rabatel⁴⁴. A modalização, formulada como comentário reflexivo sobre um enunciado, introduz um distanciamento em relação a esse que deixa entrever a existência de um outro ponto de vista além daquele atribuído ao enunciado não modalizado. Ela constitui, pois, um dos meios que permite ao sujeito de gerir a polifonia. O conceito de

⁴²Vion, Robert, 2006b.

⁴³Vion, Robert, 2001a.

⁴⁴Rabatel, Alain, 2004a.

modalização torna-se mais do que um comentário reflexivo que incide sobre um enunciado no quadro de um desdobramento enunciativo, pois ele é suscetível de marcar a ancoragem do enunciado modalizado no seio do discurso permitindo a conexão entre fragmentos discursivos e até ligar a todo um conjunto de discursos não explicitados, mas, no entanto, possíveis e, pois, reais, sobre os quais se apoia o locutor para multiplicar os modalizadores a fim de dar a impressão de um distanciamento em relação as seus próprios propósitos e de construir assim a imagem de um sujeito comedido, senhor de seus propósitos e da comunicação.

A modalização é, pois, um conceito que diz respeito tanto à sofisticação da análise enunciativa e à dimensão dialógica da comunicação quanto aos funcionamentos cognitivos da linguagem. Ela constitui, pois, uma ferramenta essencial para uma análise multidimensional dos discursos que associa o conjunto dos níveis de análise e permite à linguística participar da construção de saberes interdisciplinares sobre a comunicação sem renunciar ao que constitui sua especificidade.

A existência de pontos de vista, não necessariamente expressos, vai se manifestar através de todas essas marcas de distanciamento que são suas lexicalizações, seus marcadores discursivos, seus conectores, seus modalizadores, dinâmicas. Juntamo-nos à concepção de Ducrot a respeito dos enunciadores:

“Se eles “falamos”, é apenas nesse sentido que a enunciação é vista como exprimindo seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras. (DUCROT, 1984, p. 204).

Entre os estudos que ligam, de uma forma explícita, a modalidade à polifonia, podemos assinalar os que foram desenvolvidos e propostos por Gévaudan. Ele procura retomar a teoria da polifonia linguística, essencialmente a que foi formulada por Ducrot, para situá-la num quadro geral e conseguir dar conta das modalidades na sua relação com os princípios sustentados pela polifonia enunciativa, em resumo, os conceitos de *locutor*, *enunciador* e *pontos de vista*. Para isso, em uma de suas análises⁴⁵, ele inicia por distinguir a modalidade

⁴⁵Gévaudan Paul, Atayan Vahram, Detges Ulrich, 2014, *Modalität und Polyphonie/Modalité et polyphonie/Modalidad y polifonia*, Stauffenburg Verlag:

linguística e a modalidade lógica, em seguida, passa a destacar o conceito de “atitude” do sujeito falante e de atitude do sujeito gramatical, para mostrar e expor, depois, o que ele chama de opção polifônica e, dessa forma, ele recorre a três tipos de modalidades: a modalidade lógica, as modalidades que eles classificam em termos de objetivas ou subjetivas e as modalidades do discurso. Foi a partir dessas distinções e de três dimensões semânticas do enunciado de que fala Gévaudan, tais como a locução, a ilocução e a proposição (conceito da teoria dos atos de fala), que o autor remete ao que ele designa como planos da teoria da polifonia de Ducrot e que, em seguida, ele apela às instâncias de *locutor*, *alocutário*, e *enunciador* e aos personagens. Gévaudan acrescenta à descrição as propostas de Nølke, para quem a modalidade indica a atitude do locutor em relação ao que ele enuncia e, com isso, ele marca uma distinção entre modalidade proposicional, modalidade de enunciado e modalidade de enunciação. Essas descrições conduzem o autor a insistir sobre o fato de que uma concepção geral da semântica deve ser incluída no âmbito de uma disciplina da enunciação, princípio que nos parece interessante e que é bom valorizar. Em seguida, Gévaudan acrescenta que a distinção das três dimensões mencionadas serve de base para a descrição das modalidades e para a concepção polifônica da enunciação das modalidades, citando Ducrot. Esse ponto, a nosso ver, deveria ser questionado, e, aliás, estamos longe de aceitá-lo, seguindo Ducrot, que considera que a distinção dos atos no âmbito da teoria dos atos de fala, continua a manter, em certa medida, a objetividade e a subjetividade na língua e que, por isso, não chegamos a nos livrar da imposição de objetividade, que ele quer evitar e da qual as teorias formuladas por Ducrot procuram escapar⁴⁶. Embora as propostas de Gévaudan sejam interessantes e permitam descrições profundas e precisas, remetendo ao âmbito da enunciação e da polifonia, elas continuam desenvolvendo, em nossa opinião, um tipo de modalidade ainda tradicional.

LinguistiK.

⁴⁶Ducrot Oswald, 1987, “*Sémantique et vérité. Un deuxième type de rencontre*”, *Recherches linguistiques*, nº16.

5. Conclusão

Percorremos a história do pensamento filosófico e, por extensão, científico, no que diz respeito à concepção de língua e destacamos um debate histórico entre a objetividade e a subjetividade, no qual durante séculos e até a metade do século XX, a objetividade era a única característica essencial aceita, em termos filosóficos, científicos e sociais, para não dizer ideológicos. Com isso, a função informativa da língua, a representação e a descrição do Mundo, e o Verdadeiro e o Falso constituíram os objetivos visados pela concepção e pela descrição da língua e a concepção, a definição e a explicação do sentido. Dir-se-á, em resumo, que um enunciado tem sentido se ele é verdadeiro. Além disso, o princípio foi relacionado com a ideia de que a língua representa o pensamento e apenas um sujeito falante único. Essas características impuseram-se ao longo dos séculos como axiomas. Dito isso, a subjetividade, mesmo que ela tenha sido constantemente ignorada, ela constantemente reivindicou seu lugar, até o momento em que, de um lado, as teorias semânticas e pragmáticas impuseram-se num quadro democrático plural e por uma necessidade científica e as teorias da enunciação conseguiram ser cientificamente reconhecidas a ponto de inscreverem-se no próprio conceito da língua e, com isso, por em questão os axiomas ligados à língua compreendida como objetiva. Foi de fato nesse contexto em que desenvolveram, com mais ou menos transcendência, os conceitos de *dictum* e de *modus*, assim como as noções que são próximas deles, tais como o *entendimento* e a *vontade* ou o *conteúdo proposicional* e a *força ilocutória*. Cumpre assinalar por outro lado que, quanto mais a enunciação é reconhecida enquanto componente da língua, mais a enunciação e a subjetividade constituem e integram o objeto da própria linguística, do que decorre que a subjetividade se torna necessária para a concepção, a análise e a descrição da língua. É partir dessa nova perspectiva científica que vários aspectos linguísticos são (re)formulados, como: o implícito/o explícito; o tópico/o argumentativo; a polifonia/ o enunciativo; a atitude/ as figuras discursivas; os atos/ as funções, etc. e, claro, com isso, o *modus/ a modalidade/a modalização* e os conceitos de língua e de discurso. É verdade que, para nós, atualmente, as únicas teorias capazes de escapar à imposição de um sentido objetivo, informativo, descritivo, representativo e verdadeiro, são

a teoria da *Argumentação na língua* e a teoria da *Polifonia enunciativa*⁴⁷, mas é verdade também que isso não será possível se continuarmos a procurar respostas em conceitos clássicos, com definições e formulações clássicas e a justificar as definições concebidas ao longo dos séculos⁴⁸, mas com novos recursos, desenvolvidos a partir de fundamentos contrários. Devemos, pois, ser capazes de tomar consciência da história do pensamento sobre a língua e a linguagem, de ver seus limites e suas imposições, de conhecer suas histórias e de formular de outra forma os conceitos clássicos⁴⁹ ou novos conceitos, processos e procedimentos a partir de novas abordagens para ir, verdadeiramente, mais longe cientificamente. Formular que a enunciação e a argumentação estão na língua, que a enunciação e a argumentação são polifônicas e que a subjetividade é o vetor diretor da significação e do sentido nos permitiria também estabelecer que os conceitos de dictum e de modus são, ambos, marcados de enunciação e de argumentação, de polifonia e de subjetividade, de discursividade e, portanto, que a dinamicidade é uma de suas características. Dessa forma, assim como os locutores, os enunciadores e os pontos de vista são formulados como figuras de língua e de discurso, formularemos igualmente que o modus e o dictum⁵⁰, autênticos, substanciais, são potencialidades e processos de língua e de discurso, inscritos no signo em si próprio, sem nenhum laço necessário como o Mundo, a Verdade ou a Objetividade, mas, ao contrário, o modus e do dictum seriam fenômenos linguísticos, suscetíveis de compor respectivamente o potencial e o caráter positivo, negativo e neutro do signo, e, ao mesmo tempo, a orientação e a projeção enunciativas e argumentativas do signo, da língua no discurso.

Tradução: Ana Lúcia Tinoco Cabral

⁴⁷ Deve-se assinalar que os esforços nesse sentido foram desenvolvidos pela Teoria modal da polifonia (TMP), de Kronning e a *Théorie ScaPoline* de Nølke et al. 2004, pp.31, mas sem ter sucesso completo, uma vez que o veridicional está presente.

⁴⁸Concordamos com as reflexões contidas em Carel, Marion & Rossari, Corinne, 2005, "Attitudes ou contenus", *Revue Romane*, n° 40, 1, 1-4.

⁴⁹ Kronning Hans, 2013, « Monstration, véridiction et polyphonie. Pour une théorie modale de la polyphonie », in DE CHANAY Hugues, COLAS-BLAISE Marion, LE GUERN Odile (dir.), *DIRE/MONTRER au cœur du sens*, Chambéry, Université de Savoie, collection Langages.

⁵⁰ Essa proposta se inscreve na SAE, teoria da Semântica Argumentativa e Enunciativa na língua, formulada por Tordesillas, a partir das teorias ducrotianas.

Bibliografias

ANSCOMBRE Jean-Claude, DUCROT Oswald, 1983, *L'argumentation dans la langue*, Mardaga.

ARRIVE Michel, GADET Françoise, GALMICHE Michel, 1986, *La grammaire d'aujourd'hui. Guide alphabétique de linguistique française*, Paris, Flammarion.

AUTHIER-REVUZ Jacqueline, 1984, “ Hétérogénéité(s) énonciative(s) ”, *Langages*, n°73, pp. 98-111.

AUTHIER-REVUZ Jacqueline, 1990, “ La non-coïncidence interlocutive et ses reflets méta-énonciatifs ”, Berrendonner et Parret (éds), *L'interaction communicative*, Berne, Peter Lang.

AUTHIER-REVUZ Jacqueline, 1998, “ Énonciation, méta- énonciation. Hétérogénéités énonciatives et problématiques du sujet ”, in Vion Robert, 1998, (éd.), *Les sujets et leurs discours. Énonciation et interaction*, Aix-en-Provence : Presses de l'Université de Provence, pp. 63-79.

Austin John L. (trad, française 1970), *Quand dire, c'est faire*, Paris, Le Seuil.

BAKHTINE Mikhaïl, 1977, *Le marxisme et la philosophie du langage*, Paris, Editions de Minuit.

BAKHTINE Mikhaïl, 1978, *Esthétique et théorie du roman*, Paris, Gallimard, Collection Tel.

BALLY Charles, 1932, *Linguistique générale et linguistique française*, Berne, A. Francke AG Verlag, 4^{ème} édition revue et corrigée, 1965.

BALLY Charles, 1942, “ Syntaxe de la modalité explicite “, *Cahiers Ferdinand de Saussure* II, pp. 3-13.

BALLY Charles, 1932, *Linguistique générale, linguistique française*, Francké.

BENVENISTE Émile, 1965, “ Structure des relations d'auxiliarité ”, *Acta Linguistica Hafniensia*, IX- 1.

BENVENISTE Emile, 1966, *Problèmes de linguistique générale*, Gallimard.

BRES Jacques, 1999, *L'autre en discours*, Montpellier, Collection dyalang, Praxiling.

BRES Jacques, NOWAKOWSKA Aleksandra (2006): “ Dialogisme: du principe à la matérialité discursive ”, in: Perrin, Laurent (dir.), *Le sens et ses voix*, Metz, *Recherches linguistiques*, n° 28, pp. 21-48.

CAREL Marion (dir.), 2002, *Les facettes du dire*, éditions Kimé.

CAREL Marion & ROSSARI Corinne, 2005, “Attitudes ou contenus”, *Revue Romane*, n° 40, 1, pp. 1-4.

CAREL Marion & DUCROT Oswald, 2014, “ Klarstellungen zur Polyphonie ” in Gévaudan, Paul, *Modalität und Polyphonie/Modalité et polyphonie/Modalidad y polyfonía*, Stauffenburg Verlag: Linguistik.

CHARAUDEAU Patrick, 1992, *Grammaire du sens et de l'expression*, Paris, Hachette Education.

- CHARAUDEAU Patrick, MAINGUENEAU Dominique, (éds), 2002, *Dictionnaire d'analyse du discours*, Paris, Seuil.
- CULIOLI Antoine, 1968, “ La formalisation en linguistique ”, *Cahiers pour l'analyse*, n° 9.
- DUCROT Oswald, 1972, *Dire et ne pas dire*, Hermann.
- DUCROT Oswald, 1980, *Les mots du discours*, Paris, Editions de Minuit.
- DUCROT Oswald, 1984, “ Esquisse d'une théorie polyphonique de l'énonciation ”, in *Le dire et le dit*, Paris, Éditions de Minuit.
- DUCROT Oswald, 1989, “ Énonciation et polyphonie chez Charles Bally ”, in *Logique, structure, énonciation*, Paris, Editions de minuit, pp. 165-191.
- DUCROT Oswald, 1993, “ A quoi sert le concept de modalité ? ”, in Dittmar Norbert. & Reich Astrid. (éds.), *Modalité et Acquisition des Langues*, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 111-129.
- GÉVAUDAN Paul, ATAYAN Vahram & DETGES Ulrich, 2014, *Modalität und Polyphonie/Modalité et polyphonie/Modalidad y polyfonía*, Stauffenburg Verlag: Linguistik.
- LE QUERLER Nicole, 1996, *Typologie des modalités*, Presses universitaires de Caen.
- LESCANO Alfredo, 2018, “ Prendre position : une approche sémantique des conflits publics ”, *Revista Conexao Letras* n°12 (18).
- MEUNIER André, 1974, “ Modalités et communication ”, in Pinchon Jacqueline (dir.), *Communication et analyse syntaxique*, Paris, *Langue française* 21, pp. 8–25.
- NØLKE Henning, 1993, *Le regard du locuteur. Pour une linguistique des traces énonciatives*, Paris, Éditions Kimé.
- NØLKE Henning, 1994, *Linguistique modulaire*, Louvain, Paris, Bibliothèque de l'information grammaticale, n° 28.
- NØLKE Henning, 2001, *Le regard du locuteur 2*, Paris, Éditions Kimé.
- NØLKE Henning, 2006, “ Pour une théorie linguistique de la polyphonie: problèmes, avantages, perspectives ” in Perrin Laurent (dir.), *Le sens et ses voix, Recherches linguistiques*, n° 28, Metz, pp. 243–269.
- NØLKE Henning, 2009, “ La polyphonie de la ScaPoLine 2008 ”, in Kratschmer Alexandra, Birkelund Merete, Therkelsen Rita (dir.), *La polyphonie. Outil heuristique, littéraire et culturel*, Berlin, 11–40.
- PECHEUX Michel, 1969, *Analyse automatique du discours*, Dunod.
- RABATEL Alain, 2004a, “ L'effacement énonciatif dans les discours rapportés et ses effets pragmatiques ”, in Rabatel Alain (éd), *Effacement énonciatif et discours rapportés*, revue *Langages* n°156, Larousse, pp. 3-17.
- RABATEL Alain, 2004b, “ Stratégies d'effacement énonciatif et posture de surénonciation dans le Dictionnaire philosophique de Comte-Sponville ”, in Rabatel Alain, 2004a (éd), pp. 18-33.
- ROULET Eddy, 1993, “ Des formes et des emplois des modalisateurs de proposition dans l'interaction verbale ”, in Dittmar Norbert, Reich Astrid

(dir.), *Modality in language acquisition. Modalité et acquisition des langues*, Berlin, *Soziolinguistik und Sprachkontakt*, n°6, pp. 27–40.

SCTRICK Robert S., “ Quelques problèmes posés par une description de surface des modalités en français ”, *Langue française*, n° 12.

SEARLE John R., 1969, *Les actes de langage*, Hermann, trad. Française, 1972.

TORDESILLAS, Marta, 1992, *La argumentación; ‘pourtant’ en la dinámica argumentativa de los Ensayos de Montaigne*, Madrid, editorial UCM, thèse.

TORDESILLAS Marta, 2004, “ Semántica y Gramática argumentativas ”, in Arnoux Elvira, Garcia Negroni María Marta (eds.), *Homenaje a Oswald Ducrot*, Buenos Aires, Ed. Eudeba.

TORDESILLAS Marta, 2008, “ À propos du signe linguistique : énonciation, argumentation et stéréotype ”, in al. *El valor de la diversidad*, UAM.

TORDESILLAS Marta, 2008, “ La enunciación: fundamentos de lenguaje, principios de lengua, perspectiva docente ”, in Daher María del Carmen, Almeida de Freitas Luciana & Giorgi Mª Cristina, *Estudos de Linguagens*, Rio de Janeiro, editoração MODO, pp. 86-103.

TORDESILLAS Marta, 2009, “ Didáctica argumentativa y enunciativa ”, in Daher María del Carmen, Giorgi María Cristina, Rodriguez Isabel Cristina, *Trajetorias em enunciação e discurso: práticas de formação docente*, Sao Carlos, Claraluz editora, cap.2, pp. 29-49.

TORDESILLAS Marta, 2013, “ La expresión nerviosa del lenguaje: los discursos simpáticos y parasimpáticos ”, *Discurso & Sociedad*, 7/1, pp. 111-147.

TORDESILLAS Marta, 2019, “ Le bonheur dans la langue ”, in Gally Michèle, *Le bonheur. Dictionnaire historique et critique*, Paris, CNRS éditions.

VION Robert, 1995, “ La gestion pluridimensionnelle du dialogue ”, *Cahiers de Linguistique Française* n°17, Université de Genève, pp. 179-203.

VION Robert, 2001a, “ Effacement énonciatif et stratégies discursives ”, in Joly André & De Mattia Monique (éds), *De la syntaxe à la narratologie énonciative. Textes recueillis en Hommage à René Rivara*, Paris, Ophrys, pp. 331-354.

VION Robert, 2001b, “ Modalités, modalisations et activités langagières ”, in Vion Robert, (éd.), *Approches interactives des faits de langues*, revue cybernétique *Marges Linguistique*, n°2, pp. 209-231.

VION Robert, 2003a, “ Le concept de modalisation. Vers une théorie linguistique des modalisateurs et des modalités ”, *Travaux du Cercle des Linguistes Aixois*, n° 18, Aix-en-Provence, Presses de l’université de Provence, pp. 209-229.

VION Robert, 2003b, “ Modalisations et modalités dans le discours ”, *Actes du XVIIème congrès international des linguistes*, Prague, CD-Rom Elsevier.

VION Robert, 2004, “ Modalités, modalisations et discours représentés ”, in Rabatel Alain (direction), *Effacement énonciatif et discours rapportés*, *Langages*, n° 156, pp. 96-110.

VION Robert, 2005, “ Modalités, modalisations, interaction et dialogisme ” in Brès Jacques, Haillet Pierre, Mellet Sylvie, Rosier Laurence, Nolke Henning, *Dialogisme et polyphonie*, De Boeck-Duculot.

VION Robert, 2006a, “ Modalisation, dialogisme et polyphonie ”, in Laurent Perrin, 2005, (éd) : *Le sens et ses voix. Dialogisme et polyphonie en langue et en discours*, Collection *Recherches Linguistiques*, n° 28, Université de Metz, pp. 105-123.

VION Robert, 2006b, “Reprise et modes d'implication énonciative”, *La Linguistique*, vol. 2006/2, n°42, Paris, pp. 11-25.

Aula XXI

Polifonia de acordo com Ducrot¹

Patrick Dendale
Universiteit Antwerpen
GaP, Bélgica

Danielle Coltier
Université du Maine
LAM & CREM, França

A teorização ou modelização de noções de polifonia e de dialogismo em linguística tem sua fonte em reflexões que Oswald Ducrot publicou já na década de 1980 (Ducrot 1980, 1982, 1984a, 1984b, Anscombe e Ducrot 1983). Em vinte anos, a teoria esboçada por Ducrot sofreu uma série de mudanças. Estas começam com o próprio Ducrot e se multiplicam quando outros linguistas aplicam suas concepções à análise de fenômenos da língua (por exemplo, o condicional²) ou quando eles se comprometem a re-teorizar certos elementos da teoria, por exemplo, para torná-la aplicável a textos literários - caso de ScaPoLine (Nølke, Fløttum e Norén 2004).

A chamada *teoria da polifonia* não é, portanto, um bloco monolítico; é um conjunto plural de quadros teóricos ou teorizações, entre as quais a de Ducrot é claramente a fundadora, como a de Bakhtine, que foi inspiração principalmente para a teoria do dialogismo de Bres (Bres 2001, 2005; Bres e.a. 2005).

¹ Tradução de Neiva M. Tebaldi

Este estudo é uma versão reformulada e significativamente ampliada dos artigos: Dendale & Coltier 2006, Dendale 2006 2007.

² Ver Abouda, Donaire, Korzen & Nølke, Haillet, Vuillaume (referências em Dendale & Tasmowski 2001) ou Kronning 2005.

1. Fontes e texto de base

Em Ducrot, encontram-se as primeiras referências à noção de polifonia em *Les mots du discours* (Ducrot e.a.: 1980.³). O autor retorna à noção em Anscombre e Ducrot (1983: 174-179), em Ducrot 1983, em um estudo sobre Bally em 1986 (retomado em Ducrot 1989), em um artigo sobre modalidade em 1993 (p. 114). Quinze anos depois, em "Quelques raisons de distinguer "locuteurs" et" énonciateurs" (Ducrot 2001), ele revisita a noção de enunciador, que, nesse período, havia sido eliminada pela versão escandinava da teoria da polifonia (ver o capítulo sobre Nurke). Em 2009, Marion Carel e Oswald Ducrot publicaram "Mise au point sur la polyphonie", que fez a transição entre a teoria da polifonia de Ducrot e a "teoria argumentativa da polifonia"⁴ de Carel⁵. Encontra-se aí, entre outras coisas, uma visão crítica das interpretações "indesejadas" da polifonia enunciativa de Ducrot.

É no capítulo VIII do livro *O Dizer e o Dito* (1984a), intitulado "Esboço de uma teoria polifônica da enunciação", que se encontra a primeira sistematização das reflexões polifônicas, do que Ducrot chama de "teoria polifônica da enunciação" (1984a: 171) ou "teoria da polifonia" (Ducrot 1984a: 73). Este texto pode ser considerado a "versão padrão" da teoria (Anscombre 2019: 19; (Lescano 2016: 6, n.1), diferente em alguns aspectos do que Ducrot disse em 1980. Este capítulo VIII é a revisão de dois artigos, Ducrot 1982 e 1984b, "retrabalhados", um e outro, tanto na essência (no conteúdo) quanto na forma" (1984a: 171n.)⁶. Se a noção de polifonia aparece em outros lugares da obra *O dizer e o Dito* (Capítulo VII), o capítulo VIII [permanece] "o texto de referência para aqueles que buscam uma boa introdução à polifonia ducrotiana" (Nølke e.a. 2004: 19). O capítulo apresenta-se como um esboço da teoria (bem longe da modelização quase axiomática que os polifonistas escandinavos desenvolverão).

³ Ver Capítulo 1 (p. 44-55), o anexo do capítulo 2 (p. 91-92) e o capítulo do apêndice "Nota sobre Polifonia e a construção dos interlocutores (p. 233-236).

⁴ Lescano (2016: 6 e 9) distingue duas versões, chamadas "Primeira Teoria Argumentativa da polifonia" e "Segunda teoria Argumentativa da Polifonia", que ele caracteriza brevemente.

⁵ Ver os trabalhos de Carel (p. ex., 2001, 2002, 2008, 2011a, 2011b) E Lescano (p.ex. 2008, 2009, 2016).

⁶ Ver nesses artigos, passagens esclarecedoras ausentes em Ducrot 1984b, por exemplo, sobre enunciados sem locutores (1982: 76) e (1984b: 16).

Trata-se, além disso, mais uma teoria da *enunciação* do que uma teoria da *polifonia* (cf. Larcher 1998: 207).

A primeira parte deste Capítulo VIII (p.171-188) apresenta as principais noções da disciplina linguística que Ducrot chama de *pragmática linguística* ou *pragmática semântica* (p.173), ou seja, *enunciação, enunciado, frase e sentido, significado*. (Ver abaixo § 3.1).

É apenas na segunda parte (p.189-233) que o autor esboça sua "teoria da polifonia" (p.173), cujo objetivo é "contestar – e, se possível, substituir um postulado [...], que os pesquisadores da linguagem, há pelo menos dois séculos, tem dado como certo" (p.171), ou seja, "a unicidade do sujeito falante" (p.172) ou "a unicidade do sujeito da enunciação" (p.189). Este postulado – que Ducrot também nomeia como *tese* (p.191), *teoria* (p.189) ou *pré-requisito* (p.171) – consiste em propor que "cada enunciado tem um e apenas um locutor", "faz apenas uma voz ser ouvida" (p.171). Isso leva, para Ducrot, a empurrar para "o domínio da anormalidade os exemplos que revelariam uma pluralidade de pontos de vista justapostos ou entrelaçados"(p.172). A teoria da polifonia pretende dar uma realidade e um lugar aos enunciados que se caracterizam pela co-presença de uma pluralidade de vozes, de pontos de vista.

2. Origem e definição da noção de polifonia

2.1 Origem da noção de polifonia

A palavra *polifonia* é encontrada em Bakhtin desde 1929. Ducrot a tomou emprestada dele? Não é certo⁷. A primeira vez que falou de polifonia, Ducrot atribuiu a noção a "certos gramáticos", mais precisamente Baylon e Fabre (1978)⁸, que a usaram em sua *Gramática sistemática da língua francesa* "a respeito de palavras que o orador não assume como suas, mas coloca, explicitamente ou não, entre aspas" (Ducrot 1980: 44). Em 1982, Ducrot se referiu a Bakhtin como aquele que "elaborou o conceito de polifonia" (1982: 65; 1984a: 171):

⁷ Ver neste ponto Olsen 2002, Nelke, Fløttum - Norén (2004: 18, n.1.), Nowakowska (2005), Bres -Nowakowska (2007: 104, n.1), Bres - Rosier (2007: 244-248).

⁸ Para Lawrence (1998: 204-206), estes certamente tomam a noção emprestada dos teóricos do estilo indireto livre, do qual Bakhtin fez parte (Cf. *Marxismo e a filosofia da linguagem*, Capítulo 11).

A noção de polifonia foi usada por Bakhtin para caracterizar uma categoria de romances, os de Dostoievski, por exemplo, onde coexiste uma pluralidade de diferentes modos narrativos, e que dão ao leitor a impressão de que vários narradores se dirigem a ele ao mesmo tempo (1984b: 3).

Mas sua leitura de Bakhtin parece incompleta, quando afirma: "[a] teoria de Bakhtin, pelo que sei, sempre foi aplicada a textos, ou seja, a sequências de enunciados, nunca a enunciados com os quais esses textos são constituídos" (1984a: 171). Bakhtin usa de fato dois termos russos que correspondem respectivamente a *polifonia* e *dialogismo*. Se *polifonia* realmente diz respeito a textos, *dialogismo* designa "um princípio que rege toda a prática de linguagem e, além disso, toda a prática humana" (Nowakowska 2005: 25-26) e, portanto, *também o enunciado*. Se Ducrot conhecia os textos de Bakhtin, como é que ele preferiu o termo *polifonia* ao do *dialogismo*? *Dialogismo* teria sido mais conveniente para ele, uma vez que recobre melhor a noção de *diálogo* em sua descrição de fenômenos polifônicos⁹. Resumindo, para Bres (1996: 39) e Nowakowska (2005: 27), "Ducrot (1984) e seus epígonos [...] falam de *polifonia* onde Bakhtin fala de *dialogismo*. É que Bakhtin não é sem dúvida a inspiração direta de Ducrot¹⁰. Em vez disso, é Bally quem desempenha esse papel, como o mostram as próprias palavras de Ducrot:

Foi lendo Bally, e especialmente o início da *Linguística geral e linguística francesa* (1ª parte, 1ª seção), que fui levado a esboçar uma teoria linguística da polifonia" (Ducrot 1986: 37, cf. também p. 13-14).

2.2. Definição da noção de polifonia

O conceito-chave de *polifonia*¹¹ não é explicitamente definido em nenhum lugar por Ducrot (1984a). Na melhor das hipóteses, há uma *caracterização* do que ele chama de "concepção polifônica de sentido":

⁹ P.ex. *diálogo interno, diálogo cristalizado* 1984a: 198, 218; 1986: 25. É possível encontrar *cristalização do diálogo* em Ducrot 1980 (p.53).

¹⁰ Veja as observações em Anscombre (2009:12).

¹¹ Sete ocorrências do substantivo *Polifonia* no capítulo VII, cinco do adjetivo *Polifônico*.

É o objeto próprio de uma concepção polifônica de sentido mostrar como um enunciado sinaliza, em sua enunciação, a sobreposição de várias vozes. (1984a: 183)

Esta caracterização contém o termo voz, termo frequente em Ducrot 1984a¹² e também recorrente nas traduções francesas de Bakhtin (por exemplo, 1970: 32). No entanto, este termo é ambíguo. O que são essas vozes? ¹³

Trata-se, metonimicamente, dos seres ou personagens que, de acordo com o enunciado, se expressam na enunciação (instâncias enunciativas ou "seres discursivos", portanto)? Os extratos seguintes levam a crer:

–"várias vozes *falam* simultaneamente" (1984a: 171, nosso itálico)

–"Quanto ao enunciador E₁ [...] ele é assimilado a um certo SE (ON), a uma voz *coletiva, no interior da qual o locutor está ele mesmo localizado*" (p.231, nosso itálico)¹⁴

–"certos morfemas e certas construções têm por função específica *dividir a responsabilidade* da fala entre diferentes vozes (1984b: 3)

Ou trata-se de *visões, posições ou atitudes* (Ducrot 1984a: 204) desses seres¹⁵, é o que sugerem por sua vez os seguintes extratos:

–"Daí a ideia de que o sentido do enunciado [...] pode fazer aparecer vozes que não são *as* de um locutor" (1984a: 04, nosso itálico)

¹² Quatorze ocorrências do termo neste texto.

¹³ Segundo esta interpretação de Lescano, as vozes seriam os enunciadores: "Um segundo momento fundador da teoria da polifonia é aquele da aparição de "vozes" que coabitam no interior de um enunciado, *que serão chamadas de "enunciadores"* » (2016: 5, nosso itálico).

¹⁴ Interpretação aprovada pela seguinte caracterização, dada em Ducrot (1980: 44-45, nosso itálico) : «Eu falarei ao contrário de interpretação *Polifônica* se o ato ilocucionário de afirmação pelo qual a enunciação é caracterizada é atribuído a um *personagem diferente do locutor L* », onde ele é claramente questão de personagem, ou seja, de instâncias enunciativas. Cf. também em Kronning (1996: 43): "duas vozes expressam cada uma seu pdv" e Kronning (2014: 125): "as vozes" [...] às quais esses conteúdos semânticos [ou seja, pontos de vista] são atribuídos."

¹⁵ De acordo com Fløttum – é assim que Nølke os interpreta: "Com uma concepção polifônica de significado, o objetivo é demonstrar como as expressões podem sinalizar a presença de várias vozes, ou pontos de vista em Nølke'terminology." (Fløttum , 2001a : 118, nosso itálico).

– “eu substituí a expressão original "mencionar um discurso” por¹⁶ “fazer ouvir uma voz ". (1984a: 210, nosso itálico)¹⁷.

A conclusão teórica que poderia ser extraída dessa ambiguidade é que os critérios para a definição da polifonia não são suficientemente explícitos para permitir uma identificação segura de fenômenos polifônicos. A possível dupla interpretação da palavra voz explica algumas variações posteriores na teoria da polifonia (ou do dialogismo). A teoria escandinava, por exemplo, interpreta voz como ponto de vista, tendo os polifonistas escandinavos suprimido a noção de enunciador de seu quadro (Fløttum 2001a, ver o capítulo sobre Nalke e ScaPoLine).

Ducrot (2001) vai propor uma caracterização um pouco mais "completa" da polifonia na forma de três teses que, segundo o autor, "são encontradas em todas as concepções da polifonia linguística":

1. "a distinção entre *sujeito falante* (produtor empírico) e *locutor*" »
2. o fato de que "certos enunciados apresentam simultaneamente vários pontos de vista"
3. o fato de que "o sentido do enunciado pode atribuir ao locutor diferentes atitudes [de adesão ou não-adesão] em face a esse ou a esses pontos de vista" (2001: 20)

Vamos apresentar agora os principais conceitos que fazem parte do quadro descritivo da polifonia (alguns dos quais já foram utilizados acima).

¹⁶ Na citação, Ducrot refere-se a Sperber e Wilson (1978), que usam a noção de *menção* (*mention*) para descrever a ironia.

¹⁷ Cf. também, em "Mise au point", a afirmação: « Uma concepção de polifonia... que também não é mais a nossa, consiste em [...] compreender a polifonia como a coexistência de muitas *falas* (*paroles*) no interior de um único enunciado, o que corresponde a uma interpretação quase literal da palavra "voz" (Carel & Ducrot 2009: 34). Os autores reconhecem a assimilação corrente de voz à *fala* (mais próximo sem dúvida de *ponto de vista* que de *enunciador*), embora rejeitem isso como um critério definidor da polifonia, versão Ducrot.

3. Principais noções do quadro descritivo da teoria da polifonia

3.1. Breve retomada de noções de base da pragmática integrada

3.1.1. Enunciação

A teoria da polifonia é uma teoria *da enunciação*. Ducrot define este termo da seguinte forma (1984a: 178 e seguintes):

O que eu vou designar com este termo é o evento constituído pelo **aparecimento** de um enunciado. A **realização de um enunciado** é de fato um **evento histórico**" (p. 179); « [...] para mim, é simplesmente o fato de que um enunciado **aparece**" (p. 179). O conceito de enunciação "não contém em si desde o início a noção de um sujeito falante (p.180).

No total, de acordo com esses elementos definidores, a enunciação é um *evento histórico* composto por dois constituintes, o enunciado e seu sentido. A partir desse conceito de enunciação, Ducrot especifica que "ele não contém nele mesmo desde o início a noção de um sujeito falante" (1984a: 180-81), embora o sentido seja algo que o sujeito falante procura comunicar.

3.1.2. Enunciado

O termo *enunciado* designa "aquilo que um locutor produz, aquilo que um ouvinte ouve" (Ducrot, 1980: 7). É uma "realidade concreta"» (Ducrot, 1984a: 131), que pertence, para o linguista, ao domínio do *observável*: "o que o linguista pode tomar como observável é o enunciado" (1984a: 174). Isso também vale para o *discurso*, do qual o enunciado faz parte (1984 a: 174) sendo "fragmento do discurso" (1984a: 177). O enunciado deve ser visto (delimitado) no fluxo da fala, algo que não tem nada de óbvio, porque depende da intenção do sujeito *falante*. A segmentação de um discurso em enunciados decorre do que Ducrot chama de as "hipóteses externas" da teoria linguística (1984a: 174). Para ele, um enunciado corresponde a um "segmento relativamente autônomo" em relação à escolha de outros segmentos (1984a: 174-175). Segmentar um discurso em enunciados é:

admitir que essa segmentação reproduz a sucessão de escolhas "relativamente autônomas" que o sujeito falante julga ter efetuado. Dizer que um discurso constitui um só enunciado é, inversamente, supor que o sujeito falante o apresentou como o objeto de uma escolha única. (1984 : 175).

Isso é ilustrado pela "sequência" *Coma para viver*. Trata-se de um único enunciado ou de dois enunciados sucessivos? Ducrot oferece a seguinte análise:

Se esta sequência é utilizada "para incitar a temperança de uma pessoa muito gananciosa [...] *Coma* não constitui um enunciado, porque é escolhido apenas para produzir a mensagem global: o sujeito falante não deu primeiro o conselho "*Coma!*" ao qual ele teria então acrescentado a especificação "*para viver*". Mas se a mesma sequência serve para aconselhar uma pessoa doente sem apetite para comer pelo menos alguma coisa, *Coma* deve ser entendido como um enunciado ... reforçado em seguida por um segundo enunciado que traz um argumento para apoiar o conselho anterior" (1984a: 175).

Na primeira intenção tomada do sujeito falante que produz *Coma para viver!* ("incitar a temperança, portanto desaconselhar a comer em excesso"), *para viver* é o constituinte de um enunciado que, sem ele, seria incoerente¹⁸; como resultado, nem *para viver*, nem *coma* tem autonomia e *coma* não é um enunciado, mas parte de um enunciado que também contém *para viver*. No segundo ("incitar a comer"), enunciar *coma* é suficiente por si mesmo. *Coma* tem o status de enunciado, assim como o tem *para viver*.

3.1.3. Sentido

Ao enunciado está associado um "valor semântico" que Ducrot rotula de sentido (1980: 7-8). O sentido é "algo" que o *sujeito falante procura comunicar ao interlocutor* (1984a: (182 e 184). O sentido de um enunciado não é para Ducrot um conteúdo, não é o que é chamado de sentido *literal*. Ele consiste em uma *descrição* ou *qualificação* da enunciação (1984a: 182):

¹⁸ Ou irônico.

Todo enunciado traz consigo uma qualificação de sua enunciação, qualificação que para mim constitui o sentido do enunciado (1984a: 174).

Assim como o próprio enunciado, o *sentido do enunciado* tem status *observável*:

No trabalho do linguista semântico, o *sentido* pertence ao domínio do *observável*, ao domínio dos fatos: o fato que termos de explicar é que tal enunciado tem tal(is) sentido(s), ou seja, que ele é suscetível de tal(is) interpretação(ões). (1984a :180, nosso itálico).

Uma vez delimitado no discurso e afetado por um sentido, o enunciado torna-se, para o semântico, um observável concreto que ele tem a tarefa de *explicar*.

3.1.4. Frase e *significação*

Do enunciado, objeto concreto, observável, distingue-se, na teoria de Ducrot, a *frase*, objeto abstrato, teórico, que serve para explicar o enunciado:

Quero dizer, por frase, neste capítulo, uma entidade linguística abstrata, puramente teórica, neste caso um conjunto de palavras combinadas de acordo com as regras da sintaxe, conjunto retirado de qualquer situação de discurso (Ducrot, 1980: 7).

A frase não pertence ao domínio do observável para o linguista, mas constitui uma invenção da gramática. O que o linguista pode tomar como observável é o enunciado, considerado a manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase. Suponhamos que duas pessoas diferentes digam: "Faz bom tempo" ou que a mesma pessoa diga isso em dois momentos diferentes: encontramos na presença de dois enunciados diferentes, de dois observáveis diferentes, observáveis que a maioria dos linguistas explicam decidindo que se trata de duas ocorrências da mesma frase portuguesa, definida como uma estrutura lexical e sintática, e que se supõe que ela lhes é subjacente. (1984a:174).

O valor semântico agregado à frase é chamado de *significação* (Ducrot, 1980: 7-8). Ela (a *significação*) é descrita em termos de instruções:

De nossa parte, o que entendemos por significação (da palavra ou frase) é outra coisa, que não o "significado literal" [...]. Pois ela [a significação] não é um constituinte do enunciado, mas é, ao contrário, completamente heterogênea. Ela contém acima de tudo, em nossa opinião, instruções dadas àqueles que terão que interpretar um enunciado da frase, pedindo-lhes que busquem na situação do discurso um determinado tipo de informação e a utilizem de uma determinada maneira para reconstruir o sentido pretendido pelo locutor (Ducrot, 1980: 12).

Estas instruções, destinadas “àqueles que terão que interpretar um enunciado da frase”, representam *variáveis*, que as pessoas que têm que interpretar o enunciado devem escolher¹⁹ (ou *instanciar*) para “reconstruir o significado pretendido pelo locutor”:

[a significação] Prefiro representá-la como um *conjunto de instruções* dadas àqueles que têm que interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam quais manobras realizar para associar um sentido a esses enunciados. Conhecer a significação da frase francesa (portuguesa) subjacente a um enunciado "O tempo está bom " é saber o que é necessário fazer, quando se está na presença desse enunciado para interpretá-lo. A significação contém, pois, por exemplo, uma instrução solicitando que se procure de que lugar fala o locutor e que se admita que ele afirma a existência de bom tempo no lugar do qual ele está falando. Isso explica por que um enunciado como "O tempo está bom " não pode ter por sentido que está fazendo bom tempo em qualquer parte do mundo, mas significa sempre que faz bom tempo em Grenoble, ou Paris, ou Waterloo. Da mesma forma, a significação de uma frase no presente do indicativo prescreve ao interpretante determinar um certo período – que pode ser de duração bastante diversa, mas deve incluir o tempo da enunciação – e relacionar a este período a asserção feita pelo locutor. (1984a: 181).

Todas essas noções de base da teoria da enunciação de Ducrot podem ser resumidas na tabela a seguir, onde a *frase* se enquadra no sistema da *língua*, o enunciado, no uso do sistema, na fala:

¹⁹ No original, *saturer*, que não tem correspondente em português. Segundo explicação dos autores, escolher, decidir entre as variáveis possíveis.

Sistema	Utilização do sistema
Língua	Fala
Frase	Enunciado
Significação	Sentido

3.2. Noções da teoria da polifonia

A premissa central da teoria da polifonia de Ducrot é que o que é comumente chamado de *de sujeito falante* designa em geral várias instâncias enunciativas: o *locutor*, o *enunciador* e o *produtor empírico*, distinguidos por responsabilidades diferentes.

3.2.1. O locutor

O *locutor* de Ducrot é o que ele chama de "*ser de discurso* (ou "*ser discursivo*"), ou seja, um ser que "só existe na semântica (*sémantisme*) do enunciado" (2001: 20), que não tem existência extralinguística. É um ser que é apresentado "no próprio sentido do enunciado" como aquele "a quem deve ser atribuída a responsabilidade do enunciado" (1984: 193) ou a "responsabilidade da enunciação" (2001: 20). O locutor "é designado pelas marcas da primeira pessoa (aquele que é o suporte de processos expressos por um verbo cujo sujeito é eu, o proprietário dos objetos qualificados de *meus*, aquele que se encontra no lugar chamado *aqui*)" (Ducrot 1984a: 190):

- (1) – Ah, *eu* sou um tolo, eh *bem*, você vai ver...
(Ducrot 1982: 66, cf. também Ducrot 1984a: 191-192)
(2) Jean me disse: *Eu* irei (1984a: 196)

Em (1), o locutor está inscrito no enunciado pelo pronome *eu*. Em (2), há dois pronomes de primeira pessoa em um único e mesmo enunciado: *me* e *eu*. Estes referem dois locutores diferentes, cada um responsável por uma enunciação distinta (1984: 196; ver também mais adiante, § 4.2), com o *eu* referindo-se a Jean).

As responsabilidades atribuídas pelo enunciado ao locutor são especificadas em (Ducrot 2001): "a da escolha dos enunciadores" (2001: 21), a de "atitudes tomadas em relação aos enunciadores"²⁰ e a

²⁰ Ele pode apresentá-los como seus porta-vozes [...], mas ele também pode simplesmente concordar com eles ou se opor a eles" (2001: 21).

de "indicações sobre a identidade dos enunciadores" (2001: 21). O locutor pode até mesmo "envolver um outro locutor" (2001: 33), notadamente no relato de um discurso direto; nesse caso, distinguir-se-á "locutor reportante" e locutor reportado" (2001: 33).

Outra distinção feita por Ducrot no interior mesmo do locutor é aquela de *locutor como tal* (simbolizado por L) e *locutor como um ser do mundo* (simbolizado por λ) (1984a: 1999). Ambos seres do discurso, λ e L não existem no mundo extralinguístico; existem apenas no discurso, no enunciado: λ é uma pessoa "completa", "que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado" (1984a: 199); é, para dizer nas palavras de Anscombe (2009: 18), "a representação linguística do ser do mundo real". L é um ser de discurso que é tomado em sua propriedade exclusiva de ser (e de dar-se como) a origem do enunciado, o responsável pela enunciação. De acordo com essas definições, eu em (3)a refere o locutor enquanto ser do mundo, λ (1984a: 200), enquanto eu em (3)b refere o locutor como tal, L, tomado em sua atividade de enunciação:²¹

- (3) a. *Eu* estou triste.
- b. *Eu* te juro que é verdade.

O status de locutor de um enunciado é comparado por Ducrot (1984a: 207; 2001: 39) ao de narrador de uma narrativa, como concebido por Genette (1972), assim como o autor da narrativa corresponde ao produtor empírico (ver adiante, § 4.3.).

²¹ Ducrot, no entanto, não distingue sistematicamente os dois. Assim ele escreve, sobre a troca:

- *Onde você estava na semana passada? - Na semana passada eu estava em Lyon:*
« Se notarmos, "L" o indivíduo a quem a pergunta é dirigida e quem articula a resposta, é bem L que é designado por eu (é de L que se diz que ele estava em Lyon) e é ainda L que assume a responsabilidade pelo ato de afirmar transmitido pelo enunciado. (1984a: 191)

Aplicando a distinção que ele faz e considerando sua análise de (3)a, nós teríamos colocado aqui λ e não L.

3.2.2. Os enunciadores

Os *enunciadores* são, assim como o locutor, "seres do discurso", instâncias às quais "nenhuma palavra é atribuída, no sentido material do termo" (1984:205), mas aos quais o sentido do enunciado atribui pontos de vista.

Os enunciadores "devem se expressar através da enunciação, sem que lhes sejam atribuídas palavras específicas; se eles "falam", é apenas no sentido de que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas falas (1984a: 204).

Os enunciadores pertencem à "imagem que o enunciado dá da enunciação" (1984:204). São "intermediários entre o locutor e os pontos de vista" (2001: 20). Na comparação com a narrativa, os enunciadores no enunciado corresponderiam ao que Genette (1972) na teoria da narratologia chama de "sujeitos focalizadores" na narrativa (2001: 39).

O uso que Ducrot fez do termo *enunciador* pode surpreender e ele mesmo admite que esse termo "foi muito mal escolhido" (2001: 19). Isso porque a palavra *enunciador* "evoca, por sua construção morfológica, a ideia de um produtor (*fabriquant*) do enunciado - enquanto ele é destinado a designar, no enunciado, uma forma de subjetividade que precisamente não é a de produtor do enunciado" (2001: 19). Mesmo assim, Ducrot mantém o termo em Ducrot (2001) e em Carel e Ducrot (2009). Ele acabará sendo abandonado na "segunda teoria argumentativa da polifonia", de Carel (Lescano 2016: 9), em favor dos conceitos "ângulo de visão" e "Pessoa" (Lescano 2016: 9).

3.2.3. O produtor empírico

O *produtor empírico* (1984a: 172) ou *autor empírico* (1984a: 193) do enunciado, também chamado de "produtor de fala" (1984a: 193), é "o ser psicossociológico ao qual é atribuída [a] origem [do enunciado]" (Ducrot 2001: 20), o que produziu fisicamente o enunciado, que é, portanto, "uma pessoa fora do enunciado" (Ducrot 1984b: 15). Ele pertence ao mundo extralinguístico. Ele não é um ser discursivo e, como tal, segundo Ducrot, a descrição linguística não precisa levá-lo em consideração, pois ele não

se inscreve como uma indicação semântica no enunciado. Se o enunciado se refere ao seu produtor, é sempre através do personagem do locutor. Fazendo a comparação com a narrativa, o produtor empírico de um enunciado corresponde ao escritor, "personagem social" (2001: 39), autor de uma história, não ao narrador.

É importante notar que o termo "*sujeito falante*" é usado por Ducrot às vezes para se referir ao produtor empírico, outras ao locutor. *Sujeito falante* tem, assim, em Ducrot (1984a, 1984b e 1982) um duplo sentido, às vezes hiperônimo (cobrindo o produtor empírico, o locutor e o enunciador), às vezes hipônimo (designando apenas o produtor empírico), como o ilustram respectivamente os trechos citados em (i) e (ii):

(i) – Um pré-requisito de "a linguística moderna", "é a **unicidade** do *sujeito falante*" (1984a: 171, itálicos e negritos nossos.)

– "O locutor é, portanto, o **primeiro tipo** de "*sujeito falante*" (1982: 75, nosso itálico)"

(ii) – "o locutor (ser do discurso) tem sido distinguido do *sujeito falante* (ser empírico)" (1984a: 199, itálicos e negritos nossos).

– não se pode confundir "o locutor – que, para mim, é uma ficção discursiva – com o *sujeito falante* – que é um **elemento da experiência**" (1984a: 198-199, itálicos e negritos nossos).

Em Ducrot (1984a), o *sujeito falante* é hiperônimo aproximadamente na primeira parte do capítulo (p. ex. p.171, 178, 190), quando Ducrot o toma no sentido que ele tem para os linguistas aos quais ele pretende se opor, e hipônimo na segunda parte do texto (p. Ex., 1984a: 198, 199, 200, 206, etc.). Na segunda acepção, às vezes é acompanhado a um adjetivo: *efetivo* (1984a: 195), *empírico* (p.207) ou de uma oposição: "(ser empírico)" (1984a: 199). Quando Ducrot voltou a sua teoria da polifonia em 2001, o termo *sujeito falante* claramente não passava de um hipônimo, com o sentido de *produtor empírico*, os adjetivos *empírico* e *real* podem agora ser colocados entre parênteses.

3.2.4. Ponto de vista

Importante ainda na metalinguagem de Ducrot (1984a) é a noção de *ponto de vista* (de agora em diante *pdv*²²), frequentemente associada por Ducrot às de *posição* e *atitude*. Nenhum desses termos está explicitamente definido. Um *pdv* para Ducrot não é um enunciado no sentido de um "sequência de palavras" (p.218), uma "entidade semântica abstrata" (p.218), mas uma "proposição no sentido lógico, ou seja [...] um objeto de pensamento" (p. 219), portanto, não necessariamente relacionado a um significante. Assim, o *pdv* afirmativo subjacente ao enunciado (4)a é (4)b, uma vez que o enunciado correspondente literalmente não existe:

- (4) a. Pedro não fez grande coisa (p.2 18)
b. Pierre fez muitas coisas / trabalhou muito

O *pdv* de Ducrot corresponde aproximadamente à *proposição* em outros quadros teóricos, vericondicionais. Esta escolha da terminologia *pdv* é explicada pela concepção anti-descritivista da relação língua/realidade que Ducrot defende e por sua concepção argumentativa da língua:

o que se chama *ideia, dictum, conteúdo proposicional* não é composto por nada além de, na minha opinião, uma ou mais tomadas de posições [sic] (Ducrot 1993: 128).

Todo conteúdo de enunciado é necessariamente para Ducrot um *pdv*, seja *ele avaliativo*, ou, à primeira vista *puramente descritivo*, como em *Paulo parou de fumar*.

Os *pdv* podem manter relações entre si. Ducrot distingue pelo menos três tipos deles: *justaposição*, *sobreposição* e *reação a*:

Há polifonia quando em um enunciado há multiplicidade de *pdv* que **"se justapõem, se sobrepoem ou se respondem"** (Ducrot 1986: 26, negritos nossos)

²² Ducrot, ele mesmo, não usa esta abreviação – introduzida por polifonistas escandinavos – mais que em um único texto tardio de 2001 (publicado na revista de polifonistas escandinavos).

4. Ilustração de alguns fenômenos de polifonia descritos por Ducrot

Ducrot 1984a analisa como polifônicos fenômenos linguísticos tão diversos quanto:

- o eco imitativo e o discurso relatado direto – dois casos de "dupla enunciação" (1984a: 203)
- a negação
- o sentido e emprego (*fonctionnement*) de *ao contrário*
- a ironia (e a auto-ironia)
- a pressuposição

4.1. O eco imitativo

O exemplo mais revelador para nós da teoria da polifonia de Ducrot é (5)

(5)– "Ah! eu sou um tolo, eh bem, você vai ver...
(Ducrot 1982: 66, cf. também Ducrot 1984: 191-192)

O pronome *eu* (*je*) designa o *locutor*, aquele que o próprio enunciado indica como o responsável por sua própria produção, mas é claro que há pouca chance de que o pdv expresso por este enunciado (*eu sou um tolo*) possa ser considerado um pdv do locutor (1984a: 172). O encadeamento que marca bem o desacordo *eh bem você vai ver...*, e talvez também a interjeição de espanto *Ah* devem ser colocados na conta de um enunciator com o qual o locutor se identifica, o que mostra que o pdv deve ser interpretado como o de outro enunciator. O enunciado se apresenta como uma espécie de repetição em eco de um pdv enunciado ou sugerido por qualquer um outro e que o locutor apenas repete, sem endossá-lo. É uma forma de retomada um pouco comparável a este, mais direto, que Ducrot chama de "eco imitativo" (1984a: 197):

(6) A – "Estou com dor"
B – "Estou com dor; não pense que você vai me amolecer assim"

O ser do discurso, a quem o enunciado atribui o pdv de B, é um *enunciador*.

A presença simultânea, em um único e mesmo enunciado, de dois pontos de vista, atribuídos a dois enunciadores, é uma primeira forma de *polifonia* descrita por Ducrot.

4.2 O discurso relatado direto

Vimos acima (§ 3.2.1) que no discurso relatado direto (DD) pode haver, em um único enunciado, dois locutores, referindo-se a dois seres diferentes, através de dois pronomes de primeira pessoa não correferenciais. É assim que em (2) não há dois enunciados sucessivos, mas um só enunciado, o segmento *Jean me disse* não poderia satisfazer a exigência de independência contida na definição de enunciado de Ducrot (1984: 196) (ver (3.1.2)).

Sabe-se que o DD não pode ser descrito como uma forma de relato de discurso que relata sempre as palavras de forma *literal*. Exemplos como (7) e (8) mostram que não é uma questão de literalidade ou de correspondência de formas no DD:

(7) E Aïcha então sussurrou para mim *em árabe*: "Eu te amo."

(8) *Em uma palavra*, Pedro me disse "Eu tenho o suficiente" (1984a: 199)

De fato, *Eu te amo* não é do árabe, mas uma tradução para o francês (aqui para o português) das palavras originais de Aïsha em árabe, e *Eu tenho o suficiente* apresenta-se por "em uma palavra" como o resumo do discurso de Pedro. Não há, pois, literalidade. O relato em DD deve, portanto, ser caracterizado de forma diferente. Isso é o que Ducrot faz usando as noções introduzidas em sua teoria da polifonia:

Podemos admitir... que o autor do relato, por informar sobre o discurso original, põe em cena, faz ouvir, uma fala que ele simplesmente supõe ter certos pontos em comum com aquela sobre a qual ele quer informar seu interlocutor. A verdade do relato não implica, portanto [...] uma conformidade material entre falas originais e falas que aparecem no discurso do relator (1984a: 1999).

Com o DD, o locutor "coloca em cena uma fala muito diferente, mas que preserva, ou mesmo acentua, o essencial" (1984a: 199). É isso que vemos em (7) e (8). Para a precisão do discurso, basta que a fala "realmente manifeste certas características marcantes da fala reportada" (1984a: 1999). A conclusão dessa caracterização do DD é

"isso não significa que sua verdade dependa de uma correspondência literal, termo a termo" (1984a: 1999).

A presença de vários locutores em um único e mesmo enunciado é uma segunda forma de polifonia que Ducrot prevê.

4.3. Negação

Um segundo fenômeno polifônico é a chamada negação "polêmica". O exemplo a seguir é tirado da vivência de Oswald Ducrot²³. Um dia alguém lhe disse, na saída de um curso ou conferência:

(9)– "Sr. Ducrot, você não é preguiçoso!

A presença da negação neste enunciado, embora possa ser refutada, não impede que o destinatário do enunciado possa sentir-se um pouco ofendido. É que a negação deste conteúdo sugere que alguém pode ter dito ou acreditado no conteúdo positivo correspondente, ou seja, que O. Ducrot é preguiçoso. Ducrot analisou a negação neste enunciado – que ele chama de negação "polêmica" – pelo mecanismo da polifonia. Todo enunciado contendo uma negação polêmica, como (9), faz ouvir duas vozes, a voz de um enunciador que expressa um pdv positivo e a voz de um segundo enunciador que refuta esse pdv positivo e, assim, mostra que ele adere ao pdv negativo. É por seu caráter intrinsecamente polifônico – onde sempre se ouve não só o pdv negativo, mas também o pdv positivo, assumido por outro enunciador – que este enunciado tem algo de virtualmente ofensivo ou perturbador.

O comportamento do pronome anafórico *o* (*le*) permite mostrar a co-presença dos dois pdv – o pdv positivo e o pdv negativo – em um enunciado negativo:

- (10) a. Esta parede não é branca. Eu te **o** havia dito.
b. Esta parede não é branca. Eu **o** pensei, no entanto.

²³ Uma anedota que Oswald Ducrot nos contou em junho de 2004, durante uma entrevista em Paris sobre sua teoria de Polifonia.

Em 10a, o pronome *o* retoma o pdv negativo "Esta parede não é branca" (o que dá: eu te havia dito *que esta parede não é branca*); em 10b., ele repete o pdv positivo "Esta parede é branca" (o que dá: *Eu pensei que esta parede era branca*). Se assumimos que um enunciado que contém uma negação polêmica é polifônico e que ele contém, portanto, em sua estrutura dois pdv, um positivo, outro negativo, atribuíveis a dois enunciadores distintos, pode-se explicar que o pronome *o* (*le*), dependendo do caso, pode se referir tanto a um quanto a outro desses dois pdv.

Aos exemplos em 10, acrescentaremos o de Anscombe (1990: 102); o pronome anafórico desta vez é *isso*; o enunciado é ambíguo, ambiguidade que explica a teoria polifônica:

(11) Pedro não virá, porque *isso* me incomoda.

Isso pode referir *que ele vem* ou *que ele não vem*. No primeiro caso, Pedro se abstém de vir porque sua vinda não agradaria o locutor (inscrito no enunciado por *me*); no segundo caso, ele se abstém de vir para "irritar/incomodar" justamente o locutor, sabendo que ele gostaria que viesse.²⁴

4.4. Pelo contrário e o diálogo cristalizado

A utilidade do conceito de polifonia pode ser justificada pela análise de *pelo contrário*. Consideremos o seguinte exemplo:

(12) Paulo não é inteligente, *pelo contrário*, ele é muito estúpido.

Em 12, *pelo contrário*, à primeira vista, parece conectar dois segmentos que não são opostos: *ele não é inteligente* e *ele é muito estúpido*. Se colocarmos esses conteúdos em um diálogo, o emprego de *pelo contrário* parece mais facilmente justificável em relação ao seu sentido lexical. Em 13, o locutor B, em desacordo com o que o locutor A acabou de dizer, se opõe ao pdv deste último pelo emprego da locução *pelo contrário*, que serve para qualificar efetivamente de "contrários" os pdv de A "Paulo é inteligente" e B "Paulo é muito estúpido":

²⁴ Para uma reflexão crítica sobre a análise polifônica da negação, ver Larrivé 2011.

- (13) A – Paulo é inteligente.
B – **Pelo contrário**, ele é muito estúpido

A hipótese polifônica traz (ramène) de fato o emprego de *pelo contrário* de (12) ao de (13) postula que o enunciado (12) contém um micro-diálogo cristalizado entre dois enunciadores, semelhante ao diálogo que se tem em (13): um primeiro enunciador que assume o pdv Paulo é *inteligente* e um segundo enunciador, que se opõe ao pdv do primeiro, qualificando Paulo de *não inteligente* ou de *muito estúpido*. A negação na primeira parte de 12 é uma negação polêmica, que já é polifônica em si. *Pelo contrário*, confirma essa análise, apoiando-se no pdv positivo subjacente à primeira parte negada da frase (pdv que a negação já se encarregava de rejeitar), e não negando a primeira proposição (negativa) da frase. *Pelo contrário*, liga, portanto, pdvs e não proposições.

4.5. Ironia e auto-ironia antifrásticas

Por ironia "antifrástica" entende-se a ironia, que consiste em dizer P para que o interlocutor entenda não-P. É dizer, por exemplo (14), quando havia sido anunciado um dia antes que Pedro viria no dia seguinte e o interlocutor se recusou a acreditar nele, ele poderia então dizer, mostrando Pedro realmente presente:

- (14) Vocês veem, Pedro não veio me ver. (1984a: 211)

O exemplo 14 é analisado por Ducrot da seguinte forma:

Esta enunciação irônica pela qual assumo a responsabilidade como locutor (é a mim que o me designa), apresento-a como expressão de um ponto de vista absurdo, absurdidade da qual não sou eu o enunciador, podendo até mesmo, neste caso, serem vocês (é esta assimilação do enunciador ao alocutário que torna esta ironia agressiva): faço-os sustentar, na presença de Pedro, que Pedro não está presente. (1984a: 211).

Sabemos como às vezes é difícil detectar se as palavras de alguém são sérias ou irônicas. Isso porque a ironia não está marcada²⁵ abertamente, como o é por exemplo a negação. Assim (15),

(15) Oh, mas isso é bom!

pode ser ambíguo em certos contextos entre uma leitura negativa (ironia antifrástica) e uma leitura positiva. Um enunciado negativo como *isto não é bom*, por outro lado, diz explicitamente que isto não é bom (embora também possa se prestar a uma leitura antifrástica irônica – caso de figura de polifonia complexa. Isso pode ser muito bem explicado pela análise polifônica da ironia proposta por Ducrot (que se inspirou na de Sperber e Wilson (1978)). Na ironia, para Ducrot, “o locutor “faz ouvir” um discurso absurdo” mas “como o discurso de qualquer outra pessoa” (1984a: 210) e sem que o enunciado carregue marcas de um relato de discurso (como no discurso relatado direto ou indireto). A ironia é, portanto, analisada “polifonicamente” da seguinte forma:

Falar de forma irônica é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador E, uma posição pela qual também se sabe que o locutor L não assume a responsabilidade e, mais, que ele a considera absurda. Apesar de ser dado como responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, a origem do ponto de vista expresso na enunciação (1984: 211).

Na ironia, L coloca em cena, portanto, um enunciador que defende um pdv absurdo que L recusa (Ducrot 2001), mas sem que L coloque em cena para este fim outro enunciador (identificado a ele mesmo, por exemplo), que se oponha explicitamente ao ponto de vista do enunciador absurdo (por exemplo, por meio de negação *não*). É a realidade extralingüística que vai mostrar que o pdv é absurdo. É precisamente isso que torna a ironia difícil de detectar às vezes: nem sempre é óbvio ver se elementos da realidade contradizem o pdv (a entonação pode, contudo, ajudar). Se este não for o caso, ele é simplesmente interpretado como um pdv sério apoiado pelo enunciador com quem o locutor se identifica.

Exceto em alguns torneios especializados do tipo: *É bonito, Desculpe um pouco*, Etc. (Ducrot 184: 221; veja também Ducrot e.a. 1980: 120).

Na análise polifônica, a ironia difere da negação: na primeira, L coloca em cena apenas um enunciador, aquele que defende o pdv absurdo, e deixa à realidade extralinguística negar o pdv; no segundo, um pdv é explicitamente negado.

Na **auto-ironia**, o orador tira sarro de si mesmo. Assim, um locutor que havia previsto que choveria hoje, percebendo que faz um tempo bonito, pode tirar sarro de suas habilidades meteorológicas e dizer, mostrando o céu azul:

(16) "Vocês veem, está chovendo."

A análise polifônica de Ducrot mobiliza as noções de locutor λ e locutor L:

O enunciador ridículo é aqui assimilado a mim mesmo, o que parece contradizer a descrição da ironia proposta anteriormente. De fato, a solução é imediata desde que se aceite a distinção de L [o locutor como tal] de λ [o locutor-como-ser-do-mundo] [...]. O ser a quem L, responsável pela enunciação, e somente por ela, assimila o sujeito enunciador do ponto de vista absurdo é λ , o meteorologista ignorante que se envolveu em prever o tempo sem ser capaz. Mas justamente L, enquanto é responsável pela enunciação, e escolhe o enunciado, não escolhe agir como meteorologista: o que ele faz é um ato de zombaria, e isso apresentando uma previsão realizada por um enunciador do qual ele se distancia no interior de seu próprio discurso (mesmo se deve identificar-se a ele no mundo). Por isso, o interesse estratégico da auto-ironia: L tira proveito das tolices de λ , proveito do qual λ se beneficia em seguida como consequência, já que L é uma de suas múltiplas figuras (1984a: 212-213).

4.6. A pressuposição

A pressuposição também se presta a um "tratamento polifônico" em Ducrot 1984a, mas até então o autor a havia visto como um ato ilocutório de pressuposição (1984a: 190). Prendamos o exemplo clássico:

(17) Pedro parou de fumar.

Veja a análise que Ducrot propôs:

Eu diria que ele [o locutor] apresenta dois enunciadores, E_1 e E_2 , responsáveis, respectivamente, pelos conteúdos, pressuposto e posto. O enunciador E_2 é assimilado ao locutor, o que permite realizar um ato de afirmação. Quanto ao enunciador E_1 , aquele segundo o qual Pedro fumava anteriormente, ele é assimilado a um certo SE (ON), a uma voz coletiva, no interior da qual o locutor está localizado (utilizo neste ponto as ideias de Berrendonner, 1981, Cap. II). Assim, no nível dos enunciadores, não há, pois, o ato de pressuposição. Mas o enunciado se presta, entretanto, para realizar este ato, de modo derivado, na medida em que faz ouvir uma voz coletiva denunciando os erros passados de Pedro. A pressuposição entraria, assim, na mesma categoria dos atos de zombaria e concessão (1984a: 231).

4.7. O que podemos concluir a partir dessas ilustrações de análises polifônicas?

Estas análises polifônicas parecem-nos desenhar os contornos do que poderíamos chamar de tipos de *polifonia*, tipos diferenciados em função da pluralidade das instâncias enunciativas? Nós distinguiríamos: :

- polifonia de *dois enunciadores*. É o caso da pressuposição, da negação polêmica e do uso de *pelo contrário*. O locutor coloca em cena dois enunciadores, cada um "defendendo" um pdv. Um desses enunciadores é assimilado ao locutor;
- polifonia de *um único enunciador*, que defende um pdv com o qual o locutor não concorda, que é de certa forma apenas "o que coloca em cena" esse enunciador. Este é, de acordo com Ducrot, o caso da ironia e da auto-ironia. O locutor não se identifica explicitamente com nenhum enunciador;
- polifonia de *dois locutores*. É o caso do discurso direto e do eco imitativo.

5. Variantes e mutações da teoria

A versão "standard" (1984a) da teoria da polifonia de Ducrot resulta de várias alterações de versões anteriores. Os enunciadores, responsáveis por *atos de linguagem* em 1980, 1982 e 1984b, são responsáveis pelo *pdv, posições ou atitudes* em 1984a. A distinção entre *destinatário* ("pessoa supostamente objeto de atos *ilocutórios*",

1980: 233) e *alocutário* ("pessoa a quem supostamente a enunciação é endereçada"), realizada em 1980, não é mais utilizada em 1984a. A oposição *polifônica* e *discurso relatado* (direto e indireto) (1980: 44) é abandonada em 1984a, onde o DR entra nos fenômenos da polifonia. Enfim, é igualmente abandonada a distinção entre *enunciado-tipo* e *enunciado* curto, correspondente à ocorrência de um enunciado-tipo (p.ex. 1980: 12-13).

Tradução: Neiva M. Tebaldi

Bibliografias

- ANSCOMBRE J.-C. & DUCROT O., 1983, *L'argumentation dans la langue*, Mardaga.
- ANSCOMBRE J.-C., 1990, « Thème, espace discursif et représentations événementielle », in ANSCOMBRE, J.-C. & ZACCARIA, G. (éds), 1990, *Fonctionnalisme et Pragmatique. À propos de la notion de thème*, Milan, Unicopli, p. 43-150.
- ANSCOMBRE J.-C., 2009, « La comédie de la polyphonie et ses personnages », *Langue française*, 164, p. 11-30.
- BAKHTINE M., 1929 [1977], *Le marxisme et la philosophie du langage*, Minuit.
- BAKHTINE M., 1970, *La poétique de Dostoïevski*, Seuil.
- BALLY Ch., 1965 (4e éd), *Linguistique générale et linguistique française*, Francke.
- BAYLON Ch. & FABRE P., 1978, *Grammaire systématique de la langue française : avec des travaux pratiques d'application et leurs corrigés*, Nathan.
- BERRENDONNER A., 1981, *Éléments de pragmatique linguistique*, Paris, Minuit.
- BRES J. & NOWAKOWSKA, A., 2007, « Voix, point de vue... ou comment pêcher le dialogisme à la métaphore... », *Cahiers de praxématique*, 49, p. 103-132.
- BRES J. & ROSIER L., 2007, « Réfractions : polyphonie et dialogisme, deux exemples de reconfigurations théoriques dans les sciences du langage francophones », in Vauthier, B. (éd.) 2007, *Bakhtine, Volochinov et Medvedev dans les contextes européen et russe, Slavica Occitania*, 25, p. 238-251.
- BRES J., 2001, « Dialogique », « Dialogisme », « Dialogisme (Marqueurs de -) », in DETRIE C., SIBLOT P. & VERINE B., 2001, *Termes et concepts pour l'analyse du discours. Une approche praxématique*, Paris, Champion.
- BRES J., 2005, « Savoir de quoi on parle : dialogue, dialogal, dialogique ; dialogisme, polyphonie... », in BRES, J. e.a., 2005, p. 47-61.
- BRES J., HAILLET P. P., MELLET S., NØLKE H. & ROSIER L. (éds), 2005, *Dialogisme, polyphonie : approches linguistiques*, De Boeck.

- CAREL M. & DUCROT O., 2009, « Mise au point sur la polyphonie », *Langue française*, 164, p. 33-43.
- CAREL M., 2001, « Argumentation interne et argumentation externe au lexique : des propriétés différentes », *Langages*, 142, 142, p. 10-21.
- CAREL M., 2002, « Argumentation interne aux énoncés », *Revue de Sémantique et de Pragmatique*, 11, p. 101-119.
- CAREL M., 2008, « Polyphonie et argumentation », in M. BIRKELUND, M. B. M. HANSEN & C. NOREN (éds), 2008, *L'énonciation dans tous ses états. Mélanges offerts à Henning Nølke*. Berne, Peter Lang, p. 29-46.
- CAREL M., 2011a, « La polyphonie linguistique », *Transposition. Musique et sciences sociales*, 1, p. 1-16.
- CAREL M., 2011b, *L'entrelacement argumentatif. Lexique, discours et blocs sémantiques*, Paris, Champion.
- DENDALE P. & COLTIER D., 2003, « Point de vue et évidentialité », *Cahiers de praxématique*, 41, p. 105-129.
- DENDALE P. & COLTIER D., 2006, « Éléments de comparaison de trois théories linguistiques de la polyphonie et du dialogisme », in PERRIN, L. (éd.), 2006, *Le sens et ses voix. Dialogisme et polyphonie en langue et en discours*, Metz, Université Paul-Verlaine, p. 271-299.
- DENDALE P. & TASMOWSKI L. (éds), 2001, *Le conditionnel en français*, Université de Metz. (*Recherches linguistiques*, 25).
- DENDALE P. 2006, "Three linguistic theories of polyphony /dialogism: an external point of view and comparison", *Sproglig polyfoni. Arbejdspapirer*, 5, p. 3-32.
- DENDALE P. 2007, "A critical survey and comparison of French and Scandinavian frameworks for the description of linguistic polyphony and dialogism", in THERKELSEN, Rita, ANDERSEN Nina MØLLER & NØLKE Henning (éds), 2007, *Sproglig Polyfoni. Tekster om Bachtin og Scapoline*, Aarhus Universitetsforlag, p. 109-144.
- DUCROT O. e.a., 1980, *Les mots du discours*, Minuit.
- DUCROT O., 1980, « Analyse de textes et linguistique de l'énonciation », in DUCROT, O. e.a. (éds), p. 7-56.
- DUCROT O., 1982, « La notion de sujet parlant », *Cahier du groupe de recherches sur la philosophie et le langage*, 2, p. 65-93.
- DUCROT O., 1983, « Puisque, essai de description polyphonique », *Revue Romane*, numéro spécial 24, p. 166-185.
- DUCROT O., 1984a, *Le dire et le dit*, Minuit.
- DUCROT O., 1984b, « Polyphonie », *Lalies*, 4, p. 3-30.
- DUCROT O., 1986, « Charles Bally et la pragmatique », *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 40, p. 13-37.
- DUCROT O., 1989, *Logique, structure, énonciation*, Minuit.

- DUCROT O., 1993, « À quoi sert le concept de modalité ? », in Dittmar, N. & Reich, A. (éds), *Modalité et acquisition des langues*, de Gruyter, p. 111-129.
- DUCROT O., 2001, « Quelques raisons de distinguer "locuteurs" et "énonciateurs" », *Polyphonie – linguistique et littéraire, Documents de travail*, 3, p. 19-41.
- FLØTTUM K., 2001a, "Linguistic and literary polyphony – some methodological questions", in Vagle W. & Wikberg K. (eds), 2001, *New Directions in Nordic Text Linguistics and Discourse Analysis*, Novus, p. 113-122.
- FLØTTUM K., 2001b, « Les liens énonciatifs : tentative d'une nouvelle typologie », *Polyphonie – linguistique et littéraire*, 3, p. 67-86.
- GENETTE G., 1972, *Figures III*, Paris, Seuil.
- KRONNING H., 1996, *Modalité, cognition et polysémie : sémantique du verbe modal 'devoir'*, Acta Universitatis Upsaliensis.
- KRONNING H., 2005, « Polyphonie, médiation et modalisation : le cas du conditionnel épistémique », in Bres J. e.a., 2005, p. 297–312.
- KRONNING H., 2014, « Pour une théorie modale de la polyphonie », *Arena Romanistica*, 14, p. 124-139.
- LARCHER P., 1998, « Le concept de polyphonie dans la théorie d'Oswald Ducrot », in VION, R. (éd.), *Les sujets et leurs discours*, Université de Provence, p. 203-224.
- Larrivée P., 2011, « Au-delà de la polyphonie », *Le français moderne*, 79, 1, p. 223-234.
- LESCANO A., 2008, « Vers une grammaire argumentative de la phrase », thèse de doctorat, Paris, l'EHESS.
- LESCANO A., 2009, « Pour une étude du ton », *Langue française*, 164, 45-60.
- LESCANO A., 2016, « Le sujet dans la langue. Théorie argumentative de la polyphonie et théorie des blocs sémantiques », *Verbum*, XVIII, 1-2, 3-29.
- Nølke H., Fløttum K. & Norén C., 2004, *ScaPoLine. La théorie scandinave de la polyphonie linguistique*, Kimé.
- NOWAKOWSKA A., 2005, "Dialogisme, polyphonie : des textes russes de M. Bakhtine à la linguistique contemporaine", in Bres, J. e.a., 2005, p. 19-32.
- OLSEN M., 2002, « Remarques sur le dialogisme et la polyphonie », *Polyphonie–linguistique et littéraire*, 6, p. 1-174.

Aula XXII

O antigo conceito de enunciador¹

María Marta García Negroni
Universidad de San Andrés
Universidad de Buenos Aires
CONICET, UBA, Argentina

1. Introdução

Oswald Ducrot foi o primeiro a desenvolver, de maneira sistemática, no âmbito da linguística, a noção de polifonia aplicada à análise dos enunciados. Inspirado nos trabalhos de Bakhtin (1981, 2005) sobre a novela polifônica, Ducrot elaborou sua **teoria da polifonia enunciativa** (1982, 1986) com o fim de mostrar que o autor de um enunciado não se expressa nunca de maneira direta, mas o faz pondo em cena uma série de personagens. Com efeito, segundo o linguista francês, “o sentido do enunciado, na representação que ele dá da enunciação, pode fazer aparecer nele vozes que não são as de um locutor” (1986, p. 208). Desse modo, ao colocar em evidência a existência de vozes ou de pontos de vista que não necessariamente sejam os do responsável pela enunciação global e ao definir o sentido do enunciado como o resultado do confronto desses pontos de vista, a teoria polifônica põe em questão o conceito de sujeito falante e de sua unicidade.

Como já foi dito, a teoria da polifonia enunciativa (daqui por diante TPE) questiona e rejeita o princípio da unicidade do sujeito falante. Segundo esse princípio, o enunciado teria como sua origem um único sujeito, quer dizer, um único indivíduo que é, ao mesmo tempo, aquele a quem remetem as marcas de primeira pessoa, o eu, o encarregado das atividades psicofisiológicas de que depende a produção do enunciado e o responsável por tudo o que nele é comunicado, em particular, pelos atos de fala que são realizados na

¹ Tradução: Tânia Maris de Azevedo

enunciação. É certo que, em alguns casos, essas três propriedades poderiam ser atribuídas a um mesmo indivíduo empírico. Assim, por exemplo, em (1), seu produtor parece coincidir com o sujeito do enunciado (por estar na primeira pessoa do singular) e com o responsável pela asserção contida em (1).

(1)Estou cansado.

No entanto, não ocorre o mesmo em (2), em que não é possível atribuir ao mesmo indivíduo as três propriedades constitutivas do sujeito falante.

(2) [De uma mulher a seu marido, que se queixou da desordem da casa e que não encontra uma camisa em particular] Eu sou desorganizada. Aqui está tua camisa!

Com efeito, mesmo que se pudesse dizer que as marcas de *eu* e de feminino em *desorganizada* referem-se ao produtor empírico do enunciado – isto é, à mulher –, está claro que não é esse sujeito o responsável do ato ilocucionário que se realiza na enunciação (de fato, (2) não constitui uma autocrítica). Interpretar (2) exige, assim, entre outras coisas, reconhecer que nele são apresentados pontos de vista que o locutor enquanto responsável pela enunciação não assume e que são por ele atribuídos a outros seres discursivos. No marco da teoria polifônica clássica esses seres discursivos são denominados **enunciadores**.

2.Os seres discursivos da TPE: locutor e enunciator(es)

Exterior ao sentido, o sujeito falante não faz parte da descrição linguística. Segundo Ducrot, essa descrição só deve se ocupar das indicações semânticas contidas no enunciado, e não das condições externas de sua produção. Nas palavras do autor,

[o] objetivo da pragmática semântica (ou linguística) é dar conta daquilo que, segundo o enunciado, a fala faz. Para alcançar esse objetivo será preciso descrever sistematicamente as imagens da enunciação que são veiculadas por meio do enunciado (DUCROT, 1986, p. 178).

Precisamente, parte das indicações semânticas que permitem dar conta das imagens que o enunciado dá de sua própria enunciação são aquelas relativas à determinação do ou dos sujeitos que seriam a origem da enunciação. Entre esses sujeitos, sustenta Ducrot, é necessário distinguir ao menos dois personagens: o locutor e os enunciadores postos em cena no enunciado.

O locutor é definido como a figura discursiva a que se atribui a responsabilidade pela enunciação no próprio enunciado: a ele aludem as marcas de primeira pessoa. Por isso, e mesmo quando em determinadas ocasiões possa coincidir com o sujeito falante (esse, entre outros, é o caso de (1)), o locutor não deve ser confundido com ele. Assim, por exemplo, no cartaz (3),

(3) [Legenda de uma foto de um cachorro em um cartaz] Estou perdido desde 5 de dezembro e minha dona sente a minha falta.

as instruções associadas à marca de primeira pessoa (*estou perdido*) obrigam a identificar como seu locutor, quer dizer, como seu presumido responsável, o cãozinho perdido, e não, por exemplo, sua dona nem o criador do cartaz, os quais não constituem o sentido de (3).

No entanto, como disse anteriormente, além da figura do locutor (daqui em diante L), a teoria polifônica clássica considera a existência de outros sujeitos discursivos: os enunciadores. Trata-se nesse caso de seres do discurso que são postos em cena por L diante dos quais este adota distintos posicionamentos. Para Ducrot, a relação entre L e os enunciadores é similar à que existe entre o narrador e os personagens na literatura:

«O locutor fala no sentido em que o narrador conta, quer dizer, L aparece como a fonte de um discurso. Entretanto, as atitudes expressas nesse discurso podem ser atribuídas a enunciadores dos quais ele se distancia; como os pontos de vista manifestos no relato podem ser os de sujeitos de consciência alheios ao narrador» (Ducrot 1986, 213).

Segundo a TPE, L pode, pois, adotar atitudes diversas em relação aos enunciadores que põe em cena. Vejamos em detalhe essas atitudes.

2.1 Enunciadores e posicionamentos de L

2.1.1 O caso da afirmação simples

Uma primeira atitude que L pode adotar é a de identificar-se com o ponto de vista de um enunciador e, portanto, assumi-lo. Assim ocorre nas asserções afirmativas simples, como (1), em que, conforme aponta a TPE, L faz do ponto de vista relativo a seu cansaço o objeto de sua enunciação. Em outras palavras, ao enunciar (1), L compromete-se com o ponto de vista do enunciador que põe em cena e com as continuações discursivas que dele surgem, tal como mostra a possibilidade de (1a) e a impossibilidade de (1b).

1a. Estou cansado, então vou me deitar um pouco/mas vou trabalhar um pouco mais.

1b. * Estou cansado, mas vou me deitar um pouco/então, vou trabalhar um pouco mais.

2.2.2 O caso da negação (descritiva, polêmica, metalinguística)

O locutor L também pode recusar o ponto de vista de um enunciador e adotar o de outro. Isso ocorre, segundo a teoria da polifonia enunciativa (TPE), no caso das negações polêmicas, como (4).

(4) João não foi à festa.

Neste ponto convém recordar que Ducrot (1986) distingue três tipos de negação: a descritiva, a polêmica e a metalinguística. A primeira é analisada como uma derivação delocutiva da polêmica e permite “representar um estado de coisas, sem que seu autor apresente sua fala como oposta a um discurso adverso” (DUCROT, 1986, p. 221). A negação que aparece na resposta de B em (5) constitui um exemplo claro deste tipo de negação, que, consoante assinala Anscombre (1990, p. 94), “é vista como um estado de fato que justificaria o diálogo cristalizado na negação polêmica, diálogo que de alguma forma fica ‘apagado’ na negação descritiva”.

- (5) A: – Como está o tempo por aí?
B: – Não está bom: chove e faz frio.

A negação polêmica, por outro lado, sempre supõe a presença de dois pontos de vista antagônicos e internos ao próprio discurso. Esses pontos de vista são atribuídos a distintos seres discursivos, os enunciadores E_1 y E_2 : o primeiro é o responsável pelo ponto de vista positivo subjacente (em (4), relativo à ida de João à festa); o segundo, constitui a recusa do primeiro e representa a perspectiva com a qual o locutor se identifica.

No entanto, se, como foi dito, nas enunciações negativas L sempre se identifica com E_2 , as instruções semânticas da negação nada dizem acerca de a quem deve ser atribuído o ponto de vista subjacente (*i.e.*, o correspondente a E_1). Este pode ficar indeterminado, mas também pode, em certas situações, ser atribuído a alguém em particular. Portanto, no caso das enunciações de censura, é o interlocutor que se identifica com o ponto de vista de E_1 (cf. 6):

- (6) O que aconteceu? No final das contas, você não veio ontem.

Diferentemente da negação polêmica, a negação metalinguística é caracterizada por Ducrot como uma negação que contradiz os próprios termos de uma palavra efetiva que se pretende refutar. Por isso, para Ducrot, essa negação não opõe os pontos de vista de dois enunciadores, mas de dois locutores diferentes: L_1 (o responsável pela enunciação atual) e L_2 , o responsável pela enunciação efetiva prévia a quem L_1 censura por não ter falado como deveria, seja porque sustentou um ponto de vista falso, seja porque introduziu no seu enunciado uma pressuposição ou um grau que não pode ser admitido, ou, inclusive, “porque, na forma como se expressou, houve algo inadequado” (DUCROT, 2001, p. 30).

2.2.3 O caso da pressuposição

Assim como no caso da negação polêmica, que supõe um tipo de hierarquização dos dois pontos de vista postos em cena (E_2 opõe-se a E_1 , que, portanto, resulta anterior a E_2), a análise polifônica clássica da pressuposição também apresenta dois enunciadores hierarquizados: E_1 , ponto de vista do pressuposto, e E_2 , ponto de vista do posto.

Considere-se, por exemplo, o primeiro segmento de (7), no qual E₁ relaciona-se com o treinar anterior de Maria (pressuposto) e E₂, com seu *não-treinar* atual (posto).

(7) Maria deixou de treinar. Que pena!

Observar-se-á aqui que L se identifica com E₂, mas este visto à luz de E₁ (ANSCOMBRE, 2008). Com efeito, o objeto da enunciação de L não é a asserção sobre o fato de Maria não treinar atualmente, mas sobre não treinar atualmente mesmo que o fizesse antes. Daí, precisamente, o lamento expresso na continuação discursiva (cf. *Que pena!*).

Quanto a E₁, o enunciador do pressuposto, deve-se ressaltar que seu ponto de vista corresponde ao de uma voz coletiva, anônima e de limites difusos, dentro da qual se inclui, entre outros, o próprio locutor enquanto ser no mundo (2).

2.2.4 O caso da ironia

A TPE postula a possibilidade de uma terceira atitude que L pode adotar frente a um enunciador: trata-se da atitude de distanciamento. Assim, ocorre, por exemplo, no caso da ironia, na qual, por meio de uma certa entonação ou de certas expressões especializadas na ironia (v. gr. *Que bonito!*), L marca sua distância com relação a um ponto de vista de um enunciador absurdo que põe em cena. De acordo com o contexto particular em que apareça o enunciado irônico, a atribuição do ponto de vista desse enunciador poderá ficar indeterminado. É o que acontece, por exemplo, em (8), enunciado diante de uma chuva torrencial:

(8) Que lindo dia!

Em outros casos, o ponto de vista do enunciador absurdo poderá ser atribuído a alguém em particular. Como em (2), que retomamos aqui como (9),

(9) [De uma mulher a seu marido, que se queixou da desordem da casa e de não ter encontrado uma determinada camisa] Eu sou desorganizada. Aqui está tua camisa!

o segmento *Eu sou desorganizada* deve ser interpretado como uma encenação de um ponto de vista crítico de um enunciador que L atribui a seu interlocutor e do qual, mediante a entonação e a evidência situacional, se distancia claramente. Apresentado como o autor de uma crítica infundada, o interlocutor é mostrado, na enunciação da mulher, como alguém que fala tolices. E é precisamente nessas indicações que reside o sentido de (9).

Mas, além de ao interlocutor, o ponto de vista absurdo pode ser atribuído a outros sujeitos discursivos, como ocorre em (10), na qual o alvo da zombaria irônica é o próprio locutor, visto como ②.

(10)[enunciado diante da chegada de João] Viu que eu tinha razão e que João não viria?

Interpretar a autoironia que se manifesta em (10) consiste, com efeito, em reconhecer que L, responsável pela enunciação, põe em cena um enunciador absurdo que assimila a ②②②o qual predisse erroneamente que João não viria. Como afirma Ducrot (1986, 217), neste caso, L realiza “um ato de zombaria, e o faz apresentando uma previsão cumprida por um enunciador do qual ele se distancia no interior de seu próprio discurso (mesmo quando tiver que se identificar com ele no mundo)”.

Deve-se sublinhar aqui que, apesar de que tanto a ironia como a negação envolverem a colocação em cena de um enunciador do qual L se distancia, na enunciação irônica L jamais introduz um segundo enunciador que sustente um ponto de vista razoável. Nesse sentido, embora na negação o distanciamento de L em relação a E₁ opere-se por sua assimilação com E₂, na ironia são outros os recursos (entonações, evidências situacionais etc.) que marcam que L não adota o ponto de vista do enunciador absurdo. Observe-se nesse sentido, por exemplo, que, se na enunciação de (9), não aparecessem esses recursos, o ponto de vista do enunciador crítico atribuído ao interlocutor seria interpretado como assumido por L e, portanto, o sentido da enunciação seria o de uma autocrítica.

Assinalemos para finalizar que, no marco dessa descrição polifônica da ironia, Ducrot (1986) propõe caracterizar os enunciados humorísticos como uma forma de ironia que não tem um alvo em particular. Segundo o linguista francês, no humor, o ponto de vista do enunciador absurdo não é atribuído a ninguém específico, e L, definido pela simples distância que estabelece entre ele e sua palavra, é

mostrado como alguém despreocupado e descontraído que vê, desde o exterior, a situação de discurso de que se trata.

2.2.5 O caso dos enunciados concessivos

Uma última atitude que, segundo a TPE, o locutor L pode adotar frente aos enunciadores que põe em cena é a de aceitação. É o que acontece nos enunciados concessivos da forma *p mas q*.

Amplamente analisados no âmbito da teoria da argumentação na língua que Ducrot desenvolveu com Anscomb (ANSCOMBRE e DUCROT, 1983; DUCROT, 1995; ANSCOMBRE, 1995), os diferentes enunciados adversativos têm em comum uma mesma configuração polifônica que consiste na colocação em cena, por parte de L, de pelo menos quatro enunciadores sucessivos. São eles: E_1 , que representa o ponto de vista relativo a *p*; E_2 , que constitui o enunciador que deduz, a partir de *p*, uma determinada conclusão *r*; E_3 , que corresponde ao ponto de vista *q*; e E_4 , que apresenta a conclusão *no-r* a partir de *q*. Quanto à atitude de L, este se identifica com E_3 e E_4 (ou seja, é a partir deles que se estabelecerão as continuações discursivas), aceita E_1 e se distancia de E_2 (ou seja, não aceita as conclusões que derivam de E_1).

Um caso particular de enunciado opositivo com *mas* é o daqueles enunciados na forma *É certo p, mas q*, como (11):

(11) Enquanto esmiúça a análise eleitoral, um alto funcionário revela uma contradição que o Governo está vivendo com relação a Cristina: “É certo que por um lado nos convém tê-la a frente, politicamente, pensando na eleição. Mas para a economia é um problema, porque no exterior voltam a pensar que, se Cambiemos perde, o kirchnerismo pode voltar e isso é prejudicial ao país. Seria muito melhor que a opção fosse algo mais moderado”. (Clarín/Argentina, 20/7/2018).

Esquemáticamente, (11) apresenta o seguinte esquema polifônico:

▪ E_1 , cujo ponto de vista é relativo ao fato de que convém ao Governo ter a frente Cristina Fernández de Kirchner para ganhar as eleições;

▪ E₂, que corresponde à conclusão que aponta para E₁, a saber: o Governo deve continuar vendo Cristina Kirchner como único adversário possível;

▪ E₃, que representa o ponto de vista referente ao fato de que agitar o fantasma do kirchnerismo é um problema para a economia do país;

▪ E₄, cujo ponto de vista corresponde à conclusão contrária de E₂, isto é, o Governo não deve continuar vendo Cristina Kirchner como único adversário possível.

Em relação aos posicionamentos de L, este segue se identificando com E₃ e com E₄ – o que explica a conclusão geral do fragmento: *Seria muito melhor que a opção fosse algo mais moderado*; a presença de *é certo* que introduz em (11) uma nova instrução: o ponto de vista de E₁, que L aceita, e o de E₂, que L recusa por meio do contra-argumento E₃, são necessariamente atribuídos a outro, neste caso, a uma voz indefinida, a do SE (ON, em francês).

3. A título de encerramento

Como se viu ao longo deste capítulo, Ducrot (1986) emprega em certas ocasiões o termo voz para aludir à polifonia enunciativa. Deve-se destacar, nesse sentido, que sempre que o faz é para indicar que essas vozes são as dos diferentes enunciadores que se expressam por meio da enunciação, sem que isso implique que a esses enunciadores sejam atribuídas palavras precisas. De fato, conforme o linguista francês,

se eles ‘falam’, é apenas no sentido de que a enunciação aparece como se expressasse seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, de suas manifestações concretas (DUCROT, 1986, p. 208-209).

No entanto, como bem assinalam Jacques Bres e Aleksandra Nowakowska (2007), o termo voz fica “encarnado” demais para caracterizar os enunciadores como seres discursivos que não falam. Isso talvez explique por que a noção de voz foi prontamente abandonada por Ducrot e substituída pelas de *enunciador* e *ponto de vista*:

a cada ponto de vista relaciono um enunciador, apresentado como a fonte desse ponto de vista, ou, para dizê-lo quase metaforicamente, como o olho que vê: por definição, o enunciador adere, pois, ao

ponto de vista que lhe é atribuído e não poderia distanciar-se dele (Ducrot 2001, 20).

Com efeito, essa substituição foi ainda mais radical na teoria escandinava da polifonia linguística (NØLKE, 1993; NØLKE, FLOTTUM & NORÉN, 2004), que deixa de lado os enunciadores como intermediários entre o locutor e os pontos de vista e que faz desta última noção um dos núcleos de sua teorização. De sua parte, a teoria argumentativa da polifonia (CAREL, 2008, 2011; CAREL & DUCROT, 2009) e o enfoque dialógico da argumentação e a polifonia (GARCÍA NEGRONI, 2016, 2018a e b, 2019) também questionam, mesmo que por outros motivos, a noção de enunciador e reformulam, cada uma a seu modo, as relações entre o locutor e os conteúdos semânticos postos em discurso.

Tradução: Tânia Maris de Azevedo

Bibliografias

ANSCOMBRE, Jean-Claude (1990), *Thème, espaces discursifs et représentations événementielles*, in Jean-Claude Anscombre/ Gino Zaccaria (edd.), *Fonctionnalisme et pragmatique*, Milan, Edizioni Unicopli, 43–150.

ANSCOMBRE, Jean-Claude (1995), *Théorie des Topoi*, Paris, Kimé.

ANSCOMBRE, Jean-Claude (2008), *La polifonía: nociones y problemas*, Archivum 58-59, 21–51.

ANSCOMBRE, Jean-Claude/Ducrot, Oswald (1983), *L'argumentation dans la langue*, Lieja, Mardaga.

BAJTÍN, Mijaíl (1981 '1934-1935), *Discourse in the Novel*, in: *The Dialogical Imagination*, Austin, University of Texas Press, 259–422. Disponível em: <https://www.d.umn.edu/~cstroupe/handouts/8906/Mikhail-Bakhtin-The-Dialogic-Imagination-Excerpt.pdf>

BAJTÍN, Mijaíl (2005 '1979), *Problemas de la poética de Dostoievski*. México, Fondo de Cultura Económica. Traducción de Tatiana Bubnova.

BRES, Jacques/Nowakowska, Aleksandra (2007), *Voix, point de vue... ou comment pêcher le dialogisme à la métaphore...*, Cahiers de praxématique 49, 103–32

CAREL, Marion (2008), *Polyphonie et argumentation*, in : Merete Birkelund, Maj-Britt Mosegaard Hansen, Coco Norén (edd.),

L'énonciation dans tous ses états. Mélanges offerts à Henning Nølke, Berne, Peter Lang, 29–46.

CAREL, Marion (2011), *L'entrelacement argumentatif. Lexique, discours, blocs sémantiques*, Paris, Champion.

CAREL, Marion/ Ducrot, Oswald (1999), *Les propriétés linguistiques du paradoxe : paradoxe et négation*, *Langue française* 123, 27–40.

CAREL, Marion/DUCROT, Oswald (2009), *Mise au point sur la polyphonie*, *Langue française* 164, 33–43.

DUCROT, Oswald (1982), *La notion de sujet parlant*, *Recherches sur la philosophie et le langage* 2, 65–93.

DUCROT, Oswald (1986 '1984), *El decir y lo dicho*, México, Paidós.

DUCROT, Oswald (2001), *Quelques raisons de distinguer "locuteurs" et énonciateurs"*, *Polyphonie—linguistique et littéraire* III, 19–41.

GARCÍA NEGRONI, M^a Marta (2016) *Polifonía, evidencialidad citativa y tiempos verbales. Acerca de los usos citativos del futuro morfológico y del futuro perifrástico*, in: Ramón González Ruiz/Dámaso Izquierdo Alegría/Óscar Loureda Lamas (edd.), *La evidencialidad en español: teoría y descripción*. Madrid, Iberoamericana//Frankfurt am Main, Vervuert, 279–302.

GARCÍA NEGRONI, M^a Marta (2018a) *Argumentación y puntos de vista evidenciales citativos: acerca de la negación metadiscursiva en el discurso político*, *Oralia*, 21/2, pp. 223–242.

GARCÍA NEGRONI, M^a Marta (2018b) *Argumentación y puntos de vista evidenciales: acerca del condicional citativo en el discurso periodístico y en el discurso científico*, *Boletín de Lingüística* XXX/49-50, 86–109.

GARCÍA NEGRONI, M^a Marta (2019) *El enfoque dialógico de la argumentación y la polifonía, puntos de vista evidenciales y puntos de vista alusivos*, Rilce.

NØLKE, Henning (1993), *Le regard du locuteur*, Paris, Kimé.

NØLKE, Henning/Flottum, Kjersti/Norén, Coco (edd.) (2004), *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique*, Paris, Kimé.

Aula XXIII

A enunciação linguística: funções textuais, modos enunciativos e argumentações enunciativas¹

*Marion Carel
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França*

Este capítulo aborda a noção de enunciação linguística. Após distinguir essa noção do simples fato de pronunciar ou escrever palavras, apresentaremos as duas noções centrais da Teoria Argumentativa da Polifonia, que são as noções de função textual e de modo enunciativo. Concluiremos com as argumentações enunciativas, as quais se constituem em índices de enunciação linguística.

A enunciação é um fenômeno que concerne unicamente ao enunciado, e não às unidades lexicais, concebidas isoladamente. Seu estudo parte da observação de que um enunciado não se resume ao papel de representar estados de coisas ou eventos. Seu conteúdo é o ponto de vista de alguém que afirma a defesa desse conteúdo, a sua retomada ou, ao contrário, a sua rejeição; alguém que diz estar aborrecido com ele, que diz testemunhá-lo; que afirma tê-lo presenciado e assim o reporta. Todo enunciado contrai de si mesmo um responsável. Ele se constitui como o fato de um locutor que “enuncia” um conteúdo.

1. Enunciação atual e enunciação linguística

Uma primeira dificuldade, no estudo da enunciação, decorre do fato de que é necessário distinguir o responsável real do enunciado, aquele que o construiu, e o responsável que se assume no próprio enunciado: às vezes é o mesmo indivíduo, mas outras vezes não o é.

¹ Tradução de Luiz Francisco Dias.

Exemplo

A cena se deu em uma pequena cidade, Milly-la-Forêt, ao sul de Paris. Uma senhora está sozinha no restaurante. É o final da sua refeição. Ela pede uma sobremesa ao dono do restaurante e pergunta se pode ir buscar seu cão que está no carro. O dono do restaurante concorda e a senhora retorna muito feliz com um grande cão. Então, olhando para o dono do restaurante, fala:

(1) *Eu me chamo Jeffrey*

Sendo *Jeffrey* um nome masculino², todos entendem, sem ambiguidades, que é o cão, e não a senhora, que se chama Jeffrey. Em outros termos, a senhora é responsável pela escolha das palavras e por sua materialização; mas é ao cão que o enunciado atribui por responsável e que é então designado por *eu*. Há que se distinguir aquele que pronuncia a palavra *eu* e que aquele que é designado por *eu*.

Definições e propriedades

Denominamos “sujeito falante” ao responsável pela escolha das palavras ou de sua materialização e “locutor” aquele que o enunciado atribui como responsável. O sujeito falante de (1) é a senhora e o locutor de (1) é o cão.

Denominamos “enunciação atual” a atividade do sujeito falante e “enunciação linguística” a atividade do locutor, na condição mesma de locutor.

Todo enunciado tem um locutor. As marcas de primeira pessoa, quando elas se fazem presentes, designam o locutor.

Observação 1. Um único enunciado pode ter diversos sujeitos falantes

A definição de sujeito falante comporta um “ou”. Isso decorre do fato de que um enunciado pode ter vários sujeitos falantes. A senhora é o único sujeito falante de (1): ela, ao mesmo tempo, escolheu as palavras e as pronunciou. Às vezes, porém, são indivíduos diferentes que escolhem as palavras e as materializam.

Dessa maneira, um chefe que dita uma carta para sua secretária escolhe as palavras; mas é a secretária que as materializa: a carta terá, assim, dois sujeitos falantes. Às vezes, também, várias pessoas

² NT: Na França, Jeffrey é um nome eminentemente masculino.

escolhem as palavras de modo que o número de sujeitos falantes seja também diverso. Quando uma alta autoridade deve fazer um discurso importante, é ele que o materializa, mas diversas pessoas devem ter se associado na escolha das palavras.

Deve-se observar que, nesses dois casos, o locutor permanece único. Vamos supor que o chefe dite à secretária as palavras *eu terei o prazer de conhecê-lo no dia 12 deste mês*: o locutor é o chefe; é ele que é designado pelo *eu*. Da mesma forma, imaginemos que uma alta autoridade declare à televisão: *eu vou garantir que os manifestantes violentos sejam punidos*: é ele unicamente o locutor de seu discurso; seu enunciado não faz alusão ao fato de que outros possam ter redigido essa expressão para ele.

Observação 2. Um enunciado único tem um único locutor principal

Todos os nossos exemplos tiveram um único locutor. No entanto, não são poucos os casos em que o locutor concede a palavra a outro locutor. Porém, diferentemente dos sujeitos falantes que colaboram, os locutores não colaboram: um é principal e concede a palavra a outro, que é secundário.

O exemplo mais claro é o discurso reportado direto. O enunciado (2), por exemplo, comporta dois empregos da primeira pessoa – ele deriva de uma canção de Boris Vian na qual uma mulher relata uma aventura:

(2) Ele **me** disse “**eu** não faria mal a uma mosca”

No entanto, esses dois usos da primeira pessoa não remetem ao mesmo indivíduo. O emprego de *me* remete à mulher. Ela é a locutora principal e, no interior de seu próprio enunciado, ela deixa a palavra ao homem: aquele que é designado por *eu* e se constitui dessa forma como um locutor secundário de (2). Esses dois locutores não entram em colaboração no dizer; somente a mulher relata. Concebe-se o homem falar, mas secundariamente, no âmbito do relato da mulher.

Observação 3. Falar ao mesmo tempo e falar em conjunto

Falar em conjunto não é multiplicar os locutores. É multiplicar os sujeitos falantes. Imaginemos uma professora entrando em sua classe:

A professora: *Bom dia, crianças!*
As 30 crianças da classe: *Bom dia, professora!*

Se as crianças somente responderam ao mesmo tempo, elas produziram 30 enunciados da mesma estrutura gramatical e cada uma delas é o locutor do enunciado que produziu: cada uma delas cumprimentou a professora por meio de seu próprio enunciado.

Se as crianças só responderam conjuntamente, elas produziram um único enunciado. Esse enunciado tem como sujeitos falantes as 30 crianças. Ele tem, por outro lado, um único locutor, “a classe”, um ser abstrato que não existe na realidade, mas que se apresenta como responsável pela resposta *Bom dia, professora!* É então “a classe” que cumprimenta a professora.

É a enunciação linguística que vai nos interessar. Estudar a enunciação linguística de (1) não é, pois, determinar as intenções da senhora, não é se perguntar se, por exemplo, ela quer que o dono do restaurante aprecie seu cão: é determinar como a tomada da palavra do cão é descrita, na condição de locutor de (1). Nota-se por exemplo que (1) não é uma resposta a uma questão; o locutor abre a conversação e assim, sobre o seu dizer, profere o encadeamento argumentativo (3):

(3) *estamos nos conhecendo, então eu te digo que me chamo Jeffrey*

Seu dizer é o de um encontro inicial, próprio de primeira pessoa.

De forma geral, enunciar um conteúdo não consiste em revelar seus pensamentos, e nem tampouco em apresentar uma reação psicológica. Enunciar um conteúdo é situá-lo no âmbito de um discurso, envolvendo-se em maior ou menor grau – desenvolvendo por exemplo, como o cão-locutor de (1), suas razões de dizer tal conteúdo, ou mesmo as consequências de tê-lo dito. Mesmo quando o sujeito falante é idêntico ao locutor, um discurso jamais revela as crenças do sujeito falante, que pode sempre mentir ou simplesmente não saber muito bem o que ele efetivamente pensa. Um discurso não revela mais do que a sua construção e o envolvimento que seu locutor declara ter na apresentação de conteúdos.

Nessa perspectiva, a enunciação de um conteúdo é caracterizada por pelo menos dois parâmetros: a “função textual”, que descreve o papel que terá o conteúdo na construção do discurso; e o “modo

enunciativo”, que descreve o engajamento do locutor na sua condição de locutor. Essa abordagem recebeu o nome de “Teoria Argumentativa da Polifonia”, em referência à Teoria da Polifonia de Ducrot (veja o histórico no final do capítulo). Veremos como a noção de argumentação enunciativa permite colocá-la em prática e desenvolvê-la.

2. As funções textuais

A Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP) distingue três funções textuais: pôr em primeiro plano, pôr em segundo plano e exclusão. Situar-se em primeiro plano e situar-se em segundo plano são dois *status* positivos: o locutor aceita os conteúdos postos em primeiro plano ou postos em segundo plano. Ser excluído é um *status* negativo: o locutor não aceita os conteúdos excluídos.

2.1 Pôr em primeiro plano e pôr em segundo plano

Como uma pintura que superpõe diferentes planos, um discurso superpõe um primeiro plano e um plano posterior. Os conteúdos são igualmente aceitos pelos locutores. A diferença entre os dois planos discursivos é relativa ao papel do conteúdo na sequência do discurso. Um conteúdo “posto em primeiro plano” é um conteúdo com o qual a sequência discursiva vai se articular; um conteúdo posto em segundo plano (ou simplesmente “de trás”) é, ao contrário, um conteúdo com o qual a sequência discursiva não se articula. O segundo plano se restringe a enriquecer o primeiro plano.

Exemplo

Imaginemos dois cientistas, que juntos descobriram um medicamento muito importante. O biógrafo deles conta à esposa a sua trajetória:

(4) *O reencontro deles na Universidade foi filmado*

O locutor de (4) aceita dois conteúdos. O enunciado (4) de fato comunica que certo vídeo foi feito. Porém, ele expressa igualmente, de maneira lacunar, que os dois cientistas interagiram na Universidade. Esse reencontro é dito pelo locutor de (4), no âmbito do seu

enunciado. É por isso que seria estranho perguntar a ele em seguida sobre esse ponto:

O biógrafo: *O reencontro deles na Universidade foi filmado*

O cônjuge: *Onde eles se reencontraram?*

O biógrafo: *O que eu acabei de dizer? Você realmente não me escuta quando eu falo com você.*

O locutor de (4) incorpora dois conteúdos, aquele relativo à existência do vídeo sobre o reencontro, e aquele relativo ao início da interação entre os dois cientistas.

No entanto, esses dois conteúdos não têm o mesmo status na sua expressão em língua. Somente a existência do vídeo está no centro temático. É a partir da existência do vídeo que sua fala será desenvolvida, por exemplo, impulsionando-a com o uso de até:

(5) *O reencontro deles na universidade foi filmado, e até foram vistos zombando de seu professor de química.*

O conteúdo relativo à existência do vídeo é posto em primeiro plano.

Por outro lado, o início da interação dos dois cientistas não está no centro temático e o locutor não pode desenvolver sua fala a partir daí. Por sua vez, seria possível encadear o “se conhecer na Universidade” com “ser muito amigos”:

(6) *Eles se conheceram na Universidade, eram até muito amigos.*

No entanto, esse encadeamento não pode explorado pelo locutor de (4), porque o início da interação dos dois cientistas não está no centro do tema.

*(7) *O reencontro deles na Universidade foi filmado, eram até muito amigos*

O locutor de (4) expressa que havia uma interação entre eles na Universidade, mas isso não está explicitado. Ele incorpora esse conteúdo sem o utilizar. Ele o situa no segundo plano.

Observação 4. Pressuposição e o pôr em segundo plano

O conteúdo [eles interagiram na Universidade] é concebido como “pressuposto” por (4). Ele confere validade aos critérios habituais de conteúdos “pressupostos”, relativos à negação e à interrogação:

(8) *O reencontro na Universidade não foi filmado*

(9) *O reencontro na Universidade foi filmado?*

De fato, os locutores de (8) e (9) aceitam, como o locutor de (4), que os dois cientistas interagiram na Universidade; o conteúdo [eles interagem na universidade] não é alcançado, nem pela negação, nem pela interrogação; somente a existência do vídeo é negada ou indagada.

Como o pressuposto de (4), muitos pressupostos devem seu descolamento a uma configuração de segundo plano. Esse, porém, não é o único caso, e a distância que um locutor promove de seu conteúdo nem sempre corresponde ao pôr em segundo plano. Diremos que [eles interagiram na Universidade] é um pressuposto “enunciativo” de (4) ou, mais tecnicamente, “co-significado” (Cf o capítulo sobre a pressuposição).

2.2 Exclusão

O discurso permite também a exclusão de um conteúdo. Esse é um dos papéis da negação. O locutor de (10) exclui demônios como entidades que possam levar pecadores ao inferno.

(10) *Nenhum demônio levará os pecadores ao inferno.*

Essa possibilidade de excluir explicitamente um conteúdo constitui uma diferença entre a fala e a pintura. Como uma pintura poderia efetivamente rejeitar um elemento? Como podemos saber se a ausência de uma figura é uma rejeição voluntária numa pintura? Certos quadros do Juízo Final, por exemplo o de Beaune, mostram os pecadores se dirigindo ao Inferno e não apresentam demônios conduzindo-os com forquilhas ou lanças. Porém, o quadro, em si mesmo, não nos permite saber se a pintura expressa tão somente que os pecadores vão para o Inferno, ou se ela expressa que eles se dirigem ao Inferno sem serem forçados por demônios.

Podemos distinguir bem o pôr em segundo plano e a exclusão. Pôr em segundo plano é possível na pintura como na fala. Trata-se de uma atitude positiva em relação ao conteúdo, que é introduzido no âmbito da imagem ou da fala, e que é aceito pelo pintor, ou pelo locutor. Por outro lado, a exclusão é uma atitude negativa: um conteúdo excluído é um conteúdo cuja presença o locutor recusa no discurso. A exclusão é própria da linguagem verbal que, diferentemente da pintura, apresenta meios para expressar a rejeição de um conteúdo.

Exemplo

Retomemos o reencontro dos dois cientistas e consideremos desta vez o exemplo (11):

(11) O reencontro deles na Universidade foi filmado, mas não houve áudio

O locutor de (11) “admite” a existência do vídeo. Esse é o resultado da presença do *mas*. Um locutor dizendo, tão somente, *o reencontro deles na Universidade foi filmado* afirmaria a existência do vídeo: mais precisamente, como vimos, ele o põe em primeiro plano. Por sua vez, fazendo seguir essa frase com um *mas*, o locutor altera a atitude enunciativa. Ele não afirma a existência do vídeo, e sim a admite. Ele não disse que ela é falsa, ele não disse que o reencontro não foi filmado, mas ele também não quer tirar todas as consequências da existência do vídeo. Ele só concebe a existência do vídeo porque a ausência de uma trilha sonora limita as informações que podem ser obtidas dele. O locutor aceita a existência material do vídeo e rejeita que ele seja adequado. Ele aceita, em segundo plano, o conteúdo argumentativo (11):

(11) *O reencontro deles na Universidade chamou a atenção, então temos imagens*

No entanto, ele exclui o conteúdo argumentativo (12):

(12) *O reencontro deles na Universidade foi filmado, então podemos saber exatamente como foi.*

Conceber a existência do vídeo é por em segundo plano certos traços de sua existência (aqui, sua materialidade, cf (11)) e em excluir outros traços (aqui, sua eficácia documental, cf (12)).

Observação 5. Excluir e contradizer

Excluir não significa contradizer. Excluir consiste somente em não dizer. As razões que o locutor tem para não dizer podem ser variadas. Assim, o locutor de (13) exclui Pierre de ser inteligente, mas ele não contradiz essa inteligência:

(13) *Pierre não é inteligente: ele é genial*

A razão da exclusão de [Pierre é inteligente] por parte do locutor não se dá pelo fato de considerar esse conteúdo falso, mas unicamente porque ele o considera insuficiente.

2.3 Propriedade

Todas as ocorrências em que se põe em segundo plano e em que se exclui são acompanhadas de um pôr em primeiro plano. Um enunciado não pode conter em si, em sua plenitude, um conteúdo posto em segundo plano; da mesma maneira, um enunciado não pode conter em si, em sua plenitude, um conteúdo excluído. Os conteúdos postos em segundo plano ou excluídos são acompanhados sempre de conteúdo posto em primeiro plano. Eles enriquecem os conteúdos postos em primeiro plano, complementa-os: não possuem existência independente.

Por outro lado, é possível pôr um conteúdo em primeiro plano, em sua plenitude. Consideremos, pois, a exclamação: *que calor!* O locutor não se descreve como estando quente. Ele somente se apresenta dizendo “que está fazendo calor”, e o faz precisamente pelo fato de que se encontra quente. Ele põe em primeiro plano o conteúdo argumentativo:

Eu me encontro quente portanto eu digo “que calor!”

3. Os modos enunciativos

A TAP distingue três modos enunciativos: o modo do concebido, o modo do revelado e o modo do atribuído.

3.1 Modo do concebido

Um locutor pode se revelar envolvido na enunciação do conteúdo. Ele se descreve, pois, como projetando um conteúdo no momento mesmo que o introduz. Dizemos que o conteúdo aparece sob o modo do “concebido”. Essa definição do modo do concebido reformula aquela da “enunciação discursiva”, a qual Benveniste definia como um caso em que o locutor toma a palavra para agir sobre seu interlocutor.

Exemplos

O envolvimento do locutor pode se constituir sob diferentes tons. Assim, é sob o modo do concebido que aparece [eu me chamo Jeffrey] de (1). O cão-locutor, como vimos, evoca o encadeamento argumentativo (3):

(3) *nós estamos nos conhecendo então eu te digo que o meu nome é Jeffrey*

E, por esse emprego implícito de *eu digo*, ele representa a si mesmo como concebendo [eu me chamo Jeffrey]. Seu dizer é um dizer de apresentação em um encontro, em primeira pessoa; seu envolvimento se dá sob o tom da apresentação. Por sua vez, imaginemos agora um repórter de rádio, durante uma partida de futebol:

(14) *O árbitro apita um tiro livre*

Mais uma vez, neste caso, é no modo concebido que o conteúdo aparece [o árbitro apita um tiro livre]. Porém, é na condição de repórter que o locutor fala e seu enunciado evoca o encadeamento argumentativo:

(15) *eu vejo que o árbitro apita um tiro livre, então eu digo a vocês que o árbitro apita um tiro livre*

Seu dizer é o dizer de alguém que vê, a partir do repórter, em primeira pessoa. Seu envolvimento se dá sob o tom da reportagem. O locutor está concebendo [o árbitro apita um tiro direto] no momento da sua reportagem.

O envolvimento do locutor pode então adquirir diversas formas. A característica do modo do concebido é aquela que o locutor se representa, não apenas presente, mas ativo, por meio de um *eu digo* (*a vocês*): ele diz e é o único que diz.

3.2 Modo do revelado

Diferentemente do locutor envolvido, o locutor pode declarar não intervir na expressão do conteúdo. Ele simula encontrá-lo por aí, como se tratasse de um fato que se impõe por si mesmo. Dizemos que o conteúdo aparece sob o modo do revelado. Nós reconhecemos no modo do revelado uma reformulação daquilo que Benveniste denominou de enunciação “histórica” e no âmbito da qual os acontecimentos parecem se relatar, por si mesmos. Nota-se, no entanto, que, de acordo com a TAP, o locutor está sempre presente. Do modo do concebido ao modo do revelado, não há desaparecimento do locutor: há somente uma diferença de postura. O locutor de um conteúdo concebido apresenta-se como ativo, ele declara o dizer; o locutor de um conteúdo revelado não se apresenta como ativo, ele não declara o dizer.

Exemplo

O modo do revelado é particularmente utilizado para impor conteúdos. Imaginemos que A queira ir a um evento científico e pergunte a B, diretor de seu centro de pesquisa, se ele pode financiar a sua participação:

A: O centro poderia pagar o hotel?

B: (16) Os centros não financiam hospedagem

O locutor B pretende apresentar o conteúdo como se não fosse de sua escolha [os centros não financiam hospedagem], o qual, apresentado como um fato, torna-se difícil de discutir.

O modo do revelado não implica, porém, a ausência do locutor, que pode se declarar presente. É somente o seu dizer que desaparece.

Dessa maneira, é novamente sob o modo do revelado que aparece o conteúdo [o mar começa onde a terra termina] expresso por (17):

(17) *Os tojos resplandecentes, surgidos na rocha, douram a bruta montanha que o pôr do sol acende; ao longe, ainda brilhando por sua borda de espuma, o mar sem fim começa onde a terra termina.*

(17) é a primeira estrofe de um soneto do poeta francês Heredia (1842-1905), que se opôs, como muitos poetas franceses da sua geração, ao lirismo romântico, à expressão de si. Por sua vez, (17) evoca o encadeamento (18), que envolve um emprego de eu, indicado pela presença da expressão *ao longe* de (17) – que deve ser compreendida como *longe de mim*:

(18) *Eu olho para além da bruta montanha, então eu sei que o mar começa onde a terra termina*

Não é o locutor, mas somente o seu dizer que desaparece quando o modo é o do revelado. O eu de (18) não fala; ele observa. Seu desengajamento se efetua sob o tom da observação.

3.3 Modo do atribuído

Terceiro e último caso, o locutor se desengaja, mas o faz em favor de uma subjetividade diferente da sua. Não que ele deixe a palavra a um outro, mas ele fala por meio de um outro, com a voz de um outro. Dizemos que o conteúdo aparece sob o modo do “atribuído”. Esse modo enunciativo não estava previsto por Benveniste. Ele foi concebido por Ducrot, cuja hipótese da polifonia e a noção de enunciador são aqui reformuladas (veja o histórico no final do capítulo).

Exemplo

O emprego de *parece que* é uma marca do modo do atribuído. Imaginemos dois amigos discutindo cinema e comparemos (19) e (20):

(19) *Parece que o último Tarantino é um fracasso*

(20) *Eu acho que o último Tarantino é um fracasso*

Diferente do locutor (20), o locutor (19) não assume plenamente que o último Tarantino é um fracasso. É possível questionar o locutor de (20) sobre as razões de seu ponto de vista:

A: *Eu acho que o último Tarantino é um fracasso*

B: *Ah é? Porque você está achando isso?*

Isso é mais difícil em relação ao locutor de (19):

A: *Parece que o último Tarantino é um fracasso*

B: **Ah é? Porque você está achando isso?*

O locutor de (19) não expressa uma opinião pessoal sobre o último Tarantino: ele apresenta essa opinião como sendo o fato de uma subjetividade diferente da sua. O conteúdo [o último Tarantino é um fracasso] aparece sob o modo do atribuído, ao passo que ele aparece sob o modo do concebido em (20).

4. Descrição da enunciação linguística

Tese da Teoria Argumentativa da Polifonia

Qualquer enunciação de conteúdo é caracterizada por pelo menos dois parâmetros: a função textual atribuída ao conteúdo e o modo enunciativo sob o qual ele aparece.

Exemplos

Retomemos alguns exemplos:

(1) *Eu me chamo Jeffrey*

(16) *Os centros não financiam hospedagem*

(4) *O reencontro deles na Universidade foi filmado*

(19) *Parece que o último Tarantino é um fracasso*

Os dois primeiros exemplos não apresentam problemas. O locutor de (1) põe em primeiro plano o conteúdo [eu me chamo Jeffrey], o qual aparece sob o modo do concebido. O locutor de (16) põe em primeiro plano o conteúdo [os centros não financiam hospedagem], o qual aparece sob o modo do revelado.

O exemplo (4) comunica dois conteúdos. O conteúdo posto em segundo plano, relativo ao reencontro, aparece sob o modo do

revelado: o locutor não toma parte do conteúdo quando da sua apresentação; o reencontro é dado como conhecido. Por outro lado, o modo de apresentação do conteúdo posto em primeiro plano, relativo à existência do vídeo, é ambíguo. Pode se tratar, seja do modo do concebido, seja do modo do revelado. Isso depende da leitura que pode ser feita do passado composto, que apresenta dois valores em francês. No âmbito do discurso (20), o passado composto incide no resultado presente do registro do reencontro, e a existência do vídeo é expressa sob o modo do concebido:

(20) *O reencontro deles na Universidade foi filmado. Vou correndo ver o vídeo na videoteca.*

Por outro lado, se (4) pertence a um relato da vida dos dois cientistas, a existência do vídeo é formulada sob o modo do revelado: o biógrafo busca articular fatos.

O exemplo (19) é o mais interessante e constitui um fenômeno enunciativo fundamental. Com efeito, na medida em que o conteúdo [o último Tarantino é um fracasso] aparece sob o modo do atribuído, o locutor pode fazer a articulação dele no seu próprio discurso:

(21) *Parece que o último Tarantino é um fracasso. Ele é um homem como qualquer outro, com seus bons e maus momentos.*

O conteúdo aparece sob o modo do atribuído e é posto em primeiro plano. É possível articular seu discurso a um ponto de vista que não é apresentado nem como seu, nem como de uma autoridade. É possível utilizar a voz de um outro para desenvolver seu próprio discurso.

Propriedade 1. Pôr em primeiro plano e modo enunciativo

Qualquer conteúdo pode ser posto em primeiro plano, seja qual for o seu modo enunciativo.

Isso é esperado se o modo é o concebido (cf exemplo (1)): o locutor articula seu discurso ao conteúdo que ele concebe. Isso é igualmente esperado se o modo é do revelado porque o conteúdo aparece como factual (cf exemplo (16)). Este é também o caso quando o conteúdo é atribuído. Como mostra o exemplo (19), um locutor pode utilizar um conteúdo que ele não se atribui como seu.

Propriedade 2. Duas formas de distanciamento

O contraste entre função textual e modo enunciativo permite duas formas de distanciamento. Dessa maneira, o locutor de (4) se distancia de [eles se reencontraram na Universidade] e o locutor de (19) se distancia de [o último Tarantino foi um fracasso]:

- (4) *o reencontro deles na Universidade foi filmado*
(19) *parece que o último Tarantino foi um fracasso*

Seus dois locutores dizem e não dizem, seja que um conteúdo aceito não seja utilizado (cf o exemplo (4)), seja que, inversamente, seja utilizado um conteúdo como sendo de um outro (cf o exemplo (19)). No entanto, as duas formas de distanciamento são diferentes: a do conteúdo [eles se reencontraram na Universidade] decorre de um pôr em segundo plano, ao passo que a do conteúdo [o último Tarantino é um fracasso] decorre de sua expressão sob o modo do atribuído.

5. As argumentações enunciativas: os índices de enunciação linguística

5.1 Definição

Dentre os diversos encadeamentos argumentativos evocados por um enunciado, alguns são relativos à própria enunciação linguística. Estamos nos referindo às “argumentações enunciativas”. Todo enunciado evoca pelo menos uma argumentação enunciativa.

Exemplos

Assim, (1) evoca (3):

- (1) *Eu me chamo Jeffrey*
(3) *estamos nos conhecendo, então eu te digo que me chamo Jeffrey*

(17) evoca (18):

- (17) *... o mar sem fim começa onde a terra termina*
(18) *Eu olho para além da bruta montanha, então eu sei que o mar começa onde a terra termina*

e (19) evoca (22):

(19) *parece que o último Tarantino é um fracasso*
(22) *o fracasso do último Tarantino está sendo divulgado, então eu digo que o último Tarantino é um fracasso*

(3), (18) e (22) constituem argumentações enunciativas. Todas as três são normativas, mas uma argumentação enunciativa pode igualmente ser transgressiva, como no caso de (23):

(23) *Sem querer fazer previsão, Donald Trump será reeleito*

que evoca a argumentação enunciativa:

(24) *eu não quero fazer previsão, então eu apenas opino que Donald Trupo será reeleito*

Propriedade

As argumentações enunciativas fornecem os índices sobre os modos enunciativos sob os quais aparecem os conteúdos a que estão associados.

Uma argumentação enunciativa comportando um *eu digo* (*a vocês*) revela o modo do concebido. Dessa forma, (3) revela que o conteúdo [eu me chamo Jeffrey] de (1) aparece sob o modo do concebido:

(3) *estamos nos conhecendo, então eu te digo que me chamo Jeffrey*

Uma argumentação enunciativa comporta uma forma do tipo *diz* ou *é dito* e a vincula a um *eu digo* (*a vocês*) revelando o modo do atribuído. Dessa maneira, (22) revela que o conteúdo [o último Tarantino é um fracasso] de (19) aparece sob o modo do atribuído:

(22) *o fracasso do último Tarantino está sendo divulgado, então eu digo que o último Tarantino é um fracasso*

Uma argumentação enunciativa que não faz alusão a nenhum dizer revela o modo do revelado. Dessa forma, (18) revela que o conteúdo [o mar começa onde a terra termina] de (17) aparece sob o modo do revelado:

(18) *Eu olho para além da bruta montanha, então eu sei que o mar começa onde a terra termina*

5.2 Tom enunciativo e atividade performativa do locutor

Qualquer argumentação enunciativa, na condição de sequência argumentativa, materializa um aspecto argumentativo. Esse aspecto não tem o mesmo papel consoante a argumentação enunciativa ser posta em segundo plano ou primeiro plano.

Se a argumentação enunciativa é posta em segundo plano, ela comenta então a expressão do conteúdo posto em primeiro plano e revela seu modo de expressão, engajado ou desengajado. O aspecto argumentativo que ela materializa constitui o “tom” sob o qual o locutor se engaja ou se desengaja.

Se a argumentação enunciativa é posta em primeiro plano, ela não revela a enunciação de nenhum conteúdo. Então, não há mais nenhum modo enunciativo, nem tom sob o qual se engajar ou desengajar. A argumentação enunciativa reflete “a atividade performativa” do locutor.

Da enunciação de conteúdo à atividade performativa, há apenas passagem do segundo ao primeiro plano.

Exemplos

A argumentação enunciativa (3) aparece em segundo plano do conteúdo de (1)

(1) *Eu me chamo Jeffrey*

(3) *estamos nos conhecendo, então eu te digo que me chamo Jeffrey*

Ela indica que o modo enunciativo é aquele do revelado e seu aspecto OLHAR DC SABER descreve o tom sob o qual o locutor se desengaja: ele se desengaja sob o tom da observação.

Exemplo

O enunciado (25) evoca duas argumentações, uma que parafraseia seu conteúdo e outra que revela sua enunciação:

A: *Mas você disse a ela para vir?* B: (25) *Sim, claro, eu aconselhei Marie a vir*

(26) *vir era benéfico para Marie, então eu disse a ela para vir*

(27) *você me pergunta, então eu digo a você que aconselhei Marie a vir*

O encadeamento (26) parafraseia o conteúdo de (25): ele descreve uma discussão contraída entre B e Marie; ele provém do significado do verbo *aconselhar*, o qual contém o aspecto FAZER P É BENÉFICO A Y DC X DIZER A Y PARA FAZER P. (26) é posto em primeiro plano.

Por outro lado, (27) é uma argumentação enunciativa. Ela descreve as relações entre B e seu interlocutor naquele momento: a partir do que B está introduzindo, ela expõe o conteúdo (26) em resposta a uma questão de A. (27) é posto em segundo plano de (26). Essa argumentação revela que (26) aparece sob o modo enunciativo do concebido. Ela materializa o aspecto X PERGUNTAR A Y DC Y DIZER A X e, dessa forma, evidencia que o engajamento do locutor se dá sob o tom da resposta.

No passado composto, o verbo *aconselhar* integra o conteúdo do enunciado. A argumentação enunciativa depende, por sua vez, do estatuto do enunciado no âmbito da discussão: do ponto de vista enunciativo, (25) é uma resposta a uma questão.

Exemplo

Austin percebeu que determinados verbos, que ele denominou “verbos performativos”, apresentam um comportamento específico na primeira pessoa do presente gramatical e constituem, assim, “enunciados performativos explícitos”.

Acabamos de ver, no exemplo anterior, que o emprego do passado composto na Língua Francesa do verbo *aconselhar* no equivalente em Português a *eu aconselhei Maria a vir* integra o conteúdo: o enunciado comunicava a existência de um conselho. O mesmo não acontece quando o verbo *aconselhar* está no presente enunciativo:

(28) *aconselho você a vir*

Desta vez, o enunciado é uma forma de *aconselhar*. (28) evoca unicamente (29):

(29) *vir será benéfico, então eu digo a você para vir*

e (29) constitui uma argumentação enunciativa. Quando o verbo *aconselhar* está na primeira pessoa do presente, sua significação, FAZER P É BENÉFICO A Y DC DIZER A Y PARA FAZER P, constitui uma

argumentação enunciativa, e não mais um conteúdo. Aconselhar é a atividade performativa do locutor de (28). (29) é posto em primeiro plano.

De maneira geral, os enunciados performativos explícitos não podem ser analisados em um conteúdo e um comentário sobre o surgimento do conteúdo. Um enunciado performativo explícito coloca em primeiro plano uma argumentação enunciativa e representa, dessa maneira, uma atividade do locutor. Ao contrário de Austin, a TAP não identifica essa atividade do falante com a ação empreendida pelo sujeito falante. A atividade performativa do locutor não é uma ação do mundo. Ela é constitutiva do sentido do enunciado e participa somente da interlocução linguística.

Observação 6

Quando são postas em segundo plano, as argumentações enunciativas revelam o modo enunciativo e o tom sob o qual o locutor se engaja ou desengaja. No entanto, elas contêm detalhes que não se relacionam com a enunciação do locutor na condição de locutor, mas constituem informações.

Tomemos o discurso (30):

(30) Pierre disse que o tempo estará bom, então vamos fazer um piquenique.

Ele articula, por meio do *então*, dois enunciados: por um lado, *Pierre disse que o tempo estará bom*, por outro lado, *vamos fazer um piquenique*. É o primeiro enunciado, *Pierre disse que o tempo estará bom*, que vai nos interessar. Ele evoca ao menos três encadeamentos argumentativos:

(31) o tempo estará bom, então será agradável estar fora de casa

(32) Pierre acha que o tempo estará bom, então ele diz que o tempo estará bom

(32) Pierre diz que o tempo estará bom, então eu digo que o tempo estará bom

(31) e (32) pertencem ao conteúdo de (30). (31) está articulado com o conteúdo de [vamos fazer um piquenique] e, então, está posto em primeiro plano. No que se refere a (32), ele é posto em segundo plano. O locutor comunica que Pierre tem a propriedade de ter dito que o

tempo será bom (seria incongruente fazer-lhe a pergunta), mas não é a isso que se articula a sequência discursiva (30): isso não é objeto de suas palavras.

Vamos nos centrar agora em (33). Trata-se de uma argumentação enunciativa: ela comenta o surgimento de (31) e revela que seu modo de aparição é do atribuído. Deve-se observar, no entanto, que o fato de que seja Pierre, e não Jean ou Marie, que tenha falado do tempo bom não interfere na enunciação do locutor enquanto locutor, em si. As argumentações argumentativas não são assimiláveis à enunciação. Elas constituem somente aquilo que, no âmbito do sentido do enunciado, reflete a enunciação linguística.

5.3 Determinação de argumentações enunciativas

A significação linguística de frases nem sempre é suficiente para determinar a argumentação enunciativa evocada. Ela, eventualmente, fornece indicações explícitas, como no caso de (23), o qual evoca a argumentação enunciativa (24):

- (23) **Sem querer fazer previsão**, Donald Trump será reeleito
(24) eu não quero fazer previsão, então eu apenas opino que Donald Trupo será reeleito

Porém, nem sempre é assim. Nessa direção, essas são as situações respectivas de (1) e de (25) na interação conversacional:

- (1) Eu me chamo Jeffrey
(25) Sim, claro, eu aconselhei Marie a vir

que determinam que seus locutores se engajem, respectivamente, sob o tom do encontro e sob o tom da resposta. O conhecimento dessas situações conversacionais é necessário para compreender que as argumentações enunciativas (3) e (27) são evocadas:

- (3) estamos nos conhecendo, então eu te digo que me chamo Jeffrey
(27) você me pergunta, então eu digo a você que aconselhei Marie a vir

Da mesma forma, nada há no enunciado (14) que indique que o tom é o da reportagem e que, portanto, é evocado (15):

(14) *O árbitro apita um tiro livre*

(15) *eu vejo que o árbitro apita um tiro livre, então eu digo a vocês que o árbitro apita um tiro livre*

Somente o modo do concebido é indicado pelo presente gramatical de (14). Mais uma vez, é o discurso global que aparece como uma reportagem e determina a argumentação enunciativa (15) evocada pelo enunciado particular (14).

6. Histórico

6.1 Teoria Argumentativa da Polifonia e Teoria da Polifonia

A Teoria Argumentativa da Polifonia teve sua origem no âmbito da Teoria da Polifonia que Ducrot desenvolveu em 1984 em *O dizer e o dito*.

Especificamente, a TAP retoma de Ducrot a oposição entre sujeito falante e locutor. No entanto, ao contrário de Ducrot (1984) e seu slogan “o sentido de um enunciado é uma descrição de sua enunciação [atual]”, a TAP não produz nenhuma hipótese sobre as relações entre a enunciação linguística do locutor e a enunciação atual do sujeito falante. Segundo a TAP, o sentido de um enunciado constitui uma descrição de sua enunciação linguística, e essa teoria fornece os instrumentos e as hipóteses sobre como se estabelece a enunciação linguística. As relações entre a enunciação linguística e a enunciação atual ainda precisam ser estudadas. No entanto, como demonstra o exemplo da senhora e seu cão Jeffrey, elas são mais complexas do que supõe o slogan de Ducrot: o cão-locutor descreve seu dizer como um dizer de encontro inicial; a senhora-sujeito falante não pretende conhecer o dono do restaurante.

A TAP também retoma de Ducrot (1984) a hipótese de que um único enunciado pode comunicar diversos conteúdos. Todo enunciado tem um locutor e seus diversos conteúdos são igualmente introduzidos por ele. Essa confrontação constitui o ponto de vista global do locutor, o qual não perde em nenhum momento a palavra. Ele é responsável por toda a representação.

Diferentemente de Ducrot (1984), a TAP não associa os conteúdos a “enunciadores”, os quais os garantiriam. Tendo como objetivo descrever a enunciação linguística do locutor, a TAP associa os conteúdos somente aos modos enunciativos. Naquela direção,

Ducrot (1984) teria associado ao enunciador Pierre o conteúdo [vai fazer bom tempo], veiculado por (30):

(30) *Pierre disse que o tempo estará bom, então vamos fazer um piquenique.*

E ele teria associado ao enunciador Marie o conteúdo [vai fazer bom tempo] comunicado por (34):

(34) *Marie disse que vai fazer bom tempo, então vamos fazer um piquenique*

No entanto, como a enunciação linguística de [vai fazer bom tempo] é a mesma em (30) como em (34), o conteúdo aparece sob o modo do atribuído.

6.2. Evolução da Teoria Argumentativa da Polifonia

Ante de chegar ao conceito de modo enunciativo, a TAP utilizou os termos “Pessoas” ou “Voz”. São outros nomes do mesmo fenômeno. A Pessoa do Locutor e a Voz do Locutor são outros nomes do modo do concebido. A Pessoa do Mundo, a Voz do Mundo são outros nomes do modo do revelado. A Pessoa ou a Voz de Ausência são outros nomes do modo do atribuído.

A TAP foi inicialmente construída como uma teoria a ser adicionada à Teoria dos Blocos Semânticos, cujo objetivo era o de descrever os conteúdos veiculados, e a TAP tinha como função descrever a enunciação desses conteúdos.

Progressivamente, tornou evidente que a TAP é um ramo da TBS. As funções textuais são, na realidade, indicações sobre a montagem de conteúdos que constituem um discurso: como tais, essas funções pertencem à Teoria dos Blocos Semânticos e participam da noção de complexo argumentativo. Quanto aos modos enunciativos, aos tons sob os quais o locutor se engaja ou se desengaja, e às atividades performativas, todos eles decorrem das argumentações enunciativas evocadas pelo enunciado.

Portanto, o sentido de um enunciado é inteiramente analisável por encadeamentos argumentativos. Assim como o estudo dos triângulos (com suas noções de altura, bissetriz, ...) é um ramo da

geometria, a TAP (com suas noções de função textual, modo e tom) é um ramo da TBS. A Teoria Argumentativa da Polifonia propõe um tratamento argumentativo da polifonia.

Tradução: Luiz Francisco Dias

Bibliografias

CAREL, M.; DUCROT, O. Mise au point sur la polyphonie. Paris, *Langue Française*, n. 164, p. 33-44, 2009.

CAREL, M.; DUCROT, O. Pour une analyse argumentative globale du sens. Bergen, *Arena Romanistica*, n. 14, p. 72-88, 2014.

DUCROT, O. *Le dire et le dit*, Paris, Editions de Minuit, 1984.

PARTE 7:

PARA ALÉM DA SEMÂNTICA LINGUÍSTICA

Aula XXIV

Linguagem gestual e gestualidade da linguagem

Carlos Vogt
Universidade Estadual de Campinas
UNICAMP, Brasil

Conheci Oswald Ducrot no começo dos anos 1970, em Paris, no curso de semântica que oferecia na rue du Tournon, na antiga VI seção da École Pratique des Hautes Études, depois École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales.

O curso, em seguida, passou a ser oferecido no Collège de France, na rue des Écoles e foi na sua frequência que pude ir me organizando para preparar o meu doutorado, sob orientação de Ducrot, e ir focando meus estudos na nascente área de Semântica Argumentativa, na qual fiz e defendi minha tese, em 1974, sob orientação de Ducrot, na Unicamp, em uma das várias vezes que ele veio à universidade para a oferta de cursos.

Em 1974, voltei a Paris, para a redação da tese e nela trabalhei todo o primeiro semestre sob a sua supervisão, num intenso e rico processo de interação que resultou na tese, no mesmo ano, depois, livro, em 1977, com o nome *O intervalo semântico – contribuição para uma teoria semântica argumentativa*.

Nos encontros que mantivemos, aos sábados, à tarde, em sua casa, em Paris, nas discussões sobre o comparativo, objeto de estudo do trabalho, foram também se insinuando as indagações que acabariam levando ao artigo sobre a conjunção adversativa **mas** e sua origem no **magis**, do comparativo latino **magis ... quam** e não na conjunção **sed** sua correspondente funcional naquela língua (DUCROT, VOGT, 1979).

Vários estudos sobre o **mas** consideram, de um modo geral, dois componentes básicos de significado na conjunção: um de oposição entre as partes coordenadas e outro de concessão. É o caso de Lakoff, de Halliday P. Hasan e de Van Dijk, entre outros, como bem aponta Maria Helena de Moura Neves em um excelente artigo de 1984,

destacando também ter tomado como ponto de partida para o seu trabalho as observações contidas em nosso artigo.

1

Gostaria, aqui, neste texto em homenagem a Oswald Ducrot, bem menos que repetir o que está dito e não dito no artigo “De **magis** a **mas** – uma hipótese semântica”, registrar, por impressões, a influência teórica, analítica e metodológica que a convivência com o autor e com a sua obra despertou, desenvolveu e consolidou na minha formação intelectual e acadêmica.

2

Não pretendo, neste artigo, apesar do título, tratar de formas gestuais de linguagem diversas da linguagem verbal. Não se trata aqui nem de mímica, nem de códigos especiais, como a linguagem das mãos na comunicação entre surdos-mudos, nem tampouco da linguagem silenciosa, mas expressiva, da face, embora, indiretamente, tudo isso tenha, de algum modo, a ver com o propósito do texto.

O objetivo é mostrar o quanto a linguagem verbal é gestual na sua dimensão semântica e o quanto essa gestualidade, sendo estruturalmente funcional, é responsável pela dimensão pragmática da linguagem.

3

Sabe-se que para a filosofia analítica a função principal da linguagem é a de comunicação; sabe-se também que, nessa mesma linha, um enunciado só comunica o que comunica se comunica que comunica.

Gardiner (*Theory of speech and language*, 1932) distingue no enunciado dois aspectos constitutivos de sua significação: a coisa significada (*thing-meant*) e a qualidade discursiva (*sentence-quality*). O primeiro aspecto constitui o conteúdo do enunciado; o segundo, a sua forma.

Como as línguas naturais conhecem uma grande variedade de modos enunciativos, é necessário ainda distinguir as diferentes qualidades discursivas especiais (*special sentence quality*) que garantem, no enunciado, o reconhecimento, por parte do interlocutor,

das intenções comunicativas do locutor. É o que Austin (*How to do things with words*) chama *uptake*.

Sem essas indicações, o circuito comunicativo não se completa, o enunciado não se realiza e o mal-entendido faz patinar o discurso.

Assim posto, todo enunciado, além de dizer alguma coisa sobre algo diferente dele (descrever, ou representar estados de coisas no mundo) “diz” também algo sobre si mesmo: diz ser uma afirmação, uma ordem, um pedido, uma pergunta etc.

Para evitar o purgatório de todo racionalismo – que é a regressão ao infinito – os filósofos analíticos, Gardiner em particular, fazem uma distinção fundamental entre o **dizer** e o **mostrar** de um enunciado.

Assim, enquanto o enunciado **diz**, **descreve**, ou **representa**, sob o aspecto do conteúdo, ele **mostra**, **indica**, ou **implica**, sob o aspecto de sua forma. A distinção entre estes dois modos de significação, inseparáveis na dinâmica efetiva da linguagem humana, de um lado o **dizer** (*saying*), do outro o **mostrar** (*showing*) encontra correspondências em outras oposições, quer na linguística, quer na teoria literária: história e discurso em Benveniste; fábula e trama nos formalistas russos; contar e mostrar (*telling* e *showing*) em Henry James.

4

A noção de intenção comunicativa é crucial para a plena realização semântica do enunciado.

Contudo, para a semântica argumentativa, ao contrário do uso psicologizante que faz, por exemplo, John Searle na sua teoria dos atos de fala, o conceito de intenção é antes de tudo semântico e hermenêutico, e a própria função predominante da linguagem, muito além da comunicativa é, sobretudo, a de persuasão.

É isso o que faz com que a semântica argumentativa, tal como a entendo, ao invés de pôr em relevo noções como a de **sinceridade** e de **seriedade** do falante, prefere trabalhar com a noção de representação, no sentido teatral, e entender a linguagem como uma forma de ação dramática.

Quando se dá uma ordem a alguém, num enunciado do tipo **feche a porta**, o papel que se assume, neste e por este enunciado, é a do destinador que pode dar a ordem, como de fato a dá. Aquele a quem a ordem é dirigida, e que o destinador se representa como o

destinatário de seu ato de fala, também não existe, linguisticamente falando, senão na e pela ordem que lhe é dirigida, isto é, como virtualidade do discurso. Existir ou não uma porta, a porta estar ou não aberta etc. são condições de emprego lógico do enunciado, mas que se não forem satisfeitas, nem por isso impedem que a ordem se realize no momento em que o enunciado ocorre. Institui-se, desse modo, uma relação de autoridade que, por sua vez, se constitui no fundamento material das representações específicas que, nesse e por esse ato de linguagem, caracterizam o destinador e o destinatário.

Certamente, não é o enunciado que obrigará o ouvinte real a comportar-se dessa ou daquela maneira. Enquanto indivíduo, não é o fato de dizer **eu prometo**, numa determinada circunstância, que me compromete com o cumprimento da promessa. Quem se obriga, quem se compromete o faz sempre como um **eu** à intenção de um **outro**, isto é, como pessoa, persona, ou máscara, constituída no e pelo jogo de linguagem que o próprio ato de prometer estabeleceu. Quem se obriga a cumprir uma ordem que lhe é dada é alguém que a própria ordem se representa – o destinatário –, cuja máscara ou investidura o ouvinte poderá sempre recusar.

Essa recusa em assumir o papel que, contido na fala do locutor, lhe é atribuído, pode desorientar o discurso, desviá-lo de sua trajetória inicial, fazer com que seja abandonado dos futuros que propunha, ou ainda que o seu desenvolvimento não possa ser, a partir da recusa, senão polêmico, ao menos até que novos papéis sejam acordados entre os interlocutores por outros atos de enunciação.

O que sobressai nessa maneira de conceber a linguagem, é o aspecto deontológico de sua estrutura e funcionamento. É preciso dizer, no entanto, que isso não implica em concebê-la como um código explícito de um aparelho jurídico capaz de obrigar, pelo simples uso, o indivíduo a comportamentos prescritos em regras ou leis. Se ela o faz é antes de tudo como representação, como jogo, como apresentação, como encenação, enfim. Evita-se, de um lado, cair na armadilha behaviorista que consiste em confundir o sentido de um enunciado com a sua instrumentação social e, do outro, aceitar a concepção da linguagem e até mesmo da língua como um produto acabado, disponível, com as condições de significação já estabelecidas, produto esse no qual o lugar do indivíduo é apenas o do usuário que, de acordo com as necessidades ou desejos, vai ao

supermercado dos signos abastecer-se de provisões. Como diz Robert Ezra Park (*Race and culture*),

não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra **pessoa**; em sua acepção primeira, queira dizer “máscara”. Mas antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente representando um papel... É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros, é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos. (...) Em certo sentido, e na medida em que esta máscara representa a concepção que formamos de nós mesmos – o papel que nos esforçamos por chegar a viver – esta máscara é o nosso mais verdadeiro **eu**, aquilo que gostaríamos de ser. Ao final, a concepção que temos de nosso papel torna-se uma segunda natureza e parte integral de nossa personalidade. Entramos no mundo como indivíduos, adquirimos um caráter e nos tornamos pessoas” (PARK, 1950, p. 249-250).

Se a linguagem humana é estrutural e funcionalmente uma atividade, a característica fundamental dessa atividade é o aspecto dramático de sua constituição. Dizer que a linguagem é uma forma de ação, equivale, pois, a dizer que a forma dessa ação é dramática, na medida em que se trata sempre de uma ação que não tem finalidade, nem mesmo eficácia fora de sua própria representação.

5

É a forma do enunciado, isto é, aquilo que o enunciado mostra, indica, ou implica, que permite relacioná-lo com o contexto pragmático de sua enunciação. É sempre à intenção do **outro** que essa relação se dá; como o outro é um papel, uma máscara, uma **persona** constituída pela intenção do locutor representada no enunciado, o **outro** de um enunciado é o seu futuro discursivo, isto é, outro enunciado que com o primeiro se encadeia numa macrossintaxe de representações cujo tema constante é o de que o **outro** é a forma do enunciado.

Do ponto de vista argumentativo, impõe-se uma concepção da noção de **sentido**, não com descrição de estados de coisas no mundo, mas como direção ou orientação discursiva. Assim, o sentido de um enunciado deverá ser compreendido, de um lado, como função das combinações possíveis deste enunciado com outros enunciados da língua, isto é, como função de sua direção argumentativa, como função do futuro discursivo

que se abre no momento mesmo em que ele é dito. Do outro lado, o sentido de um enunciado será também função das relações que este enunciado estabelece com enunciados que pertencem ao mesmo paradigma argumentativo; relações sintagmáticas e relações paradigmáticas a apontar para uma espécie de estruturalismo do discurso e a exigir um estudo macrossintático da língua.

Há uma grande variedade de recursos que funcionam como indicadores da qualidade discursiva especial dos enunciados, de sua força ilocucionária, de seu valor argumentativo: desde os gestos, propriamente ditos, as expressões faciais e a entonação até elementos da frase, ou mesmo frases inteiras, são elementos que não acrescentam nada ao conteúdo dos enunciados mas que funcionam como indicadores dos caminhos discursivos a que eles nos obrigam.

Nesse sentido, poder-se-ia falar, abusando talvez um pouco do nome, de uma ampla e disseminada função gestual ou ritual da linguagem e que se caracterizaria como uma função eminentemente pragmática. É essa gestualidade da linguagem que, fornecendo as condições linguísticas da identidade social dos interlocutores, organiza a língua como uma espécie de código jurídico que, por sua vez, sistematiza o conjunto de representações sociais, ideológicas portanto, por que passam necessariamente as representações do mundo da linguagem. Apresentação de representações, a linguagem, pela gestualidade que lhe é própria, aponta para o universo de suas relações com a ideologia. É esse universo que, a meu ver, constitui o domínio específico da pragmática. O espaço metodológico de sua atuação não está, na teoria linguística, nem antes nem depois da sintaxe e da semântica, mas no intervalo entre as duas.

6

Aprendi um pouco que a pragmática é a gramática da prática; e, inversamente, a prática da gramática. Aquela região onde nos esforçamos para captar o residual do linguístico, tentando pensá-lo como elemento ativo e integrante da significação da linguagem.

Tenho a impressão de que a riqueza e a originalidade da pragmática estão em poder pensar o fenômeno linguístico não apenas como língua, mas sobretudo como linguagem. Já que na prática a teoria é outra e, simetricamente, é outra a prática de teoria, o domínio da pragmática

tende a alargar-se ou a estreitar-se, conforme a ênfase seja posta na fórmula **prática da gramática** ou na fórmula **gramática da prática**.

Apesar dos trocadilhos, torço com a mesma afeição pelos pares trocados. Tudo depende dos objetivos e dos pressupostos de quem analisa. Já se discutiu muito a questão do lugar que a pragmática deve ocupar na teoria linguística ou semiótica. Uns a querem depois da sintaxe e da semântica, outros, antes das duas, não faltando aqueles, como eu, que a preferem no meio.

Onde ficamos?

A resposta a esta pergunta não obedece a nenhum princípio imediato de realidade. Ao contrário, é mediada pela própria concepção do que é uma teoria linguística e, em última instância, pelas noções sobre a natureza da linguagem que entram em jogo na construção dessa teoria.

Um dos problemas que sempre se enfrenta, contudo, é não somente o da distinção dos três componentes da semiótica, mas também o da relação, o da junção entre eles. As tentativas para formalizar a passagem de um outro são antigas tanto nas linguísticas como nas filosofias da linguagem.

Soluções “fisiológicas” e mesmo “anatômicas” nunca deixaram de se apresentar.

Os “anatomistas” tendem a comparar a linguagem com o próprio organismo humano e com as partes que o constituem em juntura. O mesmo fazem os “fisiologistas” cujo apelido mais comum nas ciências humanas é muitas vezes o de “funcionalistas”. A diferença entre uns e outros é que, bem ou mal, uma “fisiologia” da linguagem a supõe, ao contrário de sua “anatomia”, como um organismo vivo.

Matar a linguagem ou supô-la morta, para proceder à sua dissecação, tem sido uma prática secular, embora os seus executantes estejam quase sempre imbuídos de uma tal convicção missionária que jesuíta nenhum pode botar defeito.

Foi assim quando se estudaram as línguas “vivas” pelo paradigma gramatical de línguas “mortas”. Tem sido assim no acentuado “biologismo” de certas tendências atuais que pretendem reduzir a zero os aspectos sociais constitutivos da linguagem humana. O “naturalismo” dessas tendências certamente ganha em explicação formal aquilo que perde em implicação fenomenológica.

O fato é que o “anatomismo”, se pode dizer alguma coisa de interessante sobre os comportamentos simbólicos do homem, entre eles o seu comportamento linguístico, não pode dizer tudo. Aqui, como em toda parte, o todo não é a mera soma das partes. Mesmo que essas partes estejam em contiguidade anatômica.

Ocorre-me, a propósito, as descobertas de Charcot sobre a histeria e a grande influência que exerceram em Freud. No caso particular das histerias traumáticas, resultantes de um acidente, Charcot mostra que os sintomas não são delimitados pela anatomia do sistema nervoso mas sim por referência aos conceitos comuns que temos no corpo. Uma pessoa histérica poderá ter uma paralisia da perna, no sentido em que esse membro se estende até a sua inserção na anca, ou uma paralisia do braço, entendido como aquela parte do corpo que uma roupa sem mangas deixa a descoberto. Como nenhuma dessas áreas corresponde a um agrupamento neurofisiológico, pode-se compreender com clareza a afirmação de Freud quando diz que a histeria “se comporta como se a anatomia não existisse, ou como se não tomasse conhecimento dela”.

Não estou pretendendo, por abuso de analogia, sequer sugerir que a linguagem é histérica. Que histeria é uma linguagem, está dito.

Além disso, a comparação vale pelo que deixa entrever nos comportamentos simbólicos do homem. Sua gênese, manutenção e transformação não dependem apenas das regiões naturais nas quais se produzem e reproduzem as relações orgânicas da espécie. As ideias e as concepções que os indivíduos fazem de si mesmos e dos outros, as máscaras em que somos investidos e que nos multiplicam em identidades sociais diversas, o processo, enfim, que nos leva de indivíduo à pessoa, da espécie à sociedade, tudo isso atua de modo decisivo na constituição dos complexos mecanismos de nossas representações e apresentações.

Para insistir um pouco mais na metáfora, procurando dar-lhe ao mesmo tempo uma forma mais concisa, eu diria que, assim como os sintomas da histeria, também os símbolos da “normalidade” são “ideogênicos”.

Já disse antes que a linguagem é a representação da representação. Isto é, a linguagem só representa estados de coisas no mundo, dando-se, simultaneamente, o cenário dramático, teatral onde se apresenta essa representação. Neste sentido, é também uma apresentação de representações. Um grande ritual de que perdemos frequentemente a consciência pelo hábito de sua prática.

Neste ritual, que inclui muitas cerimônias, as divindades também podem variar e ser até mesmo antagonizadas pela micropolítica dos grupos e dos sacerdotes em disputa.

Às vezes, a “objetividade” do dizer, do enunciado ofusca a “subjetividade” do mostrar, da enunciação. Outras vezes, é o contrário que se verifica. No primeiro caso, a atividade de falar ou de escrever tem a vertigem semântica do mundo, que é, então, visto como dado, construído e acabado; no segundo caso, as mesmas atividades têm o apelo expressivo, pragmático das relações entre os interlocutores. Constituídas, entre outras formas de representação simbólica, também pela linguagem, essas relações, por seu turno, entremeiam as relações entre a linguagem e o mundo, o qual, neste caso, é visto como um dado de construção sem acabamento definido.

A distância que vai de uma a outra dessas preferências é mais ou menos aquela que existe entre o símbolo e a alegoria, nos termos da distinção que Walter Benjamin (1984) faz desses conceitos.

O que está em jogo na escolha são concepções diferentes da cultura: como entidade abstrata, mas fechada, ou como processo real e aberto. Num caso a “objetividade” do conhecimento é garantida pela “objetividade” das coisas a conhecer; no outro, a “subjetividade” do conhecer é suposta pelos estados dinâmicos de percepção que possibilitam o conhecimento.

De um lado, a cultura tende a ser identificada como civilização e progresso, e o seu desenvolvimento é visto como linear e cumulativo. Do outro, porque o progresso real de sua transformação é histórico, a cultura se faz das tensões e conflitos entre as diferentes representações sociais que subjazem aos símbolos de suas manifestações.

Para mim, a linguagem tem a ver com tudo isso. E a pragmática poderá ser tão transparente e rarefeita como foram e têm sido a

sintaxe e a semântica inspiradas no positivismo lógico, ou, inversamente, sem prejuízo da clareza, poderá buscar aprender a espessura e a densidade próprias de todo gesto de significar: feito para o outro, necessariamente voltado para o que ele não é, a sua realização efetiva só é possível, no entanto, se esse gesto significar-se a si mesmo com um gesto significativo.

As condições de felicidade de um gesto de significação, de um ato de fala podem estar em muitas partes. Por exemplo, na sua situação de uso, isto é, no contexto social de seu emprego.

Mas, onde quer que esteja, pode estar também na própria linguagem que, desse modo, antes de referir a estados de coisas e a acontecimentos no mundo, cria, ela mesma, as condições dessa referência.

Contar o acontecido é nunca deixar de contar-se a si mesmo. E quando se dá muito peso à forma o que se descobre tem o efeito de uma inversão de expectativa: o contar traz dentro de si elementos do acontecer; a fábula se faz história e a linguagem se faz cultura.

Por isso a noção do universo do discurso só ganha realidade quando passa pela noção de universo de interação entre os interlocutores desse discurso.

Da constituição desse universo de interação, de suas regras e regularidades linguísticas deveria ocupar-se a pragmática.

8

Esse modo de entender a pragmática supõe, como se viu, uma concepção segundo a qual a linguagem é antes de tudo uma forma de ação; ação cuja forma é essencialmente dramática, teatral, isto é, uma ação que não tem finalidade nem eficácia fora de sua própria representação (VOGT, 1981).

Sendo simbólica, no sentido amplo do termo, o jogo de representações acionado pela atividade linguística põe a linguagem na cena de um espetáculo maior e mais complexo: o da história, da cultura e das máscaras sociais que, embora colocadas em nosso rosto, nem sempre sabemos o que significam e nem por que as portamos. Como diz Octavio Paz (1972, p. 9):

Todas as histórias de todos os povos são simbólicas; isto é: a história e seus acontecimentos e protagonistas aludem a outra história

oculta, são a manifestação visível de uma realidade escondida. Por isso nos perguntamos: o que significam realmente as Cruzadas, o descobrimento da América, o saqueio de Bagdá, o terror jacobino, a guerra de secessão norte-americana? Vivemos a história como se fosse uma representação de mascarados que traçam sobre o tablado figuras enigmáticas; apesar de sabermos o que nossos atos significam, dizem, não sabemos o que é que dizem e assim nos escapa o significado da peça que representamos.

Ou como escreve Jorge Luiz Borges (1960, p. 168):

Um homem propõe-se a tarefa de desenhar o mundo. Ao longo dos anos povoa um espaço com imagens de províncias, de reinos, de montanhas, de baías, de navas, de ilhas, de peixes, de habitações, de instrumentos, de astros, de cavalos e de pessoas. Pouco antes de morrer, descobre que esse paciente labirinto de linhas traça a imagem de sua cara.

Ou novamente Octavio Paz (1972, p. 13): “Estamos condenados a inventar-nos uma máscara e, depois, a descobrir que essa máscara é nosso verdadeiro rosto”.

9

Essa concepção da linguagem também privilegia, como se viu, uma certa noção de sentido linguístico.

Para insistir nessa maneira de ver, o sentido de um enunciado deve ser compreendido, de um lado, como função das combinações possíveis deste enunciado com outros enunciados da língua, isto é, como função do futuro discursivo que ele abre no momento mesmo em que é dito.

Do outro lado, o sentido do enunciado é também função das relações que este enunciado estabelece com outros enunciados pertencentes ao mesmo paradigma argumentativo. Em resumo, relações sintagmáticas, de um lado, e relações paradigmáticas, do outro.

É assim que se pode falar de um estruturalismo da fala ou do discurso, da mesma forma que ganha corpo a proposta de um estudo macrossintático ou semântico argumentativo da linguagem.

Se retomássemos a metáfora da estrada utilizada por Ducrot para ilustrar a concepção do sentido de um enunciado como direção, seria talvez interessante acrescentar que descrever uma estrada, além de dizer para onde ela vai, é também descrever por onde ela passa; um córrego, uma plantação de milho, um bairro rural, enfim todos os “acidentes” inscritos no trajeto da estrada e que, ao mesmo tempo, a inscrevem nos seus sentidos. A relação da estrada com esses “acidentes” seria, insistindo ainda na metáfora, de natureza semelhante à das relações de um enunciado com outros enunciados pertencentes ao mesmo paradigma argumentativo.

Assim, esta concepção particular do que é o sentido de um enunciado permite entrever as relações entre a pragmática, a semântica e a sintaxe e o modo pelo qual essas relações deveriam ser explicitadas no nível daquilo que chamei macrossintaxe, sintaxe do discurso ou semântica argumentativa.

Por via dessa macrossintaxe, seriam, por sua vez, explicitadas as relações entre a pragmática, a análise do discurso, a psicolinguística, a sociolinguística. Aquelas relações, em suma, para as quais a linguagem é inevitavelmente atraída por força do paradoxo que constitui o centro vazio de sua gravitação: tendo materialidade e forma próprias, a linguagem só existe plenamente na negação de si mesma; é o que ela não é, ainda que esta negação se faça através de si mesma. É sempre o outro que constitui o horizonte da significação linguística.

Além disso, se a linguagem fosse um instrumento, como todo instrumento, não tem nenhuma utilidade imanente. Tem, isto sim, utilizações históricas. Mas como um martelo deixa e recebe as cicatrizes dos golpes desfechados sobre um prego; traz em seu cabo a inscrição do suor das mãos que o utilizaram; nas mãos conforma a lembrança de sua forma, assim também a linguagem é memória de si mesma nos diferentes usos sociais que possibilita e que dela se fazem através da história.

Neste caso, a pragmática abre-se para a diacronia e os estudos filológicos.

Vista desse modo, a pragmática é o ponto crítico da negação da linguagem; a sua terceira margem. O ponto de sua plena realização.

Transposto esse ponto, entramos na densa superfície dos corpos vivos, aqui, como num poema famoso, o mais profundo é a pele: linguagem, literatura e silêncio.

A gestualidade ou a ritualidade da linguagem pode, em casos excepcionais, caracterizar quase que exclusivamente a função de uma língua.

Penso no Cafundó, comunidade negra no estado de São Paulo, Brasil, composta de cerca de sessenta habitantes, descendentes de antigos escravos, e que além do português, língua amplamente utilizada para suas necessidades de comunicação, falam também uma “língua” de origem africana, a que chamam **cupópia**, **falange** ou simplesmente **língua africana**. (VOGT; FRY, 2013).

Trata-se, na verdade, de um léxico banto, quimbundo principalmente, de aproximadamente duzentas palavras, empregado sobre estruturas gramaticais do português.

Tudo parece indicar que a função dessa “língua” é inteiramente gestual ou ritual, criando para os membros da comunidade um espaço mítico em que eles se percebem como “africanos” e assim são também percebidos pela sociedade branca envolvente. Se etnicamente são vistos como pretos e socialmente, como peões ou “vagabundos”, a “língua” lhes dá um expediente ritual de compensação que, sobreposto à miséria social que em geral caracteriza a história do negro no Brasil, renova uma identidade cultural para sempre perdida, porque historicamente vilipendiada.

A singularidade do Cafundó dever-se-ia não apenas ao fato de que a sua **língua africana** tenha sobrevivido em meio às ruínas que o capitalismo acumulou no seu desenvolvimento no Brasil, mas também este caráter extremo de gestualidade e de representação ritual, a que estaria ligada a própria razão de sua sobrevivência.

Falar a **cupópia** é ser “africano”, ou, ao menos, apresentar-se como tal. Aqui o ato de fala é único; o modo de enunciar na “língua” é um só: “falar é representar-se “africano””.

É evidente que este é um caso extremo. Mas creio que sua polaridade não é mais do que a exacerbação social de uma característica estrutural das línguas naturais: aquela que reconhecemos quando percebemos que a linguagem gestual tem seu fundamento na própria gestualidade da linguagem.

Bibliografias

- AUSTIN, J.L.: *How to do things with words*. Harvard University Press, Cambridge, 1962.
- BENJAMIN, W.: *A origem do drama barroco alemão*. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.
- BORGES, J.L.: Epílogo. Emecé, Buenos Aires, 1960.
- DUCROT, O. Prefácio. In: VOGT, Carlos. *O intervalo semântico – contribuição para uma teoria semântica argumentativa*. Campinas: Unicamp, Ateliê, 2009.
- DUCROT, O. & VOGT, C.: «De magis à mais – une hypothèse sémantique». *Revue de Linguistique Romane*, n.ºs. 171-172, tomo 43, Lyon/Strasbourg, 1979, p. 317-341.
- FREUD, S.: *Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim*. Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 1, Imago, Rio de Janeiro, 1956.
- GARDINER, A.H.: *The theory of speech and language*. Oxford University Press, Oxford, 1969, 1ª ed., 1932.
- NEVES, M.H. de M.: « O coordenador interfrasal **mas** – invariância e variante ». *Revista Alfa*, São Paulo, 1984, p. 21-42.
- PARK, R. E.: *Race and culture*. The Free Press, Glencoe, 1950.
- PAZ, O.: «La máscara y la transparencia». «Prólogo» a *Carlos Fuentes*, 1972.
- SEARLE, J.: *Speech acts: an essay on the philosophy of language*. Cambridge University Press, Cambridge, 1969. (Tradução em português: *Os atos da fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Tradução de Carlos Vogt. Almedina, Coimbra, 1981)
- VOGT, C.: *O intervalo semântico – contribuição para uma teoria semântica argumentativa*. Editora Ática, São Paulo, 1977. 2ª ed., Ateliê Editorial, São Paulo, 2009.
- VOGT, C.: «Por uma pragmática das representações». In: *Linguagem pragmática e ideologia*, 3ª ed., p. 129-164. Também em francês «Pour une pragmatique des représentations». In: *Semantikos*, 5/1, 1981, p. 1-36.
- VOGT, C. & FRY, P. (com a colaboração de Robert W. Slenes): *Cafundó – A África no Brasil*. Cia. das Letras e Editora da Unicamp, São Paulo/Campinas, 1996 (1ª ed.). Editora da Unicamp, 2013.
- VOGT, C.: *Linguagem pragmática e ideologia*, Editora Hucitec, São Paulo, 1ª ed., 1980, p. 103-129. 2ª ed., aumentada, 1989, p. 103-129. 3ª ed., Editora Hucitec & Editora da Unicamp, 2015, p. 103-128.

Aula XXV

Leitura (alfabetização e letramento): breves reflexões embasadas em conceitos da Semântica Argumentativa

Neiva M. Tebaldi Gomes¹
Centro Universitário Ritter dos Reis
Laureate University
UNIRITTER, Brasil

1. Considerações preliminares

Para tratar de leitura, poderíamos iniciar trazendo indicadores que resultam de pesquisas que avaliam habilidades de leitura de estudantes brasileiros. No entanto, esses indicadores já são bastante discutidos em diferentes esferas da educação brasileira. Propomo-nos, então, a refletir sobre o processo de leitura, no qual estão implicados os conceitos de alfabetização e letramento, e sobre o ensino da leitura.

Inicialmente, como o termo leitura remete a diferentes conceitos e tipos de leitura, é preciso dizer que este texto tratará unicamente de leitura do texto verbal. Trata-se de reflexões motivadas pelos seguintes questionamentos: O que é ler? O que diferencia o processo de alfabetização do processo de letramento? Se o ato de leitura pode ser entendido como um processo de busca e (re)construção de sentidos, que habilidades são pressupostas? O que é ler para a Semântica Argumentativa?

Partindo dessas questões e da convicção de que para tratar de leitura do texto verbal é preciso entender como se produzem os sentidos por meio da linguagem, retomamos os conceitos saussurianos de *relação* e *valor* que, repensados, foram assumidos pela Semântica Argumentativa. No desenvolvimento, o texto procura demonstrar, embora de forma ainda muito elementar, como conceitos

¹ Dr. em Letras, pela UFRGS. Professora Licenciada do Centro Universitário Ritter dos Reis/Laureate University.

dessa teoria semântica poderiam contribuir para a compreensão dos sentidos de enunciados.

2. Leitura: um processo de busca e (re)construção de sentidos

Dificuldades em leitura que estudantes de diferentes níveis de ensino apresentam devem-se, entre outros fatores, a lacunas na formação de professores. Essa pode ser uma afirmação um tanto polêmica, mas é uma realidade com a qual as instituições formadoras de professores precisam lidar. Nos cursos que preparam o alfabetizador e o professor de séries iniciais há, certamente, um enfoque nos métodos de alfabetização e nos aspectos cognitivos envolvidos. No entanto, pelo que conhecemos desses cursos, falta uma formação linguística consistente e, mais especificamente, uma teoria semântica que explique como a língua funciona para produzir sentidos. Em consequência, entre outras causas, muitas vezes o processo de alfabetização, que vai da decodificação alfabética à atribuição de sentidos aos enunciados, apresenta lacunas ou não se completa, caracterizando o que conhecemos como alfabetização funcional², etapa que dificulta a participação efetiva em práticas sociais de letramento.

Por se tratar de um processo, na literatura brasileira, o termo alfabetização vem sempre atrelado ao de letramento. Ao tratar da distinção entre esses dois conceitos, Soares (2004, p. 96) diz que o aparecimento da palavra e do conceito *letramento* pode ser interpretado como decorrência da necessidade de *configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização*. Assim, ainda segundo a autora,

[...] por um lado, é necessário reconhecer que **alfabetização** – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de **letramento** – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: (esses dois processos) distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de

² A caracterização *funcional* diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita que atinge apenas um caráter instrumental que permite ao sujeito a realização de tarefas cotidianas do âmbito profissional ou da convivência comunitária, mas de forma elementar.

aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos. [...] Por outro lado, também é necessário reconhecer que, embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita. (grifos acrescidos) (SOARES, 2004, p 97)

Vale ressaltar que são as práticas de leitura e de escritas que complementam e consolidam o processo de alfabetização. A competência em leitura (e também em escrita), alvo de metas não só no Brasil, desenvolve-se ao longo da vida, à medida que novas habilidades vão sendo adquiridas no contato com os diferentes gêneros e suportes textuais existentes em uma sociedade e, mais precisamente, por meio do exercício da leitura e da escrita propiciado pela escola; exercício que deve efetivar-se por meio de atividades orientadas por objetivos específicos e metodologias adequadas. Apenas a título de exemplificação: se o objetivo for a leitura expressiva, a leitura em voz alta, acompanhada de exercícios que levam à identificação dos diferentes sinais de pontuação e sua função na organização textual dos sentidos, pode ser um caminho; se o objetivo for o desenvolvimento do vocabulário ativo, a significação de determinadas expressões, as famílias de palavras, a sinonímia, a significação de determinados morfemas poderiam constituir o foco da leitura.

Mas sejam quais forem os objetivos, as atividades ou as metodologias adotadas, a leitura será essencialmente um processo de busca dos sentidos que resultam da seleção e da forma como determinadas palavras foram combinadas em um enunciado. As teorias semânticas nos auxiliam na compreensão desse processo. Entre elas, destacamos a Semântica Argumentativa, que visa compreender por que determinadas palavras têm o sentido que lhe é atribuído em um determinado contexto linguístico.

3. Semântica Argumentativa: uma teoria de leitura?

A Semântica Argumentativa é uma teoria que visa descrever e explicar o sentido que as palavras assumem quando colocadas umas em relação com outras, constituindo sintagmas. Dizemos, por isso, que é uma teoria que se ocupa das relações sintagmáticas, que são identificadas como *encadeamentos* argumentativos.

Como também podemos ler em outros textos deste livro, à teoria interessa a identidade semântica de cada enunciado, isto é, o sentido resultante de cada encadeamento, e a descrição de como o sentido se constrói por esses encadeamentos. Ducrot (1987, p. 56) diz considerar *a descrição semântica de uma língua como uma máquina suscetível de fazer corresponder a cada enunciação o sentido que os sujeitos falantes, de fato, lhe atribuem*. Do ponto de vista do seu aparecimento, então, os sentidos são sempre singulares e irrepetíveis, da mesma forma que os enunciados que os comportam. Assim, uma frase como “Pedro é inteligente” poderia expressar uma de suas características, em face da admiração que o locutor tem por ele, mas também poderia responder à pergunta por que “Pedro foi selecionado e não João?”, o que poderia significar Pedro é mais capaz que João. Essa mesma frase poderia ser empregada em inúmeras outras situações, originando, em cada enunciação, sentidos diferentes. Isso ocorre porque, fora do uso, uma frase representa apenas uma combinação de elementos abstratos que contém a *significação*, enquanto o *sentido* se define na enunciação de um locutor que se dirige a um interlocutor com uma certa intencionalidade.

Como teoria do sentido, a Semântica Argumentativa postula que a interpretação de um texto deve resultar essencialmente da análise do material linguístico com o qual o texto/discurso³ se organiza. Isso não significa que, no primeiro contato com o texto, a intuição do leitor não possa colaborar para suscitar sentidos, mas esses precisam ser validados pelo material verbal. Nesse processo, a significação lexical (a dos dicionários) é apenas um ponto de partida, porque um sintagma como “o patinho feio” (título de uma história infantil) contém vários sentidos: não se trata de um *pato*, mas de um *patinho* (*inho* DC pequeno); nem de um patinho qualquer (o patinho DC definido). O acréscimo do morfema “inho” também agrega ao termo um valor afetivo. Para falar nos termos da semântica argumentativa tal como é desenvolvida hoje na Teoria dos Blocos Semânticos: ‘patinho’ evocaria aqui o aspecto argumentativo PEQUENO DC MÉRITO DE ATENÇÃO, AFETO). O sintagma pressupõe, também, a existência de outros patinhos (patinho feio DC outros não feios).

³ Embora na teoria *texto* e *discurso* possam referir entidades distintas, não faremos distinção e serão empregados no sentido que recebem no senso comum: a materialidade verbal.

Assim, a teoria mostra que o sentido de uma palavra não está nela própria. Na história dos Três Porquinhos, por exemplo, o sentido de “casa” em cada ocorrência - *casa de palha*, *casa madeira* e *casa de tijolo* - é diferente e resulta da relação que *casa* mantém com a outra palavra, *palha*, *madeira*, *tijolo*, respectivamente. Dizer *casa de tijolo*, nesse contexto linguístico, não significa especificar o material que a constitui, mas expressar sua maior resistência em relação às outras duas, salientando, ao mesmo tempo, uma gradação: a palavra *casa* combinada com *palha* tem o sentido de *pouco resistente*, combinada com *madeira* assume o sentido de *um pouco mais resistente* em relação à de *palha*, mas inferior a de *tijolo*.

É à luz dessa semântica também que, em um enunciado como “a bruxinha boa” (de outra história infantil), o termo “bruxa” de apelo negativo (bruxa DC má), assume um valor positivo (bruxa PT não má), mas ao mesmo tempo pressupõe a existência de bruxas “não boas”. E esta seria uma forma simples de mostrar que de cada nova combinação resulta sempre um novo sentido. Ou seja, o sentido de uma expressão não resulta da soma de elementos que a constitui, mas da relação que, no uso, assume com outra ou outras. É por isso que, por essa perspectiva teórica, mesmo interpretações mais subjetivas de um texto como *eu acho/penso que...* precisam estar ancoradas no material linguístico, razão pela qual a leitura deve ser concebida como objeto de ensino.

O princípio de *relação* é constitutivo de qualquer nível de uma língua⁴. No fonológico, relacionam-se fonemas ($v+a = va$; $v+i = vi$; $r+e = re$) para formar morfemas (palavras ou partes de palavras); no morfológico, combinam-se morfemas para formar palavras ($re+faz+er = refazer$; $des+ fazer = desfazer$; $fazer + ivel = factível$) e palavras para formar sintagmas (*café com leite*; *café sem leite*); no semântico, a depender das combinações, uma palavra pode ter sua significação lexical totalmente alterada e passar a assumir sentidos muito diferentes (*lua satélite* e *lua de mel*). Nas práticas escolares de leitura, a reflexão sobre esse modo de funcionamento da língua amplia a habilidade de perceber e também de produzir sentidos e leva à internalização dos recursos linguísticos.

⁴ Fonológico, morfológico, sintático ou semântico, mas essa é uma divisão meramente didática, porque uma língua é uma totalidade de elementos de fronteiras pouco definidas.

A noção de *relação* decorre da de *valor*, que está em Saussure. Para o linguista, o valor de um signo resulta da presença de outros signos, tanto no eixo sintagmático, quanto no paradigmático. Ducrot trouxe esse conceito saussuriano para a Semântica Argumentativa, mas, por considerar a ideia vaga, propôs considerar como relações semanticamente pertinentes as argumentativas, ou seja, as possibilidades de *encadeamentos argumentativos* em *portanto* entre um conteúdo linguístico e outro.

A ideia de encadeamento resulta do pressuposto de que a argumentação está na língua. A teoria postula que as palavras, expressões e frases da língua contêm nelas possibilidades ou impossibilidades de encadeamentos. Assim, um sintagma como *casa de tijolo* conteria nele a *instrução* de uma continuidade do tipo ‘tijolo’ PORTANTO resistente. Nesse sintagma é a palavra ‘tijolo’ que define o sentido de casa, por ser argumentativamente a mais importante, ou seja, é nela que está o sentido de “resistente”.

Embora já tenha sofrido modificações, outro conceito da Semântica Argumentativa que contribui para esclarecer os sentidos de um texto é o da pressuposição. Por ele, um enunciado como “Naquele tempo, o povoado era tranquilo” traz pelo menos dois conteúdos: o povoado *era tranquilo* em um determinado tempo (conteúdo *posto*) e não é tranquilo agora (conteúdo *pressuposto*). Da mesma forma, ao enunciar uma frase como “Ele parou de gritar”, temos um conteúdo *posto* (ele não grita mais) e um conteúdo *pressuposto* (ele gritava antes); em “Ela começou a cantar” temos o conteúdo *posto* (iniciou a ação) e um *pressuposto* (não cantava antes). Pela teoria, os pressupostos são parte integrante do sentido dos enunciados. E não há como não admiti-los porque fazem parte da própria significação lexical.

Voltando à pergunta “O que é ler para a Semântica Argumentativa?”, podemos concluir provisoriamente, a partir dos conceitos comentados, que ler é compreender os sentidos pelo modo como palavras que constituem determinadas sequências discursivas foram combinadas e pela orientação argumentativa que lhes é própria; é também compreender os conteúdos *postos* e os *pressupostos*. Consiste em um trabalho ativo de um destinatário que busca resgatar os sentidos construídos por um locutor que, ao enunciar, constrói argumentações. Então ler também pode ser compreender a argumentação de um discurso. Esta é, evidentemente, uma resposta

muito elementar, porque uma resposta mais completa deveria levar em consideração outros desenvolvimentos, como o da polifonia e o da Teoria dos Blocos Semânticos.

4. Considerações ainda inconclusas

No desenvolvimento do presente texto defendemos a ideia de que o trabalho escolar que mobiliza a leitura exige conhecimentos sólidos a respeito de como uma língua funciona para produzir sentidos e isso nos leva ao campo da semântica. Demos destaque à Semântica Argumentativa, por entendermos que há nela conceitos que explicitam possibilidades de abordar os sentidos de um texto, entre eles os de *relação*, de *pressuposição*, de *orientação argumentativa*. O objetivo não foi o de teorizar (outros textos deste livro o fazem), nem o de apresentar uma metodologia de leitura, porque entendemos que as metodologias devem ser construídas pelo professor, a partir da sua compreensão de como se constroem os sentidos, do nível escolar dos alunos, do objetivo e do gênero textual explorado em cada atividade de ensino. Nesse sentido, não há uma metodologia única. Defendemos, no entanto, a ideia de que uma atividade de leitura, quando pensada como ensino-aprendizagem, pode considerar a interpretação e a própria intuição do leitor, mas deve depois ancorar-se no material linguístico que constitui o texto. Pesquisas que avaliam questões de compreensão e interpretação de textos mostram que é esse olhar minucioso sobre a linguagem que falta nos livros escolares.

Do ponto de vista da pesquisa, a teoria também pressupõe a interpretação semântica que o locutor faz dos enunciados ordinários. Isso fica claro, no início do capítulo 11 da terceira edição de *Dire et ne pas dire*. Principes de Sémantique Linguistique (2008, p. 307-323), capítulo intitulado *L'interprétation en sémantique linguistique: un point de départ imaginaire*. Nesse capítulo, Ducrot afirma que a interpretação é um meio, um instrumento para acessar a significação das frases, não um fim como o é em disciplinas que a tomam por objeto de estudo. A interpretação entendida como compreensão dos pontos de vista expressos em um texto/discurso é objeto de estudo na escola.

Com efeito, tanto na pesquisa quanto no trabalho escolar, a busca de sentidos deve ser guiada pela seguinte questão: por que tais interpretações, e não outras, puderam ser dadas aos enunciados? Esse

questionamento leva à reflexão sobre a Língua. E é por esse retorno à língua que a Semântica Argumentativa se diferencia das demais. Também é por esse retorno à língua que essa teoria pode contribuir para o ensino da leitura.

Sobrea aprendizagem e desenvolvimento da competência em leitura, outras considerações, mesmo que inconclusas, parecem fazer sentido. A primeira é a de que se trata de um processo que inicia com a alfabetização, que depende de um processamento simbólico complexo que envolve, entre outras operações cognitivas, a correspondência grafema-fonema. É essa operação que leva à compreensão de que a combinação de letras e sons unidos gera palavras portadoras de significação. Em consequência dessa complexidade, a formação do alfabetizador exige, além de conhecimentos específicos a respeito das operações cognitivas envolvidas e dos métodos de alfabetização, conhecimentos sobre o funcionamento semântico de uma língua.

Por fim, vale destacar que a competência em leitura não é um processo que se completa na escola com a aquisição do sistema convencional da escrita, mas que se desenvolve ao longo da vida, à medida que novas habilidades vão sendo adquiridas por meio do próprio exercício da leitura. Mas é papel essencial da escola ocupar-se do desenvolvimento de habilidades de leitura (e de escrita) que resultem da reflexão sobre o material linguístico. Para isso, não basta conhecer bem a língua e os métodos de alfabetização. O professor precisa também entender como a língua funciona para produzir sentidos, ou seja, precisa de uma teoria semântica. Daí a necessidade de os cursos de formação e qualificação de professores incluírem em seus programas conhecimentos específicos sobre os processos de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. E para que esses cursos possam dispor de tais conhecimentos é necessário que haja pesquisadores que se empenhem em desenvolver estudos voltados para as práticas escolares.

Bibliografias

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *La argumentación en la Lengua*. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

BARBISAN, L. B. *A Presença de Saussure na Teoria da Argumentação na Língua de Oswald Ducrot. Matraca*. Rio de Janeiro, v.21, n.34, jan/jun. 2014.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semântica Argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Edición María M. G. Negróni Y Alfredo M Lescano. 1ª ed., Buenos Aires: Colihue, 2005.

CAREL, M.; MACHADO, J. Debate sobre a Teoria dos Blocos Semânticos e a Semântica do Acontecimento: quase-bloco, locutor-posição e espaço de enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 51, n. 1, p. 38-46, jan-mar. 2016.

CAREL, Marion. *L'Entrelacement argumentatif: lexique, discours e blocs sémantiques*. Paris; Éditions Champion, 2011.

DUCROT, Oswald. *O Dizer e o Dito*. Revisão Tec. da Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. *L'interprétation en sémantique linguistique: un point de départ imaginaire*. In. *Dire et ne pas dire*. 3ª ed. Paris, Minuit, 2008.

DUCROT, Oswald. *Les mots du discours*. Paris, Minuit, 1980.

DUCROT, OSWALD. *Le structuralisme en linguistique*. In. *Qu'est-ce que le structuralisme?* Paris: Seuil, 1968.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. *Revista Pátio*. Porto Alegre: Artmed Editora - Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004.

Parâmetros Curriculares nacionais. Língua Portuguesa. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>.

Aula XXVI

Semântica argumentativa e conflitualidade política: o conceito de “programa”¹

Zoé Camus
Université de Toulon,
UTLN, França

Alfredo M. Lescano
Université de Toulouse
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França

Os estudos oriundos do paradigma da semântica argumentativa² concentram-se até o momento na resolução de problemas linguísticos propriamente (significação lexical, papel das conjunções, dos advérbios, etc.) integrando neles, algumas vezes, a dimensão textual. Todavia, identifica-se, no seio dessa corrente, uma nova tendência³ que propõe um alargamento das preocupações: quais laços entre semântica a política? Qual é a parte semântica da construção das relações sociais? Quais são as propriedades semânticas dos processos discursivos que têm consequências sociais? Inscrevendo-se nessa corrente, o programa de pesquisa apresentado aqui se ocupa de dois tipos de situações discursivas: de um lado, de interações orais em assembleias cidadãos políticas, e de outro, de conflitos sociais – eles serão englobados, por comodidade, sob a denominação “situações políticas”⁴. Nessa abordagem, as entidades semânticas elementares

¹ Tradução de Ana Lúcia Tinoco Cabral.

² Cujas linhas centrais estão definidas em Anscombe & Ducrot, 1983.

³ Ver, por exemplo, Camus, 2017 ; Carel & Ribard, 2016 ; Lescano, 2015 ; Liisberg, 2019 ; Montero, 2012.

⁴ A denominação “situação política” é uma facilidade que se concede sabendo que toda situação discursiva comporta uma dimensão política. É preciso dizer, na realidade, que se trata de situações que são “percebidas como políticas”.

das situações políticas são possibilidades de agir sempre situadas no interior de um espaço semântico.

I. Programas

a. Discurso e potências

Conforme uma das principais teses da Teoria dos blocos semânticos, as unidades semânticas elementares, os “aspectos argumentativos”⁵, são esquemas a partir dos quais se pode produzir discursos. Quando se trata de estudar situações discursivas de ordem política do ponto de vista da semântica argumentativa, essa tese conserva um lugar central e precisa ser generalizada.

De fato, a dimensão semântica de uma situação política é regulada pelo processo antagônico de formação das possibilidades discursivas disponíveis. Isso aparece algumas vezes de maneira explícita quando o objetivo estabelecido é escolher uma “linha comunicacional” para uma circunstância particular. Por exemplo, numa reunião eleitoral do Novo Partido Anticapitalista (NPA)⁶, um dos temas era a definição de linhas diretrizes do discurso a sustentar por ocasião da campanha presidencial por vir. O partido deve ter um discurso geral, englobante? Ou deve mostrar suas afinidades com tais ou tais outros coletivos de esquerda⁷? Tratava-se de selecionar modelos de discurso suscetíveis de ser em seguida produzidos e, então, descartados, reformulados no momento da campanha. Esse tipo de assembleia desenvolve explicitamente um mecanismo que opera em toda situação discursiva política.

Que se tenha interesse por assembleias desenvolvidas face a face, como no exemplo precedente, ou por antagonismos ligados a uma questão social que se desenvolvem em longos períodos e em múltiplos eventos discursivos, como aquele de Notre-Dame-des-Landes⁸, as

⁵ Ver Carel, 2011. O que se dirá para os aspectos argumentativos vale igualmente para os quase-blocos. Para simplificar nosso objetivo, falaremos apenas de aspectos argumentativos.

⁶ Reunião que ocorreu no dia 16 de março de 2016, entre os militantes da região francesa denominada sul de Hauts-de-Seine.

⁷ Ver, a esse respeito, Camus, 2020.

⁸No início dos anos 70, o Estado francês tornou público um projeto que visava a substituição do aeroporto existente em Nantes por um novo aeroporto que devia ser

situações políticas evoluem na medida em que os discursos que delas participam modificam as possibilidades de discursos posteriores, trabalham sobre as potências discursivas que estarão disponíveis.

Essas potências discursivas, apesar de serem por natureza aptas a serem utilizadas como moldes para produzir discursos normativos ou transgressivos, não são propriamente ditos “aspectos argumentativos”: algumas de suas propriedades diferem dos aspectos argumentativos. Numa situação política, as entidades semânticas definem os tipos de ações possíveis.

b. discurso e ações

As possibilidades de agir abertas numa dada situação são chamadas “programas”⁹. Os “programas” estabelecem a possibilidade de uma ação. Não são nem ideias nem representações. São potências de agir – um agir que é ao mesmo tempo discursivo e não discursivo. Agir, numa situação política, é produzir discursos que instalam novos programas, reproduzem ou modificam programas disponíveis; ou então efetuar ações não puramente discursivas que serão incorporadas a essa situação apenas pela sua imbricação a programas. De maneira geral, as ações não discursivas se tornam ações “sociais” somente pela sua imbricação a programas¹⁰. A possibilidade de enunciar determinado discurso dá sentido a certos atos, e realizar certos atos somente tem sentido pela sua imbricação a determinado tipo de discurso.

Em Notre-Dame-des-Landes, uma das modalidades de oposição ao projeto da construção do aeroporto foi a ocupação física do local

construído na comuna de Notre-Dame-des-Landes, situada no oeste da França. Esse projeto ocasionou um conflito que tomou amplitude nacional a partir dos anos 2000. O lugar previsto para o aeroporto, classificado como “Zona de Ocupação Diferida” (ZAD), foi ocupado pelos oponentes e renomeado como “Zona a Defender”, gerando o tipo de luta a que se dá o nome desde então de “zadisme”. Para mais detalhes sobre esse conflito, ver Kempf, H. (2014) *Notre-Dame-des-Landes*, Paris : Seuil ; Subra, P. (2016) *Zadisme : de Sivens à Notre-Dame-des-Landes*, Paris : éditions de l’Aube.

⁹ O que aqui é chamado de “programa” (em ressonância com os “programas” de V. Flusser, *Post-Histoire*, T&P Work Unit, Collection(s) : Iconodule, Paris, 2019 sem, no entanto, importar dele a definição) aparece de maneira liminar sob a denominação “conceito” em vários trabalhos anteriores. Uma apresentação exaustiva dos “programas” pode ser encontrada em Camus 2020, e Lescano 2021.

¹⁰ O que decore das teses anti-referencialistas da semântica argumentativa.

destinado a receber o aeroporto. Todavia essa ocupação física do terreno torna-se ação política a partir do momento em que emergem programas que permitem que ela seja construída enquanto tal. A instalação de um programa pode também preceder a ação, caso em que a ação apenas faz “efetivar a aplicação” do programa. Por exemplo, o enunciado abaixo, pronunciado pelo Primeiro ministro É. Philippe, desencadeia a produção de uma possibilidade de agir discursivamente sobre esse conflito pela utilização da alternativa “ou eles partem, ou eles serão expulsos”.

(1) Os ocupantes ilegais dessas terras deverão partir daqui por iniciativa própria na próxima primavera ou eles serão expulsos¹¹

Esse programa tinha sido instalado vários anos antes, mas tinha sido desativado como discurso de Estado por um acordo político de 2012 que declarava a suspensão do projeto até o esgotamento dos recursos jurídicos empreendidos. Esse enunciado reativa, pois, um programa que havia sido desativado. As operações policiais que se seguiram algumas semanas mais tarde finalmente fizeram apenas cumprir, sobre o terreno dos seres e das coisas, esse programa definido sobre o terreno semântico. Mais frequentemente, uma ação não discursiva é articulada a multiplicidades de programas, que podem até ser tomados dentro de relações de exclusão mútua. Na realidade, a ação policial de expulsão dos opositores ao projeto de aeroporto não se articula de maneira direta ao programa reativado pelo discurso de Estado: ela se articula à tensão¹² entre esse programa e aqueles que os oponentes instalam, e que constroem essas ações como, entre outras, a violência de Estado.

Por isso, separar ação discursiva e não discursiva é um artifício: a existência social de uma ação é sempre dependente de sua imbricação com programas, assim como a existência de um programa é sempre orientada em direção à ação.

¹¹ Discurso sobre o futuro do projeto aeroportuário do Grande Oeste, quarta-feira, 17 de janeiro de 2018. Disponível em www.gouvernement.fr

¹² Ver Lescano, 2015 e Camus, 2020.

c. programas e valor

Um programa está numa evolução constante ligada à concentração de vários parâmetros, entre os quais principalmente seu grau de produtividade, seu “histórico” (grosso modo, o rastro das operações pelas quais ele passou) e os laços que o ligam a outras entidades semânticas. Chama-se “valor” o conjunto desses parâmetros inerentes ao programa¹³. Pode-se ver a transformação do valor de um programa na sequência a seguir. Numa assembleia do movimento Noite em pé¹⁴, um interveniente promove a organização de debates encerrados por um voto.

(2) Tom : [...] Eu, o que eu proporia, é que a gente faça organizações de debates temáticos. [...] Tomemos um exemplo simples, a gente faz uma jornada sobre isso, tanto artisticamente como debates ou outra coisa, ou para que as pessoas se informem [...] e possam no fim decidir em assembleia geral se é a favor ou contra isso aí.

Fazendo isso, ele põe em funcionamento um programa segundo o qual o movimento se tornaria mais eficaz graças a uma organização de processos de informação e de tomadas de decisão. Chamemo-lo de programa da “eficácia da organização”. Esse programa contém uma interdependência do tipo [organização LG eficácia]¹⁵ cujo valor não apresenta globalmente obstáculo à sua produção no momento em que Tom toma a palavra. Nesse momento da assembleia, sua proposta não necessita particularmente ser defendida. Esse programa é transformado por uma intervenção posterior à de Tom:

(3) Laura: E agorinha eu vejo pessoas, elas são uns cinquenta, que dizer hum se somos 20 que decidimos que nhenhenhe a gente passa,

¹³ Empregamos aqui a noção de « valor » tal como definida em Camus, 2020

¹⁴ Noite em pé é um movimento de contestação que surgiu no contexto das mobilizações contra a lei Trabalho de 2016. Ultrapassando largamente imediatamente o tema unificador da oposição à lei Trabalho, o movimento se opôs notadamente ao sistema institucional da Va República de maneira global, sentida como paralisada e não representativa dos cidadãos. A organização de assembleias gerais em toda parte da França permitiu seu desenvolvimento. Trata-se aqui da Assembleia de 2 de abril de 2016, na praça da República, em Paris. Ver Camus, 2020.

¹⁵ “LG” representa aqui a interdependência normativa, do tipo *logo*, tal como descrito em Carel (2011) e neste mesmo volume.

a gente não passa, e levanta a mão. Não tem com o que se preocupar, a gente tá aí no respeito de todos e de cada um, não estou aqui para criticar os métodos. No entanto, [...] será que a gente está aqui para falar do fundo? – ou para falar da forma? Estou aqui para dialogar com vocês [...] No lugar de dizer será que a gente faz, será que a gente não faz? Existem leis, a gente vota, a gente não vota? A gente está na reprodução [...] portanto liberemo-nos verdadeiramente.

A intervenção de Laura, porque ela rotula a proposta de Tom de “reprodução” do sistema do qual Noite em pé procura se libertar, enfraquece as possibilidades de fazer funcionar o programa da “eficácia da organização”. Daí em diante, não será mais possível mobilizar o mesmo programa sem acompanhá-lo de uma justificativa adequada – a menos que o interveniente construa seu discurso ignorando completamente a intervenção de Laura. Isso quer dizer que o programa da “eficácia da organização” não tem o mesmo valor conforme o consideremos antes ou depois da intervenção de Laura. Pode-se até dizer que não é mais exatamente o mesmo programa.

2. Espaços semânticos

Decorre dessas discussões que dois discursos que mobilizam a mesma interdependência normativa ou transgressiva em duas situações discursivas diferentes não farão funcionar o mesmo programa, pois cada programa traz em si as particularidades da situação conflituosa na qual ele está instalado. Um programa é uma interdependência semântica normativa ou transgressiva *situada*. É a ancoragem que lhe confere sua forma específica.

Por exemplo, no conflito sobre a reintrodução do urso no sudoeste da França, assim como no conflito sobre o retorno do lobo no Sudeste, encontram-se discursos que indicam a necessidade de proteger as espécies vulneráveis, do tipo [espécie frágil LG proteger]. Mas esses discursos, semelhantes em aparência, mobilizam programas diferentes. No caso do lobo, o programa mobilizado é enfraquecido, pois ele encara um outro programa que, este, é produtivo: trata-se de um programa que associa o aumento rápido de estragos produzidos pelo lobo ao número crescente de lobos no território. Essa interdependência [espécie frágil LG proteger] tem um valor completamente diferente no conflito em torno do urso. Ela tem em

particular uma grande força, pois nele ela é, por exemplo, solidária¹⁶ a um programa que constrói a muito fraca população dos ursos como tendo engendrado a necessidade de reintroduzir artificialmente espécimes para evitar sua extinção. Mobilizar a interdependência [espécie frágil LG proteger], num caso ou no outro, é produzir intervenções diferentes, a partir de programas diferentes¹⁷. Quando se fala de um programa, fala-se sempre de uma unidade ligada a outras por relações específicas em um dado momento da evolução de uma situação discursiva, tendo certo grau de produtividade, tendo sofrido determinado número de intervenções discursivas que o afetaram, etc.

Diz-se que os programas de uma situação discursiva evoluem no seio do “espaço semântico” dessa situação. As situações discursivas são dessa forma analisáveis em uma superfície discursiva na qual surgem enunciados, e em um espaço semântico no qual se organizam programas tomados no seio de relações que se modificam¹⁸. Assim, os enunciados da superfície discursiva intervêm nos programas do espaço semântico, e este condiciona em troca o surgimento de enunciados na superfície discursiva.

As possibilidades discursivas definidas no espaço semântico somente existem porque elas são instaladas e utilizadas por práticas discursivas efetivas e não pela sua presença prévia em uma espécie de sistema semântico próprio a uma “ideologia” que os discursos se contentariam em reproduzir.

3. Modos de intervenção

a. enunciados e operações

Os enunciados que participam de uma situação agem sobre um espaço que lhes é exterior para transformar ou manter, acrescentar ou suprimir as possibilidades discursivas abertas na situação. Os

¹⁶ Camus & Lescano 2019^a.

¹⁷ Assim como dois enunciados “da mesma frase” (tendo sido produzidos em dois contextos respectivamente independentes um do outro) só podem ser aproximados pela supressão de tudo o que faz a especificidade de cada um deles para manter talvez apenas o seu léxico e sua sintaxe, a aproximação de dois programas pertencentes a situações diferentes mas “relativos à mesma interdependência semântica” resultaria apenas na eliminação artificial do valor específico de cada um, para manter apenas a dimensão formal.

¹⁸ Lescano, 2017.

enunciados podem, entre outras coisas, visar diretamente o valor de um programa, e isso principalmente de três maneiras : “tomando” um programa (como se pode dizer que a Bastilha foi “tomada”), o que equivale à ideia intuitiva que se faz das reivindicações, dos pedidos, das exigências, da expressão de desejos; “combatendo-o”, o que corresponde às ideias banais de rejeição, de ataque; “naturalizando-o”, quer dizer, fazendo-o ser visto como um “fato cru”, independente de qualquer tomada de posição¹⁹.

A “tomada” se realiza por enunciados parafraseáveis por discursos do tipo: “Para nós/mim, ...”, “nos reivindicamos...”, “nós exigimos...”, “nós pedimos...”, “é preciso...”. A intervenção a seguir toma um programa segundo o qual as três plataformas que constituem o NPA (a “A”, a “B” e a “C”) resultam das divisões no seio do partido:

(4) Émile: Há uma diferença fundamental entre o que diz a A, a B e a C. A “A” é tradicionalismo!

O “combate” pode ser realizado com a ajuda de enunciados que podem ser parafraseáveis com a ajuda de fórmulas do tipo “nós somos contra P”, “não, A não é B”, “é falso que P” ... O excerto a seguir combate o programa mobilizado por Émile:

(5) William : Quer dizer que o que diz Alain é verdade, no campo está todo mundo engajado em negócios e ... sinceramente encontrar diferenças entre a A, a B e a C – e eu gosto de ler os textos um pouco complicados – é difícil [...] A gente conheceu esta batalha estratégica com os companheiros que partiram no Fronte de Esquerda. Tinha uma discussão de fundo, das diferenças estratégicas de fundo que se traduziram por brigas injuriosas e uma cisão que precisava das discussões aprofundadas e sérias. Mas esse não é mais o caso hoje.

A “naturalização” pode ser realizada ou parafraseada por discursos de estrutura “A é B”, de contornos como “diante de P...”, discursos no passado simples e outros procedimentos como aqueles que são classificados habitualmente como desencadeadores de uma pressuposição. Pela utilização do verbo “saber”, o fragmento que segue naturaliza o programa segundo o qual o partido está dividido,

¹⁹ Lescano, op.cit.

centrando o debate nas medidas a serem tomadas para fazer uma boa campanha eleitoral.

(6) A gente sabe que estamos divididos! A gente sabe que estamos divididos, há plataformas e tudo. Em torno de Poutou²⁰, é preciso por pessoas de diferentes plataformas simplesmente [...]

Uma operação (de tomada, de combate, de naturalização) afeta o valor do programa que ela visa. Por exemplo, reforçando ou enfraquecendo sua estabilidade no espaço semântico²¹. Um programa será mais estável quanto menos operações contraditórias ele receber – é preciso, pois, tomar cuidado para não associar a cada tipo de operação um mesmo tipo de resultado que lhe seria ligado sistematicamente. Isso quer dizer que se um programa é combatido e tomado, então seu lugar no espaço semântico fica instável. Em contrapartida, um programa que só recebe combates, só tomadas ou somente naturalizações é menos instável. Imaginemos um programa que só é produtivo pelo seu funcionamento naturalizado: há um grau de estabilidade muito elevado, é um fato indiscutível (pode-se até se perguntar se, de maneira geral, os enunciados que aparecem aos olhos de todos como indiscutíveis não são precisamente aqueles que instauram a produção dos programas que têm o mais alto grau de estabilidade). Se um discurso vem tomá-lo, ele o mostra, por causa disso, como submetido à discussão, e assim o desestabiliza²². É o que foi evitado no excerto que segue, extraído da assembleia do Novo Partido Anticapitalista, na qual o interveniente exclui a possibilidade de tomar um programa que se opõe ao capitalismo; isso culminaria em estabelecer um ponto possível de debate, e, portanto, em desestabilizá-lo.

(7) [...] São pontos de tática, pode-se discutir: será que é preciso estar na Syriza, no Podemos, não mais estar lá, fazer coisas? mas a gente não vai se decidir numa campanha eleitoral, enfim é absurdo! Mas a crítica “precisa romper com o o o o ... capitalismo” e tudo, a gente é unânime sobre isso.

²⁰ Phipippe Poutou é o candidato do NPA nas eleições presidenciais de 2017. No momento dessa Assembleia, sua candidatura ainda não está oficializada.

²¹ Camus, 2020.

²² Ibid.

Todo enunciado intervém ao menos sobre um programa do espaço semântico no qual ele age. Além disso, um enunciado efetua em geral várias operações simultaneamente. Por exemplo, um enunciado pode, ao mesmo tempo, instalar um programa no espaço semântico, colocá-lo em funcionamento e combatê-lo, aumentando com isso sua produtividade (é o caso do excerto (5) anteriormente exposto).

b. operações e modos de intervenção

Cada vez que um enunciado emerge na superfície discursiva de uma situação política, ele efetua pelo menos uma operação sobre o programa, de maneira que os programas podem receber múltiplas operações, às vezes análogas: dois enunciados que, por exemplo, combatem o mesmo programa, intervêm da mesma maneira sobre o espaço semântico da situação. Essas regularidades que se formam num espaço semântico são chamadas de “modos de intervenção”²³.

De fato, as operações não devem ser consideradas apenas do ponto de vista da operação singular efetuada por um enunciado singular, mas do ponto de vista do modo de intervenção que elas habilitam e mobilizam. Tomar, combater ou naturalizar um dado programa é agir de certa maneira num espaço semântico de uma dada situação e, portanto, abrir e/ou reforçar a possibilidade de efetuar de novo o mesmo tipo de intervenção. Existe, por exemplo, uma maneira de agir sobre o espaço semântico do conflito de Notre-Dame-des-Landes que consiste em combater o programa segundo o qual o projeto de novo aeroporto deve ter sua obra iniciada. Esse modo de intervenção é realizado por estes três fragmentos:

(8) Nós nos opomos a qualquer tentativa de início de obras ou de expulsão!²⁴

(9) A ACIPA convocou várias manifestações massivas de protesto contra o embargo das terras, dias 15 e 17 de outubro em Nantes e em St Nazaire²⁵.

²³ Camus & Lescano, 2019b.

²⁴ Comunicado à imprensa do coletivo COPAIN44, dia 30 de novembro de 2016, 7seizh.info.

²⁵ Coletivo franciliano de apoio à zad de Notre-Dame-des-Landes, 25 de outubro de 2013, nddl-id.fr. A ACIPA é a Associação Cidadã Intercomunal das Populações envolvidas no projeto de Aeroporto de Notre-Dame-des-Landes.

(10) Para não deixar seus invasores administrativos fazerem seu trabalho sujo de resignação, o boicote não é suficiente. Não esperemos para bloquear o projeto deles²⁶.

Dito de outra forma, esses três fragmentos agem de maneira análoga sobre o mesmo programa, pelo accionamento de um mesmo modo de intervenvenção (que já tinha se tornado disponível no espaço semântico do conflito). Os fragmentos que seguem agem sobre o mesmo programa, mas tomando-o, portanto, fazendo funcionar um modo de intervenção contrário ao precedente:

(11) De agora em diante, se tem toda latitude para realizar as obras (...) Nada nos impede de passar à ação²⁷.

(12) Essa construção está prevista há agora mais de trinta anos, sobre um espaço especialmente reservado para esse fim. Está mais do que na hora de empreender as obras!²⁸

(13) “Depois da decisão do tribunal administrativo [que deve intervir no primeiro semestre de 2015, ndlr], será necessário engajar-se na construção de Notre-Dame-de-Landes.”²⁹

Durante a evolução de uma situação política, a possibilidade de efetuar uma dada operação sobre um dado conceito pode ser mais ou menos presente. Como os programas, um modo de intervenção pode ser muito produtivo numa fase de evolução do conflito e nada produtivo em uma outra fase do mesmo conflito. Em decorrência, se modos de intervenção diferentes recaem sobre o mesmo programa, então esse programa pode somente ser produtivo sob um dado modo de intervenção (ele pode ser sistematicamente tomado) e perfeitamente improdutivo sob os outros modos de intervenção possíveis (por exemplo, um programa jamais combatido). Na reunião do NPA, por exemplo, o fato de se apresentar para candidatura à presidência opõe alguns intervenientes, mas se encontra um programa sempre tomado e nunca

²⁶ Trato não assinado intitulado “Projeto de aeroporto: a trapaça pública” difundido em 21 de junho de 2012 por ocasião do bloqueio da prefeitura de Notre-Dame-des-Landes.

²⁷ Propósito de Mikael Doré, sub-prefeito encarregado do dossier do aeroporto de Notre-Dame-des-Landes, 4 de março de 2014, Ouest-France.

²⁸ Associação contra o sobrevoos da aglomeração de Nantes (acsan.info), 16 de junho de 2015.

²⁹ Declarações de Manoel Valls, citadas no “Notre-Dame-des-Landes: o crash anunciado do aeroporto”, 18 de dezembro de 2014, L’Express.

combatido, segundo o qual, em caso de participação na campanha presidencial, Poutou seria o candidato do partido. Encontra-se esse programa, por exemplo, nesse excerto:

(14) Em segundo lugar, hum ... “qual candidato?” Então, houve um monte de debates, eu lhes passo os detalhes. Então agora, todo mundo pensa que o candidato só pode ser Poutou.

Ficou compreendido que um discurso não pode nunca realizar um programa apenas. Falar é tomar posição em relação a um programa: só se mobilizam tipos de ações disponíveis que incidem num programa (dito de outro modo, só se mobilizam modos de intervenção). Os programas estão sempre integrados num modo de intervenção. Desse ponto de vista, a noção de modo de intervenção prolonga as teses centrais da semântica argumentativa: os enunciados são incapazes de qualquer objetividade; não apenas porque em nenhum nível semântico não se encontram “informações” (é a tese da “argumentatividade radical”³⁰), não apenas porque as interdependências semânticas (aquelas estabelecidas por exemplo por *logo* e *no entanto*) são indivisíveis (é o que afirma a Teoria do blocos semânticos), mas também porque essas interdependências são *situadas* dentro de um espaço semântico; e ainda porque é impossível de mobilizar tais interdependências sem afetá-las pela utilização de um dos modos de intervenção disponíveis.

Se aceita-se que aquilo que os enunciados fazem sobre os programas modifica o espaço semântico; se aceita-se que os modos de intervenção são vias de acesso ao trabalho que os discursos podem efetuar sobre os programas, então é preciso aceitar que, em cada espaço semântico, se definem os meios disponíveis para sua própria transformação.

4. Perspectivas

O estudo semântico das situações políticas torna necessário conceber os enunciados como intervenções antagônicas para tornar disponíveis, reforçar ou fragilizar os meios de ação. Uma vez aceitas as noções elementares dessa abordagem, questões mais complexas

³⁰ Anscombe e Ducrot, 1986.

surge; as pesquisas atuais tentam responder a essas questões. Por exemplo, os programas que integram um espaço semântico não existem sob a forma de uma simples lista. Cada situação conflituosa os organiza à sua maneira, de modo que a existência semântica de um movimento ou de um partido político corresponde a uma organização precária de modos de intervenção. Haveria particularmente certas constâncias que permitem crer que há sempre programas que cristalizam os antagonismos e outros que se subordinam aos primeiros. Por outro lado, certos programas são mais estáveis que outros no interior de um espaço semântico. Mobilizar um programa menos estável do que aquele do adversário equivale então a produzir enunciados que têm menos peso. Essa assimetria parece estar na base de certo tipo de relação de força entre os atores de um conflito. Enfim, os espaços semânticos não são fechados, nem são desconectados uns dos outros. Embora eles guardem certa autonomia, pontos de junção existem entre os diferentes espaços semânticos de uma mesma conjuntura social – os espaços semânticos não são estruturas.

Tradução: Ana Lúcia Tinoco Cabral

Bibliografia

Anscombre, J.C. & Ducrot, O. 1983. *L'argumentation dans la langue*, Bruxelles : Mardaga.

Anscombre, J.C. & Ducrot, O. 1986. « Argumentativité et informativité » dans M. Meyer (éd.), *De la métaphysique à la rhétorique*, Éditions de l'Université de Bruxelles, p. 79-93.

Camus, Z. 2017, « Mise en tension et configuration conceptuelle », 16-21 juillet 2017, *15th International Pragmatics Conference*, Belfast (Northern Ireland). Texte en ligne sur <https://semanticar.hypotheses.org/textes-ineditis>.

Camus, Z. & Lescano, A. 2019a, « Quelle polyphonie pour une sémantique de l'interaction ? », *Colloque Les voix en dialogue. Hétérogénéité énonciative et discours en interaction*, Université de Lyon, 3-5 juillet 2019. Disponible sur <https://semanticar.hypotheses.org/textes-ineditis>.

Camus, Z. & Lescano, A. 2019b, « Polyphonie et modes d'intervention discursive - À propos de la description sémantique des situations politiques conflictuelles », *Antares*, 11/23, 24-52.

Camus, Z. 2020. *Pour une description sémantique des assemblées citoyennes politiques: étude de Marinaleda, NPA, Nuit Debout*. Thèse de doctorat, EHESS, Paris.

- Carel, M. 2011. *L'entrelacement argumentatif. Lexique, discours et blocs sémantiques*, Paris : Champion.
- Carel, M. & Ribard, D. 2016. « Témoigner en poésie », *Poétique*, n°179, p. 39-55.
- Lescano, A. 2015. « El signo de controversia », *Temas del seminario*, 35, p. 173-215
- Lescano, A. 2017. « Prendre position. Une approche sémantique des conflits publics », *Conexão Letras*, vol.12, n°18, 2017, p. 73-94.
- Lescano, A. 2019. « Groupes en lutte et rapports de force : une lecture sémantique. Le cas des habitants de la ZAD de Notre-Dame-des-Landes », 3ème congrès DiscoursNet en collaboration avec ALED, *Savoir et pouvoir dans un monde polycentrique*, 11-14 septembre 2019. Texte en ligne sur <https://semanticar.hypotheses.org/textes-inédits>.
- Lescano, A. *Prolégomènes à une sémantique des conflits sociaux*, ms, 2021.
- Liisberg, M. 2019. « Comprendre les micros-évolutions d'un conflit social : au croisement de la sémantique et de la politique », 3ème congrès DiscoursNet en collaboration avec ALED, *Savoir et pouvoir dans un monde polycentrique*, 11-14 septembre 2019.
- Montero, A.S. 2012. « Significantes vacíos y disputas por el sentido en el discurso político: un enfoque argumentativo », *Identidades*, Núm. 3, Año 2, pp. 1-25.

Aula XXVII

A ação dizendo e a atribuição¹

Corentin Denuc
École des Hautes Études en Sciences Sociales
EHESS, França

1. Introdução

A noção de *ação dizendo*, desenvolvida desde 2018 por Marion Carel e Dinah Ribard, corresponde à noção de *ato ilocutório* de Austin. É a ação que se realiza *dizendo algo* além do *ato locutório*, que consiste apenas em produzir um discurso portador de sentido anterior ao *ato perlocutório*, o qual diz respeito às possíveis consequências do dizer. A teoria da ação dizendo constitui, portanto, uma teoria pragmática, no sentido de uma teoria que visa a determinar como se age, no mundo, com palavras. É uma teoria que visa a explicar em que medida dizer pode ser, em si mesmo, fazer mais do que comunicar um conteúdo portador de sentido. Essa teoria excede, portanto, o domínio da semântica argumentativa em si. Particularmente, com a ação dizendo, deixa-se o domínio da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) e da Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP), que visam a descrever os conteúdos semânticos e enunciativos comunicados pelos enunciados e que não admitem que esses conteúdos realmente descrevem o que se faz ao se empregar esses enunciados. A teoria da ação dizendo busca entender o que fazemos no mundo quando manifestamos que agimos produzindo nossos enunciados, ou seja, seguindo a terminologia de Marion Carel e Dinah Ribard, quando *atribuímos* nossa fala. A noção de ação dizendo repensa, de fato, a categoria do ato ilocutório na linha das teorias não-referencialistas do sentido e da enunciação, como a TBS ou a TAP, mas também na ótica de uma reflexão sobre a atividade real e situada que temos com as palavras.

¹Tradução de Lauro Gomes. Revisão da tradução: Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Essa abordagem se distingue, portanto, das abordagens tradicionais dos atos de fala em dois pontos. O primeiro é o seguinte: *um enunciado não descreve o que faz aquele que o emprega*. Para as abordagens tradicionais do ato ilocutório, a significação das palavras empregadas e seu agrupamento prefigura, de uma forma ou de outra (e de uma forma que varia de acordo com as abordagens), qual é o ato realizado: nos casos mais simples, dizendo "Eu te ordeno a fechar a janela!", ordenamos ao nosso interlocutor que feche a janela. Para Marion Carel e Dinah Ribard, atribuir um discurso a si mesmo é fazer o que se faz com esse tipo de discurso e não o que indicam os conteúdos semânticos e enunciativos comunicados.

O segundo ponto fundamental sobre o qual a teoria da ação dizendo difere das abordagens tradicionais é a questão de saber quando é que se age dizendo. Para Austin, por exemplo, um enunciado sempre realiza um ato ilocutório quando as condições para sua realização são satisfeitas. Entregar um objeto a alguém dizendo "Eu lhe dou isso" é dar esse objeto a partir do momento em que aquele que fala realmente possui esse objeto. Para Marion Carel e Dinah Ribard, se há ação dizendo nesta ou em outra situação, é porque o *ator falante*, aquele que age com as palavras, *atribui a si mesmo* seu discurso. *Atribuir-se* é manifestar que se age pronunciando as palavras. Mas também existe uma fala não-atribuída, que consiste apenas em comunicar ou trocar conteúdos semânticos. Marion Carel e Dinah Ribard a designam, às vezes, pelo nome de *fala feliz*.

A sequência desta lição desenvolverá, sucessivamente, os dois pontos de divergências identificados nesta introdução.

2. A ação dizendo não é indicada pelo enunciado

2.1 Os performativos primários, os atos ilocutórios indiretos e a ficção

Para Austin (1970), o caso em que os enunciados indicam explicitamente sua própria atividade corresponde, em verdade, unicamente ao caso dos performativos explícitos. Ao dizer "Eu te prometo vir", eu prometo vir. Os performativos explícitos representam o caso padrão em relação ao qual todos os outros têm algo de desviante e ao qual todos os demais devem estar relacionados de uma maneira ou de outra. Para Austin, o ato ilocutório realizado por

qualquer enunciado deve poder ser explicitado por um performativo explícito. Ora, essa exigência levanta dificuldades.

Entre os enunciados que divergem do caso padrão, há, para começar, o que Austin chama de *performativos primários* em oposição aos *performativos explícitos*, e que seriam herdados de um estado anterior e mais ambíguo da língua. No caso dos performativos primários, o ato realizado não é indicado por uma palavra que o designe, mas deve ser adivinhado por pistas lexicais, gramaticais ou contextuais: o imperativo permite, por exemplo, realizar um ato de comando. Dizendo "Venha!", posso ordenar que o outro venha (mas também lhe recomendar que venha: os performativos primários permanecem ambíguos).

Um caso ainda mais problemático é aquele em que o ato ilocutório praticado difere daquele indicado, explicitamente ou não, pelo enunciado. Pedindo ao meu vizinho de mesa: "Você pode me passar o sal?", não lhe pergunto sobre sua capacidade de me passar o sal, eu lhe peço que me passe o sal. Todos vão agir, em todo caso, como se fosse um pedido e não uma pergunta. No caso em que meu interlocutor respondesse "Sim, sou capaz disso", sua resposta seria percebida como jocosa. Outro caso problemático é o do discurso ficcional, em que, embora as palavras tenham a mesma significação que no discurso sério, elas não realizam, verdadeiramente, os atos ilocutórios que supõem realizar.

Para dar uma resposta a esses dois últimos casos, mantendo a hipótese de Austin, um autor como Searle (1982) defendeu uma distinção entre atos ilocutórios diretos e indiretos (ver Aula XXXII), bem como uma teoria específica para o discurso ficcional. A hipótese segundo a qual a significação dos enunciados indica os atos ilocutórios realizados por aqueles que os empregam levanta, portanto, várias dificuldades com as abordagens tradicionais. As respostas que elas fornecem constituem a própria riqueza dessas abordagens, mas supõem qualificar e complexificar a hipótese fundamental: a significação de um enunciado muitas vezes apenas indica de forma ambígua, indireta ou não decisiva o ato ilocutório realizado *in fine* por esse enunciado. Mas existe igualmente um meio de contornar essas dificuldades: questionando a própria hipótese sobre as quais elas repousam.

2.2 Linguagem, metalinguagem e delocutividade

Ora, existem razões ainda mais profundas para questionar a ideia segundo a qual a significação de um enunciado indica o ato realizado por quem o emprega. Para Ducrot (1984), o caso dos performativos explícitos já representa um problema em si. Considere-se que dizendo "Eu te saúdo!", *saúdo* é confundir linguagem-objeto e metalinguagem, é usar as palavras da linguagem-objeto para descrever a atividade de quem usa a linguagem-objeto. Dizendo isso, não se descreve a atividade ilocutória, não se descreve a modificação que as palavras produzem na situação de discurso, não se descreve em que a linguagem modifica o mundo, apenas se repete as palavras do enunciado que se toma, arbitrariamente, para uma descrição convencional da atividade ilocutória.

Para que o verbo saudar realmente descreva o que se faz dizendo "Eu te saúdo!", é necessário, primeiramente, definir o que é saudar e demonstrar o que isso justamente é e o que acontece quando se diz "Eu te saúdo!" – ora, como se acaba de assinalar, um enunciado está muito longe de fazer sempre *in fine* o que diz fazer. E não se poderia contentar-se, ao definir o que é saudar, considerar que é dizer "Eu te saúdo!" ou um equivalente semântico, já que isso descreveria apenas o ato locutório e não o ato ilocutório.

Posteriormente, Anscombe e Ducrot vão além, apoiando-se na noção de delocutividade desenvolvida por Benveniste. Como a demonstrou Benveniste (1966) historicamente, o que se faz dizendo "Eu te saúdo!" não deriva do verbo *saudar*. É *saudar* que deriva (via *salutare*) do ato ilocutório realizado dizendo "Salus!", isto é, não "Eu te saúdo!", mas "Boa saúde!" usado para saudar. *Saudar* é, de fato, um verbo delocutivo que deriva da locução "Salus!" usada para saudar quando essa não é a significação original de *saudar*. Anscombe (1979) e Ducrot (1980), por sua vez, generalizaram essa análise para o conjunto dos verbos performativos: se os performativos explícitos permitem fazer o que dizem fazer, não é porque derivam do nome de um ato ilocutório que originalmente descreveria o que se faz ao usá-los, mas porque o nome de um ato ilocutório deriva deles. Para Anscombe e Ducrot, aquele que diz "Eu te saúdo" diz o que faz. Mas não o faz porque diz fazê-lo, não saúda porque diz saudar. A significação de seu enunciado não indica o que ele faz no sentido de

que seria ela que permitiria identificar o ato ilocutório realizado. O verbo *saudar* (*salutare*), usado para descrever o que se faz dizendo "Eu te saúdo!", apareceu após o emprego de "Salus!" para saudar.

2.3 A TBS, a TAP e a ação dizendo

A teoria da ação dizendo inscreve-se na linha dessa concepção generalizada da delocutividade. Um enunciado não permite realizar uma ação porque diz realizá-la, mas porque esse tipo de enunciado passou a ser usado para realizar certo tipo de ação – nos moldes de "Salus!" que foi gradualmente usado para saudar, apesar da significação inicial de *salus*. Mais exatamente, como será detalhado posteriormente, atribuir um enunciado a si mesmo é realizar uma das ações que normalmente se realiza com esse tipo de enunciado. Se podemos nos desculpar dizendo "Eu me desculpo", não é porque o verbo *se desculpar* indicaria, então, o que se está fazendo. É porque há um tipo de discurso no qual se pode empregar a expressão "Eu me desculpo" e que, de fato, é usado regularmente para se desculpar. Aqui, onde Marion Carel e Dinah Ribard vão além de Anscombe e Ducrot, é nisso que não admitem que um enunciado diga, de uma forma ou de outra, o que fazemos empregando-o. Frequentemente, fazemos o oposto do que se pareceria dizer. É o caso de um enunciado como "Peço desculpas se você me entendeu mal": normalmente, não são desculpas. Não se trata de aceitar ou de recusar o perdão àquele que diz "Peço desculpas se você me entendeu mal". E, inversamente, é possível se desculpar empregando um enunciado que parece, no entanto, pressupor o contrário, como "Eu sei que pedir desculpas não serviria para nada comparado ao que eu te fiz".

Essa redefinição da ação dizendo tornou-se necessária por mais uma razão que as evocadas até aqui: o quadro teórico da TBS e da TAP. Para ser compatível com os desenvolvimentos da semântica argumentativa propostos pela TBS e pela TAP, a teoria da ação dizendo não poderia repousar sobre uma concepção referencialista de linguagem – nem no nível dos conteúdos que a TBS analisa em termos de aspectos e de encadeamentos argumentativos não referenciais, nem no nível da enunciação para a qual a TAP finalmente desenvolveu uma análise igualmente argumentativa. Assim, os conteúdos pelos quais um enunciado pareceria comunicar uma descrição de sua própria

enuniação são finalmente analisados pela TAP, na linha da TBS, como encadeamentos argumentativos sem conteúdo descritivo (ver Aula XXIII). Está excluído, assim, que um enunciado possa descrever aquilo que se faz ao empregá-lo.

3. Nem toda fala é atribuída

3.1 A fala atribuída

Para Austin, qualquer enunciado realiza um ato ilocutório se as condições forem atendidas para a realização do ato ilocutório convencionalmente associado a esse enunciado. E, de fato, se essa convenção está inscrita na significação das palavras, cada vez que as palavras são usadas, elas executam a ação – se for possível, nas circunstâncias do enunciado, executar essa ação.

Para Marion Carel e Dinah Ribard (2019), uma ação dizendo não se realiza pela significação das palavras empregadas. Ela não se realiza simplesmente pelo fato de pronunciar ou de escrever certas palavras nas circunstâncias apropriadas. Para realizar uma ação dizendo, o ator falante não pronuncia simplesmente as palavras: ele as utiliza para realizar uma ação. Mais exatamente, ele manifesta realizar uma ação empregando essas palavras. É o que Marion Carel e Dinah Ribard chamam *atribuir-se* seu discurso:

Atribuir-se um discurso" consiste, por um lado, em constituí-lo em objeto, exterior a si mesmo. O discurso está aí, materialmente, e, em segundo lugar, o ator falante comunica que esse discurso é de um certo tipo, que ele supõe determinável pelo destinatário, graças às pistas que ele deixou. Por fim, na terceira etapa, o ator falante age comunicando que seu discurso é desse tipo. (Carel e Ribard 2019)

Atribuir-se um discurso é, portanto, primeiramente, manifestar que se produz um discurso no mundo. Mas, sobretudo, é manifestar o pertencimento desse discurso a um certo tipo de discurso identificável pelo destinatário. É essa noção de *tipo* que faz a ligação, no processo de atribuição, entre as palavras utilizadas e a ação dizendo. É essa etapa que permite determinar qual é o ato realizado. Pois a ação dizendo deve depender, de uma forma ou de outra, do que é dito – senão, por que se atribuir essas palavras em vez de outras? Se ela não depende disso sobre

um modo referencial, ela depende disso pela semelhança do discurso com outros discursos. Se a ação realizada dizendo não é determinada por uma relação direta entre um discurso e o mundo, é necessário que ela seja determinada por uma relação entre esse discurso e outros discursos. O enunciado que o ator falante atribui a si mesmo não se refere diretamente a um tipo de ação, mas a um tipo de discurso – e somente por esse intermédio a um tipo de ação. Pois atribuir-se um discurso não é apenas manifestar o pertencimento desse discurso a um tipo de discurso, é finalmente manifestar que se realiza, por aí, a ação que se faz com um discurso desse tipo.

Se reconhecermos que pronunciando as palavras “Eu sei que pedir desculpas não serviria para nada comparado ao que eu te fiz” a pessoa se desculpa, é porque ela manifesta produzir um discurso no mundo, indica a conexão desse discurso com um certo tipo e mostra que ela faz o que se faz com esse tipo de discurso. Mostrar que agimos produzindo um enunciado sobre a inutilidade de desculpar-se por causa da gravidade de nossos atos é uma forma paradoxal de pedir perdão ao outro – é, em todo caso, colocá-lo em uma situação em que sua reação será percebida ou como uma forma de perdoar ou como uma recusa a perdoar.

3.2 A fala feliz

Se nem todo enunciado realiza um ato ilocutório, se um ato ilocutório não é realizado apenas por causa da significação das palavras usadas, se é necessário demonstrar que se age dizendo para agir dizendo, deve-se reconhecer a existência de uma fala não-atribuída, que não executa a ação dizendo. Neste caso específico, o que é a fala? A fala não-atribuída consiste apenas em comunicar ou trocar conteúdos que carregam sentido e que reclamam, antes de tudo, respostas linguísticas:

Distinguir-se-á [a] auto-atribuição do simples fato de introduzir um conteúdo numa discussão. Porque aquele que diz, *you can get me into trouble?*, pode contentar-se de colocar essa forma interrogativa na discussão: ele não se atribui isso e espera apenas uma resposta linguística para sua pergunta, por exemplo, *i don't know, it's a heavy burden for me*. (Carel, 2018).

Falar, em si, pode ser de uma grande riqueza e de grande interesse no mundo. A fala é uma atividade social fundamental, mesmo quando falar não é nem descrever o mundo nem realizar uma ação dizendo – é, de toda maneira, uma forma de contato e de cooperação com o outro. Mais ainda, pode ser objeto de um jogo sutil, em particular na maneira com que se constrói e com a qual os conteúdos comunicados são trazidos ou ainda na maneira com a qual se concretizam as estruturas semânticas previstas pela língua. Assim como temos prazer em jogar cartas, ou seja, em seguir regras tentando ser o mais sutil em sua aplicação, quando isso não se refere a nada no mundo, não simula nada e não realiza nada fora do jogo, há certo prazer na fala e na conversação.

Existe, portanto, "um ato feliz de falar". Esse sintagma, emprestado por Marion Carel e Dinah Ribard de Starobinsky em um artigo intitulado "La Rochefoucauld e as morais substitutas", inspirou-as a usar a expressão *fala feliz* para designar a fala não-atribuída. Aqui, devemos ouvir *feliz* (fr. *heureux* e *heureuse*)² em um sentido que não é precisamente o que Austin usa quando fala de um *ato feliz* ou *infeliz*. Não é, aqui, o sucesso ou o fracasso de um ato de fala que está em questão, mas a felicidade que se deriva da própria atividade linguística. A fala não-atribuída pode nem sempre efetivamente ser uma fonte de prazer ou de felicidade, mas ela tem, em geral, na atividade social, uma função dessa ordem.

4. Conclusão

A teoria da ação dizendo e da atribuição permanecem teorias em construção. Elas ainda estão longe de pretender dar uma resposta a todas as questões que surgem. É então possível, para encerrar esta lição, bem como para ampliar seu propósito, levantar três conjuntos de questões entre aquelas que restam atualmente abertas:

❖ Quais são os critérios, as marcas da atribuição? Como atribuímos nosso discurso? Como distinguimos a fala atribuída da fala não-atribuída? Talvez não haja nenhum critério, nenhuma marca,

² Nota do tradutor: como na língua portuguesa o adjetivo *feliz* é comum de dois gêneros, mantivemos, entre parênteses, o adjetivo masculino (*heureux*) e o adjetivo feminino (*heureuse*) da língua francesa.

nenhum traço decisivo da atribuição e que qualquer discurso possa ser interpretado pelo interlocutor seja como fala atribuída, seja como um simples conteúdo comunicado na troca linguística e que requer apenas uma resposta linguística.

❖ Identificar o tipo de discurso que se atribui ao ator falante é suficiente para identificar a ação que ele realiza? Um mesmo tipo de discurso é suficientemente preciso para ser associado a uma única ação ou permite que ações diferentes sejam realizadas? No último caso, como determinar qual é a ação realizada – não permanece uma parte de indeterminação? Além disso, um tipo de discurso é associado a uma ação específica ou a um tipo de ação? No segundo caso, o que especificaria a ação realizada senão, como pensa Searle, por exemplo, o conteúdo proposicional do enunciado?

❖ Como descrever ou somente nomear a ação dizendo? Mesmo além do paradoxo de que se deve usar, para descrever a linguagem e sua atividade, uma linguagem natural que, no entanto, não se admite como descrevendo o mundo, surge aqui uma dificuldade mais específica. Afirmando que se atribuir um discurso é fazer o que se faz com esse tipo de discurso, não se descreve o que se faz concretamente no mundo. A referência a antecedentes do mesmo tipo não descreve a natureza do ato de fala. Resta algo para descrever. Para a teoria da ação dizendo, trata-se de explicar o que se faz concretamente no mundo, atribuindo a si mesmo um discurso do tipo de "Eu me desculpo".

Tradução de Lauro Gomes.

Revisão da tradução: Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Bibliografias

Abordagens tradicionais dos atos de fala

AUSTIN, J. L.(1970). *Quand dire, c'est faire*, Editions du Seuil, Paris.

SEARLE J. (2009). *Les actes de langage : Essai de philosophie du langage*, Hermann, Paris.

SEARLE J. (1982). *Sens et expression : Etudes de théorie des actes de langage*, Les Editions de Minuit, coll. « Le sens commun ».

Benveniste e as primeiras críticas da semântica argumentativa

ANSCOMBRE, J.-C. (1979). « Délocutivité benvenistienne, délocutivité généralisée et performativité » in *Langue française*, n°42, *La pragmatique*.

BENVENISTE, E. (1966). *Problèmes de linguistique générale*, Editions Gallimard, Paris.

DUCROT, O. (1984). *Le Dire et le Dit*, Chap. VI, Paris, Editions de Minuit.

DUCROT, O. (1980). « Analyses pragmatiques » in *Communications*, n°32, *Les actes de discours*.

A ação dizendo e a atribuição

CAREL, M. (2018). "As argumentações enunciativas". Tradução de Leci Borges Barbisan e Lauro Gomes. Publicado em francês e em português na revista *Letrônica*, volume 11, número 2, 106-124.

CAREL, M. (2019). "A Semântica Argumentativa de nossos dias: questões ligadas às noções de língua, discurso, sentido e enunciação", entrevista com Lauro Gomes, publicada em francês e em português na revista *Signo*, UNISC, vol. 44, n° 80, 214-230.

CAREL, M. et RIBARD, D. (2019). « L'acte de témoigner » in *Antares: Letras e Humanidades*, v. 11, n°23, 3-23.

PARTE 8:

**LIMITES TEÓRICOS:
RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE OUTROS
AUTORES E A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA**

Aula XVIII

A presença de Saussure na Teoria da Argumentação na Língua de Oswald Ducrot

Leci Borges Barbisan
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCRS, Brasil

Introdução

Este texto¹ nos remete a alguns conceitos concebidos por Ferdinand de Saussure, um dos mais discutidos teóricos da linguagem, criador de conceitos que fundamentaram importantes teorias linguísticas do século XX, dentre as quais pretendemos focalizar a Teoria da Argumentação na Língua, semântica linguística criada por Oswald Ducrot.

Loïc Depecker publicou, em 2009, um livro que recebeu o título *Compreender Saussure a partir dos manuscritos*, traduzido no Brasil em 2012. Na Introdução de seu livro, Depecker se coloca a questão de saber se “existe um pensamento de Saussure” (p.5). Essa pergunta pode hoje parecer estranha, depois do que já se disse e se discutiu sobre a teoria saussuriana, depois de todos os resultados que o pensamento do mestre de Genebra gerou. Mas a pergunta provocadora de Depecker se justifica pelo fato de que o *Curso de Linguística Geral* (CLG), que traz o nome de Saussure como sendo seu autor, foi publicado em 1916, três anos após sua morte e, como sabemos, não foi escrito por ele, mas por Charles Bally e por Albert Sechehaye, que não assistiram aos cursos e que escreveram e publicaram o *Curso de Linguística Geral* – o CLG – a partir de anotações de alunos que participaram efetivamente desses cursos. Então – é preciso compreender – Saussure foi autor de um livro que não escreveu...

Nas condições em que foi produzido, sabemos hoje que o *Curso de Linguística Geral* apresenta rupturas, interpretações dos editores

¹ Texto inicialmente publicado na revista *Matraga*, Rio de Janeiro, v.21, n.34, jan/jun. 2014.

Bally e Sechehaye, e também reduções e deformações. Robert Godel teve acesso às fontes manuscritas dos alunos que estiveram presentes nos cursos de Saussure, fontes que serviram para a escrita do CLG. Baseado nesses textos, Godel publicou, em 1957, seu livro *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale*. Nessa obra, lemos que certos exemplos e comentários que se encontram no CLG foram construídos pelos editores, não por Saussure. Para citar apenas um exemplo, o último enunciado do CLG (página 305): “a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua, considerada em si mesma e por si mesma”, sabemos que não era o pensamento de Saussure.

Um “outro Saussure” – digamos, fazendo coro com Depecker, desta vez o “verdadeiro” – surgiu 80 anos depois, em 1996, para os estudiosos da Linguística. Um grande número de anotações manuscritas, redigidas pela mão do mestre, encontradas na mansão da família, foram depositadas na Biblioteca Pública e Universitária de Genebra. A partir dessa data, temos notícia disso, um trabalho muito grande em torno desses documentos, de datações, do método de trabalho, foi realizado e um livro que recebeu o nome de *Escritos de Linguística Geral*, contendo alguns desses escritos, foi editado por Simon Bouquet e Rudolf Engler, publicado em Paris pela editora Gallimard, em 2002, e traduzido para o português, divulgado no Brasil pela Cultrix em 2004. Dentre esses documentos estão aqueles que tratam da essência dupla da linguagem, que deveriam compor um livro que Saussure estaria escrevendo, mas que nunca foi completado, nem publicado. Entretanto, outros textos originais ainda precisam ser analisados e divulgados. Certamente, muitas surpresas nos reserva o pensamento de Ferdinand de Saussure.

Mas, apesar das dificuldades que percebemos no *Curso de Linguística Geral*, não podemos condenar Bally e Sechehaye, continua Depecker. No prefácio do CLG, Bally e Sechehaye assumem, frente à crítica, toda a responsabilidade pelo que publicam, e se colocam como intérpretes do mestre. Escrevem eles, no prefácio da primeira edição:

Sentimos toda a responsabilidade que assumimos perante a crítica, perante o próprio autor, que não teria talvez autorizado a publicação destas páginas.

Essa responsabilidade, nós a aceitamos integralmente, e queremos ser os únicos a carregá-la. Saberá a crítica distinguir entre o mestre e seus

intérpretes? Ficaríamos agradecidos se dirigissem contra nós os ataques com os quais seria injusto oprimir uma memória que nos é querida.

Foi o Saussure do CLG que o século XX leu, e mais, interpretou, nem sempre talvez como o mestre gostaria de ser interpretado. Mas, explica Depecker na página 15 de seu livro, “o CLG teve a imensa vantagem de salvar do esquecimento o pensamento de Saussure”. Sem o CLG, provavelmente a pesquisa em torno da linguagem humana nunca teria tido acesso à contribuição do mestre. E mais, diríamos nós, o século XX nunca teria conhecido as teorias sobre a linguagem que, nesse período, foram pensadas e discutidas a partir de afirmações que se encontram no *Curso de Linguística Geral* e que, de um modo ou de outro, fizeram avançar as reflexões sobre a Linguística Sincrônica, teorias tais como as da Escola de Praga (sobretudo com Karcevskij, Jakobson, Troubetsky), da Escola de Copenhague (com Brøndal, Hjelmslev), do estruturalismo americano (com Whitney, Sapir, Harris, Chomsky). É de uma teoria francesa do século XX que gostaríamos de tratar aqui: a Teoria da Argumentação na Língua, semântica linguística, iniciada na década de 70, na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris, por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, e continuada ainda hoje por Oswald Ducrot e Marion Carel, na mesma instituição francesa.

O saussurianismo de Ducrot

No *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, escrito por Oswald Ducrot e por Jean-Marie Schaeffer, em 1995, o verbete *Saussurianisme*, assinado por Ducrot, apresenta seu olhar sobre alguns conceitos criados por Saussure. Nas páginas 36 e 37 da edição de 1995, Ducrot parte da afirmação saussuriana de que a linguagem se apresenta como um sistema, mostrando a organização pela qual os signos só têm realidade linguística pelas relações que se estabelecem entre eles, chegando assim à noção de valor. Na continuação, o signo é visto pela relação entre significante e significado, terminologia do terceiro curso, rejeitando as designações conceito e imagem acústica, formulação considerada provisória, que se lê no *Curso de Linguística Geral*.

No verbete Referência do mesmo dicionário, Ducrot relembra, na página 361, a afirmação do mestre de que os significados “são

puramente diferenciais”, definidos “não positivamente por seus conteúdos, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua mais exata característica é a de ser o que os outros não são: são puros valores” (capítulo 4, parágrafo 2 do CLG). Ao entender o signo como sendo constituído de significante e significado, portanto na língua, Ducrot se opõe ao referencialismo e ao cognitivismo. No capítulo *La Sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure*, publicado em 2006 no livro *Nouveaux Regards sur Saussure*, Ducrot explica seu ponto de vista segundo o qual “as entidades linguísticas não têm sentido” (p. 154-155). Justifica sua afirmação com o argumento de que “não se poderia mostrar uma coisa material ou psíquica que não seria constituída por palavras e que poderia ser considerada como o sentido dessa palavra”.

É na primeira página desse mesmo capítulo do livro *Nouveaux Regards sur Saussure* que Oswald Ducrot relata como, em 1960, na qualidade de professor de filosofia, conhecedor da filosofia clássica, sobretudo de Platão, Descartes e Kant, ao ler, no *Curso de Linguística Geral*, o capítulo sobre o valor, se lançou na pesquisa linguística, que nunca mais abandonou. Seu trabalho, desde então, fundamentou-se nessa obra, com o apoio da edição crítica de Tullio de Mauro e de *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale* (1957) de Robert Godel, para resolver contradições e ambiguidades que encontrava no CLG.

Na noção de valor, explicada por Saussure no capítulo IV da segunda parte do *Curso de Linguística Geral*, Ducrot encontrou a alteridade, criada por Platão em seu diálogo *O Sofista*. No Prefácio que escreveu em 2009 para o livro *O Intervalo Semântico: uma introdução para uma Teoria Semântica Argumentativa*, fica explicada a teoria da alteridade, concebida por Platão. Sabemos, então, que em *O Sofista*, às categorias fundamentais da realidade, Platão acrescenta um quinto gênero, o Outro, constituído de uma natureza singular, já que:

Da essência do Outro, diremos que ela circula através de todas, porque se cada uma delas, individualmente, é diferente das demais, não é em virtude de sua própria essência, mas de sua participação na natureza do Outro (*O Sofista*, 255e).

Então, o *Movimento*, por exemplo, é o que ele é porque não é o *Repouso*. Ducrot percebeu, no capítulo do valor do CLG, que Saussure aplica nas palavras da *língua* o que Platão disse sobre as *Ideias*. Ducrot

explica, no mesmo *Prefácio*, nas páginas 10 e 11, que Saussure compara a noção de alteridade de Platão, constitutiva das ideias, ao valor de uma palavra que se opõe a outras.

A noção de *valor* torna-se, então, desde as primeiras reflexões que constituirão a Teoria da Argumentação na Língua até os dias de hoje – porque a teoria continua se desenvolvendo – a noção fundamental para a explicação da semântica linguística.

2. A semântica linguística de Oswald Ducrot

As pesquisas sobre a Teoria da Argumentação na Língua (ANL) realizadas por Oswald Ducrot, cujo desenvolvimento atual é a Teoria dos Blocos Semânticos – aprofundamento e radicalização da ANL – filiam-se a textos do *Curso de Linguística Geral* sobre significado e valor.

Definindo-se inicialmente como uma teoria da argumentação na língua, rejeitando, portanto, a possibilidade de um recorte do sentido na realidade ou no pensamento, o sentido de uma entidade linguística é um conjunto de encadeamentos argumentativos que a língua atribui a uma entidade linguística. As argumentações, que não devem ser consideradas raciocínios lógicos, são constituídas de duas proposições, ligadas por um conector que pode ser portanto (argumentações normativas) ou no entanto (argumentações transgressivas). Fundamentado na noção de valor linguístico proposto por Saussure, no qual viu a alteridade concebida por Platão, Ducrot explica o sentido das entidades lexicais e dos enunciados pelas relações de semelhança e de diferença. É assim que, em 1988, na primeira conferência pronunciada na Universidade de Cali, na Colômbia, define o valor argumentativo como sendo a orientação que a significação de uma entidade lexical dá ao discurso, tornando possível ou impossível uma continuação. A orientação argumentativa conduz a instruções que favorecem a compreensão do sentido dos enunciados. O valor argumentativo é entendido, desse modo, como sendo o nível fundamental da descrição semântica.

Em 2006, encontramos, diríamos nós, um desenvolvimento da noção de orientação argumentativa: as argumentações que constituem o sentido de uma entidade lexical podem estar relacionadas a ela de modo externo, como em “estudar portanto aprender”, em que estudar orienta para aprender. É o que a Teoria dos

Blocos Semânticos denomina argumentação externa. Já a argumentação interna apresenta a paráfrase – porque, segundo Ducrot, as entidades lexicais contêm argumentações – como se percebe em “prudente”, cuja significação pode ser expressa pelo encadeamento em que “perigo” orienta para uma possível continuação: perigo portanto precaução. Os encadeamentos que as entidades lexicais evocam são construídos por dois e somente dois segmentos, contendo a mesma interdependência semântica. As relações entre duas entidades lexicais compõem dois blocos, cada um contendo quatro encadeamentos, denominados aspectos argumentativos, formados pelos conectores “portanto” ou “no entanto”, e pela afirmação e a negação.

É com base na relação entre entidades lexicais que constroem encadeamentos com portanto e com no entanto, fundamentados nos conceitos saussurianos de valor e de relação, que devemos entender a Teoria dos Blocos Semânticos, que leva às suas últimas consequências as ideias de Saussure concernentes às noções de relação e de valor.

Considerações finais

De que modo, finalmente, Saussure se faz presente na Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot? A nosso ver, o pensamento de Saussure comparece na Teoria da Argumentação na Língua essencialmente pelas noções de valor, de relação e, conseqüentemente, pela rejeição da busca do sentido na exterioridade à linguagem.

Em artigo intitulado *Argumentação retórica e argumentação linguística*, traduzido para o português em 2009, Ducrot retoma fundamentos de sua proposta teórica. Inicialmente expõe que entende por argumentação linguística o modo como o encadeamento de dois segmentos A e C, por exemplo, são relacionados pelos conectores portanto e no entanto. O segmento A contém nele a indicação de que deve ser completado por C, ou seja, A conduz, sem passagem, à conclusão C. Por isso, A não pode ser entendido independentemente de C. Fora do encadeamento, A não significa nada. O segmento A encerra nele a possibilidade de que lhe seja encadeado “portanto C”; contém nele também a possibilidade de ser continuado por “no entanto não-C”, se for mudado o conector. Assim,

se A tem nele a possibilidade de ser continuado por portanto C, tem também a possibilidade de que seja articulado a “no entanto não-C”. Enunciados e entidades lexicais fazem alusão a encadeamentos do tipo A conector C. Essas observações são evidências, diz Ducrot, de que utilizamos em nossa fala o “tesouro” comum a todos os falantes da língua, o vocabulário. Com isso, podemos concluir que os sentidos que construímos, ao falar, são puramente linguísticos, não têm explicação lógica, não podem ser entendidos por fatos da realidade, de fora da linguagem. Tomando como fundamento de sua teoria essencialmente as noções de valor e de relação, concebidas por Saussure, encontradas por Ducrot na década de 1960, quando de sua descoberta do pensamento saussuriano, no *Curso de Linguística Geral*, redigido por Bally e Sechehaye, e nas fontes manuscritas apresentadas em seu livro por Godel, Oswald Ducrot concebeu uma teoria semântica linguística fundamentada principalmente na noção saussuriana de valor linguístico, escolhendo semelhanças e diferenças entre entidades lexicais e enunciados, construindo relações argumentativas na linguagem.

Para justificar sua tese de que os sentidos se constroem pela linguagem, não pela exterioridade, Ducrot retorna, na conclusão de seu artigo *Argumentação retórica e argumentação linguística*, ao ponto do qual partiu, quando leu pela primeira vez o capítulo sobre o valor linguístico. Transcrevemos abaixo o olhar do filósofo tornado linguista, que não esquece sua formação de origem:

Chamemos, para simplificar, platônica a pesquisa de uma verdade absoluta, que exigiria que se ultrapassasse a linguagem, isto é, que se tentasse, sem mesmo saber se é possível, *sair da Caverna* (porque a verdadeira caverna, aquela que nos proíbe a relação com a realidade, aquela que nos obriga a viver no meio das *sombras* é, para mim, a linguagem). Chamemos *aristotélica*, de modo bem esquemático, a esperança de encontrar no discurso, isto é, no *interior da Caverna*, uma espécie de racionalidade imperfeita, insuficiente, mas apesar de tudo aceitável, *possível de ser vivida*. Por meio dessas aproximações, minha exposição se inscreve numa oposição sistemática ao otimismo retórico de Aristóteles e de seus inúmeros sucessores; ela desejaria promover um retorno a Platão e a uma desconfiança *radical* em relação ao discurso.

Ao final dessas poucas observações em torno do tema escolhido para este texto, uma pergunta se coloca: Ducrot ultrapassou Saussure?

Pensamos que a resposta seria negativa. Ducrot partiu de conceitos saussurianos do CLG, e de manuscritos de alunos do mestre, apresentados por Godel – porque só muito recentemente o mundo acadêmico conheceu os Escritos – e, com eles criou uma semântica, que encontra em propriedades da palavra princípios para chegar ao enunciado e ao discurso. Com esse olhar sobre a linguagem, mantido sempre e aprofundado durante todos esses anos de desenvolvimento da pesquisa, Ducrot não ultrapassou Saussure; ele criou outra teoria, original, única, que parte de sentidos construídos pelo discurso para encontrar na língua – seu objeto de estudo – explicação para esses sentidos, produzindo, não uma semântica da palavra isolada, mas uma semântica sintagmática original, que provavelmente não foi pensada pelo mestre, mas foi certamente inspirada por ele. É desse modo que a Teoria da Argumentação na Língua se situa como devedora da genialidade e de Ferdinand de Saussure.

Bibliografias

- CAREL, Marion, DUCROT, Oswald. La semántica argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- DEPECKER, Loïc. Comprendre Saussure. Paris: Armand Colin, 2009.
- DUCROT, Oswald. Polifonía y argumentación. Cali: Universidad del Valle, 1990.
- DUCROT, Oswald, SCHAEFFER, Jean-Marie. Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage. Paris: Seuil, 1995.
- DUCROT, Oswald. La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In SAUSSURE, Louis de. Nouveaux regards sur Saussure. Genève: Droz, 2006.
- DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. Letras de Hoje, v. 44, n.1, jan-mar 2009a.
- DUCROT, Oswald. Prefácio. In VOGT, Carlos. O intervalo semântico. Campinas: Editora UNICAMP, 2009b.
- GODEL, Robert. Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale. Genève: Droz, 1969.
- PLATON. Le Sophiste. Paris: Flammarion, 1993.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Cours de linguistique générale, éd. critique Tullio de Mauro. Paris: Payot, 2000. SAUSSURE, Ferdinand de. Écrits de linguistique générale. Paris: Gallimard, 2002.

Aula XXIX

O problema do énoncé, em Foucault e Ducrot

Julio Cesar Machado
Universidade do Estado de Minas Gerais
UEMG, Brasil

Jocnilson Ribeiro
Universidade Federal de Sergipe
UFS, Brasil

Nós somos todos foucaultianos em certa medida, de um modo ou de outro, sem poder mensurar isso muito claramente.
(Oswald Ducrot, 2013, p. 50)

1. O ponto de encontro na palavra “énoncé”¹

O desafio de construir esta aula em torno de uma noção foucaultiana procurando alguma aproximação ou um tipo de relação com o trabalho de Oswald Ducrot exige de nós um exercício tão difícil quanto prazeroso. A dificuldade se faz no limite entre dois autores com questões filosóficas de linguagem na esteira de horizontes com pontos de vista que resultam em situações teóricas díspares; mas o prazer dessa empreitada reside exatamente nesse nosso retorno a noções basilares de seus objetos.

Primeiramente este tipo de relação põe em evidência dois pensadores de linguagem – diríamos filósofos da linguagem – com problemas e objetos distintos e igualmente maneiras muito diferentes de olhar para a linguagem. Diante de tantas diferenças entre o linguista

¹ Registramos aqui nossa gratidão pelas várias sugestões propostas por ocasião da leitura técnica de nossos colegas de pesquisa: Louise Behe, Marion Carel, Luiz Francisco Dias e Corentin Denuc.

e o filósofo franceses que aqui seriam irrelevantes destacar, é preciso avisar que há uma diferença cronológica na dimensão da produção de suas obras que têm a década de 1980 como contexto de intersecção e bifurcações. Para Foucault é, infelizmente, a década de uma vida interrompida; já para Ducrot, felizmente, é uma década a partir da qual decorre, até o presente, um conjunto de trabalhos que hoje podemos avaliar como um importante legado para a história das ideias linguísticas.

Já desse desencontro factual da vida, resgatamos o ponto de encontro pelo menos no uso do termo “*énoncé*”, que Ducrot e Foucault vão trazer para seus trabalhos, ambos na esfera da formulação e da apropriação da língua, com atenção especial para o sujeito do enunciado no nível do acontecimento histórico, conforme sustentava Foucault (2008) em *As palavras e as coisas* (1969), e Ducrot em “*O dizer e o dito*” (1984).

Em segundo lugar, parece-nos salutar então começar por aquilo que, a nosso ver, corresponde à unidade do objeto de análise da/na língua e na linguagem. Esta escolha metodológica é muito mais nossa do que, propriamente, dos dois autores aqui em análise. Dado o conjunto de conceitos, noções, interesses, problemas e objetos de ambos além das diferenças que apenas anunciamos, acreditamos que partir da noção de *enunciado* para pensar o discurso é um caminho frutífero porque nos leva ao ponto de intersecção em ambos os pensadores: a dimensão constitutiva do sujeito na ordem da língua e do discurso, ou seja, na ordem da sintaxe, da semântica mais sobretudo no nível da memória e do acontecimento para além da natureza da língua enquanto sistema. Mas este exercício metodológico não desqualifica outras tomadas de posição que se possa adotar, por exemplo, para pensar o problema da argumentação na língua no interior de um arquivo.

A palavra *arquivo*, em Foucault, é um conceito para descrever o fenômeno significativo de um complexo implícito que se avizinha a certos sentidos e os coloca em crise. É um sistema geral de formação e de transformação dos enunciados último elemento da análise discursiva foucaultiana. O arquivo não pode ser mensurável, nem esgotado, pois não são “obras anteriores”, senão “disposições diversas anteriores”. Para os propósitos desta aula, a noção de arquivo é um refinado ponto de encontro, pois é pertinente pensar como

Foucault se aproxima da Semântica Argumentativa pela noção de *arquivo* (de Foucault), que no interior da Semântica Argumentativa pode ser pensado em um primeiro momento, pela noção de *conhecimento anterior* (de Ducrot), e atualmente por várias noções próprias da Teoria dos Blocos Semânticos e da Teoria Argumentativa da Polifônica. Uma comparação inicial e mais geral é bem produtiva:

- ✓ **Arquivo:** “chamarei de *arquivo* não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo de regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de *acontecimentos* e de *coisas*”. (FOUCAULT, 2000c, p.95)
- ✓ **Conhecimento anterior ou interdiscurso co-significado:** “Uma interpretação exige sempre que consideremos conhecimentos que temos independentemente do objeto a se interpretar, e que aplicamos a este objeto” (DUCROT, 1999, p. 106).

Para nossa empreitada, a questão que devemos então nos colocar é a seguinte:

- ✓ O que é o *énoncé* nos trabalhos de Ducrot e de Foucault?
- ✓ Quais diferenças e possíveis aproximações devemos reconhecer ao longo de seus escritos?

Embora Foucault não tenha se debruçado propriamente ao estudo da língua e das gramáticas procurando entender o modo de funcionamento dos operadores argumentativos nas línguas neolatinas em geral, nem na língua francesa em particular (interesse de Ducrot, por exemplo), sabe-se que o filósofo mantinha em suas leituras os inúmeros trabalhos dos neogramáticos e dos linguistas saussurianos que produziram um conjunto de saberes e conceitos que deram corpo aos sistemas de pensamentos e de representações sobre a língua e os discursos na ordem da história, como se pode conferir na leitura de *As palavras e as coisas* (1969). Desse modo, a suas maneiras, ambos, Foucault e Ducrot, são pensadores com um conhecimento muito aprofundado nas questões de bases saussurianas e na concepção de *língua como sistema*. A problemática do estruturalismo, por exemplo, foi objeto de discussão recorrente em vários trabalhos de Foucault onde ele empreendeu longas análises em *Retornar à história* (2000a),

Linguística e ciências sociais (2000b), Resposta a uma questão (2010a). Mas é em *As palavras e as coisas* que o autor discute o papel da gramática enquanto disciplina científica da linguagem, o que leva, em certa medida, a um rótulo ao filósofo como sendo *estruturalista*. Nesse livro, não é difícil localizar as leituras e as reflexões foucaultianas em torno dos sistemas de classificações, ordenamentos e taxonomias nos campos da biologia, da economia e da gramática, procurando entender historicamente não apenas como sistema de representação como espelho da realidade empírica sensível, mas como discursos que dão forma identitária ao sujeito histórico. Podemos dizer que, já nesse livro, há um empreendimento do filósofo em torno da problemática da linguagem, concebendo-se a gramática geral como ordenamento da língua, ao lado da história natural e da análise das riquezas, e como terreno sistematizado das formas de representação de um domínio do saber (seja na biologia, na economia ou na filologia), isto é, em sua relação com o valor de *Representação* dentro desses campos.

A título de ilustração, podemos então dizer que, se para Foucault os discursos são regidos historicamente por sistemas de regras que os governam e que operam sob a consciência dos sujeitos, as regras gramaticais e linguísticas fazem parte desse jogo de ordenamento das formações discursivas no interior das quais nossas falas, os saberes, o conhecimento fazem ou não sentido. Contudo, o enunciado não pode ser reduzido a uma “unidade real da comunicação verbal” [texto], tal como discute Bakhtin (1997, p.239), por exemplo, que concebe o enunciado numa perspectiva dialógica, a um elemento da gramática, tampouco a um problema de ordem linguística, porque ele é uma função, não uma categoria de análise restrita à formulação no nível da frase (um grupo de termos que se rege gramaticalmente). Mais adiante retomaremos a abordagem desse tema apresentando-lhe suas especificidades quando nos voltarmos propriamente à definição do enunciado para Foucault.

2.O énoncé em Ducrot

Feito este preâmbulo inicial nessa aula, onde procuramos até aqui situar a questão que nos norteia, passamos ao linguista francês. Não se pode definir *énoncé*, para Ducrot, sem levar em conta a definição de *enunciação*, já que o primeiro é produto do segundo:

Enunciação: o que designarei por este termo é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo ‘enunciação’[...]. Para mim é simplesmente o fato de que um enunciado aparece (DUCROT, 1987, p. 168).

Os leitores cuidadosos perceberão que, aos poucos vamos aproximando Foucault e Ducrot, já que o modo de raciocínio de ambos parece ter coerência se levarmos em conta noções epistemológicas mais harmoniosas do que se pensava: as evidentes aproximações entre *enunciação/enunciado* ducrotiano e *enunciado* foucaultiano². Noções que podem, sim, ser lidas na seguinte dinâmica: Foucault à luz de Ducrot, ou Ducrot à luz de Foucault, o que ora fazemos. Parece, a esta altura, que a dinâmica de nossa aula vai na linha de explorar proximidades entre estes autores, mais que pontuar afastamentos entre eles – o que se pode fazer numa outra aula.

Uma segunda percepção que fortifica esta proximidade seria, por exemplo, o entendimento de que o enunciado, histórico, irrepetível e singular, é oriundo do discurso, ou como afirma Ducrot, é um “fragmento do discurso” (DUCROT, 1987, p. 166). Parece que o olhar do semanticista/linguista recai sobre o discurso, mas para se observar o discurso, é inevitável que olhemos para uma porção menor de sentidos: o enunciado.

✓Em Ducrot, uma questão basal se põe: dada a riqueza e complexidade de um enunciado, fragmento de um fenômeno mais amplo e complexo ainda, o discurso, como deve se portar o linguista para analisar um enunciado?

Sabe-se que muitos linguistas têm expertises em descrever a complexidade dos enunciados, mas, salvo exceções, preferem não se esmerar em levantar mecanismos e procedimentos para analisá-los. Ducrot, ao contrário, assume a riqueza infinda dos enunciados, mas

² É importante explicitar aqui a dinâmica de co-autoria intensa de pesquisas entre Ducrot e Carel, produzindo muitos trabalhos e aulas em parceria, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris.

sugere um método de observação de enunciado, usado até hoje na Semântica Argumentativa: *a frase*.

A frase “é uma construção do linguista, e que permite dar conta dos enunciados”³ (DUCROT, 1987, p. 166). O enunciado é uma entidade observável, e a frase, uma entidade teórica. Atualmente a ideia metodológica da *frase* está rearranjada e formalizada, na Teoria dos Blocos Semânticos, na noção de *argumentação estrutural* (que ilustra significações da frase), co-trabalhada com a noção de *argumentação contextual* (que ilustra sentidos do enunciado). Desse modo, em Ducrot, uma operação analítica não se ocupa da frase sem o enunciado ou vice-versa, como se ouve, vez ou outra. A Semântica Argumentativa ocupa-se desta unidade teórico-divisível (a frase) para se debruçar sobre fenômeno da significação.

Assim, em Semântica Argumentativa, preterir frase ou enunciado isoladamente (más leituras de Ducrot) não possui sustentação epistemológica, já que frase/enunciado são divisíveis apenas enquanto abstração teórica, como ensina Ducrot, já que estamos falando de uma metodologia (a divisibilidade), e não do objeto (o enunciado, produto da enunciação, ou do fenômeno da

³ Aqui vale uma nota: é interessantíssimo que se chame a atenção para o modo como Ducrot se debruça sobre a frase: pensando enunciados. Só se pensa enunciados por frases, e vice-versa. Ducrot jamais se ocupa da frase de modo isolado, porque suas análises transgridem o limite da frase. Os críticos de Ducrot que lhe atribuem epíteto de “frasista” não estão atentos para o fato de que, para se pensar uma única frase, ou uma única palavra, Ducrot mergulha em uma série de enunciados, faz emergir certos grupos de arquivos (para usar uma nomenclatura foucaultiana), conclamados por conjunções como: *mas, até mesmo, muito, pouco, um pouco* etc., a partir das quais vai identificar ocorrências de significações frásticas em grupos de enunciados. Como ele mesmo diz: “eu creio verdadeiramente que nós não podemos descrever as palavras sem fazer aparecer as enunciações que se formam graças à essas palavras” (DUCROT, 2013, p. 41, tradução nossa). Tomemos como exemplo a noção de *subentendido* (hoje, interpretação argumentativa): ao dizer “Pedro parou de fumar” para subentender (interpretar argumentativamente): “você precisa parar de fumar”, a noção de subentendido / interpretação argumentativa não é senão um convite à arqueologia argumentativa que revela um arquivo de regras onde, dar certo conselho, significa citar exemplos para que este conselho seja validado. À luz de Foucault, diremos que o caráter de “decifrar”, que funda o subentendido ducrotiano, é um gesto de olhar para o arquivo no qual um enunciado se produz e significa. Por esta prática, é mais coerente que se diga que Ducrot não é um frasista de estruturas isoladas (nunca o foi), mas que Ducrot fundou um estruturalismo enunciativo, Ducrot é um analista de discurso via frases em enunciados. Um bom leitor ducrotiano compreende que a frase, em Ducrot, é antes de tudo um método.

enunciação significante). Trata-se, segundo Ducrot (1987, p. 167), de “uma diferença de estatuto metodológico”.

Um desdobramento desta abordagem metodológica ducrotiana são as noções de significação e sentido. Como o interesse da Semântica Argumentativa é semântico, as investigações significantes e significáveis, no interior desta teoria, são formalizadas da seguinte forma: o enunciado produz *sentidos*, e a frase (método para se olhar para o enunciado) faz ver *significações*, de modo que, para se investigar o sentido (oriundo do enunciado), o semanticista precisa considerar a significação (inscrita na frase). Temos aqui uma súmula ducrotiana: pode-se dizer que o objeto de interesse de Ducrot é a significação, vislumbrada pelo discurso, decomponível em fragmentos (o enunciado), que para ser aceitável, deve se valer da ordem inteligível e analítica da frase, considerando o modo como as significações da frase são atualizadas em sentidos nos enunciados.

3.O énoncé em Foucault

Na ocasião dos 50 anos de publicação de *A Arqueologia do saber* (1959) em 2019, é de grande importância visitar uma das obras fundamentais de Michel Foucault, começando por um dos seus conceitos basilares de um conjunto de trabalhos que a antecederam. Na verdade, este livro nos é singular por se tratar de uma espécie de texto-tratado histórico e metodológico onde ele reúne e esclarece concepções teórico-metodológicas com as quais empreendeu suas análises em obras como *Doença mental e psicologia* (1954), *História da loucura na idade clássica* (1961), *O nascimento da clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966), para ficarmos nos primeiros da sua fase arqueológica.

A *arqueologia do saber* acaba sendo um livro onde ele promove o “método arqueológico” com o qual ele desenvolvia seus estudos da história das ideias e dos sistemas de pensamento questionando o princípio da continuidade histórica que ele procurava minuciosamente decompor, evidenciando as marcas de descontinuidade no interior de grandes formações discursivas que regiam “cosmovisões históricas”, “senso comum” revestido de cientificidade, saberes monumentalizados nas sociedades, enfim, a própria retórica naturalizante e continuísta da história global. Para isso, Foucault analisa discursos entendidos como práticas no interior de

configurações de cada época (que, para marcar uma comparação, Ducrot chamou de *conhecimento anterior*. Por exemplo, a filosofia observava que, historicamente, as práticas discursivas foram mudando em torno da própria ideia que se tinha sobre o louco e a loucura (ao longo da história, a “loucura” nem sempre foi objeto científico: quem era o louco? O que era a loucura? E quem estava autorizado a enunciar discursos sobre louco/loucura?...), mas nem sempre a medicina nem o médico tiveram domínio autorizado a ter controle sobre os corpos dos loucos e portadores de doenças mentais, analisando-os, medicando-os, falando sobre, e mantendo-os sob seu olhar médico vigilante. Mas não só isso. Sujeitos que gozam de certos privilégios, lugares e posições jurídico-científicas são autorizados a enunciar a respeito de determinados corpos (tal como, hoje, um “juiz” pode nomear alguém “culpado”, ou tal como um “médico” pode nomear alguém por “portador de transtorno mental”). E conseqüentemente, pronunciam ou descrevem enunciados produtores de *verdades*, seja a verdade jurídico-policial seja a médico-psiquiátrica.

Na *Aula de 8 de janeiro de 1975*, analisando a relação entre verdade e justiça a partir de casos psiquiátricos em matéria penal, Foucault (2010a) questiona aos presentes como os relatórios médicos e policiais (boletim de ocorrência, laudo pericial) são gêneros discursivos constituídos por um discurso de verdade que goza de certos privilégios documentais. O primado da veracidade está diretamente relacionado aos sujeitos que enunciam e pronunciam um saber de ordem criminal materializado em um dado gênero discursivo. Em suas palavras:

o relatório dos peritos – na medida em que o estatuto de perito confere aos que pronunciam um valor de cientificidade, ou antes, um estatuto de cientificidade – goza, com relação a qualquer outro elemento da demonstração judiciária, de certo privilégio. Não são provas legais no sentido em que o direito clássico as entendia ainda no final do século XVIII, mas são enunciados judiciários privilegiados que comportam presunções estatutárias de verdade, presunções que lhes são inerentes, em função dos que as enunciam. Em suma, são enunciados com efeitos de verdade e de poder que lhes são específicos: uma espécie de supralegalidade de certos enunciados na produção da verdade judiciária. (FOUCAULT, 2010b, p. 11)

Assim, foi possível uma série de enunciados produzidos ao longo dos séculos que desse sustentação a uma dada formação discursiva

mais ou menos consolidada, constituindo assim um saber com suas regras de formação e configurando o campo da medicina psiquiátrica na modernidade. Portanto, na esteira do método arqueológico, Foucault procurou compreender como funcionavam estas regras de formação, que princípios e instituições os discursos obedeciam para que pudessem fazer sentido ou serem rejeitados (*finesses* que, na atualidade da Semântica Argumentativa, são refletidas pela noção de argumentação contextual, 1º plano e 2º plano, como veremos em outras aulas deste livro).

Foucault tinha muita clareza de que tal problema era da ordem da linguagem, mas esta não poderia “revelar” a realidade material e empírica do mundo livre dos atravessamentos subjetivos e históricos onde o próprio sujeito reside e se constitui como tal. Nesse sentido, a linguagem é representação, mas também materialidade que representa o mundo, suas coisas e os saberes em distintas épocas; é ela que dá forma ao discurso, que o conforma e o distribuirão. Aqui também existe um ponto de diálogo entre as duas epistemologias basilares desta aula, a *arqueologia* de Foucault e a Semântica Argumentativa, de Ducrot: o referencialismo quântico e o empírico, físico e real parece não ser um elemento constitutivo da teoria foucaultiana e ducrotiana. A linguagem é antes de tudo um sistema cujo fim é a produção de sentidos, e não a relação entre palavras e coisas físicas do mundo. A enunciação ducrotiana (e o enunciado foucaultiano) deve sopesar a máxima de que dizer não é relacionar palavras e coisas no mundo, como propõe, por exemplo, Ockham ou Frege⁴. Dizer é significar, e significar é a única forma de participar do mundo. Dizer é enunciar a partir de um lugar (*lugar de fala?*, *posição*

⁴Ducrot e Foucault afastam-se da seguinte abordagem: o sentido (as palavras, as frases etc.) se relaciona necessariamente a um objeto no mundo (uma coisa, algo existente, algo físico), numa equivalência direta: palavra – objeto no mundo. Essa perspectiva de relação direta entre a linguagem e as exterioridades da linguagem é de Guilherme de Ockham. Na visão de Frege, a relação entre a linguagem e as exterioridades é configurada pelo sentido, entendido como elucidando a referência e fornecendo visão parcial do referente. Para Frege, a referência de um enunciado torna-se um valor de verdade, “regulando” a relação entre a linguagem e coisas empíricas no mundo. De qualquer forma, a posição de Frege difere em muito da posição assumida tanto por Foucault quanto por Ducrot. Trata-se do modelo semântico de Gotlob Frege: o sentido (as palavras, as frases etc.) se relaciona necessariamente a um objeto no mundo (uma coisa, algo existente, algo físico), numa equivalência direta: palavra – objeto no mundo.

sujeito?), voluntária ou involuntariamente, pautados sempre em um arquivo enunciativo que pré-argumenta em todo discurso. Voltemos às reflexões de M. Foucault.

Na esteira do que viemos discutindo até aqui, Araújo (2004) vai dizer que o “veículo, o instrumento desses saberes, é o discurso.” (p. 217) Dito isso, precisamos então voltar a uma noção fundamental, em *A arqueologia*, para entendermos o funcionamento do discurso, sua configuração enquanto esta espécie de “veículo” motor, fora do qual as ideias não fazem sentido. Trata-se, como anunciamos, da noção de *enunciado* e o problema de sua direta associação ao *enunciado linguístico*. Haveria algum tipo de equivalência explícita nos estudos de Foucault? É o que veremos.

O conceito de enunciado ocupa um lugar central no seu método, tendo todo o terceiro capítulo do livro *A arqueologia do saber* dedicado à sua análise por oposição a três categorias da língua: a frase, a proposição e os atos de fala (*speech acts*). O filósofo começa por opor uma possível compreensão de enunciado a partir de uma perspectiva gramatical ou de uma mirada lógica. Ele prefere então situar a discussão do nível de análise mais molecular (o enunciado) ao nível mais ampliado (o arquivo) em seu método, o que justifica a opção da nomeação desse capítulo intitulado *O enunciado e o arquivo*.

Gilles Deleuze, no livro *Foucault*, situa o filósofo na posição de arquivista diferindo-o da tradição talvez estruturalista pela sua maneira de proceder com a análise do arquivo: “O novo arquivista anuncia que só vai se ocupar dos enunciados. Ele não vai tratar daquilo que era, de mil maneiras, a preocupação dos arquivistas anteriores: as proposições e as frases.” (DELEUZE, 2005, p.13). De início, para responder a sua questão basilar “o que é o enunciado?”, Foucault afirma que *é a unidade elementar do discurso*, não da língua, ainda que ele não negue as três categorias linguísticas, a que nos referimos acima, como possibilidade de existência a partir do enunciado. Dessa forma, o enunciado é aquilo que oferece condições de possibilidade e de existência de frases, proposições e atos de fala. Ele pode ter sua formulação linguística, mas não se resume apenas a uma forma fixa possível de descrição ou decomposição no nível da textualidade. É por isso que, conforme suas próprias palavras, ele teve “o cuidado de não dar uma definição preliminar de enunciado” (FOUCAULT, 2008, p. 90). Ele preferiu traçar uma série de características, estabelecer relações, situá-lo em série de

agrupamentos na medida em que se pudesse entendê-lo no interior de formações discursivas. Então o filósofo vai dizer que

À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de agrupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso. (FOUCAULT, 2008, p.90)

Esta citação ilustra bem o cuidado de Foucault em situar por hierarquia a relação e, ao mesmo tempo, a diferença entre o enunciado e o discurso. Então ele segue este raciocínio distinguindo-o da frase, da proposição e do *speech act*.

1) Primeiramente, ele o diferencia da **proposição**: é possível que duas proposições lógicas funcionem como enunciados distintos ainda que suas estruturas sejam idênticas no nível da formulação e carreguem o mesmo valor. Ele apresenta então duas proposições: “ninguém ouviu” e “é verdade que ninguém ouviu”, sendo ambas idênticas por apresentarem mesma identidade do ponto de vista lógico. Logo, elas não podem ser discerníveis. Não se pode julgá-las como sendo uma verdadeira e outra falsa.

2) Segundo, o enunciado não pode ser confundido com uma **frase** porque ele não depende necessariamente de uma estruturação linguística podendo ser, desse modo, decomponível em um sujeito gramatical, um verbo de ligação ou transitivo e um predicado ou complemento verbal. Assim ele afirma: “Sempre que existe uma frase gramaticalmente isolável, pode-se reconhecer a existência de um enunciado independente; mas, em compensação, não se pode mais falar de enunciado quando, sob a própria frase, chega-se ao nível de seus constituintes” (p.92). Há, nessa perspectiva, enunciados que não se resumem exatamente a uma frase: é o caso da tabela periódica, um quadro de classificação de espécies botânicas, um gráfico, uma pirâmide etária, uma pintura, um desenho. Todos estes exemplos não são frases, mas podem se inscrever na ordem do discurso como

enunciados em relação de coexistência com outros enunciados no interior de uma dada formação discursiva⁵.

3) Por fim, Foucault diferencia o enunciado do **ato de fala** (*speech act*), sendo esta uma categoria de análise dos estudos pragmáticos de tradição inglesa em que se outorga ao indivíduo seu caráter intencional atrelado a uma vontade singular de sua mente quando produz um ato ilocutório. O fato de convencer, de incitar alguém a agir a partir de uma dada afirmação, o ato perlocutório de persuadir alguém, segundo Austin, os atos ilocutórios de ordens, promessas etc, e os atos de obter um resultado ou um efeito empírico no interlocutor de modo que o faça sentir-se feliz, infeliz, amável etc, não são considerados em Foucault. O filósofo vai se preocupar então, não com os resultados concretos de um ato ilocutório do falante, mas com as condições que levaram sujeitos a apresentarem um dado enunciado e não outro em seu lugar.

Nesse viés, o interesse de Foucault é analisar o nível de correlações entre uma frase num ato de fala e outra frase dita antes, em outro lugar, havendo possibilidade de retorno e atualização no momento de sua emergência. Em síntese, ele vai concluir que uma língua jamais vai se apresentar em sua totalidade e reduzida a uma experiência mental e individual do falante; ela só existe pela possibilidade de existência de enunciados que lhe dão forma material. O enunciado é, portanto, uma função de existência que pertence aos signos, é um conjunto de signos em função enunciativa, “é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.” (FOUCAULT, 2008, p.98)

Outro aspecto de suas reflexões que o filósofo apresenta ainda no terceiro capítulo dedicado à explicitação da noção de enunciado tem a ver exatamente com o que ele irá discutir sobre *função enunciativa*. Para tanto ele apresente 4 condições que, em nosso

⁵ A recusa da frase gramatical (isolada, informacional e auto-normativa) é também um gesto ducrotiano (cf. DUCROT, 1987, p. 166-167). Pois, como vimos, a frase, em Ducrot, não é uma unidade normativa (que ilustra regras). A frase é uma unidade semântica (que ilustra significações). Isto é, a frase ducrotiana é um elemento que serve a seu método: um modo de pensar o enunciado, um método para observar significações (da língua, fora de uso) no sentido (na língua em uso). Uma outra leitura interessante para aprofundar as noções de frase e enunciado em Ducrot é: DUCROT, O. Enunciação. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Eunadi: linguagem – enunciação*. Volume 2, 1984.

entendimento, são as características fundamentais do enunciado, a saber: está relacionado diretamente a um domínio de objetos (a um referencial) e a um sujeito, apresenta uma historicidade e se formula mediante uma materialidade repetível. De modo sintético, passaremos por estas quatro características, analisando o enunciado:

(A) *Não sou racista, até tenho amigos negros.*

4. Pequena análise à luz de Foucault

Na ótica do Foucault, a primeira condição de funcionamento do enunciado e para que faça sentido é o fato de que ele esteja relacionado a um **referencial**, a um **domínio de objetos**, e esteja sempre povoado de outros enunciados. Diferentemente de frases aleatórias que podem ser descritas e decompostas a partir de níveis fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos, o que define um enunciado depende de um referente que lhe é exterior ou, como diz o filósofo: “É preciso saber a que se refere o enunciado, qual é seu espaço de correlações” (p.101). O enunciado (A) “*Não sou racista, até tenho amigos negros*” não é lido como uma frase isolada de seu referente, mas a partir do fato de que se possa manter relação com outros domínios de objetos (referencial): a história da escravidão, as práticas de resistências e lutas em combate a distintas formas de opressão do povo negro no Brasil e no mundo, as violências cotidianas que acometem o povo afrodescendente, as tentativas de criminalização das lutas sociais e étnico-raciais pelo Estado e de suas instituições.

A outra condição de funcionamento do enunciado está atrelada à existência de um **sujeito**; não o sujeito gramatical, nem um sujeito empírico entendido como indivíduo, mas como uma posição e uma função que pode ser ocupada por diferentes indivíduos; é, pois, um lugar determinado e vazio que tais indivíduos podem ocupar. O enunciado (A) pode ser proferido por instâncias produtoras diversas, a saber: um personagem dentro de um romance, o narrador desse romance, um político acusado de ter sido racista, o ator de uma peça de teatro no palco etc., um humorista em programa de TV, ainda que gramaticalmente o sujeito EU como agente do verbo na frase seja uma categoria implícita e genérica identificada pela formação verbal “sou”. Mas o sujeito do enunciado não pode ser confundido com o sujeito da gramática, dado o fato de que este último independe da historicidade inerente à enunciação.

A terceira característica da função enunciativa se trata do que o filósofo denominou como **domínio associado**; ou seja, o enunciado inevitavelmente compõe uma trama que ele chama de “campo associado” a outros enunciados, saberes e discurso no interior de uma dada formação discursiva. Os analistas do discurso têm mobilizado a noção de memória discursiva procurando compreender a relação de um dado enunciado com outros formulados antes e alhures, mobilizados ou atualizados na ordem dos acontecimentos. Courtine (1999), por exemplo, propõe uma análise do campo dos enunciados com intuito de compreender a correlação com outros enunciados e sua condição de existência. Para isso, ele mobiliza as noções de memória discursiva e de interdiscurso, não como sinônimos, mas como categorias constitutivas do enunciado, no nível de sua existência histórica por meio de práticas discursivas e de sua formulação material e linguística através de paráfrase, citação e reatualização. Nesse sentido, o enunciado (A) mobiliza outros enunciados já ditos e, igualmente, conhecidos no interior de uma formação discursiva de teor racista:

- (A1)⁶ *Não sou racista, porque já tive uma namorada negra;*
- (A2) *Não sou racista, mas prefiro ter nora branca;*
- (A3) *Certa vez, houve um passageiro que se recusou a voar com um piloto negro;*
- (A4) *Não existe mais isso de negro e branco, somos todos humanos.*

Por fim, a quarta e última condição de funcionamento do enunciado tem que ver com a sua **existência material**, isto é, que todo enunciado ganhe sua formulação mediante uma materialidade sógnica. Para que o enunciado faça sentido, atualize outros enunciados já produzidos, dele se possa descrever sua natureza histórica, é necessário que se manifeste numa espessura semiológica, apresente uma textualidade linguística e/ou não linguística. É nesse sentido que Foucault apresenta *um quadro de classificação de espécies botânicas, um gráfico, uma pirâmide etária* como exemplos de enunciados, diferindo assim a noção de enunciado e de frase (gramatical). A materialidade apresenta também uma substância, um tempo e espaço onde emergiu ou foi posta à circulação; se realiza numa esfera

⁶ Estes enunciados foram recuperados da página do buzzfeed.com: <<https://www.buzzfeed.com/br/ramosaline/coisas-que-toda-pessoa-que-ainda-e-racista-diz>>. Acessos em: 17 fev. 2019.

genérica, se apresenta em forma de gênero discursivo (um romance, uma peça teatral, uma conversa, uma notícia jornalística, uma charge, uma fotografia etc.), tem uma identidade e um regime que pode ser repetível e obedece a regras de funcionamento estabelecidas historicamente por certas instituições como a ciência, a universidade, a literatura, a justiça etc. Retomando nosso exemplo A (“*Não sou racista, até tenho amigos negros.*”), o enunciado em análise apresentou-se materialmente mediante signos linguísticos perfeitamente compreensíveis por um falante-leitor em língua portuguesa, o que poderia também ser formulado em outra língua obedecendo a suas regras de formação e estruturação. Mas a mesma série de discursos que coabitam o enunciado (A) pode trazer outras materialidades que evidenciem o discurso de teor racista no qual se oponham negros e brancos numa sociedade cuja memória escravocrata resiste a outros discursos que insistem em negá-la, minimizá-la ou reservar-lhe o esquecimento senão o riso debochado e indiferente, como e pode observar nos enunciados de A1 a A4.

5. Pequena análise à luz de Carel e Ducrot

Seguiremos os quatro passos foucaultianos acima, na tentativa de aproximar o raciocínio teórico foucaultiano do raciocínio teórico semântico-argumentativo. Cientes de que, como discute Machado (2019, p. 6), “deve-se ter a consciência de que estamos lendo, ao mesmo tempo, duas epistemologias autônomas entre si, não para equacioná-las, mas para promover um choque teórico produtivo para os dois modos de raciocínio”.

Nosso interesse, longe de pretensões diversas, é senão dar-se ao exercício livre de ler simultaneamente Foucault, Ducrot e Carel, sem compromissos de conclusões pré-dadas. O ponto de início é válido para as duas perspectivas enunciativas: partir do enunciado dado para explorar sentidos ali produzidos, flagrados por noções co-significantes deste/neste enunciado. Tal como explica Ducrot (1987, p. 172): o sentido é a descrição da enunciação (e não só do enunciado).

A primeira condição de funcionamento do enunciado foucaultiano, possível pelas noções de referente e domínio de objetos, em Semântica Argumentativa, é o **bloco semântico estrutural** da palavra “racismo” (que está inscrito no nível da frase, isto é, que

carrega *significações* da língua fora de funcionamento). Ele é a concepção técnica de **discursos anteriores** sobre o racismo.

Retomemos (A) *Não sou racista, até tenho amigos negros*. Inicialmente, na ausência de uma contextualização, mas valendo-se de todo o passado semântico que construiu a significação do racismo, podemos apresentar uma suposição. Propomos que a significação de “racista” tenha o seguinte referente (para a Semântica Argumentativa, o seguinte *aspecto argumentativo estrutural*): [HIERARQUIZAR DIFERENTES MELANINAS OU ETNIAS, PORTANTO TRATAR DIFERENTE AS PESSOAS].

Almeida (2018, p. 25) descreve com maestria este referente racista, organizado por um domínio de objeto constituído de quatro noções, segundo ele:

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam [...].

Preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode resultar ou não em práticas discriminatórias [...].

Discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados [...].

Racismo estrutural: de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos.

Pautados na Semântica Argumentativa, podemos reorganizar este domínio de objeto acima, ou conhecimentos anteriores (DUCROT,

1999, p. 106), pelo seguinte *bloco semântico estrutural* da palavra “racismo” (onde “x” é o agente dos acontecimentos):

➤ *discriminação racial*

[x hierarquiza diferentes melaninas ou etnias PORTANTO x trata diferente certas pessoas]

➤ *preconceito racial (não manifesto)*

[x hierarquiza diferentes melaninas ou etnias NO ENTANTO x NÃO trata diferente certas pessoas]

➤ *racismo estrutural (inconsciente)*

[x NÃO hierarquiza diferentes melaninas ou etnias NO ENTANTO x trata diferente certas pessoas]

➤ *não racista*

[x NÃO hierarquiza diferentes melaninas ou etnias PORTANTO x NÃO trata diferente certas pessoas]

A segunda condição foucaultiana, também trabalhada por Carel e Ducrot, diz respeito à **teoria argumentativa da polifonia** (que está inscrito no nível do enunciado, isto é, que carrega sentidos próprios da língua em funcionamento). A polifonia tem a ver com o sujeito do discurso (o sujeito da enunciação, distinto do sujeito empírico).

Inicialmente, podemos recuperar o antigo conceito de **enunciador** ducrotiano. O Locutor de (A) traz à tona alguns (E) enunciadores (pontos de vista): ao dizer *não sou racista*, apresenta-se o E1 “sou racista” e o E2 “não sou racista”; e ao dizer *tenho amigos negros* apresenta-se o E3 “eu tenho contato com negros” e o E4 “às vezes eles são meus amigos”; e ao evocar a amizade usando *até*, instaura-se uma gradualidade de amizade, cujo efeito de sentido é: “outros amigos” (quais forem, mesmo sem serem nomeados) são mais preferíveis que “amigos negros”, uma vez que *até* instaura uma escala de valores argumentativos, cuja desvalorização do negro é legitimada pelo uso de *até*.

Por exemplo, podemos pensar na diferença hierárquica entre: *Eu não sou racista, tenho amigos de várias etnias* (afasta-se do discurso que marca preferências de etnias); *Eu não sou racista, tenho amigos brancos, negros e indígenas* (nomear uma minoria acaba por legitimar a existência de uma minoria, em lugar “menor”); e *Eu não sou racista, até tenho amigos negros* (conceder ao negro o ingresso em um círculo amistoso por vias de *até* marca um *ranking* de desprivilégio do negro no enunciado, e parece comunicar mais ou menos algo como “sou uma

pessoa boa por permitir que negros entrem na minha vida”). Isto é a gradualidade: vislumbrar variações semânticas de intensidade através da análise semântica de *até*.

Ainda é produtivo recuperar nesta discussão as noções de **modos enunciativos** (antiga “pessoa” ou “voz”), atualização do antigo par locutor / enunciador, e que retoma de forma menos corporificada a velha noção de enunciador (consultar o capítulo de enunciação linguística, de Carel, neste volume). Por elas, o enunciado “*Não sou racista, até tenho amigos negros*” ilustra uma Pessoa do Locutor, de sentido “EU” (eu não sou...), chamado de *modo enunciativo concebido*, o que declara ter amigos negros; e uma Pessoa do Mundo, de sentido coletivo “MUNDO”, chamado *modo enunciativo encontrado*, que põe o ponto de vista enganoso de uma coletividade que enuncia ter amigos negros para significar não ser racista.

Se soubéssemos as condições de produção das instâncias produtoras deste enunciado (uma acusação? Uma campanha política?), poderíamos enxergar mais pessoas: um TU (discursos que me acusam ser racista caso não tenha amigos negros), um ELE (não identificado), chamado de *modo enunciativo recebido*, tal como enunciar (A) em resposta a um “ouvi dizer que você é racista”, etc. Enfim, todo enunciado, para a semântica Argumentativa, revela uma *polifonia significativa*: modos enunciativos inscritas no enunciado, que revelam as “vozes” de seus grupos. E tal como Foucault, o sujeito do enunciado ducrotiano e careleano está longe do sujeito gramatical informacional.

Seguindo a análise, na terceira condição para o funcionamento do enunciado, para Foucault o domínio associado, com memórias, interdiscursos e relações entre enunciados passados e enunciados presente, apresentamos, segundo Carel e Ducrot, o domínio associado próprio da **polifonia de usos do “até”** (que toca tanto o nível das *significações* da frase, aqui o advérbio *até* fora de uso, quanto o nível dos *sentidos* do enunciado, aqui o advérbio *até* em uso).

Existe uma vasta gama de significações e usos de “até” que se afasta do uso normativo, em detrimento de um funcionamento argumentativo, a qual queremos por foco. Mas antes é preciso lembrar que esta análise linguística não segue o mesmo parâmetro de Michel Foucault, porque o filósofo não tem os mesmos objetivos que os linguistas com os quais trazemos ao diálogo. Como dissemos, o enunciado foucaultiano não se

reduz à frase nem a um aspecto linguístico, tampouco seu sujeito se confunde com o sujeito da gramática. Procedemos, pois, com uma análise à luz de Ducrot e Carel procurando mostrar em que medida o domínio associado pode ser capturado na superfície da sintaxe que materializa o discurso de teor racista.

Escolhemos dois grupos separados por *até*, pois, para Ducrot, os conectivos não servem para ligar, mas para revelar sentidos dos enunciados. Escolhemos as expressões “não ser racista” e “amigos negros” para um olhar mais atento (o que poderíamos fazer com todas as palavras do enunciado, e com grupos de palavras do enunciado). Neste par, a primeira pontuação que fazemos é o modo de descrição da amizade, ou seja, a nomeação de “negro” num universo infinito de amigos: gordos, magros, tímidos, extravagantes, religiosos, ateus, ricos, pobres, alegres, ranzinza etc. Segundo Tadeu (2020), a própria ideia de classificar amizades por raças é uma atitude racista. E o uso de “até” traz à tona duas vozes recíprocas, um tanto que clichê sobre o racismo: a voz pressuposta e excluída [não ter amigos negros PORTANTO ser racista] e a voz contrária e posta [ter amigos negros PORTANTO não ser racista]. É neste quase-bloco de par recíproco que o locutor se constrói enquanto λ antirracista (um “eu” antirracista), segundo Ducrot, ou por um modo enunciativo concebido, segundo Carel.

Assim, o uso de “até”, mesmo que a frase seja normativamente correta, produz um efeito de sentido de “ser racista”, uma vez que “até” instaura um referencial (para Foucault) ou uma gradualidade (para a Semântica Argumentativa) de universo hierárquico que coloca o “amigo negro” em lugar desprivilegiado (por exemplo: não há como não perceber certa hierarquia no uso de *até*, como a seguinte: “tenho amigo branco (alta hierarquia), tenho amigo X, tenho amigo Y (média hierarquia) e *até* tenho amigo negro (baixa hierarquia)”. Conforme afirmam Ducrot e Anscombe (1983, p. 58): “o *até* revela a existência de uma organização argumentativa inscrita na língua”.

Categorizar as amizades em melaninas, e neste universo de cores instaurar uma hierarquia por “até”, é colocar o negro em um nível desprivilegiado (ora, não se diz “eu não sou racista, até tenho amigos brancos”), e manifestar uma certa negatividade apesar do discurso que se queria positivo, frente às pessoas negras.

Queremos apresentar ainda, neste domínio associado de usos do *até*, outras tentativas para tentar valorizar minorias, mas que se

acabam discriminando-as por reservar a elas lugares rotulados em um mundo desigual, o que produz apenas um valor superficial de inclusão. São elas: enunciações valendo-se do *mas*: “ele é republicano, mas honesto”; valendo-se de *me dou bem com*: “eu me dou bem com ciganos”; valendo-se de *permitido*: “entrada permitida para emigrantes”; valendo-se de *prioridade*: “trabalho de cortar a grama – prioridade para hispânicos”, valendo-se de *desde que*: “emprega-se mulheres, desde que bonitas”⁷, além de tentativas de elogios que metaforizam a selva e ilustram valores de animais, como: “você negras são tigresas, são leoa”⁸.

Ducrot já realizou análises na esteira de “até”⁹, das quais retomamos como exemplo ilustrativo, *O programa foi tão promissor que Pedro e até Paulo vieram*. Observa-se que Paulo distingue-se dos demais partícipes presentes, justamente por não ser esperado que ele ali comparecesse, por Paulo ser adverso à ida ao programa de algum modo, e isso o torna argumento privilegiado em favor do sucesso do programa; Da mesma forma, em *não sou racista, até tenho amigos negros*, os negros distinguem-se dos demais partícipes do círculo de amizade do locutor, por ser de algum modo adverso a este círculo. Tal como Ducrot concluiu: na frase *O programa foi tão promissor que Pedro e até Paulo vieram*, “Paulo tinha mais razões que Pedro para não vir” (1980, p. 19), igualmente, em *não sou racista, até tenho amigos negros*, os negros teriam mais razões para não serem considerados amigos, que pessoas de outras de outras cores.

Ducrot e Anscombe (1983, p. 56) evidenciaram que “[...] o morfema *até* é um excelente revelador de fenômenos escalares”. O uso de *até*, portanto, mostra uma certa gradualidade argumentativa (antiga escala argumentativa), que hierarquiza coisas, pessoas, lugares e elementos.

Uma outra face analítica a se considerar no domínio associado da polifonia de usos do *até*, é a **lei da fraqueza** (*loi de faiblesse*) de Ducrot

⁷ Sobre *qualificações sexuais para o trabalho e regras de controle da aparência*, consultar, por exemplo, Soares (1998, p. 112), disponível em < <https://doi.org/10.7202/005239ar> >.

⁸ Juillard, Amit (2020). «*Je ne suis pas raciste, j'ai un amant noir*». Disponível em < <https://www.letemps.ch/societe/ne-suis-raciste-jai-un-amant-noir> >. Acesso em 14 janeiro de 2021.

⁹ Consultar estudos de «*même*» em *La nature sémantique de même : même opérateur argumentatif* (DUCROT ; ANSCOMBRE, 1983, p. 57) e *Les échelles argumentatives* (DUCROT, 1980, p. 18).

(1987, p. 98). Por exemplo, em uma entrevista recente, um repórter perguntou a um candidato à presidência: *o senhor tem algum amigo preto?* A resposta do candidato, em suma, foi: *tenho vários, alguns estudaram comigo, e alguns até trabalham comigo*. Instaurou-se daí uma polêmica, tanto por parte dos repórteres, quanto de outros grupos militantes, de que o candidato perdeu a oportunidade de corrigir o repórter por usar o termo “preto”, e igualmente perdeu a oportunidade de afirmar que não aceitava classificar suas amizades por raças. Temos, então duas argumentações enunciativas, uma mais fraca e outra mais forte, assim:

✓ Conforme a *lei da fraqueza* de Ducrot, nos anos oitenta, temos duas orientações argumentativas:

(B) *O senhor tem algum amigo preto?*

B1 - Eu prefiro não classificar minhas amizades por raças, nem usar esse nome.

(argumento forte para antirracismo).

B2 - Tenho vários, alguns estudaram comigo, e alguns até trabalham comigo.

(argumento fraco (ou contra-argumento) para antirracismo).

✓ Conforme a *argumentação enunciativa* de Carel, atualmente, temos um par recíproco de aspectos:

a argumentação enunciativa dita “mais fraca”, B2, ilustra o encadeamento argumentativo:

“ACEITAR A NOMEAÇÃO ‘PRETO’ E CLASSIFICAÇÃO DE AMIZADE PELA RAÇA, **PORTANTO** PERPETUAR NOMEAÇÕES E PRÁTICAS RACISTAS”; e

a argumentação enunciativa dita “mais forte”, B1, ilustra o encadeamento argumentativo:

“**NÃO** ACEITAR A NOMEAÇÃO ‘PRETO’ NEM CLASSIFICAÇÃO DE AMIZADE POR RAÇAS, **PORTANTO**, **NÃO** PERPETUAR NOMEAÇÕES E PRÁTICAS RACISTAS”.

Este curto exemplo ilustra o que afirma Ducrot (1987, p. 98): “um enunciado pode ser apresentado, de fato, para uma conclusão oposta àquela que deixa prever”. Pois ao enunciar como resposta B2 “ter

amigos pretos” enquanto argumento para não-racismo, aceitando os pressupostos do diálogo que as amizades são classificáveis pela raça, bem como aceitar que se chamasse seus amigos por “preto”, a descrição dessa enunciação torna-se argumento em favor do racismo. Como explica Ducrot “se um enunciado, tomado em seu ‘sentido literal’ é um argumento, mas argumento reconhecido como fraco para uma conclusão r, ele pode ser dado como argumento para não-r”.

Passemos ao quarto e último desdobramento foucaultiano: a existência material do enunciado. É pertinente falar, aqui, da **deontologia linguística** (DUCROT, 1972) (no sentido das regras discursivas de que o falante se vale para dizer o que diz, como por exemplo, as leis de polidez: modos de despedir, modos de dar notícias graves, modos de ser discreto etc). De fato, Ducrot sempre disse que, no acontecimento histórico de um enunciado, o aparecimento deste objeto – o enunciado – que não existia antes e não existirá depois, é produzido sob condições de “leis de discurso”. Nada é dito livre de auspícios. O dizer e o dito respeitam condições da enunciação (há formas de se enunciar). Fartos exemplos na produção da Semântica Argumentativa revelam o quadro imposto pelas leis discursivas: piadas, ironias, subentendidos, recados, afirmações, abaixo-assinados, cartas e etc. Estes formatos são pré-argumentos dos próprios enunciados (“como dizer” faz significar “o dizer”).

É neste contexto que o enunciado (A) tornou-se já um modo de apresentar-se como racista, ao se dizer não-racista. Tal como assevera Tadeu (2020, s.p.): “A frase ‘eu até tenho amigos pretos’ é um instrumento de propaganda racista construída para convencer pessoas não racistas a apoiar ideias racistas. Isto é perigoso”.

Nesta quarta condição foucaultiana da existência do enunciado, cabe também a pertinência do **efeito de sentido** das palavras para pensar por que usar uma palavra e não outra? (parafrazeando Michel Foucault: por que usar certo enunciado e não outro em seu lugar?). As palavras não são escolhidas ao acaso, e seus *efeitos de sentido* são fundamentais para a descrição da enunciação. Para Ducrot (1987, p. 48), a particularidade de cada palavra, em enunciação, produz um efeito de sentido: “o que chamamos o efeito de sentido contextual de uma palavra é, portanto, somente a mudança produzida neste contexto pela introdução desta palavra, isto é, a modificação pela qual esta palavra é responsável no sentido global do enunciado”. Por isso

que a repórter Patrícia Reis (2020)¹⁰ criticou seu colega afirmando que ele poderia ter perguntado (C) “o senhor tem amigos de outras etnias?” ao invés de perguntar (B) “o senhor tem amigo preto?”. O que se pode dizer, minimamente, é que, mesmo que tenham traços semânticos do mesmo conjunto, as palavras “etnias” e “preto” produzem um efeito de sentido bem diferente: a primeira ilustra aspectos de diversidade, a segunda ilustra aspectos de hierarquia, além de trazer à baila todo um referencial histórico de desprestígio da raça negra lusófona.

Além da escolha das palavras que constituem o enunciado, a própria condição de produção do enunciado (A) “*Não sou racista, até tenho amigos negros*”, deve ser levada em conta. Ducrot (1972, p. 270) assevera que os enunciados, seus modelos, suas palavras, formulam-se no interior de **protótipos linguísticos** de certas coletividades. Assim, refletimos, também segundo Tadeu (2020),¹¹ algumas condições do protótipo dessa coletividade que quer/precisa se dizer não-racista, e que nos faz perceber melhor a aparição deste enunciado (A):

- Para não ser racista deve-se ter amigos negros?
- Por que não se vê negros dizendo “eu até tenho amigos brancos”, mas se vê brancos dizendo “eu até tenho amigos negros”?

6. Outras aproximações teóricas entre Foucault e Ducrot: a pré-significação na linguagem

Quando se lê conjuntamente Foucault/Ducrot, não se pode deixar de notar certa proximidade entre certos termos foucaultianos – *grandes formações discursivas, senso comum, saberes monumentalizados nas sociedades e história global*, de um lado, e a noção ducrotiana de *significação*, e até *argumentação estrutural*, de outro lado, ambas para tratar de anterioridades significantes, que se tornaram significações próprias da linguagem, antes de qualquer enunciação. Por exemplo: uma série de enunciados valendo-se da palavra “água” produzidos ao longo da história, culminou na

¹⁰ REIS, Patrícia. (2020). Disponível em <<https://24.sapo.pt/opiniao/artigos/e-voces-tem-amigos-pretos>>. Acesso em 15 janeiro 2021.

¹¹ Tadeu (2020). *Quem tem amigos "pretos" não pode ser racista?*. Disponível em <<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/pedro-tadeu/quem-tem-amigos-pretos-nao-pode-ser-racista-13047110.html>>. Acesso em 14 janeiro de 2021.

significação basal de [ÁGUA, PORTANTO ELA FAZ BEM] ou [ÁGUA, PORTANTO É VIDA], significação intrínseca à palavra “água”. Tais significações ressoam, explicitamente ou implicitamente, como diria Ducrot, em todas as vastas enunciações sobre “beber água”, de algum modo: sutil, velado, em acordo ou desacordo, enfim, menos ou mais marcadamente (mesmo em discursos contrários, em que a água faz mal, por exemplo, após uma cirurgia).

Outro exemplo: analisemos a palavra “louco”. Foucault, debruçou-se sobre o funcionamento das regras para significar o louco, quais princípios e instituições os discursos obedeciam para que pudessem fazer sentido esta ideia ou serem rejeitados, de um modo não muito atrelado a palavras, estruturas (embora sempre atento às suas significações). Já Ducrot caminhou e caminha na mesma linha investigativa, de um modo mais atento às palavras, às estruturas (muito embora seu objeto de estudo seja sempre a significação/sentido das palavras, e não meramente as palavras “ocas”). Assim, pensemos a palavra “louco” e seus discursos. Tal como expôs Foucault, o universo enunciativo histórico desta palavra traçou certos monumentos de saberes e sentidos comuns sobre este signo (para Ducrot, a estrutura da palavra “louco” + suas significações, nesta língua e nesta palavra cristalizadas, ao longo da história).

Ducrot diria que neste longo caminho enunciativo, a palavra “louco” cristalizou as significações estruturais co-significadas de [LOUCO PORTANTO NÃO-NORMAL] e [NÃO-NORMAL PORTANTO DEVER SER TRATADO]. Na esteira destas duas significações, Foucault procurou investigar quem, quando, onde o louco foi tratado, na medida em que o louco era diferente dos outros. O louco é, antes de tudo, conforme Ducrot – que não estudou a loucura – um semantismo de negação semântica: [UM SER HUMANO, NO ENTANTO NÃO É NORMAL, NÃO CONDIZ A REGRAS SOCIAIS PADRÕES], a significação monumental, fundamental de discursos sobre normalidade (ser normal é ceder à padrões sociais estruturais: vestir-se, portar-se etc.). A enunciação da loucura incomoda e afronta a significação prévia, pressuposta, de senso comum, estrutural portanto, de que “há pessoas normais, há práticas padrões normais”.

Contextualizando, a enunciação de “fulano é louco” diante do fato de “um transeunte andar pelado na rua”, traz à tona o saber monumental, o senso comum, a história global, a significação

estrutural própria inerente à palavra “transeunte”: [ANDAR FORA DE CASA, PORTANTO ESTAR VESTIDO]. Do mesmo modo “rasgar dinheiro” faz ver a significação própria, monumental, que se cristalizou na palavra “dinheiro” (e em seus discursos): [TER DINHEIRO, PORTANTO USAR OU GUARDAR]. Tais noções (de Foucault e Ducrot) não são a mesma coisa, evidentemente, e estão longe de uma compatibilidade, já que suas epistemologias são distintas. Mas, aos seus modos, os dois autores parecem concordar que, quando da enunciação, as significações de senso comum, argumentações prévias, monumentais, estruturais, são de algum modo flagradas na atualidade do dizer.

7. Desfecho parcial: o intrincado objeto escorregadio e complexo do énoncé

Todo iniciante nos estudos da linguagem deve desconfiar de uma aula que pretenda clarificar e definir transparentemente a vasta riqueza da enunciação ou de qualquer enunciado. Eis o pressuposto basal do énoncé. E por mais que Foucault, Ducrot, Benveniste e outros linguistas labutem por entendê-lo, ainda hoje se pena por compreender a complexidade de enunciados como “Pedro parou de fumar” e “Pedro foi prudente” (retomados em grande parte da produção bibliográfica de Ducrot, ao longo dos últimos 50 anos...). Se dois curtos enunciados incomodam um linguista por meio século, isto é argumento para ilustrar que o enunciado, não importa sua extensão, sua forma material, em palavras ou imagem, é de uma complexidade semântica imensurável. Que, talvez, não consigamos lidar com nossa atualidade científico-linguística ainda, pois talvez a deficiência não esteja no objeto (o sentido, a significação), mas no analista (em nós, no linguista, no professor), como averiguou Blomfield (1933, p. 140): “a declaração de significados é, portanto, o ponto fraco no estudo da linguagem, e permanecerá assim até que o conhecimento humano avance para muito além de seu atual estado”. É nesta dimensão escorregadia, fugidia, nebulosa e tempestuosa que se inscreve o énoncé de Foucault e Ducrot. Terminamos essa aula propondo-lhe refletir sobre algumas questões...

Quando tendermos a apreender o enunciado em sua cadeia constitutiva enquanto material linguístico apenas, é aí que devemos nos perguntar: bem... qual é a natureza histórica dos sentidos que um

enunciado X carrega? Por que o enunciado Y é lido dessa forma e não de outra? Por que este enunciado surge assim e não outro em seu lugar? Quis são as suas condições de emergência para que ele carregue tal sentido, ou melhor, para que pensemos que ele carregue apenas essa significação? Quando numa formulação linguística o enunciador mobiliza alguns marcadores argumentativos na frase, segundo a perspectiva ducrotiana, quais implicações sócio-históricas permitem que determinado sujeito assumira uma dada posição numa formação discursiva, como concebemos à luz de Foucault?

Ao fim desta aula, encontramos-nos menos inocentes para levantar as questões: afinal, o que é um enunciado? Quantas definições distintas temos de enunciado, baseadas em distintas filiações teóricas? Uma única definição de *énoncé* é possível? Fato é que estas perguntas, de ordem mais teóricas (porque precisamos ter um mundo “organizado” [a teoria] para lidar com um objeto desorganizado [a linguagem]), nos levam ao universo da Semântica (a ciência que se ocupa dos mistérios da significação e dos sentidos), porque produzem mais perguntas que respostas. Definir um enunciado é, inicialmente, lidar com estas questões nada fáceis: como significamos? Temos autonomia para significar o mundo, ou alguma coisa, pequena que seja? Dominamos o que falamos? É possível organizar o mundo por palavras?... Definir o *énoncé*, acarreta ter o que dizer sobre todas estas perguntas. E outras...

Deixando de lado este quadro labiríntico em que se filia o *énoncé*, passamos a condensar nossa aula. Após essa explanação, até aqui, que síntese podemos fazer dessa aula? Primeiramente é preciso lembrar que nosso objetivo foi estabelecer uma aproximação dos autores, evitando uma leitura forçada de ambos, posto que o filósofo e o linguista estabeleceram empreitadas muito distintas ao longo de seus trabalhos. Talvez a riqueza dessa aproximação resida exatamente no contexto epistemológico de crítica ao estruturalismo francês, corrente de pensamento da qual esses pensadores trataram de construir suas próprias interpretações. Além disso, a noção de enunciado veio nos permitir pensar que não se pode tomá-la estritamente a uma ideia de frase ou de categoria linguístico-gramatical.

O enunciado evoca uma concepção histórica dos discursos que lhe possibilitam significações no interior de formações discursivas nas quais se inscrevem os sujeitos. Assim, poderíamos terminar essa aula

visualizando outros tipos de exercícios e mergulhando nos trabalhos dos dois autores onde a língua e a linguagem lhes são temas fundamentais para seus campos teóricos que dão título a esta aula. Como disse Ducrot (2013, p.50): “Nós somos todos foucaultianos em certa medida, de um modo ou de outro, sem poder mensurar isso muito claramente”.

Bibliografias

- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2018.
- ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso:** introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BAKHTIN, B. **Estética da criação verbal.** Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BLOOMFIELD, L. Language. In: **Meaning.** London: George Allen & Unwind Ltd., 1933, p. 140.
- CAMPOS, L. A. **Racismo em três dimensões:** uma abordagem realista-crítica. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Volume 32 N° 95 RBCS n° 95/2017. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/0102-6909-rbcsoc-3295072017.pdf> >. Acesso em 13 janeiro 2021.
- CAREL, M. **Présupposition et organisation du sens.** M. Bonhomme et A. Biglari (éds) La Présupposition entre théorisation et mise en discours, Classiques Garnier, p. 263-289. Paris, 2018.
- COURTINE, J-J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso.** Porto Alegre: Editora Sagra-Luzzato, 1999, p. 15-22.
- DELEUZE, G. **Foucault.** Trad. Claudia S. Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DUCROT, O. **Estruturalismo e Linguística.** São Paulo: Cultrix, 1968.
- DUCROT, O. **Dizer e não-dizer:** princípios de semântica linguística. São Paulo: Cultrix, 1972.
- DUCROT, O. et al. **Les mots du discours.** Paris: Minuit, 1980.
- DUCROT, O. Enunciação. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Eunadi:** linguagem – enunciação. Volume 2, 1984.
- DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. **O dizer e o dito.** Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 161-218.
- DUCROT, O. Sémantique linguistique et analyse de textes. In: MICHAUX, Henri. **Littérature.** No 115, Paris: Persée, 1999, p. 104 – 125.

DUCROT, O. **Les risques du Discours**, L'université du Luxembroug: Lambert-Lucas, 2013.

FOUCAULT, M. Retornar à história. In: **Ditos e Escritos**, v. II. Trad. Elisa Monteiro. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a.

FOUCAULT, M. Linguística e ciências sociais. In: **Ditos e Escritos**, v. II. Tradução Elisa Monteiro. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b.

FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo Epistemológico. In: **Ditos e escritos**, v. II. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Trad. Elisa Monteiro. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000c.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe B. Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. Resposta a uma questão. In: **Ditos e Escritos**, v. VI. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

JUILLARD, A. «**Je ne suis pas raciste, j'ai un amour noir**». Disponível em <<https://www.letemps.ch/societe/ne-suis-raciste-jai-un-amant-noir>>. Acesso em 14 janeiro de 2021.

REIS, P. **E, vocês, têm amigos pretos?** Disponível em <<https://24.sapo.pt/opiniao/artigos/e-voces-tem-amigos-pretos>>. Acesso em 15 janeiro 2021.

SOARES, A. Les qualifications invisibles dans le secteur des services : le cas des caissières de supermarchés. **Lien social et Politiques**, (40), 105–116, 1998. Disponível em <<https://doi.org/10.7202/005239ar>>. Acesso em 20 janeiro 2021.

TADEU, P. **Quem tem amigos "pretos" não pode ser racista?** Disponível em <<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/pedro-tadeu/quem-tem-amigos-pretos-nao-pode-ser-racista-13047110.html>>. Acesso em 14 janeiro de 2021.

Aula XXX

A Semântica Argumentativa e suas relações com a Teoria da Linguagem de Émile Benveniste

Carmem Luci da Costa Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRGS/CNPq, Brasil

Émile Benveniste? (...) Eu lhe devo muito. Foi ele que me deu a ideia, não somente a mim, mas a toda minha geração, de classificar a enunciação no sentido e eu creio, de fato, que não se pode descrever as palavras sem fazer aparecer as enunciações que são feitas graças a essas palavras. (DUCROT; BIGLARI, 2018, p. 74).

1. Introdução

Ao ser convidada para participar deste livro, intitulado *Curso de Semântica Argumentativa: conceitos-chaves*, especialmente para escrever na parte que estabelece relações possíveis entre outros autores e a Semântica Argumentativa, coube-me a feliz tarefa de tratar das possíveis relações entre a Semântica Argumentativa e a Teoria da Linguagem¹ de Émile Benveniste, linguista que, conforme atesta Ducrot, na epígrafe deste texto, influenciou a geração de linguistas na qual o semanticista argumentativo se inclui.

¹ Concebo o conjunto da obra benvenistiana, a exemplo de Flores (2013), como sinalizador de uma Teoria da Linguagem em sentido amplo, a qual inclui a abordagem enunciativa, mas a ela não se restringe. Isso porque há outros temas que movimentaram as pesquisas de Benveniste. Se algo há de transversal a essa diversidade de interesses científicos, é a inclinação de Benveniste ao problema da significação linguística, o que talvez seja um grande ponto de contato com a teorização da Semântica Argumentativa. Para maiores esclarecimentos sobre os momentos (eixos) da reflexão benvenistiana, na abordagem enunciativa, ler a seguinte bibliografia: FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

Para começar esse diálogo, apresento as palavras de Oswald Ducrot, na série de entrevistas realizadas por Amir Biglari e publicadas na obra *Os riscos do discurso*. Ao ser indagado sobre a subjetividade, se ligada às palavras da língua, se vinculada à copresença do locutor e do interlocutor, o linguista responde o seguinte:

Entende-se muitas coisas por subjetividade. Há uma subjetividade que está presente na língua, porque ela faz alusão a um locutor e a um destinatário, é o que foi dito e repetido por Benveniste. Se, por subjetividade da língua, entende-se o interesse pelo locutor e o destinatário, se se entende o fato de não considerar os enunciados como tendo um sentido independente da atividade de fala, se se entende a presença da enunciação na fala, nesse momento, é certo que a linguística é um estudo da subjetividade linguística. Eu tento nisso ser fiel a um programa, à tarefa de ver na língua, as marcas de subjetividade, nesse sentido de subjetividade: eu tento ver as marcas da enunciação. (DUCROT; BIGLARI, 2018, p. 37)².

Há, aqui, vestígios da possível relação entre a Semântica Argumentativa e a linguística benvenistiana: a preocupação com a relação entre língua e enunciação no aspecto de (inter)subjetividade, visto a própria língua comportar lugares para locutores e destinatários se constituírem nos discursos. Com efeito, Ducrot toca no fato, incontornável, de uma geração produzir conhecimento e outra herdar esse conhecimento. Como lembra Normand (2009)³, acerca da relação Saussure-Benveniste, há em Benveniste – em relação a Saussure – um discurso da filiação, da transmissão, da “escola”. Assim, a linguista salienta que “Saussure *genuit* Benveniste, que *gerou* (...) alguns outros filhos” (NORMAND, 2009, p. 197). Considero que também Benveniste influenciou a linguística que lhe seguiu. Como destaca a autora, cada geração herda um tesouro, o qual “é encarregada de transmitir, de fazer prosperar; missão e transmissão!” (NORMAND, 2009, p. 197). Essa herança da reflexão benvenistiana pela Semântica Argumentativa ora é explícita, ora é implícita.

² DUCROT, Oswald; BIGLARI, Amir. *Os riscos do discurso: Encontros com Oswald Ducrot*. Tradução Leci Borges Barbisan e Lauro Gomes. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

³ NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. Claudine Normand; Valdir do N. Flores e Leci B. Barbisan (Orgs.). Tradução de Cristina de C. V. Birk et al. São Paulo: Contexto, 2009.

Por isso, neste texto, procuro tratar dos diálogos explícitos e implícitos entre a Semântica Argumentativa e a teorização linguística de Benveniste para, depois, verificar as fronteiras entre as respectivas abordagens. Para realizar esse percurso, organizo o capítulo da seguinte maneira: 1) na primeira seção, abordarei uma herança explicitada em textos da Semântica Argumentativa ao apresentar o diálogo de estudiosos dessa perspectiva teórica com a linguística benvenistiana; 2) na segunda seção, examinarei uma herança implicada entre a Semântica Argumentativa e a Teoria da Linguagem de Benveniste, estabelecendo, a partir de um “gesto” interpretativo, um possível diálogo entre as abordagens; 3) na terceira seção, destacarei um diálogo com fronteiras, pontuando algumas particularidades que diferenciam as abordagens em questão.

2. O diálogo explícito entre a Semântica Argumentativa e a Teoria da Linguagem de Émile Benveniste

Como influenciador de uma geração de linguistas, conforme destaca Ducrot (2018), Benveniste comparece nas reflexões iniciais da abordagem que dá origem à Semântica Argumentativa: a “Semântica Pragmática” ou “Pragmática Linguística”. No âmbito dessa perspectiva, Ducrot (1972)⁴ reivindica, de um lado, que a descrição linguística deve considerar que a língua faz referência àquilo que, para Saussure, constitui a fala e, de outro, que a enunciação seja introduzida na frase, a qual, nesse momento teórico, é concebida como enunciado. Nesse quadro, o termo *enunciação* aparece definido como um ato que constitui um acontecimento único, implicando um locutor particular, tomado numa situação particular, enquanto o enunciado (designado *frase*, em versões posteriores da teorização) permanece invariável através da infinidade de atos de enunciação de que pode ser objeto.

Nesse momento, o linguista associa a noção de *enunciação* a “ato de fala individual”, constituído num esquema geral de atividade linguística como confronto entre um locutor e um destinatário, sendo a eles atribuídos certos papéis. O semanticista, aqui, recorre à distinção *semiótico/semântico* proposta por Benveniste, enfatizando

⁴ DUCROT, Oswald. Estruturalismo e enunciação. In: _____. *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, [s.d.], p. 291-317. (Publicado na França em 1972).

que o estudo do sistema de signos (*semiótico*) não pode constituir-se sem incluir o estudo do emprego dos signos (*semântico*). A partir disso, Ducrot chega à seguinte formulação: “de um lado, a semântica lingüística deve ser estrutural. E, de outro, o que fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta a enunciação” (DUCROT, 1972, p. 294)⁵.

Em fases posteriores à da discussão dos atos ilocutórios, o linguista menciona um vínculo entre a sua reflexão e a perspectiva de Benveniste, como aponta em “Structuralisme, énonciation, communication”, ao distinguir o estudo de Pietro do proposto por Benveniste:

Trata-se de mostrar duas direções divergentes nas quais se pode desenvolver o estruturalismo saussuriano. Esse estruturalismo leva Pietro a conceber a língua como um código organizado para a transmissão de informações. Benveniste, ao contrário, a partir do mesmo ponto de partida, descreve a língua como fundamento de relações intersubjetivas postas em prática no discurso (é essa última posição que eu tento sistematizar nas minhas pesquisas em semântica). (DUCROT, 1989, p. 149)⁶.

De fato, todo o percurso de Ducrot mostra seu esforço para desinformatizar a língua, sendo por isso que distingue seu estudo do de Pietro e reconhece, no trabalho de Benveniste, o tratamento da língua em uso e como prática discursiva marcada por relações intersubjetivas. Conforme Ducrot (1989), a originalidade de Benveniste está no fato de ter visto que o sentido do discurso não se reduz à relação da língua, como sistema combinatório de signos, com a situação material na qual o discurso é empregado, pois há neste marcas intersubjetivas intrínsecas ao sistema linguístico.

Na fase atual da Semântica Argumentativa – a Teoria dos Blocos Semânticos –, Marion Carel (2011; 2014; 2018)⁷ tem mencionado

⁵ Cf. referência bibliográfica da nota 4.

⁶ DUCROT, Oswald. *Logique, structure, énonciation: Lectures sur le langage*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

⁷ CAREL, Marion. A polifonia linguística. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 27-36, jan./mar. 2011.

_____. La polyphonie linguistique. *Transposition (on-line)*, fev. 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/transposition/365>. Acesso em: 25 ago. 2019.

Benveniste em seus textos, especialmente quando aborda a polifonia semântica e as argumentações enunciativas. Na reflexão sobre a polifonia semântica, Carel (2011; 2014) considera que essa polifonia foi inspirada na abordagem enunciativa de Benveniste, especialmente em relação à divisão que este faz entre a *enunciação histórica* – na qual os eventos parecem contar-se a si próprios – e a *enunciação discursiva* – na qual há a possibilidade de inversibilidade das relações de pessoa *eu-tu*, constitutivas do discurso⁸. Por Benveniste recorrer aos tempos gramaticais para caracterizar tais tipos de enunciação, Carel (2014)⁹ destaca o interesse do linguista por essa caracterização atrelada à língua, e não externa à língua, pois também ela enfatiza que procura explicar os fenômenos da polifonia semântica como vinculados à língua, e não à exterioridade. Logo, de modo semelhante a Benveniste, Carel busca uma análise centrada em explicações linguísticas.

A polifonia linguística (semântica), apresentada por Carel em 2011¹⁰, vincula-se ao que se denomina Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP), teoria que a semanticista observa ter desenvolvido juntamente com Oswald Ducrot e Alfredo Lescano. Nessa reflexão, a autora procura tratar da complexidade envolvida na responsabilidade do locutor diante de um mesmo conteúdo presente em enunciados distintos. Por isso, ela discute a noção de “responsabilidade enunciativa”, com a proposição de modos diferentes de o locutor assumir um mesmo conteúdo, diferenças ligadas à maneira como as vozes são apresentadas: o locutor pode deixar ouvir a sua própria voz; o locutor pode apoiar-se em fatos e fazer ouvir a voz factual do mundo;

_____. As argumentações enunciativas. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 106-124, abr./jun. 2018.

⁸ Carel refere-se ao texto de Benveniste “As relações de tempo no verbo francês”, publicado originalmente no *Bulletin de la Societé de linguistique*, LIV (1959), fasc. 1. O texto consta na obra *Problemas de Linguística Geral I*, publicada originalmente na França em 1966 e, no Brasil, em 1995. A esse respeito, é importante lembrar ao leitor que, nesse texto de Benveniste, como bem observa Flores (2013), a palavra “enunciação”, nas expressões “enunciação histórica” e “enunciação de discurso”, não tem o sentido de “atos de enunciar”, mas, sim, o de *enunciados observáveis*. Nesse artigo, Benveniste trata dos tipos de enunciados decorrentes de diferenças de marcas formais, especialmente da temporalidade em relação à pessoa subjetiva. A diferença entre história e discurso é de natureza formal e se deve à presença (ou não) da marca de *pessoa* no enunciado em relação aos *tempos* do verbo.

⁹ Cf. segunda referência bibliográfica da nota 7.

¹⁰ Cf. primeira referência bibliográfica da nota 7.

o locutor pode fazer ouvir a voz de um ausente. Diante disso, Carel argumenta que as vozes da polifonia semântica são utilizadas pelo locutor para graduar a sua própria responsabilidade em relação aos conteúdos apresentados.

É a partir dessas diferentes responsabilidades enunciativas do locutor que a semanticista argumentativa apresenta três diferentes modos enunciativos: o *encontrado*, o *recebido/aceito* e o *concebido*. No *modo encontrado*, há a voz do *mundo*, que permite ao locutor tomar um tom factual, pois o conteúdo aparece como achado, encontrado, sem que o “tom” da voz do locutor se explicita, assemelhando-se ao que a estudiosa percebe na enunciação histórica descrita por Benveniste, na qual os acontecimentos parecem narrar-se por si mesmos. O *modo encontrado* aparece em enunciados como “Nossa universidade não inscreve tese literária sobre autor. É preciso recusar essa inscrição”. Há, nesse caso, um apagamento do locutor, que, embora presente, assume um “tom” factual. No *modo recebido/aceito*, há a voz de um ausente, que permite ao locutor se descomprometer e dar voz a esse outro, ausente. Esse modo aparece em enunciados como “Parece que nossa universidade não inscreve tese literária sobre autor. É preciso recusar essa inscrição” ou “Maria diz que a crise econômica ficou para trás, Pedro deveria rapidamente encontrar trabalho”. Já o *modo concebido* ocorre quando o locutor aparece com um “tom” engajado. Nesse caso, Carel argumenta que o conteúdo aparece como *concebido* pelo locutor no próprio momento da enunciação, quando este deixa marcas de seu comprometimento no enunciado. É o que acontece no exemplo “Eu acho que os estudos literários sobre um autor não têm lugar em nossa universidade. É preciso recusar essa inscrição”.

Nessa versão da abordagem polifônica (a TAP), Carel (2011) afirma haver o interesse pela responsabilidade do locutor, que está dissociada do fato de utilizar um conteúdo ou a fonte de um conteúdo. Na discussão sobre as argumentações enunciativas (CAREL, 2018)¹¹, a autora volta a citar explicitamente Benveniste, novamente fazendo menção à *enunciação histórica* e à de *discurso*, com o intuito de rever a Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP) no que diz respeito às atitudes do locutor quanto ao conteúdo enunciado.

¹¹ Cf. terceira referência bibliográfica da nota 7.

Nesse recente estudo, a estudiosa centra-se na descrição argumentativa do *modo concebido* na análise do poema “Noite de substituição”, de Marc Larréguy de Civrieux. A partir dessa análise, Carel defende que o *modo concebido*, subjacente ao poema, apresenta-se de diferentes maneiras, cuja unidade é representável por encadeamentos argumentativos que comportam *eu digo*. Nessa reflexão, a autora procura dar uma nova acepção ao termo “argumentativa”, no sintagma *Teoria Argumentativa da Polifonia*, por não se tratar mais “de uma teoria da enunciação que descreve a utilização que um locutor pode fazer de conteúdos argumentativos, mas de uma teoria que descreve argumentativamente os fenômenos ditos enunciativos” (CAREL, 2018, p. 108)¹². Dito de outro modo, Carel enfatiza que a descrição dos fenômenos enunciativos é centrada na argumentação linguística, porque a análise apresenta os encadeamentos argumentativos que sustentam o discurso.

É seguindo esse percurso que Carel (2018) menciona explicitamente Benveniste ao aproximar, novamente, o *modo encontrado* do locutor à noção benvenistiana de *enunciação histórica*, por meio da exploração de marcas temporais. Diferentemente, no relato em que o locutor diz o que ele vê, a autora caracteriza esse modo de enunciação como implicando o dizer de um “eu” não relacionado à enunciação histórica de Benveniste. Isso porque a descrição traz um encadeamento que, nesse caso, revela a enunciação de um locutor em “tom” complexo, o qual envolve percepção e engajamento.

A partir das análises do poema, Carel (2018) reconhece duas formas do *modo concebido*. No primeiro caso, o enunciado evoca a concretização do presente *X DC dizer X*; no segundo caso, o enunciado evoca uma concretização no presente e no “eu”, que pode ser formalizado pelos encadeamentos *olhar DC saber e ver DC dizer*¹³. A cada vez, os encadeamentos evocados comportam um *eu digo*, e, nesse caso, o dizer atual é o que caracteriza o *modo concebido*. Por

¹² Cf. terceira referência bibliográfica da nota 7.

¹³A Teoria dos Blocos Semânticos supõe que o conteúdo dos enunciados é parafraseado por encadeamentos argumentativos que relacionam entidades por meio de dois conectores: *donc (portanto)* e *pourtant (no entanto)*. Esses conectores constroem sentidos, respectivamente, normativos (DC) e transgressivos (PT), que mostram o tipo de interdependência semântica argumentativa constituída entre tais entidades.

isso, a autora defende que “o modo concebido não é uma enunciação na qual o locutor dá o seu ponto de vista; é uma enunciação na qual um ‘dizer’ se desenrola e impregna o acontecimento, torna-o um presente” (CAREL, 2018, p. 118)¹⁴.

De acordo com o exposto, há um diálogo explícito da Semântica Argumentativa com a abordagem de Benveniste, especialmente com a reflexão enunciativa desse linguista. De um lado, esse diálogo se dá pelo interesse comum na relação entre sistema e uso; de outro lado, pelo que está implicado na reflexão enunciativa, a qual envolve pensar que a língua comporta lugares para o locutor se constituir e constituir o outro na passagem da língua ao discurso, via enunciação. Esses lugares estão, aparentemente, contidos em pronomes e categorias temporais, mas, no exame detalhado, evidencia-se que a língua em sua integralidade possibilita, via enunciação, a constituição de sentidos argumentativos nas relações intersubjetivas, por meio de formas que, quando colocadas em relação nos enunciados, permitem aos estudiosos da Semântica Argumentativa descreverem, argumentativamente, os fenômenos relativos à enunciação por meio de encadeamentos.

3. Um diálogo implícito entre a Semântica Argumentativa e a Teoria da Linguagem de Émile Benveniste

Nesta seção, procuro estabelecer possíveis diálogos entre a Semântica Argumentativa e a perspectiva benvenistiana a partir da linguística da qual ambas as abordagens partem, a saber, a linguística saussuriana. A leitura do *Curso de Linguística Geral* (CLG), de Ferdinand de Saussure, parece ser o ponto de partida dos estudos de Émile Benveniste e da Semântica Argumentativa inaugurada por Oswald Ducrot, sendo transversal à reflexão dos autores a tematização sobre o par *língua/fala*; sobre a noção de *relação* e sobre a concepção de *valor*. Tais aspectos da reflexão saussuriana, a meu ver, além de alicerçarem as teorizações e as análises da Semântica Argumentativa e da Teoria da Linguagem de Benveniste, constituem os pontos que marcam a aproximação entre tais abordagens.

¹⁴ Cf. terceira referência da nota 7.

3.1. Língua e fala nas perspectivas linguísticas da Semântica Argumentativa e de Émile Benveniste

A relação língua/fala, tal como apresentada no CLG por Ferdinand de Saussure, foi reinterpretada nos domínios da reflexão linguística de Émile Benveniste e de Oswald Ducrot. A esse respeito, é interessante destacar a observação de Fuchs (1985)¹⁵ sobre as teorias enunciativas e a inter-relação entre língua e fala. Segundo a autora, por um lado, as teorias enunciativas questionam o par língua/fala a partir da constatação de que existem na língua categorias que remetem ao funcionamento da própria língua e que não podem ser estudadas sem que se leve em consideração a situação de enunciação; por outro lado, tais teorias questionam o referido par em função da admissão de que, no funcionamento concreto do discurso, é impossível dissociar o plano objetivo do subjetivo. Parece-me que Benveniste e Ducrot reinterpretam a relação língua/fala para integrarem os dois lados apontados por Fuchs.

Em Saussure, *língua* (instituição social) e *fala* (ato individual) fazem parte de divisões da linguagem e são interdependentes, enquanto em Benveniste sistema e uso fazem parte dos dois modos de ser língua, no *semiótico* (domínio do signo) e no *semântico* (domínio da palavra, da frase e do discurso). No artigo “A forma e o sentido na linguagem”¹⁶, que integra o livro *Problemas de Linguística Geral II*, o linguista ressalta a diferença entre, de um lado, o signo (unidade do domínio semiótico) e, de outro, a palavra e a frase (unidades do domínio semântico).

Para Benveniste (1974/1989), com a noção de signo linguístico, Saussure abriu o caminho para uma descrição das unidades semióticas, que devem ser caracterizadas pelo duplo ponto de vista da forma e do

¹⁵ FUCHS, Catherine. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. *Alfa*, São Paulo, p. 111-129, 1985.

¹⁶ BENVENISTE, Émile (1966). A forma e o sentido na linguagem. (1974) *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução por Eduardo Guimarães, Marco Antônio Escobar, Rosa Attié Figueira, Vandarsi Sant’Ana Castro, João Wanderlei Geraldi, Ingedore G. Villação Koch; revisão técnica por Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989. Na fonte, indico a data de apresentação do texto como conferência (1966), a data de sua publicação como artigo em *Le langage II* (1967), a data de sua publicação como capítulo dos PLG II na França (1974) e a data da tradução brasileira desse livro (1989), consultada neste texto.

sentido. Pensar o signo como unidade semiótica é reconhecê-lo como dotado de significação na comunidade daqueles que fazem uso de uma língua. Esse reconhecimento das unidades como signos, pelo locutor, envolve a distintividade e a consideração de sua existência no uso. Nesse caso, o autor pontua três princípios: 1) o domínio semiótico não trata das relações entre a língua e o mundo, mas das relações internas à língua; 2) o signo tem sempre valor genérico e conceptual; e 3) as oposições semióticas são binárias.

Quando se volta para o domínio da frase, o linguista pergunta: “Mas e a frase? Qual sua função comunicativa na língua?” Para responder a tais questões, Benveniste argumenta que o signo e a frase são dois mundos distintos e que necessitam de descrições diferentes. Do semiótico ao semântico, o autor pontua a existência de uma mudança. O semiótico se caracteriza como uma propriedade da língua, enquanto o semântico resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação: “com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 230)¹⁷.

É sobre o fundamento semiótico que a língua-discurso constrói uma semântica própria, produzida pela sintagmatização das palavras, na qual cada uma destas não mantém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo. Através de termos como *sintagmatização* e *língua-discurso*, vê-se o quanto Benveniste defende a inter-relação semiótico (domínio do signo) e semântico (domínio da palavra, da frase e do discurso). Para o linguista, no domínio semiótico, o signo tem sempre um valor genérico e conceptual. Já no semântico, que tem a expressão por excelência na frase, seu valor não é senão particular, pois, ao ser semantizado no uso, ele deixa de ser signo e atualiza-se em palavra. De fato, o sentido da frase implica referência à situação do discurso e à atitude do locutor: “a partir da ideia, a cada vez particular, o locutor agencia palavras que neste emprego têm um ‘sentido’ particular” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 231)¹⁸.

No quadro da Semântica Argumentativa, a discussão sobre a relação língua/fala é operacionalizada por Ducrot através da inter-relação entre o que chama de sistema abstrato e manifestação desse sistema, visto conceber o fato enunciativo como comportando uma interdependência entre essas duas instâncias. A relação sistema (língua) e uso (fala) o

¹⁷ Cf. referência bibliográfica da nota 16.

¹⁸ Cf. referência bibliográfica da nota 16.

conduz a elaborar duas grandes distinções terminológicas: *frase/enunciado* e *significação/sentido*. A frase pertence à língua, sistema abstrato, e subjaz às entidades concretas e observáveis (os enunciados). Além da distinção *frase/enunciado*, comparece, na Semântica Argumentativa, o deslocamento da noção saussuriana de *valor* para abarcar a noção de *significação* como valor semântico da frase (entidade abstrata) e a noção de *sentido* como valor semântico do enunciado (entidade concreta produzida por um locutor).

Em *Les mots du discours*, Ducrot (1980)¹⁹ trata a enunciação como o fato que constitui o aparecimento de um enunciado. Por isso, observa que a semântica linguística descreve esse aparecimento como a realização de uma frase e, nesse caso, descrever o sentido do enunciado é mostrar a representação²⁰ que ele traz de sua enunciação. Em estudo posterior, na *Enciclopédia Einaudi*, Ducrot (1984)²¹ afirma que o sentido do enunciado ou do discurso (entidades concretas) é constituído por comentários a propósito de sua enunciação, o que, segundo o semanticista, equivale a afirmar que “aquilo que se diz tem como elemento constituinte uma certa qualificação do dizer” (DUCROT, 1984, p. 382). Nesse mesmo texto, ao tratar do fenômeno da enunciação, o semanticista volta a diferenciar entidades abstratas e entidades concretas, com o propósito de argumentar que as frases de uma língua permanecem iguais em todos os seus usos e que cada realização desse material abstrato origina um enunciado único em relação a outros. Essa reflexão sobre *enunciação*, *enunciado (sentido)* e *frase (significação)* comparece em outros textos de Ducrot, como “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, capítulo VIII de *O Dizer e o Dito*²².

Na medida em que língua e fala estão imbricadas no agenciamento de palavras por um locutor para “falar de”, conforme

¹⁹ DUCROT, Oswald. *Analyse de textes et linguistique de l'énonciation*. In: _____. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, p. 7-56, 1980.

²⁰ A noção de representação no discurso está ligada ao fato de que aquele que se enuncia deixa marcas no seu discurso de si e de convocação ao outro. Nesse sentido, *representação* equivale à *marcação/indicação no discurso* das relações intersubjetivas.

²¹ DUCROT, Oswald. *Enunciação*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v.2. p. 368-393, 1984.

²² DUCROT, Oswald. (1984). *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução por Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987. A primeira data refere-se à publicação original do livro na França e a segunda, à edição traduzida no Brasil, objeto de consulta para este trabalho.

reflexão de Benveniste, ou relacionadas à atualização das frases (entidades abstratas) em enunciados/discursos (entidades concretas), conforme proposta de Ducrot, passam a ganhar relevo outros temas saussurianos na Semântica Argumentativa e na abordagem benvenistiana. Tais noções serão tratadas na sequência deste texto.

3.2. As noções saussurianas de relação e de valor nas perspectivas linguísticas da Semântica Argumentativa e de Émile Benveniste

A cada enunciação, o locutor converte a língua em discurso, fazendo escolhas particulares para o evento enunciativo, que se situa num determinado tempo e num determinado espaço. Tal fato acarreta um estudo das formas vinculado essencialmente a sentidos sempre singulares, relacionados àquele que se enuncia. Falar em *sentido*, aqui, implica repensar as noções de *relação* e de *valor*, propostas por Saussure no CLG. Em Saussure, a noção de *valor* é pensada a partir das relações associativas (*in absentia*) e sintagmáticas (*in praesentia*). Nesse caso, o valor das unidades no discurso constitui-se por meio de associações que os falantes fazem entre elementos ausentes ou pela combinação de unidades presentes na cadeia discursiva. Considerar as duas ordens de *valor* é, pois, fundamental para o estudo da língua e para a reflexão sobre o sentido, questão fundamental para as abordagens aqui focalizadas.

Saussure, como já destacado, enfatiza a língua; Benveniste e a Semântica Argumentativa enfatizam o uso dela derivado, ou seja, o discurso resultado da atualização da língua. Diante dessa observação, cabe a pergunta: como as teorizações da Semântica Argumentativa e de Benveniste explicam os sentidos constituídos no discurso? Para responder a essa questão, destaco duas noções caras às abordagens em pauta: o sentido implicado na relação do dito com o dizer e o sentido constituído pela relação de elementos no discurso. A essas duas noções de *relação*, subjaz a noção de *valor*.

A primeira noção de *relação* – a relação dizer-dito – remete ao fato de que essas perspectivas buscam refletir sobre o dizer, e não somente sobre o dito. Nesse caso, tais abordagens priorizam o fato de o locutor ter dito o que disse, e não o conteúdo do dito em si. O estudo do dito encaminha o analista à enunciação ao dizer. Isso porque, como já ressaltado, são as marcas deixadas no *dito* (discurso) que possibilitam

a análise do dizer (da enunciação). Com efeito, Benveniste (1974/1989)²³ ressalta a existência de caracteres formais da língua que situam aquele que enuncia em seu próprio discurso (marcas temporais, espaciais e pessoais).

Ainda sobre a enunciação, salienta o linguista que “O mecanismo desta produção é um outro aspecto maior do mesmo problema” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 83), o qual está na conversão da língua em discurso. Essa conversão tem como questão central a verificação de como o “sentido” se forma em “palavras”. Por isso, ele complementa: “É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação”, com os “procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 83)²⁴. Para o linguista, não são apenas os índices temporais, espaciais e pessoais que situam aquele que enuncia em seu discurso, mas todas as formas que produzem sentidos sempre singulares a cada atualização da língua. Isso porque toda escolha de formas está na dependência daquele que enuncia, o qual, ao engendrar ou relacionar tais formas linguísticas, de modo sempre particular, produz sentidos inéditos a cada discurso enunciado. Ao fazer escolhas linguísticas para referir no discurso (“falar de”), o locutor converte as formas de uso geral da língua em formas que têm sentido na particularidade de seu discurso.

Aproximando-se de Benveniste, Ducrot (1984) sustenta que o enunciado/discurso apresenta indicações de sua enunciação, pois, para ele, “o sentido de um enunciado refere a sua enunciação, apresentando indicações sobre o fato de sua aparição, sobre o valor desta aparição” (DUCROT, 1984/Entrevista à *Revista Punto de vista*, p. 24)²⁵; valor este vinculado às relações argumentativas que relacionam

²³ BENVENISTE, Émile. (1970). O aparelho formal da enunciação. *Problemas de lingüística geral II*. (1974) Tradução por Eduardo Guimarães, Marco Antônio Escobar, Rosa Attié Figueira, Vandersi Sant’Ana Castro, João Wanderlei Geraldi, Ingedore G. Villaça Koch; revisão técnica por Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989. Na fonte, indico a data da publicação original do artigo na revista *Langages* (1970), a data de sua publicação como capítulo dos PLG II na França (1974) e a data da tradução brasileira desse livro (1989), edição consultada para este texto.

²⁴ Cf. referência bibliográfica da nota 23.

²⁵ DUCROT, Oswald. Lingüística, enunciación, discurso. Conversación con Ducrot. *Revista Punto de vista*, Argentina, n. 21, p. 23-26, ago. 1984. Entrevista concedida a Marcelo Sztrum.

os enunciados, os segmentos no interior dos enunciados e as próprias palavras no interior de cada discurso. Por isso, a Semântica Argumentativa, por meio da tese “a argumentação está na língua”, sustenta a ideia de que o discurso é doador de sentido, porque as palavras e suas relações no fio do discurso, como escolhas linguísticas do locutor, “argumentam”.

É dessa primeira concepção de relação – a relação dizer-dito/enunciação-enunciado – que emerge, em cada uma das duas perspectivas aqui abordadas, um redimensionamento da noção saussuriana de *valor*. Destaco, em Benveniste, a presença do termo *valor* em três de seus textos: “A forma e o sentido na linguagem” (BENVENISTE, 1974/1989)²⁶, “A natureza dos pronomes” (BENVENISTE, 1966/1995)²⁷ e “Da subjetividade na linguagem”. (BENVENISTE, 1966/1995)²⁸. No primeiro, o autor ressalta a condição ligada a toda atualização da linguagem: “a idéia deve sofrer a restrição de leis de seu agenciamento; há aqui necessariamente uma mistura sutil de liberdade no enunciado da idéia e de restrição na forma deste enunciado” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 232). E acrescenta: “É como consequência de sua coaptação que as palavras contraem valores que em si mesmas não possuíam” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 232). Nesse mesmo texto, o linguista aponta que, na sintagmatização de palavras no discurso, “cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 234).

A esse respeito, Normand (2009, p. 175)²⁹ salienta que, para Benveniste, é evidente que uma particularidade formal somente tem valor linguístico se estiver ligada a uma particularidade de sentido. Além

²⁶ Cf. referência bibliográfica da nota 16.

²⁷ BENVENISTE, Émile. (1956). A natureza dos pronomes. *Problemas de Linguística Geral I*. (1966). Tradução por Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri; revisão técnica por Isaac Nicolau Salum. Campinas, SP: Pontes, 1995. Na fonte, indico a data da publicação original do artigo na revista *For Roman Jakobson*, a data de sua publicação como capítulo dos PLG I na França (1966) e a data da tradução brasileira desse livro (1995), edição consultada para este texto.

²⁸ BENVENISTE, Émile. (1958). Da subjetividade na linguagem. *Problemas de Linguística Geral I*. (1966). Tradução por Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri; revisão técnica por Isaac Nicolau Salum. Campinas, SP: Pontes, 1995. Na fonte, indico a data da publicação original do artigo no *Journal de psychologie*, a data de sua publicação como capítulo dos PLG I na França (1966) e a data da tradução brasileira desse livro (1995), edição consultada para este texto.

²⁹ Cf. referência bibliográfica da nota 3.

disso, o linguista é célebre ao observar que as formas dos indicadores de “pessoa” e de “tempo” somente são interpretáveis na troca intersubjetiva. Esses elementos da língua apontam para a enunciação, na qual passam de entidades vazias a plenas. Por isso, Normand (2009) destaca que, com a descrição dêitica, Benveniste aprofunda a problematização das condições da comunicação intersubjetiva e passa a se interessar pelo quadro do discurso, deslocando seu foco de interesse do sentido inerente ao sistema, porque ligado às relações entre as suas unidades (semelhante à noção de *valor* em Saussure), para o sentido constituído no discurso pelo locutor. Nesse caso, considero que o *valor*, na abordagem benvenistiana, passa a ser subjetivo, porque vinculado àquele que se enuncia.

Essa questão se relaciona às reflexões de Benveniste nos textos “A natureza dos pronomes” e “Da subjetividade na linguagem”, ambos presentes em *Problemas de Linguística Geral I*. No primeiro, o autor vincula a noção de *valor* à natureza dos pronomes, ao argumentar que a primeira pessoa só se define no discurso e pelo discurso:

eu só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na qual é produzido. Paralelamente, porém, é também enquanto instância de forma *eu* que deve ser tomado; a forma *eu* só tem existência lingüística no ato de palavras que a profere. (BENVENISTE, 1956/1995, p. 278-279, grifos do autor).

Seguindo essa linha, no segundo texto, o autor também vincula a noção de *valor* àquele que se enuncia, destacando que “a forma *ele*... tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’” (BENVENISTE, 1958/1995, p. 292, grifos do autor). Dessas reflexões, concluo que, para o linguista, a noção de *valor* está, de um lado, vinculada às liberdades e às restrições de cada locutor ao agenciar e relacionar palavras no discurso para produzir sentidos singulares a cada enunciação; de outro lado, está na dependência daquele que enuncia, visto que, a cada enunciação, as formas da língua adquirem valores subjetivos, porque justamente mobilizadas pelo locutor.

Na Semântica Argumentativa, por seu turno, a noção de *valor* é pensada à luz de sua concepção de argumentação, pois são unificados os aspectos objetivo, subjetivo e intersubjetivo envolvidos no uso da

língua no chamado *valor argumentativo*, que é definido como a orientação que uma palavra dá ao discurso. De fato, como ressalta Barbisan (2007)³⁰, essa abordagem rejeita a distinção entre denotação (aspecto objetivo) e conotação (aspecto subjetivo), visto Ducrot considerar que, na linguagem, não há uma parte objetiva e que, por meio dela, não se tem acesso direto à realidade. Se a linguagem descreve o mundo, isso é feito por meio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo, fato que a torna tema para o debate entre indivíduos. Dessa maneira, ao apreender a realidade de modo particular, o locutor convoca o interlocutor a participar de seu discurso. Por isso, a atitude do locutor diante da realidade (aspecto subjetivo) e a convocação que faz ao interlocutor (aspecto intersubjetivo) estão unificados no valor argumentativo das palavras no discurso (DUCROT, 1990)³¹. É nessa linha que também Carel (2018) argumenta:

Nossos enunciados exprimem pontos de vista, fundamentalmente argumentativos, nos quais é impossível isolar um núcleo puramente descritivo. Não existe, no interior do sentido de nossos enunciados, uma linha de compartilhamento entre, de um lado, a representação do mundo, e, de outro lado, a enunciação do locutor. (CAREL, 2018, p. 107).³²

Assim, o valor argumentativo de uma palavra condensa os aspectos objetivo e intersubjetivo, porque a sua atualização no discurso aponta para o conjunto de possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva. Desse modo, o *valor* decorrente do sentido do enunciado está nas indicações ligadas à sua aparição. Tal *valor* emerge das relações argumentativas estabelecidas pelo locutor no interior de seu enunciado ou discurso. Esse é o nível fundamental da descrição da Semântica Argumentativa, pois, como defende Carel (2018, p. 123)³³, a enunciação e o conteúdo que ela contempla “são ambos [...] de natureza argumentativa, e não informativa”. Isso faz com que a semanticista afirme tomar “ao pé da letra a hipótese de

³⁰ BARBISAN, Leci. Uma proposta para o ensino da argumentação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 111-138, 2007.

³¹ DUCROT, Oswald. *Polifonia y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1990.

³² Cf. terceira referência bibliográfica da nota 7.

³³ Cf. terceira referência bibliográfica da nota 7.

Ducrot segundo a qual o sentido de um enunciado contém uma descrição de sua enunciação” (CAREL, 2018, p. 123)³⁴.

É importante destacar ainda que, em várias obras, Ducrot salienta a noção de *valor* ao estabelecer a distinção entre *significação* e *sentido*. Como já pontuei, a *significação* é o valor semântico da frase (entidade abstrata), ao passo que o *sentido* é o valor semântico do enunciado (entidade concreta). Para a Semântica Argumentativa, a *significação* contém instruções dadas àqueles que irão interpretar o enunciado da frase. Essas instruções dizem o que deve ser feito para descobrir o *sentido*, que é particular a cada vez que uma frase é enunciada.

A segunda noção de *relação* – a relação dos elementos no discurso – está atrelada à primeira e vinculada ao fato de que a Semântica Argumentativa e a abordagem de Benveniste preocupam-se mais com o *como* se diz e menos com o *que* se diz. Dessa maneira, as análises priorizam mais o modo como os elementos de um discurso estão relacionados, organizados, sintagmatizados para produzir determinados sentidos do que propriamente com o conteúdo do dito. Como consequência disso, essas abordagens enfatizam que a ação de uma palavra sobre outras aponta para sentidos particulares produzidos por quem enuncia. Acerca dessa relação forma-sentido, a noção de *valor* em Benveniste associa-se às de *sintagmatização*, de *agenciamento* e de *arranjo* de formas na produção de sentidos no discurso (*semantização*). Já na Semântica Argumentativa, a noção de *valor* liga-se às ideias de *encadeamento* e de *relação* entre segmentos, uma vez que os sentidos argumentativos são constituídos por elementos que se encadeiam. Daí emerge a atitude do locutor, por meio da qual o alocutário é convocado a igualmente se enunciar.

A concepção de que o sentido se constitui pelas escolhas do locutor e pela relação de formas por ele estabelecida no discurso permite a afirmação de que tanto a abordagem benvenistiana quanto a da Semântica Argumentativa priorizam o linguístico e o interno ao discurso.

Assim, tanto a referência quanto os sujeitos, na perspectiva enunciativa de Benveniste, são internos ao discurso enunciado. A situação é constituída no discurso, bem como o sujeito é uma figura discursiva, e não do mundo. Logo, Benveniste, ao incluir a referência nos estudos da linguagem, liga-a ao sujeito e não ao mundo, uma vez que, ao mobilizar a língua e dela se apropriar, o locutor estabelece uma

³⁴ Cf. terceira referência bibliográfica da nota 7.

relação com o mundo via discurso. De fato, a relação com o mundo está na dependência da enunciação, já que o ato individual de apropriação da língua introduz o locutor em seu discurso: “A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 84)³⁵. Por isso, Normand (2009, p. 166)³⁶ ressalta que, em Benveniste, “toda relação à referência, na língua colocada em uso, depende da *sui-referência*; a referência só concerne à situação cada vez única do locutor”.

Também na Semântica Argumentativa a autonomia da ordem linguística é bastante discutida, pois, em vários textos, é sublinhado o fato de a linguagem não descrever diretamente a realidade. Em função disso, os semanticistas inscritos nessa abordagem defendem que a língua, realizada em enunciados, não pode ser reduzida à função informativa. Desse modo, é descartado o pressuposto referencialista, em que a descrição é baseada nas condições de verdade, e o pressuposto cognitivista, em que a explicação do sentido é baseada no pensamento. Para a Semântica Argumentativa, o sentido dos enunciados é constituído em referência não ao extralinguístico ou ao pensamento, mas às relações argumentativas que ligam os enunciados, os segmentos no interior dos enunciados e as próprias palavras. Como já elucidado, é o próprio discurso que é doador de sentido, na medida em que o valor da palavra atualiza discursivamente o sentido argumentativo. Ducrot enfatiza a sua concepção de autonomia da língua atualizada no discurso e não dependente do mundo na seguinte passagem:

o mundo aparece, no enunciado, por meio da exploração discursiva do qual ele é objeto [...] o que preexiste à fala é uma situação sem limites e sem estrutura: a fala traz com ela os limites e os pontos de vista que tornam essa situação utilizável para a interpretação. (DUCROT, 2005, p. 14)³⁷.

³⁵ Cf. a referência bibliográfica da nota 23.

³⁶ Cf. a referência bibliográfica da nota 3.

³⁷ DUCROT, Oswald. (1997). A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS. v. 40, n. 1, p. 9-21, março de 2005.

Como salienta Barbisan (2007, p. 122)³⁸, para Ducrot, “É a partir das palavras que a enunciação e seu contexto devem ser caracterizados, porque a escolha das palavras cria uma imagem da fala e essa imagem é pertinente para a compreensão do discurso. É o discurso, produzido pelo locutor, que estabelece o contexto: este não preexiste ao discurso”.

Portanto, tanto na abordagem de Benveniste quanto na Semântica Argumentativa, há uma recusa na abordagem do sentido a partir de fatores extralinguísticos, porque é o discurso que produz o sentido. Dessa forma, enunciar é transformar a língua-sistema em língua-discurso. Nessa manifestação da língua, algo de novo acontece: um discurso único, jamais repetível, cujas formas em relação produzem sentidos singulares. Esses sentidos singulares revelam-se também em cada arcabouço teórico e tecem pontos de distanciamento entre as abordagens, principalmente em relação à noção de *enunciação*, questão que passo a problematizar a seguir.

4. Um diálogo com fronteiras: as particularidades de cada abordagem

É com a teorização enunciativa que ocorre, como já vimos, a maior parte dos diálogos de estudiosos da Semântica Argumentativa com Benveniste. Se, nas seções anteriores, pontuei os pontos de encontro entre essas perspectivas, nesta seção, tratarei das diferenças ou dos pontos de desencontros entre elas; afinal, são enunciações teóricas distintas, com fronteiras delimitadoras importantes, que marcam a singularidade de cada uma. É pela noção de *enunciação* e pelo modo de análise que passo a estabelecer a distinção entre os dois tipos de abordagem linguística da enunciação.

Para Benveniste (1970/1989, p. 82)³⁹, a enunciação é o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”; para Ducrot (1984/1987, p. 168)⁴⁰, a enunciação é “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado”. Nessas definições, vemos diferenças importantes, pois, de um lado, Benveniste mobiliza a noção de *ato* (processo), e, de outro, Ducrot mobiliza a de *acontecimento* ligado ao aparecimento do enunciado.

³⁸ Cf. referência bibliográfica da nota 30.

³⁹ Cf. a referência bibliográfica da nota 23.

⁴⁰ Cf. referência bibliográfica da nota 22.

Ainda que as duas abordagens possam lidar com a relação processo (dizer/enunciação) e produto (dito/enunciado/discurso), a relação processo/produto é concebida de modo distinto, visto, em Benveniste (1974/1989), o ato (processo) estar desde o início implicado, fato observado quando defende que, na enunciação, consideramos sucessivamente o *próprio ato* (processo de apropriação do locutor que se declara como tal e implanta o outro), *as situações* constituidoras de referência e os *instrumentos* (formas e funções da língua engendradas pelo locutor). Já na Semântica Argumentativa olha-se para as formas presentes no produto (enunciado/discurso) para se chegar ao processo (enunciação), visto essas formas trazerem indicações para o semanticista chegar ao sentido e às representações relacionadas a essa aparição do enunciado/discurso. Tal aparição do enunciado é o próprio acontecimento enunciativo. Nesse sentido, para a Semântica Argumentativa, as marcas do produto encaminham o analista a chegar a uma imagem do processo.

Se, para Benveniste, há um jogo de formas específicas (de pessoa, espaço e tempo), cuja função é a de colocar o locutor em relação constante com a enunciação, para a Semântica Argumentativa, há um conjunto de indicações que também atestam a relação argumentativa entre as entidades presentes no enunciado/discurso do locutor, que mostram a sua presença nesse discurso e o modo como convoca o outro à continuidade discursiva. Assim, a língua em uso possibilita o debate entre interlocutores. No fenômeno da polifonia, independentemente da fase teórica da Semântica Argumentativa, há marcas (adjetivos, conjunções, tempos verbais, advérbios etc.) que evidenciam atitudes dos locutores diante do conteúdo e dos diferentes pontos de vista presentes no discurso. Na Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), fase atual da Semântica Argumentativa, a presença de articuladores (*mas, portanto* etc.) e operadores (*pouco, um pouco* etc.), por exemplo, mostra também a atitude do locutor no enunciado ou discurso e o modo como orienta o encadeamento para uma continuidade discursiva. Nessa direção, “descrever a língua é descrever o que ela impõe ao discurso” (DUCROT; BIGLARI, 2018, p. 40)⁴¹.

Por isso, nessa fase atual da Semântica Argumentativa (TBS), busca-se cada vez mais defender “a argumentação na língua” e, nesse sentido, o discurso é o que revela, pela análise, a presença da língua.

⁴¹ Cf. referência bibliográfica da nota 2.

Parece-me, nesse caso, que a TBS se aproxima mais de Saussure e distancia-se de Benveniste, linguista que se interessa pela verificação do modo como a língua se converte em discurso e como o locutor passa a sujeito para implantar o outro diante de si, via ato de enunciação. As formas específicas (instrumentos de pessoa, tempo e espaço), nesse caso, mais do que revelar a língua, tem “a função de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação” (BENVENISTE, 1974/1989, p.84)⁴². Com efeito, para Benveniste, o locutor está sempre implicado na análise, visto que esse linguista chama a atenção para o fato de não ser o texto do enunciado o objeto de análise, ou seja, o conteúdo dito, mas sim o fato de o locutor mobilizar a língua de determinado modo para definir os caracteres linguísticos de sua enunciação.

Vale ressaltar outra diferença entre as perspectivas que me parece relevante: a questão do método. Benveniste não delinea um modelo de análise enunciativa. Embora desenvolva muitas análises em suas obras, não apresenta um modelo de análise enunciativa a ser aplicado. Talvez apresente princípios ou percursos para análises, fato que permite uma abertura para que cada estudioso, seguidor de sua abordagem, possa construir um método de análise e não aplicar um modelo de análise enunciativo pré-construído. Diferentemente de Benveniste, a Semântica Argumentativa, ao eleger categorias linguísticas e ao descrever suas análises, propõe um método de análise linguística, focalizando sempre as relações argumentativas constituídas nos usos da língua.

Embora possam ser apontadas diferenças, ambas as abordagens buscam estudar os sentidos singulares constituídos no discurso pelo modo como o locutor relaciona as formas: o modo como o locutor organiza o dito revela a intersubjetividade inscrita em toda e qualquer enunciação. Importa, nesse caso, analisar *como se diz*, e não o *que se diz*, bem como os sentidos evocados no modo como as formas se organizam e se relacionam em cada enunciado/discurso.

5. Conclusão

Tendo como herança a linguística saussuriana, a concepção de língua foi condição para Benveniste desenvolver a sua Teoria da

⁴² Cf. referência bibliográfica da nota 23.

Linguagem e para que a Semântica Argumentativa se estabelecesse como uma teoria linguística da argumentação. Além disso, acredito serem as noções de *enunciado/discurso* – produtos da *enunciação* – fundamentais para o desenvolvimento dos construtos particulares de cada perspectiva linguística. Por isso, nesse diálogo entre abordagens, saliento um aspecto comum: a língua somente pode ser estudada via enunciado/discurso, pois, antes da enunciação, ela apenas tem a possibilidade de existência. E é via enunciados/discursos que a produção de sentidos, na troca intersubjetiva, pode ocorrer. É por aí que locutores passam a dar existência à língua e a si próprios para significarem e argumentarem por meio da linguagem. E é nesse movimento da língua para o discurso que preenchemos, como humanos, o nosso lugar como sujeitos na linguagem.

Bibliografias

BARBISAN, Leci. Uma proposta para o ensino da argumentação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 111-138, 2007.

BENVENISTE, Émile. (1966). *Problemas de linguística geral I*. Tradução por Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri; revisão técnica por Isaac Nicolau Salum. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Tradução por Eduardo Guimarães, Marco Antônio Escobar, Rosa Attié Figueira, Vandersi Sant’Ana Castro, João Wanderlei Geraldi, Ingedore G. Villaça Koch; revisão técnica por Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

CAREL, Marion. A polifonia linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 27-36, jan./mar. 2011.

_____. La polyphonie linguistique. *Transposition (on-line)*, fev. 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/transposition/365>. Acesso em: 25 ago. 2019.

_____. As argumentações enunciativas. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 106-124, abr./jun. 2018.

DUCROT, Oswald. Estruturalismo e enunciação. In: _____. *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, [s.d.], p. 291-317. (Publicado na França em 1972).

_____. Analyse de textes et linguistique de l’énonciation. In: _____. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980, p. 7-56.

_____. Lingüística, enunciación, discurso. Conversación con Ducrot. *Revista Punto de vista*, Argentina, n. 21, p. 23-26, ago. 1984. Entrevista concedida a Marcelo Sztrum.

- _____. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa : Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 368-393.
- _____. (1984). *O dizer e o dito*. Tradução e revisão técnica por Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. *Logique, structure, énonciation: Lectures sur le langage*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- _____. *Polifonia y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1990
- _____. (1997). A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-21, mar. 2005.
- DUCROT, Oswald; BIGLARI, Amir. *Os riscos do discurso: Encontros com Oswald Ducrot*. Tradução por Leci Borges Barbisan e Lauro Gomes. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- FUCHS, Catherine. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. *Alfa*, São Paulo, p. 111-129, 1985.
- NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. In: Claudine Normand; Valdir do N. Flores e Leci B. Barbisan (Orgs.). Tradução por Cristina de C. V. Birck et al. São Paulo: Contexto, 2009.

A teoria dos atos de linguagem e a Semântica Argumentativa

María Marta García Negroni
Universidad de San Andrés
Universidad de Buenos Aires
CONICET, UBA, Argentina

1. A teoria dos atos de fala⁴³

1.1. A teoria de J. L. Austin

Em *How to do things with words* (1962), publicação que reúne uma série de doze conferências pronunciadas por John L. Austin, na Universidade de Harvard, em 1955, seu autor compromete-se de forma vigorosa à crítica da posição descritivista associada ao positivismo lógico. Segundo essa concepção, a função essencial da linguagem é a representação dos estados de coisas, representação que pode ser julgada à luz do critério do verdadeiro/falso. Assim, possuem um sentido os enunciados que, descrevendo ou afirmando um certo fato, têm um valor de verdade determinado ou determinável pela experiência. Ainda, observa Austin, na linguagem ordinária, há enunciados declarativos que não “descrevem” nem “representam” nenhum fato. Este é especialmente o caso dos enunciados ilustrados abaixo:

1. Eu batizo este barco de *Rainha Elizabeth*.
2. “Sim”, eu quero. (Pronunciando-se este “sim” durante a cerimônia de um casamento)
3. Eu dou e deixo meu relógio para o meu irmão.

onde “parece claro que enunciar a frase (nas circunstâncias apropriadas, evidentemente), não é nem *descrever* aquilo que se deve

⁴³ Tradução de Julio Cesar Machado.

reconhecer que estou fazendo ao falar dessa forma, e nem afirmar o que eu faço: *é fazê-lo*” (Austin, 1970, p. 41). Conseqüentemente, enunciar uma frase declarativa não é sempre descrever ou representar uma realidade. Em certos casos, é instaurar uma nova realidade: batizar um barco *é dizer*, em circunstâncias apropriadas, (1); casar-se *é dizer* (2), no cartório ou no altar.

Além disso, os enunciados pertencentes a esse grupo não são nem verdadeiros nem falsos. Sobre isso, consideremos a estranheza dos diálogos seguintes:

4.L₁: Eu aposto 5 euros que amanhã vai chover.

L₂: ?? É verdade.

5.L₁: Eu te prometo que eu virei.

L₂: ?? É falso.

Austin propõe chamar esse tipo especial de frases, bem como os enunciados que lhes manifestam, de *performativos*, em oposição aos enunciados *constativos*, que descrevem ou representam fatos diferentes de si mesmos, e que são, por consequência, verdadeiros ou falsos (ex: *A terra é redonda; Eu vou ao dentista*). No entanto, se os performativos não são nem verdadeiros nem falsos, sua enunciação pode ser *infeliz*. Assim, se eu digo “Eu batizo esse barco de *A bela estrela*”, posso não ter sucesso ao batizar esse navio, mesmo se eu pronuncio essas palavras, se, por exemplo, já existe um nome, ou se eu não sou a pessoa apropriada para fazê-lo, ou se não há testemunhas etc. Austin propõe, então, uma série de “condições necessárias ao funcionamento ‘feliz’ e sem dificuldades de um performativo” (Austin, 1970, p. 49). Trata-se das *condições de felicidade* (ou de bondade):

- Deve existir um procedimento convencional dotado pela convenção de um certo efeito. As pessoas e as circunstâncias particulares devem ser aquelas que convém para que possamos invocar o procedimento em questão;

- O procedimento deve ser executado corretamente e integralmente;

- As pessoas devem ter os pensamentos ou sentimentos requisitados pelo procedimento, e intenção de adotar o comportamento implicado;

•Além disso, elas devem de fato se comportar assim, posteriormente.

Realizada essa primeira distinção (*constativo vs. performativo*), Austin tenta caracterizar os performativos em termos linguísticos. Nesse sentido, ele nota que os enunciados performativos estão sempre na primeira pessoa do presente do indicativo ativo. Assim, o enunciado

6. Eu te prometo vir.

E performativo, mas

7. Ele promete vir.

8. Eu tinha prometido vir.

são dois constativos que descrevem, respectivamente, o fato de que “ele promete”, ou o fato de que “eu prometi”. Entretanto, nota Austin, há um tipo de performativo bem generalizado que se apresenta na segunda ou terceira pessoa (do singular ou do plural), e na voz passiva, por exemplo:

9. Solicitamos que você volte mais tarde.

10. Os passageiros são avisados de que a descida é para a esquerda na direção de viagem do trem.

Na voz passiva, o verbo pode também ser impessoal:

11. É estritamente proibido entrar sem autorização.

De tudo isso conclui-se que nem a pessoa e nem a voz são elementos essenciais à performatividade do enunciado. Mas o indicativo também não o é. Com efeito, comparemos:

12. Eu te ordeno partir.

13. Parta!

Com efeito, apesar do fato de que (12) esteja no indicativo e que (13) esteja no imperativo, esses dois enunciados preenchem a mesma função: dizer (12) ou (13) acarreta efetuar o mesmo ato, neste caso, o ato de ordenar.

Mas mesmo assim há uma diferença: (12) se apresenta explicitamente como sendo uma ordem no meio do prefixo “eu te ordeno”. Um enunciado que contenha um indicador explícito deste tipo (“eu te ordeno”, “eu te prometo”, “eu aposto”, “eu sugiro” etc) é nomeado, por Austin, de *enunciado performativo explícito*. Ao lado dos performativos explícitos existem os *performativos primários*, exemplificado por (13), que são performativos porque são atos, mas que não são performativos explícitos, porque eles não contém o indicador explícito da natureza do ato que eles são. Contudo, o modo verbal, o contexto de enunciação e a entonação, permitem interpretar um performativo primário (por exemplo, “eu venho amanhã”) como uma promessa, uma ameaça, uma pergunta etc, e, nesse sentido, eles sempre podem ser parafraseáveis com a ajuda de um performativo explícito que indica explicitamente o sentido performativo do enunciado.

Cuidado com o cão ! = Eu te advirto que há um cão perigoso.
Parta imediatamente ! = Eu te ordeno partir imediatamente.
Eu virei amanhã.= Eu te prometo que eu virei amanhã.

Assim, essa segunda distinção entre performativos explícitos e performativos primários conduz necessariamente a uma revisão da primeira oposição (constativos versus performativos). Com efeito, todos os enunciados constativos podem ser considerados como performativos primários e podem se tornar performativos explícitos: basta explicitar um ato de afirmação com a ajuda de um prefixo (“eu digo que”, “eu afirmo que”) que mostra, sem ambiguidades, a performatividade do enunciado. Assim:

A terra é redonda.= Eu afirmo que a terra é redonda.
Pedro veio.= Eu digo que Pedro veio.

A dicotomia entre performativo e constativo é, então, rejeitada em favor de uma *teoria geral dos atos de linguagem*. Portanto, em todo enunciado, um: “eu te prometo vir” é uma promessa; e “eu vim ontem à noite” é uma afirmação. Não é verdade, então, que esses enunciados se opõem, porque o primeiro constitui um ato, e o segundo representa um fato diferente dele mesmo. Segundo a tese fundamental de Austin, cada um desses enunciados possui dois aspectos: uma dimensão constativa (o fato de representar um fato diferente dele mesmo), e

uma dimensão performativa (o fato de se apresentar como sendo um ato de linguagem). Deste modo, abandonando a oposição performativo/constativo, Austin distingue em todo enunciado:

- um aspecto locucionário: o que é dito, o próprio conteúdo do enunciado;
- um aspecto ilocucionário: o fato de dizer o que é dito, na medida em que dizer é fazer, é realizar um ato ilocucionário (promessa, ordem, afirmação, advertência, ameaça, juramento, pergunta etc).

Austin isola três sentidos, nos quais dizer alguma coisa é fazer alguma coisa, e portanto, três tipos de atos que são realizados simultaneamente:

•o *ato locucionário*: é o ato de dizer alguma coisa, dito de outro modo, é a enunciação de uma frase com um sentido e uma referência. Ele comporta três sub-atos: o ato *fonético*, que é a simples produção do som; o ato *fático*, que corresponde à produção de palavras pertencentes a um vocabulário e conformando-se a uma gramática; e o ato *retórico*, que consiste em empregar essas palavras em um sentido e com uma referência mais ou menos determinado.

•o *ato ilocucionário*: é o ato efetuado ao dizer alguma coisa. É o ato de fazer uma promessa, uma oferta, uma afirmação etc, com a ajuda da enunciação de uma frase, em virtude de uma *força ilocucionária* convencional a ela associada (ou à sua frase performativa explícita). Este ato constitui o ato fundamental do ato de linguagem, e, de fato, quando falamos do ato de fala, referimo-nos exclusivamente a ele.

•o *ato perlocucionário*: é o ato que nós provocamos ou realizamos pelo fato de dizer alguma coisa (exemplos: convencer, persuadir, impedir, induzir em erro etc). Ele é caracterizado em termos de efeitos perlocucionários produzidos pelos nossos propósitos sobre nossos interlocutores.

Assim, por exemplo, a enunciação nas circunstâncias apropriadas de (14)

14. Atire nela!

Comporta o ato *locucionário*: ele me disse “Atire nela”, querendo dizer por “atirar”, atirar, e referindo-se por “ela”, a ela; o ato *ilocucionário*: ele me pressiona (ou me aconselha, ou me ordena, etc.) para atirar nela; e o ato *perlocucionário*: ele me persuade a atirar nela.

1.2. A teoria de J. Searle

Publicado em 1969, *Speech Acts*, de John Searle, situa-se na linha dos trabalhos de Austin. Para Searle, que inscreve sua abordagem no ponto de contato entre uma teoria da linguagem e de uma teoria da ação, “falar uma língua é adotar uma forma de comportamento regido por regras. [...] Falar é realizar atos segundo as regras” (Searle, 1972, p. 59).

Searle propõe uma outra descrição de ato de fala. Para ele, quando um locutor enuncia uma frase, ele realiza ao menos três tipos de atos distintos:

- Enunciar palavras (morfemas, frases) = efetuar *atos de enunciação*:
- Referir e predicar = efetuar *atos proposicionais*;
- Afirmar, por uma questão, dar uma ordem, prometer etc = efetuar *atos ilocucionários*.

A esses três tipos de atos, Searle adiciona o *ato perlocucionário*, nos termos parecidos aos de Austin, isto é, que este ato é definido como os efeitos ou consequências que os atos ilocucionários possuem sobre as ações, os pensamentos ou as crenças, etc, dos ouvintes. No entanto, o estatuto desse ato é diferente: na concepção searleana, o ato perlocucionário não faz parte do ato de fala propriamente dito.

Na quase totalidade dos atos de fala, podemos distinguir o ato ilocucionário e seu conteúdo proposicional. A forma canônica do ato ilocucionário, tal como a propõe Searle, é a seguinte:

FI (CP)

Onde a variável *FI* toma seus valores entre os procedimentos marcadores de força ilocucionária, e onde *CP* representa o conteúdo proposicional, isto é, expressões que exprimem proposições. Assim, por exemplo, em:

15. Eu te prometo que virei.

“eu te prometo” é o marcador de força ilocucionária, e “que eu virei” é o marcador de conteúdo proposicional, este sendo necessariamente caracterizado em termos da dicotomia verdadeiro/falso. No que concerne aos marcadores de força ilocucionária, Searle assinala que eles indicam “o modo do qual se deve considerar a proposição, o que significa que ela será a força ilocucionária imputável à enunciação; ou ainda, que se trata do ato ilocucionário realizado pelo locutor quando ele enuncia a frase” (Searle, 1972, p. 68). Entre os procedimentos utilizados para marcar a força ilocucionária podemos assinalar os verbos performativos, a ordem das palavras, a entonação, o modo do verbo, a ênfase de insistência, a pontuação.

1.2.1. Os atos de fala indiretos

Nos casos mais simples, afirma Searle, o locutor enuncia uma frase querendo dizer exatamente a literalmente o que ele diz. Mas há situações de significação, continua o autor, nas quais o sentido da enunciação do locutor e o sentido da frase cessam de se recobrir (por exemplo, nas metáforas, nas ironias, nas alusões etc). Uma classe importante de tais casos é constituída por aqueles em que “o locutor enuncia uma frase, quer dizer o que diz, mas ainda quer dizer outra coisa” (Searle, 1982, p. 71). Assim, segundo Searle, se por exemplo eu digo: “Você pode me passar o sal?”, eu quero dizer o que eu digo, mas eu significo ainda uma outra ilocução de conteúdo proposicional diferente. Dito de outro modo, o enunciado não deve ser entendido como uma pergunta, mas como a demanda ao ouvinte de passar o sal. Nesse caso em que a enunciação possui duas forças ilocucionárias, um ato ilocucionário é realizado indiretamente pela realização de um outro ato ilocucionário. Searle chama esses atos de *atos de fala indiretos*. É no domínio dos atos diretos que os atos de fala indiretos são os mais numerosos. A motivação principal que conduz a empregar tais formas indiretas é a polidez, e compreendemos bem porque:

Os requisitos conversacionais habituais dificilmente tornam admissível proferir frases puramente imperativas (por exemplo:

“Saia desta sala”) ou performativos explícitos (por exemplo: “Eu te ordeno que saia desta sala”) (Searle, 1982, p. 77).

Searle elabora uma lista de algumas frases que podemos empregar convencionalmente para fazer solicitações indiretas ou exprimir outros enunciados diretos, como ordens. Eis alguns exemplos desse tipo de frases:

16. Você poderia fazer menos barulho?
17. Eu gostaria que você fosse agora.
18. Você vai terminar seu café da manhã?
19. Você se importaria de vir me ver?
20. Por que não parar aqui?
21. Você deve ser mais educado com sua mãe.

Todas essas frases servem tipicamente, normalmente, e por convenção, para enunciar diretivas (notemos, aqui, que a maior parte dentre elas admitem “por favor” ao final da frase ou antes do verbo), e isso mesmo que nenhuma força imperativa pertença ao sentido das frases consideradas. Dito isso, segundo Searle, o ato ilocucionário também é ali realizado. Para mostrar esse ponto, o autor aponta que há enunciações literais dessas frases onde elas não possuem mais o valor de demanda indireta. Assim, “Você poderia me passar o sal?” pode ser enunciado como uma simples pergunta relativa a suas capacidades em uma situação, por exemplo, naquela em que acabamos de remover o gesso que estava em seu braço. Ademais, Searle aponta que quando essas frases são enunciadas com o fim ilocucionário primário de uma demanda, elas conservam seus sentidos literais e são enunciadas com este sentido literal: em cada um dos casos mencionados, o locutor faz uma diretiva, colocando uma questão ou afirmando.

2. Os atos de fala na perspectiva da Semântica Argumentativa

Ducrot (1984) propõe uma nova definição dos atos ilocucionários ao integrá-los na sua concepção geral de enunciação e na sua definição do sentido do enunciado. Com efeito, na medida em que interpretar um enunciado consiste, entre outras coisas, a reconhecer nele atos, e

que este reconhecimento se faz vinculando ao enunciado um sentido (isto é, um conjunto de indicações sobre a enunciação).

Dizer que um enunciado possui, segundo os termos da filosofia da linguagem, uma força ilocucionária, para mim, é dizer que ele atribui à sua enunciação um poder “jurídico”, aquele de obrigar a agir (no caso de uma promessa ou de uma ordem), aquele de obrigar a falar (no caso de uma interrogação), aquele de tornar lícito o que não o era (no caso de uma permissão) etc (Ducrot, 1984, p. 183).

Além disso, Ducrot critica a expressão “performativos explícitos”, na medida em que ele deixa a entender que “é possível efetuar um ato ilocucionário pelo simples fato que afirmamos explicitamente o que fazemos” (1984, p. 201). Para o autor, ao contrário, se uma fórmula como *eu te desejo* no enunciado *Eu te desejo boa sorte* serve para realizar um ato de desejo a propósito do sucesso do interlocutor, isso ocorre porque ela é inicialmente a asserção de um desejo de \square , no sentido psicológico do termo (e não uma asserção sobre o ato de desejo de L). Lembremos que, segundo Ducrot, não é enquanto locutor L que experienciamos o desejo, mas enquanto \square locutor enquanto ser do mundo. Com efeito, o ato de desejo “que não existe a não ser na palavra na qual ele se realiza, pertence tipicamente a L: L faz o ato de desejo afirmando o que \square deseja” (1984, p. 202).

No que diz respeito às entidades linguísticas que intervêm nos atos ilocucionários, Ducrot e Schaeffer (1995) apontam a existência de duas posições claramente distintas que geralmente chamamos ascritivista e descritivista.

Segundo os autores ascritivistas, dentre os quais podemos encontrar Austin e Ducrot, o ilocucionário deve ser alojado não apenas no emprego das frases, mas também nas palavras que intervêm nessas frases. Dito de outro modo, segundo essa perspectiva, é difícil, e mesmo impossível, isolar um conteúdo descritivo no interior do ato ilocucionário, e isso porque geralmente a determinação do ato é diretamente ligada ao emprego das palavras do léxico. Assim, por exemplo, em um enunciado como

22. Este hotel é bom.

é o adjetivo “bom” que dá lugar à qualificação de enunciação como realizando o ato ilocucionário de recomendação ou, ao menos, como fazendo alusão a uma recomendação passada, presente ou futura, em relação ao objeto ao qual ele se aplica. Mais geralmente, ele é intrínseco ao sentido das palavras (conforme entre outros, os evaluativos *bom*, *justo*, *corajoso* e *inteligente*) para permitir a realização de atos ilocucionários.

Dado que a determinação do ato se faz assim independentemente das condições empíricas da aparição do enunciado, a descrição vericondicional relativa ao hotel abordado em (22) realmente não ocorre. Como o apontam Ducrot e Schaeffer (1995, p. 648),

Uma tal decisão obriga a admitir que as próprias concepções que são agenciadas pelo discurso podem não ter conteúdo objetivo, mas representar atitudes subjetivas – atitudes do locutor no momento em que ele fala, ou atitudes de locutores virtuais aos quais ele faz alusão.

Essa perspectiva, notamos, constitui um claro prolongamento da rejeição da parte de Austin sobre “ilusão descritivista” dos filósofos da linguagem, segundo a qual a dimensão verdade/falsidade é central na determinação do sentido. Relembremos aqui que a distinção inicial feita por Austin entre o constativo e o performativo constitui um argumento a esta crítica, porque ela faz reconhecer a natureza performativa que pode haver na linguagem. E que a filosofia inglesa vai ainda mais longe na segunda etapa de seus trabalhos, quando ele mostra que os enunciados constativos possuem também um valor de ação, de modo que a dicotomia entre performativos e constativos é rejeitada em favor de uma *teoria geral dos atos de fala* válida para todos os enunciados. Assim, o locutor de *Maria está no escritório* não se contenta de representar um fato, ele faz uma afirmação e essa afirmação é uma ação.

Para a posição inversa, no descritivismo, sustentado principalmente por Searle, as palavras do léxico não possuem valor ilocutório: não há ato ilocucionário a não ser em um enunciado completo.

Lembremos que, segundo Searle, duas partes podem ser distinguidas no sentido de um enunciado: o conteúdo proposicional (CP) e a força ilocucionária (FI). O conteúdo proposicional sendo concebido em termos de condições de verdade – o que implica a consideração de uma correspondência objetiva e realista entre o mundo e o sentido –, e a subjetividade sendo isolada e restrita à força

ilocucionária, a abordagem referencialista de Searle repousa sobre uma concepção do sentido segundo a qual as palavras da língua não fazem outra coisa a não ser calcar o mundo. Com efeito, para Searle, um enunciado como (22) seria analisado como aplicando uma FI assertiva a um CP (bondade do hotel), visto como uma pura descrição do real e desprovida, então, de todo valor de recomendação. Deste modo, e como teríamos inicialmente afirmado que o hotel possuía a característica objetiva de ser bom, (22) constituiria um ato de linguagem indireto, porque ele serviria, *também*, para recomendar indiretamente o hotel. Definitivamente, segundo a posição descritivista, a recomendação não está ligada ao emprego do termo “bom”, de modo que ela não é uma questão de língua.

A perspectiva da Semântica Argumentativa é totalmente outra, nós sabemos: os termos não designam objetos do mundo, e o sentido não é de natureza referencial nem vericondicional. Bem ao contrário, o conteúdo é, antes de tudo, de natureza discursiva, o que significa que ele se apresenta essencialmente em termos de discurso. Lembremos, por exemplo, que para a Teoria dos Blocos Semânticos (Carel, 2011 ; Carel et Ducrot, 2005), o valor de uma palavra ou de uma expressão é constituída de discurso, e que estes adotam a forma de argumentações, isto é, de uma interdependência semântica de dois elementos religados por um “portanto” e um “no entanto” .

Uma última precisão no que diz respeito às condições de sucesso ou de felicidade dos atos de fala. Consideramos um enunciado como (23)

23.Venha rápido!

Segundo a perspectiva descritivista, para determinar o valor ilocucionário de (23), faz-se questão de saber se ele apresenta, no mundo (isto é, fora da linguagem), as condições de sucesso de ato de ordem. Assim, se consideramos que uma dessas condições externas estabelece que a ordem pode ser realizada com sucesso se, e somente se a pessoa que enuncia (23) se encontra em situação de superioridade hierárquica em relação à pessoa com a qual (23) é destinado, (23) está sujeito à dicotomia sucesso/fracasso.

Face a essa visão realista que liga a determinação do ato ilocucionário às propriedades do mundo, Ducrot (1972, p. 293) assinala, com precisão:

Tal como eu o descrevi, a característica ilocucionária de um enunciado consiste em uma certa imagem que ele dá da palavra, apresentando-a como fonte de direitos e de deveres. Se admitimos isso, não há nenhuma razão de atribuir a esses direitos e deveres, uma existência independente: eles não valem a não ser no mundo desenvolvido pela enunciação no momento em que ela se efetua: tanto o destinatário quanto o espectador podem recusá-los, recusando este universo que o locutor queria impor, e reduzindo-o a uma pura pretensão. Para não prestar atenção ao aspecto ‘sui-referencial’ do ilocucionário, os filósofos da linguagem, ao contrário, foram conduzidos a uma espécie de legalismo realista (juridisme réaliste), origem de problemas, a meus olhos, artificiais.

Para Ducrot, por outro lado, o ato ilocucionário de um enunciado é determinado somente na medida em que o sentido do enunciado qualifica sua enunciação como realizando tal ou tal ato. Assim, podemos explicar, sem problemas, porque um subalterno pode ser punido por ter dado ordens a seu superior: “se damos um estatuto puramente intencional às transformações jurídicas implicadas pelo ato ilocutório, nada impede, então, que o soldado dê ordens ao general, isto é, invente, por sua palavra, um mundo no qual o general deveria lhe obedecer, e este “mau espírito” é mais que suficiente para explicar a punição” (Ducrot, 1972, p. 293).

Tradução: Julio Cesar Machado

Bibliografias

- Austin, John L. ([1962]1970). *Quand dire, c'est faire*, Paris, Ed. du Seuil.
- Carel, Marion (2011). *L'entrelacement argumentatif*. Paris : Honoré Champion.
- Carel, Marion et Ducrot, Oswald (2005). *La semántica argumentativa. Una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Aires : Colihue.
- Ducrot, Oswald (1972). *Dire et ne pas dire*. Paris : Hermann.
- Ducrot, Oswald (1984). *Le dire et le dit*. Paris : Minuit.
- Ducrot, Oswald et Schaeffer, Jean-Marie (1995). *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Paris : Seuil.
- Searle, John R. ([1969] 1972). *Les actes de langage, Essai de philosophie linguistique*. Paris : Hermann
- Searle, John R. ([1975] 1982). *Sens et expression. Etudes de théorie des actes de langage* (Chap. II. « Les actes de langage indirects »). Paris : Minuit.

Aula XXXII

Ducrot e Maingueneau: aproximações e distanciamentos

Samuel Ponsoni
Universidade do Estado de Minas Gerais
UEMG, Brasil

Questões de início¹

Há muitas questões que aproximam a área de estudos que se convencionou chamar Semântica Argumentativa e a Análise de discurso de base enunciativa, proposta alhures por Dominique Maingueneau, e não dizemos isso apenas pela relação de nacionalidade de ambos os pesquisadores. As aproximações se dão mesmo no campo teórico, embora, na pena dos dois arcabouços teórico-metodológicos, marcas de distanciamento, divergência e, por vezes, de contradição sejam igualmente claras. Dessa forma, tudo que

¹ Não poderíamos dar início a este pequeno texto, que cumpre mais um percurso descritivo-didático do que a comprovação de teses e certas asseverações taxionômicas e axiomáticas em relação a diálogos e distanciamentos, sem mencionar que Ducrot e Maingueneau, não só por estarem vivos, mas também por serem tenazes pesquisadores do campo de estudos da linguagem formulam e reformulam suas teses de forma constante. Neste leito, caro leitor, aqui você encontrará um recorte "sincrônico" de propostas teóricas feitas pelos dois autores, em certas conjunturas históricas. O que, evidente, não quer dizer que essas propostas teóricas aqui justapostas não sejam em parte válidas, mas é possível, vez ou outra, nos depararmos com outras compreensões teóricas sobre si feitas pelos próprios autores. Em relação a Oswald Ducrot, neste próprio livro, em diversos capítulos, o leitor poderá encontrar um percurso absolutamente sólido, pertinente e inédito das (re)formulações teóricas de Ducrot em sua infatigável Semântica Argumentativa. Quanto a Maingueneau, sugerimos obras mais recentes acerca do conceito de *ethos*, as quais podem ser verificadas: MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico ao *ethos*. In: BARONAS, R.; MESTI, P. C.; CARREON, R. (Orgs.) **Análise o Discurso: entorno da problemática do *ethos*, do político e de discursos constituintes**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016 e MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o *ethos***. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

aqui perscrutarmos no que concerne aproximações será um mero exercício ensaístico-didático.

Maingueneau possui um livro, já antigo, mas bastante popular no Brasil que se intitula *Novas tendências em análise do discurso*², no qual o discursivista francês discorre um longo e profícuo capítulo a analisar uma série de perspectivas teórico-metodológicas da Semântica Argumentativa. Para ficar em um caso lapidar, Maingueneau fez um exame acerca dos operadores argumentativos, tese bastante importante nos trabalhos de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, pela qual, sob o ponto de vista estrutural e imanente da língua, é possível compreender uma série de funcionamentos linguísticos de alguns elementos, como, por exemplo, "mas", "ainda que", "pois", "pois que", "porque", entre outros, todos responsáveis pela interação argumentativa entre os falantes de uma dada língua.

Neste capítulo em questão de análise por Maingueneau, cujo título é "os conectivos argumentativos", segundo capítulo da Terceira parte do supracitado livro, o discursivista propõe um conjunto de problematizações de uso dos chamados posto, pressuposto e subentendido. Entretanto, Maingueneau o faz não somente pensando esses expedientes linguísticos em relação ao uso imanente da língua, fortemente assentada nas proposições de Ducrot e Anscombre, mas colocando questões em relação ao que se considera o discurso naquela conjuntura (anos oitenta no contexto francês), isto é, o imbricamento entre o primado de um interdiscurso, a relação que todo discurso mantém entre discursos, por aliança, conflito, contradição etc., e o movimento enunciativo do uso em si, nas mais distintas cenas enunciativas a que Maingueneau submete esses conectivos argumentativos para analisá-los.

Muitos anos passados, temos outro texto igualmente produtivo, caudatário às teorias de Ducrot e Maingueneau, colocando-os em relação. Trata-se de um ensaio introdutório proposto por Sírio Possenti, pesquisador e professor do campo da linguística no Brasil.

² MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes/ Editora Unicamp, 1997. A tradução das primeiras publicações é da pesquisadora e professora brasileira Freda Indursky, em 1987/1988.

Possenti, em "Ducrot e a Análise do Discurso"³, faz uma incursão heurística dos conceitos mais caros à Análise do Discurso (adiante AD) e a Ducrot, como, por exemplo, a relação dos pressupostos aos implícitos da teoria francesa de discurso, principalmente através da questão dos discursos transversos; mas não só isso. Possenti propõe uma aproximação bastante incomum, porém interessante, entre Ducrot, um teórico mais estrutural-imanentista, como já dissemos, e o conceito de ideologia, via Slavoj Žižek, filósofo esloveno deveras popular nos dias atuais – por um lado, talvez por não ter nenhum tipo de preconceito ao mobilizar os mais distintos saberes (profanos, religiosos, científicos...) na elaboração de suas teorias e, por outro, por "vivermos nos fins dos tempos", aproveitando um trocadilho com sua famosa obra - conceito este, a propósito, muito profícuo (e polêmico) nos domínios dos estudos materialistas-históricos, seja de linguagem, seja das teorias humanas e sociais.

Com efeito, diferentemente a Possenti, que faz um escrutínio das possibilidades de Ducrot diante de uma perspectiva mais ampla da AD ou, ainda, diferente de Maingueneau, que examina mais detidamente e mais "stricto sensu" a teoria de posto, pressuposto e subentendido de Ducrot e Anscombre, neste texto nos dedicaremos a analisar a relação entre a teoria do *Ethos* discursivo, na visada enunciativa de Maingueneau, e a teoria polifônica, que também passa pela questão do *Ethos*, da Semântica Argumentativa de Ducrot, digamos "1.0" (ver nota de rodapé 1).

Analisaremos essa relação, primeiramente, porque nos parece que há uma possibilidade de aproximação teórica nesta noção-conceito de *ethos* discursivo, seja pela perspectiva enunciativa que, em Ducrot e Maingueneau, essa noção-conceito parece suscitar, seja também pela tradição histórica que em ambos os teóricos está reivindicada, qual seja, a filiação aristotélica e sua influência e formulação pensante da retórica antiga. Em segundo, porque raros trabalhos com a finalidade mais didática se dedicaram a essa aproximação em específico, qual seja, a influência original em ambos autores franceses⁴.

³ In: POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

⁴ Recentemente, foi publicada a tradução de **Análise de discurso pós-estruturalista: as vozes do sujeito na linguagem em Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Sollers**, de

No caminho da Retórica antiga

Antes de adentrarmos mais detidamente a questão da aproximação teórica entre Semântica Argumentativa e Análise de discurso de base enunciativa, proposta por Dominique Maingueneau, pelo conceito-categoria de *ethos*, é possível dizer que essa noção remonta a tradições antigas, principalmente dos estudos retóricos e que esses vestígios de influência não passaram ao largo de nenhum desses teóricos franceses, dado que suas releituras (linguística e discursiva) partem justamente da Retórica Aristotélica.

Na retórica antiga, era bastante usual a referência a essa dimensão cenográfica (não com essa nomenclatura) para utilização de uma arte oratória, de um bom controle da palavra, sobretudo, ao ligá-la à palavra oral diante de um público, em que os oradores com sua enunciação tinham como propriedades de persuasão um conjunto de *ethos* – *ethé* –, conferido por si ou por um público para o qual eles discursavam e que no mais das vezes estavam ligados de alguma forma à sua própria maneira de dizer⁵.

Os estudos de Aristóteles, principalmente em *Retórica*⁶, no qual se busca examinar como as técnicas persuasivas dos oradores agem nos destinatários, amparadas, entre outros, por uma noção de *ethos*, buscam, no limite, modos de construir um falar de maneira "correta e eficaz" entendido como um conjunto de técnicas capaz de causar boa impressão e eficácia ao discurso de um orador a seu público, por meio da imagem que tal orador constrói de si, buscando ganhar seu auditório.

Segundo ainda a argumentação de *ethos* retórico, o orador lançaria mão de três qualidades basicamente: a prudência, a virtude e

Johannes Angermuller, em que este pesquisador coloca teorias de inspiração ducrotiana, assim como a própria teoria de Ducrot sobre a realização semântico-enunciativa de certos enunciados com a noção-conceito de cenografia de Maingueneau, cenografia que é, em última instância, uma das dimensões enunciativo-discursivas a compor o *ethos* do discurso. (Cf. ANGERMULLER, Johannes. **Análise de discurso pós-estruturalista**: as vozes do sujeito na linguagem em Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Sollers. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016).

⁵ Note-se que a persuasão da oratória não era o que oradores diziam sobre si, numa autoafirmação de sua eficiência ou competência para falar ao auditório que lhes estava reservado, mas, principalmente, o que era revelado a partir da própria maneira de eles dizerem.

⁶ In: Aristóteles. **Obras completas**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Coleção Biblioteca de Autores Clássicos).

a benevolência. Ou seja, Aristóteles já aventava uma descrição aludindo sinonimicamente a essas três formas de imposição da eficácia de uma enunciação por um orador, as quais ele chamou: *phronesis* – aparentar ser uma pessoa ponderada, sensata –; *arete* – seria ter a atitude e a virtude de um homem de fala verdadeira, franca, direta –; *eunoia* – oferecer uma imagem positiva de si, benevolente. A eficácia do discurso estaria garantida a um orador que possuísse tais atributos, haja vista o fato de que os *ethé* passariam também por essa tríade persuasiva da enunciação, todavia sem que essas funções de *ethé* persuasivos fossem explicitadas.

O estudo do *ethos* pela retórica antiga marcava sua eficácia e suas análises sobre o orador. Este sujeito, tal como um encantador de serpentes, teria a capacidade de hipnotizar e cativar em uma enunciação mobilizando, à sua livre escolha – muitas vezes sobre uma encenação de improvisação –, a boa palavra. De outra forma, a utilização dessa técnica, para Aristóteles⁷, consiste em o orador causar boa impressão pela forma como constrói o seu discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório ganhando sua confiança, levando-o a aderir aos seus posicionamentos.

No entanto, ressalva Aristóteles, é necessário que essa confiança seja efeito de discurso, e não de uma prevenção sobre o caráter do orador, uma frincha interpretativo-teórica bastante bem aproveitada por Maingueneau, por exemplo.

Em língua portuguesa, a título de um pequeno exemplo bastante conhecido, temos a arte retórica nas pregações oratórias de Padre Antônio Vieira. Investido primeiramente na argumentação oral e depois em publicações chanceladas como literárias, esse religioso suscitou muitos estudos, sobretudo no âmbito da literatura.

Os *sermões*⁸, que também dão nome a uma organização livreira homônima na modernidade, sob a rubrica deste padre jesuíta, causavam grande impacto em seu público. Viera sempre foi visto como um dos mais proeminentes argumentadores da língua portuguesa. Havia a busca em seus discursos de grandes metáforas, premissas, antecipações diante dos interlocutores.

⁷ É preciso considerar que neste texto estamos a fazer uma breve referência e leitura da obra aristotélica, o que pode deixar muitas lacunas pelo motivo de a obra deste pensador antigo ser monumental e de importância incontornável a diversas áreas da ciência.

⁸ VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Lisboa: Porto, 1945(Obras completas de Padre Antônio Vieira).

De Ducrot a Maingueneau

De outra vertente teórica, num tempo distante ao dos estudos da Retórica antiga, tem-se em Oswald Ducrot um estudo da categorização semântico-pragmaticista da noção de *ethos*, em que o linguista empenhou seus esforços teóricos tratando da existência, com base na metáfora teatral, aludindo a um plano enunciativo, de um locutor (Locutor L), responsável por qualquer desenvolvimento enunciativo, sendo ele uma voz que se prestaria à condução dos enunciados numa situação de comunicação, e um sujeito empírico, que vive num lugar e num tempo, ou seja, um ser, ou ainda, um Locutor Lambda – λ – que se propõe à autoria de enunciado.

Essa teorização de Ducrot é bastante interessante e rendeu e ainda rende diversos debates e reflexões, pois ela ainda desemboca em uma teoria mais ampla, a saber, a Teoria Argumentativa da Polifonia. Esse acontecimento, na verdade, é o de uma mobilização em que o *ethos* se configura, progressivamente, num segundo plano enunciativo, sendo, portanto, percebido dessa forma pelos interlocutores de um dado locutor em uma enunciação. Dito de outro modo, no entendimento do semanticista francês, o *ethos* está associado a L, o Locutor enquanto tal.

Assim, o *ethos* pertence não à ordem do dizer, do Locutor enquanto ser no mundo - λ -, mas à ordem do mostrar. Desse modo, é na medida em que é fonte de enunciação que o Locutor enquanto tal - L - está revestido de certos caracteres que, em consequência, tornam essa enunciação aceitável ou refutável.

Nessa empresa teórica de Ducrot, neste ponto de sua teorização do conceito, isto é, anos 1980, ao cabo do entendimento o que conta é a imagem que o interlocutor faz do locutor. Ducrot (1987) afirma que o Locutor - L -, ao produzir uma informação, diferentemente do que se acredita em algumas teorias da comunicação (a dos fatores de uso da linguagem, por exemplo), não está simplesmente querendo dizer ao interlocutor em que consiste tal informação, enunciando “eu sou isso, eu não sou aquilo” e com isso tornar a sua enunciação aceitável, e sim levar o destinatário a incorporar que “devemos acreditar no orador”, pois o seu patrimônio (linguístico, cultural...) fortemente indiciado na sua fala avaliza, fia e, portanto, legitima esse dizer.

Certamente esse *ethos* é construído entre os participantes da enunciação, seja sob qualquer situação de comunicação (interação momentânea, como um diálogo cara a cara, ou, então, num conto literário com vários interlocutores, grande parte das vezes, por muito tempo), seja sob qualquer dispositivo enunciativo (um discurso em vídeo, o discurso da propaganda, o discurso de uma carta etc.), em que o escrito chega a existir de fato, mas ainda não necessariamente como um objeto do discurso, de um estudo analítico discursivo.

Todavia, a visada teórica de Ducrot, segundo o próprio Maingueneau, (2008, p. 71), prolonga as perspectivas aristotélicas acerca do *ethos*, imanentemente presas à ordem da língua e ao plano do enunciado, embora este não seja um termo aristotélico, sem que as interferências discursivas existam a partir de um posicionamento enunciativo, diante de uma Instituição que abarca as práticas discursivas – família, polícia, escola, escolas literárias –, de um gênero, de lugar, de um tempo especificado histórico e culturalmente sejam levadas em consideração, tampouco são levadas em considerações as construções feitas pelos destinatários da situação de comunicação.

Em outros termos, enquanto Ducrot acredita que o *ethos* está associado ao Locutor enquanto tal – L –, pertencendo à esfera do indicar, do mostrar, portanto à ordem da dêixis linguística, Maingueneau entende que o sujeito se constitui numa instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso, enquanto conceito e objeto de análise. Isto é, não mais somente na ordem dêixis, como vislumbra Ducrot, mas também na ordem do que é historicamente (im)possível de ser mostrado e de ser dito nas evidências ideológicas das falas dos sujeitos. Um lugar sócio-histórico, institucional, materializado em discurso; uma imagem-sujeito a ser incorporada na enunciação, instância esta que não pode ser concebida como apenas uma perspectiva que se resume na ordem dêitica linguística, na qual o sujeito conscientemente se desloca e passa a falar de diferentes posições enunciativas, mas como uma “voz”, associada a um “corpo enunciante” histórica e institucionalmente determinados.

Nessa visada, mais ligado à teoria de Maingueneau, tanto o mostrado quanto o dito do discurso não são o produto de uma intenção do locutor, mas o resultado de uma (im)possibilidade histórica de existência dessas interações por meio dos discursos, que autoriza certos sentidos - e seus efeitos - e desautoriza outros.

Portanto, como veremos aqui, caudatários aos estudos que Maingueneau, *ethos* compreende também saberes discursivos, pré-discursivos ou extraenunciativos dos oradores, imbricados institucionalmente nem do público-destinatário em específico, deve e pode recair sobre elementos da ordem discursiva, para além do orador, contando também os destinatários, em suas possibilidades de adesão. Isso se difere, pela visada de Maingueneau: i) aos estudos aristotélicos da *Retórica*, ligado a atributos da enunciação em si do orador, o que, dessa forma, valeria se comentar e estudar seria mais os traços sobre o caráter do orador, ou melhor, como ele mobiliza esses traços em sua enunciação do que propriamente o que está garantido em seu enunciado; e ii) aos estudos de Ducrot, que de certa forma prolongam as teorias retóricas não dando atenção a saberes discursivos em última instância.

Assim sendo, a “eficácia do *ethos* relaciona-se [...] com o fato de ele envolver de algum modo a enunciação sem ser explicitado no enunciado” (MAINGUENEAU, 2006, p. 268), e completa este autor, dizendo que “Por mais que esteja ligado ao locutor na medida em que este se acha na origem da enunciação [...] o destinatário atribui a um locutor inscrito no mundo extradiscursivo características que são na realidade intradiscursivas, porque estão associadas a um modo de dizer” (MAINGUENEAU, 2006, p. 268).

Por esse viés de Maingueneau, na cena enunciativa a que um texto se prende, não se tornam suficientes análises de lugar e de dêixis – como um expediente linguístico que entrecruza os conjuntos realidade e língua – que os compõem. Para ampliar a abordagem do estudo até esses coenunciadores, em forma de adesão discursiva, é preciso ver como os discursos que recobrem dispositivos enunciativos, mesmo estes sendo materialmente de natureza escritural, faz-se ecoar de uma voz, de uma vocalidade que, muitas vezes, garantem-se como cenas validadoras de saberes discursivos e que entoam e dão o tom ao engendramento desse discurso pelo *ethos*.

A utilização discursiva do *ethos*, então, não deve se furtar ou recusar em relacionar os enunciados empreendidos pelos discursos às vozes e aos tons que estão presentes nas enunciações dos textos em que estão inscritos. Vozes essas provenientes das enunciações, tanto em forma

quanto em fundo, e que representam, conforme dito no trecho supracitado, uma entre as várias dimensões das formações discursivas⁹.

As manifestações do *ethos* se dariam a um público não só pela vocalidade, mas também por meio de uma espécie de figuração de corpo enunciante, a partir de um construto histórico que se legitima e é legitimado conforme a enunciação dos discursos se desenrola. Assim, de acordo com o estudo de Maingueneau, o porquê de se recorrer:

[...] à noção de *ethos*: seu laço crucial com a reflexividade enunciativa e a relação entre corpo e discurso que ela implica. É insuficiente ver a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso apenas como estatuto ou papel. Ela se manifesta também como “voz” e, além disso, como “corpo enunciante”, historicamente especificado e inscrito em uma situação, que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente (MAINGUENEAU, 2008, p. 70).

Nessa toada, os estudos discursivos permitem dizer a existência de um *ethos* que se liga à ordem do mostrado e um *ethos* que se liga à ordem do dito. Pode-se dizer, portanto, que o *ethos* de um discurso resulta de uma interação de diversos fatores. Com efeito, quando o sujeito produz uma enunciação, constrói uma imagem de si, um *ethos* efetivo. No entanto, essa imagem de si dialoga numa via de mão dupla, por um lado, com algo que foi dito antes, independentemente, em outro lugar, o *ethos* pré-discursivo, e, por outro, com a reatualização desse já-dito, o *ethos* discursivo. O pré-discursivo e o discursivo, por sua vez, dialogam com uma memória do dizer, um imaginário discursivo constituído de estereótipos ligados a mundos éticos, mundos possíveis de um agir interacional entre sujeitos.

Essa memória do dizer, todavia, sustenta tanto o *ethos* dito quanto o *ethos* mostrado e estes, por sua vez, também numa dupla via de mão dupla, sustentam o *ethos* discursivo. Examinando mais acuradamente, o linguista francês observa que o tom sozinho não

⁹ Brevemente, a noção de Formação Discursiva, bastante central para a Análise do Discurso francesa, foi introduzida por Foucault (1969) e reformulada por Pêcheux, que a define como "aquilo que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada" (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 1983, p. 26). Dessa maneira, uma Formação Discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente 'invadida' por elementos que vêm de outros lugares (isto é, de outras Formações) que se repetem/reformulam nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (PÊCHEUX, 1990, p. 314).

abarca todo o campo enunciativo de um *ethos* ou seu conjunto, *ethé*. Tal forma de vocalidade liga-se também a um caráter, que seria um grupo de traços psicossociais atribuídos pelos coenunciadores à figura de um enunciador do discurso.

A mesma situação vale para a noção de corporalidade. Corpo entendido aqui como algo construído pelos destinatários na leitura, de acordo com a Formação Discursiva de cada grupo. A junção do narrador com a expectativa e construção de sentidos do público propicia o retorno à própria edificação e execução da cenografia, gerando, entre outras coisas, um fiador de determinados *éthés*¹⁰ – homem prototípico das histórias de fatos diversos.

O *ethos* implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global. Caráter e corporalidade do fiador apoiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar. Esses estereótipos culturais circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade: livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidade... (MAINGUENEAU, 2008, p. 72).

Com essa ordem de elementos não ditos, a que a teorização discursiva do *ethos* conclama como anti-*ethos*, há correlativamente a figura do anti-fiador, que seria a construção de uma imagem estereotipada daquele em que não se deve apoiar nem se deve seguir para a incorporação do discurso.

Quando a discursividade vê-se integrada aos elementos do *ethos*, o discurso passa, então, a amalgamar-se ao corpo de características semânticas em que está investido. Essa noção refere-se, segundo Maingueneau, a “incorporação para designar esta mescla essencial entre uma Formação Discursiva e seu *ethos* que ocorre através do procedimento enunciativo” (MAINGUENEAU, 1997, p. 48).

Uma incorporação que acima de tudo se dá ao nível textual, embora pareça óbvia esta incorporação; ainda completa o autor: “A ‘incorporação’ que o *ethos* convoca desenvolve a si mesma a partir de uma corporalidade tão evidente que corremos o risco de esquecê-la: a

¹⁰ *éthés* é o plural da palavra, o qual serve a compreender múltiplas imagens discursivas, que estruturam um conjunto de *ethos* de um locutor, por exemplo.

do texto. A obra não é apenas certo modo de enunciação, constituindo ainda uma totalidade material que, enquanto tal, é objeto de um investimento pelo imaginário” (MAINGUENEAU, 2006, p. 287-288).

Os estudos da AD, pelo menos até um segundo momento de irrupção epistemológica, sobretudo em torno dos trabalhos de Michel Pêcheux, recorreram muitas vezes para explicar a inscrição de sujeitos a uma determinada formação discursiva por meio das teorias althusserianas de assujeitamento, que, com várias nuances, faria a (des)identificação entre sujeitos e Formação Discursiva.

Essa forma de incorporação para o estudo do *ethos* no discurso, de acordo com Maingueneau (1997), não resolveria de boa maneira a questão da participação dos coenunciadores na eficácia de um discurso, pois estes sujeitos que se encontram em um dos polos da enunciação discursiva não são interpelados ou arrebatados por conteúdos da ordem de seus interesses; estes indivíduos têm seu acesso registrado por meio do dito e como esse dito é realizado, a sua maneira de dizer, que está arraigada na maneira de ser de um imaginário socialmente vivido, mas histórico-ideologicamente construído, ou seja, a adesão dos sujeitos passa pela interpretação da incorporação tal como descrevemos:

Se o discurso pode “assujeitar” é porque, com toda verossimilhança, sua enunciação está ligada a esta possibilidade; a noção de “incorporação” parece ir ao encontro de uma melhor compreensão deste fenômeno. Em compensação, caso nos contentemos em explicar a adesão dos sujeitos através da projeção de estruturas sócio-econômicas (pertencer a tal grupo social obriga a acreditar em determinado discurso), manteremos uma relação de exterioridade entre discurso e sociedade (MAINGUENEAU, 1997, p. 49).

Dessa forma, essa aproximação feita pelo *ethos* do fiador com seus interlocutores, direta ou indiretamente, é chamada, na esteira de Maingueneau, de incorporação e pode, por seu turno, investir-se de três maneiras, basicamente: a) pela Formação Discursiva como aquilo que garante e dá a corporalidade para o enunciador do discurso, ao mesmo tempo em que dá corporalidade à figura do destinatário; é essa forma discursiva quem regula essa ação de corpo textual. O fiador, um elemento do *ethos*, é parte constitutiva, por sua vez, desse processo e também toma corpo por meio da enunciação do texto em questão de

análise; **b**) por aquilo que é da ordem da incorporação, o que define, por seu turno, os esquemas para os sujeitos habitarem o mundo, a sociedade, a instituição discursiva, ou seja, o coenunciador entra na situação de enunciação absorvendo certo esquema que lhe permite uma maneira específica de se relacionar com o mundo, sendo edificado também seu próprio corpo; c) e por fim, essas duas condições primeiramente elencadas (a e b) definem a condição de incorporação imaginária dos destinatários ao corpo construído nas duas pontas da enunciação, levando à frente essas duas formas referidas de incorporação e construindo um corpo de uma comunidade imaginária que divide entre si um discurso identificado¹¹.

Os sentidos que embebem um dado discurso se manifestam tanto por esse modo de posicionamento no interdiscurso quanto pelo seu próprio modo de dizer. O coenunciador não está diante de um texto apenas para vislumbrar a boa disposição de seus caracteres, mas sim para ser cooptado à aderência.

Com efeito, para o arcabouço teórico da AD, só se pode ou se deve utilizar a concepção de *ethos* da retórica realizando um deslocamento duplo, a fim de adequar à sua proposta discursiva de estudo da linguagem. Conforme nos aponta Maingueneau¹²:

Em primeiro lugar, [o conceito *ethos*] precisa afastar qualquer preocupação “psicologizante” e “voluntarista”, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, (*sic*) não pelo sujeito, mas pela formação discursiva [...] eles se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de

¹¹ Embora estejamos indiciando haver um locutor que ao passo que desenvolve sua enunciação investe-se também de um *ethos*, instaurando ainda um fiador no plano enunciativo, ressalta-se nisso que não há um caráter subjetivista, como à primeira vista possa parecer nesse uso da linguagem; ao contrário, tom que recobre certa vocalidade de um texto ligado a uma dimensão identificadora de certo posicionamento discursivo.

¹² Este linguista francês é um dos pesquisadores mais tenazes quando se trata de associar o discurso numa situação de argumentação de textos marcadamente ancorados na linguagem verbal, na linguagem não verbal, ou, então, quando, por coerção genérica, por exemplo, associam-se essas duas plataformas de uso da linguagem. Penso aqui em textos utilizados pelo discurso publicitário, nos quais o autor se debruça com bastante ênfase, mas também mobilizações argumentativas em textos do gênero charge, para reter um exemplo).

enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva, ao mesmo título que as outras dimensões da discursividade. O que é dito e o tom que é dito são igualmente importantes e inseparáveis. Em segundo lugar, a AD deve recorrer a uma concepção do *ethos* que, de alguma forma, seja transversal à oposição entre o oral e o escrito. [...] Na realidade, mesmo os *corpus (sic)* escritos não constituem uma oralidade enfraquecida, mas algo dotado de uma “voz”. Embora o texto seja escrito, ele é sustentado por uma voz específica [...] (MAINGUENEAU, 1997, p. 45-46 grifos do autor; inserção entre colchetes nossa).

Uma pequena análise como efeito de fim

Faremos a partir de agora uma espécie de testagem das propostas de Ducrot e de Maingueneau acerca da noção de *ethos*. Para tanto, mobilizaremos o enunciado:

"Como há pouco nos tornamos noivos, no bom sentido"

Esse enunciado foi dito pelo então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, na ocasião da inauguração de um escritório de negócios brasileiros em Jerusalém, em Israel, em um contexto linguístico que é¹³:

Como há pouco nos tornamos noivos, no bom sentido, abrindo aqui uma representação nossa de negócios e tecnologia, de pesquisa, de inovação em Jerusalém, os senhores começam cada vez mais a notar que esse nosso relacionamento veio para ficar", afirmou o presidente.

Deste contexto, destacamos o seguinte enunciado “Como há pouco nos tornamos noivos, no bom sentido”, para fazer uma análise que coteje em parte as duas teorias. De um lado, pela perspectiva de Ducrot, ao pensarmos a imagem que este enunciado pode construir, em relação a um locutor L que busque projetar-se na enunciação a um público por meio da semântica de argumentos, temos que é possível observar um sentido pressuposto que está intimamente à ordem de sentidos da palavra na organização estrutural da língua, como, por

¹³ A íntegra da reportagem, que se intitula “Relacionamento veio para ficar, diz Bolsonaro sobre escritório comercial do Brasil e Jerusalém, está disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/02/relacionamento-veio-para-ficar-diz-bolsonaro-sobre-escritorio-comercial-do-brasil-em-jerusalem.ghtml>>. Acesso em: 22/11/2020.

exemplo, na existência de um sentido bom e de um sentido ruim para estar noivo, que é uma espécie de acordo pré-celebração do casamento em definitivo.

Todavia, em se pensando nos subentendimentos – um entendimento que deve levar pontos de vistas mais subjetivos – do locutor que assume este enunciado, podemos depreender que, no caso, ao celebrar, na metáfora, a parceria entre Brasil e Israel, e na metonímia a celebração entre ele, Bolsonaro, e Netanyahu, tem-se um sentido de que foi um bom o noivado estabelecido entre eles.

Portanto, temos duas imagens e dois ethés possíveis de serem colocados ao auditório para lhes convencer: dois sentidos, pressupostos, no enunciado, e uma gama de subentendimentos, mas que pela ordem de compreensão geral que se submete a enunciação se resume à assunção de um sentido de positivo no noivado entre Brasil e Israel, celebrado na figura dos presidentes dos dois países, Bolsonaro e Netanyahu estabeleceram uma boa aliança em noivado.

De outro lado, pela perspectiva de Maingueneau, o ethos abarcaria uma série de outras interpretações que estão para além da ordem dos argumentos do enunciado posto em enunciação pelos locutores dessa sentença analisada, mas que influenciam diretamente a interpretação dos implícitos a esse dizer.

Em se pensando no ethos construído na cenografia, ou seja, aquilo que na estrutura da enunciação, no caso verbal e organiza as ordens do pré-dizer, das cenas fundantes, do dizer em si e do mostrar, Bolsonaro, enquanto locutor que assume a representação discursiva de falar a certo auditório, traz sentidos desse noivado que se direcionam à compreensão que, ainda que seja bom estar noivando, como sentido metaforizado de um acordo político produtivo.

Esse gesto o faz buscar algo, na ordem da língua e do discurso, que requer um complemento, colocado em glosa como “no bom sentido”. Este tal bom sentido estabelece uma divisão entre mundos éticos possíveis a serem compreendidos. Pode-se entender noivado na imagem de acordo pretendida e mostrada, mas, neste mundo que se adentra, deve-se entender que este noivado jamais poderia ser um noivado entre dois sujeitos homens e heterossexuais.

Por isso mesmo, a glosa, "no bom sentido", estabelece não somente uma explicação à imagem metaforicamente construída, mas uma espécie de "ajuste de precisão", para que não haja

subentendimentos que destruam o *ethos* construído nesta sentença, qual seja, de que é um noivado político apenas e estruturado em noivado apenas metafórico, mas também não destrua o *ethos* prévio que o atual presidente amiúde busca construir em suas falas, isto é, de atos de falas fortemente beligerantes contra pessoas que têm opção e vontade relacionamentos homossexuais, por exemplo.

Bibliografias

- AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- EGGS, E. *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2012.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. **Polifonía Y Argumentación**. Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.
- MACHADO, J. C. **O paradoxo a partir da teoria dos blocos semânticos**: língua, dicionário e história. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, 2015, 373 p.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.
- MAINGUENEAU, D. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba, PR: Criar Edições, 2005a.
- MAINGUENEAU, D. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005b.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006a.
- MAINGUENEAU, D. **Contre Saint Proust ou la fin de la Littérature**. Paris: Belin, 2006b.
- MAINGUENEAU, D. **Cenas da Enunciação**. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, M. *Análise do discurso e literatura: problemas epistemológicos e institucionais*. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Samuel Ponsoni. **Revista Linguagem**, n. 13, 2010. Disponível em: <http://www.dl.ufscar.br/linguagem/edicao13/art_01.php>. Acesso em: 2 maio 2019.
- MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, D. Un réseau de concepts. (Entrevista concedida a Reindert Dhondt & David Martens), **Interférences littéraires / Littéraire interférenties**, n. 8, p. 203-221, maio 2012.

MAINGUENEAU, D. **Discours et analyse du discours**. Paris, FR: Armand Colin, 2014.

MAINGUENEAU, D. **La philosophie comme institution discursive**. Paris, FR: Editora Lambert-Lucas, 2015a.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2015b.

O tema central da teoria argumentativa é que o sentido de um enunciado contém uma alusão à sua eventual continuação: é essencial para ele convocar tal ou qual tipo de continuação, de pretender orientar o discurso posterior nessa ou naquela direção. Se ele é argumentativo, não é apenas porque ele fala sobre o mundo, mas porque é, se nós o considerarmos em si mesmo. Certamente, não saberíamos prever o que efetivamente vai se seguir a ele: pode ser o silêncio, ou uma certa recusa, ou um soco. Mas há uma continuação “pretendida”, aquela que ele dá como sua razão de ser, e isso está tanto nele como fora dele.

Oswald Ducrot

